UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Ana Carolina Gonçalves Leite
Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia

A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho

Ana Carolina Gonçalves Leite

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann, para obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

São Paulo
2010

Ficha de aprovação

Autor: Ana Carolina Gonçalves Leite

E-mail: ana.leite@usp.br

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann

Título: *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho.*

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Heinz Dieter Heidemann, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____.

Resumo

Nessa dissertação, procuramos discutir o processo de territorialização do que veio a ser instituído em Minas Gerais, a partir da década de 1960, como o Vale do Jequitinhonha. Abordamos esse processo de territorialização em seus contornos coloniais, uma vez que seu sentido conformou as relações sociais de produção particulares que passaram a viabilizar a acumulação de capital com a generalização do trabalho livre. Nesse contexto, instaurou-se no nordeste mineiro uma dinâmica *regional* de expansão da fazenda agropecuária, fundada na relação de agregação de lavradores, na qual o controle territorial, por meio da possibilidade do emprego direto da violência, condicionou a subordinação do trabalho. Essas relações sociais de produção regionais, por sua vez, passaram a ser objeto da intervenção estatal a partir das décadas de 1960 e 1970. Abordamos essa intervenção como parte do processo de modernização retardatária, movido nacionalmente como esforço de industrialização e de superação de formas de acumulação tidas como “arcaicas”. Modernização que, por meio da imposição de uma forma determinada de desenvolvimento, fundada na consolidação da propriedade da terra e na formação do trabalhador assalariado, deveria alimentar a indústria em formação no centro-sul do país. Por fim, partimos do processo de expropriação dos antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha para observar a transformação dos mesmos em trabalhadores “bóias-frias”, em condições definidas pelos limites da modernização, que explicita seu caráter crítico.

Palavras-chave: Vale do Jequitinhonha, modernização, mobilidade do trabalho, expropriação, “bóias-frias”.

Abstract

This thesis discuss the process of territorialization established in the state of Minas Gerais, Brazil, from the 1960's onwards, the Vale do Jequitinhonha “region”. We approach this process of territorialization in its colonial boundaries since its sense conformed particular social relations of production which began to enable capital accumulation with free labor generalization. In this context, a *regional* dynamic of agricultural farm expansion was set up in the northeast of Minas Gerais based on the relation of a particular subordination of the local population (of the *agregados*) , in which the territorial control, through direct violence, conditioned the labor force exploitation. Eventually, these social relations of regional production became the object of governmental intervention from the 1960's and the 1970's. We see this intervention as part of the nationwide accelerated modernization process, as an effort of industrialization and overcoming accumulation methods regarded as “archaic”. This was carried out through the imposition of a specific pattern of development, based on the consolidation of land ownership and salaried labor force training, which should supply the newly established industry in the central and southern regions of Brazil. Finally, we focus the expropriation process of former land workers from the Vale do Jequitinhonha to observe their transformation into “day-laborers”, in conditions defined by the modernization limits, which reveal its critical character.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	08
APRESENTAÇÃO GERAL.....	11
 SEÇÃO I – FORMAÇÃO DA NÃO-SIMULTANEIDADE TERRITORIAL DO NORDESTE MINEIRO.....	 22
Introdução.....	23
 <i>Capítulo 1. Primórdios da territorialização colonial do nordeste mineiro: a constituição dos pressupostos para o estabelecimento da produção de mercadorias.....</i>	 31
1.1. O Bandeirantismo quinhentista.....	31
1.2. A Guerra dos Bárbaros como pressuposto da formação das sesmarias do Alto Sertão.....	38
1.3. O Bandeirantismo paulista e o sentido da descoberta mineral.....	52
1.4. Um pequeno debate sobre os imperativos da formação territorial e de sua particularização.....	70
 <i>Capítulo 2. A instauração da produção de mercadorias no nordeste mineiro: o primado da exploração comercial de exportação sobre a exploração com vistas ao mercado interno na colônia.....</i>	 82
2.1. A pecuária nas sesmarias do Alto Sertão.....	82
2.2. A conformação de relações sociais de produção particulares à mineração.....	96
2.3. A agricultura nas minas de ouro.....	118
 <i>Capítulo 3. As transformações das relações sociais de produção no nordeste mineiro provocadas pela crise da mineração e pelo fim da dinâmica colonial de exploração: a consolidação do modo de vida tido como camponês.....</i>	 130
3.1. A crise da mineração no termo de Minas Novas e a relação entre escravismo e trabalho livre na crise do antigo sistema colonial.....	130
3.2. Um debate sobre as condições particulares de acumulação de capital no nordeste mineiro: a agregação e as pequenas posses na dinâmica de expansão da fazenda agropecuária.....	144
3.3. O coronelismo e a não-autonomização entre política e economia como expediente de forçar trabalho.....	162
 Conclusão parcial.....	 174

SEÇÃO II – MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO VALE DO JEQUITINHONHA: CONDIÇÕES “REGIONAIS” DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR “BÓIA-FRIA”	179
Introdução	180
 <i>Capítulo 1. O incentivo estatal para a siderurgia no contexto da modernização retardatária brasileira e seu entrelaçamento com a produção de reflorestamento e as transformações nas relações de produção no campo</i>	188
1.1. Uma breve discussão sobre a modernização retardatária brasileira e a dinâmica de formação do setor siderúrgico.....	188
1.2. O entrelaçamento entre a siderurgia e o reflorestamento e as transformações nas relações de produção do campo.....	206
 <i>Capítulo 2. Produção do Vale do Jequitinhonha: o planejamento regional como instrumento da modernização retardatária</i>	214
2.1. A intervenção estatal na criação da Codevale como suporte da reprodução particular das relações sociais de produção no Vale do Jequitinhonha.....	214
2.2. A intervenção estatal na criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha como forma de homogeneização “regional” das relações sociais de produção.....	229
 <i>Capítulo 3. Modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha: a expropriação de agregados e posseiros da terra e a homogeneização da reprodução capitalista</i>	245
3.1. As expulsões promovidas pela fazenda.....	245
3.2. A chegada da empresa reflorestadora e sua dinâmica de expropriação.....	259
 <i>Capítulo 4. Mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha em condições críticas de sua imposição</i>	278
4.1. Trajetórias de antigos lavradores mobilizados.....	278
4.2. Deserdados não somente da terra.....	290
4.3. Formação do “bóia-fria” como resultado da crise da modernização.....	297
 Conclusão	314
 FONTES E REFERÊNCIAS	329

SUMÁRIO DE MAPAS, FIGURAS E TABELAS

APRESENTAÇÃO GERAL

Mapas

Mapa I: Territorialização do nordeste de Minas Gerais.....	21
--	----

SEÇÃO I

Figuras

Figura I: Mapa do atual estado de Minas Gerais, com a projeção da penetração do sertão da Bahia e de São Paulo pelas entradas quinhentistas.....	34
Figura II: “ <i>Mapa do Brasil</i> ” com o “ <i>Roteiro de todos os sinais... que há na costa do Brasil...</i> ”, atribuído a Luís Teixeira (1585).....	39
Figura III: Iluminura do “ <i>Mappa da Comarca do Sabará</i> ”, na qual se pode observar a representação do indígena hostil.....	40
Figura IV: Iluminura da “ <i>Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes</i> ” (1804), na qual se pode observar a representação do indígena domesticado.....	42
Figura V: Detalhe do “ <i>Mapa America Meridionale</i> ”, que compõe o Atlas de Vincenzo Maria Coronelli (1692), no qual se pode observar a presença tapuia ao longo de toda a serra que corresponde ao Espinhaço.....	45

SEÇÃO II

Figuras

Figura I: “Evolução da gênese político-administrativa dos municípios da região do Jequitinhonha”, onde se pode observar a gênese político-administrativa de alguns municípios que compunham o antigo município de Minas Novas.....	187
Figuras II e III: Quadros com a relação dos município que compõe a “região” de atuação da Codevale.....	216

Tabelas

Tabela I: Companhias siderúrgicas criadas pelo Estado brasileiro.....	200
Tabela II: Empresas reflorestadoras e extensão territorial ocupada nos municípios do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e nas adjacências, de acordo com o mecanismo que possibilitou o acesso à terra.....	271
Tabela III: Concentração da produção segundo principais grupos empresariais da silvicultura (1980).....	300
Tabela IV: Principais grupos produtores de açúcar e de álcool (1981-1982).....	301

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos, assim formalizados, trazem com eles o risco de objetivar, na gratidão concedida com letras impressas, a importância não-quantificável da participação e da contribuição de cada um dos envolvidos na produção dessa pesquisa, assim como na reprodução da vida dessa estudante. Essas contribuições fazem parte não apenas desse texto, que ora apresentamos em condições que apagam essas mesmas contribuições, mas de um processo de reflexão e auto-reflexão crítica que não se encerra, e nem se reduz à produção de uma dissertação. A crítica desse apagamento fetichista não me permite aceitar os limites desse mesquinho espaço de agradecimentos, para que o processo de reprodução do produtor e de produção da coisa pronta venham à tona. Não obstante, não posso deixar de explicitar, como uma réplica crítica a esse mesmo processo de apagamento, que os argumentos a serem avaliados nas páginas seguintes são fruto de algumas convivências, além de serem uma tentativa de organizar debates e dinâmicas coletivas de estudo e reflexão.

Nos diversos âmbitos assumidos por essas convivências, gostaria de ressaltar que a própria aproximação do problema de pesquisa que deu origem a essa dissertação se deu em grupo. Foi ao lado de Cássio, Júlia e Diogo, após a realização, em 2003, da disciplina de Geografia oferecida para o bacharelado em Ciências Sociais, que cursávamos na época, que pudemos nos aproximar da problemática da migração dos “bóias-frias” do Vale do Jequitinhonha para o corte de cana em São Paulo. Estudos conjuntos sobre a mobilidade do trabalho, aliados aos trabalhos de campo realizados para algumas das pequenas “capitais” do agronegócio paulista, nos conduziram inicialmente a um debate sobre as condições de vida e trabalho desses migrantes, assim como a uma primeira aproximação ao trabalho de acompanhamento, vigilância e denúncia destas mesmas condições, realizado pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM).

Num Encontro dos Trabalhadores Canavieiros, no qual se reuniam membros de serviços pastorais da igreja, dos sindicatos mais combativos e da universidade, para discutir criticamente a dinâmica de exploração do trabalho dos canavieiros, tivemos a oportunidade de conhecer Irmã Sandra, da equipe do SPM de Araçuaí, no Vale do Jequitinhonha. Recebi de Sandra, que dentro em breve se tornaria uma querida amiga e companheira de muitas conversas e reflexões, meu primeiro convite para ir ao Vale do Jequitinhonha. Nosso grupo, depois de outros trabalhos de campo, mais estudos e muitas conversas acabou por se diluir. Dele restou, contudo, um interesse por aprofundar um debate sobre as circunstâncias que culminavam na migração temporária dos trabalhadores “de fora” para o Oeste Paulista. A esse

interesse somou-se o convite feito por Irmã Sandra para conhecer o Vale do Jequitinhonha, levando aos primeiros momentos de uma descoberta, cuja uma amostra encontra-se apresentada e discutida nesse texto.

Estive no Vale do Jequitinhonha nos anos de 2005, 2006 e 2009, tendo tido, nessa última viagem a oportunidade de passar quase quatro meses viajando por algumas de suas cidades. Nesse período, se fortaleceu a amizade com Sandra e uma afinidade com o trabalho realizado pela equipe do SPM. Devo a essas pessoas muitas oportunidades de ter discutido com trabalhadores e trabalhadoras, a condição de expropriação na qual nos encontramos. Devo, ainda, a possibilidade de ter me aproximado das associações de mulheres que conheci no Vale do Jequitinhonha. Longas conversas com essas mulheres me ajudaram muito a perceber as nuances da dominação que não se encontram explicitadas na dominação do trabalho, em sentido estrito. Tentando escapar às injustiças de uma lista, resalto os importantes momentos vividos ao lado das mulheres da ACOBAPA, da AMOVAJE, da Vargem de João Alves, do Pipoca.

Essa pesquisa traz a marca de muitas outras convivências que pude experimentar no Vale do Jequitinhonha. Espero que os amigos possam me perdoar pela injustiça de não os ter nomeado nesses agradecimentos. Foram muitas conversas, muitas andanças, muitas histórias que me permitiram redefinir perguntas, me questionar de pressupostos estabelecidos e alimentar meu interesse sobre o processo histórico de formação das questões estudadas. Mas não apenas isso, foram casas que se abriram oferecendo morada, comida e acolhida, em todos os momentos da pesquisa. Agradecimentos não são suficientes para qualificar a importância dessas contribuições, nem para explicitar que, sem elas, essa pesquisa não teria condições de ter sido realizada. As amizades consolidadas nesse processo garantem a certeza da reciprocidade no afeto, na solidariedade e na interlocução. As saudades que espreitavam tornam a bater na porta.

O texto elaborado remete, ainda, a anos de estudo em conjunto no Laboratório de Geografia Urbana e, ainda que por um período mais curto, no Instituto de Estudos Brasileiros, ambos na Universidade de São Paulo. Ainda que eu assuma total responsabilidade por todos os defeitos do texto apresentado, convém destacar o fato de que muitas das discussões e interpretações presentes nessa dissertação originaram-se em longos processos de reflexão coletiva. Nesse período aprendi a estudar em grupo e aprendi a importância da reconstrução dos processos históricos no procedimento analítico crítico. Devo também a essas pessoas a oportunidade, que tem se feito presente nesses anos, de transformar minha raiva em crítica determinada e recusa à sociedade mediada pelo trabalho. Aqui cabe ainda um parênteses, para

ressaltar a importância da amizade com o professor Heinz Dieter Heidemann, que estimulou e proporcionou o contato com esses ambientes de estudo coletivo, ainda que, de modo algum, possamos dizer que nossa amizade se restrinja a isso. Sou grata por sua disponibilidade sem medidas para estabelecer a relação que travamos.

Não apenas nesse grupo, no entanto, as reflexões apresentadas puderam ser elaboradas. Elas são fruto de outras experiências coletivas que proporcionaram um fortuito espaço de interlocução. Esse espaço pudemos construir em nossa casa, acompanhado de muitas outras condições que tem tornado possível a travessia contraditória da vida. Não preciso agradecerlos. Creio que sabem como foram e são importantes, e não apenas para que essa dissertação tenha chegado ao fim.

Aos meus companheiros e familiares chegados também não preciso agradecer a convivência carinhosa e problematizadora que têm me proporcionado. A gratidão por essa convivência não pode ser reduzida ao auxílio fornecido nas leituras do texto, nas correções, nas sugestões, na produção dos mapas, na diagramação, na inserção das imagens, nas muitas conversas e em tudo que está oculto no âmbito da reprodução da vida e que não precisa ser revelado. Ressaltar todas essas formas de apoio contribui, contudo, para elucidar que, sem elas, essa dissertação não poderia ter sido realizada. Por fim, resta ressaltar que essas mesmas convivências têm garantido a possibilidade de que a crítica ao processo de modernização esteja sendo vertida, nesses anos em que a vimos construindo nas diferentes coletividades em que pudemos nos inserir, em resistência ao isolamento e em experiências preñes de carinho e apoios mútuos.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

APRESENTAÇÃO GERAL

A forma de apresentação escolhida para estruturar essa dissertação de mestrado, em duas seções, ambas contendo uma introdução e uma conclusão, pretende ilustrar os dois olhares que lançamos sobre o nosso objeto, o processo de modernização no Vale do Jequitinhonha mineiro e sua relação com a formação “regional” do trabalhador rural identificado como “bóia-fria”.

Partimos de um olhar sobre as transformações na forma de acumulação e nas relações de produção ocorridas, especialmente entre os anos de 1960 e 1970, no nordeste de Minas Gerais, que vinha sendo identificado, pelo menos desde a década de 1950, como a “região” do Vale do Jequitinhonha, especialmente nos discursos do planejamento estatal e que, posteriormente, teve uma parcela demarcada como Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha. Essas modificações, que podem ser identificadas com o processo que ficou amplamente conhecido como a *penetração do capitalismo no campo brasileiro*, contaram com a intervenção estatal, que promoveu incentivos para a reestruturação fundiária na “região”, por meio da cessão ao empreendimento capitalista de terras, consideradas devolutas, ao empreendimento capitalista, além dos incentivos fiscais para a instalação de empresas reflorestadoras, que deveriam produzir matérias-primas para a indústria siderúrgica e de papel e celulose.

Essas transformações nas formas de apropriação territorial e de sua articulação tanto com o trabalho como com o capital, promoveram um processo de expropriação de antigos posseiros, agregados e sitiantes das terras nas quais se reproduziam, desencadeando a migração de muitos deles em busca de emprego, sobretudo no empreendimento agrícola, hoje denominado “agronegócio”, onde as precárias condições de trabalho imputaram-lhes a denominação de “bóias-frias”.

Identificamos as transformações nas relações de produção e na forma de acumulação no Vale do Jequitinhonha como parte do processo de *modernização retardatária* (Kurz, 1999) organizado pelo Estado brasileiro, a fim de perseguir os níveis de desenvolvimento dos países centrais, ou seja, a fim de superar a *não-simultaneidade* (Kurz, 1999) que caracterizou a formação nacional. A modernização retardatária aparece como um programa de planejamento econômico voltado para o desenvolvimento acelerado das forças produtivas, no qual o Estado

deve ainda promover a reorganização da forma como se articulam terra, trabalho e capital, de modo a criar as condições para a produção industrial de mercadorias¹.

Podemos considerar que, no Brasil, a modernização retardatária se inicia com a concentração do monopólio da violência nas mãos Estado, que tem seu ponto de inflexão em 1930, com a extinção da Guarda Nacional, e com a estruturação de um aparato burocrático centralizado que passa a concentrar esforços para promover a industrialização, a complexificação do mercado interno e a formação de um mercado de trabalho nacional. Desde então, os esforços desenvolvimentistas promovidos pelos diferentes governos – consideradas as suas diferenças – até o regime militar, especialmente até o final da década de 1970, podem ser encarados como tentativas de recuperação dos níveis nacionais de desenvolvimento.

No processo de pesquisa foi, contudo, necessário considerar que a não-simultaneidade ou o desequilíbrio aparente entre o nível de desenvolvimento alcançado pelo Brasil e o alcançado pelos países centrais teve um processo histórico e territorial de formação. Buscando compreender esse processo – que resultou na divisão mundial dos países entre industriais e predominantemente agrícolas, assim chamados, respectivamente, desenvolvidos e subdesenvolvidos ou de primeiro e de terceiro mundo – voltamos nosso olhar para a formação dessas desigualdades, buscando compreender seus nexos com o passado colonial que deixou marcas nas relações de produção vigentes no país, sobretudo problematizando como foram produzidas no nordeste mineiro, que veio a ser identificado como Vale do Jequitinhonha.

São esses os dois olhares abordados nessa dissertação, nas duas seções que a compõe. Na primeira seção tratamos de discutir o processo particular de formação territorial do desequilíbrio aparente dos níveis de desenvolvimento alcançados no Vale do Jequitinhonha, como parte da não-simultaneidade nacional, cujas relações de produção assumem a forma, na concorrência, de “arcaicas” ou “atrasadas”. Na segunda, focamos o esforço modernizador promovido pelo Estado para corrigir esta desigualdade, tanto internamente, com relação às suas “regiões”, como externamente, com relação ao nível de desenvolvimento dos países do centro do *sistema produtor de mercadorias* (Kurz, 1999). O método adotado consiste, portanto, na interpretação da conjuntura da modernização retardatária que incidiu no Vale do Jequitinhonha mineiro nos anos de 1960 e 1970, mas também na interpretação do processo

¹ “(...) Nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado, em que (...) se repetia o estatismo (...)” (Kurz, 1999; 35).

histórico sobre o qual ela incide, a não-simultaneidade territorial em que se encontrava o nordeste mineiro.

Essa dupla abordagem sobre o processo de modernização do nordeste de Minas Gerais propicia, ainda, dois olhares sobre a *questão regional* (Oliveira, 1993 e 2008) no Brasil. Por um lado, partimos de um olhar sobre as relações sociais de produção que viabilizaram regionalmente a acumulação de capital no nordeste mineiro, como é o caso da expansão da fazenda agropecuária fundada na relação de agregação, apresentada na primeira seção. Dessa perspectiva, a *região* é compreendida antes como uma *forma* particular de acumulação do capital, reproduzida pelas e para as classes dominantes regionais (Oliveira, 2008).

Por outro lado, invertemos nossa perspectiva para olhar o planejamento como forma de atuação estatal que buscou superar essas relações sociais de produção particulares por meio da instauração de “regiões”, que deveriam ser objeto de sua intervenção desenvolvimentista. Ou seja, olhamos para uma política territorial de Estado, adotada, especialmente durante o regime militar, para promover uma ruptura das relações de produção reproduzidas pelas classes dominantes regionais, tomadas como parte das desigualdades internas ao território nacional. Essas relações mostravam-se “arcaicas”, uma vez que obstaculizavam a entrada de formas diferenciadas de produção de valor, de acordo com os padrões de reprodução que o Estado brasileiro em modernização retardatária procurava instituir².

A definição da “região” do Vale do Jequitinhonha, que preparou as bases para a instauração do planejamento estatal, abrangeu os “municípios mineiros integrantes da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, aos quais se refere o Decreto nº 9.841, de 6 de junho de 1966” (cf. Lei 11711, de 23 de dezembro de 1994), que ficaram submetidos à intervenção da Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale). Posteriormente, e se distinguindo qualitativamente da atuação da Codevale, como veremos no segundo capítulo da segunda seção, o Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC) e o Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV), serviram de base para a definição da “região”, dessa vez objeto imediato do planejamento estatal, do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, em 1975. A abrangência de ambas as “regiões” – do Vale do Jequitinhonha e do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha – pode ser observada no Mapa I *Territorialização do nordeste de Minas Gerais*, que se encontra no fim dessa Apresentação geral.

² “O planejamento emerge aqui como uma ‘forma’ da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional’” (Oliveira, 2008; 149).

Na primeira seção da presente dissertação, buscamos observar as contingências do processo de instauração dessas relações sociais de produção particulares, territorializadas no nordeste de Minas Gerais pelas classes dominantes regionais, como forma de viabilizar a acumulação no contexto de substituição do trabalho escravo. Na segunda seção, analisamos as intervenções modernizadoras do Estado militar no Vale do Jequitinhonha (impostas por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, do Estatuto da Terra, das cessões de terras devolutas, dos incentivos fiscais à instalação de empresas capitalistas) e as transformações nas relações de produção delas decorrentes, determinadas pela reprodução monopolista do capital.

Os dois olhares sobre a questão regional no nordeste mineiro permitem também identificar dois momentos do processo de formação do Estado no Brasil. O primeiro, que aparece na primeira seção, se refere ao Estado *não-autonomizado* (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII) das classes dominantes³, para as quais o monopólio da violência permite que se imponham determinadas relações de produção. O segundo momento, abordado na segunda seção, refere-se ao Estado que se autonomiza dessas classes dominantes e que deve impor às mesmas a modernização retardatária ou, de acordo com a formulação de Francisco de Oliveira, em seu livro *Elegia para uma re(li)gião* (2008), deve impor às mesmas sua substituição por outras classes dominantes, de caráter nacional e internacional.

Finalmente, cabe ainda ressaltar que o recuo ao processo histórico de formação do qual resultam os “desequilíbrios” na reprodução das relações sociais de produção no nordeste mineiro, cuja identificação serviu de base para a definição do Vale do Jequitinhonha e, posteriormente, do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e para a intervenção estatal, se constituiu como um importante meio de interlocução com os autores que problematizaram o processo de modernização nessa “região”. Isso porque algumas análises sobre o processo de expropriação ocorrido nas décadas de 1960 e 1970 no Vale do Jequitinhonha (Graziano e Graziano Neto, 1983; Moura, 1988; Martins, 1986 e Silva, 1988 e 1999) tematizaram igualmente o debate sobre as condições locais de reprodução social que foram objeto da modernização.

Para os referidos autores, a penetração do capitalismo no campo, ocorrida também no Vale do Jequitinhonha, foi responsável por inaugurar relações de dominação pautadas na dinâmica de valorização abstrata do capital, onde, pelo contrário, a reprodução camponesa se baseava na relação com a natureza, que estabelecia as condições materiais decisivas para a forma de organização social. Como veremos na introdução da primeira seção, tais

³ Ou seja, um Estado que ainda não guarda *aparência de autonomia* com relação às classes dominantes, que *personificam* (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII) o capital.

interpretações sugerem que a formação do campesinato no Vale do Jequitinhonha esteve ligada ao declínio da mineração, quando as populações pobres espalharam-se em pequenas posses e iniciaram a formação de um modo de vida voltado para a subsistência. Além disso, a estagnação econômica das fazendas locais, a partir do século XIX, teria aberto espaço para a consolidação deste modo de vida.

Como já foi sugerido, acreditamos ser fundamental identificar o processo de formação do modo de reprodução social particular que caracterizava o nordeste mineiro antes da intervenção decisiva da modernização retardatária, nos anos 1960 e 1970. Nesse aspecto, concordamos e perseguimos a trilha deixada pelos autores com os quais estabelecemos a referida interlocução. Contudo, de acordo com a perspectiva que assumimos para interpretar o processo de modernização, as relações de dominação fundadas na acumulação abstrata do capital, encontram-se presentes desde o período colonial, sendo elas próprias responsáveis por conformar a não-simultaneidade brasileira, que ganha a aparência de atraso e estagnação aos olhos do Estado e aparência de autonomia territorial na reprodução social do ponto de vista da teoria do campesinato.

Por isso, nossa opção metodológica que organiza o recuo histórico ao processo de formação territorial do que veio a ser definido como o Vale do Jequitinhonha procura se remeter às relações que se formaram com a crise da mineração – interpretadas pelos referidos autores, grosso modo, como formação do campesinato – como um processo de imposição de relações sociais de produção que permitiram a acumulação de capital no contexto particular no qual o trabalho livre se generalizou no Brasil e no nordeste mineiro. Ou seja, procuramos ressaltar as imposições da fazenda durante todo o processo de constituição do chamado campesinato, explicitando os mecanismos por meio dos quais agregados, posseiros e sitiantes estiveram submetidos ao controle territorial de fazendeiros-coronéis. Portanto, na perspectiva aqui adotada não é a autonomia o elemento central na definição das mediações experimentadas pelos camponeses, mas antes a dominação da fazenda. Qualificar essa dominação é mais um elemento que justifica e reafirma a importância de uma discussão sobre a formação da não-simultaneidade no Vale do Jequitinhonha e no Brasil.

*

A primeira seção dessa dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No primeiro capítulo procuramos discutir os primórdios dos processos de territorialização⁴ do que veio a ser instituído, somente a partir dos anos de 1950, como o Vale do Jequitinhonha. Esse procedimento traz problemas de toda ordem, uma vez que temos de nos referir ao processo de formação de um objeto que, encontrando-se já formado, projeta-se inevitavelmente sobre o passado. Sabendo que os limites territoriais buscados, se pensados tanto administrativamente, quanto social e economicamente, foram instituídos apenas muito mais tarde, recorreremos a dinâmicas de formação de outros territórios, ainda que estas delineiem e sejam delineadas por limites distintos.

Uma destas dinâmicas pode ser identificada a partir de fontes que documentaram o movimento bandeirantista quinhentista⁵, conduzido por expedições cuja finalidade era a realização de “pesquisas” sobre as potencialidades de extração mineral num sertão desconhecido – possibilidades também sugeridas por lendas como as que identificavam a Serra das Esmeraldas ou a Lagoa de *Vapabussu*, e outras formações preñhes de minerais preciosos.

Outra pode ser identificada a partir de registros de expedições patrocinadas pelas autoridades coloniais para combater sobretudo as tribos tapuia rebeladas “sertão adentro”, a *Guerra dos Bárbaros* (Puntoni, 2000 *apud* Toledo, 2008), que foi pressuposto para a instauração das sesmarias do Alto Sertão, do morgado Guedes de Brito, território em cujas fronteiras em conquista a área em questão foi estabelecida⁶.

Por fim, outro momento destes primórdios de territorialização pode ser identificado a partir da documentação concernente ao bandeirantismo paulista e suas expedições, seja em busca dos “negros da terra”, indígenas capturados para serem escravizados, seja em busca de quilombos de negros foragidos, para serem exterminados, processo que conduziu à descoberta mineral das *minas gerais* e também da área⁷. Descoberta mineral da área tanto no que tange à

⁴ Processo compreendido como a reorganização de determinada realidade espacial, cujo sentido é definido pela generalização de relações sociais de produção voltadas para possibilitar a acumulação de capital. Territorialização, portanto, é a produção do território do capital.

⁵ Para essa discussão partiremos especialmente de referências encontradas na obra de Diogo de Vasconcelos (1974; 1994 [1807]; 1999), jurisconsulto, historiador e escritor do Porto, que foi para as minas em 1767, aos nove anos, tendo escrito durante sua vida obras de documentação da realidade local, inclusive sob encomenda das autoridades locais; da obra da historiadora local Nelly Jardim (1998), no livro *O Vale e a vida: história do Jequitinhonha*, que se utiliza especialmente dos relatos de cronistas e viajantes estrangeiros da colônia para compor um panorama de época; além de outras referências documentais sistematizadas nos artigos do livro *História de Minas Gerais, as minas setecentistas* (Resende e Villalta, 2007).

⁶ Aqui partiremos especialmente da pesquisa realizada por Neves (1998), no livro *Uma comunidade sertaneja: da sesmaria ao minifúndio, um estudo de história regional e local*, que parte da análise de cartas de concessão de sesmarias, de inventários de sesmeiros e de registros de comercialização de terras.

⁷ Para esta discussão partiremos dos já mencionados Vasconcelos (1974) e Resende e Villalta (2007); das referências documentais sistematizadas pela *Revista do IHGB, edição especial comemorativa dos 250 anos da*

descoberta de ouro no Bom Sucesso, ribeirão afluente do Rio Araçuaí, em 1727, em um território que se formava determinado justamente pelos descobrimentos auríferos ao longo do que foi conhecido como Caminho Geral do Sertão e cujos limites, ainda móveis, foram determinados na disputa pelo recém-achado entre a Bahia e a então constituída capitania de Minas Gerais; como no que se refere à descoberta de diamantes, comunicada à Coroa em 1729, no que veio a se constituir como o Distrito Diamantino, que incluía o Arraial do Tejuco, além de outros arraiais.

Tais processos desencadearam não apenas a instauração das relações de produção na área (inclusive na medida em que estavam formando os pressupostos para tal instauração), mas, também, desencadearam a produção da área propriamente dita. Isto é, de sua própria existência aparentemente natural, na medida em que promoveram a identificação e a nomeação dos seus rios, vales e serras, estabelecendo sua relação com outras áreas conhecidas; a abertura dos caminhos que até lá conduziam e, posteriormente, a cartografia de mapas que identificaram estes itinerários; além da identificação das possibilidades de produção das mercadorias que posteriormente vieram a organizar a instauração desta relações. Isso sem esquecer que o processo de produção desta área como território do capital não se deu sem passar pelo aniquilamento das populações indígenas que lá residiam, das quais o estatuto da socialização não pode ser pensado em termos de continuidade com o processo aqui discutido.

No segundo capítulo apresentamos a instauração das relações sociais de produção no que passa já a ser considerado o nordeste mineiro, uma vez que encontra-se já instaurada a capitania de Minas Gerais, discutindo o primado da exploração comercial de exportação sobre a exploração com vistas ao mercado interno na colônia. Nesse sentido, debatemos sobre a condição de atividade subsidiária imputada à pecuária, suas relações de trabalho e seus mecanismos de acumulação, buscando refletir sobre a territorialização desta atividade. Apresentamos também a conformação de relações sociais de produção próprias àquela mineração, discutindo seu caráter de atividade voltada para a exportação, além de sua forma de organização do trabalho e do sentido de sua acumulação. Por fim, discutimos a relação entre mineração e agricultura, o caráter subsidiário assumido por esta última e sua relação com o comércio e o abastecimento das minas.

Vila de Minas Novas, Minas Gerais (1981); da pesquisa realizada pelos historiadores locais Machado (2000) em seu livro *Senhora da Graça da Capelinha*, Freire (2002) em seu livro *Minas Novas: sua história, sua gente* e a obra já referenciada de Jardim (1998); além do registro dos viajantes estrangeiros Saint-Hilaire (1975) e Pohl (1976).

Convém ainda frisar que, a partir do segundo capítulo, perseguimos o processo de formação territorial do que veio a ser considerado o Vale do Jequitinhonha a partir do termo de Minas Novas, cuja abrangência pode-se deduzir da área correspondente ao antigo município de Minas Novas, mantida íntegra até o ano de 1831. Termo foi a expressão utilizada para designar as subdivisões administrativas das comarcas, que, por sua vez, eram as subdivisões administrativas das capitanias. A escolha de discutir o processo de formação territorial do que veio a ser identificado como Vale do Jequitinhonha a partir do termo de Minas Novas justifica-se pela abrangência e pela grande coincidência da área do antigo município de Minas Novas com a área dos municípios identificados posteriormente como parte do Vale do Jequitinhonha, pelo planejamento regional, como é possível considerar a partir do Mapa I *Territorialização do nordeste de Minas Gerais*, que se encontra ao fim dessa Apresentação geral.

No terceiro capítulo partimos para a análise das transformações das relações sociais de produção no nordeste mineiro provocadas pela crise da mineração e pelo fim da dinâmica colonial de exploração. Nesse sentido, problematizamos a tradicional tese que identifica um processo de regressão econômica com a crise da mineração, apresentando o “surto algodoeiro” em Minas Novas. Discutimos, dessa maneira, o posterior processo de formação de relações de produção regionais que, apesar de tradicionalmente interpretadas como parte do modo de vida camponês, são por nós encaradas como uma forma de viabilizar a acumulação de capital no contexto de generalização do trabalho livre. Ou seja, as relações de agregação e a incorporação das pequenas posses, aliadas ao coronelismo e à não-autonomização entre o capital e a violência que permite forçar o sobretrabalho social são as formas regionais de viabilizar a expansão da fazenda agropecuária.

Com este breve panorama é possível indicar o processo de formação da não-simultaneidade que desejamos discutir na primeira seção desta dissertação e que conforma as relações de produção que foram objeto da modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha. Esse percurso indica, ainda, que a instalação do “campesinato” que ali se encontrava, quando do processo de modernização desencadeado durante os anos de 1960 e 1970, tem uma história pregressa, cujas diversas formas de reprodução social tornam-se importantes fontes de problematização, na medida em que podem sugerir indícios para refletir sobre o caráter que a reprodução social experimentada pelos próprios “camponeses” assumiu. A problematização, ainda que mínima, de tais formas de reprodução deve permitir “preencher as lacunas” (Boechat, 2009; 21) nas histórias desses “camponeses”, posseiros e agregados disseminados pela crise da mineração, buscando compreender que tais histórias apenas

aparecem como autônomas com relação à sociedade que se estabelecia, na medida em que viabilizaram – ainda que cegamente, ou, por trás das costas dos sujeitos (Marx, 1983, vol. I, tomo I, cap. I) – o estabelecimento desta sociedade, a sociedade produtora de mercadorias, localmente.

A segunda seção desta dissertação se encontra dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo procuramos discutir o contexto no qual se estabelece nacionalmente a modernização retardatária. Para tanto, recorremos a uma análise dos aspectos da intervenção estatal voltados para a instauração da indústria, para a modernização das relações de produção na agricultura e para o entrelaçamento entre ambas, que acontecem durante o regime militar.

Analisando a assim chamada penetração do capitalismo no campo, abordamos as transformações na base técnica, do que resulta a formação do chamado complexo agroindustrial brasileiro; a formação de uma política coordenada de oferta de crédito rural, consolidada no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965; além do aumento da demanda por produtos agrícolas, provocada pela intensificação da urbanização, e do aumento da demanda por outras matérias-primas, provocadas pelo desenvolvimento de certos ramos industriais, como é o caso da madeira florestada ou reflorestada produzida no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, que serve à produção industrial tanto de ferro-gusa, utilizada como carvão vegetal na siderurgia, como de papel e celulose.

No segundo e no terceiro capítulos, buscamos problematizar as transformações provocadas pela modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha. No segundo capítulo, analisamos os aspectos da intervenção estatal na modernização, discutindo a instalação de uma agência de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha e as subseqüentes intervenções estatais do planejamento regional, ou seja, analisando a modernização como processo de regionalização, de modo a discutir o papel da instauração de infra-estrutura, da cessão de terras devolutas e dos incentivos fiscais na desestruturação das relações de produção regionais e na instauração de um padrão monopolista de acumulação do capital.

No terceiro capítulo procuramos discutir mais diretamente o processo de autonomização entre as categorias de terra, trabalho e capital no Vale do Jequitinhonha, abordando sobretudo a expropriação de posseiros, agregados e pequenos sitiantes da terra, tanto em função da reestruturação produtiva das antigas fazendas agropecuárias, como em função da instauração das empresas reflorestadoras na “região”. Ou seja, apresentamos o processo de aniquilamento das relações sociais de produção particulares na “região” pelo novo padrão de empreendimento, fundado numa distinta forma de acumulação, que ali se instala.

No quarto capítulo, partimos do processo de expropriação destes trabalhadores para observar-lhes a transformação em “bóias-frias”. Ou seja, discutimos o contexto no qual esses trabalhadores passam a se reproduzir, uma vez que suas antigas condições de reprodução foram completamente transformadas pela modernização retardatária. Com isso, desejamos discutir também a aparência de liberdade desses trabalhadores que revela-se dupla, uma vez que um dos momentos dessa liberdade é a expropriação, ou seja, uma vez que os trabalhadores estão livres de qualquer outra possibilidade de se reproduzirem que não por meio da venda de sua força-de-trabalho que apenas pode realizar-se em condições cada vez mais críticas.

Com isso, fechamos o leque de questões abordadas nas duas seções que compõem essa dissertação. Essa pequena apresentação permite entrever a dupla perspectiva por nós assinalada, que pretende discutir tanto a intervenção estatal que concentrou esforços para mover nacionalmente a modernização retardatária, como o processo de formação regional da não-simultaneidade, que viria a ser objeto da “correção de desequilíbrios”, promovida pelo planejamento. O recuo à análise do processo de formação das relações regionais opera, deste modo, ele próprio como uma crítica à maneira como, em nosso mundo conformado em torno da troca de mercadorias, as relações sociais assumem a cristalização de *coisas*, perspectiva naturalizada na intervenção desenvolvimentista. Acreditamos que esse caminho permite questionar a feição de aparência exclusivamente “positiva” e “progressista” do processo de modernização, além de permitir identificá-lo e criticá-lo mesmo nas relações que parecem manter autonomia com relação a sua dinâmica.

Localização da Área de Estudo:

Projeção Policônica

Escala Numérica:

1:1.600.000

Escala Gráfica:

Convenções Cartográficas

⊙ Capital do estado de Minas Gerais

— Principais Rios

□ Limite de Municípios

■ Limite dos Estados

Territorialização do nordeste de Minas Gerais

▬ Limite do antigo município de Minas Novas

■ Municípios abrangidos pela CODEVALE

▨ Municípios abrangidos pela CODEVALE e Distrito Florestal

■ Municípios abrangidos pelo Distrito Florestal do Jequitinhonha

* municípios abrangidos parcialmente pela CODEVALE

Territorialização do nordeste de Minas Gerais

Fonte: Atlas Nacional do Brasil / IBGE, Dir. de Geociências, 4° ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
Pré-Diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, Vol. I. Belo Horizonte: CODEVALE s/d. Distritos Florestais para Minas Gerais, Estudos Básicos, Vol. II. Belo Horizonte: IEF, 1975.
Nunes, Marcos Antônio. Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/IGC, 2001.

**SEÇÃO I – FORMAÇÃO DA NÃO-SIMULTANEIDADE TERRITORIAL DO NORDESTE
MINEIRO**

Introdução

A exploração do trabalho do “bóia-fria” – como ficou conhecido o trabalhador rural, temporário, “safrista”, muitas vezes migrante, cujo assalariamento ocorre em condições “flexibilizadas” e “precarizadas” no empreendimento agrícola, hoje cognominado como “agronegócio” – se fez tema clássico nas nascentes correntes críticas, de orientação marxista, da geografia agrária e sociologia rural brasileiras, especialmente a partir da década de 1970.

O impacto da *modernização conservadora*⁸ sobre a estrutura fundiária brasileira, na medida em que concentrou ainda mais a terra nas mãos de grandes proprietários; seu impacto sobre as relações de trabalho, na medida em que determinou intensas mudanças na relação entre as forças produtivas e as relações de produção na agricultura, além de seu impacto sobre a dinâmica de oferta de crédito e subsídios para o empreendimento rural capitalista – processo que, em sua totalidade, foi analisado como a *penetração do capitalismo no campo* – somado ao impacto repressivo que este processo exerceu sobre a Universidade e a produção de conhecimento, conjugaram fatores para a definição desse campo de investigação e crítica social.

Não só a discussão sobre a exploração do trabalho e as condições de reprodução destes trabalhadores se consolidou, mas também a discussão sobre o processo de *produção* destes trabalhadores, como mercadoria força de trabalho, prelúdio das condições de sua exploração, definiu-se como paradigma da interpretação da realidade brasileira no período, consagrando o estudo da *expropriação da terra* como base para tais análises. Além disso, por serem de outros estados brasileiros muitos dos trabalhadores que vieram a realizar sua mercadoria força de trabalho no nascente “agronegócio” do eixo centro-sul do Brasil, especialmente de São Paulo, o estudo da *migração em busca de assalariamento* também se consolidou como uma importante análise de base.

Era, pois, necessário identificar quais processos ocorriam no campo, nos locais de origem e nos locais de destino destes trabalhadores em êxodo, destacando aqui, além da expropriação da terra de pequenos roceiros e lavradores e da migração e assalariamento *forçados*⁹ dos mesmo, em condições “precárias”, a transformação – e até mesmo, em alguns casos, a quase extinção – de relações de produção em que os trabalhadores produziam diretamente seus meios de vida.

⁸ A modernização conservadora compreende o conjunto de transformações econômicas, sociais e políticas, marcadas pela violência e impulsionadas pelo Regime Militar, que teve vez a partir de 1964, sendo assim designada em oposição a uma promessa de modernização fundada em bases democráticas.

⁹ Socialmente forçado, na medida em que não resta ao trabalhador outra opção se não a de vender sua força de trabalho, uma vez que está *livre* de quaisquer outras possibilidades de reprodução.

Ao passo que tais transformações eram analisadas, se consagrava também um modo de pensar o próprio *sujeito* a estas mudanças. O homem do campo, o posseiro, o foreiro, o agregado, o pequeno arrendatário, o meeiro, cujo trabalho se realizava, de maneira geral, em condições familiares, na particularidade de suas relações com a terra, com o trabalho e com o capital, também foram sendo identificados – ao gosto de uma sociologia cujo marxismo dialogava francamente com a formulação de tipos sociais – com a categoria de *camponês*.

As interpretações sobre a modernização do Vale do Jequitinhonha¹⁰, nordeste de Minas Gerais, da qual resultou a formação do trabalhador “bóia-fria” na “região”, não foram diferentes. Nestas, a análise das relações de produção, que precederam o processo de modernização em pauta, se baseou, em grande medida, na referida categoria.

Uma abordagem clássica sobre a temática da “reprodução camponesa” no Vale do Jequitinhonha, fruto de um amplo conjunto de pesquisas realizadas sob a coordenação de Margarida Maria Moura, é o artigo “As condições da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha”, publicado por Eduardo Graziano e Francisco Graziano Neto na revista *Perspectivas*, em 1983.

Neste texto, os autores partem de uma consideração sobre o “processo de expropriação capitalista ocorrido a partir de 1970” no Vale do Jequitinhonha, amplamente subvencionado pelo Estado, além de ser justificado por suas agências representativas, pela caracterização da “região” como “vale da morte” e como “região de pobreza absoluta”; para analisarem as condições de reprodução locais existentes antes de tal processo, por estas conterem “elementos ricos para a interpretação das sociedades camponesas estabelecidas em nosso país” (1983; 87).

Na perspectiva adotada pelos autores, o processo de formação territorial do Vale do Jequitinhonha teria se conformado por meio da instauração da mineração e por meio da formação da fazenda pecuária, ainda que a reprodução camponesa tenha podido se estabelecer nas “brechas” destas atividades e com uma “crescente independência de [sua] produção frente aos grandes proprietários” (1983; 86)¹¹, se estabelecendo definitivamente a partir da segunda

¹⁰ Processo de modernização amplamente fomentado por planos de “desenvolvimento regional”, conduzidos pelo governo federal e pelos governos estaduais, alinhados com a ditadura militar, durante os anos de 1960 e 1970, em diversas regiões brasileiras, com a finalidade, ideológica, de combater o “atraso” de tais áreas. Tal processo, aliado a expulsão do agregado do interior da fazenda, que estava se estabelecendo como empreendimento de pecuária extensiva, foi responsável por desencadear a migração temporária, determinada pela necessidade de assalariamento de boa parte do contingente populacional da área, que passou a ocorrer, de modo geral, no grande empreendimento agrícola capitalista.

¹¹ As palavras em colchetes inseridas dentre as citações apresentadas referir-se-ão, nesta dissertação, à inclusões por nós realizadas.

metade do século XIX, quando a estagnação econômica das fazendas no Vale do Jequitinhonha teria aberto espaço para a consolidação deste modo de vida.

A caracterização da reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha está bastante fundamentada na influência da “natureza”, que trataria de estabelecer “condições materiais que influenciam decisivamente a organização social” (1983, 87-88). A partir desta perspectiva os autores passam a analisar a “interferência” e até mesmo “determinação” do “complexo grotá-chapada” (1983; 88) na forma de apropriação territorial. Assim, a reprodução camponesa estaria fundada tanto na apropriação privada da terra, nas grotas, que “é um mecanismo utilizado pelos camponeses para assegurarem os frutos do trabalho familiar” (1983; 89), como na apropriação em comum das chapadas, para a coleta de frutos, raízes, lenha e a cria do gado a solta.

Os autores assinalam especialmente que, de acordo com a “concepção” camponesa, “é o trabalho humano que dá origem a posses e direitos sobre determinados bens” (1983, 90), além de assinalarem que “o mercado capitalista de produtos não é a meta a ser atingida, [sendo] o intuito de sobrevivência predominante, mesmo porque o estabelecimento de uma rede comercial na região não existe” (1983, 93).

Apesar disso, estão presentes na análise diversas referências à existência de estabelecimentos comerciais, a necessidade de recorrer à compra de artigos que não podem ser diretamente produzidos, além de produções destinadas à venda, como o artesanato e o garimpo, ou a própria migração em busca do assalariamento – ainda que segundo os autores neste momento o retorno esteja pré-estabelecido pela unidade camponesa – que buscam complementar a renda camponesa.

Outra análise que consagrou a interpretação sobre a expropriação do campesinato no Vale do Jequitinhonha foi a de José de Souza Martins, em seu artigo sobre as migrações internas no Brasil, “O vôo das andorinhas”. Nesse artigo, que compõe o livro *Não há terra para plantar nesse verão. O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo* (1986), o autor discute os diversos contexto em que se processa a migração temporária no Brasil, especialmente de camponeses e trabalhadores rurais, determinada pela busca de trabalho assalariado.

Um dos casos discutidos se refere à migração de trabalhadores rurais que migram temporariamente para outras zonas rurais, aproveitando o período de entressafra de suas lavouras para trabalhar em safras de outras regiões. Entre eles estão os trabalhadores do nordeste de Minas Gerais, ou Vale do Jequitinhonha, também identificados como camponeses “são, geralmente, pequenos proprietários, pequenos arrendatários, parceiros ou foreiros”

(1986; 47) e a modalidade de migração que estabelecem é a cíclica ou a migração propriamente temporária, que combina ciclos agrícolas distintos.

Apesar do artigo tratar especialmente das condições de penetração do capital sobre a agricultura familiar e sua pequena propriedade, especialmente a partir das diversas formas de cerco sobre a terra, o trabalho e a renda camponesa, especialmente a partir dos anos de 1960 e 1970, o autor identifica alguns elementos para a caracterização do modo de vida camponês.

Quando trata do Vale do Jequitinhonha, Martins identifica a agricultura como “praticamente voltada apenas para a subsistência” (1986; 52), apesar de considerar que o camponês “vive *no limite* da mera subsistência” (1986; 52; grifo nosso). Isso porque a “capacidade de compra dos artigos que complementam a sua subsistência e que não pode produzir diretamente” (1986; 53) é afetada por adversidades que podem incidir sobre a reprodução camponesa, como a perda de colheitas cujo excedente poderia ser comercializado ou pela própria deterioração dos preços deste excedente. De modo geral, entretanto, a reprodução camponesa é identificada pela particularidade de consistir na produção direta dos meios de vida pelos trabalhadores.

Na obra *Errantes do fim do século*¹² (1999), outra importante análise sobre o tema, embora mais recente, podemos identificar os mesmos recursos analíticos que faz de Maria Aparecida de Moraes Silva importante herdeira desta tradição intelectual.

Ao interpretar o processo de expropriação do campesinato no Vale do Jequitinhonha, e suas conseqüências para a produção da força de trabalho do “bóia-fria”, a autora, após analisar o contexto histórico da modernização da agricultura brasileira e a aplicação dos ardis jurídicos que lhe foram subjacentes, parte para uma breve consideração sobre as condições de reprodução das relações sociais na área, que precederam este período. Considera que a história de tais terras nasce do processo de disputa entre “os indígenas botocudos e os habitantes que aí se instalaram com as expedições auríferas” (Silva, 1999; 40). Esta história, que resultou como processo “de conquista e de escravidão dos índios”, ainda que estes “aparecessem como os invasores”, foi seguida da história de exploração dos negros como trabalho escravo nas regiões auríferas (Silva, 1999; 40 e 41).

Com a decadência da mineração, entretanto, as populações pobres, *os desclassificados do ouro* (Mello e Souza, 2004), constituíram um grupo social de mestiços, descendentes de negros, índios e brancos, que vivia agregado nas “fazendas agropecuárias que se formaram”, ou, ainda, vivia “em pequenas posses” (Silva, 1999; 42). O modo de vida desta população é

¹² Tal publicação constituiu originalmente o trabalho com o qual a autora recebeu o título de livre-docente, e é resultado de pesquisas conduzidas pela mesma durante o período compreendido entre 1987 e 1990.

resgatado pela autora a partir de descrições de viajantes estrangeiros. Saint-Hilaire os compara aos campônios franceses por sua grosseira rusticidade, submissão a seus superiores, hospitalidade, além do fato de se entregarem à agricultura, neste caso fundada especialmente em culturas como o feijão, o milho, o arroz, a mandioca, o tabaco, a banana. A sobrevivência desta população baseava-se, além do plantio das roças nas grotas, na coleta de frutos selvagens, ervas medicinais, raízes, lenha, carne de caça e no gado criado a solta nas chapadas, relação que ficou consagrada como o “complexo gruta-chapada” (Silva, 1999).

Tal incursão sobre descrições da área pretende identificar o modo de vida experimentado por essas populações:

“O modo de vida secular [estava] assentado nas relações homem-natureza, no direito costumeiro da posse pessoal e da terra comum e na existência de uma história da natureza (...)” (Silva, 1999; 45).

Este modo de vida estaria fundado em uma “história baseada nos valores de uso” (Silva, 1999; 45), em “relações temporais assentadas no tempo natural” (Silva, 1999; 57), em “um *ethos* baseado na ‘estrutura da consciência temporal’” (Silva, 1999; 58), em relações que foram destruídas pela “introdução do dinheiro na troca de mercadorias” e “pela produção do tempo linear, capitalista” (Silva, 1999; 57).

Em outro texto, publicado no primeiro número da *Travessia, a Revista do Migrante*, do Serviço Pastoral dos Migrantes, de 1988, intitulado “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas a proletárias”, Maria Aparecida de Moraes Silva oferece mais elementos para a definição do modo de vida dos camponeses do Vale do Jequitinhonha.

A autora volta a identificar a produção de alimentos como atividade que surge subsidiária à mineração e que se dissemina com sua decadência, “dando origem ao campesinato ali hoje estabelecido” (Silva, 1988; 11). Qualifica este modo de vida pelo seu caráter “bastante peculiar, caracterizado por uma forma independente de organização social” (Silva, 1988; 11); pela articulação estreita e harmônica entre homem e natureza, relação na qual a última “não é vista como fonte de lucro” (Silva, 1988; 11) e passa a ser considerada “como um prolongamento de seu próprio corpo” (Silva, 1988; 12).

De maneira a reafirmar a definição de tais relações, a autora nos oferece a referência de um texto peruano sobre as relações camponesas daquele país:

“[A economia camponesa] distingue-se da economia capitalista por suas unidades de produção e consumo combinadas, por sua mão de obra familiar e pela ausência de valores mercantis. A estrutura da família camponesa (...), assim como as práticas de ajuda mútua entre os camponeses (...) dão como resultado uma tenaz resistência da economia às transformações capitalistas” (Laite, 1981 In: Silva, 1988; 12).

Ou seja, tal modo de vida estaria fundamentalmente marcado pela produção destinada à subsistência, por sua vinculação imediata com a natureza e com os outros homens, além de sua forma independente de organização social, distinguindo-se, por estes qualificativos, da economia capitalista (Silva, 1988; 12).

Este campo de debate, que abrange a discussão sobre o modo de vida camponês, veio de encontro para com uma problemática bastante tradicional do pensamento social brasileiro: a discussão sobre o caráter das relações de trabalho que substituíram a escravidão negra, quando da sua abolição.

José de Souza Martins se dedicou a organizar tal debate, em sua obra *O cativo da terra* (2004). O autor inicia a introdução do livro, apresentando uma série de “afirmações de autores clássicos da literatura brasileira de ciências sociais” (Martins, 2004; 9) que se referem à substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado no Brasil, ou ainda, à inserção dos emergentes trabalhadores livres em relações de produção propriamente capitalistas. Entre estes, compõe a lista Caio Prado Júnior, Sérgio Silva, Wilson Cano e Boris Fausto. De acordo com a interpretação de Martins, tais autores descreviam, por vezes, uma série de relações de trabalho que estiveram no bojo da substituição do trabalho escravo, como a parceria e o colonato, mas apenas apresentando-as como “variantes de relações capitalistas de produção” (Martins, 2004; 10). O autor recorda ainda que esta problemática possuía a marca do “confuso debate intelectual sobre a transição do feudalismo para o capitalismo” (Martins, 2004; 11) e se encontrava condicionado pela luta política de remoção dos “restos feudais” da sociedade brasileira, processo único que poderia conduzir à proletarianização de uma parcela da sociedade, o que se tornaria o fundamento da revolução social, conforme a corrente socialista havia preconizado.

Entretanto, nos textos dos próprios autores responsáveis por tais interpretações podiam ser encontradas descrições de relações de trabalho, predominantes na substituição do trabalho escravo, que se baseavam na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução da força de trabalho, o que, de acordo com o autor “não podem ser definidas como capitalistas (nem o trabalho como assalariado), senão através de muitos e questionáveis artifícios” (Martins, 2004; 11).

Tal contradição que se estabelece em torno da generalização do trabalho livre relaciona-se, segundo o autor, à “transformação das relações de produção como meio para preservar a economia colonial” (Martins, 2004; 13), ou seja, a preservação de tal forma de realização do capitalismo seria responsável pela manutenção da subordinação da produção ao comércio, ou ainda, pelo primado da circulação. Tal caminho analítico conduz à hipótese do autor “de que o

capitalismo, na sua expansão, não só redefine antigas relações, subordinando-as à reprodução do capital, mas também engendra relações não-capitalistas igual e contraditoriamente necessárias a essa reprodução” (Martins, 2004; 19 e 20), a qual se soma outra hipótese complementar de que “tal produção capitalista de relações não capitalistas se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio” (Martins, 2004; 21).

A formulação teórica referente à formação capitalista de relações não-capitalistas – incluindo, entre outras, o campesinato aqui problematizado e o colonato, analisado por Martins – amplamente adotada na interpretação da emergência do trabalho livre e na interpretação do período que antecedeu a generalização do assalariamento no Brasil, se baseia especialmente na não-dissociação do trabalhador, das condições de reprodução de sua força de trabalho. Ou seja, tal formulação pressupõe que a *formação das condições necessárias à realização da acumulação capitalista em seus próprios termos* ainda não tenha se realizado, visto que tal processo, como ocorrido na Inglaterra, foi interpretado por Marx (1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV) justamente como a separação do trabalhador das condições de realização de seu trabalho e a reprodução dessa separação em escala sempre ampliada¹³, sendo este o fundamento geral onde quer que a relação-capital¹⁴ venha a se estabelecer.

Ora, ainda que tal separação, a *acumulação primitiva*, no sentido da acumulação das categorias da relação-capital, não tivesse se completado, e que as relações de produção não assumissem feições *especificamente capitalistas*, é possível dizer que o *sentido* da sociedade em questão – a sociedade brasileira na transição do trabalho escravo para o trabalho livre e na transição da condição de colônia para a condição de Estado independente – e da totalidade de relação nas quais estava inserida, era a acumulação e o lucro.

A própria constituição de tal sociedade esteve determinada pela imposição desta finalidade tautológica, promovida através da injunção do sistema colonial, cujo *sentido* (Prado Jr., 1979) foi a produção de mercadorias tropicais para os mercados europeus, de maneira a realizar a acumulação primitiva metropolitana – seu *sentido profundo* (Novais, 1979).

Admitido tal sentido para a sociabilidade em questão, interessa saber quais relações de produção poderiam viabilizá-lo, de modo a conhecer a forma como operava essa extração de lucro e essa acumulação, visto que as condições para a acumulação de capital, em bases

¹³ “A relação-capital pressupõe a separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie em seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, e por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 262).

¹⁴ “[...] o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXV; 296).

propriamente capitalistas – a exploração do trabalho assalariado, a extração de mais-valia e a reprodução ampliada de tal mecanismo – ainda não estavam postas. Ou seja, os modos de realização de tal sentido tem de ser pensados em suas particularidades¹⁵, mas sempre em consonância com este próprio sentido, que lhes conferiu a *forma*.

Cabe, portanto, retomar o processo de formação e reprodução destas *relações sociais de produção* no Vale do Jequitinhonha, e, igualmente, retomar o próprio processo de formação territorial desta área, buscando compreender o referido “modo de vida camponês” nas particularidades e nas dimensões concretas que essa relação assumia, além da diversidade de mediações e determinações que a configurava, mas buscando sempre sua inserção e seu nexo na *totalidade do processo de modernização* mundial em marcha.

¹⁵ Pode-se considerar que, assim como o sentido da sociedade em questão, suas particularidades também se encontraram determinadas pelo processo de formação da mesma, fundado no sistema colonial. Há que se considerar especialmente o já consagrado problema da possibilidade constante do acesso a posse da terra, que permitiu o estabelecimento de relações de produção que não estiveram fundadas na separação total do trabalhador dos seus meios de reprodução.

1 – Primórdios da territorialização colonial do nordeste mineiro: a constituição dos pressupostos para o estabelecimento da produção de mercadorias

Abertura de caminhos; formação das primeiras roças e dos primeiros arraiais; (re)estruturação de fronteiras coloniais e sua representação cartográfica; Guerra dos Bárbaros como pressuposto da apropriação territorial; a descoberta mineral e seu sentido.

“Aí, plasmado dos paulistas pioneiros, dos lusos aferrados, de baianos trazedores de bois, de numerosíssimos judeus manipuladores de ouro, de africanos das estirpes mais finas, negros reais, aproveitados na rica indústria, se fez a criatura que é o mineiro inverterado...” (Rosa, João Guimarães, 1994 *apud* Moraes, 2007; 55).

1.1 – O Bandeirantismo quinhentista

A importância dos caminhos no processo de formação e apropriação territorial no que veio a se definir como o Brasil colonial foi consagrada por Sérgio Buarque de Holanda na obra *Caminhos e Fronteiras* (1956), onde descreve a saga bandeirantista, conforme recordado por Resende (2007; 25 e 26). Tais caminhos sugeriam o sentido da irradiação do processo de territorialização colonial rumo ao desconhecido sertão da Bahia e de São Paulo – utilizando trilhas indígenas antigas, denominadas por Sérgio Buarque “veredas de pé posto” – onde posteriormente viria a se conformar a capitania de Minas Gerais; e não só conduziram a tal processo de interiorização, como também acompanharam a geografia dos descobertos minerais subsequentes.

A pesquisa mineral, a conquista do território aos indígenas e mesmo a conquista de indígenas na condição de escravos foram os principais eixos em torno dos quais a ocupação e produção de caminhos se desenvolveu no interior do Brasil colonial.

Estimulada pela exploração mineral na colônia espanhola, por uma série de informações “vagas, mas insistentes” da existência de riquezas em seu território colonial¹⁶ e pela própria condição em que se encontrava¹⁷, a Coroa portuguesa alterou os rumos em que vinha conduzindo a colonização até o momento, “inicialmente deixado aos corsários franceses para

¹⁶ “Notícias vagas, mas insistentes, começavam então a girar, de grandes riquezas minerais, jacentes no sertão, a sudoeste da Bahia, 200 léguas a dentro; onde, posto que difícil, seria possível penetrar; e tais boatos tanto mais vinham para se crer, quanto o exemplo das maravilhosas jazidas do Peru os animava” (Vasconcelos, 1999; 43).

¹⁷ “Não dispunha, entretanto, o pequeno Reino de forças, nem de cabedais ao nível do próprio heroísmo; e por isso caiu logo em tanta penúria financeira, que seu Rei, Dom João III, tendo tudo gasto, e tudo empenhado, para sustentar as armadas, foi considerado na conta de soberano o mais pobre da Europa. ‘Portugal – advertia a Cúria Romana ao nuncio em Lisboa – tem chegado à tal limitação, que é de pouquíssimas forças; e seu Rei, além de pobríssimo, com grandes dívidas dentro e fora do reino, e pesadíssimos juros, que tem de satisfazer, é mal visto do povo, e muito mais ainda da nobreza’. Foi nestas circunstâncias, que o Brasil entrou a figurar no equilíbrio da Metrópole” (Vasconcelos, 1999; 43; grifo nosso).

a exploração de pau-brasil” (Renger, 2007; 106), estimulando, a partir de então, iniciativas que ficaram conhecidas como bandeiras e entradas.

A finalidade destas empresas era realizar o “desbravamento” dos sertões, promovendo a criação dos pressupostos para aí instaurar, se a fortuna dos descobrimentos o permitisse, a exploração mineral. Criação dos pressupostos, tanto no que concerne à pesquisa e identificação de riquezas minerais que pudessem ser exploradas¹⁸, como no que concerne à tomada do território aos habitantes nativos e à tomada destes habitantes como trabalhadores escravizados.

As entradas foram promovidas mediante estratégia adotada pelo Estado que consistiu em transferir para os particulares os riscos destes empreendimentos¹⁹, ainda que em troca de ampla cessão de direitos e privilégios, inclusive concessão de títulos e sesmarias²⁰.

Essa estratégia, entretanto, não fazia prescindir do controle Real para a realização das empresas: era a Coroa que normatizava a realização das expedições e averiguava, especialmente, seus resultados. Isto porque o sucesso destas empresas, na medida em que pudessem conduzir à exploração mineral rentável para a Coroa, era de interesse máximo do Estado português, sendo sua transferência para a iniciativa privada realizada apenas para garantir sua execução, mediante a ausência de condições para que o próprio Estado as realizasse.

“O governo português *não punha no negócio o seu capital*, ao tempo escasso e comprometido em outras aventuras. Servia-se dos particulares – nobres e ricos, com suas clientelas e parentes sem cabedal acenando-lhes com a opulência e o lucro fácil. [...]. [Persistia, no entanto] a presença, ao lado do tráfico, da autoridade real, vinculada, entrelaçada, *abraçada aos ganhos da colônia*. Onde a riqueza aflora aí está o rei. [...]. [Com] olhos vigilantes, desconfiados [que] cuidavam para que o mundo americano não esquecesse o cordão umbilical, que lhe transmitia a força de trabalho e *lhe absorvia a riqueza*. O rei estava atento ao seu negócio” (Faoro, 1991; 133; grifos nossos).

Ainda que tais categorias se encontrassem em formação, não estando ainda *autonomizadas* (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII), não podendo ser identificadas em seu funcionamento propriamente capitalista, nem no funcionamento característico que posteriormente vieram a assumir na colônia, esta empresa – que justamente por isso carrega esse nome – não pôde prescindir de capital, trabalho e terra para se estruturar.

¹⁸ As expedições tratariam de “efetuar a posse das porventura descobertas e de examinar a possibilidade de explorá-las” (Jardim, 1998; 44).

¹⁹ O colono portaria a “espada particular”, na expressão de Gilberto Freire (1987; 4). Ou ainda, como afirma Raymundo Faoro se referindo à colonização: “[o colono] seria o agente de uma imensa obra semipública, pública no desígnio e particular na execução” (1991; 125).

²⁰ A historiadora local Nelly Jardim se refere apologeticamente a essa disposição: “Os ambiciosos e arrojados pioneiros, organizavam expedições com recursos próprios e, embora com aprovação dos donos da terra e da Coroa, eram escassos os auxílios conseguidos após muito tempo de incessantes diligências junto às autoridades (1998; 41).

O montante de dinheiro necessário para a realização das expedições era reunido pelos “titulares” da empreitada, em esferas à parte do empreendimento bandeirantista, em geral, na Metrópole, como indica Diogo de Vasconcelos (1999). Além disso, Pedro Puntoni (2000) faz referência ao fato da própria Coroa Portuguesa contribuir com o custeamento das expedições, com o “esforço de guerra” (*apud* Toledo, 2008; 45), fator por vezes ocultado pela referência apologética que diversas fontes documentais do período fazem do investimento privado. As quantias alçadas deveriam custear especialmente os meios de transporte para a realização das expedições, víveres para seus participantes, além do material bélico que estes necessitavam portar.

“Convém observar como esses titulares, dispostos a embarcarem para a América, vendiam o que tinham, sacrificavam cabedais e crédito e abandonavam o regaço da terra natal por uma outra desconhecida e bravia; passo que não poderia se explicar, senão pela esperança de grossas riquezas. Pensavam que o Rei, como fazia o da Espanha, repartiria com eles as minas e os índios, conduzidos à escravidão ou a regime equivalente” (Vasconcelos, 1999; 45).

O trabalho contava, em grande parte, para além das próprias figuras dos sertanistas que encabeçavam as expedições, com indígenas já submetidos ou “aliados”, nos primórdios do seu processo de escravização, e com outros desvalidos da colônia: degredados de Portugal pauperizados que arriscavam a única coisa que possuíam – a própria vida – na tentativa de enriquecerem.

A terra também se apresentava em processo de formação como categoria colonial. Adentrá-la pressupunha a autorização da Coroa, e do sesmeiro, se houvesse, além da eventual luta contra indígenas rebelados.

De tais entradas, existe concordância na historiografia em indicar como primeira, a conduzida por Martim Afonso de Souza, em 1531. Desta expedição, há pouca informação a respeito do roteiro, ainda que se estime que, tendo sido percorridos, durante dois meses, 115 léguas (cerca de 700 km), a expedição possa ter chegado ao centro da atual Minas Gerais, como sugere Derby ou até o rio das Mortes, como sugere Calógeras (Renger, 2007; 106).

As entradas quinhentistas partiram, de modo geral, do litoral de Porto Seguro, por onde alcançavam os rios que conduziam ao sertão. As primeiras expedições das quais se tem notícia que penetram nos vales do rio Jequitinhonha e do rio Araçuaí, ainda que estes fossem identificados por denominações distintas²¹, foram as entradas de Francisco Bruza de Espinosa

²¹ “Os primeiros mapas de reconhecimento do Brasil dos séculos XVI e XVII traçam os rios sobre curtas distâncias, uma vez que as caravelas pesadas e de grande calado não conseguiam penetrar muito nos rios a montante. Além disso, quase todos os rios são encachoeirados a poucas dezenas de quilômetros de distância do litoral. Esses fatos [...] também explicam a dualidade de toponímia empregada, por exemplo, no rio São Francisco na foz e rio Pará no interior, ou rio Jequitinhonha no interior e rio Grande (de Belmonte) no litoral” (Renger, 2007; 109).

e Aspilcueta Navarro em 1554, de Sebastião Fernandes Tourinho em 1573 e de Antônio Dias Adorno em 1574.

Figura I: Mapa do atual estado de Minas Gerais, com a projeção da penetração do sertão da Bahia e de São Paulo pelas entradas quinhentistas

Fonte: Itinerários e interditos na territorialização das Geraes (Maria Efigênia Lage Resende, 2007; 27).

PENETRAÇÃO DO SERTÃO DA BAHIA E DE SÃO PAULO	
ENTRADAS QUINHENTISTAS:	
→	Francisco Bruza de Espinosa e Aspilcueta Navarro (1554)
→	Sebastião Fernandes Tourinho (1573)
→	Antônio Dias Adorno (1574)
→	Marcos de Azeredo (1596 e 1611/12)
ENTRADAS PAULISTAS:	
→	André de Leão e Willem Glimmer (1601)
→	Matias Cardoso de Almeida (1664)
→	Lourenço Castanho Taques (1668)
→	Antônio Rodrigues Arzão (1693) - Descoberta do Ouro
→	Bartolomeu Bueno de Siqueira Miguel Garcia de Almeida Salvador Fernandes Furtado Antônio Dias de Oliveira Manuel e João de Camargos Padre João de Faria Fialho
	entre 1694 - 1698

De acordo com os registros de Vasconcelos (1974; 15) a expedição de Espinosa-Navarro, partindo de Porto Seguro dirigiu-se ao rio Jequitinhonha, seguindo então para a serra que hoje é conhecida como do Grão-Mogol e depois para Magaí, de onde retorna pelas impossibilidades de se sustentar “em pleno coração do país bárbaro”, por não dispor “de pessoal de confiança [contando] com doze companheiros europeus somente”. Apesar do autor considerar o fato de que nenhuma descoberta mineral foi feita, ele prossegue, em sua avaliação da empreitada:

“[...] acertou o chefe por melhor voltar para o litoral, mas não deve pôr em dúvida que das informações e amostras colhidas por Spinosa se aproveitaram os aventureiros que subiram mais tarde” (Vasconcelos, 1974; 15).

A análise de Vasconcelos oferece importantes indícios para a compreensão das características fundamentais destas primeiras bandeiras. Dado o caráter de reconhecimento destas empresas – que consistia na identificação de riquezas minerais cuja extração permitiria o rápido enriquecimento da Coroa, e dos próprios descobridores – mesmo que a expedição Espinosa-Navarro não tenha sido diretamente frutífera, ela é encarada positivamente pelo autor, do ponto de vista da *acumulação* que proporcionou: ofereceu “informações” e “amostras” para que outros pudessem alcançar resultados mais fortuitos²². Tal acumulação não possui apenas sentido indireto: segundo observações da historiadora local Nelly Jardim, “os experientes que escapavam dessas aventurosas incursões nas selvas *negociavam* seus conhecimentos, seus roteiros e mapas” (1998; 42; grifo nosso).

O que está em jogo não é apenas a objetividade da existência dos minerais, mas a construção de um conhecimento sobre a existência dos mesmos, que tem, ela própria, caráter social. Se, por um lado, a necessidade da existência destes minerais em determinada área aparece como condição *natural* e *objetiva* para sua “produção”, visto que os minerais não são reprodutíveis pelo trabalho, de maneira que sua extração pressupõem o seu depósito geológico anterior; por outro lado, é *social* a motivação que conduz, num determinado momento histórico, uma parcela da humanidade a buscar estes minérios.

O caráter social que preside tal busca por minérios tem como finalidade a comercialização dos mesmos, na medida em que este “desejo” não se refere aos minérios em

²² O autor volta a se referir a tal acúmulo em outro texto, em que diz que tal expedição serviu “ao menos para dar a conhecer o sertão, do qual Spinosa tomou as latitudes, examinou os terrenos, e colheu informações, encontrando indícios geológicos de ouro e de outros metais, sobre certificados também mais positivos da região diamantina, como de fato mais tarde se descobriu” (Vasconcelos, 1999; 49). No mesmo sentido, Nelly Jardim observa que “muitas vezes associavam-se os remanescentes das campanhas frustradas, a outros intrépidos [...] calcados na convicção da experiência adquirida, a fim de superarem obstáculos intransponíveis nas condições anteriores” (1998; 41).

si, mas à riqueza abstrata que a extração deles pode conferir, ou ainda, às outras mercadorias concretas que tal riqueza permite acessar.

Outro ponto importante no texto de Vasconcelos se refere à impossibilidade de prosseguimento da expedição, condicionada por se encontrarem os investidores em “pleno coração do país bárbaro”. Tal país referia-se provavelmente aos “botocudos”, uma denominação geral atribuída a tribos tapuias, especialmente aimorés, rebeladas e fugitivas, que por muito permaneceram “aquarteladas” nos sertões do Jequitinhonha, sendo sempre referidas como uma das mais perigosas, na medida em que, constantemente, resistiram em guerra ao colonizador.

A existência desses confrontos com os habitantes nativos representava um empecilho à penetração dos sertanistas nas matas, donde se pode deduzir que o esforço de dizimação a que nativos foram submetidos foi determinado pela criação das condições para que estas empresas fossem facilitadas. Paradoxalmente torna-se necessário considerar que a existência desses grupos, ainda que criasse obstáculos ao desenvolvimento do processo colonial, facultou aos colonizadores, à medida que os submetiam, “informações sobre caminhos e alimentos, entre outros itens fundamentais para a sobrevivência nas terras do sertão”, como ressalta Sérgio Buarque de Holanda, em seus *Caminhos e Fronteiras* (1975 *apud* Venâncio, 2007; 88). E conduzindo um passo adiante o argumento do autor, é possível considerar que a existência, e a submissão destes grupos, facultou ainda o abastecimento de trabalhadores escravos, durante períodos e em áreas nas quais outras formas de exploração do trabalho ainda não haviam se estabelecido.

A construção dos caminhos e a organização das informações sobre as áreas visitadas – suas potencialidades econômicas e as dificuldades no aproveitamento destas potencialidades – marcaram os primórdios do processo de territorialização destes sertões, constituindo os pressupostos²³ para a instauração da produção de mercadorias na área.

Construção não apenas de caminhos, observado que os participantes das entradas, no intento de criar condições de sobrevivência em meio à selva, presidiram a transformação deste espaço com o plantio de roças e a construção de arraiais, que também se *acumulavam* como estratégia para facilitar as próximas incursões nas mesmas áreas, como observa Nelly Jardim:

“[segundo uma recomendação real, a expedição, da qual o cronista Gabriel Soares deixou relatos, deveria] fundar de 50 em 50 léguas um arraial que servisse de suporte a outras expedições que demandassem o sertão” (1998; 48).

²³ Vasconcelos (1994), num texto em que faz referência a uma série de minérios existentes na capitania de Minas Gerais, naturaliza a necessidade de constituição de tais pressupostos na existência de “homens hábeis”: “Tempo virá, e já não está muito longe (graças aos desvelos do príncipe regente nosso senhor) em que homens hábeis farão aproveitar as riquezas minerais ainda intactas e ocultas da capitania” (Vasconcelos, 1994; 65).

Comenta ainda a autora:

“[Os expedicionários] abriam picadas no mato [...] e já extenuados, rotos, famintos, com os pés tão estropiados que nem conseguiam mais se adentrar pelo sertão ou mesmo recuar, se sitiavam em lugar propício, onde plantavam e esperavam reunir forças e mantimentos para novas investidas. [...] [Eles] fundavam assim os arraiais que iam surgindo à beira dos caminhos” (1998; 43).

O pontilhamento dos caminhos por estas roças, prática constante durante as entradas, pode ser identificado também em carta enviada ao rei de Portugal, em 1734:

“...porque conseguiu o chegar-se, com a bandeira à paragem que se determinou, e para a maior segurança do bom sucesso, e se poderem continuar os descobrimentos, deu providência de se derrubarem pelos caminhos alguns matos, e se plantarem mantimentos para o sustento de pessoas [...] condição precisamente necessária em razão das muitas distâncias e perigos e alguns assaltos que se fizessem aos mantimentos conduzidos para aquela conquista” (Carta de Manoel Caetano Lopes de Lavre ao rei de Portugal. Revista do Arquivo Público Mineiro, v. 1, p. 703, 1934 *apud* Anastasia, 1994; 14 *in* Vasconcelos, 1994)²⁴.

Este processo de reorganização, ou ainda, de produção espacial – a construção destes caminhos, arraiais e a prática de uma agricultura não-autonomizada pelos sertanistas – pode ser apresentado, como o fez Maximilien Sorre em sua obra *Les migrations des peuples* (1955), como parte inerente do que o autor entendeu por *colonização*, na medida em que indica o “alargamento da área de expansão humana no globo” e a “organização do ecúmeno” (Sorre, 1955 *apud* Novais, 1979; 58), ou seja, o desenvolvimento do espaço humanizado. Colonizar, desta maneira, corresponderia a estabelecer “a ocupação, o povoamento e a valorização de novas regiões” (Sorre, 1955 *apud* Novais, 1979; 58), em uma relação que se processaria entre o homem e a natureza.

Essa definição, entretanto, tem o defeito de não salientar quais relações *entre os homens* presidiriam e confeririam sentido à própria relação destes com a natureza. Fernando Novais (1979) a tem criticada justamente neste aspecto, na medida em que uma formulação tão ampla retira a determinidade histórica do conceito e não permite compreender, por exemplo, porque a colonização moderna assumiu a forma mercantilista. O *desvio* no conceito de colonização procura elementos históricos determinados para buscar-lhe o sentido.

²⁴ Tal prática foi tão importante no período da “abertura” do sertão e, posteriormente, na instauração das minas, que levou Saint-Hilaire a considerar, nas notas de sua *viagem ao interior do Brasil*, o alcance diferenciado que o significado do termo arraial foi ter nas minas: “Nota-se que na província de Santa Catarina não se usa, como em Minas, o termo arraial para designar os povoados, mas freguesia. Arraial, propriamente dito, significa acampamento, e acampar era o que faziam os primeiros mineiros. A grande quantidade de ouro, porém, que eles encontravam em certos lugares decidia-os a aí se fixarem, e a palavra arraial foi pouco a pouco perdendo a sua significação. Nada de parecido ocorrera em Santa Catarina, onde não existiam minas a explorar” (Saint-Hilaire, 1936; 30 *apud* Moraes, 2007; 64).

A colonização moderna sugere, deste modo, que “valorização das áreas” está determinada pela sua territorialização como área que produz mercadorias, cuja “ocupação” e cujo “povoamento” cumpririam o papel de constituir as condições para que esta produção se estabelecesse, e com ela, o *sentido profundo* da colonização – a acumulação primitiva metropolitana.

Nota-se, por fim, que a formulação utilizada por Sorre esconde, por detrás do alargamento da *humanização* – entendido aqui apenas como a disseminação da *relação-capital* (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV), como relação social hegemônica – o processo de disputa para a conformação territorial, tomando-o às populações originárias, que por sua vez, não foram reconhecidas como *humanas*, tendo o ecúmeno que ser expandido sobre as mesmas.

1.2 – A Guerra dos Bárbaros como pressuposto da formação das sesmarias do Alto Sertão

Os primeiros mapas coloniais apresentam conhecimento pormenorizado da costa, expondo com bastante detalhe o litoral, com todos os principais rios nomeados, além de ilhas e baías demarcadas. De acordo com Renger (2007; 101-102), o *Mapa do Brasil com o Roteiro de todos os sinais...que há na costa do Brasil...*, atribuído a Luís Teixeira (1585) é um bom exemplo da presença desse conhecimento já na cartografia quinhentista. O mapa apresenta o “Estado do Brasil”, dividido em suas nove capitanias até, praticamente, a linha de demarcação de Tordesilhas. Seu interior, entretanto, como o da grande maioria dos mapas do período, aparece vazio.

Figura II: “Mapa do Brasil” com o “Roteiro de todos os sinais... que há na costa do Brasil...”, atribuído a Luís Teixeira (1585)

Fonte: Cartografia da conquista do território das Minas (Org. Antônio Gilberto Costa, 2004; 26). Original manuscrito na Biblioteca da Ajuda, Lisboa.

A representação do território colonial em formação, que estes mapas apresentam, explicita que a dinâmica da territorialização colonial teve sua origem na costa, por onde começaram a ser ocupadas as capitanias. Além disso, ela explicita uma maneira particular de retratar as áreas nas quais o controle colonial virá a ser exercido, no caso de não haver sido ainda, e, com isso, uma maneira particular de apresentar o interior da colônia, consagrado como *sertão* das áreas já territorializadas.

Para além desta definição mais direta, que identifica o sertão como o *espaço do interior*, as representações adotadas pela cartografia colonial quinhentista, podem sugerir a identificação do sertão como o *espaço vazio*, como aparece assim figurado no *Mapa do Roteiro...*, entre outros. Outras representações do período sugeririam ainda a identificação do sertão como o *espaço desconhecido*, ou *do desconhecido*, nas quais figuravam a ilustração de figuras fantásticas, de cenas indígenas grotescas aos olhos do colonizador, como as de canibalismo, além da figura do indígena representado “sempre à espreita”, tendo em geral as referências míticas povoado a caracterização deste desconhecido.

Figura III: Iluminura do “*Mappa da Comarca do Sabará*”, na qual se pode observar a representação do indígena hostil

Fonte: Cartografia da conquista do território das Minas (Org. Antônio Gilberto Costa, 2004; 21). Original manuscrito no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte. Fotografado por Tibério França.

O sertão colonial, entretanto, ainda que esta seja uma das acepções que a utilização do termo pôde sugerir, não se apresentou *vazio* à entrada do colonizador, como viemos problematizando. Podemos considerar inclusive que, se a entrada e a territorialização do

interior da colônia proporcionou cenas horrendas aos olhos dos colonizadores, às proporcionou também na medida em que o modo de vida dos povos indígenas, nas suas particularidades, *foi assim representado*, sob o julgamento fundado no terror de uma sociabilidade que deveria se impor de maneira hegemônica.

Preencher os mapas com novas e outras referências do sertão, produzir sua “geografia real”, definindo distâncias, nomenclaturas e localizações, teve de corresponder, deste modo, ao próprio processo de territorialização da área, em uma conquista aos habitantes originários, naquilo que Puntoni identificou como a *Guerra dos Bárbaros* (*apud* Toledo, 2008; cap. I e II).

Passados os momentos centrais da formação do território do capital no interior da colônia e do subjugo dos indígenas que povoavam a área, processo que expandiu o próprio limite das fronteiras coloniais, as referências à natureza “selvagem” e aos “silvícolas”, ficaram relegadas às bordas das novas cartas e mapas produzidos. Sendo que estes passam também a ser apresentados “já idealizados e domesticados, em aparente harmonia com a civilização” (Costa *org.*, 2004; 21), como a gravura que ilustra a *Carta Geographica da Capitania de Minas Gerais*, de Caetano Luís de Miranda, de 1804²⁵.

²⁵ O estudo da representação imagética na colônia também pode proporcionar uma compreensão da dinâmica de formação territorial, na medida em que é possível acompanhar nas transformações dos mapas ao longo do tempo, o processo de incorporação de novas áreas, que passam a “aparecer” nos mapas onde antes só havia o vazio, além do aprimoramento das referências de localização e distâncias entre as localidades, que persegue sempre a intensificação do controle colonial sobre as mesmas. Esse estudo ainda explicita o longo processo de busca até que se realizassem as primeiras descobertas minerais no território em processo de constituição, à medida que tal material cartográfico apresenta as localidades míticas que guardariam riquezas (como por exemplo a serra das Esmeraldas) sempre em posições diferentes, apontando buscas já realizadas e infrutíferas. Para uma primeira aproximação do tema e de um conjunto de fontes iconográficas conferir o livro *Cartografia da conquista do território das Minas* (Costa, *org.*, 2004) e o artigo *Primórdios da cartografia das Minas Gerais (1585-1735): dos mitos aos fatos* (Renger *in* Resende e Villalta, 2007).

Figura IV: Iluminura da “Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes” (1804), na qual se pode observar a representação do indígena domesticado

Iluminura da Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes. Anno de 1804. AHEx - Fotografia: Vicente Mello - CRCH

Fonte: Cartografia da conquista do território das Minas (Org. Antônio Gilberto Costa, 2004; 21). Original manuscrito no AHEx. Fotografado por Vicente Mello.

Prosseguindo na discussão sobre o processo de conquista colonial do território aos indígenas podemos indicar, a partir do debate conduzido por Florestan Fernandes em seu estudo sobre *Os Tupi e a reação tribal a conquista* (1975), pelo menos três formas de reação dos nativos:

“a) de preservação da autonomia tribal por meios violentos, a qual teria de tender, nas novas condições, para a expulsão do lavrador branco; b) a submissão nas duas condições indicadas, de ‘aliados’ e de ‘escravos’; c) de preservação da autonomia tribal por meios passivos, a qual teria de assumir a feição de migrações para as áreas em que o branco não pudesse exercer dominação efetiva” (1975; 11-32 *apud* Venâncio, 2007; 87).

Embora Florestan se refira ao embate com as populações tupi que a conquista e a ocupação portuguesa da costa implicou, é possível problematizar o modo como estas três formas de reação do indígena se articularam com o avanço da territorialização colonial em direção ao sertão, que vamos encontrar em processo durante todo o século XVII²⁶.

²⁶ De acordo com Boris Fausto, é possível identificar dois grandes blocos que subdividem a população indígena que, quando da chegada dos colonizadores, se encontrava “distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná-Paraguai” (2002; 38): os tupi-guarani e os tapuia. Os tupi-guarani se estendiam por quase toda a costa da América portuguesa, sendo que os tupi se concentravam na faixa litorânea, “do Norte até Cananéia, no sul do atual Estado de São Paulo” (2002; 38); e os guarani localizavam-se “na bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananéia e o extremo sul do que viria a ser o Brasil” (2002; 38). Entretanto, em alguns pontos do litoral, a continuidade da ocupação estabelecida pelos tupi-guarani era interrompida por outros grupos diversos que eram identificados como tapuia, “uma palavra genérica usada pelos tupi-guarani para designar índios que falavam outra língua” (2002; 39), dentre os quais estavam, por exemplo, os goitacás, os aimoré, os tremembé.

Num primeiro momento, ao concentrar as populações indígenas que se refugiaram de confrontos já enfrentados com os colonizadores e, inclusive, com outros nativos²⁷ no litoral, o interior da colônia representou, durante os primórdios da colonização, uma área “em que o branco não [pôde] exercer dominação efetiva”. É possível dizer, portanto, não apenas que a migração para o sertão se constituía como possibilidade de “preservação da autonomia tribal por meios passivos”, mas que se apresentava como possibilidade de manutenção da autonomia tribal, também onde os meios violentos já haviam fracassado.

Posteriormente, com o avanço da territorialização rumo ao interior da colônia, o sertão passa a compor o conjunto das áreas sobre as quais o colonizador desejava estabelecer “dominação efetiva”. Neste momento, “a preservação da autonomia tribal” volta a ter que se estabelecer por “meios violentos”. Ou seja, o avanço da territorialização para o interior da colônia faz com que as possibilidades de salvaguarda das populações indígenas fiquem cada vez mais reduzidas, impondo um aprofundamento do conflito com o colonizador, alternativa última para que os nativos não fossem conduzidos à “submissão nas duas condições indicadas”, já que os próprios meios utilizados pelo colonizador foram pautados pela coerção e pela violência.

Entretanto, a apresentação destes “meios violentos” utilizados pelo colonizador aparece, de modo geral, nas fontes e registros documentais, oculta por descrições de confrontos entre o colono e o indígena, nas quais é o nativo que aparece representado por seus métodos brutais, embora a representação do colono acabe sempre por apresentá-lo resultando como “vencedor” do confronto, subjugando e conquistando o índio como escravo. Ou seja, apesar do colonizador aparecer subjugando, os meios do indígena é que são representados como “selvagens”.

Ainda assim, é possível observar nos registros um posicionamento do narrador sobre o confronto colonizador-indígena, sendo a violência empregada pelo colono muitas vezes justificada e estimulada pela necessidade de domar o “selvagem”, cujos métodos não são apresentados como resultantes da reação ao processo de colonização, mas antes são

²⁷ Os tapuias são apresentados desta maneira pelo historiador Erivaldo Neves, com base em notas do cronista Gabriel Soares de Souza, como sendo “os mais antigos e mais primitivos indígenas do Brasil, [que foram] expulsos do litoral pelos tupis [e] ocuparam os sertões, divididos em inúmeros ‘bandos, costumes e linguagens’” (1998; 85). Renato Venâncio, ao apresentar um histórico das populações indígenas existentes no que veio a ser Minas Gerais, comenta essa dinâmica: “eis aí uma das especificidades do processo de colonização do sertão: em uma primeira fase, a alteração do universo dos povos indígenas locais foi resultado da chegada de grupos similares oriundos do litoral” (2007; 89).

identificados como formas de expressão “natural” da maneira de ser dos grupos indígenas²⁸.

A esse respeito, as observações de Diogo de Vasconcelos são notáveis:

“...O homem que não se deixa convencer dos princípios do justo e do honesto, que aborrece a sociabilidade a ponto de extinguir a raça humana, nutrindo-se do seu sangue, é um monstro que se deve exterminar ou domesticar em ferros na escuridão dos cárceres. Semelhante, o botocudo, devorador dos animais da mesma espécie, insensível às vozes da razão e da humanidade, que o convidam à sociedade, deve ser ofensivamente perseguido e apunhalado até que os males da parte deles rendam o resto aos deveres; talvez assim obre a força, o que da brandura se não tem podido conseguir” (Anastasia, 1994; 33 *in* Vasconcelos, 1994).

Ou seja, como alternativa ao processo brutal de subordinação, o autor oferece ao indígena a possibilidade de se deixar “convencer dos princípios do justo e do honesto”, ouvindo as “vozes da razão e da humanidade que o convidam à sociedade”. É sustentando esta mesma posição, que encontramos este autor se referindo de maneira elogiosa aos nativos que “convivem de maneira harmoniosa entre os brancos”, a eles prestando serviços de grande utilidade, especialmente na identificação de zonas com grande quantidade de riquezas minerais. Estes são identificados como “dóceis e hospitaleiros”, “benevolência *nativa* das melhores raças”, que podem ser encontradas em meio a um “turbilhão de *bárbaros*”, ainda que posteriormente a condição dos mesmos seja explicitada: indígenas “que aqui se achavam *aldeados*”, ou seja, já haviam sido submetidos (cf. 1999; 43-52; grifos nossos).

O historiador Boris Fausto reafirma o preconceito presente, “em maior ou menor grau”, nos relatos coloniais de cronistas, viajantes e padres. De acordo com o autor, “existe nesses relatos uma diferenciação entre índios com qualidades positivas e índios com qualidades negativas, de acordo com o maior ou menor grau de resistência oposto aos portugueses”. Nesse sentido, os aimoré, também conhecidos como “botocudos”, “que se destacaram pela eficiência militar e rebeldia, foram sempre apresentados de forma desfavorável” (2002; 39).

Aberto este parêntese, cabe notar, de volta às formas de reação dos indígenas à perda de sua autonomia tribal, que, de acordo com Venâncio (2007; 91), a primeira das pressões na costa, que resultou em dinâmicas migratórias para o interior da colônia, pode ser identificada a partir do “eixo compreendido entre as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro”. Por se encontrarem os aimoré justamente habitando o que corresponde ao sul do atual estado da Bahia, essa coerção incidiu primeiramente sobre eles.

Desta coação teria resultado o início de um movimento de fuga do litoral, que alcançou o interior do que viria a se constituir como a capitania de Minas Gerais, inclusive o vale do rio Jequitinhonha.

²⁸ Na análise crítica de abertura do livro *Breve descrição geográfica...*, de Vasconcelos (1994), Carla Anastasia comenta o tratamento conferido pelo autor aos indígenas, que, em sua análise, se encontravam situados no campo da “natureza animal”, ao contrário, dos brancos e negros, que são considerados habitantes da capitania.

Venâncio (2007) recupera as notas do cronista Gabriel Soares de Souza para apresentar o modo como esta população indígena era representada pelos colonizadores. Segundo o autor, os aimoré, por não falarem tupi, tinham seu idioma considerado incompreensível pelos colonos. Também era considerado incompreensível seu modo de vida, que tornava-os comparáveis a animais, do ponto de vista do colonizador:

“Não vivem estes bárbaros em aldeias, nem em casas, como o gentio, nem há quem lhas visse nem saiba, nem desse com elas pelos matos, dormem no chão sobre folhas [...] mantêm-se dos frutos silvestres e da caça que matam, a qual comem crua ou mal assada” (Souza, 1987; 78 *apud* Venâncio, 2007; 91).

Reafirma também Boris Fausto, que segundo os relatos e crônicas coloniais “os índios viviam em casas, mas os aimoré viviam como animais na floresta. Os tupinambás comiam os inimigos por vingança; os aimoré porque apreciavam carne humana” (2002; 39).

O historiador local José Carlos Machado (2000), reconhece esta mesma pressão sobre os indígenas identificados como “botocudos”, em toda a variedade de sub-grupos que comportava, tendo estes sido alvo de perseguições e guerras no eixo Ilhéus-Porto Seguro. Ainda segundo o autor, tal coação teria levado estas tribos a se refugiarem no território correspondente à futura capitania de Minas Gerais, mais precisamente, a ficarem “confinadas aos vales dos rios Doce, Mucuri, Jequitinhonha e S. Mateus” (2000; 24; grifo nosso).

Figura V: Detalhe do “*Mapa America Meridionale*”, que compõe o Atlas de Vincenzo Maria Coronelli (1692), no qual se pode observar a presença tapuia ao longo de toda a serra que corresponde ao Espinhaço

Fonte: Primórdios da cartografia das Minas Gerais 1585-1735: dos mitos aos fatos (Friedrich Renger, 2007; 26).

Venâncio refere-se ainda a outro movimento migratório que foi responsável pela instauração no interior da colônia, e também do vale do rio Jequitinhonha, de grupos indígenas vindos do litoral, originado no mesmo eixo de colonização determinado pela ocupação territorial de Porto Seguro e Ilhéus. Neste caso, o autor alude aos “tupinambá/tupinã” (Nimuendaju, 1987 *apud* Venâncio, 2007; 92), que apresentaria traços em comum com os aimoré, tanto pelo fato de possuírem, nas suas tradições, registros de terem chegada recente no litoral, como pelo fato deste deslocamento ter seu sentido invertido, tendo este grupo retornado ao interior, desta vez como foragidos das pressões exercidas pela colonização, como a possibilidade de escravização. Essa fuga teria atingido, igualmente, “índios dos aldeamentos jesuíticos e escravos africanos das fazendas açucareiras” (Venâncio, 2007; 93) que, em conjunto com os tupinambá, ou ainda, já misturados aos mesmos, teriam alcançado o sertão baiano e, posteriormente, o vale do rio Jequitinhonha.

“Talvez dessas migrações tenham se originado a primeira ocupação do sertão baiano por grupos multiétnicos, denominados como papudos, que agiram no século XVII no Vale do Jequitinhonha, dizimando ou expulsando grupos indígenas aí estabelecidos” (Venâncio, 2007; 93).

Afora os próprios conflitos entre grupos indígenas que a migração forçada provocou, na medida em que conduziu tribos foragidas a virem ocupar áreas em que outras populações já se achavam estabelecidas²⁹, a perseguição e a guerra às quais todos estes grupos foram submetidos no interior da colônia, podem ser identificadas na composição de dois momentos, em especial, do processo de territorialização colonial.

Num primeiro período, a Guerra dos Bárbaros esteve ligada às expedições e entradas que, além de riquezas minerais, buscavam indígenas para serem escravizados. Assim, o juízo de que a “pacificação” dos nativos era necessidade apenas para que o processo colonial se desenrolasse sem confrontos, discurso presente nos textos de Vasconcelos (1994; 75-76 e 157), pode ocultar o fato de que o apresamento dos nativos veio a cumprir importante papel para o abastecimento de trabalhadores escravos indígenas, nas circunstâncias em que tal qualidade de trabalhador se fez necessária³⁰.

Convém lembrar, inclusive, que as proibições que incidiram sobre a escravização dos indígenas eram burladas com facilidade, nos contextos em que esta empresa se apresentava de

²⁹ “No início do século XVII, tais deslocamentos [referindo-se à migração dos aimoré para o interior da colônia] eram suficientemente intensos a ponto de gerar conflitos com grupos maxakali, que ocupavam o território mineiro (Metrax, 1946, p. 541)” (Venâncio, 2007; 92).

³⁰ Um exemplo da necessidade de trabalhadores escravos indígenas pode ser encontrado entre os paulistas, conforme nota Venâncio: “Os paulistas, porém, não conseguiam concorrer com os senhores de engenho do Nordeste na aquisição de africanos, ficando assim, por muito tempo, marginalizados em relação ao tráfico internacional de escravos. A resposta diante de tal situação, foi o desenvolvimento, na capitania paulista, de um mercado de trabalhadores forçados indígenas” (2007; 96).

maneira rentável. Além disso, as próprias leis apresentavam uma série de ressalvas: na primeira lei em que se proibia a escravização dos índios (1570), os aimoré foram especialmente excluídos da interdição; a legislação continha mecanismos que possibilitavam a escravização por resgate, isto é, a compra de indígenas prisioneiros de outros grupos, o que criava as condições para que as próprias tribos fossem incorporadas pelo tráfico; e, especialmente, estas leis incentivavam e promoviam as “guerras justas”, movidas para reprimir grupos que ofereciam forte resistência à colonização e para punir grupos que sustentavam a prática da antropofagia. A guerra contra os indígenas no interior da colônia assumiu sempre feições de “guerra justa”.

Dando prosseguimento à escravização dos tupis na costa, entradas promoveram a escravização dos aimoré refugiados no sertão, como a já referida entrada de Antônio Dias Adorno, conforme as observações de Venâncio:

“Contudo, não tardou muito para que os aimoré também fossem alvo de entradas, como aquela liderada por Antônio Dias Adorno (1574), visando conseguir escravos para ‘substituir a quase desaparecida mão-de-obra tupiniquim após a revolta de 1550 e [...] a epidemia de varíola de 1562-3’ (Paraíso, 1992, p. 413)” (2007; 91).

O segundo período da territorialização colonial que promove a Guerra dos Bárbaros é referente à segunda metade do século XVII, quando “as expedições escravistas já não mais eram importantes” (Venâncio, 2007; 97). Nesse período, a guerra se aprofunda nos sertões pois a forma de ocupação territorial em jogo já não é mais a entrada, mas a ocupação *permanente* da área, com fazendas de gado. Para Venâncio, o que marca o período é a necessidade de alargar o empossamento das terras, do território conquistado aos nativos, assim, “o fundamental não era mais escravizar índios, mas, sim, conquistar terras” (2007; 97). De acordo com seu argumento, o autor também faz referência ao livro de Pedro Puntoni sobre a Guerra dos Bárbaros:

“[...] por razões estruturais da forma de evolução desta economia e do processo colonizador, longe de serem guerras de conquista e submissão de novos trabalhadores aptos ao manejo do gado, eram *tendencialmente* guerras de extermínio...” (Puntoni, 2002; 45-46 *apud* Venâncio, 2007; 97; grifo nosso).³¹

De qualquer modo, apresentar a conquista das terras aos indígenas como eixo deste momento da territorialização colonial é condizente com os pressupostos necessários para a manutenção da fazenda pecuária, conforme é possível entrever no texto do inventário, analisado por Erivaldo Neves, de Matias João da Costa, que “deixou para os filhos várias fazendas no sudoeste da Bahia e norte de Minas” (1998; 92) e declarou ainda “terras na ‘outra

³¹ Toledo também ressalta no argumento de Puntoni o caráter que a territorialização assumiu contra as populações locais: “a ordem ‘era degolá-los a todos com exceção das mulheres e dos meninos os quais se cativará’ (Puntoni, 2000; 100)” (Toledo, 2008; 46), ainda que aqui fique explicitado que o declínio da importância da escravização indígena, é algo que acontece apenas tendencialmente.

banda do rio Pardo', às quais não se atribuíram valor, por serem 'infestadas de gentios' e 'morrerem as criações que lá se botam'" (1998; 95). Ou seja, os pressupostos para a manutenção da fazenda pecuária se referem ao aumento do capital do fazendeiro, em consonância com o próprio aumento das criações, desde que estas não sejam mortas por "gentios", como interpretou Toledo (2008; 46):

"[...] onde morrem as criações o capital não aumenta, o que indica que as fazendas de gado são a forma potencial de existência do capital na área do Alto Sertão" (Toledo, 2008; 46).

Conduzindo um dos momentos deste segundo período da Guerra dos Bárbaros, encontramos justamente o possuidor das sesmarias do Alto Sertão, o coronel Antônio Guedes de Brito, que segundo as notas de Diogo de Vasconcelos, cumpriu papel central na pacificação do sertão do rio São Francisco³²:

"Anarquizando por este modo o país, os clamores chegaram a comover o Governador-geral, cujo dever principal consistia em reprimir os selvagens. Para isto, o meio único então possível foi restaurar o antigo sistema das bandeiras sertanejas, serviço para o qual chamou ele o Coronel Antônio Guedes de Brito, potentado residente no Morro do Chapéu, onde já tinha um corpo de armas em defensiva e que facilmente podia com este marchar à conquista do rio. Era também o homem de confiança, que podia levantar forças no sertão. Contratado, pois, o serviço, deu-lhe o Governador a patente de Mestre-de-campo, e a provisão de Regente do S. Francisco, *ajuntando-lhe a doação de cento e sessenta léguas, que mediriam do Morro do Chapéu até onde se completavam, em rumo às nascentes do Rio das Velhas*. Concebeu o Governador este meio de pacificar a zona do grande rio, *combinando na mesma pessoa o próprio interesse e o poder da autoridade*. Uma espécie de senhorio feudal. O Regente defenderia sua própria terra e com esta se pagaria das despesas e trabalhos feitos a bem da ordem. Recebendo, logo, do governo munições e armas, o Mestre-de-campo entrou em ação com o seu corpo forte de duzentos homens" (1974; 21; grifos nossos).

Tal observação oferece importantes considerações para a interpretação desse "esforço de guerra", especialmente no que se refere à relação estabelecida entre os "particulares" e a Coroa³³. Revela-se, nas entrelinhas do texto, que a "transferência destas empresas para particulares" não ocorre senão como mecanismo que proporciona a incorporação destes últimos na conformação do próprio Estado, "combinando na mesma pessoa o próprio interesse e o poder da autoridade" que lhe foi atribuído. Assim, Antônio Guedes de Brito se tornara Regente do São Francisco, tendo o governo mesmo lhe atribuído para isso "munições e armas". Pagava-se esse serviço prestado ao reino, através do estabelecimento de Guedes de

³² Esta referência à participação de Guedes de Brito na Guerra dos Bárbaros não aparece datada pelo autor, embora se possa deduzir, do conjunto do texto, que a observação se refira à segunda metade do século XVII.

³³ A pesquisa de Erivaldo Neves oferece elementos para compreender a extensão do financiamento do esforço de guerra pelos particulares. Segundo o autor, no diploma de nomeação de Antônio Guedes de Brito para o posto de Mestre-de-campo estão relacionados os serviços prestados por ele. Entre esses serviços aparece a atuação na Guerra dos Bárbaros: "Na ação contra ataques de nativos, ante solicitações do governo, Guedes de Brito adiantava 'dinheiro, carnes, farinha, carros, cavalos, escravos e criados para os respectivos comboios, sem paga alguma da fazenda real, nem da do público'" (1998; 59).

Brito – que ocorre paralelamente ao seu estabelecimento como “autoridade” – como sesmeiro de uma quantidade tão grande de terras que podia ser comparada a um “senhorio feudal”. Assim era possível combinar as pressões sobre o desempenho que o Regente deveria apresentar, como prestador de serviços ao Estado, ao seu “próprio interesse” econômico de sesmeiro. De onde se pode depreender, paradoxalmente, que a concessão de títulos e patentes, ao descentralizar o poder da Coroa nos particulares, também concentrava poder em um Estado que somente podia se estabelecer através deles³⁴.

Isto porque o Estado absolutista metropolitano não se encontrava *autonomizado* (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII) com relação aos particulares, para garantir o exercício da violência. Justamente porque o exercício da violência é empresa que depende do capital *personificado* (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII) pelos particulares para se realizar, o que explicita que as próprias condições para que o Estado possa exercer sua autoridade não estão autonomizadas do financiamento particular. A separação entre o capital e a violência ainda não ocorreu.

Ora, se os desdobramentos históricos do processo de modernização caminharam para a consolidação do Estado nacional como a esfera que detêm o monopólio da produção das leis e da capacidade de fazê-las valer pelo emprego da violência, eles conduziram também a um processo de apagamento da dependência estrutural que o exercício de tal papel de regulação *política* da sociedade possui com relação à forma universal de mediação que é a mercadoria, até porque o Estado moderno não pode prescindir do dinheiro, a forma desdobrada desta mediação, para realizar o financiamento de suas atividades. A separação histórica entre “Estado” e “capital” consolidou, portanto, o fetiche de que a sociedade moderna se estabelece sobre duas bases autônomas – a “política” e a “economia” – cujo nexos, fornecido pela determinação inescapável da *forma-mercadoria* como forma de reprodução social, fica apagado. Mais adiante, voltaremos a abordar tal nexos de maneira detalhada. Ou seja, o processo histórico de separação, ou ainda, de autonomização destas esferas ou campos da sociabilidade não se processa se não de maneira a sustentar a aparência de que seus produtos são coisas autônomas³⁵.

³⁴ Análise que pode ser derivada também da passagem já referida de Limas de Vasconcelos: “[...] a Coroa portuguesa, ao tempo em que se estendia o controle militar, premiava os executores privados, com títulos, patentes, mercês, como mérito pessoal, de quem ordenava e recebia” (1998; 26 *apud* Toledo, 2008; 64).

³⁵ Marx parte da aparente separação entre as três formas de rendimento, produtos do processo de modernização, e suas respectivas fontes para problematizar a noção de autonomização. Terra, trabalho e capital e renda fundiária, salário e lucro, ou melhor, juros: a aparência de que os rendimentos emanam, assim, cada qual de sua fonte, devidamente autonomizada, apaga o processo pelo qual estes derivam da acumulação de capital, cujo fundamento é a exploração do trabalho. “Capital, terra, trabalho! Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente a determinada formação sócio-histórica que se representa

Dado que, portanto, a autonomia da política com relação à economia, quando se realiza, o faz apenas como realização de mera aparência, a análise da atuação metropolitana na colônia cumpre também aqui o papel de revelar o “segredo” das relações entre Estado e capital autonomizados. Isso porque, a atuação metropolitana na colonização explicita a dependência estrutural do dinheiro que a intervenção estatal possui, justamente porque, no caso do Estado absolutista, uma parte do financiamento de suas funções é proveniente dos particulares. Deste modo, como o Estado não internalizou totalmente sua estrutura de financiamento, a dependência aparece claramente.

Assim, em determinados contextos históricos, parcelas do escopo estatal como, por exemplo, o exercício da violência, foram atribuídas às personificações do capital, representadas na figura dos particulares. Mas não apenas, durante todo o processo de autonomização do Estado nacional será possível encontrar particulares provendo também a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento da produção de mercadorias. O que pode sugerir a interpretação de que a subjetividade dos particulares é que dá a tônica da organização do processo social. Entretanto, quando estes poderes locais organizam o território, na medida em que personificam localmente o processo de territorialização – intento da colonização e, portanto, da metrópole – só o podem fazer segundo o padrão socialmente estabelecido, o que evidencia que esta organização não é simples exercício da subjetividade dos poderosos³⁶.

Padrão socialmente estabelecido pela dinâmica de acumulação do capital comercial, impressa por um Estado cujo centralismo absolutista fez prevalecer a lógica mercantilista e extrapolá-la com a colonização³⁷. Ou seja, “a opulência e o lucro fácil” com os quais o rei “acenava para os particulares”, determinava-lhes o compasso. Eram “móveis de ação tipicamente capitalistas” (Faoro, 1991; 131), que deveriam servir, primeiramente, à própria acumulação metropolitana.

em uma coisa e dá caráter especificamente social a esta coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados e capitais, que, em si, são tão pouco capital quanto ouro e prata são, em si, dinheiro. São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade, os produtos autonomizados em relação à força de trabalho viva e às condições de atividade exatamente dessa força de trabalho, que são personificados no capital por meio dessa oposição” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII; 269).

³⁶ “O território nacional [e nessa medida também os poderes locais] pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado contra seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação social não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas da reprodução das relações de produção” (Toledo, 2008; 32-33).

³⁷ “Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; *era preciso ampliar estas bases*, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e *organizar a produção de gêneros que interessem ao seu comércio*. A idéia de povoar surge daí, e só daí” (Prado Jr., 1979; 24; grifos nossos).

A nota de Diogo de Vasconcelos, no que se refere à relação entre a Guerra dos Bárbaros e a criação das sesmarias do Alto Sertão, revela, ainda, que a territorialização e a conquista da terra ao gentio não criaram os pressupostos para a instalação da fazenda pecuária apenas na medida em que propiciaram que o capital se acumulasse na forma de gado, sem que este fosse morto pelos “gentios”. Mas os criaram também na medida em que as próprias terras onde veio a se estabelecer a fazenda foram conquistadas legitimamente como recompensa do esforço de guerra movido pelo sertanista. Assim, fica explícito que o processo de constituição da posse da terra no Alto Sertão não implicou apenas uma *conquista da terra aos nativos*, mas também a *conquista da terra ao Governador-geral*, ou ainda, implicou a legitimação da terra estabelecida pela doação da sesmaria como recompensa pela participação na Guerra dos Bárbaros.

A Guerra dos Bárbaros, aparece assim duplamente pressuposta ao processo de formação das sesmarias do Alto Sertão.

Sesmarias cuja área, de “cento e sessenta léguas”, ia medida do Morro do Chapéu, na Bahia, “onde se completavam”, “em rumo as nascentes do Rio das Velhas”, estando limitada a oeste pelo rio São Francisco, ou seja, ocupando a margem direita deste rio.

[...] os imensos latifúndios, deixados por Guedes de Brito avançavam à margem direita do rio São Francisco, do norte da Bahia ao sul de Minas Gerais” (Neves, 1998; 54).

Tal área corresponde quase que totalmente à serra do Espinhaço, cadeia montanhosa localizada no Planalto Atlântico, que divide as redes de drenagem entre a bacia do São Francisco e as bacias dos rios do centro-leste, que correm rumo ao oceano Atlântico. Esta serra caminha, portanto, desde a serra do Ouro Branco, onde tem início, até a porção sul da Bahia, sendo que a própria serra do Sincorá, que a sucede, pode ser considerada parte sua. Aí, um pouco adiante, está o Morro do Chapéu.

Nesta mesma serra, onde posteriormente veio a se estabelecer o Serro do Frio, Serro Frio, ou simplesmente Serro, nasce o rio Jequitinhonha, que corre em direção ao mar, onde desemboca, na altura de Ilhéus, na Bahia. Ao sul, se encontra a bacia do rio Doce e ao norte se encontra a bacia do rio Pardo. Na margem direita do Jequitinhonha, aflui o rio Araçuai.

Por ora, são os trajetos percorridos por estes dois rios, Jequitinhonha e Araçuai, que nos remetem à área, nos contrafortes do Espinhaço, cujo processo de formação temos tratado de problematizar, em alguns de seus aspectos. Trajetos que atravessam as sesmarias então instituídas, no Alto Sertão. Sem dúvida, o processo de territorialização definido pela ocupação (ou não) das sesmarias pelas fazendas de gado determinará a constituição do que veio a ficar conhecido como o Vale do Jequitinhonha. São os *gerais* em formação.

1.3 – O Bandeirantismo paulista e o sentido da descoberta mineral

Passados os primeiros momentos da ocupação da América portuguesa, baseados no sistema de feitorias, no arrendamento da costa para a exploração, especialmente do pau-brasil, e na pirataria promovida pelos corsários franceses (cf. Fausto, 2002; 41-43), a viagem de Martim Afonso de Souza (1530-1533) foi promovida com o objetivo de transformar os rumos da colonização. Para tanto, deveria “patrulhar a costa, estabelecer uma colônia através da concessão não-hereditária de terras aos povoadores que trazia (São Vicente, 1532) e explorar a terra, tendo em vista a necessidade de sua efetiva ocupação” (Fausto, 2002; 43).

Contudo, antes mesmo desta viagem ser concluída, Dom João III determina uma estratégia de colonização fundada na criação de capitanias hereditárias: inicialmente 15 quinhões de terra, divididos desde a costa até o meridiano de Tordesilhas, entregues aos capitães donatários, que deveriam promover a ocupação e a exploração econômica da parcela que haviam recebido.

A forma de doação estabelecia a posse, mas não a propriedade das terras, além de atribuir aos donatários uma série de privilégios, tanto administrativos, como a possibilidade de doar sesmarias e alistar milícias em seu comando; como econômicos, que incluíam a possibilidade de cobrar tributos pela exploração de produtos nativos (cf. Fausto, 2002; 44).

Portanto, de modo geral, os capitães eram particulares dotados de algum cabedal, que os permitisse empreender tanto a exploração mercantil da área, como a gestão administrativa da área e o exercício da violência. No entanto, de acordo com Fausto (2002; 44), não estavam entre estes capitães representantes da grande nobreza portuguesa, pois nesse período o negócio nas Índias, em Portugal e nas ilhas atlânticas se mostrava bem mais atrativo, o que indica que, proporcionalmente aos custos necessários, a rentabilidade dos negócios na América Portuguesa não eram ainda os mais atrativos.

De maneira geral, a colonização empreendida pelos capitães, quando não fracassou “por falta de recursos” ou ainda, por “ataques de índios” (Fausto, 2002; 45), ficou em grande medida restrita ao litoral, tendo ficado os colonos a “[arranhar] as costas como caranguejos”, segundo expressão utilizada por Frei Vicente do Salvador, na primeira *História do Brasil*, em 1627 (*apud* Fausto, 2002; 91). Contrariando esta configuração, aparentemente geral, que possibilitou o desenvolvimento da empresa colonial, onde a proximidade dos portos, para o escoamento das mercadorias tropicais, no momento, especialmente o açúcar, era fundamental; os empreendimentos conduzidos na capitania de São Vicente, durante o século XVII, estiveram condicionados por outro conjunto de imperativos do processo de colonização – a

saber a dominação territorial – tendo por isso conduzido à maior expansão de fronteiras do período colonial.

Posteriormente à instalação das primeiras empresas comerciais – voltadas para o plantio de cana de açúcar e para a construção de engenhos – que não se desenvolveram muito devido à concorrência desvantajosa com a produção do Nordeste (que contava com melhores terras e se localizava a menor distância dos portos europeus), os colonos de São Vicente lançar-se-iam ao interior em função de outras empresas que viriam a sustentar a territorialização do que representava o sertão, tanto da Bahia como de São Vicente. Empreendimentos tais quais a agricultura, a implantação da fazenda pecuária no sertão, o prosseguimento da pesquisa mineral e a disputa pelo controle dos indígenas, estabelecida entre colonizadores e jesuítas, da qual resultou o tráfico e a catequização de nativos.

“Os povoadores combinaram o plantio da uva, do algodão e sobretudo do trigo com outras atividades que os levaram a uma profunda interiorização nas áreas desconhecidas ou pouco exploradas do Brasil. Criadores de gado paulistas espalharam-se pelo nordeste, penetrando no Vale do Rio São Francisco até chegar no Piauí. No Sul, o atual Paraná – onde ocorreram algumas tentativas de mineração – tornou-se uma extensão de São Paulo. O gado esparramou-se por Santa Catarina, o Rio Grande do Sul e a Banda Oriental (Uruguai)” (Fausto, 2002; 93-94).

Desta incursão que acompanhou trilhas indígenas na subida da serra do Mar, até alcançar o Planalto de Piratininga, resultou a fundação da povoação de São Paulo, convertida em vila em 1561, onde foi instalado um colégio de jesuítas, a partir de onde estas empresas puderam lançar-se mais facilmente rumo ao sertão, inclusive “utilizando-se da rede fluvial formada pelo Tietê, o Parnaíba e outros rios” (Fausto, 2002; 93).

As bandeiras paulistas³⁸, que partiram especialmente durante o século XVII, se lançaram rumo ao interior durante longos períodos, de meses, por vezes anos, na busca de indígenas para serem capturados. O apresamento destes nativos competia para o fornecimento de trabalhadores compulsórios para empresas comerciais, além do próprio tráfico se apresentar como um lucrativo negócio.

Segundo Fausto, muitos destes nativos foram comercializados nos mercados de “São Vicente e principalmente no Rio de Janeiro, onde a produção de açúcar desenvolveu-se” e a utilização dos mesmos na condição de escravos deve ser levada em conta, especialmente em

³⁸ Fausto associa o desenvolvimento destas atividades em São Vicente, para além do fracasso da grande empresa de exportação, a existência de índios em grande número. Este fator, em alguma medida teria atraído os primeiros jesuítas para a capitania, além de ter, através da influência que os indígenas tiveram no modo de vida dos paulistas, contribuído na criação das condições para que os paulistas se transformassem em sertanistas: “Um extenso cruzamento, incentivado pelo número muito pequeno de mulheres brancas, deu origem ao mestiço de branco com índio, chamado de mameluco. O tupi era a língua dominante até o século XVIII. Os portugueses de São Paulo adotaram muitos dos hábitos e habilidades indígenas, tornando-se tão capazes de usar o arco e a flecha como as armas de fogo” (2002; 93).

uma “conjuntura de escassez de suprimento de escravos africanos, entre 1625 e 1650, em consequência da intervenção dos holandeses” (Fausto, 2002; 97), situação em que os preços alcançados no comércio de nativos deviam estimular ainda mais o empreendimento.

Estas iniciativas, entretanto, mesmo que fundamentais à reprodução da colonização em São Paulo, dado que a acumulação de capital na área apresentou uma dinâmica “inicialmente marcada por uma anemia econômica que impossibilitava a importação de cativos africanos” (Toledo, 2008; 78), desafiaram por vezes as determinações da metrópole, especialmente as relativas ao apresamento e à comercialização de indígenas na condição de escravos.

Esta insubordinação aos limites à escravização impostos conduziu a uma série de conflitos com a Coroa, além de conflitos e reações violentas “no Rio de Janeiro, em Santos e em São Paulo” (Fausto, 2002; 93) contra os jesuítas, que sustentavam semelhante limitação à escravização de nativos, por se encontrarem “associados aos interesses negreiros da oligarquia fluminense” (Toledo, 2008; 78), culminando na expulsão dos religiosos da área.

Tais atitudes motivaram ainda uma ampla caracterização dos paulistas como homens avessos à submissão, imaginário sustentado fortemente nos textos jesuítas, como se pode observar em carta do padre espanhol Mansilla à Companhia de Jesus, quando da destruição dos seus aldeamentos no Guairá em 1629, pela coluna comandada pelos paulistas Manuel Preto e Raposo Tavares, que caracteriza os moradores da vila de São Paulo como

“gente desalmada y alevantada *que no haze caso ni de las leyes del Rey ni de Dios* [que em] toda su vida dellos desde que salen de la escuela hasta su vejez, no es sino yr y venir y traer y vender índios. Y em toda la vila no habrá mas de uno o dos que no vayan a captivar indios” (*apud* Romeiro, 2007; 532; grifo nosso).

Desta forma de caracterizar o paulista, também derivou a conhecida figuração do bandeirante como o empreendedor audacioso da expansão das fronteiras, que com suas empresas concorreu para a dominação territorial na colônia. Esse modo de ver, entretanto, inverte o sentido da ação do bandeirante, cuja própria existência está determinada pela necessidade de territorialização inerente ao processo colonial. O que determina tal representação do paulista, o processo que ele apenas personifica, acaba por aparecer como produto de sua ação e determinação.

Ao apresentar os contornos do conflito entre a Coroa e os paulistas, Toledo (2008) faz uso da argumentação de Milton Ohata (2003), para apresentar o núcleo do argumento dos paulistas: “desobedecer para servir” (Ohata, 2003; 198 *apud* Toledo, 2008; 77). Ou seja, por quanto a ação dos paulistas fosse desobediente à Coroa, ela ainda corroborava com a reprodução das relações de produção na colônia, em consonância com a acumulação, que era a finalidade almejada pela metrópole. Assim, é possível considerar que o escopo destas

empresas, “a busca de metais preciosos, o apresamento de índios em determinados períodos e a expansão territorial eram compatíveis com os objetivos da Metrópole” (Fausto, 2002; 93). Sem contar que tais atividades representaram uma forma de assegurar a ocupação da área e a extensão da fronteira em direção à América espanhola.

Além da compatibilidade dos objetivos, convém ressaltar a peculiaridade dos padrões de negociação que vinham sendo adotados pelos paulistas, que “havia desenvolvido a prática de oferecer os seus serviços à Coroa em troca de bens previamente negociados” (Romeiro, 2007; 531). Tal forma de negociar vinha sendo desenvolvida em longas transações com a Coroa, na medida em que esta última também necessitou por vezes dos serviços dos paulistas, habituados ao sertão e possuidores de elaboradas técnicas de guerrilha para o combate com indígenas ou quilombolas rebeldes, que encarnavam “a mais formidável máquina de guerra da América Portuguesa” (Romeiro, 2007; 530), tendo combatido em momentos decisivos ao lado do Reino, como na destruição do quilombo de Palmares e na Guerra dos Bárbaros.

Muito frequentemente os paulistas posicionavam-se como combatentes que estavam *ao lado* da Coroa, como meros aliados, o que, por si, representava uma contestação à fidelidade irrestrita aos desígnios régios. A historiadora Adriana Romeiro, apoiada em argumentos de Antônio Hespanha e Ângela Xavier (1993), num estudo sobre as redes clientelares durante o Antigo Regime, afirma que:

“É bem verdade que a economia do dom assentava-se no princípio de reciprocidade entre o rei e os seus súditos, estabelecendo uma espécie de hierarquia de mercês e graças. Mas a recompensa jamais deixou de ser concedida como uma graça condicionada à magnanimidade do soberano, articulada, por sua vez, nos termos de sujeição e fidelidade do vassalo ao poder régio (Hespanha; Xavier, 1993, p. 381-393). Subvertendo a noção de liberalidade régia, *os paulistas construíram modos de negociação assentados na premissa da obrigatoriedade da recompensa*, substituindo-a por um contrato entre partes iguais, regido por interesses que se equivaliam juridicamente” (Romeiro, 2007; 531; grifo nosso).

Isto foi possível em função de terem os paulistas personificado certas atividades fundamentais para o prosseguimento da territorialização, sem contar com a manutenção das relações de produção que vinham se instalando na colônia – cabe por isso considerar que os paulistas atuaram de forma central na guerra às populações nativas, na “pacificação do gentio” que garantiu o desenvolvimento da pecuária ao longo do sertão, além de considerar que foram responsáveis pela destruição de uma série de quilombos, espaços de resistência africana à escravidão, inclusive Palmares – ou seja, os paulistas não apenas vinham exercendo a violência com seus próprios recursos, de maneira a garantir o desenvolvimento do sentido da colonização, como exerciam a violência em condições específicas nas quais eles haviam se especializado em guerrear.

Entretanto, enquanto guerreavam, não o faziam segundo os padrões europeus herdados das antigas relações de vassalagem e defesa do poder régio. Pode-se dizer que o único padrão, que vinha se estabelecendo como referência, era a exploração comercial, a acumulação primitiva em processo, o “deus estranho” que empurrou do altar outros velhos ídolos da Europa, ao lado dos quais havia se posto (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 288). Portanto, guerrear era uma empresa e, como tal, havia de ser lucrativa, concorrendo para isso as recompensas da Coroa, que permitiam a reprodução dos paulistas no papel dos particulares que conduziram a expansão colonial.

Estes são os condicionantes que determinam a “repactuação do vínculo entre os paulistas e a metrópole” (Ohata, 2003; 216 *apud* Toledo, 2008; 78), e a eles vem se somar ainda o elemento fundamental que representou a, por fim realizada, descoberta mineral. Esse episódio é controverso com relação a datas e autores, mas se deu no próprio século XVII, como resultado das bandeiras paulistas.

O documento “*Os primeiros descobridores das minas de ouro na capitania de Minas Gerais*”, de origem também controversa, que inaugura a historiografia mineira, atribui os primeiros descobrimentos às entradas de Antônio Rodrigues Arzão e de seu cunhado Bartolomeu Bueno de Siqueira, de Fernão Dias e seu genro Manoel Borba Gato. Eschwege também atribui a Borba Gato a autoria das primeiras descobertas, e apresenta 1680 como data provável, ainda que esta seja contestada por seu tradutor para o português. Varnhagem estabelece 1694 como data provável de descoberta de ouro em Itaberaba, por Duarte Lopes. Antonil situa estes descobrimentos no governo de Artur de Sá e Menezes (1697-1720) e sugere que ele tenha sido realizado por um mulato em Ouro Preto. Boxer considera descobertas simultâneas em vários pontos do território onde vieram a se estabelecer as minas, por diversos grupos de paulistas, entre os anos de 1693 e 1695. Além da forte concordância entre os autores ao apontar o final do Seiscentos como período provável da descoberta das minas de ouro, a remessa de ouro para Lisboa a partir de 1699 pode ajudar a situar o momento dos descobrimentos (cf. de Paula, 2007; 280-282).

Esta imprecisão com relação à data de tal feito decorre dele não ter sido imediatamente trazido a público, nem ter sido informado à Coroa. A resistência dos paulistas em realizar tal comunicado se referia justamente à possibilidade da descoberta aurífera revestir-se de um caráter oficial que poderia impedir a continuação das expedições conduzidas pela iniciativa particular. Além da instauração de uma rede de fiscalização e cobranças que daí havia de advir.

Romeiro (2007) retoma o relatório escrito por Antônio Pais de Sande, governador da Repartição do Sul, para situar o contexto das primeiras descobertas de ouro na América portuguesa. Segundo a autora, neste relatório, escrito em 1693, o governador observa que os paulistas já conheciam a localização do ouro no sertão de Cataguases, “mas se recusavam a manifestá-lo porque receavam a implantação do poder metropolitano na região – que cercearia a liberdade deles –, além de não se sentirem devidamente estimulados pelas recompensas acenadas pela Coroa” (2007; 532). Pais de Sande também sustenta uma posição que culmina no alvará, concedido pelo Conselho Ultramarino a todos os governadores, de “prometer a todo descobridor – independentemente de estar associado ou não a uma expedição oficial – a posse das minas, exigindo-lhe apenas o pagamento do quinto devido à Real Fazenda, além de uma série de honrarias e mercês” (2007; 532)³⁹.

A partir disso, e de acordo com a pressão exercida pelos paulistas nas negociações, a Coroa estabelece que o usufruto das minas pelo seu descobridor adquire caráter de direito inalienável. No entanto, vale lembrar que, uma vez que a Coroa não havia centralizado o monopólio do exercício da violência – ou seja, a capacidade de fazer valer através desse exercício as normas que estabelece – a posse sobre a descoberta somente poderia se estabelecer de maneira inalienável na medida em que cada descobridor tivesse as condições de *defender* seus descobertos dos outros capitais interessados na sua exploração.

Neste sentido, Toledo (2008; 67) ressalta, especialmente, a necessidade de confrontar-se com o sesmeiro. Ou seja, era necessário que o descobridor pudesse monopolizar a área, processo que colocava em conflito regiões e relações de produção particulares que vinham se territorializando na colônia e haveriam de se confrontar no estabelecimento da exploração na área. Daí resulta o confronto que ficou conhecido como a Guerra dos Emboabas. Se a Guerra dos Bárbaros se apresenta como pressuposto para a territorialização, no que tange à conquista do território aos nativos e à conquista do território à Coroa, a Guerra dos Emboabas se apresenta como pressuposto no que tange à conquista do território aos outros capitais comerciais que aí estabelecem disputa.

Disputa que desencadeia um processo de diferenciação fundamental no sentido do território em formação, cujas relações de produção serão instauradas como produto deste

³⁹ “[...] em 1700 a população de São Paulo intima os oficiais da Câmara que solicitem ao governador da Repartição do Sul [que] faça presente ao monarca: ‘Que as terras do território das minas de Cataguases, assim campos como matos lavrados, de direito pertenciam aos paulistas, para as possuírem por datas da S.M. ou do donatário, porquanto eles foram os que conquistaram e descobriram as minas de ouro que de presente se lavram, o que é notório e patente, o que tudo fizeram à custa de suas vidas e fazendas, sem dispêndio algum da fazenda real, e que seria grande injustiça, concederem as ditas terras aos moradores do Rio de Janeiro, que *nunca tiveram parte tanto na conquista, como no descobrimento*’ (Atas, 1700, p. 536)” (Romeiro, 2007; 533; grifo nosso).

confronto entre as regiões que presidiram a territorialização da área. Área que passa de sua condição de sertão, interior da colônia, para transformar-se na região das minas. São as *minas* em formação.

Tal diferenciação, quando concluída, acaba por transformar inclusive as condições de realização do capital que se estabeleceu, de modo que os próprios paulistas, quando constituem as minas e a mineração, deixam assim de ser “paulistas”, segundo a formulação de Toledo:

“A partir deste momento, aqueles *paulistas* diferenciam sua posição na reprodução das relações de produção e, portanto, personificações de uma região, deixando de ser, nestes termos, *paulistas*” (2007; 78; grifos do autor).

A Guerra dos Emboabas é um conflito que se estabelece entre paulistas e forasteiros pelo controle das minas, que culmina com a insurreição dos emboabas contra o domínio paulista da extração de ouro. A palavra “emboaba” tem origem no tupi, e se refere “àqueles que usam calçados” (Romeiro, 2007; 535), dos quais os paulistas se diferenciavam por terem consolidado uma tradição de entrarem descalços pelo sertão, nas bandeiras. Através dessa designação os paulistas identificavam todos aqueles que não eram paulistas, fazendo referência ao fato de terem sido eles os descobridores das minas e, portanto, à condição de forasteiros que os outros colonos ocupavam⁴⁰.

Controle das minas que estava definido, nestas circunstâncias, por determinações que não deixavam de passar pela relação com a Coroa, como a concessão de terras, das áreas de exploração e dos cargos administrativos e milicianos. Em suma, havia uma disputa pela atribuição estatal do controle da violência e das condições para o emprego do capital comercial colonial.

De modo geral, tem se abordado o conflito que culminou na Guerra dos Emboabas como um conflito entre três regiões coloniais que desejavam estabelecer o controle sobre as minas. De um lado os paulistas, os descobridores, tentando manter inalienável seu direito, por outro lado os baianos, cujos interesses como atravessadores comerciais entravam em conflito com os primeiros, e depois os interesses dos comerciantes do Rio de Janeiro, inclusive reinóis, que detinham o controle do porto de trocas e de tráfico de escravos negros (cf. Romeiro, 2007; Neves, 1998; Toledo, 2008 e Ohata, 2003 *apud* Toledo, 2008). Os paulistas contavam com a proeminência que possuíam junto à Coroa, assegurada por seu direito de

⁴⁰ “O recurso ao termo emboaba para designar os forasteiros é emblemático do fosso cultural que os separava dos paulistas, revelando, ao mesmo tempo, a altivez e o sentimento de superioridade que animavam os homens do Planalto, capazes de transformar a ausência – de calçado, no caso – em vantagem” (Romeiro, 2007; 536).

conquista. Os forasteiros contavam apenas com a capacidade de fazer valer seu capital na monopolização do empreendimento, à base da espada, se preciso.

O prelúdio deste conflito é identificado na relação entre paulistas e baianos no que se refere à comercialização de mercadorias na região das minas. Romeiro (2007) identifica o “estanco dos açougues” como momento decisivo no acirramento dos conflitos. Esse episódio consistiu na resistência armada dos paulistas à arrematação do comércio de carnes nas minas pelos emboabas Francisco de Menezes e Francisco do Amaral Gurgel, em função da excessiva alta de preços que o monopólio do comércio de gêneros alimentícios nas minas vinha acarretando.

Esse conflito entre mercadores emboabas e paulistas culmina no acontecimento que, segundo Romeiro (2007; 538), aparece no centro das interpretações mais correntes sobre a Guerra dos Emboabas: a dissensão entre o superintendente Manuel Borba Gato e o mercador Manuel Nunes Viana, que acaba expulso das minas por trazer grandes comboios de mercadorias pelo Caminho Geral do Sertão, que corria às margens do São Francisco, no qual o comércio com as minas se encontrava interdito. De acordo com a interpretação da historiadora, esta versão acaba por ocultar que muitos paulistas também tinham se lançado “ao lucrativo comércio entre a Bahia, São Paulo e a região mineradora” (Romeiro, 2007; 538).

Erivaldo Fagundes Neves traz outros elementos para interpretar a questão, definindo como pretexto desse conflito não apenas o monopólio sobre o comércio na minas, mas também uma disputa territorial onde se esbarravam dinâmicas regionais da colonização em processo:

“Nessas circunstâncias, bandeirantes e fazendeiros de diferentes origens integraram-se nas caatingas sertanejas e confrontaram-se nas áreas de mineração. O mais rumoroso conflito ocorreu nas nascentes do rio das Velhas, entre 1707 e 1709, quando paulistas, liderados pelo superintendente das minas, Manoel de Borba Gato, e os emboabas, pelo português Manoel Nunes Viana – *administrador de fazendas de Isabel Maria Guedes de Brito* – que residia em Carinhonha, disputaram as jazidas auríferas e o abastecimento da região mineradora” (Neves, 1998; 89; grifo nosso).

Ou seja, para além de representar a disputa entre vários capitais, tanto pela instalação da empresa de extração aurífera, onde o que estava em questão era a posse das datas minerais⁴¹ e das patentes de guarda-mor das minas, como pela monopolização do comércio em uma região que passava a concentrar cada vez uma população maior, dedicada à mineração; a Guerra dos

⁴¹ Aqui torna-se importante distinguir as duas ordens de concessão de terras que vieram a se estabelecer nas minas, respectivamente as sesmarias e as datas minerais. Estas eram formalmente distintas, sendo a sesmaria a forma padrão de atribuição de terras em toda a colônia, cujos outorgantes foram, além da Coroa, em um determinado momento os donatários, em outros os próprios sesmeiros e ainda representantes do poder Real, como os governadores. As datas, por sua vez, implicaram um mecanismo de concessão que só existiu nas minas, e forneciam apenas o direito de extração mineral desde que pago o quinto à Coroa, podendo ser concedidas apenas pelo Guarda-mor de cada mina.

Emboabas representou, também, uma disputa do capital dos paulistas – os descobridores das minas – com o dos *sesmeiros* que já vinham territorializando o sertão com a instalação de fazendas de gado. Isso fica explicitado pelo fato de Manuel Nunes Viana, além de ser apresentado como rico mercador, ser apresentado ainda como administrador do patrimônio do que foi então instituído como o morgado Guedes de Brito, herança correspondente às sesmarias do Alto Sertão, formada por Antônio Guedes de Brito na Guerra dos Bárbaros.

Uma destas disputas territoriais, sustentada inclusive no judiciário, se refere, de acordo com Neves (1998) justamente aos terrenos auríferos do rio das Velhas, cuja cobrança de renda realizada por Manoel Nunes Viana, na condição de procurador de Isabel Maria Guedes de Brito havia sido contestada pelo governador da capitania de Minas Gerais, o Conde Pedro de Almeida Portugal. Este termo impedia Nunes Viana de se

“entremeter em fazer diligência algúa a favor dos aforamentos que pretendia que lhe pagassem os moradores da barra do rio das Velhas [...], em quanto por resolução real não decidia se pertencião ou não as terras mencionadas à donataria da dita D. Izabel Maria Guedes de Brito” (Revista do APM, Ouro Preto, II, 1897; 392-393 *apud* Neves, 1998; 66).

Erivaldo Neves, com base nas notas de Capistrano de Abreu, afirma ainda que os próprios paulistas já se encontravam disputando a territorialização dos sertões nas margens do rio São Francisco, onde “encontraram-se ‘baianos e pernambucanos com paulistas’, de modo que ‘mais de 100 famílias paulistas’ criavam gado nas imediações dos rios São Francisco e das Velhas, ‘antes mesmo do descobrimento da minas’” (Neves, 1998; 89).

A supremacia política dos paulistas acabou por ser instaurada, num primeiro momento, pelas próprias contingências que estavam implicadas em uma liberação irrestrita da exploração da minas, ligadas a uma “ameaça do desmantelamento da economia do Nordeste açucareiro, do despovoamento da América e de Portugal, e da cobiça das nações estrangeiras” (Romeiro, 2008; 540). Desta forma, a manutenção dos paulistas no controle poderia conter e desacelerar o ímpeto generalizado de uma “corrida do ouro”, além de assegurar o controle português da área através do poderio militar dos mesmos.

Entretanto, posteriormente, a pressão dos forasteiros, ligada ao interesse metropolitano em instaurar um aparato político-administrativo nas minas, concorreu para a centralização destas demandas na figura de Manuel Nunes Viana, que acabou aclamado governador das Minas, em 1707. O empossamento deste português em tal cargo não implicava na deposição de Borba Gato, que ocupava o cargo de superintendente, mas antes representava a criação de outro cargo, pois ainda não havia um governador específico para as minas, estando estas últimas diretamente subordinadas à jurisdição paulista.

A esse empossamento sucede uma série de tentativas de desarmamento e expulsão dos paulistas da região e sucede um período de supremacia emboaba que se estabeleceu por cerca de um ano, quando, de acordo com a versão aceita por Romeiro (2007), a expulsão do governador Fernando de Mascarenhas em 1709, por homens de Nunes Viana, põe em cheque o consenso emboaba, até então apresentado como resistência popular à dominação tirânica paulista. O governador-geral acaba por forçar a reinstalação da autoridade metropolitana na área, articulando uma conjunção entre “os dois partidos rivais” (Neves, 1998; 89) para compor a administração das minas.

O término destas disputas ensejou a separação da capitania de São Paulo e Minas do Ouro da capitania do Rio de Janeiro, a criação das primeiras municipalidades na área e a sua divisão, em 1714, em comarcas – inicialmente as de Ouro Preto, Rio das Velhas e Rio das Mortes, posteriormente Serro do Frio e Paracatu –, e, por fim, o desmembramento da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, e a criação da capitania de Minas Gerais em 1720, como mecanismos da Coroa estender seu domínio sobre a extração, especialmente no que concerne à instalação do fisco.

Ainda assim, tais medidas mantiveram-se distantes de alcançar o fim dos conflitos ligados ao alargamento das fronteiras da colônia: a instituição do controle real se desenrolava num processo longo e o próprio caráter que assumia o Estado metropolitano não anulava os conflitos pelo controle territorial estabelecidos pelos capitais particulares, que podiam personificar a violência. Ao contrário, como poderemos ver adiante, a “Guerra dos Emboabas” vai se reproduzir localmente no processo de territorialização de cada nova área na colônia, fundada na disputa entre diversos poderios (políticos e militares) não-autonomizados dos respectivos capitais que desejavam se estabelecer.

Dando prosseguimento aos descobrimentos auríferos, em 1727, a bandeira do paulista capitão Sebastião Leme do Prado descobre as “minas novas”, num afluente do rio Araçuai, que por sua vez, era afluente do rio Jequitinhonha, segundo nota o *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, de Francisco de Assis Carvalho Franco (1989)⁴².

⁴² Ainda que, como já frisamos, a apresentação do processo de territorialização do que veio a ser o Vale do Jequitinhonha tenha sido feita perseguindo a formação do termo de Minas Novas, é possível também observar esta formação, ao longo do vale do rio Jequitinhonha, partindo dos primórdios da ocupação da comarca do Serro, onde a mineração de ouro começa “nas antigas lavras do aurífero Hiviturui” (Nunes, 2001; 24), em torno da Vila do Príncipe, ainda na década de 1710. Estas lavras receberam a denominação, posteriormente à descoberta das Minas Novas, de Arraial das Lavras Velhas. A qual segue-se a descoberta de diamantes “nos ribeirões mais próximos do arraial do Tejuco, como o Caeté-Mirim, Santo Antônio, Inferno, e outros tributários do rio Jequitinhonha” (Furtado, 2007; 305), pouco antes de 1720. Júnia Furtado (2007) assinala os comentários de um “observador dos acontecimentos, o comerciante Francisco da Cruz, [que] contou sobre o número significativo de pessoas que abandonavam, desde 1726, a região aurífera das Minas e passavam para a região diamantina, confirmando que já nessa época a descoberta era pública e notória entre a população do restante da Capitania”

Neste período, de acordo com Diogo de Vasconcelos, cujas notações estabelecem concordância com a descrição oferecida pelo *Dicionário*, estas empresas “não dispunham agora de meios como os tinham os antigos sertanistas de profissão nem o êxito se considerava tão seguro como no princípio, quando os descobertos eram mais ou menos segurados a quem os fazia”, o que conduziu Leme do Prado, na tentativa de “andar pelo seguro”, a solicitar de D. Lourenço de Almeida, então governador da capitania de Minas Gerais, uma autorização para “formar uma bandeira legal com todos os privilégios do antigo regimento” (1974; 52), tendo o capitão conseguido não apenas a autorização, mas também a garantia de receber a provisão de guarda-mor das respectivas terras minerais, se estas fossem encontradas.

Assim, depois de passar pelos rios Itamarandiba e Fanado, que já haviam sido investigados por outros aventureiros que malograram, a comitiva vai de encontro a outro afluente, onde encontra um farto lençol de ouro, fundando aí um arraial que recebe o nome de Bom Sucesso. A Leme do Prado coube, como guarda-mor, distribuir as datas minerais aos participantes de sua excursão, além de dividi-las com membros de outra bandeira de exploração, liderada por Brás Esteves, que também andavam perlongando o Araçuaí e seus afluentes, e que afirmavam ter feito descobertas também na barra do Fanado.

Seguindo a apresentação do feito apresentada por Diogo de Vasconcelos (1974), Leme do Prado conduziu-se a Itacambira para averiguar a extração de ouro, que lá estava sendo feita sem a regularização da Coroa:

“Informado em seguida o Guarda-mor Sebastião Leme de que na Itacambira prosperava a mineração com prejuízo da Fazenda Real, a regularização de tais serviços, *não sendo menos de seu interesse*, pelos emolumentos do cargo, deliberou partir e para lá se dirigiu em maio de 1728” (1974; 53; grifo nosso).

(2007; 305). Sabe-se que, em 1729, a notoriedade da descoberta era tamanha que forçou sua divulgação oficial. No início, a exploração de diamantes foi aberta a todos que tivessem escravos e capital para investirem na extração, sendo cobrada uma taxa de captação sobre cada escravo empregado na extração. O crescimento vertiginoso da extração acabou por provocar uma baixa dos preços no mercado mundial. Como resposta a esse processo, a Coroa promoveu a Demarcação Diamantina, dando origem ao Distrito Diamantino. As antigas concessões de lavras foram todas revogadas e se estabeleceu uma legislação especial, extremamente proibitiva, visando controlar a extração de diamantes de maneira a manter seus preços no mercado. Num primeiro momento esta restrição se realizou baseada na realização de contratos particulares e posteriormente foi transferida para o monopólio do poder régio, quando os capitais locais passaram a se reproduzir com base no aluguel de seus escravos a juros anuais. Tais condições normativas, que foram definidas pelo regimento que ficou conhecido como o *Livro da Capa Verde*, produziram padrões de reprodução completamente diversos na região, sendo, ainda assim, a sociedade diamantina similar à toda a região das minas: relações de trabalho fundadas na escravidão, presença do Estado organizando a cobrança de impostos, existência de capitais empregados na exploração mineral, mas também de capitais empregados no lucrativo comércio de gêneros de primeira necessidade (alimentícios, ferramentais, artigos de couro, animais de carga e transporte, entre outros), além de uma abertura típica na sociedade que, apesar de estar fundamentalmente baseada no trabalho compulsório, conviveu com um amplo estrato de homens livres – inclusive escravos que compravam a alforria às custas da garimpagem ou participação no comércio. Para uma discussão mais aprofundada sobre a demarcação diamantina conferir, além do artigo já citado de Júnia Furtado (2007), a sua obra *O livro da capa verde* (1996), e ainda os conhecidos livros *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio* (1976 [1868]) de Joaquim Felício dos Santos e *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil* (1974 [1833]) de Auguste Saint-Hilaire.

Naquelas paragens se encontravam os irmãos Domingos Dias do Prado e Francisco Dias do Prado como “cabeças do povo” (Vasconcelos, 1974; 53) e, sabendo da chegada do guarda-mor, estes foram ao seu encontro duas léguas antes do trecho onde estava sendo realizada a extração, acompanhados de grande multidão que, segundo Vasconcelos (1974; 54), estavam, apesar do ar de cortesia que continham, “a efeito de o impressionarem com tamanho aparato”. O contato com seus primos, oscilava entre o júbilo e a reserva, quando se tinha em pauta as diligências da guarda-moria. Até o momento em que “destamparam-se as reticências, e Domingos Dias abertamente declarou-lhe que não o reconhecia como competente para exercê-lo naquele distrito, visto pertencer ao Governo da Bahia” (Vasconcelos, 1974; 54), além de alegar que aquelas minas já haviam sido comunicadas desde 1707 ao Vice-Rei D. Luís César de Meneses.

Ao lado dos Prados, se pôs o padre Miguel Honorato, encarregado pelo Arcebispo da Bahia de benzer as novas povoações que por lá estavam sendo edificadas. Este, por sua vez, tratou de reafirmar a tentativa de persuasão de Leme do Prado, dizendo de fato aquele território pertencer ao Governo da Bahia na medida em que ele próprio achava-se ali representando o Arcebispado desta capitania.

Vasconcelos considera que esta tentativa “era, porém, um sofisma: primeiro, porque em sertões desconhecidos as dioceses não tinham delimitações prefixadas por nenhum lado, segundo, porque as atas do Governador da Bahia baixaram no seu caráter de Vice-Rei, e nas citadas conjunturas, como entendesse a repressão aos selvagens, não fez mais do que cumprir um dever previsto nas atribuições gerais, segundo o regimento dado a Tomé de Souza, no papel de Governador-geral, e não de Governador da Capitania” (1974; 55); além de considerar que o objetivo maior da ação dos Prados consistia em manter a mineração de Itacambira oculta, evitando assim a necessidade de pagarem quintos.

E considera ainda que, sincera ou fingidamente, o guarda-mor saíra convencido pelos primos, de modo que determinou manifestar ao Vice-Rei D. Vasco Fernandes tanto as minas de Itacambira, como os novos descobertos do Araçuaí, apesar de já as haver repartido, por autoridade atribuída a ele por D. Lourenço, governador de Minas. Ao que o autor pondera:

“O distrito das Minas já então se achava constituído desde 1722 em Capitania separada e distinta de São Paulo, e aos paulistas nada ou pouco se lhes dava pertencer a este ou a outro governo. O que, aliás, e mais lhes convinha nesse caso, visto que o nativismo já não os impelia, *era pertencerem a qual dos governos lhes fosse mais de jeito enganar, sonegando os quintos*. Minas já estava com o fisco aparelhado, e a Bahia, sobre não o ter, era país de portas abertas para os extravios” (Vasconcelos, 1974; 55; grifo nosso).

A partir deste feito, apesar das reivindicações encaminhadas por D. Lourenço de Almeida reclamando a inserção destas minas à capitania de Minas Gerais, D. Vasco ordena que as Minas Novas deveriam ficar sujeitas ao Governo da Bahia. Além disso, o Vice-Rei trata de estabelecer no distrito os cargos convenientes, atribuindo um comandante das armas, na figura de Pedro Leolino Mariz, a guarda-moria à Leme do Prado e patentes de Mestre-de-campo e coronel, respectivamente à Domingos Prado e Francisco Prado. Além de estabelecer uma Intendência nas proximidades do povoamento que então se formava, a fim de que a quintagem do ouro pudesse começar a ocorrer.

Ao lado do Bom Sucesso surgiram ainda outros arraiais, dado que a notícia dos novos ribeiros mineráveis havia se espalhado e alcançado o Serro onde a mineração já se desenrolava há um tempo, como os de Itapera, Paiol, Água Suja, Piedade e São Pedro do Fanado. E o próprio Bom Sucesso se tornara vila em 1729, a Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí, tendo sido instalada pelo ouvidor do Serro e ficando subordinada à Ouvidoria desta mesma comarca, a pedido do Vice-Rei. Desta maneira, o foro judicial da vila havia sido subordinado ao Serro com o objetivo de transferir para mais perto este instrumento de controle, visto que 150 léguas tal vila distava da Bahia, ainda que o controle militar permanece subordinado a Jacobina, porque a companhia destacada era ainda a mesma que de lá fora removida.

Mais tarde, quando se erigiu Jacobina como comarca, o termo de Minas Novas foi a ele incorporado, mas, posteriormente, em 1747, este termo foi adicionado à comarca do Serro, ainda que a jurisdição militar persistisse na Bahia.

Na análise de Diogo de Vasconcelos (1974) “uma tal dualidade, porém, tornava-se inconveniente ao Governo de Minas e Gomes Freire de Andrade representou ao governo régio contra semelhante anomalia. Às demais razões acrescia o clandestino garimpo de diamantes, como também os descaminhos deles e do ouro a que dava lugar o imperfeitíssimo policiamento do território de Minas Novas”. Assinalando ainda a “conveniência de se alargar o âmbito de Minas Gerais para os efeitos da derrama, na falta de cem arrobas exigidas pelo quinto”, tendo estes fatores assim concorrido para a incorporação integral de Minas Novas à comarca do Serro e ao Governo de Minas Gerais, em 1760.

Na edição comemorativa dos 250 anos da vila de Minas Novas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* (1981), a versão de Diogo de Vasconcelos (1974) é assumida também pelo Prof. Benedicto José de Souza, no seu artigo “Os 250 anos de Minas Novas”. O tema da apresentação dos descobertos auríferos ao governo baiano é também por ele abordado, e aparece determinado pela possibilidade de esquivar a mineração do fisco da

capitania de Minas, que a esta altura já se encontrava melhor estabelecido. Todavia, tal ardil empregado pelos descobridores não deixa de passar pelo juízo do autor, que avalia o ocorrido na medida em que este contribuiu para o arrefecimento do “magnífico ciclo aurífero, que engrandeceu a antiga Capitania das Minas do Ouro” (1981; 169). Esta avaliação permite ressaltar, ao menos minimamente, o caráter apologético que, de maneira geral, os textos do IHGB conferiram ao processo de modernização, especialmente quando desenvolvido “nos termos da lei”.

Por sua vez, a versão de Waldemar de Almeida Barbosa no artigo “Fanado (Minas Novas): Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí”, fundada na análise de documentos do Arquivo Público Mineiro, que integra a mesma revista, revela outros elementos para compreender a apresentação das “minas novas” à Bahia e não à Minas:

“O descobridor, Sebastião Leme do Prado, pretendia dar o manifesto ao Governador das Minas, D. Lourenço de Almeida, conforme, aliás, prometera antes de partir. Entretanto, foi forçado a dar o manifesto das novas minas ao Governador da Bahia, Vice-Rei Vasco Fernandes César de Menezes. Brás Esteves Leme, paulista, obteve muitos favores de D. Brás Baltazar da Silveira, governador da capitania de S. Paulo e Minas; D. Brás Baltazar chegou a mandar publicar um bando, pelo qual proibia qualquer cobrança contra Brás Esteves Leme, que andava, então, à procura das esmeraldas. Mas, no norte, nas divisas com a Bahia, chegou a tornar-se terrível facinoroso, chefe de formidável bando de criminosos. Esse Brás Esteves Leme dominava grande parte do sertão baiano, e mandou dois outros paulistas, Francisco Dias do Prado e Domingos Dias do Prado, como o povo do seu bando, ao encontro de Sebastião Leme do Prado a fim de forçá-lo a dar o manifesto das novas minas descobertas ao governador da Bahia. Realmente assim foi feito em maio de 1728. *Os dois irmãos Dias do Prado, assim como Brás Esteves Leme, tinham contas a ajustar com as autoridades baianas, e tudo faziam para agradar-lhes.* [...] Vasco Fernandes César de Menezes mandou para o novo descoberto, um grande e famoso sertanista, Pedro Leolino Mariz, encarregado do governo civil e militar da região toda” (1981; 146; grifo nosso).

Em outro artigo, “Os 250 anos de Minas Novas”, publicado na mesma revista, o autor comenta ainda, sobre a mesma questão:

“Restava dar o manifesto, ou seja, fazer a comunicação do descoberto à autoridade competente. [...] Foi então que entraram em cena três paulistas que, havia anos, dominavam com mão de ferro a região do Araçuaí e do Jequitinhonha. Brás Esteves Leme, [...] paulista dos mais atrevidos, chefiava verdadeira horda de assassinos obedientes. “Homem cruel e facinoroso e, como tal, temido no sertão” – são palavras com que o descreveu o comandante Pedro Leolino Mariz, que o Vice-Rei mandara para o governo das Minas Novas. Domingos Dias do Prado e seu irmão, Francisco Dias do Prado, eram grandes devassadores do sertão-mineiro, descobridores de minas de ouro, e também criminosos terríveis e desumanos, aventureiros e assassinos cruéis, aos quais, em 1724, o Vice-Rei mandou prender [...]. *Domingos e Francisco Dias do Prado ganharam muito dinheiro com o comércio de gado que traziam dos currais da Bahia para as Minas; eram verdadeiros donos do sertão*” (1981; 174; grifo nosso).

O conflito apresentado, quando do manifesto da descoberta aurífera ao governo baiano e não ao mineiro, como a autorização pedida pelo bandeirante à D. Lourenço de Almeida sugeriria, indica, primeiramente, que a descoberta é um momento fundamental na disputa pela

territorialização da mineração. Isso porque, mais do que descobrir ouro nos ribeiros, Leme do Prado estava “descobrimdo” uma área enquanto área produtora de ouro. A existência de ouro em uma área aparece presidindo a instauração de relações de produção particulares durante seu processo de territorialização, acabando por diferenciá-la em uma região em particular. Essa aparência é típica da relação generalizada pelo processo da modernização, onde o que prevalece é a mediação das coisas. Assim, o caráter da área que aparece definido pela mercadoria que ela pode produzir, é um caráter eminentemente aurífero, embora saibamos que a mercadoria, enquanto tal, apenas se realiza na contradição entre seu valor de uso e seu valor de troca. Ou seja, o caráter da área é definido pela sua capacidade de produzir ouro – que existe assim como objeto de uso que pode vir a ser, mas que existe também na sua forma preço – apenas na medida em que a produção de ouro pode implicar também na acumulação de lucro comercial.

Não apenas as relações de produção, que deverão se instalar para realizar a produção de ouro, que cumprirão o papel de diferenciar a área. Também a disputa pelo monopólio da violência e pela posse da terra na área, de maneira a criar as condições para que o capital seja investido, deverá cumprir o papel de “fechar a região” (Oliveira, 2008), diferenciando-a e separando-a de outras áreas que serão territorializadas segundo padrões distintos de reprodução das relações sociais de produção e das relações políticas, que ainda não se encontram autonomizadas das primeiras.

Entretanto, a descoberta de ouro, nesse caso, não implicou na “descoberta” da área por Leme do Prado, ou seja, seu achado não foi suficiente para que ele pudesse fechar a região. À primeira vista, a dinâmica da Guerra dos Emboabas que se reproduz nesta circunstância, é o fato de que o direito inalienável de domínio sobre as minas descobertas não foi suficiente para garantir ao sertanista seu controle. Ele teve que defrontar-se com outros capitais que, de acordo com as várias versões consultadas, concorriam para a territorialização da área. Além disso, o próprio Leme do Prado aparece interessado, “pelos emolumentos do cargo” (Vasconcelos, 1974; 53), em regularizar, ou seja, disputar, na posição de guarda-mor, as minas descobertas na Itacambira, com os outros capitais que já concorriam na sua exploração. A forma como as fontes qualificam estes capitais permitirá refletir sobre quais regiões aparecem em disputa, no caso discutido.

A princípio, é possível notar que, em 1727, vinte anos depois do episódio que marca a guerra dos emboabas em 1707, os paulistas não podem ser identificados como um grupo com interesses hegemônicos. Nas fontes estudadas, quase todos os envolvidos neste conflito são identificados como paulistas: Leme do Prado, os irmãos Dias do Prado e Brás Esteves. O único

que não aparece com a naturalidade definida é Pedro Leolino Mariz. No entanto, não é mais possível dizer que os referidos paulistas personificam a mesma região, ou ainda, nas palavras de Vasconcelos (1974; 55): “O distrito das Minas já então se achava constituído desde 1722 em Capitania separada e distinta de São Paulo, e aos paulistas nada ou pouco se lhes dava pertencer a este ou a outro governo”.

Uma primeira análise pode conduzir também, como o faz Diogo de Vasconcelos (1974), a considerar que a questão quanto à entrega do manifesto se refere à criação das condições para tentar isentar a mineração nestas áreas da ação do fisco, mantendo-as ocultas. Na medida em que não se torna mais possível mantê-las ocultas, toma-se como saída manifestá-las ao governo baiano e não ao mineiro, visto que a primeira capitania “era país de portas abertas para os extravios”, enquanto a última “já estava com o fisco aparelhado” (Vasconcelos, 1974; 55).

Assim aparece em questão novamente a relação entre o poder do Estado e o poder dos particulares. Se o processo colonial esteve fundado na personificação do poder local nos capitais particulares, a mineração trouxe algumas transformações nessa dinâmica. Era necessário instituir um controle “neutro”, que fosse isento de uma aparentemente subjetividade – fazendo, por isso, dele um trabalho remunerado – para exercer o controle dos impostos e taxaões que eram de interesse da Coroa sobre as explorações dos capitais particulares⁴³. Estes controles foram estabelecidos através da criação de esferas administrativas e fiscais, entre elas a Intendência das Minas e as Casas de Fundição, além de outros controles, jurídicos, por exemplo, como a Ouvidoria.

O controle devia, desta maneira, se estabelecer em dois níveis: a cada poder local cabia preservar seu capital, tanto dos outros capitais que, neste caso, concorriam na exploração aurífera, como dos homens livres, garimpeiros, que pretendiam exercer ilegalmente tal atividade; e aos controles instituídos pela Coroa cabia garantir o recebimento do quinto e de todas as outras taxas estabelecidas.

⁴³ A própria dinâmica de atribuição de títulos e patentes, aos particulares, correspondia a uma restrição necessária para a manutenção do controle na exploração das minas, que estariam disponíveis apenas na medida em que passassem pela negociação com a Coroa: “Isso não significa que a política era simplesmente premiar os descobridores. A autora [referindo-se a Albertina Limas de Vasconcelos (1998; 19)] mostra que ‘no contexto de desenvolvimento da economia mineradora uma profusão de leis específicas visaram normatizá-la e aos demais setores que a ela se articulavam. Surgiu uma estrutura administrativa específica, cujos ocupantes possuíam autoridade e poder, independente do governo geral, inclusive podendo comunicar-se diretamente com o Rei e seus representantes no Conselho Ultramarino. *Essa característica da administração para as minas teve como finalidade precípua garantir a política do fisco, fórmula engenhosa da Coroa portuguesa que diante da itinerante atividade mineradora, delegou a particulares a exploração, juntamente com os investimentos em material e mão-de-obra escrava, lucrando com as sobretaxas cobradas por todas as atividades e produtos*” (Toledo, 2008; 64; grifo nosso).

Tendo, a instalação dessa estrutura, se iniciado pelo território que veio a ser a capitania de Minas, esta, quando da descoberta das minas novas, já se encontrava mais aparelhada para exercer tal controle. Por isso é possível encontrar, como o faz Diogo de Vasconcelos (1974), dentre os possíveis condicionantes que determinaram a entrega do manifesto à capitania da Bahia, uma tentativa de fuga da fiscalização.

Para além deste ponto, é possível notar, ainda, de acordo com as referências fornecidas pelas fontes consultadas, que a entrega do manifesto à Bahia foi condicionada pelas relações mantidas por Brás Esteves e os irmãos Prado nesta capitania. Ao contrário de Vasconcelos (1974), que apresenta Brás Esteves como líder de outra bandeira de exploração, que teria feito descobertos na barra do Fanado, com a qual as datas auríferas deveriam ser divididas – ou seja, outro “paulista”; Waldemar Barbosa (1981), em ambos os artigos citados, o apresenta como um sujeito que já havia sido “paulista”, tendo inclusive obtido “muitos favores” do governador da capitania de São Paulo para atuar como bandeirante, mas que veio a tornar-se um “dominador de grande parte do sertão”, tendo contas a ajustar com as autoridades baianas. Esse autor apresenta também os irmãos Prado como “grandes devassadores do sertão”, que ganharam muito dinheiro com o comércio de gado da Bahia para as minas, e que também tinham contas a acertar com o governo baiano.

Os textos indicam, portanto, que os três “paulistas” que iniciaram suas atividades na condição de sertanistas, empenhavam seus capitais também nos negócios do sertão, que, a esta época, como vínhamos discutindo, se configuravam especialmente como a expansão da fazenda pecuária e o comércio nas minas, ou seja, eles aparecem personificando outra região em formação.

Caso que implica na disputa entre os capitais regionais, mas agora já na conexão que estes capitais estabelecem com os poderes instituídos nas capitanias. Ou seja, não é apenas a disputa pelo controle direto do capital sobre a exploração das novas minas, visto que, em alguma medida, isso estaria garantido pela condição de guarda-mor de Leme do Prado, mas também a disputa pelo controle sobre os frutos das taxações, definido pela administração sob a qual tais minas ficassem submetidas. Se Brás Esteves e os irmãos Prado atuavam como “baianos”, é possível supor que os negócios por eles conduzidos tenham necessitado da intervenção de autoridades baianas, o que faz com que tenham contas a ajustar com essas autoridades, fazendo tudo para agradá-las, inclusive criando uma nova e rica fonte de arrecadação.

Desta relação, entretanto, resulta que o governador da Bahia, que à época era o Vice-rei Vasco Fernandes, manda prender os irmãos Prado em 1724, embora o condicionante para tal

ocorrido não seja explicitado pelo autor, que apenas trata de qualificar os mesmos como “criminosos terríveis e desumanos, aventureiros e assassinos cruéis” (1981; 174).

Por sua vez, quem aparece consolidando seu controle no poder local, é Pedro Leolino Mariz, que o Vice-Rei indica para o governo das minas novas, encarregando-o “do governo civil e militar da região toda” (Barbosa, 1981; 146). Ele não tem sua naturalidade definida, apesar de ser apresentado como “grande e famoso sertanista” (Barbosa, 1981; 146), ou seja, é provável que já tenha atuado como bandeirante “paulista”.

No entanto, na já referida pesquisa conduzida por Erivaldo Neves (1998), Pedro Leolino Mariz aparece como arrendatário de terras de Joana da Silva Guedes de Brito e suas fazendas aparecem identificadas pela expedição em que Joaquim Quaresma Delgado procurou ouro pela região de Minas Novas e Rio de Contas (1998; 90-91). Ele é identificado como Mestre-de-campo, sendo “fazendeiro em Brejo das Carnaíbas na Bahia e Minas Novas do Araçuaí em Minas Gerais de onde foi o primeiro superintendente” (1998; 96), áreas onde exerceu a atividade pecuária.

Se a disputa sobre as taxações, como vimos, aparece como conflito entre capitânias, a disputa sobre o controle das minas volta a aparecer como conflito entre o “paulista” descobridor das minas e Pedro Mariz, que por fim é revelado como um “emboaba”, pecuarista e arrendatário dos Guedes de Brito, sesmeiros do Alto Sertão.

O referido confronto no processo de territorialização do capital na colônia está especialmente determinado por suas formas divergentes de apropriação territorial, assunto que trataremos mais detidamente no próximo capítulo. Ainda assim, vale anunciar que a formação da região pecuária está fundada na sesmaria e na garantia, fornecida pelo controle territorial, de que as criações e, com elas, o capital, cresçam. Assim, é quem personifica esta forma de apropriação territorial, e, portanto, a possibilidade de, através dela, acumular capital, que centraliza o exercício do monopólio da violência nesta região. Nela, como nas outras, o Estado não se acha ainda autonomizado e a política, por não apresentar aparência de autonomia com relação à economia, ora aparece determinando as decisões econômicas, ora aparece determinada por elas, apesar desta interpretação estar sempre marcada pela subjetividade que os poderosos (politicamente e economicamente) realizam aparentemente, ficando oculta a determinação formal que a mercadoria, como forma de mediação que se universaliza no processo de modernização estabelece.

Como na pecuária, o exercício do poder local, da política não-autonomizada, aparece definido também pela forma de apropriação territorial da mineração, onde o que está implicado na acumulação de capital não é a terra, em sua extensão monopolizável, em si; mas

apenas enquanto esta pode produzir minério. Por isso Albertina Limas Vasconcelos classifica esta atividade como “itinerante” (1998; 16 *apud* Toledo, 2008; 66), embora possamos indicar que a acumulação fundada na mineração deverá conduzir a outras formas de apropriação territorial.

O que está em jogo, portanto, é que os padrões de exercício do poder local, na região, são meios distintos de promover a acumulação de capital em contextos de apropriação territorial – de relações sociais de produção – diferentes. A reprodução desses padrões está determinada, portanto, pela “eficácia” dos mesmos na medida em que permitem e promovem a acumulação, não sendo os mesmos a finalidade do referido processo. Assim, por mais que se constituam particularidades na reprodução social – que definem a região – o território que elas reproduzem é o do capital. Interessa saber, além de caracterização destas relações regionais, que contexto do capital determina a necessidade destas particularidades para sua reprodução.

1.4 – Um pequeno debate sobre os imperativos da formação territorial e de sua particularização

Antônio Carlos Robert Moraes, no livro *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI* sugere que o *território* é um “espaço social” e que “logo inexistente como realidade puramente natural”, além de considerar que sua produção é social, “resultado do histórico da ação de um grupo humano com o espaço que o abriga”, sendo, portanto, “uma expressão da relação sociedade/espaço, sendo impossível de ser pensado sem o recurso aos processos sociais” (Moraes, 2000; 18).

Portanto, o autor sugere que o território seja “antes de tudo uma escala de análise da sociedade e da relação sociedade/espaço, isto é, um recorte analítico que objetiva uma visão angular específica da história” (Moraes, 2000; 21). E prossegue dizendo que, dado que todo território possui uma história, é necessário para apreendê-la “equacioná-la como um processo; daí o enunciado da *formação territorial* como objeto de pesquisa” (Moraes, 2000; 21).

No entanto, o autor sugere que

“O esmiuçamento dos processos de formação territorial indica que seus resultados são construções bélicas, jurídicas e ideológicas. O componente militar impõe-se na medida em que o domínio espacial deva ser concretizado e mantido continuamente, e o exercício da soberania implica um poder efetivo sobre os espaços de sua jurisdição. Contudo, os territórios não se mantêm apenas pelo recurso à força e à violência, envolvendo também instâncias de legitimação do domínio e do poder praticados, o que redundaria em formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania. [...] Nesse sentido o território é também uma construção política, que deve ser reiterada por meio de pactos e disputas sociais. Até por isso, a formação

territorial apresenta ainda uma faceta de estrita elaboração ideológica, resultando em constructos discursivos que comandam tanto a consciência dos lugares quanto sua produção material” (Moraes, 2000; 22).

Ou seja, segundo o autor, apesar de considerar o território, não como um dado, mas como uma realidade espacial que emerge de um processo de formação que possui caráter social, os imperativos dessa produção seriam determinados pela disputa política da inscrição de diretrizes no espaço que, desta forma, se tornariam hegemônicas (Moraes, 2000; 18). Assim, de acordo com o autor, “na objetivação das formas pode-se captar *a vitória dos desígnios e concepções que a idealizaram*” (Moraes, 2000; 18; grifo nosso).

De acordo com o autor, essa perspectiva de interpretar a formação histórica de um território está de acordo com o conceito de “prático-inerte” de Milton Santos, formulado no livro *Espaço e Sociedade*, de maneira que a qualidade de inércia da formação histórica de um país “torna-o depositário não apenas de valores econômicos *mas também de projetos que por diferentes vias se hegemonizaram na sociedade em foco*” (Moraes, 2000; 18; grifo nosso).

Neste momento, retomamos a apresentação que Antônio Carlos Robert Moraes faz do território como categoria analítica da geografia, pois nos interessa problematizar o caráter fundamentalmente “político” que essa categoria assume nessa exposição.

Não porque, no argumento, a política apareça, em seu duplo sentido, determinando o processo de formação territorial: tanto no que se refere ao monopólio do exercício da violência e a seu caráter propriamente “bélico”, quanto no que se refere às instâncias de legitimação deste monopólio, “as formas jurídicas de reconhecimento dos direitos de soberania” (Moraes, 2000; 22). Mas justamente por que a política aparece como campo autônomo da sociabilidade capitalista em que se “disputariam desígnios e concepções” e do qual resultaria “uma certa diretriz” que se inscreveria no espaço hegemonicamente (Moraes, 2000; 18).

Tal perspectiva, além de se encontrar subordinada ao fetichismo da aparência de autonomia das esferas cindidas da sociabilidade do processo de modernização, nem ao menos tematiza a relação estabelecida entre os campos que se apresentam autônomos – a política e a economia – aparecendo a influência de tais esferas sobre o processo de formação territorial apenas justaposta, de modo que a noção de totalidade daí derivada se constitua como mera somatória das partes que compõe a sociedade.

No conhecido *Prefácio de 1859 à Contribuição à crítica da Economia Política* (2007), Marx apresenta uma formulação sobre a relação aludida, sugerindo que “as relações jurídicas, bem como as formas do Estado, não podem ser explicadas por si mesmas [...]; [além de

sugerir que] essas relações têm, ao contrário, suas raízes nas condições materiais da existência” (2007; 45).

Apesar de tal modo de apresentação ter sido desenvolvido de forma reduzida pelo marxismo ortodoxo, especialmente o de cunho estruturalista, além de ter sido consagrado como “economicismo” pela crítica à tradição marxista; sugerimos a possibilidade de interpretar a sugestão de Marx não como uma relação de determinação que a “infra-estrutura” exerceria sobre a “super-estrutura”, consideradas estas esferas *intrinsecamente* cindidas, mas como uma relação de mediação que se reproduz e produz todas as esferas aparentemente autônomas da sociedade.

Tal interpretação pode ser derivada do próprio texto do referido *Prefácio*, na medida em que Marx sugere que “a *anatomia* da sociedade burguesa deve ser procurada na Economia Política”. Deste modo, identificamos o sentido aludido por Marx à expressão “anatomia” com o sentido atribuído por ele à expressão *forma-mercadoria*. Ou seja, a forma através da qual a sociedade reproduz suas relações autonomizadas parece estar definida no campo aparentemente autônomo, relegado à condição de infra-estrutura, da economia. Entretanto, essa forma estaria definida como mediação que determina a anatomia de toda a sociabilidade. Sendo assim, esta forma seria correspondente à *totalidade* das relações sociais no processo de modernização, a partir do qual as relações se produziriam e se *autonomizariam* passando a ganhar aparência de esferas ou campos autônomos da reprodução social.

Robert Kurz sugere essa forma de apreensão do problema em uma passagem do texto *Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde a teoria. O problema da práxis como evergreen de uma crítica reduzida do capitalismo e a história das esquerdas* (2007).

“À luz de uma crítica de matriz fetichista apriorica, uma crítica atrelada ao ‘outro’ de Marx, é preciso que a crítica do economicismo clássico apresente feições totalmente outras. *Determinante não é a “economia”* nem tampouco a “luta de classes” a ela atrelada, nem imediatamente nem “em última instância”. Ao invés disso, “*regular*” é a matriz apriorica da metafísica real e de sua conexão da forma, uma matriz que serve de base a toda ação no capitalismo, inclusive à sua elaboração da contradição, e que sempre é reproduzida nesse agir (forma-mercadoria e dissociação sexual e consequentemente identidade de forma-pensamento, forma-ação, forma-sujeito, forma-teoria, forma-política, etc., enquanto formas de reprodução). Essa constituição [fetichista] tem raízes mais profundas que todos os movimentos e desenvolvimentos empíricos (também institucionais) “em” sua conexão. Não leva a muita coisa querer transformar o problema na influência e na penetração mútua das diversas esferas “relativamente autonomizadas” entre si ou dos (usando a terminologia da teoria sistêmica) “sistemas parciais ou subsistemas”. O conceito de todo ou de totalidade social passa a ser então a mera “soma” das esferas ou áreas parciais [...]. A definição ‘da economia’ como determinante [...] é uma formulação totalmente reduzida do problema e permanece aconceitual [...]. ‘A economia’ em sentido empírico não determina mas ela própria é determinada pela ampla matriz apriorica da constituição fetichista e sua ‘lógica’, que produz uma regularidade [...]. A adequada crítica a esta ‘regularidade’ somente pode constituir-se em negar o modo de socialização enquanto tal, o qual significa,

de um modo ou de outro, [negar] o dualismo existente entre ‘economia’ e ‘política’ (Kurz, 2007; 27; grifos nossos).

De acordo com o que vimos apresentando, portanto, pode-se dizer, em concordância com Toledo, que “a totalidade tem existência objetiva [ainda que fantasmagórica] que se expressa nas formas sociais de mediação” (2008; 66). Assim, o que confere *determinidade* histórica (Marx, 1978; 120) para a crítica à territorialização é a caracterização deste processo como do capital.

Por isso, retomamos, ainda, a apresentação que o professor Robert Moraes faz da categoria de território, pois nos interessa também problematizar o caráter “naturalizador” que marca esta análise. Ainda que o autor ressalte o potencial que o conceito de território possui, na medida em que não indica um substrato natural sobre o qual se estabelece a sociedade, indicando que a própria produção deste “substrato” é social, ele acaba por apresentar a “apropriação do espaço natural” como um “processo universal” (Moraes, 2000; 15), condicionado pela “natureza” de todas as formas de sociedade. E o faz na medida em que identifica este processo “num corte ontológico do real”, como “resultante exclusivo do trabalho humano, e apreendendo o trabalho como ato teleológico de incorporação e criação de valor, acata-se que a formulação categorial mais precisa e genérica para expressá-lo deva ser a da *valorização do espaço*” (Moraes, 2000; 15).

Caberia ao autor, em primeiro lugar, a mesma crítica conduzida a Max Sorre por Fernando Novais (1979) quando se refere às implicações já discutidas de tamanha abrangência na conceituação dos fenômenos sociais. Se Novais indica que o conceito amplo de colonização de Sorre não permite apreender as características específicas do processo mercantilista de colonização, poderíamos dizer, na mesma medida, que tal conceito amplo de valorização não permite apreender as implicações específicas que o processo de valorização tem na acumulação de riqueza em geral, ou seja, em sua forma definida no processo de modernização.

Caberia ainda a crítica de que o conceito de trabalho utilizado pelo autor indica apenas uma relação indeterminada entre homem e natureza, homem e espaço, sem apresentar sob que condições sociais tal relação de apropriação se estabelece. De maneira que o potencial crítico que a categoria de valor, e também a de trabalho, apresenta em Marx se perde na medida em que não consegue explicitar o processo de *abstração real* ao qual as diversas atividades do homem e seus produtos são submetidos, na medida em que são reduzidos, no processo de equiparação e de igualação, a tempo de trabalho socialmente necessário.

“O trabalho parece ser uma categoria muito simples. E também a representação do trabalho nesse sentido geral – como trabalho em geral – é muito antiga. Entretanto,

concebido economicamente nessa simplicidade, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração [...]. Poderia parecer agora que, deste modo, se teria encontrado unicamente a relação abstrata mais simples e mais antiga em que entram os homens em qualquer forma de sociedade – enquanto são produtores. Isto é em um certo sentido. Mas não em outro. A indiferença com relação ao gênero do trabalho determinado pressupõe uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho efetivos, nenhum dos quais domina os demais [...]. Por outro lado, *esta abstração do trabalho em geral não é apenas o resultado intelectual de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação ao trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos podem passar com facilidade de um trabalho a outro e na qual o gênero determinado de trabalho é fortuito, e, portanto, é-lhes indiferente. Neste caso o trabalho se converteu não só como categoria, mas na efetividade, em um meio de produzir riqueza em geral, deixando, como determinação, de se confundir com o indivíduo em sua particularidade. Este estado de coisas se encontra mais desenvolvido na forma de existência mais moderna da sociedade burguesa [...]. Assim, a abstração mais simples, que a economia moderna situa em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto nesta abstração praticamente verdadeira como categoria da sociedade mais moderna*” (Marx, 1978; 119-120; grifos nossos).

De acordo com Marx no texto que foi publicado como *Introdução* do livro *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, citado acima, cabe ressaltar que também que as categorias que se apresentam mais abstratas “são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas” (Marx, 1978; 120). Ou seja, na medida em que o território é “expressão da relação sociedade/espço”, cabe mostrar como ele é produzido como território do capital.

Ainda assim, interessa ressaltar que, de acordo com Antonio Carlos Robert Moraes, o conceito de território foi reincorporado ao escopo geográfico em circunstâncias de crítica ao contexto de “despolitização da reflexão geográfica, subjacente à hegemonia da geografia regional francesa” (2000; 19).

O emprego do conceito de território pela geografia remonta ao final do século XIX, a partir da sistematização de “estudos da natureza segundo o modelo ‘científico’ consagrado nesse século”, e foi realizado por Friedrich Ratzel, “que o incorpora ao escopo conceitual da sua antropogeografia, reconceituando-o” (Moraes, 2000; 19). Para Ratzel o território é definido pelo “domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político de um dado âmbito espacial”, ou seja, o “exercício de uma soberania impõe uma territorialidade a certas parcelas delimitadas da superfície terrestre”. Por isso, o conceito de território estaria localizado dentre as “preocupações da geografia política e da geopolítica” (Moraes, 2000; 19).

No entanto, com a hegemonia da geografia regional francesa, o conceito de território teria sido, de acordo com Robert Moraes, “banido desse campo de investigação, pois sua densidade política explícita conduzia a análise para temas ‘perigosos’ e inoportunos em face

da perspectiva ‘não ideológica’ da escola possibilista”, tendo sido relegado à função de ferramenta de teorias jurídico-administrativas, onde aparece como “um ‘suposto’, uma base empírico-factual” à teorização proposta (Moraes, 2000; 20).

O resgate deste conceito pela geografia teria ocorrido, desta maneira, “no âmbito da repolitização do temário da disciplina subjacente ao movimento de renovação do pensamento geográfico a partir dos anos 60”, quando a orientação marxista passa a ser empregada como matriz metodológica, “propondo uma reflexão essencialmente econômica e política” (Moraes, 2000; 20). Essa reflexão viria confrontar com o conceito de *região*, que vinha sendo empregado sem que sua caracterização fosse estabelecida com base nas relações sociais que o definiam.

Com referência a esta questão, e no mesmo contexto político referido, Yves Lacoste publica o livro *A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra* (2005). Neste livro o conceito de região é apresentado como conceito-obstáculo para o avanço crítico da análise geográfica, na medida em que se caracterizava pelo ocultamento de todo problema político, exercendo um considerável papel ideológico.

De acordo com esse autor, a análise possibilista tomou a existência da região como um “dado em evidência”, sendo que cabia à análise geográfica a descrição cada vez mais refinada destas áreas pré-identificadas (Lacoste, 2005; 73).

Esta análise foi consagrada pela obra de Vidal de La Blache, produzida durante as últimas décadas do século XIX, especialmente seu *Quadro da Geografia na França* (1903), onde o autor “introduziu a idéia das descrições regionais aprofundadas”. Lacoste desdenha desta proposição, mostrando como ela foi identificada como “a forma, a mais fina, do pensamento geográfico” (Lacoste, 2005; 60), sendo que, na identificação dos fenômenos que conformariam a diferenciação de uma região, La Blache dava mais destaque para as permanências – tudo aquilo que é resultado da história natural ou evoluções históricas muito antigas – do que para “tudo que decorre da evolução econômica e social recente, de fato, tudo o que tinha menos de um século e traduzia os efeitos da ‘revolução industrial’” (Lacoste, 2005; 60).

Assim, escamoteado o processo social responsável por conformar os espaços, o que emergia era a identificação de uma “personalidade” ou “individualidade” de cada região estudada, a partir da análise da descrição de dados como relevo, clima, vegetação, população, cuja existência era constatada em evidência.

A principal crítica estabelecida por este autor com relação a esta conduta se referiu ao fato desta existência não ser colocada em questão como uma “maneira pessoal” de cada

pesquisador “ver as coisas”, ou seja, a identificação das regiões não aparece, neste caso, como “resultado de uma escolha” (Lacoste, 2005; 73). Além disso, Lacoste questionou o próprio fato de que se ossificavam as formas de divisões descritas, admitindo-se que havia apenas uma maneira de dividir o espaço.

“Criticar Vidal de La Blache por não ter exposto seu método pode parecer o efeito de um purismo um tanto quanto anacrônico, e o mecanismo dessa polêmica pode parecer bem restrito. Se atentarmos bem ele é, contudo, muito mais importante do que pode parecer [...]. De fato, a descrição que Vidal faz da França, [deixa] crer que ele apreende ‘tudo’ aquilo que é importante, [sendo] o resultado de uma *estrita*, mas *discreta*, seleção dos fatos; [deixando] na penumbra o essencial dos fenômenos econômicos, sociais e políticos decorrentes de um passado recente” (Lacoste, 2005; 63; grifos do autor).

De acordo com Lacoste, esta idéia de região, que reuniria em si um conjunto de características próprias, estando na análise ocultas as relações que imprimem tais características (que poderiam inclusive levar a divisão regional a se estabelecer de maneira distinta), conduz também à utilização de metáforas que transformam tais porções dos espaços em forças políticas e forças históricas, já que estas deixam de ser determinadas pela dinâmica social. Esse tipo de enunciado – “a Lorena luta, a Córsega se revolta, a Bretanha reivindica” – seria responsável também por “escamotear as diferenças e as contradições entre os diversos grupos sociais que se encontram nesses lugares ou sobre esses territórios”, o que faz com que esse discurso cumpra um importante papel ideológico de ressaltar a “unidade patriótica” (Lacoste, 2005; 65).

Por fim, Lacoste indica que seria “politicamente mais eficaz considerar a região como uma forma espacial de organização política (etimologicamente, região vem de *regere*, isto é, dominar, reger)” (Lacoste, 2005; 65), sugerindo uma identidade metodológica na maneira de empregar esse conceito e o de território.

Também em oposição à objetividade do conceito de região concreta ou de região em evidência, que se tornou corrente por influência da produção de La Blache, se desenvolve a perspectiva neo-kantiana na geografia, especialmente pela obra de Alfred Hettner, na primeira metade do século XX e, posteriormente, por Richard Hartshorne, cuja obra desenvolveu o pensamento de Hettner, já na segunda metade do século XX.

Para Hartshorne, em sua obra *Questões sobre a Natureza da Geografia* (1969 [1959]) a divisão de regiões, ou ainda, a diferenciação de áreas – que constituiria o principal escopo da geografia – seria fruto de um processo intelectual, fundado no ponto de vista do pesquisador e permitiria a construção de diversas formas de classificação do espaço. Ou seja, as áreas não seriam auto-evidentes, devendo ser definidas a partir de uma construção mental do pesquisador.

A diferenciação das áreas estaria fundada na definição dos elementos empiricamente significantes, de acordo com a perspectiva assumida pelo pesquisador, de ressaltar determinados aspectos na caracterização das áreas. Desta forma, de acordo com a perspectiva deste autor, não caberia à geografia investigar a gênese e o desenvolvimento dos fenômenos, mas dedicar-se à descrição do caráter das áreas, não devendo incidir sobre seus respectivos processos de formação.

De acordo com Sandra Lencioni (1999), em seu livro sobre o desenvolvimento do conceito de região na disciplina geográfica, a perspectiva regional de Hartshorne foi alvo de diversos críticos, entre eles Fred Schaefer, cujas reflexões, fortemente influenciadas pelas referências teóricas do Círculo de Viena, foram responsáveis por estabelecer “a ponte entre o positivismo lógico e a Geografia” (1999; 131).

Esta perspectiva sustentou uma posição crítica à recuperação do pensamento kantiano sustentada por Hartshorne, sugerindo que a geografia devia deixar de ser uma ciência ligada ao estudo do excepcional, da caracterização particular das áreas, voltando-se para a formulação de “leis estritamente geográficas, [que] não contém referência ao tempo e às mudanças” (1999; 132).

Esta preocupação com a formulação de leis gerais teria resultado, segundo Lencioni (1999), na formulação de um novo aporte teórico metodológico que foi denominado de Nova Geografia. Esta perspectiva estava fundada na enunciação de leis gerais, que fossem passíveis de verificação e que se baseassem em uma linguagem comum a todas as ciências, considerada possível por meio da matemática. Para tanto, esses geógrafos conduziram análises fundadas em “premissas claras, limitadas e precisas” e na “objetividade nos processos de investigação”, nas quais a estatística se constituiu em um importante método (1999; 134).

Na descrição de leis universais que regeriam os fenômenos geográficos se encontrava implícito a idéia de que há uma ordem subjacente ao espaço e que, portanto, através dela, poderiam ser estabelecidas projeções. Levantamentos e indicadores seriam responsáveis por identificar a característica de uma área e permitiriam ainda estabelecer comparações com relação aos padrões de desenvolvimento estabelecidos. Este tipo de análise acabou por aproximar a geografia do planejamento, tendo sido, o conceito de região, reduzido a um instrumento técnico-operacional que deveria organizar tais intervenções no espaço.

Por um lado o desenvolvimento do planejamento regional significou uma ampliação da atuação intervencionista do Estado, especialmente na criação das condições ao desenvolvimento do processo de modernização, ainda que no universo acadêmico indicadores de “eficiência e desempenho regionais” (1999; 135) fossem produzidos e interpretados com a

aparência de neutralidade e objetividade científica que caracterizaram a Nova Geografia, cujas teorias constituíram o importante papel ideológico de legitimação de ações estatais voltadas ao desenvolvimento do processo de modernização.

Nesse escopo se encontram as políticas de planejamento e desenvolvimento regional das quais a delimitação do Vale do Jequitinhonha e a criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha fazem parte. A discussão mais detida sobre o planejamento e suas implicações será realizada na segunda seção desta dissertação, embora neste momento tenha sido pertinente estabelecer as conexões entre o caráter do debate regional na disciplina geográfica e o desenvolvimento do planejamento.

A crítica da Nova Geografia foi proveniente, além da incorporação da fenomenologia nas análises geográficas que se voltaram para a identificação e análise das representações do espaço vivido (1999; 147-156), especialmente da incorporação do marxismo ao conhecimento geográfico. A maneira como este debate crítico foi incorporado como método na disciplina proporcionou a retomada da história e do estudo dos processos como perspectiva de análise, além de conduzir a uma crítica da neutralidade do desenvolvimento das áreas, na medida em que tal análise explicitava que o que se encontrava em jogo no planejamento e nas intervenções era o benefício de determinados setores da sociedade, ou seja, esta análise fundava-se especialmente na crítica à apropriação desigual da riqueza social entre as diferentes classes existentes na sociedade.

Deste modo, no que se refere à perspectiva de análise regional, são os temas do desenvolvimento desigual e combinado e do subdesenvolvimento que vão presidir as análises da relação entre as partes e o todo, considerado agora de uma perspectiva histórica e social, além de não harmônica, estando sustentada na contradição entre as classes.

Entretanto, a perspectiva de que o estabelecimento de recortes espaciais de análise eram de determinação arbitrária do pesquisador continuava presente, por exemplo como identifica Lencioni (1999; 165) nas análises de Milton Santos e de Yves Lacoste, podendo ser, a partir do estabelecimento da escala, o mundo dividido em duas – desenvolvidos e subdesenvolvidos – ou em até “n” partes.

Se, do ponto de vista das correntes acadêmicas da geografia que incorporaram o marxismo, o conceito de região passou a permitir a identificação dos processos que conduzem ao desenvolvimento diferencial das áreas, por outro lado tais análises também permitiram o desenvolvimento de uma perspectiva de planejamento que estaria fundada na organização da redistribuição da riqueza concentrada, inclusive espacialmente, tradição que esteve ligada à

consolidação de uma “esquerda” política para a qual o planejamento e a própria ação do Estado deveriam estar em disputa.

A análise do sociólogo Francisco de Oliveira sobre a cooptação e destruição da Sudene pelo Estado capturado pela modernização conservadora, em seu livro *Elegia para uma Re(li)gião*, de 1977, faz referência precisamente à esta disputa.

Ainda assim, a análise de Oliveira oferece um importante caminho interpretativo, que encontrou eco inclusive na discussão regional interna à disciplina geográfica, para problematizar a questão da existência objetiva das regiões. De acordo com este autor, a região representa o processo de espacialização de formas particulares da reprodução do capital. Ou seja, é possível derivar criticamente, a partir da interpretação do autor, que se a existência das regiões se apresenta objetivamente é apenas na medida em que é determinada pela própria objetividade do capital, que, longe de ser uma objetividade concreta e natural, é social e fetichista.

Desta forma, o debate proposto por Francisco de Oliveira permite estabelecer uma oposição à arbitrariedade na definição dos recortes espaciais pela subjetividade do pesquisador, indicando que tais recortes vão sendo produzidos no próprio processo de *desenvolvimento* do capital, na medida em que relações de produção particulares se constituem e reproduzem espaços também particulares; sem retomar as proposições ligadas à existência de regiões naturalmente auto-evidentes, buscando explicitar a fantasmagoria da objetividade social do capital.

O que está em jogo, portanto, é o movimento histórico do processo de instauração e desestruturação de tais regiões, ou seja, da formação e da desestruturação das condições que forcem relações de produção particularizadas no seio do processo de modernização. De acordo com a perspectiva adotada por Francisco de Oliveira, o desenvolvimento do capital conduziria a um processo homogeneizador das relações sociais de produção, conduzindo, desta forma, ao fim da existência de regiões.

Por isso interessa ressaltar que, de acordo com a apresentação do autor, a objetividade social do valor que particulariza relações sociais de produção – de modo a permitir que a acumulação de capital se realize em diferentes contextos históricos de não-autonomização entre terra, trabalho e capital – aparece ainda como desenvolvimento positivo da relação-capital formada, que deve superar tais formas regionais, conduzindo a um processo homogeneizador das formas autonomizadas da reprodução e ao fim da região.

Tal perspectiva de desenvolvimento positivo, presidindo a formação da “[hegemonia dos] setores mais avançados da produção capitalista [no controle do contexto nacional]”

(Oliveira, 2007; 141), permite identificar nas formas de reprodução regionais o avesso dessas formas mais “adiantadas” da reprodução do capital, ou seja, permite reconhecer que a homogeneidade da particularidade regional é, sobretudo, o atraso, ou ainda, o fato de não ter alcançado o fim da linha ascendente de desenvolvimento. Sua crítica incide sobre a forma regional da luta de classes, na qual a correspondente forma de reprodução do capital se empenha para extrair um excedente, portanto, a crítica do autor expõe a desigualdade nas trocas regionais como o fundamento da acumulação.

Ainda assim, é necessário ressaltar que Oliveira (2007) não sustenta uma posição apologética da generalização de tais formas “mais adelantadas” da reprodução do capital. No que se refere à experiência da SUDENE, a qual o livro faz referência, o que estava em jogo, na perspectiva do autor, era a disputa entre dois e distintos projetos de desenvolvimento para o Brasil:

“[...] a SUDENE *não* foi uma farsa: precisamente porque foi um embate de raras proporções na história nacional, travado pelo tipo de forças sociais que o travaram, a SUDENE foi um empreendimento de uma audácia inédita na história nacional. Ela anunciava um dos dois *novos*: se os vencedores tivessem sido as forças populares, o Nordeste e o Brasil de hoje seriam muito diferentes; tendo sido vencedoras as forças do capitalismo monopolista, chamadas a socorrer combalidos latifundiários e barões do açúcar, essa vitória também mudou o curso da história. A SUDENE, na sua ambigüidade, anunciava as duas possibilidades” (Oliveira, 2007; 131-132; grifos do autor).

Para o autor estava colocada a possibilidade de que a SUDENE, não apenas como órgão de promoção do planejamento regional, mas, ainda mais como espaço institucional da realização da luta de classes e de sua disputa pelo Estado, pudesse ir de confronto às formas de exploração regionais, caracterizadas pela sobre-exploração e por seu caráter de acumulação primitiva – inclusive do capitalismo avançado que passava a se desenvolver no centro sul –, se apropriada pelas forças populares. Na medida em que foi apropriada pelo capital monopolista, também coube a ela solapar a reprodução regional, mas desta vez para impor padrões “mais adelantados” de acumulação.

“*Apesar* das intenções, não era absolutamente certo que a SUDENE, por exemplo, chegasse a ser a forma da transferência da hegemonia da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste; esse resultado somente se deu – adiantando-se um pouco na matéria – tendo em vista o caráter desigual da luta de classes e do conflito social no Nordeste *em relação* ao que se passava no Centro-Sul. A própria SUDENE, em suas formulações iniciais, pensava mais num fortalecimento e expansão da burguesia regional *que se somaria* às demais frações das burguesias nacional e internacional no processo de expansão capitalista em todo o país. Por outro lado, o projeto inicial da SUDENE, apesar de sua flamante retórica, provavelmente esgotar-se-ia num esforço de coordenação – de duvidosa eficácia, segundo a experiência dessa categoria de planejamento – se não se lhe tivesse a tarefa de ser a ‘correia transportadora’ da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, pela via dos incentivos fiscais do sistema 34/18” (Oliveira, 2007; 144; grifos do autor).

Persiste a modificação, independente da perspectiva que assumiu, no caráter arcaico da reprodução social, para a qual cabia ao Estado criar as condições de realização. Para o autor o que ressalta e unifica a particularidade é antes a desigualdade entre as regiões que deveria ser solapada: pelas classes populares, de modo a criar condições para a apropriação igualitária da riqueza social – ainda que sua forma abstrata de produção, reprodução e mediação não seja tematizada pelo autor; ou, como acabou por suceder, pelo capital monopolista, que capturou a reprodução regional na sua forma de reprodução hegemônica.

Estabelecer um diálogo crítico com tal perspectiva interessa, na medida em que permite se ater aos desdobramentos do processo de modernização como elemento central – empiricamente significativa – para compreender como as relações de produção não apenas produzem o espaço, mas também se reproduzem através dele. No entanto, cabe ressaltar que abordamos as particularidades regionais antes desejando apresentar *que condições históricas determinam que a reprodução do capital assuma estas formas*, sem entender-lhes fruto apenas do excedente que podem proporcionar. As diferenças nas formas regionais de reprodução do capital podem ser entendidas então não apenas na sua reduzida homogeneidade de não corresponderem ao desenvolvimento mais adiantado da reprodução do capital, mas antes como formas que permitem que a sociedade produtora de mercadorias se reproduza em contextos particulares, justamente porque são abstratamente igualáveis e igualadas no intercâmbio universal da forma-mercadoria. O que está em jogo na posição da desigualdade é antes a igualdade que abstrai as diferenças, permitindo que se tornem comparáveis apenas em proporção quantitativa.

“A separação das áreas é apresentada na tese como socialmente objetiva e *a abstração dos elementos empiricamente significativos (identificáveis pelos pontos de vista dos pesquisadores)* será mostrada como parte de um processo social. Neste processo, a objetividade social fantasmagórica do valor (Marx) media as relações ocultando o processo social particular de reprodução da sociedade produtora de mercadorias na área” (Toledo, 2008; 11; grifo nosso).

2 – A instauração da produção de mercadorias no nordeste mineiro: o primado da exploração comercial de exportação sobre a exploração com vistas ao mercado interno na colônia

A condição de atividade econômica subsidiária da pecuária; a conformação de relações sociais de produção da mineração; a relação entre a mineração e a agricultura; o caráter da agricultura subsidiária e sua relação com o comércio e o abastecimento das minas.

“O que procuro é apenas destacar os elementos fundamentais e característicos da organização social da colônia. Elas são em todos os setores, como acabamos de ver, a *grande unidade produtora*, seja agrícola, mineradora ou extrativa. [...]. É isso que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial. Concentração de que a presença na população de 30% de escravos, e mais outra porcentagem ignorada, mas certamente avultada, de indivíduos desprovidos inteiramente de quaisquer bens e vegetando num nível de vida material ínfimo, constituem a consequência mais imediata [...]. (Prado Jr., 1979; 124).

2.1 – A pecuária nas sesmarias do Alto Sertão

No primeiro capítulo tratamos de apresentar três perspectivas a partir das quais o processo de produção do nordeste mineiro, como parte do território do capital em formação na colônia, pode ser identificado. Esse processo, que presidiu a produção da própria capitania de Minas Gerais, consistiu fundamentalmente na criação das condições para que a produção de mercadorias fosse interiorizada na colônia, permitindo a acumulação, e, ainda, a criação de condições para que as fronteiras coloniais da América Portuguesa fossem empurradas em direção à América Espanhola, a oeste, de maneira a ampliar o escopo das relações instituídas pela colonização portuguesa.

Se, nestes primórdios da territorialização colonial do interior, a povoação cumpria importante papel de estabelecer as condições para a produção de mercadorias, a partir de agora, discutiremos como as relações de produção instauradas devem viabilizar não apenas o povoamento, mas relações de trabalho que se reproduzam de maneira a possibilitar a acumulação de capital.

No entanto, tais relações de produção, embora se organizem de maneira a permitir a acumulação de capital, se estabelecem num contexto particular, e não-autonomizado, de articulação entre terra, trabalho e capital, determinado pela colonização. São relações que não aparecem como propriamente capitalistas – ou ainda, especificamente capitalistas, como quer Martins (2004) – porque as condições para que a reprodução ampliada do capital se estabeleça com base na mais-valia relativa ainda não estão postas, embora tais relações cumpram o papel

de promover a acumulação primitiva metropolitana. O longo processo de autonomização entre a terra, o trabalho, o capital e o Estado, e, por sua vez, entre os agentes que personificam tais categorias, corresponde, desta forma, à acumulação primitiva, na medida em que esta é também processo de acumulação categorial das formas autonomizadas da relação-capital.

Ainda assim, a territorialização, na medida em que instaura o sistema mundial produtor de mercadorias (Kurz, 2004) na colônia, cujo “acentuado caráter mercantil” cumpre o papel de conformar a “empresa do colono branco” – reunindo “a produção de gêneros de grande valor comercial” ao “trabalho recrutado entre raças [...] que domina: indígenas ou negros africanos importados” – “em proveito do comércio europeu”, como ressalta Caio Prado Jr. (1979; 31), impõe a forma-mercadoria como forma de mediação social universal.

Essa forma de mediação determina que a instauração de distintas relações sociais de produção apareça apenas como instauração da produção de distintas mercadorias, que se apresentam, por si só, como as responsáveis pela acumulação de capital e pela promoção da acumulação primitiva metropolitana.

“O misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as *características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho*, como propriedades naturais sociais destas coisas [...]” (Marx, 1983, vol. I, tomo I, cap. I; grifo nosso).

Por isso, ao apresentar a relação entre a atividade pecuária, a mineração e a atividade agrícola, buscaremos problematizar como tais dinâmicas de produção das respectivas coisas gado, minérios e alimentos, articularam capitais e relações de trabalho particulares em uma disputa por controle territorial. Isso porque, visto que a completa expropriação do trabalhador e a unificação entre a posse e a propriedade da força de trabalho (Franco, 1984) ainda não estavam estabelecidas, o uso sistemático da violência era necessário para forçar trabalho, o que fica claro na mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977) *explicitamente forçada* (Toledo, 2001) dos trabalhadores escravizados.

Ou seja, na medida em que terra e trabalho ainda não haviam se autonomizado, em função da relativa possibilidade de acesso a esse meio de produção, era necessária a mediação da violência extra-econômica para fechar a fronteira do monopólio territorial, garantindo a exploração do trabalho. Por isso, a “dimensão *política*”, que através do “controle de certas classes dominantes ‘fecha’ a região” (Oliveira, 2008), se encontra aqui revelando que sua separação da dimensão *econômica* é apenas aparente, justamente porque o monopólio do exercício da violência tem o papel fundamental de forçar trabalho de modo a garantir a acumulação, comandada pelas exigências do capitalismo mercantil.

O monopólio territorial da violência no Alto Sertão se estabeleceu atrelado à instituição de sesmarias e permitiu a mobilização de trabalhadores para a produção pecuária. As sesmarias do Alto Sertão figuraram como um dos dois maiores latifúndios coloniais, menor apenas que o da Casa da Torre, “que dispunha de 270 léguas de terras à margem esquerda do rio São Francisco, ‘indo para o sul’, e 80 desse rio ‘para o norte’” sob domínio dos descendentes de Garcia d’Ávila, rivais dos herdeiros de Antônio Guedes de Brito.

A instituição destas sesmarias, como vimos, esteve atrelada à conquista territorial estabelecida na Guerra dos Bárbaros, ainda que, de acordo com a pesquisa conduzida por Erivaldo Neves, “não se conheça toda a titulação dessas terras” (1998; 55). Quando, em 1676, o governo metropolitano envia à colônia um inspetor com a finalidade de vistoriar a titulação e as condições de exploração das sesmarias, o Mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito declara terras especialmente nos sertões do rio Paraguaçu e Itapicururu, pois ainda não possuía os territórios “dos sertões dos rios de Contas e Pardo, nem do médio São Francisco, até a nascente do rio das Velhas” (Neves, 1998; 57).

O autor ressalta ainda que, destas sesmarias que viriam a se estabelecer posteriormente, Isabel Maria Guedes de Brito, herdeira de Antônio e do morgado, “perdeu grande parte, distribuídas para outros sesmeiros, após as fartas descobertas de ouro, no início do século XVIII” (Neves, 1998; 57). Apesar disso, Neves considera que os procuradores dos Guedes de Brito conseguiram por diversas vezes que “mineradores, pecuaristas e agricultores, ocupantes de terras ‘pagassem arrendamentos e outros comprassem’ suas posses, permanecendo vários anos sem incidentes” (Neves, 1998; 67; grifo nosso).

Ainda que, num determinado momento os herdeiros deste morgado tenham passado a sustentar “no judiciário muitas questões pela propriedade das terras, sob a alegação de não as cultivarem [...] ou pela posse não reconhecida” (Neves, 1998; 65) e as autoridades coloniais tenham sido encarregadas de empregar “todos ‘os meios ao seu alcance para evitar a usurpação dos terrenos públicos” (Neves, 1998; 66), ordens e cartas régias a pedido dos titulares do morgado, de maneira geral, permitiram reativar “as cobranças de rendas das terras em litígio” (Neves, 1998; 67).

Estas demandas em torno do empossamento territorial revelam um momento fundamental da instauração das relações de produção na colônia, uma vez que o desígnio comercial da produção – tanto no que se refere à grande lavoura, como no que se refere à mineração – teve suas bases no mecanismo de distribuição de terras.

De acordo com Raymundo Faoro, “a monarquia lusitana” na tarefa de conquistar o “território imenso” e “criar as cobiçadas riquezas de exportação” (Faoro, 1991; 123), baseia-

se no modelo legislado de sua tradição: o instituto da sesmaria. Por isso, “a história territorial do Brasil”, como quer Ruy Cirne Lima, “começa em Portugal” (1954; 12 *apud* Faoro, 1991, 123).

A característica mais marcante do instituto, que consiste na “reversão da terra não cultivada à Coroa” (Faoro, 1991; 123) deriva de um processo de transformação da apropriação territorial em Portugal, durante a Revolução de Avis, quando, desde o século XIV a terra se desprende “de seu caráter de domínio, adstrito aos proprietários, para se consagrar à agricultura e ao repovoamento, empresas promovidas pelo rei a despeito da concepção de propriedade como prolongamento da pessoa, da família ou da estirpe” (Faoro, 1991; 123).

O sistema sesmarial português representava portanto, um instrumento régio para a garantia de povoamento e abastecimento, “visando impedir o esvaziamento do campo e o desabastecimento das cidades” de acordo com Lígia Osorio Silva (1996; 38). Por isso, a quantidade de terras cedida a uma pessoa não poderia ser maior do que o que “razoadamente parecer que no dito tempo poderão aproveitar” (Faoro, 1991; 123) e as terras que não fossem tornadas produtivas deveriam ser “conferidas a antigos lavradores que haviam se fixado nas cidades” (Lima, 2002, 6).

Tal sistema de distribuição de terras, o instituto da sesmaria, aparece, no entanto, contrariado em seus propósitos, no processo de apropriação territorial que vimos apresentando e que deu origem à formação das sesmarias não apenas no Alto Sertão, mas na colônia portuguesa. Além de a concessão de sesmarias não estar determinada, nesse caso, pela aplicabilidade das terras na agricultura visando o abastecimento interno, como em Portugal, os limites alcançados por essas concessões teriam ultrapassado, por vezes, o que “razoadamente” parecia aproveitável diretamente na produção do sesmeiro.

Isso ocorre, segundo a interpretação de Graziela Buscarin Lima, na medida em que, na América Portuguesa, o que determinava a concessão de sesmarias eram as “condições materiais [de homens que pudessem] construir engenhos de açúcar, fortificá-los para evitar ataques indígenas e plantar canaviais” (2002; 8). Ou ainda porque, de acordo com Raymundo Faoro (1991), “o pretendente à sesmaria deveria provar ser homem de posses, capaz de ajustar o destino da terra aos produtos exportáveis”.

Os produtos de exportação ganham o primeiro plano, de modo a formar a estrutura produtiva do latifúndio monocultor. O feito comercial da economia acaba por acarretar uma transformação no caráter da apropriação territorial, “que se afasta da concessão administrativa para ganhar conteúdo dominial” (Faoro, 1991; 126). Ou seja, a terra, de “base do sustento”, transforma-se em fundamento para o latifúndio monocultor, servindo ainda de base para a

obtenção de títulos de afidalgamento, ambas as finalidades “em plena articulação” (Faoro, 1991; 126).

O próprio “sentido da colonização dos trópicos” (Prado Jr., 1979; 31), é que fica responsável por “[torcer] o conteúdo da lei”, de acordo com Raymundo Faoro, na medida em que transforma a terra, “de instrumento régio de colonização e povoamento, em *garantia de permanente investimento agrícola*” (1991; 126; grifo nosso).

Assim passam, as sesmarias, a consagrar as extensões latifundiárias, além da própria figura do latifundiário, que personifica a terra, parecendo afirmar “a tendência, no plano político, da autonomia do potentado rural” (Faoro, 1991; 126). Aparência de “autonomia” que o próprio autor reconhece perturbada “pelos poderes econômicos que manipulavam a venda do escravo e o mercado comprador europeu” (Faoro, 1991; 126).

É o “poder econômico”, e não apenas personificado nas referidas figuras, o responsável por determinar sobre quais bases o potentado rural poderia exercer sua “autonomia”, que se revela como simples aparência, na medida em que Faoro reconhece que, em última instância, *determina “o dinheiro*, fator não raro esquecido em favor da falsa arrogância do plantador e senhor de engenho”, sobre o qual gravita “a casa grande [que] conquista a paisagem, projetando a sombra da senzala” (Faoro, 1991; 127; grifo nosso). Fator não raro esquecido, ainda que sirva à finalidade não tematizada da acumulação primitiva metropolitana, estando o sentido da colonização pressuposto à própria estruturação do potentado rural – a definir portanto o caráter e os limites tanto de seu exercício político, como da sua própria possibilidade de enriquecimento.

Desta torção no instituto da sesmaria se inaugura “o regime dominialista da instituição das sesmarias, que perde, desde então, o seu caráter de restrição administrativa do domínio privado e do das entidades públicas, para assumir definitivamente a feição de concessão, segundo preceitos ordinários, de latifúndios, talhados no domínio régio”, conforme argumenta Ruy Cirne Lima (1954, 37-38 *apud* Faoro, 1991; 126).

Se o regime de distribuição de terras tem seu caráter administrativo transformado em caráter dominial, isso não desata os laços da apropriação territorial dos propósitos colonizadores, pois na colônia, o que confere sentido à possibilidade de exercer domínio sobre a terra são, apenas, os “grossos investimentos” (Faoro, 1991; 125), sem os quais esta não se *valoriza*.

“Logo que, em curtos anos, os produtos de exportação ganharam o primeiro plano – primeiro e quase exclusivo plano monocultor –, *a terra só valeria com grossos investimentos, sobretudo com a compra do escravo africano*” (Faoro, 1991, 125; grifos nossos).

Ou seja, a possibilidade da apropriação dominial da terra implicar apropriação de riqueza social estava condicionada por determinada utilização que se viesse a fazer da mesma, a partir dos investimentos na produção de mercadorias exportáveis, produzidas com trabalho escravo. Esse era o elo mais forte que mantinha ligado o sesmeiro aos propósitos metropolitanos de pôr em marcha a acumulação.

Se “a realidade americana torce o conteúdo da lei”, é apenas por que seu desígnio está determinado pelo projeto colonial do Estado português, para o qual a concessão sesmarial se estabelece como fundamento. Garantia do investimento que deverá ser realizado pelo sesmeiro e que o financiamento de capitais europeus tratará de sustentar⁴⁴.

Assim, a sesmaria aparece como meio jurídico da forma de apropriação territorial que se presta à produção de mercadorias pelos capitais comerciais envolvidos na exploração colonial. Ao lado da sesmaria, situa-se o trabalho escravo que, tal como ela e articulado à mesma, expressa o fundamento da produção de mercadorias coloniais que permitirão a acumulação comercial do capital, através da exportação de gêneros tropicais e minerais de alto valor nos mercados europeus⁴⁵.

No entanto, não foi apenas a cultura de exportação a responsável por consagrar as extensões latifundiárias; ao lado do açúcar, esteve também a expansão do gado⁴⁶, como permitem saber as sesmarias da Casa da Torre e dos Guedes de Brito, destinadas à produção pecuária.

De acordo com Caio Prado Jr. (1979), a pecuária foi a única atividade da colônia que não fôra destinada aos produtos de exportação, que teve importância econômica: “já sem contar o papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista do território para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos de nossa história” (Prado Jr., 1979;187).

Portanto, se por um lado é necessário ressaltar a grande lavoura exportadora como elemento determinante na formação dos latifúndios, a conquista e manutenção do território

⁴⁴ “Este trânsito sugeria os capitais para o financiamento da empresa – com os banqueiros e negociantes de toda a Europa mobilizados nos empréstimos e adiantamentos” (Faoro, 1991; 125-126).

⁴⁵ “Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador [o colono que vem para os trópicos], o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto [...] o pode interessar. Vemos assim que de início, são grandes as áreas de terras que se concedem no Brasil aos colonos. [...] as ‘sesmarias’, designação que teriam as concessões, se alargam por espaços muito grandes, léguas e léguas de terra. [...]. A política da metrópole, inspirada por estes elementos que cercam o trono ou dele se aproximam – sabe-se que boa parte dos colonos, sobretudo das primeiras levas, é de origem nobre ou fidalga – ou influída por eles, uma vez que formam o contingente de que o Reino dispõe para realizar suas empresas ultramarinas, tal política se orienta desde o começo, nítida e deliberadamente, no sentido de construir na colônia um regime [...] de grandes propriedades” (Prado Jr., 1979; 120).

⁴⁶ “De outro lado, dentro da mesma corrente, a sesmaria, *meio jurídico para apegar a terra a capacidade de cultivo* serviu para consagrar as extensões latifundiárias. Tudo por *obra do açúcar e da expansão do gado* [...]” (Faoro, 1991; 126; grifos nossos).

promovida pela Guerra dos Bárbaros, e pela expansão da pecuária a ela articulada, revela a outra face desta forma de apropriação territorial.

As terras aproveitáveis pela agricultura de exportação – a estreita faixa que beira o mar – foram definidas pelo alcance facilitado do comércio exterior com relação às mesmas. À pecuária coube a conquista e ocupação – a produção – das áreas que a grande lavoura não pôde absorver, e que, por não estarem diretamente articuladas com as vias de escoamento dos produtos exportáveis, sustentaram o consumo interno da colônia, produzindo para o abastecimento de carne, couro, força-motriz e de transporte “da densa população da zona agrícola que se estende ao longo do litoral, desde a Paraíba até a Bahia, bem como de Maranhão, também [...] aos centros mineradores de Minas Gerais” (Prado Jr., 1979; 190).

Os “núcleos primitivos”, que datam dos primórdios do empreendimento colonial, a partir dos quais vasta área do interior do país foi ocupada pela pecuária, correspondem ao “Norte (Bahia e Pernambuco) e [à] São Vicente” (Prado Jr., 1979; 189). Os sertões do Norte formam a zona criatória mais antiga da colônia e compreendem “todo o território do Nordeste, excluída a estreita faixa que borda o litoral, e que se estende entre o rio Parnaíba e o norte de Minas Gerais”, que, de acordo com o autor, se incluiria na mesma zona por possuir “condições físicas semelhantes e um tipo de pecuária mais ou menos idêntico” (Prado Jr., 1979; 189) ao do Nordeste, além de ser necessário ressaltar que, o trecho correspondente ao sertão da Bahia e o norte e nordeste de Minas Gerais são provenientes do mesmo processo de apropriação territorial, determinado pela formação das sesmarias do Alto Sertão.

“Aliás esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no séc. XVII as margens do São Francisco, alcançando já nesta fase o seu afluente rio das Velhas. E muito antes de se formar o que seria Minas Gerais, cujo contingente maior e característico de povoadores viria do Sul, o Norte já se achava ocupado pelos baianos”. E prossegue, em nota anexa: “Paulistas também, como é sabido, e cujas correrias davam às vezes estabelecimentos fixos, que vão até a Paraíba (Domingos Jorge Velho). Mas trata-se de estabelecimentos que se destacaram completamente de seu ponto de origem. Não há nesta expansão das bandeiras e aventureiros paulistas uma continuidade de povoamento, como se dá com as correntes vindas do Norte que marcham progressivamente e vão povoando e colonizando o território que atravessam. – Notemos ainda aqui que a comarca de Minas Novas pertenceu à Bahia até 1757 quando se incorporou a Minas pelo decreto de 10 de maio daquele ano. Contudo, a jurisdição eclesiástica, até o séc. XIX, continuou aí com o arcebispado da Bahia” (Prado Jr., 1979; 197 e nota 29).

Além do Nordeste e do norte e nordeste de Minas Gerais, esta zona pecuária compreenderia “ao norte, [uma] área que ultrapassa o Maranhão: o território dos Pastos Bons [...]; para oeste, o limite desta zona do sertão se fixa na margem esquerda do São Francisco”. São “mais de um milhão de quilômetros quadrados, [que] se destinou quase exclusivamente à

criação de gado *vacum*” (Prado Jr., 1979; 189-190), além do cavalar, presente em algumas fazendas.

Caio Prado Jr. assinala, ao analisar a formação desta zona pecuária, os condicionantes que permitiram a formação do território sertanejo: “a vegetação pouco densa da caatinga, o *que permite o estabelecimento do Homem sem trabalho preliminar* algum de desbastamento; o relevo unido que se estende por largas chapadas; a presença freqüente de afloramentos salinos que fornecem ao gado os chamados ‘lambedouros’, onde ele se satisfaz deste alimento indispensável” (Prado Jr., 1979; 190; grifo nosso). Ou seja, de acordo com o autor, a fazenda pecuária se alastra justamente pela “facilidade incrível com que se estabelece nestes sertões uma fazenda” (Prado Jr., 1979; 191), em função da maneira como as condições “naturais” podem ser apropriadas.

Se à primeira vista o autor parece estabelecer os parâmetros para a diferenciação da zona pecuária dos sertões do Norte a partir da análise da homogeneidade das condições “naturais” da área – vegetação, relevo, presença de lambedouros – explicita-se que o que está em jogo é a maneira como a apropriação de tais condições “naturais” se organiza a partir do sentido da sociabilidade em questão e permite realizá-lo de maneira “facilitada”.

Deste modo, interessam para Prado Jr. as condições “naturais” na medida em que determinam as condições de reprodução da produção de mercadorias – neste caso, na medida em que permitem rebaixar ao máximo os custos de formação da fazenda de gado – “levantada uma casa coberta pela maior parte de palha – são as folhas de carnaubeira que mais se empregam – feitos uns toscos currais e introduzidos os gados (*formar os cascos*, como se dizia), estão povoadas três léguas de terra e formada uma fazenda” (Prado Jr., 1979; 191; grifo do autor) – em uma empresa, “no vasto sertão”, que, de acordo com Erivaldo Neves (1998; 97), atraia somente os colonos “mais pobres ou mais corajosos”.

A temática da diferenciação de áreas está bastante presente nos debates do livro *Formação do Brasil Contemporâneo* (Prado Jr., 1979). Ao analisar as distintas características das colônias de povoamento e das colônias de exploração, o autor procede a um processo de diferenciação espacial: “mas podemos, e isto interessa muito ao nosso assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. *São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado; tropical e subtropical, do outro*” (1979; 25; grifo nosso).

À primeira vista, a diferenciação de áreas estabelecida por Prado Jr. é definida novamente pela condições “naturais” das áreas, neste caso, mais especificamente pelo clima.

Entretanto, como assinala Toledo (2008; 12), na análise do mesmo argumento, “ficará claro que se a diferenciação de áreas tem relação com o clima, isto se deve à articulação do clima com o sentido da colonização: a produção de gêneros tropicais de grande valor comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu”.

A análise de Toledo (2008) sobre o modo como Caio Prado Jr. estabelece a diferenciação de áreas também assinala o caráter do aproveitamento das ditas condições “naturais” na produção de mercadorias: no processo de modernização, a “natureza” entra como *recurso* natural, ou ainda, como formulou Marx (1986, vol. V, cap. XLVIII), como *meio de produção não produzido* e a diferenciação e caracterização da mesma não se estabelece senão à medida que seu aproveitamento é determinado pela produção de mercadorias. Sob o clima tropical da América portuguesa se pôde estruturar a produção de mercadorias de grande valor no comércio europeu: muitas delas qualificadas por longo período como “especiarias”, justamente na medida em que se diferenciavam da produção estabelecida sob o clima europeu.

No entanto, se é justamente a diferenciação entre as mercadorias coloniais e as mercadorias metropolitanas que permite às primeiras alcançar grande valor no comércio europeu, a particularidade na maneira como se estabelece a reprodução da sociedade produtora de mercadorias na colônia fica ocultada pela igualdade abstrata da equiparação das mercadorias, sob a mediação fantasmagoricamente objetiva do valor.

Interessa, por isso, ressaltar que, de acordo com o modo pelo qual vimos apresentando esta problemática, a diferenciação de áreas se estabelece de forma socialmente objetiva, como também se estabelece de maneira socialmente objetiva a forma pela qual os elementos empiricamente significantes definidos pelos pontos de vista dos pesquisadores ficam abstraídos.

Assim, as condições nas quais os capitais comerciais exploram a colônia ficam abstraídas, quando as mercadorias produzidas pelos mesmos são confrontadas, e igualadas na troca, com as produções das nascentes manufaturas inglesas, cuja forma de acumulação também não é revelada. Da mesma maneira, fica ocultado o nexos entre a forma de reprodução social da nascente industrialização e a acumulação primitiva na colônia.

O sentido da colonização é o elemento empiricamente significativo que permite diferenciar as relações sociais de produção na colônia de exploração das relações sociais de produção na metrópole, além de estabelecer o nexos entre ambas. Portanto, do ponto de vista de Caio Prado Jr., a partir da análise deste elemento é possível diferenciar as áreas e definir o

caráter da colônia a partir do sentido do processo que determina sua existência. Veremos que a crise do Antigo Sistema Colonial e as profundas transformações impressas nas relações sociais de produção, a partir daí, originarão condições particulares para viabilizar, apesar da modificação no sentido da acumulação de capital, a persistência da produção de mercadorias.

Retomando a apresentação que Caio Prado Jr. faz da pecuária colonial nos “sertões do Norte”, admite-se que as fazendas produziam com o trabalho de poucos, “dez a doze homens constituem o pessoal necessário”, os quais podiam ser escravos, ou ainda, na falta destes, podiam ser “mestiços de índios, mulatos e pretos que abundam pelos sertões”. O fato destes trabalhadores abundarem pelo sertão é apresentada por Caio Prado Jr. em função da ociosidade dos mesmos, que são em regra “avessos em princípio ao trabalho, [tendo] uma inclinação especial para a vida aventureira e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda” (Prado Jr., 1979, 191).

A caracterização destes trabalhadores permite, no entanto, revelar a outra face da Guerra dos Bárbaros. Se até o momento vimos apresentando este confronto como um processo de conquista do território aos nativos, sobre o qual pôde se estabelecer a fazenda, cabe agora ressaltar o papel que teve na absorção de trabalhadores para a pecuária colonial. A pesquisa de Erivaldo Neves ressalta esse caráter na “pacificação” dos nativos: “os primitivos habitantes foram *absorvidos como mão-de-obra na agropecuária* e perderam sua identidade étnico-cultural” (1998; 87; grifo nosso). Ou seja, pacificação aparece aqui como adequação à imposição do trabalho e a resistência a esse processo apenas pode ser apresentada como ociosidade e aversão ao trabalho, na medida em que a identidade étnico-cultural que sustentava a forma específica de reprodução social dos nativos foi “perdida” como totalidade, sendo autonomizada, pela absorção dos mesmos na totalidade da produção de mercadorias, e reduzida a traço característico de comportamento desta população – ou seja, de uma população de não trabalhadores, os indígenas devem passar à condição de trabalhadores, embora “ociosos e avessos ao trabalho”.

O sistema de pagamento dos vaqueiros também contribuiu para a “multiplicação das fazendas” (Prado Jr., 1979; 191) na medida em que estes, após decorridos cinco anos de trabalho, recebiam $\frac{1}{4}$ das crias de uma só vez, o que permitia que fossem se estabelecer por conta própria, formando novas fazendas.

“Fá-lo [a formação das fazendas] *em terras que adquire*, ou mais comumente, *arrendando-as dos grandes senhores de sesmarias do sertão*” (Prado Jr., 1979, 191; grifos nossos).

Elemento já ressaltado na análise de Erivaldo Neves (1998; 67), que se refere à formação de fazendas nas sesmarias do Alto Sertão por “mineradores, pecuaristas e

agricultores”, desde que esses “pagassem arrendamentos e outros comprassem”, ou seja, mediante a cobrança de rendas.

Tal cobrança de rendas para o uso de terras já atribuídas na forma de sesmarias é possibilitada justamente porque prevalece o sentido dominial na formação territorial da colônia – a aquisição de terras para a formação de novas fazendas tem de relacionar-se, deste modo, sempre com a sesmaria já formada, donde deriva o surgimento do dependente agrícola.

“A apropriação da terra em largas porções, transformando um deserto no domínio de uma rala população, fez proliferar o dependente agrícola, o colono de terras aforadas e arrendadas” (Faoro, 1991; 126).

Esta forma de pagamento, a *quarta*, pela qual recebe o vaqueiro o pagamento do seu trabalho, evidencia, ainda, a expressão concreta da acumulação do capital pecuário no crescimento das criações. O aspecto do processo de acumulação reside nessa expressão concreta, cujo ritmo se representa no crescimento do rebanho, na medida em que parece viver “o gado ali, em suma, à lei da Natureza” (Prado Jr., 1979; 193). No entanto, a outra face da produção de gado – esta, por sua vez, oculta – que possibilita a acumulação do capital, mesmo se considerada na forma de crescimento do rebanho, é o trabalho do vaqueiro, responsável por garantir que o crescimento da boiada ocorra sem perdas, com maior eficiência no aproveitamento: “o maior serviço das fazendas [...] é o de ter o gado sob as vistas, vigilância particularmente difícil nestas áreas imensas que não separam cercas ou outras tapagens” (Prado Jr., 1979; 193).

Mas não apenas a expansão das criações figura como acumulação de capital: possuindo caráter extensivo, o aumento da produção pecuária no sertão colonial deve sempre reverter-se em uma ampliação da apropriação territorial, que explicita a acumulação na pecuária e com ela se reproduz, alocando a sesmaria como “garantia de permanente investimento” (Faoro, 1991; 126).

Os vaqueiros, tornados proprietários de suas próprias boiadas, se passam da condição de trabalhadores à fazendeiros, não deixam por isso de contribuir na reprodução dos sesmeiros, estando a eles submetidos: já não tem seu trabalho diretamente empregado na produção da mercadoria gado que é de propriedade alheia, mas tem de pagar renda pelo uso da terra, que é domínio de outrem, contribuindo assim para a reprodução do capital do pecuarista latifundiário.

Subordinados ao vaqueiro, que dirige todos os serviços da fazenda, se situam os fábricas que auxiliam em todos os serviços, sendo, de maneira geral, contratados mediante pagamento de salários. Eles “se ocupam de roças que lhes fornecem a subsistência, e que são plantadas

nas ‘vazantes’, isto é, o leito descoberto destes rios intermitentes do sertão, e onde na estiagem se refugiam os últimos traços de umidade” (Prado Jr., 1979; 193).

Se os trabalhadores da pecuária colonial foram apresentados como trabalhadores mobilizados, na condição de escravos comercializados como parte dos meios de produção, de trabalhadores pobres e livres que podem garantir sua reprodução apenas mediante o trabalho, ou ainda, como nativos absorvidos na Guerra dos Bárbaros, a caracterização do trabalho nas fazendas permite entrever que a condição de reprodução destes trabalhadores não é de expropriação total. Ele pode e deve conduzir o preparo de sua roça, com a qual deve subsistir, entrando os pagamentos apenas como parte da reprodução destes trabalhadores. Na colônia, tal forma de reprodução das condições sociais de produção é necessária para que o capital possa se acumular, pois que garante a redução dos gastos com o trabalhador, que aparece como mais um custo de fator de produção que pode ser reduzido, tal como o próprio processo de formação da fazenda.

O sertão se reproduz, assim, como domínio de uma rala população que nele não habita⁴⁷, apesar de nele extrair seus rendimentos com o trabalho do vaqueiro e dos fábricas, que garante que o rebanho cresça e o capital se acumule, realizando-se com a venda da mercadoria gado, comercializada internamente para reproduzir a população de colonos, especialmente envolvida na produção de gêneros exportáveis. O monopólio da violência permanece também domínio da mesma rala população, ainda que não a exerça mais diretamente, como o fez na Guerra dos Bárbaros:

“Nessa trama, o vaqueiro é o homem forte que, por meio de uma procuração de valor incerto, *representa o senhor distante, a posse armada, a propriedade*. Acompanhado por uma tropa de agregados – armados de sabre e clavinote –, este vaqueiro-procurador fala por um proprietário que ninguém conhece, impondo-se em regiões vazias, ‘sem juízes, que acudissem às queixas, sem soldados, que velassem pela paz, sem funcionários que impusessem uma ordem qualquer’ (Calmon, 1958, p.129-130)” (Resende, 2007; 44; grifo nosso)⁴⁸.

Esse monopólio que aparece exercido por jagunços, ou ainda, “agregados armados” perpetua-se como necessário para garantir os rendimentos a fazendeiros que vivem “nos centros do litoral”, na medida em que ele permite forçar trabalho em uma sociedade em que os trabalhadores, apesar de mobilizados, possuem relativo acesso aos meios de produção, especialmente à terra.

⁴⁷ “O que prevalece é o grande proprietário absenteísta, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contacto único com suas propriedades consiste em receber-lhe os rendimentos” (Prado Jr., 1979; 191-192).

⁴⁸ “Trata-se de uma sociedade de milicianos que se tornaram burocratas, ou proprietários ausentes, que deixam suas fazendas com mulatos. Uma sociedade em que a violência é exercida por cangaceiros. Gente pobre de Portugal em busca de riqueza passível de ser acumulada com o trabalho de escravos africanos e de índios absorvidos. O processo de expropriação destes trabalhadores não se fez de uma vez [...]” (Toledo, 2008; 52).

O monopólio do emprego da violência garante que trabalhadores (vaqueiros e fábricas) e arrendatários (modestos fazendeiros que eram antigos vaqueiros), para que possam se reproduzir, tenham de estabelecer necessariamente relação com a acumulação do capital do sesmeiro pecuarista – que se objetiva na forma de maiores boiadas e maiores extensões territoriais *dominadas* –, seja mediante a submissão do seu trabalho à exploração do capital do sesmeiro, seja mediante o pagamento de renda pelo uso da terra dominada por outrem.

Outrossim, na produção do gado como mercadoria explicita-se o desígnio do emprego de trabalho (distanciando-se da produção de objetos de uso e, *valendo* na medida em que permite reproduzir o capital do fazendeiro) e do emprego de terra (que deve produzir, antes de tudo, rendimentos, seja na medida em que proporciona a ampliação do rebanho do fazendeiro, e a ampliação deste rebanho proporciona a extensão na apropriação territorial; seja na medida em que permite que o sesmeiro usufrua de parte dos rendimentos do “modesto fazendeiro”, pago a ele na forma de foros) que devem ser conjugados na produção de riqueza abstrata. E, “sobretudo, evidencia-se, ainda, o caráter abstrato da terra, do rebanho e do próprio trabalho, como mediações para a [produção desta] riqueza [...]” (Boechat, 2009; 42). Ou seja, a dimensão abstrata da forma de mediação social, por meio da qual terra, rebanho e trabalho se reproduzem, expressa a existência objetiva da totalidade na qual estas relações, aparentemente locais, estão inseridas e evidencia o sentido do exercício do poder territorial.

Contudo, ainda que o caráter de acumulação de riqueza abstrata se apresente articulando a produção pecuária, vale ressaltar que a análise de Caio Prado Jr. a diferencia de outras atividades econômicas da colônia, como a mineração e a grande lavoura. Por não estar diretamente vinculada à produção de mercadorias exportáveis que deveriam nutrir o mercado europeu, estando voltada para o mercado interno – ou seja, por não produzir com vistas ao sentido da colonização – a produção da mercadoria gado é apresentada pelo seu caráter *subsidiário*, na medida em que cumpria apenas o papel de *reproduzir* as condições de realização das atividades econômicas voltadas à exportação⁴⁹.

O fundamento da produção de artigos exportáveis é a sua comercialização no mercado europeu e, portanto, a exploração que o capital pode fazer destas produções tropicais e minerais. Ou seja, o que está em jogo na produção destas mercadorias é a acumulação de capital, na medida em que permite realizar a acumulação primitiva metropolitana (Novais, 1979).

⁴⁹ “A nossa economia se subordina inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros [tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o algodão, o ouro]. Tudo mais que nela existe, e que aliás de pouca monta, será *subsidiário e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial*” (Prado Jr., 1979; 119; grifo nosso).

O produto da pecuária, por sua vez, não se destina diretamente à comercialização no mercado europeu. Antes, cabe a ela fornecer para o mercado interno, para consumidores envolvidos nas atividades diretamente condicionadas pelo sentido da colonização, que através desta mercadoria reproduzem as condições de produção das outras: a pecuária fornece alimento, matérias-primas para a produção de instrumentos de trabalho, força-motriz e transporte para as produções açucareira e aurífera.

Mas não por isso é uma atividade que resulte simplesmente da necessidade de abastecer as demandas crescentes de consumo dos colonos, como sugere Caio Prado Jr.: “a rapidez com que se alastraram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas [...]” (1979; 191). É, antes, uma atividade que se organiza de modo a garantir a reprodução lucrativa de outras, de maneira que a produção lucrativa dos produtos de exportação prevalece sobre a demanda de consumo no mercado interno da colônia, imprimindo-lhe a dinâmica.

Além disso, como vimos ressaltando, a fazenda de gado representa a forma potencial de existência e reprodução do capital no Alto Sertão. Ou seja, a produção desta mercadoria, ainda que subsumida à condição de permitir a acumulação com a produção de exportação, também se estabelece sob o desígnio da produção de um excedente apropriável, sob o qual se estabelece o emprego de todos os capitais na produção de mercadorias, ainda que, historicamente, este excedente apropriado na figura de acumulação, mude de forma. É antes a reprodução do capital empregado na pecuária que fundamenta a existência da produção da mercadoria gado, não a satisfação das necessidades de consumo da população.

Se a pecuária é apresentada como atividade subsidiária é apenas na medida em que a própria colônia também exerce um papel “subsidiário” com relação à metrópole. À primeira cabe *reproduzir* esta última. Assim, a acumulação interna de capital, permitida pela expansão da fazenda pecuária, ainda que ocorra, não se define como propulsora do processo de colonização, estabelecendo ela própria apenas papel reprodutivo.

No entanto, as atividades que *reproduzem* o sentido da colonização não deixam, da mesma forma que as atividade que *produzem* diretamente tal sentido, de estar marcadas pela objetividade fantasmagórica do valor, ainda que possam parecer possuir autonomia – ou seja, ainda que possam parecer organizadas por outra lógica que não a da acumulação de capital, ou ainda que a relação entre terra e trabalho não se evidencie revestida de caráter abstrato – com relação à forma, ao fundamento e à dinâmica da produção de mercadorias tropicais e minerais para a exportação.

2.2 – A conformação de relações sociais de produção particulares à mineração

Partindo da análise dos mecanismos de acesso à terra na Minas Gerais colonial e do estudo de séries de concessão de sesmarias e de títulos de compra e venda de terras, Ângelo Alves Carrara assinala, no texto *As minas e os currais: problemas, metodologia e materiais para o estudo da ocupação do solo e do acesso à propriedade da terra na Capitania de Minas Gerais (1674-1739)*, integrante do artigo *Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais – séculos XVIII-XIX* (1999), as diferenças na apropriação territorial na mineração e na pecuária:

“Nesse sentido, há que se considerar um fato fundamental: as concessões sesmarias têm um significado distinto nas ‘minas’ – i. e., os núcleos mineradores originais – e nos currais. Nas primeiras, as sesmarias foram instrumentos secundários de legitimação da propriedade, visto que a velocidade com que as terras eram compradas e vendidas diminuía a necessidade de recurso às petições. O ritmo da mudança dos proprietários das terras ocupadas se dava em grau máximo devido à máxima circulação da moeda (ouro em pó) nessa região. Mais adiante, veremos isso na área mais populosa das ‘minas’. Já nos currais, mesmo que participassem ativamente de diversos espaços econômicos internos da Capitania, a circulação monetária era relativamente muito menor. Certamente, nos notariados de Sabará e do Serro encontramos registradas operações de compra e venda de fazendas de criar nos sertões norte-mineiros. Mas seu número é muito menor do que o verificado nas ‘minas’. Daí o lugar diferente ocupado pelas sesmarias nessas regiões: elas consolidavam um domínio mais duradouro, na falta de outros instrumentos legais, como escrituras de compra e venda” (1999; 11).

O autor argumenta, ainda, que, nas minas, as cartas de sesmarias devem ser consideradas como “garantias” de posses já lançadas ou de terras já compradas e atenta para o fato de, no caso das terras obtidas mediante a compra, os “peticionários alegarem indistintamente ora o título de *primeiro povoador* (o que traduzia em bom português o *jus primi occupantis*), ora o ter comprado a terra de um *primeiro possuidor*” (Carrara, 1999; 10). Nos dois casos, o que o autor deseja evidenciar é o lançamento de posses na base da apropriação territorial, o qual as concessões imediatas ou posteriores à comercialização das terras viriam apenas legitimar.

Sobretudo, Ângelo Carrara assinala que o caráter que as concessões possuíam na apropriação territorial era determinado pelo fato de, nas minas, as terras mudarem de mão num ritmo muito acelerado, tendo funcionado, “mais do que em qualquer outro lugar da colônia”, como “*propriedade privada [...] do ponto de vista econômico*”. De maneira que se teria constituído um mercado de terras, determinado especialmente pelas condições peculiares da circulação monetária e pelo fechamento da fronteira territorial “exatamente nos distritos mineradores, em razão do grande afluxo de população para eles atraída” (Carrara, 1999; 12), a ponto da própria propriedade de escravos se estabelecer com relativa independência da

propriedade fundiária e das sesmarias tornarem-se “instrumentos menores de acesso à terra” (Carrara, 1999; 11).

Todavia, o autor ressalta que no sertão outro padrão de apropriação “ocorreu com mais frequência, isto é, a monopolização das terras por meio de concessões senhoriais, sem que se alegasse necessariamente o lançamento de posse – o morgado Guedes de Brito e as sesmarias concedidas no norte de Minas são seus exemplos mais conspícuos” (Carrara, 1999;13).

O elemento central na argumentação de Ângelo Carrara (1999) se refere à existência de um mercado de compra e venda de terras ou da existência da “propriedade da terra”, ainda que apenas do “ponto de vista econômico”, no contexto social da colônia, em que a propriedade privada ainda não havia se instituído. Como vimos apresentando, o direito de usufruto da terra era outorgado pelo poder real através da concessão de sesmarias ou datas minerais. Como vimos, também, esse direito de usufruto acabou por se consolidar, em função do caráter que a ocupação da terra teve na produção de mercadorias destinadas a reproduzir o sentido da colonização, como caráter *dominial*. Como ressalta Faoro (1991) esse caráter é antes definido pela possibilidade de monopolizar a terra como garantia permanente de investimento, de maneira que a terra dominada não se encontre disponível a outros que nela desejem trabalhar. Procede, ainda, da exposição de Raymundo Faoro que a valorização resulta de grossos investimentos, para os quais a terra é apenas garantia.

Ainda que, de modo geral, esta relação estivesse responsável por organizar o acesso à terra na colônia, Carrara contrapõe a ela a formação de um mercado de compra e venda de terras nas áreas de mineração originais. De acordo com a argumentação do autor, a existência deste mercado decorreria da expansão total da fronteira territorial – ou seja, todas as terras conhecidas, passíveis de serem mineradas, deveriam encontrar-se apropriadas – de maneira que o acesso à terra, a partir de então, teve de ficar condicionado à compra e venda destas terras que passaram à condição de propriedade, ainda que apenas do ponto de vista econômico.

Tal qual David Ricardo (1982 *apud* Toledo, 2008; 125), em sua exposição sobre a existência da renda da terra e sua relação com a teoria do valor trabalho, na obra *Princípios de Economia Política e Tributação*, Carrara (1999) apresenta a necessidade de pagar pelo acesso à terra como resultado de uma dinâmica de *desenvolvimento* da sociedade. De acordo com a explicação de ambos, a necessidade de pagar pelo uso da terra passaria a existir somente “quando, com o desenvolvimento da sociedade, as terras de fertilidade secundária [passassem a ser] utilizadas para o cultivo, [surgindo] imediatamente renda sobre as de primeira qualidade” (Ricardo, 1982; 65-66 *apud* Toledo, 2008; 125).

De acordo com a explicação de Ricardo, a necessidade de pagar pelo acesso à terra, seria uma decorrência do desenvolvimento da apropriação de terras de fertilidade secundária. Na medida em que a utilização destas é incluída na produção, as terras de primeira qualidade passam a gerar um diferencial de produtividade, que a concorrência pela ocupação de tais terras transfere para o proprietário na forma de renda. Assim, antes mesmo da instituição da propriedade privada como figura jurídica que subordina o uso da terra à necessidade de pagamento, a renda diferencial das melhores terras, se comparadas às de fertilidade secundária, já acenaria como pressuposto a partir do qual a utilização de uma terra é cedida a outrem.

Como assinala Toledo (2008):

“Possuir uma terra seria uma possibilidade de valorização do dinheiro entre outras. Porém, neste mercado, pelo fato de que a terra não pode ‘ser aumentada pelo exercício da atividade humana’, os diferenciais de produtividade entre as faixas fazem com que o preço da terra seja explicado pela renda e não o contrário. Como não há uma quantidade de trabalho socialmente necessária para repor ‘forças originais e indestrutíveis do solo’, *a formação da renda é explicada pela acumulação de capital que torna a terra escassa*” (Toledo, 2008; 125; grifo nosso).

Ou seja, a formação de um mercado de comercialização de terra passível de ser minerada que, para Carrara (1999), caracterizaria tais terras como propriedade, ao menos em sentido econômico, estaria determinada por uma dinâmica de acumulação que tornaria esta terra escassa, obrigando o pagamento de renda pela utilização do potencial de produção de diferenciais da mesma e, portanto, a existência de preço.

Contudo, o desenvolvimento histórico da propriedade da terra, longe de ser uma consequência da escassez generalizada de terras, criou as condições para que a produção de uma escassez relativa de terras se transformasse num mecanismo de evitar que o trabalhador acumulasse para si mesmo, forçando-o, assim, a trabalhar para a acumulação do capital (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV).

“A propriedade fundiária pressupõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas exclusivas de sua vontade privada, com exclusão de todas as outras. [...] Na seção sobre a acumulação primitiva (Livro Primeiro, cap. XXIV) viu-se como esse modo de produção pressupõe, por um lado, que os produtores diretos se libertem da condição de meros acessórios do solo [...] e por outro, a expropriação da massa do povo de sua base fundiária. Nessa medida, *o monopólio da propriedade fundiária é um pressuposto histórico e continua sendo o fundamento permanente do modo de produção capitalista*” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVII; 125; grifo nosso).

Não obstante, como vimos, na colônia, a propriedade da terra ainda não era responsável por subordinar o trabalhador à condição de mobilizado (Gaudemar, 1977) e expropriado dos meios de produção (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV), forçando-o, por torná-lo “livre”, a trabalhar para o capital. Cabe, portanto, compreender qual circunstância determinava a

existência de um mercado de compra e venda de terras, no contexto examinado por Carrara (1999), e que relação era responsável por impedir que o trabalhador acumulasse para si próprio, na sociedade colonial.

De acordo com o debate sobre a renda fundiária apresentado por Marx na seção VI do último livro de *O Capital*, tendo a propriedade da terra como pressuposto para o desenvolvimento da reprodução capitalista, interessa ainda expor o mecanismo de “valorização desse monopólio na base da produção capitalista” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVII; 125). A forma que este mecanismo de valorização assume é a renda fundiária: trata-se do pagamento de uma soma em dinheiro fixada contratualmente que o arrendatário deve realizar em prazos determinados para o proprietário da terra. Essa soma em dinheiro corresponde propriamente à renda quando se trata do diferencial de produtividade que um trabalho pode produzir se empregado em uma terra com características – de fertilidade ou localização – que o permitam. Esse diferencial permite que a lucratividade do capital empregado sobre as melhores terras se eleve sobre a taxa média de lucro responsável por remunerar proporcionalmente o investimento de capital, formando um sobrelucro que deve ser pago ao proprietário pela utilização da sua propriedade. Esse diferencial não se confunde com “os juros pelo capital incorporado à terra e as melhorias que ela assim recebe como instrumento de produção”, mas constitui “a renda fundiária propriamente dita, que é paga pelo uso do solo enquanto tal, quer ele se encontre em estado natural, quer seja cultivado” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVII; 126).

Desse diferencial de produtividade, que conduz à formação de um sobrelucro que paga a renda da terra é o fundamento sobre o qual se forma o preço da terra. Esse preço não passa da capitalização à qual “toda receita determinada de dinheiro” pode ser submetida, extraindo da mesma os “juros de um capital imaginário” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVII; 129). Portanto, o preço da terra corresponde ao sobrelucro que a utilização da mesma proporciona, pago na forma de renda, capitalizado a taxa de juros corrente. Portanto, o preço da terra na condição de propriedade privada refere-se antes ao preço da renda que ela proporciona.

Esse preço, por sua vez, autonomiza-se da propriedade fundiária como pressuposto e passa a ser considerado como a justificativa para a existência da propriedade:

“A circunstância de a renda fundiária capitalizada se apresentar como preço ou valor da terra, e de a terra, por conseguinte, ser comprada e vendida como qualquer outra mercadoria, é considerada por alguns apologetas como justificativa para a propriedade fundiária, já que o comprador teria pago por ela, como qualquer outra mercadoria, um equivalente, e a maior parte das propriedades fundiárias teria mudado de mãos desse modo. *Querer deduzir da compra e venda da renda fundiária a justificativa de sua existência significa justificar sua existência a partir de sua existência*” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVII; 130; grifo nosso).

O desenvolvimento da renda fundiária e da autonomização fetichista de seu preço, que passa a justificar a existência da terra como propriedade, tem como pressuposto imprescindível a gênese da propriedade privada. É sua instauração, e a respectiva mobilização do trabalho que lhe é decorrente, que cria as condições para que o capital possa forçar e se apropriar de todo o mais-trabalho produzido na sociedade sem que tenha que recorrer ao emprego da violência extra-econômica, de modo que esta “passa a ser empregada apenas excepcionalmente. Para o curso normal das coisas, o trabalhador pode ser confiado às ‘leis naturais da produção’, isto é, à sua dependência do capital que se origina das próprias condições de produção, e por elas é garantida e perpetuada”.

Entretanto, outro era o caso durante a “gênese histórica da produção capitalista” da qual a colonização não é apenas parte, mas, sobretudo, fundamento, na qual para o capital, ainda não autonomizado nem da terra, nem do Estado, a violência extra-econômica foi fundamental para forçar trabalho que proporcionasse sua acumulação, à medida que este não poderia ser abandonado às “leis naturais da produção”. Sendo esse “um momento fundamental da assim chamada acumulação primitiva” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 277).

Estabelecida a circunstância na qual o capital não-autonomizado pode forçar trabalho que proporcione sua acumulação e os mecanismos pelo qual isso se torna possível, resta saber a que corresponde o pagamento auferido pelas terras auríferas, cuja análise dos títulos de compra e venda foi realizada por Carrara (1999), uma vez que tal pagamento, por si só, não pode ser responsável por justificar a existência da propriedade, como já ressaltado.

Quando da análise da renda fundiária obtida dos terrenos destinados à mineração, Marx faz referência a dois mecanismos que proporcionariam o pagamento de renda pelo uso destas terras. Um deles é proporcionado pela “barreira que a propriedade fundiária representa para o investimento irrentável de capital em solo inculto” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVI; 239). Ou seja, à medida que a propriedade fundiária condiciona o pagamento de renda, ela torna certos solos impossíveis de serem explorados por outrem, que não o próprio proprietário fundiário, a troco do lucro normal a partir de seu capital investido. Esses solos “o proprietário da terra não permite a ninguém explorá-los sem pagar renda, mas ninguém pode pagá-la” (Smith, cap. XI; 2 *apud* Marx, 1986, vol. V, cap. XLVI; 238). Nestes casos a barreira formada pela propriedade fundiária à exploração de determinada terra “inculta” faz com que o preço dessa mercadoria subisse “não só acima de seu preço de produção, mas também acima de seu valor” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVI; 239), criando um preço de monopólio dessa mercadoria que permitiria o pagamento de renda e, portanto, a incorporação de novas terras na produção da mesma. Entretanto, esse mecanismo tem como pressuposto a propriedade privada e ainda que

a renda que ele gere seja, em verdade, derivada da formação do preço de monopólio, este só se forma pela barreira estabelecida pela própria propriedade.

Outro é o caso quando um produto apenas pode ser produzido em terrenos sob condições especiais, que como vimos é o caso dos minerais, que são extraídos das terras em que foram depositados por processos geológicos antiqüíssimos. O preço destas mercadorias é “determinado pela ânsia de comprar e pela capacidade de pagar dos compradores, independente do preço determinado pelo preço de produção geral, bem como do determinado pelo valor dos produtos” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVI; 239), o que neste caso nem está em jogo na medida em que o trabalho para a produção dos minérios, e de todas as outras mercadorias na colônia, não é despendido mediante um tempo socialmente necessário, correspondendo antes a um dos custos de produção que devem ser reduzidos ao máximo, na medida em que os preços finais devem ser elevados ao máximo – inclusive por meio do exclusivo colonial (Novais, 1979) – para garantir o melhor lucro comercial. Nesse caso o preço de monopólio do ouro, por exemplo, cria um excedente com relação a seu preço geral de produção que pode permitir a remuneração dos terrenos auríferos, à medida que estes estão todos apropriados e garantidos pelo emprego da violência de quem os domina, como garantia de investimento futuro. Essa remuneração pode ser realizada por meio do aforamento, ou, ainda, capitalizada na forma de preço dos terrenos que proporcionam a extração destas mercadorias vendidas por seu preço de monopólio. Ao contrário do que Carrara (1999) argumenta, esse pagamento pelo acesso à terra não acarreta a representação da mesma como propriedade privada, nem do ponto de vista econômico, na medida em que não é a existência da propriedade que condiciona o pagamento da renda, mas sim o excedente proporcionado pelo preço de monopólio dos terrenos passíveis de serem minerados.

O controle da utilização de tais terras se encontra, no entanto, também subordinado a imperativos que ultrapassam a dinâmica própria das “leis naturais da produção”, quando o capital, o trabalho e a terra deveriam atingir, de acordo com os preceitos liberais, mobilidade perfeita. Tal como no mecanismo discutido que permite forçar trabalho para acumular capital, o monopólio de tais terras, na sociedade colonial, se encontra submetido ao emprego da violência extra-econômica. Como vimos apresentando, para além dos títulos de compra e venda e das concessões, interessa, para estabelecer o domínio das terras, a envergadura de poder aparentemente político que um capital pode comandar, contabilizadas aí desde as patentes concedidas pelo rei, até a capacidade de manter sob seu encargo um exército, ainda que seja de jagunços.

Finalmente, a comercialização das terras pode conferir a aparência de que o processo de territorialização das mesmas prescindiu da violência necessária para afiançá-las como garantia de investimento futuro. Prevalece a aparência de propriedade privada para tal relação de domínio, que parece justificar-se pela existência de preço para as terras, “justificando sua existência a partir de sua existência”. Aparência de propriedade privada cujo processo de instauração parece também estar isento de violência, pressupondo apenas a formação de um mercado de comercialização de títulos. Deste modo, convém, ainda, retomar os mecanismos de instauração desta relação territorial de dominação.

Ângelo Carrara (1999) deixa de considerar, conforme apresentamos no primeiro capítulo desta seção, que a ocupação das minas se estabeleceu em confronto com a história precedente de apropriação da terra pelos sesmeiros pecuaristas baianos, reinóis e mesmo paulistas, que formaram fazendas de criação de gado *vacum* na margem direita do São Francisco, como Matias Cardoso de Almeida e outros sertanistas. Ou seja, a ocupação das minas e dos currais não foi simultânea, nem a pecuária se estabelece como atividade econômica apenas em decorrência do abastecimento da mineração. Antes, convém frisar, que a ocupação do Alto Sertão pela pecuária colonial têm origem na Guerra dos Bárbaros com a conquista do território aos nativos e a instauração do controle territorial, para o qual a própria ocupação do território pelos rebanhos e, ainda, a mobilização dos nativos à condição de trabalhadores, veio a contribuir. Num primeiro momento, atividade que proporciona a consolidação da conquista territorial, a pecuária é, contudo, progressivamente subordinada à condição de atividade econômica subsidiária às minas.

Foi esse processo preliminar de ocupação do Alto Sertão, do que só posteriormente viria a se estabelecer como a capitania de Minas Gerais, que criou as condições para a identificação de minérios com valor comercial e para a posterior instauração de sua extração, ainda que tenha sido sua ocupação posterior, pelos bandeirantes paulistas, que passaram a monopolizar a exploração das minas, a responsável por provocar conflitos – aos quais nos referimos partindo da análise da Guerra dos Emboabas – com os antigos fazendeiros, como os Guedes de Brito e seus concessionários, que possuíam concessões sesmarias em diversas zonas que se mostraram mineradoras.

Assim, o lançamento de posses de maneira a produzir novas áreas, que, de acordo com Carrara, só eram legitimadas *a posteriori*, tem de ser mostrado também como processo de reprodução da exploração colonial, que não se processa sem conflitos entre os diversos capitais comerciais que concorreram pela territorialização da mineração. Portanto, interessa apontar o processo de apropriação territorial antes como formação do monopólio territorial,

definido pela capacidade do próprio sesmeiro concentrar o emprego da violência para garantir suas posses, do que como formação da propriedade, como sugere Carrara (1999).

Isso porque, como vimos discutindo, o possuidor do título de concessão de datas minerais e sesmarias – ou mesmo de compra e venda de propriedades, como sugere o autor – não conta com um Estado autonomizado para defender-lhe o direito, regulamentado por legislação e garantido pela violência policial. É, antes, quem pretende exercer domínio sobre a terra, como figura não autonomizada do Estado, que tem de garantir suas posses, ao passo que garante a reprodução do sentido da colonização, escopo do mesmo Estado absolutista.

Por isso, para além das concessões ou transações comerciais de terra nas minas, assinalamos que a apropriação territorial esteve atrelada ao emprego da violência e, por vezes, ao conflito entre os capitais que desejaram se estabelecer na extração mineral, como o conflito analisado entre bandeirantes paulistas e sesmeiros pecuaristas, que monopolizavam o uso da terra.

Assim, a concessão de sesmarias e datas minerais não se estabelece como “instrumento menor” de acesso à terra, na medida em que define uma forma de apropriação à qual as outras terão, necessariamente, que se referir, comprando, arrendando, ocupando ou disputando-as. Forma de apropriação territorial caracterizada pelo sentido dominial, assinalado por Faoro (1991), que possibilita a comercialização e o aforamento das terras, na medida em que a utilização das mesmas não está liberada da subordinação a quem as tem dominadas, cujo padrão de exercício de poder, longe de ser o fim do processo, é meio de acumulação de capital.

Isso, sem considerar o importante papel de impor a condição de desclassificação ao homem pobre, que o monopólio da terra cumpriu nas minas, conforme aparece reafirmado também no livro *Desclassificados do ouro* (2004), de Laura de Mello e Souza, sobre a pobreza nas minas no setecentos. Os livres e pobres, ao contrário de compor diretamente a disputa no processo de territorialização colonial, ficavam subordinados à dinâmica do mesmo, nas “franjas inferiores da sociedade” (Prado Jr., 1979 e Mello e Souza, 2004), também submetidos à dominação do monopólio e de quem o personificava, da qual a forma de expressão econômica era a cobrança de ônus sobre a utilização da terra. Especialmente na medida em que a concessão de terra na colônia foi realizada conforme o número de escravos que cada um possuísse, ficando impossibilitado, de modo geral, o homem livre pobre de ter acesso à terra⁵⁰.

⁵⁰ Convém assinalar, entretanto, que ainda que alguns livres pobres pudessem ser proprietários de escravos, o mecanismo de distribuição das datas minerais, fundado na autoridade do Guarda-Mor, impunha uma dinâmica de

O monopólio da terra era responsável por uma dinâmica dupla de formação territorial: por um lado ele criava uma disputa necessária entre os capitais-poderes, o que determinava de que forma as relações sociais de produção seriam territorializadas; por outro lado, o monopólio da terra – e seu caráter absolutamente determinado pela necessidade de produzir gêneros “cuja comercialização favorecesse ao máximo a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus”⁵¹ (Mello e Souza, 2004; 90) – se apresentava como mecanismo de subordinação do trabalho dos que não podiam ter acesso à mesma⁵².

Esse foi, pois, um dos fundamentos sobre o qual se apoiou a exploração colonial: o monopólio da terra, para produção de cunho comercial⁵³. O outro foi o escravismo, que se estabeleceu como modo predominante de forçar trabalho para a acumulação de capital.

A extração mineral, por sua vez, compôs o quadro da grande exploração exportadora na colônia, também subordinada ao mercado europeu e organizada de modo a produzir e exportar para tal mercado. Seu explorador não foi simplesmente o colono povoador, mas antes o empresário de grandes negócios.

“Mutatis mutandis, a mineração, que a partir do séc. XVIII formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização afora as distinções de natureza técnica, é idêntica a da agricultura; concorreram para isto, de uma forma geral, as mesmas causas [o próprio sentido da colonização], acrescidas talvez da influência que a feição geral da economia brasileira já tomara quando a mineração se inicia. É ainda a exploração em larga escala que predomina: *grandes unidades*, trabalhadas por escravos. [...] É isto que precisamos sobretudo considerar, porque é neste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema da riqueza que caracteriza a economia colonial” (Prado Jr., 1979; 123; grifo do autor).

exclusão e desigualdade, como aparece assinalado em uma carta do Ouvidor-Geral da Comarca do rio das Mortes, datada de 1733, apresentada por Laura de Mello e Souza (2004): “Senhor. Na forma do capítulo 5º, e 20 do Regimento das terras minerais, é V.M. servido ordenar que se repartam estas, segundo o número de escravos, que os mineiros tiverem, [...], para que todos, assim ricos, como pobres, fiquem acomodados, e extraíam ouro, o que se tem praticado tanto pelo contrário nestas Minas, *que os ricos fizeram, e tem feito seleiros das terras minerais*, em prejuízo dos Reais Quintos de V.M., [...], porque as não lavram, e de *dos pobres (sic), que não tendo onde trabalhar se sujeitam a meter os escravos nas lavras daqueles só pelo terço do ouro que extraem, ou lhas compram por exorbitantes preços, ficando os pobres sem terras para lavrar*, havendo-as em poder dos ricos e dos poderosos [...]” (Mello e Souza, 2004; 100; grifos nossos).

⁵¹ Acumulação nos centros hegemônicos europeus quer dizer, mais propriamente, acumulação na Inglaterra. Isso especialmente em função do desequilíbrio da balança comercial entre Portugal e Inglaterra que foi, por muitos anos, compensado diretamente com ouro vindo da América portuguesa. Vale lembrar que a exploração aurífera proporcionou um circuito triangular: uma ínfima parcela ficava no Brasil, expressa ostentatoriamente nas próprias vilas coloniais e nas mãos de poucos mercadores; outra pequena parcela seguia para Portugal, onde foi consumida no reinado de D. João V; finalmente, grande parte seguia para Inglaterra, ou por meio de contrabando, ou de forma direta, compensando os débitos portugueses e fomentando um processo de acumulação que deve culminar com a Revolução Industrial.

⁵² “Uma economia de bases tão frágeis, tão precárias, centrada na grande propriedade agrícola e na exploração em larga escala, estava fadada a arrastar consigo um grande número de indivíduos, constantemente afetados pelas flutuações e incertezas do mercado internacional. *Ao mesmo tempo, impedia que os desprovidos de cabedal tivessem acesso às fontes geradoras de riqueza*” (Mello e Souza, 2004; 90).

⁵³ “O que procuro é apenas destacar os elementos fundamentais e característicos da organização econômica da colônia. Elas são em todos os setores, como acabamos de ver, a *grande unidade produtora*, seja agrícola, mineradora ou extrativa” (Prado Jr., 1979; 124; grifo do autor).

Convém, no entanto, problematizar as condições que determinaram essa conjugação de fatores. Em primeiro lugar, vale lembrar que a experiência colonial, primeiro nas Antilhas e, posteriormente, no Brasil-colônia, se apresentou como uma inflexão nos mecanismos sobre os quais o capitalismo mercantil vinha se estruturando. Não havia, nas referidas áreas, uma produção rentável já organizada, do ponto de vista do capital europeu que a desejaria explorar, mediando sua comercialização. A perspectiva de comprar barato para vender caro⁵⁴, com base no monopólio, na qual estritamente se fundava o lucro até o momento, só poderia ser reposta mediante a articulação de um processo de produção dominado diretamente pelo capital comercial, o que veio a conformar, deste modo, o sistema colonial⁵⁵.

A condição para que o capital comercial pudesse persistir com a oferta de produtos diferenciados no comércio europeu era a que ele dominasse diretamente a produção, articulando a si os meios de produção não produzidos (especialmente a terra), cujo processo de disponibilização ao processo produtivo vimos problematizando e, principalmente, o trabalho. Desta maneira, pode-se, inicialmente, compreender o recurso à escravidão como o mecanismo de suprimento de trabalho sobre o qual se fundou o sistema colonial, conforme sugestão de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1984).

“Dessa maneira, impõe-se a necessidade de uma massa de homens disponíveis, prontos para serem incorporados ao processo de produção. A escravidão representa, face a essa exigência, a possibilidade de mobilização rápida e plástica de mão de obra, adequando-a às necessidades de produção em grande quantidade e em volume crescente” (Franco, 1984; 178).

Além disso, convém ressaltar que o trabalho escravo, na medida em que o sistema colonial impunha a necessidade de ampliação dos lucros, era conveniente, pois permitia a super-exploração de “uma forma de trabalho compulsório-limite – pois eram apropriados o trabalho e o trabalhador” (Mello e Souza, 2004; 88). E, especialmente, que o que determina a utilização do trabalho escravo de africanos tornados cativos são as grandes vantagens comerciais advindas do tráfico.

“O que talvez tenha importado é a rarefação demográfica dos aborígenes [se referindo aos motivos pelos quais sobrepujou a escravização de africanos], e as dificuldades de seu apresamento, transporte, etc. Mas na ‘preferência’ pelo africano revela-se, cremos, mais uma vez a engrenagem do sistema mercantilista de colonização; esta se processa, repitamo-lo tantas vezes quantas necessário, num sistema de relações tendentes a promover a acumulação primitiva na metrópole; ora, *o tráfico negreiro, isto é, o abastecimento das colônias com escravos, abria um novo e importante setor do comércio colonial*, enquanto o apresamento de indígenas era um negócio interno da colônia. Assim os ganhos comerciais resultantes da

⁵⁴ “*Prima facie*, o lucro comercial puro e independente parece impossível enquanto produtos forem vendidos por seus valores. Comprar barato para vender caro é a lei do comércio” (Marx, 1988, vol. IV, cap. XX; 235).

⁵⁵ “Aliás, quanto ao modo como o capital comercial opera *onde ele domina diretamente a produção*, um exemplo marcante é oferecido [...] pela economia colonial em geral (o assim chamado sistema colonial)” (Marx, 1988, vol. IV, cap. XX; 235; grifo nosso).

preação dos aborígenes mantinham-se na colônia, com os colonos empenhados nesse ‘gênero de vida’; a *acumulação gerada no comércio de africanos, entretanto, fluía para a metrópole*, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa ‘mercadoria’. Esse talvez seja o segredo da melhor ‘adaptação’ do negro à lavoura...escravista. *Paradoxalmente, é a partir do tráfico negreiro que se pode entender a escravidão africana colonial, e não o contrário*” (Novais, 1979; 105; grifos nossos).

Conseqüentemente, a finalidade da utilização do trabalho escravo é idêntica à finalidade da montagem do sistema colonial⁵⁶, tendo correspondido a um mecanismo adequado à mobilização de trabalhadores que permitiu o abastecimento do comércio europeu com produtos tropicais e minerais. Se o sentido da colonização (Prado Jr., 1979) é a produção destas mercadorias para serem comercializadas no mercado europeu, seu sentido profundo (Novais, 1979) poderia ser, somente, a obtenção de lucro (e a acumulação primitiva que ela permite), objetivo único da produção de mercadorias⁵⁷.

Assim, se desejamos retomar brevemente o debate sobre o estatuto do trabalho escravo no Antigo Sistema Colonial, é apenas para reconhecê-lo como parte da totalidade do processo de formação do capitalismo mundial⁵⁸. Como o fez Maria Sylvia de Carvalho Franco, apenas para compreender a escravidão moderna como uma *instituição* (1984; 173)⁵⁹ submetida aos desígnios da acumulação de capital, à relação metrópole-colônia, cujo fundamento é o excedente social produzido com base na exploração do trabalho escravo, que aparece na forma de lucro⁶⁰.

⁵⁶ Sua forma de mobilização permite, no entanto, evidenciar que a mobilidade do trabalho deve sempre perseguir a dinâmica que o capital lhe impõe, para explorá-lo, mesmo que essa dinâmica tenha de ser imposta de forma explicitamente forçada, através do emprego de violência extra-econômica, como na escravidão.

⁵⁷ “Examinada, pois, nesse contexto, a *colonização* do Novo Mundo na Época Moderna apresenta-se como peça de um sistema, *instrumento da acumulação primitiva* da época do capitalismo mercantil. (...) Completa-se, entretanto, a conotação do sentido profundo da colonização: *comercial e capitalista*, isto é, *elemento constitutivo no processo de formação do capitalismo moderno*” (Novais, 1979; 70; grifos do autor).

⁵⁸ “[...] uma sociedade onde o escravo foi mão-de-obra para a produção mercantil e onde o capital esteve substancialmente presente” (Franco, 1984; 145).

⁵⁹ Essa instituição se caracterizaria justamente pela separação entre a posse e a propriedade privada da força de trabalho. O escravo se encontra na posição de expropriado radical, não tendo propriedade nem ao menos sobre sua força de trabalho, além de não ter direito algum sobre o produto social. A unificação destes dois momentos da mesma relação, a constituição de uma “posse que é propriedade” (Franco, 1984; 171) seria o pressuposto para a constituição do indivíduo livre, inclusive para negociar sua força de trabalho como propriedade, ainda que seja a única que possua.

⁶⁰ Cabe ressaltar que esse excedente social que aparece na forma de lucro é qualificado pela autora como *mais-valia* (Franco, 1984). Contudo, convém precisar que o fundamento da relação na qual Marx (1983, vol. I, t. I) enxerga a extração de *mais-valia* é a igualdade formal dos indivíduos livres que promovem a troca de coisas que lhes pertencem como propriedade, oferecendo o vendedor/trabalhador sua mercadoria força de trabalho por um período determinado, em troca do capital variável pago a ele na forma de salário. Por sua vez, a relação mediada por coisas no escravismo colonial é a que se processa no tráfico, no qual se equiparam possuidor do escravo e possuidor de capital dinheiro, os únicos que apresentam igualdade formal e que são sujeitos das mercadorias que personificam. Deste modo, para qualificar o excedente produzido no emprego do escravo como fator de produção, a *mais-valia* não se apresenta como o conceito mais preciso. Ainda assim, cabe considerar que a produção de mercadorias fundada na utilização do trabalho escravo implica na produção de “fortuna monetária” (Marx, 1988, vol. IV, cap. XX; 235), que aparece como lucro.

Apesar da exploração mineral estar conformada no mesmo quadro geral delineado pelas considerações até o momento tecidas sobre a dinâmica geral de reprodução da grande atividade exportadora, convém ressaltar, contudo, que ela guarda, de acordo com Caio Prado Jr. (1979), características particulares.

Foi esta atividade “submetida desde o início a um regime especial” (Prado Jr., 1979; 174) de legislação, que garantiu a cobrança do quinto pela Coroa no regime de livre exploração, no qual se realizavam as empreitas nas minas.

Nesse sentido, as jazidas descobertas tinham de ser comunicadas às autoridades competentes, que deveriam realizar a demarcação dos terrenos auríferos e das “datas”. A essas últimas correspondiam os lotes distribuídos aos mineradores, cuja escolha era permitida em primeiro lugar ao descobridor, seguido da Fazenda Real, que separava uma data para si, vendendo-a posteriormente. As demais eram atribuídas “por sorte” aos outros concorrentes, “cabendo a cada contemplado uma área proporcional ao número de escravos com que se apresentasse: 2 ½ braças para cada um até o máximo de 30 braças” (Prado Jr., 1979; 173).

Para executar o Regimento⁶¹, ou seja, regulamentar a atividade mineradora, inclusive a cobrança do quinto, além de resolver demandas entre mineradores ou desses com terceiros – o que incluí a disputa territorial – foi criada a Intendência de Minas, órgão administrativo que independia de todas as outras autoridades coloniais, pois reportava-se diretamente ao governo da metrópole, e era composto por “um *superintendente*, conhecido vulgarmente como *intendente*, a quem cabia a direção geral do serviço, e de um *guarda-mor*, que é quem fazia a repartição da datas e fiscalizava, nas minas, a observância do regimento” (Prado Jr., 1979; 175; grifo do autor). À Intendência subordinava-se a Casa de Fundição, onde o ouro extraído das minas deveria ser recolhido, fundido, “*quintado* (isto é, deduzido do quinto da coroa)” (Prado Jr., 1979; 176; grifo do autor), transformado em barras cunhadas e devolvido ao seu proprietário, acompanhado de um certificado, que garantia que aquela parcela de ouro tinha sido submetida à legislação, sem o qual o ouro não poderia ser comercializado.

Deste modo, salta aos olhos, caracterizando as particularidades da instauração de relações de produção na mineração, o acirramento do controle administrativo metropolitano sobre a produção e sobre as transações comerciais envolvendo os minerais e outros setores relacionados⁶². Se, até o momento, vimos apresentando a relação entre a atuação de

⁶¹ *Regimento dos superintendentes, guardas-mores e oficiais deputados para as minas de ouro* (1702).

⁶² “[...] no contexto de desenvolvimento da economia mineradora uma profusão de leis específicas visaram normatizá-la e aos demais setores que a ela se articulavam. Surgiu uma estrutura administrativa específica, cujos ocupantes possuíam autoridade e poder, independente do governo geral, inclusive podendo comunicar-se diretamente com o Rei e seus representantes no Conselho Ultramarino. Essa característica da administração para as minas teve como finalidade precípua garantir a política do fisco, fórmula engenhosa da Coroa portuguesa que

particulares nos empreendimentos iniciais da empresa colonial e a participação dos mesmos na administração, convém ressaltar que “quando se ampliavam as possibilidades de maior lucro e rentabilidade [nas atividades coloniais], o movimento se dirigia no sentido de maior centralização político-administrativa” (Moraes, 2007; 61) da metrópole, conforme se pode notar na descrição de Caio Prado Jr. (1979) da criação do aparato administrativo nas minas.

Seguindo o argumento de Fernanda Borges de Moraes (2007), num estudo sobre a formação da rede urbana na capitania de Minas, essa dinâmica de centralização pode ser encarada como decorrência das próprias possibilidades de uma maior auferição de tributos.

“Esse parece ser traço comum da política administrativa da Coroa Portuguesa em relação às suas colônias: lançar mão de um corpo mínimo de funcionários, bem como assegurar-lhes os meios de remuneração vinculados à arrecadação de tributos locais” (Moraes, 2007; 61; nota 6).

Assim sendo, a maior centralização experimentada pelo corpo administrativo colonial que atuou nas minas, regulamentando a exploração mineral, pode ser encarada como resultado da própria ampliação da arrecadação metropolitana, provocada pela mineração, que a teria permitido. Essa centralização, por sua vez, teria papel fundamental de modo a garantir os ganhos metropolitanos.

Entretanto, cabe ressaltar que as transformações sofridas na estrutura administrativa colonial nas minas se relacionam antes com o próprio processo de instauração de relações sociais de produção próprias da mineração. Acompanhando o processo de formação territorial da colônia que por nós vem sendo apresentado, é possível reconhecer as relações de produção da mineração se diferenciando a partir das disputas entre bandeirantes e pecuaristas. Esses conflitos, como vimos, implicaram também em disputas territoriais e, nesse sentido, é possível dizer que a região da mineração se diferenciou no interior da região pecuária (Toledo, 2008; 65)⁶³, além de dizer que a região da mineração conformou uma escala de propriedade fundiária diferenciada, que implicou também na forma como passou a ser exercido o poder local.

Assim, quando nos referimos às particularidades de que se revestem a administração colonial nas minas, não nos referimos somente a uma auferição maior ou menor de impostos

diante da itinerante atividade mineradora, delegou a particulares a exploração, juntamente com os investimentos em material e mão-de-obra escrava, lucrando com as sobretaxas cobradas por todas as atividades e produtos” (Limas de Vasconcelos, 1998; 26 *apud* Toledo, 2008; 64).

⁶³ “Trata-se, portanto, de um processo de diferenciação no interior da região pecuária, um processo social que faz com que elementos definidos historicamente, que em um dado momento tem significado secundário ou são desconhecidos, ganhem centralidade. Neste caso, a existência de diamantes na área [no caso por nós discutido, a existência de ouro], a partir de um determinado momento que pode ser chamado de *descoberta*, desencadeia uma mudança de sentido no processo de caracterização da área. A historicidade da região permite romper com distinções abstratas [...]. Esta perspectiva exige estudar a diferenciação de áreas como processo de formação” (Toledo, 2008; 65-66).

que possibilitaria a ampliação do corpo burocrático. Antes, nossa discussão deve atravessar a forma como a produção de mercadorias esteve organizada, o que nos permite entender de que forma se articulam capital e Estado. Ou seja, convém explicitar que na exploração mineral os ganhos auferidos pelos capitais particulares e pelo Estado não mais coincidem. Ao contrário, o quinto aparecia justamente como uma forma de desconto sobre os ganhos dos particulares e, desta maneira, sendo executado por burocratas ligados diretamente à Coroa, que eram remunerados, o que reforça sua independência com relação aos capitais particulares e sua subordinação ao Rei.

Ainda assim, a precariedade do sistema de cobranças nas minas coloniais nunca foi de todo resolvida, estando sempre os descaminhos do ouro a assombrar as autoridades. De acordo com Resende (2007), na obra de José Joaquim da Rocha (1995), cartógrafo e memorialista que produziu durante a década de 1770, é possível entrever essa problemática, na discussão apresentada sobre o sistema de interditos fiscais e de vigilância nos caminhos.

“Em seus textos de memorialística, registram-se, em várias passagens, argutas reflexões indicativas das tensões e da precariedade do sistema, sobre o qual se fazia necessária uma supervisão detalhada e permanente, e se ressalta que um dos pontos cruciais é a questão da fidelidade dos funcionários régios que operavam nos registros” (Resende, 2007; 31).

Assim, o fundamento da administração colonial da mineração referia-se à cobrança do quinto, e esse desempenho, por sua vez, rendeu uma série de críticas de Caio Prado Jr. (1979) à atividade da Intendência. De acordo com o autor, o órgão nada fizera para aperfeiçoar os padrões nos quais se realizava a exploração, desobrigação que contribuiu com a diminuição do próprio quinto, processo duramente reprimido, como se houvesse resultado apenas de fraudes e desvios.

“Mas é só [diz o autor referindo-se à atividade da Intendência]: no mais, pouco ou nada faziam. Seus funcionários, bacharéis e burocratas inteiramente alheios a assuntos de mineração, *não deram nunca um passo no sentido de promover melhorias, tentar o aperfeiçoamento dos processos empregados na extração do ouro*; ajudar, por pouco que fosse, a indústria confiada à sua guarda ou às pessoas nela ocupadas. [...] Na verdade, *nada interessava senão o quinto*: que fosse pago, por bem ou à força; tudo o mais não tinha importância. Os mineiros que se arranjassem lá como fosse possível; por que em caso contrário havia as derramas [...]. Mas com derrames e tudo *o quinto foi minguando*; e durante meio século em que seu rendimento baixou em Minas Gerais [...] *não ocorreu sequer uma só vez a administração outra explicação que a fraude*” (Prado Jr., 1979; 176-177; grifos nossos).

Tal comportamento da Coroa e de seus órgãos executivos já havia aparecido como alvo de críticas do autor, no que se refere aos próprios motivos da crise da mineração. Para além dos limites naturais – “as características peculiares das jazidas auríferas do território brasileiro [...], [provenientes] sobretudo de depósitos aluvionais recentes” – a crise da mineração

encontra justificativa, de acordo com Caio Prado Jr. (1979), no baixo nível tecnológico em que se realizavam as explorações, sendo apenas devido ao volume de depósitos minerais, o fato da mineração ter sido mantida⁶⁴. Nível tecnológico que não se explica por si mesmo, mas, de acordo com o autor, é resultado da forma como se estabeleceu a própria exploração: somava-se à drenagem da acumulação para fora da colônia, o esbanjamento da corte na gestão dos recursos. Pouco ou nada sobrava para aprimorar as bases técnicas da atividade, que, desta forma, não conseguia se reproduzir.

“Os recursos necessários para restaurar a mineração nas novas bases que a situação impunha se tinham volatilizado, através do oneroso sistema fiscal vigente, no fausto caricaturesco da corte de um D. João V e na dispendiosa e insuficiente administração portuguesa; as migalhas que sobraram dessa orgia financeira se foram também na dissipação imprevidente dos mineradores” (Prado Jr., 1979; 171).

Ou seja, a crítica apresentada pelo autor dirige-se à ineficiência da administração portuguesa em concentrar localmente riqueza de maneira a repor em bases ampliadas a extração mineral, possibilitando o prosseguimento da empresa. Embora Caio Prado Jr. tenha formulado uma importante crítica ao *sentido* da produção da riqueza na colônia, podemos notar que persiste na argumentação do autor uma perspectiva modernizadora, a partir da qual critica o aproveitamento improdutivo da riqueza (ou a drenagem externa da mesma), que não permite que a mesma se reproduza⁶⁵.

Caio Prado Jr. (1979) ressalta, ainda, que no processo de crise da mineração o trabalho escravo vai sendo sistematicamente substituído pelo trabalho do faiscador. Se nas lavras, estabelecimentos que dispõe de algum aparelhamento, se reúnem sob direção única diversos trabalhadores “cujo número pode ir desde uns poucos até várias dezenas” (Prado Jr., 1979; 178), em geral escravos; com a decadência da empresa se generaliza o faiscador, “indivíduos isolados que não empregam senão a *bateia*, o *carumbê* e umas poucas ferramentas” (Prado Jr.,

⁶⁴ “Os instrumentos usados, a rotina dos processos, a ignorância completa dos mineradores em tudo quanto dizia respeito ao seu ofício, salvo os conhecimentos empíricos adquiridos pela experiência e que se reduziam a poucas medidas, sempre as mesmas, impossibilitaram, num momento dado e em cada caso, a continuação da exploração. É unicamente devido à larga área em que se disseminava o ouro brasileiro que foi possível mantê-la, e a princípio com grande sucesso graças ao teor elevado dos aluviões superficiais em certos distritos, por todo um século. E assim, passando sucessivamente de um para outro lugar, e embora arranhando apenas a superfície do solo, houve em que se ocupar durante tão longo período” (Prado Jr., 1979; 171).

⁶⁵ Podemos notar, de acordo com José de Souza Martins (2004), que algumas perspectivas analíticas expressam antes conflitos políticos dos momentos em que as obras são produzidas. Se referindo à polêmica em torno da existência de relações propriamente capitalistas na cafeicultura, Martins escreve: “É claro que tais polarizações e equívocos tem muito pouco a ver com a reconstrução histórica da realidade e muito mais com os dilemas e impasses políticos do momento” (Martins, 2004; 11). Deste mesmo modo, acreditamos que a perspectiva de Caio Prado Jr. esteve determinada pelos debates em torno do imperialismo, nos quais interessava entender que processo de formação das nações as haviam colocado em uma posição “inferior” na ordem da divisão internacional do trabalho. Criticar os mecanismos que impediram a acumulação interna era, portanto, criticar o subdesenvolvimento brasileiro e, paralelamente, o enriquecimento das nações imperialistas. Tal perspectiva de apologia ao desenvolvimento, no entanto, não deixa de esconder a crítica à modernização e a generalização da forma mercadoria, promovida pela colonização, ressaltada pelo autor em outros momentos da obra.

1979; 178). Esses faiscadores podem tanto trabalhar por conta própria, como podem ser escravos, para os quais seus “senhores fixam uma certa medida de ouro que devem entregar, guardando o excesso que serve para sua manutenção e para redimir-se da servidão se são bastante felizes nos seus achados” (Prado Jr., 1979; 178) e, na crise, acabam por trabalhar em condições absolutamente instáveis “faiscando” o sustento de cada dia.

Se a análise de Caio Prado Jr. (1979) prima por apresentar o desenvolvimento da faiscção na crise da mineração, onde nem mesmo escravos tem mais lugar em empreendimentos de vulto e se tornam mais rentáveis aos seus proprietários faiscando no regime de parceria e os homens livres aparecem extremamente empobrecidos faiscando o sustento diário, a investigação de Laura de Mello e Souza trata de apresentar a existência não apenas da faiscção, mas de atividades periféricas e até mesmo ilegais, ainda no auge da mineração.

Caio Prado Jr. (1979) já havia indicado este estado de coisas, ainda que brevemente, quando assinalou a existência de uma “camada intermediária” ou de uma “nebulosa social incoerente e desconexa” que envolveu o núcleo central da exploração colonial, fundado na grande unidade produtiva trabalhada por escravos. Se os extremos da relação – escravos e seus proprietários – eram elementos bem definidos na reprodução colonial, essa camada intermediária e indefinida correspondia justamente ao homem livre, mas que também era livre de cabedais, cujas condições de trabalho em uma sociedade escravocrata também eram indefinidas. Indefinição que também dizia respeito ao papel do trabalho livre na reprodução do sistema colonial.

Ou seja, ao contrário da estrutura social configurada em que estão imersos senhores e escravos, “essa camada [...] caracteriza-se pela fluidez, pela instabilidade, pelo trabalho esporádico, incerto e aleatório” (Mello e Souza, 2004; 91). Além do papel exercido pela forma de apropriação colonial da terra, por nós já assinalado, na formação destes “desclassificados sociais” (Mello e Souza, 2004; 89), cabe indicar que o próprio escravismo é o outro elemento que atua nesse processo de formação:

“Por sua vez, o escravismo desempenhava neste processo um papel igualmente importante, bloqueando na maior parte das vezes as possibilidades de utilização da mão-de-obra livre, limitada assim aos interstícios que, por um motivo ou por outro, não podiam ser ocupados pelo trabalho escravo” (Mello e Souza, 2004; 90)⁶⁶.

⁶⁶ “Ocupou as funções que o escravo não podia desempenhar, ou por ser antieconômico desviar mão-de-obra da produção, ou por colocar em risco a relação servil: funções de supervisão (o feitor), de defesa e policiamento (capitão-do-mato, milícias e ordenanças), e funções complementares à produção (desmatamento, preparo do solo para o plantio)” (Mello e Souza, 2004; 91).

Essa posição desclassificada na sociedade colonial, que conduz o homem livre a uma inserção social frágil e marcada pela pobreza – esta última, condição que prevaleceu também entre os trabalhadores escravos –, não correspondeu, no entanto, à exclusão do mesmo. Considerados vadios, no sentido em que não se enquadravam no regime de trabalho organizado para produção imediata de lucro, sua “utilidade” é evocada por Laura de Mello e Souza (2004, cap. II), partindo da análise da *Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais*, de 1708.

“Nela, o magistrado [o desembargador Teixeira Coelho] se estende sobre os vadios, origem e causa de toda a espécie de desordens, e adota uma posição extremamente peculiar em face do problema que representam: ‘Os vadios são o ódio de todas as nações civilizadas, e contra eles se tem muitas vezes legislado; porém as regras comuns relativas a esse ponto não podem ser aplicáveis no território de Minas; *porque esses vadios, que em outras partes são prejudiciais, são ali úteis*’. Negros forros e mestiços na sua maior parte – mulatos, caboclos, carijós – (...) realizavam uma série de tarefas que não podiam ser cumpridas pela mão-de-obra escrava” (Mello e Souza, 2004; 104; grifo da autora).

Contudo, não se ocupavam de tais atividades a não ser mediante a violência exercida pelas autoridades, sendo, assim, necessário ressaltar que estes também se encontravam obrigados a se submeter ao trabalho para se reproduzir, sendo proibido aos mesmos esmolar e viver pelas ruas⁶⁷. Em função de garantir aos desclassificados essa inserção, os vadios se encontravam mergulhados “nas redes do poder” (Mello e Souza, 2004; cap. III)⁶⁸.

Assim, aos vadios cabia exercer, por um lado, atividades úteis, muitas vezes consideradas de utilidade pública (construção de presídios, obras públicas, abertura de caminhos, lavouras para fomentar o abastecimento interno da capitania, milícias e corpos militares), justamente por não serem essas atividades de caráter privado, sendo já escopo de uma estrutura burocrática em formação, competindo portanto aos homens livres, em condições de serem remunerados. Por outro, cabia ainda as atividades que não poderiam ser confiadas a escravos, como vigilâncias e milícias privadas.

⁶⁷ Mecanismos legais para evitar a vagabundagem já se encontravam presentes em Portugal no início de sua expansão colonial: “As *Ordenações Filipinas* reforçaram, no livro V, título 68, as disposições que, trinta anos antes, fizera D. Sebastião [no alvará de 1570]: ‘Dos vadios. Mandamos que qualquer homem que não viver como senhor, ou como amo, não tiver ofício, nem outro mester, em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negociando algo seu, ou alheio, passados 20 dias do dia que chegar a qualquer cidade, vila ou lugar, não tomando dentro dos 20 dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mester em que trabalhe e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, *seja preso e açoitado publicamente*’ (Mello e Souza, 2004; 85; grifo nosso).

⁶⁸ “Em 1734, o conde das Galvêas lançava uma ordem segundo a qual *os vadios não seriam consentidos*, obrigando-se-lhes ‘a servir na cultura de terras’ mediante pena de expulsão da capitania” (Mello e Souza, 2004; 115; grifo nosso). “O envio de vadios para [a construção de] os presídios e conquistas foi medida adotada praticamente por todos os governantes da década de 1760, 1770 e até mesmo 1780” (Mello e Souza, 2004; 112). “Para o trabalho em obras públicas sempre foi comum o emprego de desclassificados” (Mello e Souza, 2004; 114).

Entretanto, a subordinação dos vadios à imposição do trabalho como mediação necessária para a sobrevivência em uma sociedade em modernização e à dinâmica mercantil do sistema colonial não se realizou somente pelas vias legais e adequadas à reprodução da administração colonial. Antes, dessa camada de desclassificados derivaram infratores, que, de modo a participar das redes de comércio pelas quais a sociedade se supria, trabalhava ilegalmente. Dentre essas atividades desejamos ressaltar duas, pela relação direta que estabeleceram com os descaminhos, na mineração: o garimpo e a comercialização de “quitandas” ou “tabuleiros”.

Ao garimpo corresponde a atividade ilegal de “minerar furtivamente as terras diamantinas” (Mello e Souza, 2004; 281), atividade de exploração mineral que ficou restrita à Coroa, a partir de 1771⁶⁹. Atividade exercida por homens pobres que a realizavam como alternativa de sobrevivência em uma sociedade restrita a funcionários públicos burocratas e escravos alugados, sendo entretanto alvo constante de perseguições da administração colonial. De maneira a permitir a comercialização do diamante, por eles obtido, montou-se em torno dos garimpeiros uma rede paralela de circulação de mercadorias: o “capangueiro” era quem lhe comprava o produto às escondidas, repassando os diamantes, posteriormente, na rede de comércio mais ampla; o “cachaceiro” comercializava cachaça nas lavras, mas era constantemente acusado de promover o contrabando de pedras; o quilombola articulava-se, por vezes, com os grupos de garimpeiros escondidos nas serras, vendendo-lhes mantimentos, que também não podiam comerciar legalmente, visto que encontravam-se na condição de foragidos (Mello e Souza, 2004; 281-291).

Na exploração de ouro, também ocorriam extrações ilegais. Faiscações em terras alheias, que se realizavam sem o pagamento de ônus ou catas realizadas por escravos sem o conhecimento de seus proprietários. Entretanto, as principais negociatas ilegais existentes na

⁶⁹ Na exploração diamantífera, a livre extração com pagamento do quinto foi substituída, em primeiro lugar, pela concessão privilegiada e, posteriormente, pela “*relação extração*, [...] empreendida diretamente e por conta própria pela coroa” (Prado Jr., 1979; 181). Estas restrições impunham-se, no entanto, apenas a um pequeno trecho do território da capitania, a *Demarcação Diamantina*, única área legal de exploração diamantífera. A medida de restringir, tanto a área, como a gestão da exploração, havia sido adotada justamente como instrumento para a redução da produção e, portanto, manutenção dos preços. Ao longo do rio Jequitinhonha foram estabelecidas uma série de postos e destacamentos militares para impedir que a mineração ilegal se realizasse, ficando a atividade restrita à área que circundava o arraial do Tejuco, hoje cidade de Diamantina. Nessa demarcação era proibido estabelecer-se sem autorização e não se podia sequer entrar ou sair sem a mesma. Não havia nesta área juízes e nenhum outro tipo de autoridade, estando todos os moradores do distrito subordinados à Intendência dos diamantes, cujos “poderes iam desde o confisco de todos os bens e decretação da pena de morte civil [cessação de todos os direitos do indivíduo] sem forma de processo ou recurso algum”. Ou seja, como comentou Martius, todas as condições da vida civil dos habitantes da Demarcação Diamantina ficavam “sujeitas à exploração de um bem da coroa” (Prado Jr., 1979; 182). Para realizar a exploração, a administração do distrito utilizava “escravos alugados de seus possuidores” (Prado Jr., 1979; 183), pois não dispunha de escravos próprios. Sendo que os próprios funcionários do órgão administrativo podiam, num número limitado para cada um, ceder seus próprios escravos.

mineração aurífera eram feitas por trabalhadores que, trabalhando legalmente, na condição de escravos, parceiros ou alugados, escondiam parte do ouro obtido, de seus proprietários ou contratantes, de maneira a não ter de entregar aos mesmos toda a sua produção. Em torno dessa estratégia de desvio de ouro também se estabeleceu uma rede comercial que permitia ao faiscador a vendagem do minério.

Nessa rede, cumprem papel especial a existência das vendas e o trabalho das negras quitandeiras, que comercializavam especialmente alimentos e bebidas nas lavras, perseguidas justamente por serem acusadas de realizarem o comércio ilegal, o contrabando de riquezas minerais, desfraldando não apenas proprietários de escravos, mas a própria Coroa, que tinha o quinto subtraído. Além disso, as vendas foram alvo de incessante repressão, por serem pontos de encontro de desclassificados de um modo geral, sendo do ponto de vista das autoridades, pontos privilegiados para a realização de atividades ilegais (Mello e Souza, 2004; 249-252)⁷⁰.

Assim também eram perseguidos como infratores ciganos, prostitutas, feiticeiras, desertores, quilombolas roceiros e todo um conjunto de livres e pobres que participavam, mesmo que ilegalmente, na produção e circulação colonial.

“Engendrados por processos que se achavam em permanente movimento de constituição, os desclassificados se inseriam em uma sociedade específica que o escravismo corria e que comportava uma larga faixa de gente dificilmente definível: uma camada social onde os papéis dos indivíduos eram transitórios e flutuantes, onde os homens livres e pobres entravam e saíam da desclassificação, convivendo estreitamente com escravos, com quilombolas, com artesãos modestos, com roceiros pobres, como mineradores miseráveis. Havia muitas características comuns entre eles: a cor da pele – negra, parda, vermelha, acobreada, branca às vezes –, o nascimento bastardo, a insegurança do cotidiano, o pânico permanente ante a justiça atenta e rígida, a itinerância, os concubinatos, as infrações que cometiam e que acabavam por igualá-los e colocá-los como opositores do Poder e da Ordem constituída (Mello e Souza, 2004; 293).

Vimos ressaltando, na discussão deste capítulo, como as relações de produção instauradas no processo de territorialização se subordinaram ao sentido da colonização. Nesse sentido, apontamos porque e de que maneira a mineração despontou em toda Minas Gerais e se tornou uma das principais atividades econômicas da colônia, atraindo para as minas um enorme contingente populacional que ameaçou o esvaziamento de outras partes do Império português⁷¹. Assinalamos, também, de que maneira o despontar da mineração conduziu a

⁷⁰ “Pontos de ligação entre o comércio e os quilombos, esconderijo de negros fugidos, locais alegres de batuques e amores, as vendas foram também pontos privilegiados de contrabando. (...). Mas por todo o território aurífero foram elas encaradas com desconfiança, espaço reservado a uma espécie de ‘anti-sociedade’ (...) que, através da infração e do lazer, congregava elementos avulsos” (Mello e Souza, 2004; 252).

⁷¹ “A sede insaciável do ouro estimulou a tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, que dificilmente poderá se dar conta do número das pessoas que atualmente estão lá (...) Das cidades, vilas, recôncavos e sertões do Brasil, vão brancos, pardos e pretos e muitos índios, de que os paulistas se servem. A mistura é de toda condição de pessoas: homens, mulheres, moços e velhos, pobres e ricos, nobres e plebeus, seculares e clérigos, e religiosos de diversos institutos, muitos dos quais não têm no Brasil

passagem da pecuária a atividade econômica subsidiária e os conflitos territoriais daí resultantes, especialmente na territorialização do nordeste mineiro, onde a ocupação pecuária antecipara a descoberta mineral e viabilizara inicialmente a conquista territorial e a produção de mercadorias.

Cabe ainda ressaltar as implicações decorrentes da predominância dessa atividade na conformação territorial do nordeste mineiro, já que a mineração esteve por demais marcada pela itinerância, pelo imediatismo e caráter provisório dos empreendimentos. Como também ressaltar as implicações decorrentes de sua crise, buscando discutir o caráter das outras atividades econômicas que se punham em relação com a mesma.

Tendo início com a instauração de arraiais, as freguesias e vilas do ouro não deixavam de apresentar aspectos relacionados à transitoriedade da atividade: mineiros iam e vinham em busca de novos descobertos, mudavam constantemente suas lavras, carregavam seus escravos e, embora as vilas persistissem organizadas em torno de outras atividades, sua aparência, especialmente nos primeiros tempos, ressaltava essa condição:

“Os arraiais auríferos foram, nos primeiros tempos, ‘freguesias móveis como os filhos de Israel no deserto’. O autor do diário da viagem do conde de Assumar às Minas se espanta com o aspecto de São João del Rei, que podendo ser das mais bem plantadas vilas das Minas, era, entretanto, uma das piores, “por ter quase todas as casas de palha, e umas mui separadas das outras e juntamente pelas lavras de ouro, que ficam tão perto delas, que hoje se fazem, amanhã as botam em terra para trabalhar, o que causa toda a irregularidade...’. De fato, a empresa mineira era transitória e itinerante, caracterizando-se pelo baixo teor de capital fixo e pela capacidade de deslocamento em tempo relativamente curto. (...). Os resultados imediatos desse procedimento era, por um lado, o desenraizamento constante da população (...)” (Mello e Souza, 2004; 96).

No nordeste mineiro, a dinâmica da descoberta aurífera fez com que três vilas despontassem como principais núcleos dinâmicos: Serro, Diamantina e Minas Novas⁷². Circundando-as iniciou-se um longo processo de ocupação e criação de povoados formados por mineiros em busca de novas lavras, por contato com antigas fazendas ou, ainda, pela ocupação dos sertões das freguesias já existentes com roças e criações para o abastecimento das minas e com caminhos e portos, ao longo dos rios, nos quais a circulação de mercadorias para o comércio ganhava corpo.

A *Revista do Archivo Público Mineiro* publica, em 1903, as *Memórias Históricas da Província de Minas Geraes*, documento escrito em 1847, no qual consta o registro de

convento nem casa” (Antonil, [1711] s/d; 263). A “corrida para o ouro” pode ser também observada nos comentários de Eschwege, em seu *Pluto Brasiliensis*: “Esta narrativa sumária das principais localidades tem por fim único demonstrar o papel que a busca do ouro exerceu sobre o povoamento, transformando, no curto espaço de 10 a 12 anos, os lugares mais inóspitos em animadas cidades” (1979; 32-33).

⁷² “Serro, cabeça de comarca do Serro Frio em 1720; Diamantina (antigo Tejuco, arraial pertencente à Vila do Príncipe e elevado a vila em 1831) e Minas Novas, arraial elevado a vila em 1729” (Ferreira, 1999; 69 *apud* Nunes, 2001; 24).

ocupação de alguns dos arraiais e povoados que se articularam entorno de Minas Novas, Serro e Diamantina, no nordeste mineiro.

Dando prosseguimento à ocupação e exploração das lavras auríferas do ribeirão de Hivituruí e do ribeirão do Bom Sucesso, que deram origem, respectivamente, às vilas do Serro e de Minas Novas e à exploração dos ribeirões diamantíferos próximos ao arraial do Tejuco, como o Caeté-Mirim, Santo Antônio, Inferno, e outros tributários do rio Jequitinhonha, o documento apresenta o surgimento posterior de outras povoações:

“Com o referido princípio se forão formando os posteriores arraiaes da Itaipába, do Paiol, e de Água Çuja, situados pelo rio de S. Matheus da comarca do Serro Frio” (Revista...,1903; 594).

A ocupação do entorno do rio São Matheus estaria também determinada pela descoberta de “uma quantidade notável de pedras preciosas” (Revista...,1903; 593) e, de acordo com as informações apresentadas pelo documento, teria sofrido constantemente com o ataque de gentios, tendo a população que ali havia se estabelecido, que recuar constantemente à vila de Minas Novas, o que mostra a reprodução da dinâmica da Guerra dos Bárbaros na ocupação dos sertões ainda não territorializados.

O documento apresenta, ainda, o surgimento de um conjunto de arraiais cuja formação foi determinada pela instauração de quartéis ao longo do rio Jequitinhonha. Em função da existência de conflito com populações nativas e com o papel de fiscalizar os descaminhos do ouro e dos diamantes ao longo do rio Jequitinhonha, foi instalado o 3º posto militar da Companhia dos Dragões em Alto dos Bois, um pequeno povoado no termo de Minas Novas que contava com alguns fazendeiros portugueses. Tendo como quartel central este posto militar, são criadas diversas bases militares ao longo do rio Jequitinhonha, onde os destacamentos da Companhia dos Dragões deviam atuar, protegendo a Coroa de extravios⁷³.

Os sobreditos arraiais, onde ocorre a instauração de bases militares, são, ao mesmo tempo, apresentados pelo documento como áreas de notável povoação pelo concurso de mineiros. De acordo com o mesmo, foi essa intensificação da extração aurífera no entorno das Minas Novas que contribuiu para sua elevação à condição de vila, pois tinha se tornado fundamental para a fiscalização da mineração nestas redondezas, a instalação de um aparato administrativo.

⁷³ “E 1º o de Santa Cruz, a oeste da villa [de Minas Novas], nas margens meridionaes do rio Jequitinhonha. 2º de Simão Vieira, ao nordeste, nas margens meridionaes do mesmo rio. 3º da Conceição ao noroeste, nas margens meridionaes do mesmo rio. 4º da passagem do mesmo rio, à noroeste, nas margens septentrionaes delle. 5º do Tucayó, à nordeste, nas margens meridionaes do mesmo rio Tucuyó. 6º de Itacambira a oeste. 7º de rio Pardo, a 4º de noroeste da villa, de que dista 50 léguas. 8º de Quaratuba a oeste do rio do mesmo nome. 9º do rio de Itacambirussú, nas margens meridionaes do mesmo que embaraça a extracção furtiva dos diamantes, desde o nascimento desse rio até o lugar, em que se mistura com o Jequitinhonha. 10º situado nas margens septentrionaes do referido Itucambirussú” (Revista...,1903; 595).

Na segunda metade do século XVIII os limites do termo de Minas Novas são apresentados da seguinte forma:

“Terminão ao norte as Minas Novas com a capitania da Bahia pelo rio Verde, e Cachoeirinha: e o caminho, que do rio Pardo, vai a mesma Bahia as divide, nas vertentes desse rio, pela fazenda denominada Curralinho. Ao oriente balisão com os sertões povoados de nações diferentes de gentios, ao sul balisão com as comarcas de Sabará, e de villa Rica: ao occidente com a mesma comarca de Sabará, pelo rio São Francisco, e parte do as velhas. (...). O termo destas Minas Novas chega ao Urubú, e rio de Contas, ao norte; ao da villa do Príncipe ao sul; à mata geral a leste, e ao da Barra, a oeste. Em todo elle haverão 27 mil habitantes” (Revista...,1903; 596).

O documento oferece, ainda, a descrição histórica da formação dos sete principais arraiais que compunham esse termo, no mesmo período, a qual retomamos brevemente, apenas para ressaltar-lhes os principais motores que desencadearam a ocupação.

1. Santa Cruz da Chapada: Formado a partir de buscas de ouro no rio Capivari, que partiram do arraial do Bom Sucesso. Dista 3 léguas do Fanado e conta com 2.300 habitantes que se ocupam da mineração de ouro, sendo supridos de víveres através do comércio com agricultores de outros arraiais próximos.

2. Nossa Senhora da Conceição da Água Suja: Formado em 1728, na margem oriental do rio Araçuaí. Nele um pároco estabeleceu núcleos de catequização de índios botocudos.

3. São Domingos: Instituído em 1728 no alto de um monte pouco elevado, sobre um ribeiro do mesmo nome. Seus habitantes cultivam o milho, o feijão e o arroz, além de alguma mandioca para farinha e se dedicam também à cultura do algodão. Nesse arraial existem, ainda, doze engenhos que produzem grande quantidade de açúcar e aguardente que, além de serem consumidos no próprio arraial, são exportadas para Belmonte.

4. Almas do Araçuaí: Criado em 1755, numa planície sobre a margem oriental do rio São Francisco. Produzem peixe, carne de gado e frutas, principalmente laranjas.

5. Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos: Foi instituído para receber a população de outro arraial, fundado por Januário Cardoso, que sofria com alagações. Foi a primeira povoação do sertão da margem oriental do rio das Velhas, sendo muito populosa. Nesse arraial floresceu o comércio do sal e outros produtos, especialmente em função do caminho até a Bahia que passava por aí.

6. Santo Antônio de Itacambira: O início da ocupação se deu em 1698, com uma bandeira de paulistas que passou a explorar a área, tendo sido descobertas minas em 1707. Os mineiros arrancharam-se nas margens dos ribeiros, tendo posteriormente erguido uma capela e assentado um arraial, que tinha uma população avultada até a descoberta de Minas Novas, para onde passou a maior parte de seus habitantes.

7. Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo: Tem início com a ocupação do sertão do rio homônimo em 1698, ainda que o povoamento se intensifique apenas posteriormente à formação de Minas Novas, quando se abre por esse distrito uma estrada para a Bahia, que antes corria paralela à margem do rio São Francisco.

Como se pode ver, estão presentes nas dinâmicas de formação dos povoados e arraiais, as bandeiras; a busca de ouro e outros minerais preciosos; os conflitos com nativos; a abertura de caminhos e a circulação de mercadorias que por eles se estabelece; a integração com as fazendas de criação de gado e com o surgimento e consolidação de áreas agricultáveis, cujo produto possibilitava o abastecimento das minas; além da rígida fiscalização das atividades de mineração, que faz com que garimpeiros e faiscadores busquem ribeiros e córregos ainda ocultos, para tentar fazer com que sua produção escape do pagamento do quinto.

Esse sucinto panorama da ocupação do nordeste mineiro apresenta a mineração como atividade primordial imprimindo sua tônica à dinâmica de ocupação da área. Contudo, permite entrever outras atividades que se estruturam em torno da mesma, subordinadas à condição de subsidiárias. Ainda que estas não reproduzam diretamente o sentido da colonização, devem realizar-se de modo a permitir que esse se reproduza. Igualmente à atividade pecuária, devemos agora problematizar as condições nas quais se estabeleceu a agricultura na ocupação das minas novas, no nordeste mineiro, buscando abordar as modificações sofridas por essa atividade, quando se consolida para o abastecimento das minas.

2.3 – A agricultura nas minas de ouro

Dentro da tradição historiográfica que cunhou análises sobre o sentido da colonização, a agricultura praticada com vistas ao abastecimento do mercado interno ficou conhecida como agricultura de subsistência. Caio Prado Jr. (1979) sustenta essa divisão entre grande lavoura de exportação e agricultura de subsistência argumentando que “enquanto na grande lavoura, como vimos, encontramos a exploração em larga escala, disposta em grandes unidades produtoras (fazendas, engenhos) que empregam numerosa mão-de-obra e organização coletiva do trabalho, na agricultura de subsistência, pelo contrário predominam outros tipos de estrutura agrária variáveis, aliás, como veremos” (Prado Jr., 1979; 157).

Ainda de acordo com o autor, a agricultura de subsistência tomaria lugar nos próprios domínios da grande lavoura, sendo, parte de sua estrutura (terras, escravos e outros recursos), empregada na produção dos alimentos que permitirão o abastecimento das fazendas.

“Estes são em regra autônomos no que diz respeito à subsistência alimentar daqueles que os habitam e neles trabalham. Praticam-se aí as culturas alimentares necessárias a esse fim, ou nos mesmos terrenos dedicados à cultura principal, entremeando-a (...) ou em terras à parte destinadas especialmente a elas. Parte é realizada por conta do proprietário, que emprega os mesmos escravos que tratam da lavoura principal (...) outra, por conta dos próprios escravos, aos quais se concede um dia na semana, geralmente o domingo, e até às vezes, um outro dia qualquer para tratarem de suas roças” (Prado Jr., 1979; 158).

A forma como se realiza o abastecimento na grande lavoura sustenta, portanto, o juízo de que a agricultura que não se destina à exportação é de subsistência: a produção situa-se internamente à unidade que deve consumi-la e esta, por sua vez, é auto-suficiente, não tendo de recorrer ao mercado para obter os produtos de que necessita. Embora tal modalidade de abastecimento seja bastante comum, abrangendo toda a agricultura de exportação e também a pecuária, na qual os “fábricas” se ocupam com a produção de roças, não se pode dizer que está presente entre as ocupações urbanas ou, ainda, na mineração. Em ambos os casos, a população envolvida nessas atividades tem de recorrer a outros produtores para obter os gêneros necessários à sua reprodução⁷⁴.

Ainda que na agricultura de subsistência desenvolvida na grande lavoura existam excessos ou excedentes, estes não são suficientes para prover os setores que requerem abastecimento externo. Há que se considerar também que a intensidade na qual terras e trabalhadores são disponibilizados para a produção de subsistência nas fazendas está determinada pela lucratividade obtida nos investimentos para exportação. Deste modo, uma alta nos preços dos gêneros exportáveis pode estimular sua produção de tal forma, que os produtos alimentares são abandonados ou vêem sua área de produção reduzir-se muito.

Nessas circunstâncias, há que se considerar, como fez Caio Prado Jr. (1979), que um ramo separado, de produção de gêneros alimentares, aparece na colônia. Podemos sugerir, ainda, que esse ramo se autonomiza da grande lavoura conforme há uma intensificação da presença de atividades não agrícolas na colônia⁷⁵. Esse setor, ainda que seja chamado de agricultura de subsistência deve se encarregar da produção de mercadorias para o abastecimento de um mercado interno cuja formação ocorre na mesma proporção em que se dá a ampliação da divisão do trabalho para além da produção estritamente agrícola. Ou seja, ele só pode ser pensado como subsistência quando se tem como referência o abastecimento interno da colônia, não se referindo ao autoconsumo das próprias unidades produtivas.

⁷⁴ “Sob este aspecto, as populações mineradoras se assemelham às urbanas” (Prado Jr., 1979; 162).

⁷⁵ “Forma-se assim um tipo de exploração rural diferente e separado da grande lavoura e cuja organização aliás varia” (Prado Jr., 1979; 159). “Esse tipo de agricultura de subsistência autônoma, isto é, separada dos domínios da grande lavoura [se tornou] especializada em seu ramo (...)” (Prado Jr., 1979; 162).

Nas Minas Gerais, essa agricultura, voltada inteiramente para a produção de gêneros de consumo local, desenvolveu-se de forma considerável⁷⁶, especialmente pelo fato do trabalho nas minas ocupar intensamente e de forma contínua a mão-de-obra nela empregada. De maneira que essa produção voltou-se fundamentalmente para o abastecimento dos trabalhadores não agrícolas: dos garimpeiros, mas também da população urbana, a qual a mineração estimulou o crescimento, especialmente em função do crescimento de cargos administrativos e do próprio comércio. Além disso, a proximidade da capitania de Minas com o Rio de Janeiro também fomentou o desenvolvimento desse ramo e “graças a estas perspectivas excepcionais, a agricultura mineira, embora quase exclusivamente de subsistência (...) adquire um nível bem mais elevado que o das demais regiões similares da colônia” (Prado Jr., 1979; 162).

Assim sendo, é fundamental ressaltar a importância econômica que a chamada agricultura de subsistência obteve nas minas e o caráter comercial que ela assumiu, pois, como ressaltam Guimarães e Reis (2007), no artigo *Agricultura e mineração no século XVIII*, quando se trata de discutir a economia mineira do século XVIII, a tese tradicional apresenta a mineração como “atividade (quase) exclusiva (...), pelo menos durante a primeira metade do século XVIII” (2007; 321), ganhando destaque as atividades agropastoris “pobres e inexpressivas (...) voltadas apenas para o autoconsumo”, apenas a partir da segunda metade do setecentos “sendo apresentadas como solução [provisória] para a crise da mineração, que só seria de fato superada com a implantação da cafeicultura já em fins do século XIX” (2007; 322)⁷⁷.

A crítica a essa interpretação canônica tem sido apresentada principalmente pela “revisão crítica da História de Minas, sobretudo das décadas de 1980 e 1990, [que] possibilitou uma superação daquelas teses com base em novas abordagens e questões que exigiram trabalho com um universo documental maior e variado, possibilitando a introdução de novos temas de pesquisa” (Guimarães e Reis, 2007; 322). Contudo, cabe ressaltar que a perspectiva assumida pela historiografia que tem produzido a revisão crítica das tradicionais análises das teorias da dependência e do (sub)desenvolvimento brasileiro – especialmente da

⁷⁶ De acordo com Caio Prado Jr., esse desenvolvimento foi tão intenso que criou alarde no corpo administrativo, que temiam uma competição entre essa atividade e a mineração: “Desenvolvimento tão acentuado que chegou a causar alarmes na administração metropolitana e seus delegados, que fascinados pelo metal e pelas pedras que começavam a escassear, viam nesta atividade agrícola uma das causas do declínio da mineração e dos rendimentos do sacrossanto Erário Real” (Prado Jr., 162).

⁷⁷ Este referencial explicativo baseia-se, predominantemente, na tese dualista de que a dinâmica colonial caracterizou-se por ciclos vigorosos que sucedem, entrecortados por períodos de regressão econômica, consagrada especialmente por Celso Furtado, em seu livro *Formação econômica do Brasil* (2000). De acordo com a perspectiva de Furtado (2000), nas crises, o que dá a tônica da regressão econômica é o “retorno” à economia de subsistência, descolada do mercado e destinada apenas ao autoconsumo (Furtado, 2000; 138).

que se convencionou classificar como a terceira geração da Escola dos Annales, caracterizada pela micro-história e pelas influências pós-modernas (Burke, 1990) – tem conduzido a análises fragmentárias, que perdem de vista qualquer potencial de apreensão crítica da totalidade. Se, por um lado, a Nova História proporciona novas abordagens sobre problemáticas clássicas, inclusive a partir da análise de novos corpus documentais; por outro lado, renuncia à procura do sentido do desenvolvimento histórico, abdicando da crítica da totalidade da modernização em processo.

Os primórdios dessa prática agrícola que se desenvolveu nas minas encontram-se entre as entradas bandeirantes, que em suas andanças pelo sertão, em busca de nativos para serem capturados e minerais preciosos para serem explorados, “adotaram o costume de ir estabelecendo pouso ao longo do percurso, onde plantavam mantimentos para garantir o sustento na volta das expedições” (Guimarães e Reis, 2007; 322). Essa prática persistiu durante os primórdios da extração aurífera, quando os exploradores ainda em processo de identificação das minas, construíam ranchos e plantavam roças, enquanto exploravam os depósitos superficiais descobertos. Quando, em seguida, os terrenos auríferos eram submetidos à divisão, e a exploração passava a se realizar apoiada no trabalho escravo, no uso de maior ferramentário e na exploração mais profunda e sistemática dos depósitos minerais, era a partir desses ranchos que se formavam arraiais e povoados.

Contudo, quando da intensificação das descobertas minerais, o enorme fluxo de gente para as minas “trouxe como consequência, nesse primeiro momento, crises de fome” (Guimarães e Reis, 2007; 322), uma vez que as poucas roças existentes não podiam sustentar tão intensa ocupação das minas. A partir destas crises, os autores identificam as primeiras intervenções estatais na regulação do abastecimento das minas, promovendo a concessão de sesmarias especialmente voltadas para a produção agropecuária:

“Com essas crises generalizadas, sobretudo nos anos 1697/1698 e 1700/1701, a Coroa foi levada a preocupar-se com a questão do abastecimento da região das Minas, criando uma retaguarda de produção alimentar através da concessão de sesmarias (...) e impondo ao sesmeiro a obrigatoriedade de ocupar com gados e cultivar a terra no período máximo de até três anos, já que, caso contrário, perderia a posse dela” (Guimarães e Reis, 2007; 323; grifo nosso).

Essa dinâmica de intervenção estatal através da concessão de sesmarias pode ser ilustrada pela pesquisa conduzida por Ângelo Carrara (1999), apresentada anteriormente, que oferece um arrolamento de cartas de sesmarias concedidas nas minas durante o século XVIII. Esse arrolamento permite verificar os empreendimentos econômicos que determinaram a dinâmica de ocupação territorial, uma vez que apresenta notações sobre a data de concessão das terras, sobre a localização e sobre a produção existente nas fazendas.

Abaixo, apresentamos o levantamento que permite identificar o processo de ocupação territorial do nordeste mineiro com criações de gado e roças, no período posterior ao desenvolvimento da mineração. De modo a facilitar a leitura dos diagramas, apresentamos um exemplo, oferecido pelo autor, que expõe a forma de apresentação das informações listadas⁷⁸.

1711(ano da concessão)/Antônio Furquim da Luz (nome do concessionário)
 700/500 (dimensão em braças) — # 8-9 a. (tempo de estabelecimento) — □ escravos ('fi
 que o sesmeiro diz possuir)
 rib. abaixo ao pé do Sumidouro, cortando para o Brumado até Miguel Garcia (local
 mencionada)
 /Estêvão Francisco/padre Vigário [Miguel Rebelo Alvim] (confrontações mencionadas)

Serro e arraial do Tijuco

1717-1724

1717/Lucas de Freitas de Azeredo
 3 — □ gado vacum e roças
 [/Baltasar de Lemos e Siqueira]

1717/Antônio de Moraes Navarros
 4 — □ gado vacum — fazenda São João Evangelista no rio Jequitinhonha

1717/Baltasar de Lemos e Siqueira
 4 — □ gado vacum — mata de São João, rio Jequitinhonha
 /Lucas de Freitas [de Azeredo]

1719/Manuel Pinto Chaves
 2 — □ gado vacum e cavalari — rio das Congonhas e Paraúna

1719/Antônio de Mendanha Souto Maior e Brás Esteves Leme
 4/1 — □ escravos e gado vacum — passagem do Jequitinhonha até a Caratinga

1720/Bartolomeu Marques Coutinho
 2 — □ engenho — rib. do Machado

1720/Sebastião Barbosa [do] Prado
 4 — □ gado vacum — comprada — descobriu em 1718
 sítio abaixo do Sumidouro (Tabatinga), riacho da Taboca e riacho da Onça

1724/Domingos Rodrigues Pequenino
 1 — # 1 a. — □ escravos — *afugentou negros fugidos*
 sítio Samambaia, caminho da Bahia

1727-1732

1727/Francisco Nunes de Carvalho
 1½/2 — □ curral para gados de açougue — primeiro povoador
 sítio dos Pousos Altos, até as cab. do Paraúna e matos gerais da Vila do Príncipe

1727/Gabriel Alves de Carvalho
 8½/2-¼ — □ gado vacum e cavalari — paragem do Saco e Espírito Santo, em Curimataí
 /riacho dos Porcos/Antônio da Costa Cardoso/riacho do Boi

1727/Baltasar Gomes Larcão
 2/4 — # 2 a. — /Jequitinhonha/barra do Ingaí

1730/Félix de Oliveira Costa
 1 — □ gado vacum e cavalari e roça — caminho do Milho Verde ao Serro
 /José Pereira da Silva

1730/Francisco Alves da Rocha
 1 — # 17 a. — comprada a João Monteiro de Azevedo
 sítio das Congonhas, caminho do Serro Frio

1730/João de Almeida Teles

⁷⁸ Os diagramas de arrolamento apresentados encontram-se em Carrara (1999; 54-56; grifos do autor).

1 — Serro Frio, *fazenda com bois, vacas, carros e ranchos donde se recolhem os passageiros para estas partes vão* — do primeiro morro na saída do arraial do Tijuco para a fazenda suplicante onde ficam umas lavras velhas para Bicas, onde mora

1730/Manuel de Amorim Pereira

1 — rio do Peixe, caminho dos arraiais do Milho Verde ao do Itambé

1730/Manuel Ribeiro Marques

caminho do Serro Frio, da parte das Duas Barras, pelo Araçuaí

1730/Tomás Teixeira Branco

4 — □ 400 reses e C — # 14 a. — *descobriu um ... com capoeiras de criar gados vacum e c para o Serro Frio, onde chamam Mandassaia da Cabeça do Tigre, lugar oculto e quilom calhambolas, por ser deserto*

/barra do rib. da Areia

1732/Domingos Geraldo Peixoto

1½ — □ gado vacum — # 10 a. — sítio Ambuzeiro (Serro), riacho das Barreiras até o Pa com o riacho do Meio até o brejo onde planta suas lavouras//cor. João da Cunha

1736/Paulo Pereira da Silva

¼ — comprada — posse em São Gonçalo do Tijuco com casas e capela

/Antônio Gomes Pereira para o cruzeiro/Arraial do Fogo/Simão Gonçalves/Antônio da Silva Cachoeira

1739/Manuel Pinheiro Diniz

3 — □ escravos, gado vacum e cavalos — fazenda Serra de Titiaçu

/capoeiras do rio Manso/rio São João

Termo de Minas Novas

1728/Manuel Fernandes Bernardo de Araújo Galvão

no riacho de Nossa Senhora do Bom Sucesso; é apenas confirmação da sesmaria concedida Guarda mor das minas do rio de Contas; terras descobertas pelo cap. Pedro Duarte Pe Bernardo Pinheiro Ribeiro — /cap. Bernardo Araújo Galvão, no rio das Contas

1728/João Dias, Domingos Dias de Almeida, Salvador Martins, José de Faria Pereira, Antônio Souza Ferreira*

3 — entre os rios Jacutinhonha (sic) e Araçuaí ... fazendo pião o princípio do rumo onde faz e meio os ditos rios acima para o sertão, até se inteirar

1729/Manuel Lopes Chagas

4 — sítio de gado — no caminho das Minas Novas; Curralinho

/rib. Duas Barras > distritos de Olhos d'Água e Terra Branca, mun. De Bocaiúva

1730/Antônio Moreira Leitão

3 — □ gado vacum e cavalos — # 5-6 a. — vargem do Bom Sucesso, riacho Fundo, margem rio Jequitinhonha

1734/Amador das Neves *

3 — no distrito das Minas Novas do Araçuaí, partindo pelo sul com o rio Araçuaí e pelo norte o rio Itamarandiba, pelo leste onde acaba a chapada da dita fazenda, para o oeste onde faz o dito Itamarandiba com o mesmo Araçuaí

1734/Amador das Neves *

3 — no distrito de Minas Novas, o sítio em que tem engenho de pilões

/pelo sul, rio Itamarandiba/pelo norte, rib. dos Pires/pelo leste, estrada para o sítio de Fra Antunes/pelo oeste, barra do córrego dos Olhos d'Água

1735/João da Costa Leal*

3 léguas a cada um — nas Minas Novas

/pelo nordeste e norte, rio Itamarandiba até a barra do riacho Socavão/pelo oeste, cap. Amador das Neves/pelo sueste e sul, ribeirão Tijuco

Como se pode notar, entre as sesmarias listadas por Carrara (1999), concedidas no nordeste mineiro próximas às zonas de mineração de Minas Novas, do Serro e do Tijuco, a presença de produção agropecuária é uma constante. Nos inventários nos quais consta a identificação das “fábricas” presentes na fazenda, aparecem com frequência criações de gado, vacum e cavalos, produção em roças e em engenhos.

De acordo com o argumento apresentado por Guimarães e Reis (2007), na medida em que o interesse da Coroa consistia na manutenção lucrativa da exploração aurífera, ela não poderia negligenciar as outras atividades necessárias à sua reprodução.

“É nesse contexto que a agricultura deve ser vista integrando os mecanismos necessários ao processo de colonização (...), uma vez que voltada para o consumo interno, era um meio de garantir a reprodução da estrutura social, além de permitir a redução dos custos com a manutenção da força de trabalho escrava” (Guimarães e Reis, 2007; 323).

Os inventários apresentados por Carrara (1999) também permitem questionar o padrão de organização predominante na agricultura de subsistência. De acordo com o argumento de Caio Prado Jr. (1979), a forma de organização da produção agrícola de subsistência é a “insignificante roça, chácara ou sítio, onde não há escravo ou assalariados e onde o proprietário ou o simples ocupante da terra é ao mesmo tempo o trabalhador”⁷⁹. Ainda segundo o autor, “a grande propriedade, aproximando-se neste caso, nos seus caracteres exteriores, da grande lavoura” pode até existir, mas de forma muito “menos freqüente” (Prado Jr., 1979; 159).

Entre os inventários arrolados por Carrara (1999), nas proximidades do Serro, do Tijuco e de Minas Novas, é possível identificar certo grau de capitalização entre os produtores. Só o fato de serem sesmeiros e de aparecerem identificados com títulos já indica a posse de cabedal entre alguns dos produtores listados. Aparecem identificados como capitães o extremante do sesmeiro Manuel Fernandes Bernardo de Araújo Galvão, o cap. Bernardo Araújo Galvão e o sesmeiro cap. Amador das Neves, no arrolamento de Minas Novas; e como coronel, o extremante do sesmeiro Domingos Geraldo Peixoto, o cor. João da Cunha, no arrolamento do Serro. Além disso, entre as “fábricas” declaradas nalgumas fazendas, pode se observar a existência de escravos, o que confirma essa capitalização entre alguns dos produtores agropecuários, sugerindo produção numa escala que não deveria estar voltada apenas para o autoconsumo, nem pode ser apresentada como “de subsistência, pobre e inexpressiva”; além de colocar em questão a predominância do padrão familiar entre os envolvidos nessa atividade⁸⁰.

Certamente não pretendemos ofuscar o fato de que a agricultura familiar praticada por roceiros, tanto posseiros, como agregados nas sesmarias, esteve presente no setor de produção de subsistência, contribuindo inclusive com o abastecimento das vilas e da mineração.

⁷⁹ “É preciso distinguir entre estes dois casos do proprietário e do mero ocupante, pois este último ocorre freqüentemente sob a forma do agregado dos grandes domínios” (Prado Jr., 1979; 159).

⁸⁰ “Desde os primeiros anos do século XVIII, já existia nas Minas uma economia diversificada, configurando um amplo mercado interno. A análise documental, sobretudo das cartas de sesmarias, (...) comprovam a existência de uma atividade rural que, de modo algum, pode ser vista como insignificante” (Guimarães e Reis, 2007; 325).

Entretanto, ressaltar a presença do grande empreendimento capitalizado permite explicitar que a reprodução da população livre e pobre, longe de ter sido autônoma, esteve sempre marcada pela tensão com os grandes domínios e o poder local de seus possuidores. Apresentar a formação da grande fazenda agropecuária, por entre a atividade mineradora, permite ir delineando as possibilidades de reprodução para a população cujo trabalho não estava mobilizado pela escravidão, além de identificar por meio de quais mecanismos foi possível forçar o trabalho livre. Assim, cabe ressaltar que a posse existiu apenas nas áreas onde os grandes domínios não vieram a se estabelecer e que a condição de agregado, especialmente comum no termo de Minas Novas (Moura, 1988), implicou sempre em alguma forma de subordinação ao sesmeiro, como o pagamento de foros, a execução de trabalhos, o monopólio sobre a comercialização da produção, entre outros⁸¹.

De acordo com a análise realizada por Guimarães e Reis, não é apenas o estímulo oferecido pela Coroa com a concessão de sesmarias que dissemina a produção agrícola de subsistência nas Minas, mas o próprio fato de ter se tornado uma opção lucrativa de investimento, em função do amplo mercado que se formava⁸².

“Tinha-se formado um mercado consumidor que demandava os mais variados produtos (...). Assim, nem todos aqueles que para as Minas se dirigiram tiveram condições ou interesse direto na mineração. Muitos dos que nela se instalaram dedicaram-se a outras atividades econômicas tão ou mais lucrativas e que, ao mesmo tempo, eram essenciais para a manutenção da atividade nuclear. Paralelamente à mineração, além da agricultura, a pecuária representou um forte setor (...). Da mesma forma, as atividades manufatureiras contribuíram para diversificar o mercado mineiro. Vale dizer, contudo, que a estrutura manufatureira encontrava-se em grande parte ligada à agropecuária, com a produção de gêneros, tais como tabaco, doces, queijos, tecidos de algodão e produtos de couro. O destaque cabe à agromanufatura

⁸¹ Sugerimos a retomada de alguns argumentos de Margarida Maria Moura, apresentados em seu livro *Os desertados da terra. A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais* (1988), de modo a problematizar nossas opções metodológicas. Embora a pesquisa realizada pela autora se refira aos processos de expropriação no Vale do Jequitinhonha que tomaram corpo especialmente a partir dos anos de 1960, debate que será abordado na Seção II dessa dissertação, podemos antecipar as justificativas metodológicas de sua opção etnográfica: “Orientar a análise de modo a etnografar as questões pelo lado do agregado, do sitiante e do posseiro significa admitir que a fazenda será sempre a face complementar, o pólo oposto que perpetua sua dominação através de relações com distintas frações camponesas” (Moura, 1988; 7). Partindo desta premissa, a pesquisa realizada pela autora pretende retratar os conflitos de invasão e expropriação territorial na perspectiva dos camponeses, ainda que necessariamente a fazenda apareça, sendo seu papel explicitado por ser o principal agente da expropriação. Não obstante, conforme a problemática apresentada na introdução desta Seção, quando se trata de apresentar a instauração do modo de vida camponês, a autonomia aparece como elemento fundamental na caracterização. Nessas circunstâncias, acreditamos ser necessário orientar a análise de modo a ressaltar as imposições determinadas pela fazenda durante todo o processo de constituição do chamado campesinato, explicitando os mecanismos através dos quais esses trabalhadores são submetidos. Portanto, na perspectiva aqui adotada, não é a autonomia o elemento central na definição das mediações experimentadas por esses roceiros pobres, mas antes a dominação da fazenda. Qualificar essa dominação é objeto do último capítulo desta Seção.

⁸² “Visando abastecer as regiões mineradoras, a agropecuária desenvolveu-se simultaneamente com a economia mineradora (Guimarães, 1981). A produção econômica geral, portanto, tinha um caráter misto (Furtado, 1996), destacando-se, além da mineração, a agricultura, a pecuária e o comércio. Meneses (2000) observou que a agricultura de abastecimento alimentar era “[tanto] uma forma de acesso à riqueza, [como] uma resposta de sobrevivência das populações crescentes da área mineradora” (Nunes, 2001; 27).

açucareira, sobretudo no tocante aos engenhos de aguardente” (Guimarães e Reis, 2007; 324).

Conseqüentemente, a atividade comercial se desenvolveu intensamente nas minas, sendo, os comerciantes, abastecidos tanto por produtos produzidos nas imediações, como por produtos importados de capitanias vizinhas, que eram vendidos “por comerciantes ligados às casas comerciais do Rio de Janeiro e da Bahia, que ofereciam todos os tipos de gênero, sobretudo artigos de luxo para a população abastada das Minas (fazendas, secos e molhados)” (Guimarães e Reis, 2007; 325).

De acordo com o argumento de Guimarães e Reis (2007), o comércio de abastecimento das minas se tornou uma atividade privilegiada para o enriquecimento, tendo atraído muitos capitais e proporcionado a acumulação de fortunas. A alta lucratividade alcançada na atividade derivava justamente do monopólio que comerciantes exerceram sobre determinados produtos, forçando a subida dos preços até o limite máximo da realização da acumulação. Em função dessa situação, as autoridades coloniais promoveram um série de intervenções de modo a regular e fixar os preços dos produtos básicos, prevenindo, desta forma, o excessivo encarecimento da reprodução do escravo. Se a alta dos preços no comércio, alcançada em regime de monopólio, possibilitou a lucratividade dos capitais investidos nessa atividade, por outro lado, ela foi responsável pelo aprofundamento da pobreza entre a população livre, cujas possibilidades de sobrevivência, especialmente no meio urbano, ficavam dificultadas.

Os principais centros comerciais se estabeleceram nas vilas, constituindo as chamadas praças mercantis que concentravam os estabelecimentos comerciais e os mercadores. As praças mercantis contavam ainda com estabelecimentos usurários, empreendimento que alcançou importância nas minas, na medida em que disponibilizavam crédito não apenas para o consumo, mas também para investimentos, que propiciavam a dinamização do setor agropecuário, como ressalta Sheila de Castro Faria (1998; 189-192 *apud* Guimarães e Reis, 2007; 327).

Esse ritmo intenso de comercialização de mercadorias pressupunha a existência de caminhos por onde os possuidores das mesmas pudessem circular. O mais antigo destes caminhos, identificado como “Currais do Sertão” (2007; 325) ou como “Caminho Geral do Sertão” (Resende, 2007; Moraes, 2007 e Renger, 2007), vinha da Bahia acompanhando o percurso do rio São Francisco e foi alvo de uma série de interditos por parte das autoridades coloniais, em função das picadas que nele se abriam para desviar a comercialização de escravos, minérios e outras mercadorias da cobrança de impostos. Existiam ainda o “Caminho

Velho” ou “Caminho Paulista”, que ligava São Vicente a Minas e o “Caminho Novo”, inaugurado por último, que ligava o porto do Rio de Janeiro à capitania.

“Circulavam por essas vias comerciantes que transportavam e vendiam suas mercadorias nas vilas, nos arraiais e nas feiras sem localização fixa. Esses comerciantes ‘volantes’ eram abastecidos pelos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, pelos produtores rurais e pelos artesãos de Minas e eram representados por tropeiros, comboieiros, boiadeiros, atravessadores, mascates e negras de tabuleiro” (Guimarães e Reis, 2007; 326).

Além de servir como vias de abastecimento, há que se considerar a importância que a doação de sesmarias com vistas à produção agropastoril assumiu ao longo dos caminhos, de maneira que tais fazendas pudessem, não apenas abastecer os centros urbanos, mas também pudessem “fornecer mantimentos básicos para viajantes, condutores e animais de tropas que se dirigiam para as Minas (...)” (Guimarães e Reis, 2007; 325).

Há que se ressaltar ainda, no nordeste mineiro, a importância assumida pela circulação fluvial de mercadorias, especialmente no rio Jequitinhonha e Araçuaí. De acordo com Patrícia Guerrero (2000), na dissertação de mestrado *Canoa não é força, é opinião. O Vale do Jequitinhonha contado e cantado por canoeiros*, o transporte de mercadorias realizados pelos canoeiros ao longo dos rios Jequitinhonha e Araçuaí cumpriu um importante papel de integração econômica do nordeste mineiro com outras partes da capitania de Minas Gerais, além de permitir o comércio com a Bahia, uma vez que o Jequitinhonha deságua em Belmonte⁸³.

O estudo de Guerrero faz referência, ainda que brevemente, a uma rede de distribuição de mercadorias estruturada em torno da navegação. Essa rede incluía não apenas canoeiros, mas donos de canoas, para os quais os primeiros trabalhavam por empreita, em regime de diária ou pagando aluguel pela utilização das embarcações, o que indica que, de modo geral, os empregados nas atividades de transporte e comercialização eram livres. Os canoeiros podiam, ainda, atuar como mascates, comercializando cargas de sua propriedade. Além dos agentes envolvidos propriamente no transporte das mercadorias, participavam desta rede donos de armazéns, tanto fornecedores, como compradores e produtores, que poderiam distribuir diretamente para os canoeiros revendedores (Guerrero, 2000; 70-75). Em função da circulação de mercadorias nos rios e de seus portos ancoradouros, desenvolveram-se também inúmeras povoações, que funcionaram como entreposto comercial entre áreas de compra e venda de mercadorias. Como afirma Guerrero, esses “núcleos urbanos, por se constituírem em

⁸³ Referências à essa dinâmica podem ser encontradas também na literatura, como o exemplo apresentado por Guerrero: “Dizia-se que o Calhau entrava numa nova era de navegação igual à daqueles belos tempos, em que o rio Jequitinhonha, povoado de canoas, indo e vindo, levando produtos da terra e trazendo o que faltava à região, lembrava imenso carreiro de formigas (Barreto, 1946; 12-13)” (Guerrero, 2000; 97).

escoadouras da produção agrícola e artesanal (...), assumiram uma função crucial nas articulações regionais e inter-regionais” (Guerrero, 2000; 97).

Outra vez ressaltamos a importância econômica que a chamada agricultura de subsistência obteve nas minas e o caráter mercantil que ela assumiu, além de observarmos a forma como essa atividade contribuiu para o florescimento do comércio e do transporte de mercadorias, na medida em que ajuda a explicitar a preponderância, que vinha então se estabelecendo, da mediação do mercado na satisfação de necessidades, apontada, sobretudo, pela formação e diversificação de um mercado interno e pela ampliação da divisão do trabalho para além das atividades estritamente agrícolas⁸⁴.

Contudo, não encaramos essa diversificação, tanto do mercado interno, como da divisão do trabalho, apologeticamente, como sinal de desenvolvimento e acumulação interna, à revelia da espoliação metropolitana. Antes, ela serve para constatar a abrangência das relações instauradas pelo processo de modernização, que não ficaram restritas às atividades destinadas à exportação, mas dimensionaram também as atividades subsidiárias, determinando as alternativas de reprodução não apenas dos trabalhadores explicitamente mobilizados na condição de escravos, mas também de homens livres, submetidos pela pobreza e pela violência monopolizada, ao lado da terra, pelos capitais-poderes, que a tinham como mecanismo fundamental de forçar trabalho.

Portanto, aparece a agricultura, tal qual a pecuária, como atividade subsidiária apenas na medida em que a própria colônia também exerce um papel “subsidiário” com relação à metrópole. Mesmo que exista acumulação interna de capital, não é ela a propulsora da dinâmica colonial. Contudo, o caráter mercantil dessa agricultura de subsistência permite assinalar como o processo de modernização foi responsável por incluir as próprias atividades subsidiárias, como parte da divisão do trabalho organizada com a mediação das mercadorias de modo a sustentar o sentido da colonização⁸⁵.

“Grande parte do que se chama teoria da Dependência assume como ponto de partida a tese de que a característica dessas economias coloniais eram os enclaves de lavoura e garimpo, de poucas ligações e nenhuma repercussão positiva para o desenvolvimento interno das regiões adjacentes (...). Na historiografia brasileira, as agriculturas de exportação e de subsistência, assim como suas formas paralelas de

⁸⁴ Erivaldo Neves, quando se refere às transformações internas à área que compreendia a sesmária do Alto Sertão, também faz referência à importância dessa produção na dinâmica de formação do mercado interno, como vimos ressaltando: “Também não se caracterizavam [as pequenas policulturas sertanejas] como produção de subsistência, pois não se limitavam ao consumo dos próprios produtores. O comércio local e regional de seus produtos formou internamente um sistema de trocas que superava, em muito, o nível do escambo e autoconsumo, desenvolvendo o mercado colonial” (Neves, 1998; 172).

⁸⁵ “Há, entretanto, quem conceitue como subsistência toda produção brasileira destinada ao consumo interno, considerando que a colônia fora estruturada para abastecer o comércio metropolitano. Teoria válida talvez para o início da colonização, mas inaplicável para o período subsequente, quando o processo de ocupação estendeu-se aos interiores distantes do centro dinâmico da economia açucareira” (Neves, 1998; 173).

lavoura escravocrata e família de roceiros, são vistas como dicotomias – metáforas de escravidão e liberdade, dependência e autonomia, feudalismo e capitalismo. (...). Nesse capítulo afirmo que, historicamente, no Brasil a produção de roceiros e escravos, ou, com maior exatidão, a agricultura de subsistência e a de exportação estiveram intimamente ligadas numa relação complexa, multidimensional e em mutação histórica. Eram, de fato, duas faces da mesma moeda” (Schwartz, 2001; 118-119).

3 – As transformações das relações sociais de produção no nordeste mineiro provocadas pela crise da mineração e pelo fim da dinâmica colonial de exploração: a consolidação do modo de vida tido como camponês

Crise da mineração no termo de Minas Novas e o “surto algodoeiro”: regressão econômica ou autonomização da agricultura; trabalho escravo e trabalho livre na crise do antigo sistema colonial; breve apresentação da estruturação territorial do termo de Minas Novas; discussão sobre as condições particulares de acumulação de capital no nordeste mineiro no período tradicionalmente interpretado como de regressão econômica e de predominância do modo de vida camponês; a agregação e as pequenas posses na dinâmica de expansão da fazenda agropecuária; o coronelismo e a não-autonomização entre política e economia como mecanismo de forçar trabalho.

“Ah, a vida vera é outra, do cidadão do sertão. Política! Tudo política, e potentes chefias. A pena, que aqui já é terra avinda concorde, roncice de paz, e sou homem particular. Mas, adiante, por aí arriba, ainda fazendeiro graúdo se reina mandador – todos donos de agregados valentes, turmas de cabras do trabuco e na carabina escopetada! (...) Nisso que na extrema de cada fazenda some e surge um camarada, se sentinela, que sobraça o pau-de-fogo e vigia feito onça que come carcaça. Ei. Mesma coisa no barranco do rio, e se descer esse São Francisco, que aprova, cada lugar é só de um grande senhor, com sua família geral, seus jagunços mil, ordeiros” (Rosa, João Guimarães, 1976; 87-88).

3.1 – A crise da mineração no termo de Minas Novas e a relação entre escravismo e trabalho livre na crise do antigo sistema colonial

Na América Portuguesa, o escravismo cumpriu a tarefa fundamental de mobilizar trabalho de maneira rápida e plástica, fornecendo contingentes segundo o ritmo imposto pelo investimento do capital mercantil colonial, cujo sentido externo da acumulação já foi por demais ressaltado. Além disso, era condizente com o propósito do sistema, de ampliação dos lucros, na medida em que permitia a super-exploração do trabalho. Contudo, o que convém destacar como a principal mola propulsora do emprego de escravos africanos na produção colonial é seu sistema de comercialização, na medida em que o tráfico negreiro se constituiu como um dos ramos mais rentáveis do comércio triangular realizado por Portugal com suas colônias. Como ressalta Fernando Novais, “a acumulação gerada no comércio de africanos (...) fluía para a metrópole, realizavam-na os mercadores metropolitanos, engajados no abastecimento dessa ‘mercadoria’” (1979; 105). Justificadas com isso a “opção” pelo emprego do escravo africano, fica ainda por ressaltar que tal dinâmica, que se baseou em “uma fonte externa de suprimento de trabalho” (Franco, 1976; 14), criou implicações particulares para o processo de imposição do trabalho na colônia.

Essas implicações relacionam-se também com o fato de, sendo o cativo um mobilizado forçado, num processo em que a violência extra-econômica ocupou lugar fundamental, as condições para a imposição do trabalho livre – que vinham sendo criadas na Inglaterra, no processo de acumulação primitiva, no qual o cativo da terra cumpria o papel de tornar o trabalhador livre de qualquer outra alternativa de reprodução que não a venda de sua força de trabalho, ou seja, disponível para a valorização do capital (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV e Gaudemar, 1977) – haviam de tardar para serem estabelecidas, haja visto a disponibilidade de terras passíveis de serem ocupadas na colônia.

Ainda que assinalemos a importância determinante do sistema colonial no processo de acumulação primitiva das nações que vinham estabelecendo sua hegemonia na Europa, uma vez que o nascimento do trabalho livre nesses países dependeu da acumulação fundada no trabalho cativo nas colônias, o emprego do trabalho escravo acabou por criar condições *sui generis* de inserção dos homens livres (e pobres) na sociedade colonial.

De acordo com o argumento de Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata* (1976), essas condições determinaram que os homens livres e expropriados não fossem integrados na produção mercantil⁸⁶ (Franco, 1976; 14), uma vez que essa estava completamente atrelada ao sistema de fornecimento de trabalho proporcionado pelo tráfico negreiro. Como vimos, de fato, uma das características da grande unidade de exploração na colônia, além de ter sua produção destinada à exportação, foi utilizar trabalho escravo. Entretanto, esses homens livres e pobres que não foram apenas desclassificados do ouro, mas de toda uma ordem escravocrata, acabaram por encontrar espaço em atividades subsidiárias à grande produção de exportação, que depois se autonomizaram, constituindo elas próprias novos setores da produção de mercadorias. Assim sendo, de modo a problematizar tais condições de (não) integração dessa camada desclassificada, foi fundamental em nosso percurso argumentativo destacar a importância que as atividades subsidiárias possuíram na reprodução do sistema colonial, sendo a outra face da mesma moeda.

Acreditamos que qualificar as mediações que submetiam o pobre livre ao trabalho, ainda que perifericamente no que se refere aos desígnios do sistema colonial, ao contrário de servir para assinalar apologeticamente a pujança de um mercado interno e o vigor da diversificação econômica já na colônia (que de fato não existiu), pode contribuir na identificação das condições que permitiram a imposição do trabalho com o fim da escravidão, uma vez que, diferentemente da Inglaterra, como já vimos na Introdução dessa Seção, a

⁸⁶ “Formou-se, antes, uma “ralé” que cresceu e vagou ao longo de quatro séculos: homens a rigor dispensáveis, desvinculados dos processos essenciais à sociedade. A agricultura mercantil baseada na escravidão simultaneamente abria espaço para sua existência e os deixava sem razão de ser” (Franco, 1976; 14).

instauração do trabalho livre no Brasil – que aí constituía um Reinado independente de Portugal, às vésperas da proclamação da República – não coincidiu com a generalização do trabalho assalariado, tendo esse constituído um problema teórico cuja importância nos debates sobre a formação do Brasil foi assinalada por Martins (2004). Assim, mesmo que estivessem presentes, no incipiente mercado interno, mercadorias produzidas por homens livres e expropriados, o que explicita o fato de ter existido, já na colônia, condições, ainda que periféricas, de subordinação do trabalho livre; há que se ressaltar que uma das consequências de uma economia voltada para a exportação e edificada sobre o emprego do trabalho escravo (para além da dificuldade de acumulação interna e de complexificação da divisão social do trabalho) foi a impossibilidade da consolidação de um mercado de trabalho livre na colônia, fato por demais conhecido.

Por conseguinte, a organização social do trabalho que prevaleceu na colônia foi completamente distinta daquela da metrópole, cujo processo de acumulação (primitiva) a primeira foi responsável por alimentar: o escravismo dificultou o surgimento de um mercado de trabalho livre na colônia, mas proporcionou, por sua vez, uma acumulação que participou no desencadeamento da mobilização do trabalho na Inglaterra e a própria Revolução Industrial.

No início distintas, há que se ressaltar que com o desenvolvimento do capitalismo ingleses ordens viriam a se tornar contraditórias: o exclusivo colonial, sustentáculo da acumulação mercantil, se opôs à dinâmica concorrencial que a industrialização estava gestando. Essa contradição se acirrou, portanto, quando a “supremacia comercial” passou a ser superada pela “supremacia industrial” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 288), no processo de modernização:

“Porém, se existe unidade entre desenvolvimento do capitalismo e economia colonial, se a economia colonial representara um estímulo fundamental ao capitalismo no ‘período manufatureiro’, o movimento leva à Revolução Industrial, ao nascimento do modo especificamente capitalista de produção. A acumulação, doravante, poderá ‘andar sobre seus próprios pés’, deixará de necessitar de apoios externos com o surgimento de forças produtivas capitalistas” (Mello, 1987; 44).

De acordo com o argumento de João Manuel Cardoso de Mello, em seu livro *O capitalismo tardio* (1987), o processo responsável por promover a passagem ao “capitalismo industrial”, promoveu e estimulou a liquidação da economia colonial⁸⁷. Essa liquidação será resultante, de acordo com o autor, de quatro pontos fundamentais, nos quais a contradição entre capitalismo industrial e produção colonial se acirrará. O primeiro trata da produção

⁸⁷ “O que era solidariedade se transforma em oposição, o que era estímulo se converte em grilhão” (Mello, 1987; 44).

colonial, que deve passar de produtos agrícolas coloniais para matérias-primas produzidas em massa para as nascentes indústrias. O segundo se refere à uma contradição entre o capitalismo industrial e as formas de trabalho compulsório, na medida em que as mercadorias industriais tem de conquistar novos mercados consumidores e, nesse sentido, exige a formação de um mercado de trabalho livre. O terceiro ponto que sustenta o argumento do autor trata da contradição estabelecida pelo desenvolvimento do capitalismo com o monopólio sobre os mercados coloniais, que tem de ser removidos de modo a eliminar o lucro comercial monopolista e transformá-lo apenas numa face do capital industrial. Por fim, o último ponto de contradição se refere ao exclusivo metropolitano, cuja liquidação seria necessária para garantir uma produção livre de restrições e de preços fixados em regime de monopólio. Em suma, a colônia tem que passar à condição de produtora de matérias primas e consumidora de produtos industrializados, numa dinâmica de concorrência aberta.

A discussão de todo o processo histórico que permite essa transformação está fora do escopo deste trabalho e pode ser encontrada em obras clássicas da historiografia brasileira, em especial no livro *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*, de Fernando Novais. Entretanto, somente a título de referência, cabe ressaltar que o longo processo de liquidação do antigo sistema colonial é resultado da intervenção direta da Inglaterra que procurou acabar com o exclusivo colonial, na tentativa de formar novos mercados; além de procurar acabar com o tráfico africano, buscando promover a substituição dos escravos por trabalhadores livres que pudessem se transformar em consumidores das manufaturas inglesas⁸⁸.

Contudo, se o fim do emprego de escravos nos processos produtivos não indicou para a generalização do trabalho assalariado, cabe problematizar as condições nas quais o capital pôde se acumular com a crise do antigo sistema colonial e a partir dela, buscando compreender especialmente as transformações decorrentes na organização social do trabalho. Para efeito da discussão aqui desenvolvida, importa antes problematizar essas mudanças nas particularidades que assumiram na economia mineira em declínio e, em especial, no processo de territorialização do capital no nordeste mineiro.

⁸⁸ Para o desenrolar deste processo será fundamental a intervenção direta da Inglaterra na relação de Portugal com suas colônias, especialmente a partir de 1776, quando a Guerra de Independência que formará os Estados Unidos vai privar a Inglaterra de uma de suas mais importantes colônias, fazendo que este país se volte para a conquista de novos mercados. Essa intervenção foi realizada sobretudo a partir da vinda da Corte para a colônia, numa fuga à Guerra movida por Napoleão na Europa no início do século XIX, em função da qual a Inglaterra se viu privada de muitos mercados; passou, também, pela Abertura dos Portos, em 1808, com a queda do exclusivo metropolitano, pelos acordos realizados entre Portugal e Inglaterra durante as primeiras décadas do século XIX que trataram de minar o tráfico escravista e, por fim, pelo fortalecimento das instituições da colônia, que culminará com a independência do Brasil, em 1822. A escravidão, por sua vez, apesar de proibido o tráfico, que foi sua principal mola propulsora, somente terá fim em 1888.

Tem presença marcante nos debates sobre a mineração colonial a dificuldade em se precisar a produção aurífera de Minas Gerais. De acordo com o historiador Paula (2007), pode-se recorrer a várias fontes, mas estas apresentam informações entrecortadas, sobre períodos restritos e, além de tudo, imprecisas. Uma fonte acreditada, da perspectiva do autor, é o livro de Virgílio Noya Pinto, de 1979, que, de modo a lidar com tais limitações, tratou de estabelecer uma metodologia de cálculo levando em consideração fontes diversas, além de outros parâmetros, como a produção média de ouro por escravos, o número de escravos empregados e as rendas dos “quintos”.

Partindo dessa estimativa de dados, Noya Pinto constrói um perfil da evolução da produção aurífera de Minas Gerais no século XVIII, no qual constam três etapas: “a primeira de 1700 a 1735, marcada pela descoberta, consolidação e crescimento da produção até a introdução da sistemática da capitação; a segunda etapa, que é de auge da produção, marcada pela vigência da capitação, mas que também é o momento do incremento da produção de Goiás e Mato Grosso, que vai de 1735 até 1755, já no período pombalino, com o quinto restabelecido; finalmente a terceira etapa, iniciada em 1755, será marcada por queda irreversível da produção, sistematicamente, a partir daí” (Paula, 2007; 295). De acordo com Paula (2007), tal periodização seria problemática por expressar as quantidades arrecadadas pela Coroa e não as quantidades de ouro realmente produzidas, de modo que os aumentos ou reduções nas quantidades extraídas de ouro revelam antes dificuldades ou facilidades na arrecadação tributária, além de mudanças na sistemática de cobrança, do que aumentos ou reduções reais na produção.

Ainda assim, mesmo partindo para o auxílio de outros indicadores (2007; 295-296), o historiador aceita a estimativa da década de 1760 “como início de irreversível e forte declínio da produção aurífera” (Paula, 2007; 296). Para Caio Prado Jr. (1979), a principal causa desse declínio esteve relacionada ao fato da exploração mineral nunca ter ultrapassado um nível tecnológico que a permitisse ir além da extração superficial.

“(...) os vieiros se aprofundavam cada vez mais na terra. A falta de recursos técnicos e materiais foi por isso, à medida que prosseguiram as escavações, tornando difícil, até afinal impossível, a exploração destas camadas que se aprofundavam no solo. (...) É unicamente devido à larga área em que se disseminava o ouro brasileiro que foi possível mantê-la, e a princípio com grande sucesso graças ao teor elevado dos aluviões superficiais. E assim, passando sucessivamente de um para outro lugar, e embora arranhando apenas a superfície do solo, houve em que se ocupar durante tão largo período” (Prado Jr., 1979; 171).

O nível técnico atingido pela empresa, tanto no que se refere aos instrumentos de trabalho, quanto às técnicas utilizadas, limitavam-se, especialmente, em função do parco reinvestimento dos lucros da empresa no próprio negócio. Em grande medida, essa dinâmica

esteve determinada pelo sentido externo da acumulação. Frente à toda a riqueza “drenada para fora do país [da colônia]”, “os recursos necessários para restaurar a mineração nas novas bases que a situação impunha se tinham volatilizado” (Prado Jr., 1979; 171). Observe-se ainda que, do ponto de vista de cada capital individual, a reposição das condições para a continuidade da empresa poderia reduzir os lucros imediatos da exploração mineral. Interessava, antes, como estratégia para aumentar a produtividade, migrar para novas minas ainda ricas ao invés de fazer investimentos para uma reestruturação técnica. O limite do mecanismo de reprodução adotado é o escasseamento das novas descobertas.

A constante passagem às minas mais novas e ricas, não acabou, contudo, com a exploração das minas antigas: o acesso às novas descobertas era privilégio dos capitais que, na disputa pelas novas áreas, conseguiam territorializar-se. O declínio da exploração comercial em larga escala voltada à exportação nas minas decadentes abria espaço para que a exploração das mesmas passasse a ser realizada por capitais pouco competitivos ou, ainda, por faiscadores e garimpeiros. Nas minas decadentes territorializou-se uma exploração conduzida por homens livres e pobres, negros forros, ou mesmo escravos que passaram a trabalhar em regime de parceria, a terça ou a quarta com seus proprietários pouco capitalizados. Com isso, queremos ressaltar que, embora a mineração tenha entrado em crise, ela nunca deixou de ser praticada como alternativa de sobrevivência (ou de complemento da sobrevivência) da população pobre⁸⁹: o que entra em crise é a dinâmica de produção comercial de exportação da mineração.

Celso Furtado (2000) reconhece nesse movimento uma dinâmica de regressão econômica⁹⁰, que implicaria num regresso à economia de subsistência por parte dos mineiros. Entretanto, como vimos ressaltando, se nem mesmo no apogeu da atividade mineradora as atividades subsidiárias não podem caracterizar uma economia de subsistência, ou seja, voltada apenas para o autoconsumo, na medida em que promovem a formação dos primórdios do mercado interno; na crise da mineração ao invés de regredirem de seu caráter comercial, estas atividades – como a agricultura e a pecuária – se autonomizam dando origem a novos setores de produção mercantil. Ou seja, as atividades econômicas que agregam de forma subsidiária parte da população e dos capitais durante o auge da mineração, persistem movimentando as cidades e vilas nas quais a mineração declinou. Mais do que persistirem, tais atividades

⁸⁹ Prática presente até hoje em algumas cidades que beiram o alto curso do rio Jequitinhonha, como foi possível constatar em trabalho de campo.

⁹⁰ “Ainda conforme as teses tradicionais, (...) a crise da mineração, (...) só seria de fato superada com a implantação da cafeicultura já em fins do século XIX” (Guimarães e Reis, 2007; 323).

abandonam sua condição de subsidiárias, configurando novas dinâmicas de territorialização das relações de produção e uma produção autonomizada de mercadorias.

Há que se ressaltar, além disso, que a crise da mineração aurífera na capitania de Minas Gerais, que atingiu também as Minas Novas, cuja generalização ocorre já nas primeiras décadas da segunda metade do século XVIII, é anterior ao processo de liquidação do emprego de trabalho escravo, que acontece apenas em 1888, no segundo reinado independente do Brasil, às vésperas da instauração da república. Ou seja, ainda que a exploração mineral tenha entrado em crise, a disponibilidade do aparato constituído por capital comercial e escravos, pronto para fomentar outras empresas, não nos permite aceitar a tese de que nas áreas em regressão econômica a produção se volta para a subsistência⁹¹, implicando, portanto, na necessidade de perseguir, ainda que minimamente, a constituição (ou autonomização) dos novos ramos de produção de mercadorias onde essa estrutura de produção mercantil foi utilizada.

Um desses processos de autonomização foi estudado por Cássio Boechat (2009) em sua dissertação de mestrado, *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857-1964) do Oeste Paulista*, quando persegue a história de algumas famílias de mineiros, do chamado sul de minas, que ocuparam a área onde viria a se formar o município de Olímpia trazendo capital e escravos, com a finalidade de formar fazenda e instaurar os primórdios da produção cafeeira na área. O exemplo que desejamos problematizar se refere ao do plantio do algodão no termo de Minas Novas.

Outra apresentação do termo de Minas Novas da segunda metade do século XVIII, também transcrita da Revista do Arquivo Público Mineiro, pode ser encontrada no livro *Minas Novas: sua história, sua gente*, de Álvaro Pinheiro Freire (2002), um historiador local ainda vivo, que tivemos oportunidades de conhecer em visita de trabalho de campo e que se disponibilizou a ter conosco muitas conversas sobre o processo de formação territorial do Vale do Jequitinhonha.

“O termo de Minas Novas fica ao norte, estendendo-se do Distrito Diamantino propriamente dito, da Serra do Itambé e da Vila do Príncipe até os limites da capitania da Bahia, no Rio de Contas; limita-se a leste com a capitania de Porto Seguro, pela Serra do Mar e seus ramos: as serras das Esmeraldas, dos Aimorés, Negra e Jacuí; e a oeste com a jurisdição da Barra pelas extensas serras Branca, das Almas e do Gavião, bem como o rio Verde. Toda a região é montanhosa, especialmente ao norte, e cumes da serra, em sua maioria, formam extensas

⁹¹ “Na região central, onde floresce a economia mineira a população tende a deslocar-se a grandes distâncias em razão da escassez de boas terras. Forma-se assim uma corrente migratória em direção ao estado de São Paulo, bem antes da penetração da lavoura cafeeira neste. (...) A vanguarda desses movimentos de população (...) estava sempre formada por indivíduos de iniciativa e com algum capital que logo se apropriavam de grandes extensões de terras, cujo usufruto, entretanto, era compartilhado por muitos outros em um sistema de economia de subsistência” (Furtado, 2000; 138).

chapadas ou tabuleiros, cobertos de matas e freqüentemente atravessados por rios e riachos que tornam o solo muito fértil e *adequado à cultura do algodão em amplas áreas. O gado e os produtos agrícolas alimentam atualmente os habitantes, que, desde que diminuiu notavelmente a produção de ouro, estão inteiramente empobrecidos* (Revista do Arquivo Público Mineiro, 1903; livro 8º)” (Freire, 2002; 29; grifos nossos).

Essa descrição, além de permitir identificar a localização e abrangência precisas do termo de Minas Novas em fins do século XVIII, tem a vantagem de situar o estado em que se encontrava a economia no mesmo período. O autor desconhecido da observação se refere à existência de produção de gado e produtos agrícolas, que cumprem o papel de alimentar os habitantes desde que diminuiu notavelmente a produção de ouro. Além disso, ressalta que tais habitantes alimentados por essa agropecuária estão inteiramente empobrecidos. O texto também fala da aptidão do solo para a cultura de algodão em amplas áreas, o que não sugere uma referência apenas hipotética à cultura de algodão, mas, antes, uma alusão a um modo determinado de produzir essa cultura em grandes extensões.

O historiador Álvaro Freire não apresenta mais nenhuma referência à agropecuária pós-mineração, nem à produção de algodão no termo de Minas Novas, nesse livro. No entanto, pode-se deduzir que os habitantes empobrecidos que se alimentam do gado e dos produtos agrícolas cultivados no termo de Minas Novas não são os mesmos que produzem algodão em amplas áreas, pois, nesse caso, não estariam empobrecidos. No livro *Memória Cronológica de Minas Novas* (2004), o autor faz alusão, no entanto, novamente ao plantio de algodão. Quando se refere aos anos de 1816 e 1817, nos quais o pesquisador de botânica Auguste de Saint-Hilaire esteve visitando Minas Gerais e o termo de Minas Novas, Álvaro Freire diz:

“Assim Saint-Hilaire descreveu a região de Minas Novas: Minas Novas adquirira um outro tipo de fama, a que os mineiros muito devem. *Na própria Europa chegava a fama do algodão ali produzido e havido como de qualidade excelente.* Considerava que a grande inconveniência de Minas Novas era de estar termo situado a uma grande distância da capital do Brasil. Mas, uma vez descoberto o curso do rio Jequitinhonha, a região deveria ser considerada com a mais bem situada para o comércio” (Freire, 2004; 25; grifo nosso).

Essa alusão oferece mais referências para caracterizar o cultivo do algodão no termo de Minas Novas: além de ser praticado em amplas áreas, ou seja, em grande escala, a fama do algodão produzido é conhecida na Europa, o que pode indicar que o destino de parte da produção seja a exportação.

Numa busca sobre referências ao cultivo de algodão em Minas Novas, nos escritos do próprio Saint-Hilaire, encontramos algumas passagens nas quais o cultivo de algodão aparece melhor caracterizado. No livro *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais* (1975), o autor registra que

“De alguns anos a esta parte, o termo de Minas Novas é *bem conhecido dos comerciantes da Europa* pela excelência de seu algodão” (Saint-Hilaire, 1975; 194; grifo nosso).

Noutra passagem do mesmo livro, Saint-Hilaire escreve:

“Os comerciantes conhecem hoje em dia a boa qualidade do algodão de Minas Novas, e é cotado nas bolsas comerciais como o de Pernambuco e Maranhão. Uma parte da safra é manufaturada na região sob a forma de tecidos e cobertas, que se exportam ou consomem-se no local. O resto das colheitas expede-se em rama para a Bahia, Rio de Janeiro e diversas partes da província de Minas Gerais” (Saint-Hilaire, 1975; 236).

Essas notas apresentam outros elementos para caracterizar o cultivo de algodão no termo de Minas Novas. O primeiro fragmento assinala que o algodão não é apenas conhecido na Europa, como indica o comentário de Álvaro Freire, mas é particularmente conhecido por seus comerciantes. Esse comentário recoloca a suposição de que a produção de algodão minasnovense tenha sido comercializada no exterior, tendo sido, portanto, exportada. Contudo, no segundo fragmento, no qual consta maior detalhamento da dinâmica de comercialização da produção, a distribuição do algodão e das manufaturas produzidas no termo de Minas Novas parece predominantemente interna, ainda que não se possa excluir a possibilidade de que o algodão bruto, enviado ao Rio de Janeiro, fosse posteriormente exportado, permitindo que os comerciantes europeus o conhecessem. Fica, assim, ressaltada a importância comercial da produção de Minas Novas que, além de ser cotada em bolsas comerciais ao lado das mais importantes produções de algodão da colônia, foi comercializada nas maiores praças comerciais coloniais.

Já em uma passagem do livro *Viagem no interior do Brasil* (1976), de J. Emanuel Pohl, que retrata a viagem realizada pelo pesquisador na colônia, entre 1817 e 1821, o cultivo do algodão aparece assim caracterizado:

“Os habitantes, que antes viviam das lavras de ouro das cercanias que lhes davam bons lucros, moram em suas fazendas e plantações e preferem entregar-se, nas margens do Jequitinhonha e do Araçuaí, à cultura do milho e algodão que medram excelentemente. O cultivo fácil do algodão (*Cossipium barbadense*) é muito lucrativo, conforme se pode ver pelos exemplos a seguir. Um escravo que se compra por setecentas e vinte gramas de ouro, além de cultivar gêneros de primeira necessidade para o seu patrão e para si próprio, tem de plantar algodão em um pedaço de terra de um alqueire. Essa plantação produz anualmente 200 arrobas de algodão em caroço” (Pohl, 1976; 335).

Nessa passagem, o autor faz clara referência aos habitantes que obtinham bons lucros com a mineração e posteriormente passaram a medrar de maneira excelente, obtendo bons lucros com o cultivo do algodão, o que indica uma adequação da estrutura de produção comercial da mineração à atividade agrícola que então se autonomizava. As indicações de Caio Prado Jr., a leitura que faz dos textos dos viajantes estrangeiros, o levam a afirmar o

caráter exportador das culturas algodoeiras que, segundo esse autor, não teriam se desenvolvido apenas em Minas Novas, mas em grande parte do Alto Sertão.

“O interior mais remoto também se aproveita da preferência do algodão por climas mais secos. Nos altos sertões limítrofes da Bahia e de Minas Gerais forma-se uma região algodoeira de certa importância. Ela abrange, no sul da primeira, a área que se estende a leste do rio São Francisco, compreendendo a serra de Monte Alto, Rio de Contas, Gavião e Conquista, como centro principal em Caetité; e em Minas Gerais, a comarca de Minas Novas (Fanado, hoje cidade de Minas Novas, Água-Suja, São Domingos e Chapada); estende-se mesmo mais para sul, até Peçanha, já na bacia do rio Doce. *A maior parte do algodão exportado pela Bahia provinha desta região, que também escoava sua produção pelo Rio de Janeiro.* A região de Minas Gerais a oeste do São Francisco também fornecia algodão. (...). *Como se vê, a lavoura algodoeira abriu perspectivas agrícolas para as zonas que até aí tinham conhecido o pastoreio ou a mineração*” (Prado Jr., 1979; 152).

E não apenas seu caráter exportador. Ultrapassando os relatos de viajantes, Caio Prado Jr. oferece, apresentando a territorialização da agricultura se autonomizando da mineração, um esboço da abrangência que a produção de algodão alcançou no Alto Sertão como “alternativa” para as zonas que só tinham conhecido a pecuária e a mineração aplicarem seus capitais, num contexto de crise.

Erivaldo Neves (1998) também ressalta a passagem de diversos territórios do Alto Sertão, “para a cultura do algodão, típica de áreas secas” (Neves, 1998; 181). Como Caio Prado Jr., o autor aponta o desenvolvimento “regional” dessa cultura, ora identificando-o às características do semi-árido, ora identificando-o, numa perspectiva mais próxima à aqui adotada, com a crise da mineração e a decorrente autonomização da agricultura nessas áreas. Novamente como Caio Prado Jr., Erivaldo ressalta o caráter exportador da produção de algodão, “estimulado pela Revolução Industrial inglesa, na segunda metade do século XVIII” (1998; 181) e pela extinção do monopólio comercial da colônia, com a Abertura dos Portos, em 1808, quando “cotonicultores sertanejos passaram a exportar suas produções para a Inglaterra, com a intermediação de agentes do grande comércio de Salvador” (1998; 182).

De tal modo, se num primeiro momento a agricultura nas minas ocupava um papel subsidiário, com a crise da mineração no termo de Minas Novas, é possível dizer que ela se autonomiza do mercado condicionado pela exploração mineral, tornando-se um importante setor produtor de mercadorias para outras praças comerciais da colônia e, também, para exportação. Por fim, cabe ressaltar que embora mude o objeto de investimento, as relações persistem muito semelhantes às que se assistiu durante todo o processo de colonização: produção em grandes unidades, voltada para o grande comércio e trabalhada por escravos, que

produzem para o autoconsumo da unidade produtiva e também para exportação⁹². Ou seja, nenhum sinal de uma economia voltada apenas para a subsistência teria se consolidado com a crise da mineração.

Na busca realizada nos escritos de Emanuel Pohl encontramos ainda o texto que o historiador Álvaro Freire apresenta como sendo da Revista do Arquivo Público Mineiro, sem autor identificado, com algumas modificações importantes:

“Os vales são geralmente cobertos de matas e freqüentemente atravessados por rios e riachos, que tornam o solo limítrofe muito fértil especialmente à cultura do algodão. *Cria-se gado em amplas áreas*” (Pohl, 1976; 331).

Se a versão original desse texto é a apresentada por Pohl, como transcrita acima, é o gado que se cria em amplas áreas. Não que a cultura do algodão em grande escala seja posta em questão, pois outros fragmentos revelam a pertinência dessa consideração, mas seu plantio era realizado nas beiras de rios, onde antes localizavam-se fundamentalmente as lavras. Há, contudo, que ressaltar-se também a autonomização da pecuária nas grandes áreas dos sertões⁹³.

A expansão da fazenda agropecuária, na passagem do século XVIII para o XIX, esteve determinada também, de acordo com a dissertação de mestrado de Marcos Nunes, *Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais* (2001), por uma política de cessão de terras implementada pelas autoridades coloniais e pela migração de capitais da mineração para essa atividade. Ainda de acordo com o autor, essas fazendas passaram a se caracterizar cada vez mais como agropecuárias, se dedicando não apenas à criação de gado, mas, também, à produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno (Nunes, 2001; 31).

“Diante da crise do setor [minerador], parte dos recursos acumulados durante anos e nele empregados foi deslocada para o setor agropecuário, cooperando para seu desenvolvimento na fase seguinte. (...). As políticas de estímulo à produção agropecuária interna talvez tenham sido formas decisivas de intervenção do Poder Público (representado pelas autoridades coloniais), as quais resultaram no desenvolvimento de centros urbanos e regiões circunvizinhas, os quais, mesmo exibindo níveis de sustentação econômica própria, tiveram de conviver com um fato novo: sobreviver diante da crise do setor minerador” (Nunes, 2001; 31).

Por um período, o algodão absorveu os capitais que antes obtinham bons lucros na mineração, fundando-se, haja visto a grande escala do cultivo, em trabalho escravo. Contudo, de acordo com Nunes (2001), a partir de 1830 tem início o declínio do “surto algodoeiro”,

⁹² “Nem por isso a cultura do algodão tem um tipo de organização diversa da cana; aí, como nesta última, é a grande exploração que domina. (...). Aliás a mão-de-obra abundante que exige, em particular por ocasião da colheita, já é por si uma circunstância favorável à cultura em larga escala” (Prado Jr., 1979; 152).

⁹³ “As paróquias de Vila do Fanado, Água Suja, S. Domingos, Chapada, e finalmente, a sétima divisão produzem-no [o algodão] em grande quantidade. Itacambira, Rio Pardo e Morrinhos, pelo contrário, produzem pouco algodão; mas criam-se nesses lugares cavalos e gado bovino” (Saint-Hilaire, 1975; 194).

determinado pelo encarecimento do artigo frente aos concorrentes: o alto custo do transporte do algodão minasnovense até a praça comercial do Rio de Janeiro fez com que este tivesse perdido a concorrência para a produção desenvolvida mais próxima dos mercados consumidores (Nunes, 2001; 48)⁹⁴.

Concomitante à produção algodoeira e a se desenvolver posteriormente a ela, durante todo século XIX, há que se considerar a agropecuária⁹⁵, empresa aberta à ocupação dos desclassificados, mesmo quando se autonomizou de sua condição de atividade subsidiária. De acordo com Erivaldo Neves (1998), a produção dessas regiões agrestinas e sertanejas, “vinculavam-se com o litoral açucareiro através do capital mercantil que transferia os excedentes da produção de alimentos” (Neves, 1998; 181), e tinham no milho, no feijão, no arroz e em alguns outros mantimentos, objetos de comercialização com outras praças da capitania.

Não obstante, a relação entre a fazenda agropecuária e os livres e pobres se modifica: com a crise da mineração, outras atividades em que se ocupavam os desclassificados vão à mingua e estes passam a ser assimilados pela fazenda agropecuária em expansão, na condição de roceiros agregados, ou, ainda, se estabelecem como roceiros posseiros, confrontados pelo avanço territorial da fazenda⁹⁶. Esta tese, sustentada por Margarida Maria Moura (1988), sugere “que cessada a possibilidade de existir como ‘desclassificado do ouro’, aos pobres livres abrem-se duas alternativas no meio rural: conformar-se à existência social na fazenda, formada ou em implementação, ou manter-se livre, o que pressupunha afastamento social das áreas nas quais a fazenda tinha interesse de se estabelecer” (Moura, 1988; 17; nota 4).

Se ressaltamos durante todo o texto a existência de mecanismos de mobilizar o trabalho livre, ainda que perifericamente numa ordem social na qual prevalece a mobilização forçada

⁹⁴ De acordo com Caio Prado Jr., as principais causas do declínio dessa produção algodoeira foram a precariedade dos empreendimentos, em função do “afastamento dos portos de embarque e [da] dificuldade de transporte, [que acabaram] sufocando-as. A concorrência internacional e a queda de preços eliminarão estas regiões mais desfavorecidas; e sobrarão apenas, mas em posição medíocre, internacionalmente falando, o Nordeste e o Maranhão” (Prado Jr., 1979; 152). Neves (1998) ressalta também a década de 30 do século XIX como momento do declínio, pelo menos no termo de Minas Novas, justificada pela “precariedade e lentidão do transporte terrestre e cargas, antes do advento da ferrovia” (Neves, 1998; 183), ou seja, ressaltando os altos custos determinados pelos diferenciais de produtividade ligados à terra e à localização, que já iam se territorializando no Brasil.

⁹⁵ Erivaldo Neves já ressaltava a importância desta atividade, ao lado do algodão: “Não se subordinando ‘às necessidades da agromanufatura açucareira’, no sertão, as culturas de cereais desenvolveram-se consorciadamente como atividade econômica principal, ao lado do algodão, obtendo elevada produtividade. Plantando-se em anos chuvosos, um litro de sementes de feijão, podia-se colher 53; a mesma quantidade de arroz, 160; e de milho, 200 litros” (Neves, 1998; 181).

⁹⁶ Nos referimos inclusive às antigas sesmarias pecuárias nas quais, em muitas partes, a fazenda não se encontrava formada de modo a tornar possível o estabelecimento de roceiros em regime de posse, desde que tais partes não tivessem importância econômica. Caso essa importância surgisse, certamente se apresentariam os donos de sesmarias.

do escravo incorporado aos meios de produção, cabe assinalar na submissão à ordem da fazenda agropecuária em expansão, posterior à crise da mineração, a necessidade de retribuir ao dono da fazenda o *favor* da concessão do acesso à terra (Franco, 1976). Essa ordem, que pressiona agregado e posseiro a se manterem em constante relação com o fazendeiro, garante uma regularidade no aproveitamento do trabalho ou mesmo na dominação de brancos livres e pobres nas fazendas.

Maria Sylvia de Carvalho Franco, em seu livro *Homens livres na ordem escravocrata* (1976), resalta os mecanismos de subordinação de trabalhadores livres nas fazendas cafeeiras de Guaratinguetá e vizinhança, ou ainda, da Zona do Rio de acordo com a classificação de Van Delden Laërne (1976; 16), numa ordem social de dinâmica escravista. Ainda que a autora interprete que essa civilização não oferecia possibilidades de integração para os homens livres, não deixa de assinalar que os mesmos eram aproveitados “residualmente” (1976; 33).

De acordo com a autora, e como vimos ressaltando durante toda a exposição, de modo geral aos homens livres cabiam as tarefas usualmente não confiadas aos escravos como, a formação de fazendas (derrubada de florestas) e especialmente atividades ligadas à criação de gado (Franco, 1976; 33). Estas atividades assumem um papel fundamental no contexto de expansão da fazenda agropecuária, posterior à crise da mineração.

Marcos Nunes (2001), apesar de não se deter numa discussão sobre as relações de produção, faz uma pequena alusão ao processo de expansão da fronteira agrícola no nordeste mineiro, que desencadeou a territorialização do médio e do baixo curso do Jequitinhonha. O autor resalta a presença de grandes fluxos migratórios, entre 1872 e 1940, do Serro, Diamantina e Minas Novas para essa área, que fez-se às custas de uma “agricultura predatória”, que fazia o desmate, a destoca e cumpria o papel de formar a fazenda onde posteriormente seria implantada a pecuária (Nunes, 2001; 44-45), além de assinalar que o processo descrito de “abertura de fazendas” nunca se manteve isolado ou autônomo, mantendo sempre ‘fluxos regulares de trocas com os principais centros urbanos da zona pioneira, tais como: Araçuaí, Jequitinhonha, Teófilo Otoni (...), [formando um] incipiente mercado [que] possibilitou que essas cidades desenvolvessem vida própria, impulsionada pelo extrativismo, manufaturas e serviços’ (2001, 46).

Nesse contexto, se é possível considerar, como o fez Gaudemar (1977) que o trabalho escravo anuncia o trabalho livre, na medida em que as condições de imposição do trabalho já estão todas postas, mudando de qualidade quando, ao contrário de estar submetido pela força, o trabalhador fica submetido por sua própria liberdade, que é dupla; é possível sugerir também, para a sociedade do nordeste mineiro em reestruturação, que a existência social

periférica dos homens livres dentro (ou em relação à) da fazenda anuncia a forma particular de mobilizar trabalho, que vai se generalizar com o esgotamento das relações fundadas no escravismo. Não que a existência de homens livres em meio à sociedade escravista tenha sido responsável por sua desagregação, como já foi ressaltado na discussão sobre as condições que impuseram a generalização mundial do trabalhador livre. Apesar das profundas transformações na posição ocupada pelo homem livre, na medida em que, na ordem escravocrata, sua liberdade se baseava na escravidão de outros e, com a generalização do trabalho livre, sua subordinação ao trabalho possibilitará a dinâmica de acumulação de capital; cabe sugerir apenas, que as condições de subordinação do trabalhador livre ao capital, com o fim da escravidão, guardam relação com um traço fundamental da sociedade colonial: a sujeição ao capital personificado pelo proprietário da terra.

Sabemos que o surgimento do trabalho livre no Brasil não implica na generalização da relação assalariada como forma central de realizar a acumulação de capital. A discussão desse período e desse processo, como já ressaltado na Introdução desta Seção, remeteu muitas vezes a um debate sobre o caráter pré ou não-capitalista das relações de produção no Brasil pós-colonial. Como vimos reforçando durante toda a exposição, interessa identificar as mediações que fundamentam a organização social do trabalho, qualificando as relações que estabelecem com a totalidade capitalista em processo. O debate final da Seção I será dedicado à discussão das relações de trabalho e dominação que organizaram a reprodução do nordeste mineiro, sob a dinâmica de expansão da fazenda agropecuária⁹⁷.

⁹⁷ Finalmente, apesar de não permitirem uma problematização detida das condições de reprodução social no nordeste mineiro, resta ainda retomar alguns elementos da revisão bibliográfica que ainda não foram discutidos, que permitem tecer um pequeno quadro do processo de estruturação territorial das vilas e cidades que compuseram o termo de Minas Novas, apresentando alguns indícios da formação de muitas cidades que vieram a compor o *Vale do Jequitinhonha* e o *Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha*. No que se refere às divisões administrativas no período, até a metade do século XIX, o termo de Minas Novas compreendia todo o vale do rio Jequitinhonha e do rio Araçuai, do limite da Bahia até a comarca de Porto Seguro. Tinha, então, “150 léguas de comprimento por 90 de largura (mais ou menos 900 km por 540 km)” (Jardim, 1998; 94) e compreendia as paróquias de São Pedro do Fanado, Santa Cruz da Chapada, Nossa Senhora da Conceição da Água Suja, São Domingos, a da 7ª Divisão, Nossa Senhora da Conceição do Rio Pardo e Santo Antônio de Itacambira. De acordo com a autora, o arraial de São Pedro do Fanado é elevado à categoria de vila do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuai, em 1730. Apenas em 1840, a vila passaria à condição de cidade, com a denominação de Minas Novas. Nelly Jardim (1998) apresenta, ainda, a informação, digna de nota, de que a cidade teria sido cogitada para ser “capital da região”, de acordo com a proposta, apresentada no Parlamento do Império, de instauração da província autônoma de Minas Novas, separada da de Minas Gerais, “que abrangeria a região do rio Verde à comarca de Porto Seguro inclusive, e ainda Caravelas, ou seja, o sul da Bahia, incluindo todo o vale do Jequitinhonha/Araçuai e seus afluentes” (Jardim, 1998; 94). O volume I do pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, *O espaço físico e a realidade infra-estrutural* (s/d), apresentado pela Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), subordinada ao governo do estado de Minas Gerais, apresenta também algumas notas históricas sobre o surgimento de alguns dos municípios que vieram a compor o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha. Além de Minas Novas e Diamantina, cuja apresentação do processo de formação foi feita ao longo desta primeira seção destas dissertação, o documento apresenta as seguintes referências:

3.2 – Um debate sobre as condições particulares de acumulação de capital no nordeste mineiro: a agregação e as pequenas posses na dinâmica de expansão da fazenda agropecuária

A tentativa de definição do caráter das relações de trabalho que substituíram a escravidão africana no Brasil, ocupou importante espaço no debate sobre o processo de modernização brasileiro. Como apresentado na Introdução da Seção I desta Dissertação, José de Souza Martins (2004), em seu livro *O cativo da terra*, sistematizou parte deste debate, adotando uma posição crítica com relação à perspectiva que sugere que o trabalho cativo teria sido substituído pelo trabalho assalariado. Mesmo nas análises dos autores criticados, Martins encontrou elementos para contestar esse modelo de interpretação: muitas das relações de

Itamarandiba: a atual cidade tem o início de sua formação no antigo povoado de São João Batista, erigido por Fernão Dias Leme do Prado durante sua permanência na área, em busca de esmeraldas e ouro. Este povoado esteve subordinado ao termo de Minas Novas e transforma-se em distrito em 1840, e em município em 1862, desmembrando-se do município de Minas Novas.

Turmalina: O município foi criado em 1948, mas sua povoação teve origem no arraial de Piedade, um dos mais antigos de Minas Novas.

Grão Mogol: surgiu do povoado de Serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, tendo também pertencido ao município de Minas Novas. Em 1759, quando o paulista Manuel Afonso de Siqueira penetra no vale do Gorutuba com sua bandeira, ali já se encontram famílias desenvolvendo culturas agrícolas e currais de gado. De acordo com o documento, este se espalha na serra do Gorutuba, se familiarizando com os baianos, “dando origem à fundação de várias localidades nas vertentes da serra como ponto fixo de seus mineradores em busca de ouro” (XXX; 18). O arraial alcançou expressão econômica em 1781, quando a notícia do aparecimento de diamantes em abundância fez com que o administrador do Distrito Diamantino passasse a regulamentar também a extração de diamantes no arraial. Cria-se o município em 1840, tendo sido desmembrado do município de Montes Claros.

Capelinha: em 1809, Manoel Luiz Pego, acossado pelos índios Aranãs, que viviam nas matas do rio Surubi e circunvizinhas, retira-se de sua fazenda e se estabelece, com sua família, nas cabeceiras do Areão, perto do local onde futuramente se formaria a povoação de Capelinha da Graça. Ao lado da fazenda instituída por Pego, foram erigindo outras vivendas parentes seus e, por ocasião de sua morte, sua fazenda fica sob domínio de seu filho Feliciano Luiz Pego. Em 1812 é erguida uma capela em homenagem à Nossa Senhora da Graça e o terreno em volta da capela é doado para a instalação das primeiras choupanas onde posteriormente se desenvolveu a povoação com o nome de Capelinha de Nossa Senhora da Graça. Em 1911 passa a constituir um município formado por sua sede e pelo distrito de Água Boa.

Salinas: foi fundada no terceiro decênio do século XVIII, com a concessão da sesmaria ao capitão Inácio de Souza Ferreira em 1734 “compreendendo o Vacaria e o Salinas até o Jequitinhonha” (s/d; 22). Este preador de índios passa a dedicar-se à criação de gado para o abastecimento das minas de ouro, seguindo exemplo dos criadores do São Francisco, do Rio Pardo, do Gorutuba e do Rio Verde, com boiadas provenientes do sertão baiano. A povoação consolidou-se então como o epicentro nas caatingas do cruzamento de caminhos e estradas do Rio Pardo, Gorutuba, Vacaria e Jequitinhonha. Outras glebas de terra ocupadas nas áreas circunvizinhas foram concedidas também na forma de sesmarias: em 1734 ao capitão Amador da Neves, de “tudo quanto estiver compreendido no distrito de Minas Novas, partindo pelo sul com o rio Araçuaí, pelo norte com o rio Itamarandiba, pelo leste onde acaba a chapada da dita fazenda; pelo onde faz barra o dito Itamarandiba, no Araçuaí, e mais, onde há seu sítio de pilões d’água, na estrada de Dom Francisco Antunes” (s/d; 22). Dessa fazenda surgiram outras tantas povoações, em cada campo de criação: Santo Antônio de Salinas, Água Vermelha, Cachoeira do Pajeú, Catingas, Passagem da Vereda, Giçara e Água Branca. Salinas foi elevada à categoria de vila em 1880 e de cidade em 1887.

Rio Pardo: a ocupação dos sertões do rio Pardo foi realizada por Antônio Gonçalves Filgueiras, natural de São Paulo e João Luiz dos Passos, natural da Bahia, em 1690. Com uma área enorme, incluindo campos gerais, caatingas e carrascos, a territorialização desses sertões foram muito disputados pelos que o ocuparam. Foi elevado à categoria de vila em 1833 e de cidade em 1872.

trabalho descritas e discutidas por esses autores, que estiveram no bojo da substituição do trabalho escravo, se basearam na produção direta dos meios de vida necessários à reprodução dos trabalhadores, de maneira que só poderiam ser definidas como assalariadas através de artifícios questionáveis.

Ainda de acordo com a interpretação de Martins (2004), a contradição estabelecida em torno da generalização do trabalho livre estaria relacionada a uma dinâmica de transformação das relações de produção que permitiu preservar o caráter colonial e comercial da sociedade brasileira, através da formação de relações não-capitalistas de produção. Ou seja, a tônica comercial da reprodução do capital no Brasil, seria responsável por engendrar relações não-capitalistas que, contraditoriamente, permitiriam a acumulação.

Novamente, como já anunciado na Introdução, convém ressaltar que essa formulação teórica pressupõe que as condições necessárias à acumulação em bases propriamente capitalistas – leia-se aqui reprodução ampliada fundada na incorporação da mais-valia relativa – ainda não estavam postas ou, antes, não haveriam de ser postas em função da preservação do caráter exportador de mercadorias tropicais para os mercados metropolitanos, fundado no capital comercial personificado pelo grande proprietário de terra⁹⁸. Ou seja, a colônia passava de exportadora de produtos tropicais à exportadora de matérias-primas e consumidora de produtos industrializados, situação que represava o desenvolvimento interno da divisão do trabalho e, além disso, o processo de formação das categorias autonomizadas da relação-capital.

Nessa perspectiva, o sistema colonial e sua passagem posterior ao imperialismo cumpre o papel de represar a autonomização, impedindo o desenvolvimento nacional nas bases propriamente capitalistas da industrialização e do trabalho assalariado e restando os países pós-coloniais na condição de subdesenvolvidos. Interpretada desse ponto de vista, a modernização nacional acaba por aparecer incompleta e a constituição das categorias especificamente capitalistas aparece, por sua vez, como devir de uma sociedade em formação, reforçado pelo projeto nacional (e nacionalista) que a teoria tem de fazer o papel de sustentar (ainda que, no que se refere às estratégias para alcançar esse desígnio, o debate sobre a modernização brasileira fique pontuado de divergências).

⁹⁸ “Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada na grande propriedade fundiária. A contradição que permeia a emergência do trabalho livre expressa-se na transformação das relações de produção como um meio para preservar a economia colonial, isto é, para preservar o padrão de realização do capitalismo no Brasil, que se definia pela subordinação da produção ao comércio. Tratava-se de mudar para manter” (Martins, 2004; 12-13).

Como vimos ressaltando, de acordo com a perspectiva aqui adotada, o processo de modernização é antes mundial e caracteriza a sociedade colonial e pós-colonial, na medida em que define-lhe o sentido, que é o próprio sentido da acumulação de capital, finalidade tautológica única na totalidade do capital. Interessa assim, discutir a particularidade das relações nas quais se fundamenta a modernização brasileira, mas apenas na medida em que é possível assinalar e criticar o caráter de imposição cega que o desenvolvimento desse processo assume.

A questão de como viabilizar a acumulação de capital em condições particulares de (não) autonomização esteve presente desde o sistema colonial. Como vimos apresentando, o trabalho cativo africano, além de constituir um ramo do capital comercial altamente rentável, no qual a mercadoria escravo já dava lucro antes mesmo de começar a produzir, também operou como um mecanismo de mobilizar ou forçar trabalho, através do emprego direto da violência, num contexto de ampla disponibilidade de terras que permitia que o trabalhador, abandonado à sua própria vontade, trabalhasse antes para enriquecer a si próprio e não ao capital⁹⁹. Contudo, com a crise do antigo sistema colonial e as imposições que trouxe à generalização do trabalho livre, a garantia de subordinação da população ao capital, permitida pelo cativeiro do trabalho, teve de ser substituída por outra, a do cativeiro da terra, consolidado com a Lei de Terras, em 1850.

Permeando os debates que levaram à instauração da Lei de Terras esteve sempre presente a questão relativa à oferta de trabalho, colocadas na ordem do dia em função das pressões e proibições inglesas à manutenção do tráfico de africanos. O primeiro projeto de Lei de Terras, elaborado pela Seção de Negócios do Império do Conselho de Estado a pedido do Ministro do Império, em 1842, tratava, além de regulamentar a questão da terra, de retomar diretivas de “povoamento”. De acordo com Lúcia Osório Silva, em seu livro *Terras devolutas e latifúndio* (1996), o projeto apresentado por essa Seção já apontava a conexão entre colonização e sesmarias e ressaltava que o governo possuía então “condições de fazer cumprir suas disposições sobre essas matérias, principalmente depois que a lei de 3 de dezembro de 1841 ‘criou a polícia do Império’” (Silva, 1996; 95). Ou seja, além de tratar das relações entre a disponibilidade de terras e a mobilização do trabalho e de apresentar uma preocupação com

⁹⁹ “As coisas são bem outras nas colônias. O regime capitalista choca-se por lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer ao capitalista” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXV; 295; grifo nosso). “O que nos interessa é o segredo descoberto no Novo Mundo pela Economia Política do Velho Mundo e proclamado bem alto: o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade privada capitalista exigem o aniquilamento da propriedade privada baseada no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXV; 302; grifo nosso).

que “a redução na oferta de escravos (...) [acarretasse] problemas para a ‘indústria’” (Silva, 1996; 96); esse projeto explicitava ainda parte do longo processo de autonomização entre capital e Estado, no que se refere ao monopólio do emprego da violência, apresentando a existência de um aparelho repressor nas mãos do Estado como condição para que a propriedade da terra fosse instaurada.

De acordo com a autora, algumas características desse projeto permitem inferir uma influência que ele sofreu da teoria de Edward Wakefield sobre a colonização. Wakefield desenvolveu um método, conhecido como *colonização sistemática*, como resposta a um problema que perturbava as possibilidades de acumulação nas colônias britânicas, em função dos elevados salários que os capitalistas dessas colônias tinham que pagar para reter trabalhadores a seu serviço. Apesar da disposição do governo britânico em promover a migração de “pobres, deserdados e marginais para as colônias” (Silva, 1996; 100), a política do *Colonial Office* britânico, de doar terras em grande profusão, não permitia que as condições para que o trabalhador não acumulasse para si e sim para outrem, fossem criadas, determinando uma constante escassez de trabalhadores e consequentemente uma tendência de elevação dos salários que dificultava a acumulação do capital. Na expectativa de sanar esse problema, Wakefield desenvolveu uma teoria que consistia, no essencial, na estipulação de *sufficient price*¹⁰⁰ para as terras, que impedisse o colono de adquirir terras nos seus primeiros anos de emigrado, garantindo que este trabalhasse para o capital¹⁰¹.

As teorias de Wakefield foram discutidas por Marx, no capítulo que se refere à *Teoria da moderna colonização* (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXV). Para Marx, o mérito da teoria de Wakefield não consistia numa descoberta sobre a dinâmica de reprodução das colônias, mas sobre “a verdade das condições capitalistas da metrópole” (1984; 296). O que ele havia de ter descoberto era, antes, que “a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz uma pessoa um capitalista se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente” (1984; 296). Ele descobriu “que o capital não é uma coisa, mas uma relação social entre pessoas intermediada por coisas” (1984; 296). Assim, Wakefield acabava de revelar o sentido da acumulação primitiva metropolitana, na imposição da relação-capital: se o trabalhador pudesse acessar a terra (os meios de produção) diretamente, não se sujeitaria a trabalhar para o capital. Nesse sentido, um preço suficiente para as terras na colônia haveria de funcionar como um mecanismo de expropriação, com efeito semelhante à *expropriação do*

¹⁰⁰ Preço suficiente.

¹⁰¹ “Com a colocação de um preço suficiente nas terras vagas, os capitalistas poderiam obter mão-de-obra barata pagando pela imigração de pessoas pobres” (Silva, 1996; 101).

povo do campo de sua base fundiária, que transformou a população em trabalhadores à serviço do capital, na metrópole (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV).

No que se refere à regulamentação do acesso à terra no Brasil, a necessidade de instaurar o cativo da terra, com as proibições ao tráfico de trabalhadores cativos¹⁰², correspondeu à criação desse recurso de expropriação, que garantiria a transformação do homem livre em trabalhador para o capital. Não se pode esquecer que essa política, consolidada apenas em 1850, foi precedida por um intervalo no qual o acesso à terra ficou desregulamentado, em função da suspensão da concessão de sesmarias em 1822. Nesse período a posse tornou-se a única forma de aquisição de domínio sobre as terras, “ainda que apenas de fato” (Silva, 1996; 81) e que, deste modo, a vantagem da incorporação contínua de novas terras só haveria de ser superada pela necessidade de condicionar a mobilização do trabalho.

A implementação da lei de terras foi, por sua vez, acompanhada de diretrizes com relação ao abastecimento de trabalhadores¹⁰³. Além de proibir a aquisição de terras devolutas por qualquer outro meio que não a compra, o projeto de terras e colonização estimulou e autorizou o financiamento de projetos de imigração.

“Ficava também autorizado o governo a mandar vir anualmente, à custa do Tesouro, um certo número de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que fosse marcado, em estabelecimentos agrícolas, nos trabalhos dirigidos pela administração pública ou na formação de colônias nos lugares que estas mais conviessem, *tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achassem empregos assim que desembarcassem*” (Silva, 1996; 143; grifo nosso).

A importação de colonos livres, como expediente alternativo de abastecimento interno de trabalhadores, em função das proibições ao tráfico de escravos africanos, não era uma necessidade em absoluto. Entenda-se bem, as proibições e sanções cada vez mais hostis sobre a prática do tráfico negreiro imputadas primeiramente à Portugal, e depois ao próprio Brasil independente, pela Inglaterra, não acabaram de uma vez com o trabalhador cativo¹⁰⁴. O

¹⁰² “Para o senhorio rural não se colocava com premência a questão da regularização da propriedade da terra enquanto o antigo sistema produtivo colonial baseado no trabalho escravo e na apropriação livre das terras pudesse se manter. O desenvolvimento da economia cafeeira que começava a alterar a feição do país, em muitos aspectos, não modificou esse quadro. Estava *centrado no tráfico e no trabalho escravo, e na possibilidade de incorporação contínua de novas terras*. Os ajustamentos e compromissos que sustentavam essa situação protelavam a adoção de medidas modernizadoras que adaptassem a sociedade aos novos tempos, em que o capitalismo começava a dominar em escala internacional” (Silva, 1996; 117; grifo nosso).

¹⁰³ “(...) o fim do tráfico colocava no horizonte, (...) o fim do trabalho escravo e a transição para o trabalho livre, e na visão do governo imperial a solução para que essa transição se operasse sem traumatismos era a imigração estrangeira (...)” (Silva, 1996; 124).

¹⁰⁴ “A Inglaterra, como se sabe, foi a principal instigadora do fim desse comércio desde que, em 1807, declarou ilegal, para os súditos britânicos o comércio de escravos. Dependente da aliança inglesa, principalmente durante as guerras napoleônicas, Portugal viu-se obrigado a ceder às pressões inglesas e em 1810 condenou por princípio o tráfico de escravos e comprometeu-se a limitar a sua prática ao sul do Equador. Outros tratados ratificaram esses princípios (...). Com a declaração de independência do Brasil em 1822, todas essas obrigações

próprio comércio internacional viveu uma fase vigorosa de 1830 até 1850, quando o número de africanos introduzidos no país foi baixando até cessar¹⁰⁵, prosseguindo ainda por algum tempo o comércio entre capitanias. Ou seja, a gradual baixa na oferta de trabalhadores que a contenção do tráfico provocou não esgotava completamente as possibilidades de utilizar escravos nos processos produtivos, mas, antes, ia criando aumentos nos custos com esse fator de produção.

As possibilidades de abastecimento interno de trabalhadores havia de se basear, como vimos discutindo, na expropriação do trabalhador, uma vez que esse era o recurso que permitia a imposição do trabalho como única alternativa de sobrevivência. Contudo, mesmo com a manutenção da população pobre expropriada, requisito que a Lei de Terras veio para garantir, a quantidade de trabalhadores disponíveis não foi suficiente para criar tamanha oferta de braços, que pressionasse os custos com os trabalhadores de modo a sustentar a expansão da cafeicultura paulista¹⁰⁶. Nesse caso, se podia recorrer ao trabalho mobilizado na Europa (por meio dos cercamentos, das leis sanguinárias e do empobrecimento desencadeados pela acumulação primitiva), desde que se criasse as condições para que ele não pudesse acumular para si, tomando as medidas necessárias para que os colonos achassem emprego assim que desembarcassem.

Há que se lembrar também, que a autonomização do Estado brasileiro foi processo longo e quando se trata de compreender as políticas por ele implementadas é necessário identificar a face de que capitais esse Estado então assumia. Na primeira metade do século XIX, os cafeicultores personificavam o empreendimento primordial para a manutenção da balança comercial do país, uma vez que era seu principal produto de exportação. Deste modo, as políticas levadas a cabo pelo Estado brasileiro estavam completamente atreladas à reprodução do capital cafeeiro, que foi diretamente afetado pela proibição do tráfico. De maneira que, os diversos ajustes que sofreu a lei de terras, dirigiram-se à manutenção das possibilidades de reprodução desse capital, para a qual vieram contribuir especialmente as políticas de imigração voltadas para a zona paulista da cafeicultura.

Contudo a imigração não promoveu o assalariamento, como assinalou Martins (2004) em sua análise: os trabalhadores foram acomodados no regime de colonato, no qual

internacionais passaram para o novo Estado (...) [que] comprometeu-se, num prazo de três anos após a ratificação do tratado, a abolir em absoluto o tráfico de africanos para o Brasil. A ratificação efetivou-se em 1827 e em consequência o tráfico de escravos estava automaticamente proibido desde 1830” (Silva, 1996; 118).

¹⁰⁵ “(...) em 1849, o número de africanos introduzidos no Brasil fora de 54.000; em 1850, 23.000; em 1851, pouco mais de 3.000, em 1852, 700 e, pouco depois, cessou o tráfico” (Silva, 1996; 122).

¹⁰⁶ “Assim que devemos compreender o dilema enfrentado pelos fazendeiros [cafeicultores] nas experiências tentadas de implantação do trabalho livre no período analisado” (Boechat, 2009; 208).

trabalhavam como parceiros no trato dos pés de café, ao passo que produziam diretamente seus meios de vida¹⁰⁷, o qual, de acordo com o autor, servia à reprodução comercial do capital no Brasil. É possível, no entanto, interpretar o arranjo do colonato, fruto de uma estratégia de colonização sistemática, como parte do processo de criação das condições para que o assalariamento se tornasse possível. Ou seja, é possível identificar na colonização sistemática, voltada para a cafeicultura paulista, *um meio* (Boechat, 2009; 206) para se alcançar a reprodução da *lei geral da acumulação capitalista* (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII).

No início do capítulo XVIII de O capital (1984), Marx conjectura as possibilidades de crescimento do capital, em determinada circunstância que mantivesse inalterada sua composição orgânica. Nessa situação, o capital apenas poderia crescer (crescendo em proporção inalterada suas parcelas constante e variável) até o limite em que a escassez de trabalhadores conduzissem a uma elevação tal nos salários que poderia ser responsável por frear a acumulação¹⁰⁸.

Tal hipótese serve para mostrar que, no processo de reprodução ampliada do capital, o aumento do capital tem que coincidir com a reposição ampliada da relação-capital, ou seja, *acumulação de capital deve ser sempre multiplicação do proletariado*¹⁰⁹. Ou, antes, o aumento do capital, em seu processo de reprodução sempre ampliada, é que provoca a reposição ampliada dessa relação, justamente por meio de modificações em sua composição orgânica ou de um crescimento não proporcional entre suas parcelas constante e variável. Se a parcela variável cresce junto com o capital total, esse crescimento pode alcançar o limite de trabalhadores disponíveis de modo a manter os salários baixos; se a parcela constante é que acompanha o crescimento do capital, ela amplia a produtividade do trabalho e reduz a quantidade necessária de trabalhadores para a produção das mesmas massas de valor¹¹⁰. Ou

¹⁰⁷ “(...) os imigrantes encontraram a possibilidade de melhorar sua situação de vida não exatamente pela cafeicultura, mas dedicando-se às culturas alimentares. A causa dessa ‘liberdade’ encontrada reside, como se sabe, na ausência de uma pressão sobre os imigrantes, que, não podendo, no caso, forçar o aumento de seus salários, podiam, na fórmula conjugada de trabalho da parceria na cafeicultura, desviar-se do trabalho no cafezal. Neste caso quem ficava pressionado era o fazendeiro, não tendo o trabalho como completo acessório do seu capital” (Boechat, 2009; 209). “O poder dos fazendeiros de controlar o trabalho e impor um nível satisfatório de produtividade no cultivo de café era limitado pela ausência de uma reserva local de mão-de-obra” (Stolcke, 1986; 30 *apud* Boechat, 2009; 210).

¹⁰⁸ “A demanda de trabalhadores pode se tornar maior que a sua oferta e por isso os salários se elevam” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; pg. 188).

¹⁰⁹ “(...) a acumulação reproduz a relação-capital em escala ampliada, mais capitalistas ou capitalistas maiores neste pólo, mais assalariados naquele” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; pg. 188; grifo nosso).

¹¹⁰ Contudo, convém ressaltar que o crescimento da proporção constante do capital está determinado pela possibilidade de se apropriar de uma parcela extra de mais-valia na concorrência com outros capitais. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que o crescimento do capital social realiza-se no crescimento dos capitais individuais. Os capitais individuais, por sua vez, buscam sempre reduzir o tempo em que produzem suas mercadorias de modo a alcançar vantagens sobre o valor (ou tempo de trabalho socialmente necessário) até que a generalização dessa redução de tempo permita cunhar uma nova média, rebaixada com relação à anterior. Em

seja, o aumento na composição orgânica do capital (a ampliação de sua parcela constante ou o aumento na produtividade do trabalho) permite que, à medida que o capital cresça, sua parcela variável não se expanda de maneira a se tornar impeditiva à própria acumulação¹¹¹.

“Como a demanda de trabalho não é determinada pelo volume do capital global, mas por seu componente variável, ela cai progressivamente com o crescimento do capital global, ao invés de, como antes se pressupôs, crescer de modo proporcional com ele. Ela cai em relação à grandeza do capital global e em progressão acelerada com o crescimento dessa grandeza. Com o crescimento do capital global na verdade também cresce seu componente variável, ou força de trabalho nele incorporada, mas em proporção decrescente” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; pg. 199).

Deste modo, a acumulação capitalista produz continuamente uma população supérflua, se considerada relativamente às suas necessidades, que garante a disponibilidade de trabalhadores nos seus momentos de expansão produtiva, evitando que a escassez de trabalhadores possa conduzir a uma alta nos salários. Essa parcela, que corresponde à *superpopulação relativa*, pertence ao capital de maneira tão absoluta como a parcela de trabalhadores por ele diretamente empregada.

“A lei segundo a qual uma massa sempre crescente de meios de produção, graças ao progresso da produtividade do trabalho social, pode ser colocada em movimento com um dispêndio progressivamente decrescente de força de trabalho humana – essa lei se expressa sobre a base capitalista, onde não é o trabalhador quem emprega os meios de trabalho, mas os meios de trabalho o trabalhador, de forma que, quanto mais elevada a força produtiva do trabalho, tanto maior a pressão do trabalhador sobre seus meios de ocupação e tanto mais precária, portanto, sua condição de existência” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; pg. 209).

Essa população excedente de trabalhadores, que funciona como alavanca da acumulação capitalista, parece ser fruto de um crescimento natural da população maior que o crescimento da oferta de empregos, mas, no entanto, o é de uma “lei populacional” própria ao modo de produção capitalista, que aparece naturalizada¹¹². Assim sendo, quando se trata de analisar a moderna colonização brasileira, o primeiro fator a ser considerado é a importância da colonização sistemática para implementar e promover esse crescimento populacional relativo, ou seja, para possibilitar a formação de um exército industrial de reserva interno.

Conforme ressaltado por Marx, a formação desse contingente populacional excedente relativamente às necessidades da reprodução do capital no Brasil, em particular na

busca dessa parcela de mais-valia extraordinária, que existe somente enquanto o tempo de trabalho social médio não se uniformiza, os capitais individuais buscam aprimorar a produtividade de seus trabalhadores, fazendo investimentos na parcela constante do capital.

¹¹¹ “Por sua vez, essa acumulação crescente e a centralização se convertem numa fonte de nova mudança da composição do capital ou *reiterado decréscimo acelerado de sua componente variável se comparada com a constante*” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; pg. 199; grifo nosso).

¹¹² “(...) a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria abundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas próprias leis populacionais particulares, historicamente válidas. Uma lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida que o ser humano não interfere historicamente” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; 200).

cafeicultura, não depende do movimento natural de crescimento da população. Por um lado, ela depende da acumulação primitiva e da possibilidade da expropriação se repor em escala sempre ampliada, por outro lado, depende da capacidade da modernização expulsar progressivamente e proporcionalmente trabalhadores do processo produtivo, permitindo sempre a existência de uma camada relativa sobressalente. No contexto brasileiro, “há que se notar que a particularidade da cafeicultura não permite grandes modificações na composição orgânica dos seu capitais, posto que a mudança nos padrões técnicos ficaram restritas ao beneficiamento e aos transportes” (Boechat, 2009; 212). Ou seja, as condições internas de reprodução do capital não permitiriam por si só a formação desse exército de reserva, tendo que recorrer o Estado, com vistas a criar condições para a reprodução da cafeicultura¹¹³, à população sobrando forjada no desenvolvimento do capitalismo industrial da Europa, através da colonização sistemática como meio para alcançar um processo de mobilização do trabalho concorde com a lei geral da acumulação capitalista.

Em segundo lugar, e o mais importante para a análise aqui desenvolvida, ainda que a exposição precedente seja indispensável para o desenvolvimento do argumento, há que se considerar que a generalização do trabalho livre no Brasil se processa sem a existência de uma superpopulação relativa que permitisse a consolidação de relações de trabalho assalariadas: a própria forma de reprodução do capital em marcha não tinha condições de promover essa expulsão relativa de braços, uma vez que se processava de forma extensiva num processo de incorporação de terras e expansão de criações e lavouras, fruto, em grande medida, da dinâmica do sistema colonial. Além de se considerar que o processo de formação de uma superpopulação relativa via colonização sistemática apenas vai ser desencadeado e subvencionado na que pode ser considerada região da cafeicultura paulista ou, antes, do colonato (Boechat, 2009). No restante do país, outras condições particulares para a reprodução do capital são criadas, correspondendo essas distintas dinâmicas de acumulação a regiões diversas, conforme sugeriu a análise de proposta por Francisco de Oliveira (2007)¹¹⁴. Essas formas particulares se organizam com base em mecanismos próprios que permitem forçar ou mobilizar trabalho num contexto em que a expropriação do trabalhador não é

¹¹³ “Aliás, como procurou ressaltar Beiguelman, a imigração subvencionada para o Oeste paulista mais novo procurou generalizar, através do Estado, uma política que a privilegiava. Os capitais individuais dos fazendeiros dessa área foram, acima de tudo possibilitados sem que tivessem que arcar com os referidos custos (...)” (Boechat, 2009; 212).

¹¹⁴ “(...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas da luta de classes e do conflito social em escala mais geral” (Oliveira, 2007; 145). “Talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de ‘região’ que se queira introduzir seja a da dimensão *política*, isto é, de como o controle de certas classes dominantes ‘fecha’ a região” (Oliveira, 2007; 151).

completa, a violência não se encontra totalmente separada do capital e este, por sua vez, é personificado pelo proprietário de terras.

“A inexistência de uma superpopulação relativa – que possibilite que o trabalho seja inserido no processo de produção de forma autonomizada, ou seja, como a mercadoria força de trabalho – é o próprio elemento empiricamente significativo que separa a região das relações de produção capitalistas” (Toledo, 2008; 194).

No nordeste mineiro, essas são as condições de reprodução da expansão da fazenda pecuária. A superpopulação relativa não está formada e tampouco o Estado realiza investimentos para sua consolidação. A produção aí realizada não se constitui como ponta de lança do setor exportador, ainda que não se possa dizer que o contexto é de regressão econômica, uma vez que o processo de modernização impõe progressivamente condições (mesmo que particulares) para que o capital continue se acumulando, ainda que seja com a expansão do rebanho de gado sobre terras em grande parte apropriadas como posses livres e depois regulamentadas pela lei de terras.

A relação de trabalho que se impõe nessas fazendas é a da *agregação*. Uma relação de moradia, que implica a execução de tarefas para o fazendeiro que cede a terra e a produção dos meios de vida, por parte do agregado. Seria possível pensar, se a intenção é definir um recorte regional baseado nas relações de produção, que estão presentes ainda no nordeste mineiro, além do agregado, o pequeno posseiro e o sitiante, ambos “autônomos”. Contudo, no contexto de expansão da fazenda agropecuária interessa mostrar como “a fazenda é a forma de apropriação da terra, em torno da qual as demais gravitam, com tensões significativas” (Moura, 1988; 82). Ou seja, da perspectiva aqui adotada, que é a de crítica das formas de subordinação que a reprodução do capital impõe, a relação que permitiu caracterizar o nordeste mineiro, entre a metade final do século XIX e a metade inicial do XX, (ainda que não se restrinja à essa parte do estado, havendo fortes indícios de que também está presente no norte de minas e nos sertões do rio São Francisco), é a reprodução do capital na forma da expansão das fazendas, da qual fazem parte tanto agregados como posseiros e sítiantes autônomos, ainda que de formas diferentes.

Para apresentar as formas através das quais a fazenda se impõe como o centro do universo social, fazendo com que agregados e autônomos *trabalhem* para ela, trataremos de cotejar a etnografia dos capítulos 5 (A agregação na fazenda) e 6 (A situação na terra livre) do livro *Os deserdados da terra* (1988), de Margarida Maria Moura, com as investigações por nós realizadas em trabalho de campo¹¹⁵.

¹¹⁵ Vale lembrar que apesar das conversas e entrevistas terem se realizado em grande medida com famílias absolutamente expropriadas, migrantes ou moradoras das periferias das pequenas cidades do nordeste mineiro, as

A agregação é uma relação que abarca toda a família, nuclear ou estendida, mas é contratada pelo seu chefe, que ocupa o papel do agregado. De acordo com a autora, a condição de agregado é “masculina e intransferível” (1988; 81). Ou seja, cada novo rearranjo de morada deve ser sempre renegociado com o fazendeiro, como por exemplo a instauração de novas casas de morada, para os filhos que formam família. Acorda-se a relação de agregação por meio de um pedido de morada ao fazendeiro, que implica, para o agregado, em aceitar o desempenho de uma série de funções correspondentes, como veremos não apenas de trabalho, mas também ligadas às esferas aparentemente separadas da política e da cultura. Esse conjunto de regras, de acordo com Margarida Moura está “fundado numa oposição inconciliável entre duas formas de trabalho, e que só uma forma específica de dominação pode conciliar” (1988; 81). Para a autora essas duas formas de trabalho são, respectivamente, o trabalho despendido diretamente na fazenda e a produção direta dos meios de vida, ainda que a forma específica de dominação não se funde na exploração do trabalho no sentido estrito, mas na dominação total do agregado, no que se refere ao seu deslocamento no espaço e no tempo social da fazenda, no fato de este ter de estar completamente à disposição do fazendeiro.

“Nesse sentido, não é o trabalho contínuo que caracteriza sua subordinação e de sua família às solicitações do proprietário. O trabalho contínuo só ocorre quando as lides agrícolas assim o determinam; ele não caracteriza a totalidade do ano produtivo. O nexo fundamental que liga o agregado à teia da dominação é *estar à disposição do fazendeiro*” (Moura, 1988; 82; grifo da autora).

Existe, portanto, uma relação de trabalho, embora a jornada não seja regular, nem seja estipulada *a priori*¹¹⁶. Portanto, se existe um mecanismo de exploração do trabalho ele não se baseia na extração de mais-valia, mas diz respeito, antes, à importância do trabalho do agregado para permitir que a fazenda se expanda e o capital se acumule e a importância da

memórias sobre as relações com a fazenda, no tempo em que essas famílias ainda tinham alguma forma de acesso à terra, estiveram sempre presentes.

¹¹⁶ “(...) suprimi-se pela análise concreta a visão do agregado como parasito, como mumbava, o habitante do meio rural onde prevalece a desnecessidade de trabalhar, ‘vivendo à sombra de sitiantes prósperos’” (Moura, 1988; 82). Avançando na reflexão sobre o nexo entre a antiga relação de agregação de homens livres sob a ordem escravocrata e a relação que se generalizou com o fim do trabalho cativo, pode-se assinalar, a partir do comentário feito na referência apresentada, que a visão do agregado como parasito deriva de sua inserção em uma ordem social onde o trabalho predominantemente reconhecido é o do escravo. Certamente a visão denunciada por Moura (1988) guarda uma série de preconceitos, o que não impede que ela revele qual o reconhecimento social que se fazia do trabalho. Ainda que o agregado exercesse diversas atividades que não podiam ser exercidas pelo escravo e que, à sua maneira, contribuíam para a reprodução das relações de produção fundadas na escravidão, socialmente o escravo era o trabalhador por excelência, na sociedade colonial. Com o fim da escravidão, essa condição se inverte, sendo que todo o trabalho necessário para a reprodução das fazendas em expansão passou a ser realizado pelos agregados (muitas vezes eles próprios ex-escravos). Ainda assim, o crescimento das fazendas (e do capital) aparece naturalizado e prevalece a aparência de “desnecessidade” do trabalho, que fundamenta tais preconceitos ao lado da visão liberal da indolência dos que não conseguem acumular com o produto do seu trabalho.

subordinação do agregado como expediente de fazer valer a autoridade (e a violência que a sustenta) do fazendeiro no seu processo de incorporação de terras e trabalhadores¹¹⁷.

No que se refere às suas atividades de manutenção econômica da fazenda, ao agregado cabe manter carreadores, caminhos e estradas, colocar e fazer a manutenção de cercas e porteiros, trabalhar como pedreiro, reparando e construindo o que for necessário, além de esgotar várzeas e preparar represas, sendo essas atividades não remuneradas. Trabalha também em lavouras que pertencem ao fazendeiro como canaviais, cafezais ou algodoads, pelo que recebe pagamento semanal em dinheiro. Das roças que realiza para si, “dá a terça do milho ao fazendeiro” (1988; 82). No que se refere ao cuidado com as criações, um agregado pode cumprir diversas funções ou ainda pode especializar-se em alguma delas sendo todo o trabalho dividido entre vários agregados. Ao peão cabe amansar animais de montaria, ao retireiro cabe o zelo dos rebanhos e a ordenha, por fim, o vaqueiro é o que se retira para engordar o gado em mangas distantes, todas essas atividades são remuneradas com o pagamento de diárias.

A mulher do agregado também trabalha para o fazendeiro, mas antes de tudo tem de estar disponível para trabalhar sempre que solicitada, estando sobretudo disponível à mulher do fazendeiro. Algumas são amas ou cozinheiras permanentes, outras integram o corpo de empregadas em situações excepcionais como em festas e na recepção de convidados. A mulher também cuida de sua própria casa e do quintal, além de ter de assumir sozinha, algumas vezes, a tarefa de roça, “porque a demanda de trabalho da fazenda, que recai sobre seu marido, o ocupa de ‘sol a sol’” (1988; 83). Em função dessa dinâmica, as filhas dessas mulheres começam cedo a assumir o cuidado com os irmãos mais novos, as tarefas domésticas e tem também que trabalhar como ajudantes na roça ou como assistente ou substituta da mãe na condição de empregada.

Há que se destacar, entretanto, que apesar de trabalhar de maneira intermitente, o agregado e sua família tem de estar sempre disponível para satisfazer as necessidades do fazendeiro. Mesmo o trabalho que exerce para si próprio está condicionado, no tempo e no espaço, pelo seu desempenho na fazenda. É a importância da subordinação do agregado, aparecendo em sua face política.

“Esse controle sobre o tempo do agregado, para a fazenda e sobre o tempo de trabalho para si e sua família, mostra a face política da relação social. *Trabalha-se para o fazendeiro para que se torne possível trabalhar para si próprio*. Pelo fato de

¹¹⁷ “O agregado é pessoa livre, mas controlada pelo fazendeiro: ele não pode colher para si qualquer coisa, ele não tem licença de transitar por qualquer lugar, sua entrada na sede da fazenda se dá invariavelmente pela porta dos fundos e demanda, quando necessário, a retirada reverente do chapéu. Deve estar permanentemente disponível para atender chamados seus, dentro e fora da esfera dos denominados ‘típicos da fazenda’” (Moura, 1988; 82).

não dispor de terra própria, ou por não ter sido possível trabalhá-la, sem que sobre ela se impusesse o revestimento da dominação econômica e jurídica, é que o lavrador se submete ao fazendeiro. O conceito de trabalho tem característica própria” (Moura, 1988; 84; grifo nosso).

Ou seja, a subordinação da terra ou a expectativa de subordinação sobre ela, por parte do fazendeiro, é também um recurso de condicionamento de todos os que dependem da terra para viver; ao trabalho na fazenda, para que seja possível se reproduzir, se tem que estar à disposição do fazendeiro para a reprodução do seu capital. Ainda que seja possível considerar que esse trabalhador não esteja completamente expropriado da terra, sua condição particular de acesso à mesma cria o mecanismo de subordinação do trabalhador (de seu tempo total e não repartido em jornadas) ao fazendeiro¹¹⁸.

Desse modo, devemos considerar não apenas as terras já dominadas e a condição de subordinação a que estão submetidos agregados e também pequenos posseiros que, não possuindo terras em dimensão suficiente para suas despesas, pedem para plantar roças na fazenda em condições semelhantes de subordinação; mas também os lavradores autônomos, em especial posseiros que passam a ter suas terras dominadas num contexto de expansão da fazenda. Nesse caso, a roça do posseiro, que existia anteriormente, é uma situação possível na terra devoluta apenas enquanto a fazenda “não cogita se impor e submeter seus habitantes” (Moura, 1988; 89). Quando isso ocorre, vale ressaltar, não é apenas o trabalho futuro dos roceiros tornados agregados que é subordinado pela e para a acumulação de capital da fazenda. Seu trabalho pretérito também é incorporado: o desmate, a destoca, a preparação da terra, cercamento, construção de caminhos e carreadores e, em algumas situações, as próprias roças; o trabalho já objetivado é incorporado quando se incorpora a terra. Por isso, é necessário ressaltar que para a expansão da fazenda agropecuária é prescindível “formar a fazenda”, pois ela se expande justamente sobre trabalho pretérito de posseiros, incorporando-os sem ter de arcar com seus custos, ao passo que submete o ex-posseiro a aceitar o “favor” de ser tornado agregado¹¹⁹.

¹¹⁸ “Essa imposição do domínio, que é, na própria acepção da palavra, o domínio da terra e torna possível o domínio dos homens – fórmula que pode ser invertida com precisa e idêntica tensão dialética –, não equivale à totalização do poder, que emana da propriedade econômica e jurídica da terra. A fazenda não tem sozinha a força hegemônica para determinar o caráter absoluto do *dominium*. *Uma margem aberta à autonomia de seus agregados, no que toca ao acesso à casa, à terra, às plantas permanentes e ao plantio de roças, permitia ao fazendeiro dispor sempre e prontamente desse lavrador e de sua família*. Favorecido por esta concessão inicial, não tinha como e nem porque deixar de atendê-lo” (Moura, 1988; 85; grifo nosso).

¹¹⁹ “Nas áreas onde a propriedade privada encontra-se com a terra devoluta, habitada por pequenos posseiros, a fazenda faz valer usos e costumes fundados no poder pessoal. A ‘escritura do abraço’ resume o ponto final de um processo de invasão das posses e se ampara em distintas estratégias: 1) a dominação pessoal que garante o controle sobre terras e homens, sem prova documental anterior; 2) o título de propriedade forjado; 3) o documento incompleto, por exemplo, um antigo formal de partilha da área, invocado como documento superior à ocupação produtiva da terra pelo posseiro e sua família” (Moura, 1988; 89-90).

A terra do posseiro, a morada ou terreno, é ocupada pelo lavrador por sua casa, quintal e roça. De acordo com Margarida Moura, “a categoria que dá contornos físicos precisos à terra é o *situ*” (1988; 125; grifo da autora), na medida em que ela permite uma situação, uma posição no espaço e portanto, uma possibilidade de reprodução, por parte de seus possuidores. A autonomia desse posseiro pode apenas ser reivindicada por comparação com relação ao agregado, que está à disposição do fazendeiro, mas é sempre autonomia ameaçada e subjugada em função dos interesses da fazenda em formação. No nordeste mineiro, o *situ* pode tanto ser encontrado nas grotas, cujo limite superior é a chapada, como em terrenos baixos e contínuos. Nele o roceiro planta alimentos de forma combinada no quintal e na roça, e separa um trecho de manga para o pasto dos animais, além de usufruir da coleta de lenha e plantas medicinais existentes nos seus terrenos ou nas chapadas arredores. Contudo, o que caracteriza a situação é a autonomia relativa e conjuntural com relação à fazenda, ainda que essa alegue “nada dever, nem ao fazendeiro, nem à coletoria” (Moura, 1988; 127), pois sua independência fica comprometida pela eterna propensão da fazenda a estender seus domínios.

Nesse processo de expansão da fazenda agropecuária, existem dois movimentos contrapostos e compostos que lhe imprimem a tônica: “a fazenda, que inexistia dessa forma, hoje, por não ter sido cartorialmente comprovada, mas pode ter existido no passado; a fazenda que inexistia no passado e passa a se formar hoje e quer invadir seu *situ*” (Moura, 1988; 127). Com relação aos sítios, nos quais os sitiantes possuem título cartorial da terra, a violência empregada pela fazenda em expansão inflige no máximo litígios divisórios, “que só excepcionalmente evoluem para a tomada da pequena propriedade inteira” (Moura, 1988;129), ou seja, a imposição da fazenda se exerce mais com relação a extremas, cercas e limites, avançando a fazenda, por vezes, sobre uma aguada; mas podem se desenrolar também como pressões para que os sítios sejam vendidos, especialmente quando a fazenda passa a ser sua única extremante, quando os sítios correspondem a enclaves no movimento de expansão de uma fazenda, conforme os relatos ouvidos em campo. Quanto aos *situs*, a imposição da expansão da fazenda faz com que a situação de posse da terra seja alvo de despejos e ações de reintegração, além das “escrituras do abraço” já referidas, de modo a consolidar na posse a propriedade da terra, em detrimento do situante, que passa a ser definido como um invasor, que foi tolerado pelo suposto dono da terra e que agora não o pode ser mais, em função das necessidades de crescimento da fazenda¹²⁰.

¹²⁰ “Essa prática efetiva-se através de um sistema comportamental, que reverte violentamente a *liberdade* do *situante* na terra em *liberdade* do formador de fazenda para com a terra do situante” (Moura, 1988; 129; grifos da autora).

A relação entre situante e fazendeiro pode reestruturar-se de diversas formas: num caso o situante pode resistir, até que a força empregada pela fazenda se objetive e o expulse de vez, como nos casos em que o fazendeiro derruba as cercas e põe o gado para pastar nas roças da situação; noutros, acomodam-se também acordos de cessão de dois ou três dias de trabalho, ou ainda pagamento de renda em produto, à fazenda, para continuar na terra¹²¹; ou a total subordinação da situação, que se faz através da imposição do “favor” da agregação, explicitada pelas cartas de agregação, que os antigos posseiros tem de assinar.

Em todos esses casos, o principal expediente de subordinação dos expropriados ao proprietário fundiário é o monopólio dos meios de produção (especialmente a terra) através de recursos que mesclam o emprego da violência direta através do poderio estatal em formação, que o fazendeiro passa a compor quando na sua integração na Guarda Nacional. Como vimos ressaltando, o Estado e o capital ainda não se constituem em esferas aparentemente separadas e a Guarda Nacional se apresenta como forma institucional do poder regional (e do capital regional) que o coronel personifica. Contudo, diversamente da mobilização do trabalhador assalariado, cuja expropriação tem que ser continuamente mantida para que ele continue sendo empurrado a vender sua força de trabalho, a relação de agregação tem, justamente no acesso à terra, seu mecanismo de subordinação do trabalhador. Ou seja, o trabalhador não precisa ser mantido expropriado para que tenha que se vender ao capital. Antes, integrá-lo numa condição de dependente da terra alheia, como única possibilidade para reproduzir-se (o favor imposto), constitui o fundamento desse processo de subordinação.

Nesse caso, conseqüentemente, as condições de forçar e se apropriar do mais-produto social estão reunidas nas mãos do proprietário de terras, do fazendeiro. Ele personifica essas condições. As possibilidades de reprodução para os expropriados no meio rural do nordeste mineiro tem como pressuposto a subordinação a essas condições. Conforme apresentado, o fazendeiro força diretamente o mais-trabalho do agregado para a reprodução do seu capital-fazenda e se apropria, tanto do mais-trabalho pretérito do posseiro, quando invade sua situação, como passa a forçar seu mais-trabalho futuro, quando o incorpora na condição de agregado ou parceiro forçado. O próprio trabalho necessário desses roceiros que produzem diretamente seus meios de vida está subordinado aos arranjos temporais e espaciais que o agregado tem com o fazendeiro, além de ter, como toda a produção da fazenda, a forma mercadoria como pressuposto, de modo que é possível transformar valores de uso,

¹²¹ “A cessão da condição de terças e meias é a forma de subordinar livres a relações sociais que consolidavam a fazenda em formação (...). A materializada do trato só ganhava sentido se percebida através das relações simbólicas do favor: dar a renda é reconhecer implicitamente que se tem patrão e que foi este que liberou o acesso à terra” (Moura, 1988; 131).

consumidos diretamente pelas famílias para sua reprodução, em *meios* que permitem a apropriação de outros valores de uso também necessários.

Esse mais-produto, no entanto, que às vezes parece estar dividido claramente entre trabalho socialmente necessário (parcela da produção apropriada pelo agregado) e mais-produto (parcela apropriada pelo fazendeiro: a meia, a terça ou a quarta parte, dependendo da relação estabelecida), encontra-se distribuído em diversas outras formas de trabalho não pago, como a manutenção da fazenda realizado pelo agregado e o processo de formação de fazenda, deflagrado pelo posseiro. O mecanismo de extração desse mais-produto, apropriado pelo fazendeiro, é a propriedade da terra, ainda que a forma assumida por ele não seja a da moderna renda fundiária, fundada na incorporação do sobrelucro pelo proprietário fundiário.

Marx (1986, vol. V, cap. XLVII), no último capítulo da Seção dedicada à apreciação da *metamorfose do sobrelucro em renda fundiária*, analisa a *gênese* dessa relação, no processo de acumulação primitiva. Argumenta Marx que durante a Idade Média, a “indústria” não podia ser entendida como atividade independente da “agricultura” e que essa separação, que na verdade consiste num processo de formação de ambos os setores da produção de mercadorias, teria se dado apenas no processo de modernização¹²². A essa “separação” corresponderia a constituição da propriedade, tanto da terra, como do capital, liberados na acumulação primitiva, como fontes de rendimentos aparentemente díspares e autônomas.

Contudo, durante o processo de formação da terra e do capital como fontes de rendimentos, não era “o capital que [executava] a função de forçar todo o mais-trabalho e, em primeira mão, de apropriar-se ele mesmo de toda a mais-valia”, pois não havia ainda “submetido a seu controle o trabalho social” ou o havia feito apenas “esporadicamente” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII; 246). Antes, o mecanismo de forçar mais-trabalho na sociedade feudal era o controle da terra pelo seu senhor, o que não permite “sequer falar da renda no sentido moderno, da renda como excedente sobre o lucro médio” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVII; 246).

No entanto, como vimos discutindo, o processo de acumulação primitiva não produz efeitos simultâneos nos diversos territórios que ele mundializa como seus. Se, de encontro com o modo de produção feudal, um dos resultados da modernização consistiu na formação da propriedade, tanto da terra, como do capital, como fundamentos da mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977); no caso das colônias o processo de modernização foi bem distinto. Em primeiro lugar, não é das entranhas do feudalismo que o capitalismo se

¹²² “(...) o produto e o mais-produto das grandes propriedades não consistia de maneira alguma apenas em produtos do trabalho agrícola. Abrangia igualmente os produtos do trabalho industrial” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVII; 248).

desenvolve na América Portuguesa. As relações de produção que tem como finalidade a acumulação são implantadas pelo sistema colonial, que passa a promover a integração das colônias com o capitalismo mundial, por meio da acumulação (primitiva) que, na potência hegemônica da Europa, permitiu a Revolução Industrial.

O expediente colonial de produção de excedentes apropriáveis comercialmente, baseava-se, no entanto, na apropriação extensiva de terras que deviam se tornar rentáveis pelo emprego do trabalho escravo na produção de mercadorias tropicais. Esse mecanismo, não pressupunha a propriedade da terra como fundamento da mobilização do trabalho. A terra funcionava, antes, como *garantia de permanente investimento agrícola*, ou seja, terra e capital não se encontravam autonomizados, constituindo a terra o meio por excelência de objetivação do capital.

Deste modo, não é possível dizer que o caráter do controle fundiário colonial e regional, no Brasil, se assemelha ao desempenhado na Idade Média. As relações revestidas, tanto de aparência de monopólio senhorial sobre a terra, como de aparência de dominação pessoal, constituem um processo de forçar o mais-trabalho social diretamente vinculado à acumulação, além de mediado pela forma-mercadoria¹²³. Também não é possível dizer que o capital, como esfera autonomizada, cumpra o papel de extrair o mais-produto, na forma de mais-valia, nem na colônia, nem posteriormente, no longo processo de autonomização que lhe é subsequente, pelo menos até o fim da República Velha.

Podemos sugerir que o que temos são relações sociais de produção particulares, produzidas pela generalização do trabalho livre num contexto de ausência de superpopulação relativa. Essas relações *regionais*, que se territorializam através dos capitais-poderes, inseridos no processo de desdobramento do Estado, fundam-se em recursos diversos de mobilização do trabalho. Ao apresentar os expedientes presentes na relação de agregação no processo de expansão da fazenda agropecuária no nordeste mineiro, podemos perceber, em primeiro lugar, que eles cumprem o papel de criar as condições para a produção de um mais-trabalho, que é apropriado na reprodução da fazenda. O processo de imposição dessas condições não é isento de artifícios extra-econômicos, uma vez que sabemos que o emprego da violência não se encontra monopolizado nas mãos do Estado, ainda que seu sentido seja a realização da acumulação, materializada na incorporação de mais terras e na expansão da fazenda (trabalho objetivado de ex-posseiros e agregados).

¹²³ “Configura-se algo que pode de fato ser chamado de dominação de classe. Percebe-se que não se trata simplesmente de uma forma de dominação direta, porque ainda que as relações estejam carregadas do poder pessoal, são mediadas por coisas. No entanto, essa forma de dominação não se encerra na relação de classe. A forma de dominação em questão submete os dominadores regionais [na sua relação com o comércio internacional]” (Toledo, 2008; 200).

Esse mecanismo que força o mais-trabalho, por assim dizer, não se baseia na expropriação total do trabalhador, como vimos discutindo. Antes, baseia-se na concessão subordinada de terras que cria, por um lado, as condições para que o trabalhador produza diretamente os meios para reproduzir a si e a sua família, eliminando um custo dos balancetes das fazendas; mas, por outro lado, as condições que forçam a família ao trabalho, uma vez que lhes foi “concedido” (o melhor seria dizer, imposto) o favor de permitir-lhes sobreviver daquela terra (mesmo que elas estivessem originalmente apropriadas pelos posseiros).

Todas essas mediações necessárias nesse processo particular de imposição do trabalho, que, enquanto tal, forneça um mais-produto, estão determinadas também pelo monopólio da terra. Esse monopólio, como vimos, passou por transformações da existência de sesmarias até a instauração da propriedade privada. Essas transformações vão sendo impressas pelo processo de autonomização do Estado com relação ao capital, que lentamente assume a centralização da violência e a internalização de parte dos custos do processo de modernização. Nesse processo, contudo, o sentido do monopólio da terra não é definido em si mesmo, pois ele sozinho não organiza a sociedade em questão (o que a distancia completamente de uma sociedade feudal). O monopólio da terra, que assume a forma de propriedade privada, vale apenas como *garantia de permanente investimento agrícola*. Nem o sentido da propriedade da terra é já a moderna renda fundiária paga pelo arrendatário capitalista, nem o sentido da propriedade sobre o capital é o lucro médio que se pode extrair com base na exploração da mais-valia¹²⁴. Antes, o sentido do monopólio da terra é ele valer como garantia de um investimento de capital, que se materializa na fazenda, cuja expansão expressa acumulação, e permitir lucro (comercial) com a comercialização dos seus produtos, produzidos na forma de mercadorias, para o fazendeiro-coronel, personificação que encarna a não-autonomização entre terra, capital e Estado.

Nesses termos, concordamos, de fato, com Martins (2004) no que se refere à substituição do trabalhador cativo, antes pelo trabalhador livre do que pelo assalariado. Entretanto, tais particularidades na reprodução da acumulação, nas relações de produção que a proporciona não podem ser, por nós, compreendidas como não-capitalistas, simplesmente porque valorizam “comercialmente” o capital, ao invés de fazê-lo por meio da reprodução ampliada. O processo histórico de formação do capital é o de imposição da relação de separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho, que passa a aparecer objetivado e fantasmagórico na forma de mercadoria. Esse processo tem de

¹²⁴ “Capital – lucro (ganho empresarial mais juros), terra – renda fundiária, trabalho – salário: essa é a fórmula trinitária que compreende todos os segredos do processo de produção social” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII; 269).

autonomizar (e o faz lentamente) o trabalhador da terra, mas também o capital da terra e o Estado do capital, que se encontram mesclados, respectivamente nas personificações do trabalhador e do proprietário fundiário. Sua dinâmica é a de acumular capital, mas também acumular as categorias, resultadas da autonomização. O sentido da sociedade não é diverso da dinâmica de formação das relações capitalistas: a acumulação primitiva está presente num contexto em que a acumulação propriamente capitalista não pode sustentar-se sobre seus próprios pés, mas ao passo que permite acumular (ainda que “comercialmente”) capital, acumula também as relações que proporcionarão essas bases, permitindo que o trabalhador fique abandonado às leis da produção.

A mercadoria, que passa a mediar as relações na América Portuguesa tão logo é implantado o sistema colonial, não deixa nunca de estar ligada ao circuito capital (do germe de sua reprodução ampliada na Europa). Em primeiro lugar, sua circulação mobilizou os recursos que proporcionaram a Revolução Industrial, explicitando o sentido mundial do desenvolvimento capitalista. Esse sentido externo da acumulação se transforma, no entanto, como o processo de autonomização entre o Estado metropolitano e a colônia, que se constituiria num Estado Independente, quando a acumulação passa a estabelecer internamente as bases da reprodução. No momento em que o fundamento dessas bases (a superpopulação relativa) ainda não esteve estabelecido, a acumulação esteve fundada na reprodução regional, ela própria processo de autonomização das categorias do capital, que viria a desembocar na formação do Estado nacional, e na ascensão do moderno sistema produtor de mercadorias, a partir da Revolução de 30, primeiramente em São Paulo, com a cafeicultura e o colonato, mas a se generalizar por todas as outras regiões brasileiras, num longo processo de modernização retardatária durante quase todo o século XX, no qual os anos 70 e as políticas de planejamento regional serão um importante ponto de inflexão no nordeste mineiro, já nessa época conhecido como Vale do Jequitinhonha.

3.3 – O coronelismo e a não-autonomização entre política e economia como expediente de forçar trabalho

O debate sobre o “coronelismo” se refere, de um modo geral, a uma forma de incursão do poder privado no domínio que deveria ser o do público (Leal, 1976; Dantas, 1987; Neves, 1998; Faoro, 1991), que esteve presente no Brasil, especialmente durante a Primeira República. De acordo com a perspectiva assumida por Vitor Nunes Leal, no livro *Coronelismo, enxada e voto* (1976), o coronelismo não pode, no entanto, ser apresentado

como legado ou sobrevivência do passado colonial que persiste no Estado brasileiro consolidado¹²⁵. Isso porque, de acordo com esse autor, o coronelismo não consiste *apenas* na afirmação predominante do poder privado, nem corresponde à fase áurea do privatismo patriarcalista, na qual o poder econômico, social e político se concentrava no grupo parental.

Para Nunes Leal, o coronelismo seria, pelo contrário, a decadência da predominância do poder privado e um expediente para conservar seu conteúdo residual, funcionando como um compromisso entre o poder privado decadente e o poder público que vai se fortalecendo. Conforme indica o argumento do autor, na Primeira República o aparelho estatal “já se achava suficientemente desenvolvido, salvo em casos esporádicos, para conter qualquer rebeldia do poder privado” (Leal, 1976; 252), diferentemente do período colonial, onde o predomínio do patriarcalismo colonial, correspondia à insuficiência desse aparelhamento, de modo que apenas o poder privado tinha condições de levar adiante a empresa, ainda que esta tivesse desígnio público, conforme ressalta Raymundo Faoro (1991; 158).

“Por isso mesmo, a freqüente submissão da Metrópole à arrogância do senhorio rural e, depois, os diversos expedientes de que lançou mão para compor-se com ele explicam-se, muito naturalmente, pela insuficiência do poder público, incapaz de exercer a plenitude das suas funções” (Leal, 1976; 252).

O argumento de Nunes Leal indica que, não tendo sido a falta de aparelhamento a insuficiência do Estado republicano, o compromisso coronelista teria se fundado, pelo contrário, na debilidade estatal provocada por uma inadequação entre seu regime representativo e a estrutura econômica e social sobre a qual ele se punha. O sufrágio havia sido estendido à toda população rural, mas essa se comportava como uma “massa inculta e abandonada à dependência com relação aos proprietários fundiários” (Leal, 1976, 253). Ou seja, haviam sido incorporados à cidadania um enorme contingente de eleitores, cujo volume de votos passara a se tornar determinante para as decisões eleitorais; mas a obtenção desses votos estava condicionada à intermediação dos proprietários de terras, que mantinham essa população como seu rebanho eleitoral.

“Eis aí a debilidade particular do poder constituído, que o levou a compor-se com o remanescente poder privado dos donos de terras no peculiar compromisso do ‘coronelismo’. *Despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais, os dirigentes políticos do interior fazem-se credores de especial recompensa, que consiste em ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação no município*” (Leal, 1976; 253; grifo nosso).

Ibarê Dantas, em seu livro *Coronelismo e dominação*, de 1987, também apresenta o coronelismo como um fenômeno eminentemente republicano, embora comece a gerar-se no Império, na instituição de uma relação fundada na dominação pessoal entre o patronato rural e

¹²⁵ “Seria, porém, errôneo identificar o patriarcalismo colonial com o ‘coronelismo’, que alcançou sua expressão mais aguda na Primeira República” (Leal, 1976; 251).

os libertos. Para o autor, durante o Império a estabilidade política baseava-se numa estrutura de dominação na qual o Imperador tinha papel fundamental, na medida em que era fiador da ordem escravocrata e, portanto, contava com o apoio do senhorio rural, e na medida em que atuava como um poder moderador, encarnando a figura do Estado.

Contudo, com a proibição do tráfico de escravos, o compromisso com os senhores rurais se rompeu, o que conduziu esta classe a apoiar os partidos republicanos. A instauração da república rompeu ainda com a hegemonia das antigas “oligarquias açucareiras”, provocando uma alteração na relação de forças, que passava a concentrar-se na “burguesia cafeicultora”, uma vez que esta comandava o processo de acumulação no Brasil (Dantas, 1987; 21). Esse contexto levou a um arranjo de acentuada vinculação das políticas federais com as estaduais, estimulando o desenvolvimento de oligarquias nos estados, que passam a articular-se “do nível regional ao nacional” (Dantas, 1987; 22). Enquanto que, na esfera municipal, se desenvolvia o coronelismo, como base de legitimação do poder das oligarquias, fechando a estrutura de dominação.

“A maneira como isso foi conseguido é bem conhecida. Assim como o *Presidente da República assegurava a continuidade da política estadual, em troca do apoio incondicional à política federal*, nos Estados, as oligarquias progressivamente fortalecidas através da garantia de continuidade, passaram a fornecer carta branca aos coronéis, que se manifestavam mais fortes no município. Estava legitimada a dominação dos grandes proprietários rurais que agrupados em torno dos mais poderosos encontram condições para desenvolver seu poder extra-legal” (Dantas, 1976; 21-22; grifos nossos).

Para Nunes Leal (1976), a existência de um regime representativo num contexto social impróprio conduz ao coronelismo. Esse argumento leva em conta a importância do controle sobre os votos dos eleitores, no regime representativo que havia se instaurado na República. Entretanto, a conexão entre a representação e os representados acabava dificultada, de acordo com o argumento do autor, ora em função da “ignorância da população”, ora em função da “dominação” exercida pelos proprietários fundiários, que lhes mantinham “encabrestados”. Dessa maneira, o fazendeiro assume papel fundamental sendo o único capaz de realizar a intermediação, permitindo que os representantes tenham acesso aos votos das massas populares, as únicas que lhes podem outorgar o poder¹²⁶.

Para Ibarê Dantas (1987), a Política de Governadores permite uma acomodação das oligarquias nos poderes estaduais que fortalece o coronel no município, como seu mecanismo

¹²⁶ “Tivéssemos maior dose de espírito público e as coisas certamente se passariam de outra forma. Por isso, todas as medidas de moralização da vida pública nacional são indiscutivelmente úteis e merecem o aplauso de quantos anseiam pela elevação do nível político do Brasil. Mas não tenhamos demasiadas ilusões. A pobreza do povo, especialmente a população rural, e, em consequência, o seu atraso cívico e intelectual constituirão sério obstáculo às intenções mais nobres” (Leal, 1976; 258).

local de legitimação, outorgando-lhe poder. Nesse argumento, o fundamento do sistema político aparece invertido: a outorga de poder não parte do eleitorado. Ela está pressuposta, ainda que o poderoso tenha que criar instrumentos locais de legitimar o poder que ele exerce, concedendo ao coronel poder que tenha esse desempenho.

Esse enfoque diverge da maioria das perspectivas que atribuem ao voto papel invariante e intrínseco no coronelismo.

“Com o fim de destacar os elementos fundamentais do coronelismo, podemos conceituá-lo como uma forma de representação política exercida por determinados proprietários sobre os trabalhadores rurais, ao tempo em que se impõe como intermediário entre as massas do campo e as oligarquias estaduais, tendo como objetivo a manutenção da estrutura de dominação. Essa forma de generalizá-la não deve, no entanto, ofuscar suas mutações: fases sucessivas marcadas tanto por elementos constantes como por traços mutáveis nas relações com o Estado. *Ou seja, na medida em que o coronelismo vai moldando-o aos seus interesses, vai também adaptando-se às transformações. É essa dinâmica que pode ser percebida através do resgate de sua historicidade*” (Dantas, 1987; 18; grifo nosso).

De acordo com esse autor, o fundamento do poder local varia historicamente: num primeiro momento, que vai até 1930, quando a Guarda Nacional é extinta, o fundamento da instituição é o controle das massas e a legitimação da sociedade política, a partir da força de sua milícia particular. Para o autor, no entanto, o coronelismo tem continuidade mesmo posteriormente à extinção das corporações paramilitares, continuando num segundo momento (1930-1945), apesar do desgaste de sua força coercitiva, fundado no prestígio construído a partir de uma tradição de mando; e num terceiro (1945-1964), passando a basear-se no voto, tendo, as eleições, apenas nesse momento, um papel central na reprodução do coronelismo.

Ou seja, com relação à Primeira República, o argumento de Dantas (1987) diverge do de Nunes Leal (1976). Para o autor, a existência do coronelismo não estava diretamente relacionada ao número de votantes, mas à capacidade de controlar e impor a coerção, através das milícias particulares (Guarda Nacional), organizadas pela “oligarquia fardada”. A vitória eleitoral dependia antes da possibilidade de empregar a violência, do que dos votos propriamente ditos, na medida em que as “eleições poderiam ser falsificadas e os resultados geralmente puderam ser impostos, desde que houvesse suporte na força, baseada na capacidade de mobilizar homens em armas” (Dantas, 1987; 24). Ou seja, para Dantas (1987), dentro dessa situação estrutural, as eleições não passavam de um ritual que servia para “legitimar o poderio dos coronéis influentes em seus respectivos redutos” (Dantas, 1987; 25).

Essa perspectiva permite compreender *como* os coronéis podem exercer poder sobre a “massa dos pobres iletrados”, uma vez que apresenta a Guarda Nacional como instrumento de poder local. Além disso, ele permite indicar a falta de autonomia do Estado com relação à classe dominante local, que compõe parte do próprio aparelho do Estado, imprimindo

localmente os rumos que lhe aprouverem ou, mais precisamente, que aprouverem à realização de relações sociais particulares que permitem a reprodução das fazendas, as quais são proprietários. Contudo, por outro lado, essa perspectiva ofusca a falta de autonomia da classe dominante com relação ao Estado e não permite destacar, conforme a perspectiva assumida por Nunes Leal (1976), a condição que possibilita a existência do coronel, que é a existência mesma do Estado que lhe outorga poder por meio de uma de suas instituições – a Guarda Nacional.

O cotejamento entre os autores permite identificar uma contradição. Nunes Leal se refere explicitamente à existência no Estado de poderio que permitiria “conter qualquer rebeldia do poder privado” (1976; 252). Entretanto, durante o Império e a República Velha, as tropas de segunda linha – que não integravam nem o Exército, nem a Armada, cujas atribuições consistiam em garantir a ordem internamente ao território nacional, além de possuir forte caráter de “contenção de classe” (Neves, 1998; 235) – foram centralizadas na Guarda Nacional. Deste modo, ainda que o Estado possuísse um aparelhamento capaz de conter insubordinações dos particulares, o exercício da violência internamente ao território estava relegado aos mesmos. E não apenas isso: os exércitos de jagunços formados na República Velha se impunham inclusive a governos estaduais, através de guerras, como ressalta Neves (1998; 235-237).

A Guarda Nacional surge em 1831, no momento posterior ao fim do sistema colonial e, de acordo com Neves (1998), sua primeira atribuição é estabelecer um aparato militar que permitisse sustentar a monarquia escravista que se formara. Há que se considerar que, apesar de submetida ao Ministério da Justiça, ao invés de o estar ao Ministério da Guerra e apesar de inspirada em princípios americanos e franceses de defesa do Estado e de suas instituições¹²⁷, a existência da Guarda Nacional brasileira durante o Império, sofre ainda o impacto da estrutura de poder colonial. Ora, em primeiro lugar a crise do antigo sistema colonial, a independência do Brasil e, posteriormente, sua transformação em República e a consolidação gradual de suas instituições, se referem ao longo processo de autonomização do monopólio da violência que está implicado na passagem do Estado absolutista (metropolitano) para o Estado nacional (independente). O Brasil Império representa o pontapé inicial desse processo de autonomização e, por isso, encontra-se ainda carregado pelas marcas do Estado absolutista colonial, como deixa comprovar a conjuntura em que se realizou a primeira Constituinte

¹²⁷ “A nova milícia de elite, inspirada na *Garde Nationale* francesa e na *National Guard* americana, fundamentadas nos conceitos de nação armada e de cidadão soldado, estruturou-se como organização permanente, com o objetivo de ‘defender a Constituição, a Liberdade, Independência, e Integridade do Império; manter a obediência às Leis; conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública; e auxiliar ao Exército de linha na defesa das fronteiras e costas’ (Brasil. Atos do Poder Executivo, 1831)” (Neves, 1998; 224).

nacional. A recepção do anteprojeto da Carta, redigido por uma comissão liderada por Antônio Carlos de Andrada, irmão de José Bonifácio, levou à dissolução da Assembléia e à instauração de uma nova Constituinte. Isso na medida em que esse ante-projeto assumia uma posição anti-absolutista e limitava os poderes de D. Pedro I, que além de perder o controle das forças armadas, ficaria com poder de veto apenas suspensivo sobre a Câmara.

A tensão existente nesse episódio dá indícios que essa transição para o Estado nacional, que deve ser compreendida com a formação do Estado enquanto tal, com suas instituições autonomizadas que regulam a sociabilidade burguesa, tanto não é imediata, como não tem linearidade, estando cheia de confrontos e rupturas. Nesse contexto de transição, a Guarda Nacional não funciona ainda como instituição de exercício de poder que dialoga com as estruturas do Estado em formação. Ela é antes, expressão de um pacto que não poderia ser sustentado para sempre, entre grandes empreendimentos agroexportadores e monarquia (e nobreza, nesse sentido) escravista, ambos parte do sistema colonial, definidos pela falta de autonomia (e de aparência de autonomia) entre capital comercial escravista e o exercício do poder como ferramenta de territorialização desse capital. A acumulação (comercial) do primeiro significava a acumulação (primitiva) do último¹²⁸.

A passagem à instauração da República representa um ponto de inflexão, à medida que autonomiza o espaço público da empresa colonial e, desta forma, também do absolutismo do rei. Assim, cabe ressaltar que a existência do espaço público tem, ela mesma, processo histórico de formação, também fruto da acumulação colonial que formara o Estado nacional, uma vez que os autores apresentados partem da oposição entre público e privado sem criticá-la como aparência de autonomia lentamente constituída no processo de modernização.

As análises discutidas encerram a dificuldade de apresentarem as categorias da relação-capital, que se constituem no processo histórico, como categorias pressupostas ao mesmo. Assim, os autores partem da existência estanque do público e do privado, como dois campos separados e autônomos, encarnados, respectivamente, pelo Estado e pelo capital. O público aparece pressuposto no Estado metropolitano, que empreende a colonização como seu negócio ainda que não tenha podido assumir todos os encargos que lhe são “próprios”, tendo que recorrer ao poder privado para levar adiante seus desígnios, uma vez que apresentava a grave debilidade da falta de aparelhamento.

¹²⁸ Cabe retomar aqui a crítica feita por Carlos Toledo (2008) à Gilberto Freire (1987), quando este último apaga o sentido da colonização ao apresentar a colonização como resultado da iniciativa privada: “Percebe-se que a inversão ideológica [de Gilberto Freire] precisa suprimir a *relação fundamental entre o Estado metropolitano e o patriarcado dominante, que é parte do segredo da estratégia de acumulação deste Estado*, como a centralidade do tráfico negreiro revela (Novais, 1995; 98)” (Toledo, 2008; 226; grifo nosso).

Deste modo, o objeto da análise (o público ou o Estado) acaba definido pela falta, e não de acordo com o processo de formação de seus atributos, uma vez que ele nunca consegue corresponder ao que “deveria”; e o processo de formação das categorias do capital acaba oculto pela naturalização dessas categorias sempre pressupostas. A existência não-autonomizada do capital e do poder (local), inclusive de empregar a violência, aparece apenas como mixórdia entre duas esferas separadas (o público e o privado), que não tem a menor analogia entre si¹²⁹. A perspectiva da autonomização, permite apresentar a modernização não como um processo no qual a separação ou foi pressuposta ou está em pauta, mas, antes, como um processo fetichista, no qual a autonomia entre suas “esferas totalmente díspares” é apenas aparência (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII)¹³⁰.

Outro ponto de divergência a ser apontado com relação às perspectivas analisadas se refere à finalidade do controle exercido pelo coronel sobre a massa rural ignorante e empobrecida, que parece servir sobretudo para arrancar-lhes as moedas de troca (que utiliza nas suas relações com os âmbitos estaduais e federais do poder) que lhe asseguram o poder local, os votos (Leal, 1976) ou a legitimação (Dantas, 1987). Propomos antes, uma inversão na forma de enfrentar o problema. O acesso ao exercício da violência por parte do coronel não permite apenas manter a população sob cabresto eleitoral e político, mas serve sobretudo para impor relações sociais de produção, garantindo que estas se territorializem. Ele permite assegurar, antes de tudo, a acumulação do capital.

Há que se lembrar, inicialmente, que a violência personificada pelo coronel assegura que ele se mantenha personificando a propriedade da terra e a do capital comercial. A possibilidade de emprego da violência é o que garante um padrão de acumulação no qual terra e capital não estão autonomizados e o trabalhador não é livre do acesso à terra. Ou seja, com a passagem da propriedade do trabalho, do capital para o próprio trabalhador, – mas num contexto de ausência de superpopulação relativa – a violência não pode autonomizar-se da propriedade da terra e nem do capital comercial sob pena de os fazer reproduzir.

Nesse padrão de acumulação o produto regional, objetivado nos produtos que o cultivo da terra pode fornecer, e o acesso ainda que parcial aos meios de produção, à terra como condição para viabilizar o cultivo, encontram-se em disputa. A forma como se divide a produção agrícola realizada diretamente com vistas à reprodução da família do agregado – e, de um modo mais amplo, como se divide o próprio tempo do agregado que tem de estar

¹²⁹ “Primeiro: as supostas fontes da riqueza anualmente disponível pertencem a esferas totalmente díspares e não tem a menor analogia entre si. Comportam-se umas com relação às outras mais ou menos como taxas de cartório, beterrabas e música” (Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII; 269).

¹³⁰ “Nesse processo, o Estado – face pública – autonomiza-se, até certo ponto, da acumulação do capital; e o capital autonomiza-se, de maneira relativa, do uso direto da violência por sua face privada” (Toledo, 2008; 218).

disponível à reprodução da fazenda, nos mais diversos aspectos – tem pressuposta a ela uma negociação que se refere às condições de acesso à terra. A violência contrapõe-se ao posseiro, que busca se apropriar sozinho do produto do cultivo da terra e submete tanto seu trabalho presente como seu trabalho pretérito, impondo-lhe o favor da agregação ou da parceria. Entretanto, não é apenas nesse aspecto que o produto social é disputado no contexto de expansão da fazenda agropecuária no nordeste mineiro, como permite entrever um relato de Saint-Hilaire apresentado pelo historiador Álvaro Freire (2002):

“Em cada povoação [no termo de Minas Novas] existe geralmente um homem rico, que vende mercadorias a crédito a todos os vizinhos e que, por isso, os mantém em completa dependência. O comprador de poucos recursos não ousa recusar nada a quem, por assim dizer, se tornou o árbitro da sorte de sua família” (Saint-Hilaire, 1975 *apud* Freire, 2002; 51).

Para além dos mecanismos já apresentados de extração do excedente de trabalho, o capital comercial disputa o rendimento do agregado vendendo-lhe as mercadorias que necessita para se reproduzir, e não pode produzir diretamente, a crédito. Em geral também fazendeiro, o dono do *barracão* – como ficaram conhecidas essas casas comerciais no Nordeste, mas também no nordeste mineiro, conforme observado em trabalho de campo – centraliza o comércio local na medida em que adianta crédito aos compradores (obtendo ganhos comerciais sobre a mercadoria e sobre o dinheiro comercializados), que pode ser debitado diretamente dos próprios rendimentos que os agregados obtêm no trato do gado ou nas lavouras que pertencem ao proprietário da terra.

Em todas essas situações de disputa de excedente, na qual o monopólio sobre a terra põe o proprietário em papel vantajoso com relação aos expropriados, a personificação da violência pelo fazendeiro é fundamental tanto para forçar a execução de um mais-trabalho, como para permitir sua extração. Ou seja, apenas a transformação das condições particulares de acumulação do capital podem criar as condições necessárias para a autonomização da lei (e dos outros instrumentos que permitem garantir a propriedade privada) com relação ao mando do próprio proprietário. Essa transformação está vinculada à acumulação de capital: tanto no que se refere à formação da superpopulação relativa, como no que se refere à formação do aparato estatal jurídico e policial, que garante o cumprimento da lei. Nesse (longo) processo de autonomização a região permite formar e forçar trabalho, além de permitir sustentá-lo em seu território. É um mecanismo de acumulação não autonomizado que parece ser “dimensão política” e que permite “fechar” a região (Oliveira, 2007; 151)¹³¹.

¹³¹ “O ‘fechamento’ de uma região pelas suas classes dominantes requer, exige e somente se dá, portanto, enquanto essas classes dominantes conseguem reproduzir a relação social de dominação, ou mais claramente as relações de produção. (...). A ‘abertura’ da região e a conseqüente ‘integração’ nacional, no longo caminho até a

Cabe entretanto, assinalar, como viemos fazendo durante toda esta Seção I, que o fechamento da região é antes condição da reprodução do capital num contexto de ausência de superpopulação relativa, num contexto não-autonomizado, e não “atraso que traduziria as mentalidades de suas elites” (Toledo, 2008; 225)¹³². A formação do Estado Nacional apenas confere aparência de autonomia entre o que parece estar no campo da política e o que parece estar no campo da economia, uma vez que permitia à burguesia, como personificação do capital, acumular sem ter que portar a violência, constituindo “esferas de mediação da luta de classes”, como ressalta Toledo (2008; 225).

No momento em que esta aparência de autonomia ainda não está formada, ainda que a igualdade formal, estabelecida desde a abolição, já esteja, a Guarda Nacional é a instituição que permite criar condições regionais para produção e apropriação de excedentes. Ou seja, desse ponto de vista as formas aparentemente políticas ou que deveriam estar sob domínio da esfera pública são entendidas como parte dos mecanismos particulares que permitem realizar a acumulação¹³³. Como ressalta Toledo, “não explorar estas formas de organização social levando em conta seu sentido de acumulação de capital implica em naturalizar esse sentido” (2008; 227)¹³⁴. Da mesma forma que não tematizar a forma-mercadoria e o dinheiro como forma de mediação das relações que parecem ser políticas, implica também numa análise fetichista dessa dinâmica de reprodução social.

O processo de autonomização que corresponde à formação regional guarda também transformações na forma de intervenção dos coronéis, ou seja, na forma como eles reproduzem as relações de produção (mecanismos particulares de forçar trabalho para a acumulação de capital) de modo a se reproduzir na política (reproduzirem a legitimidade de empregarem a violência diretamente, frente a um Estado nacional em formação e fortalecimento). Uma das expressões dessas transformações aparece no fato de os filhos da oligarquia regional tornarem-se progressivamente uma oligarquia “academizada”, de acordo

dissolução completa das regiões, ocorre quando a relação social não pode mais ser reproduzida e, por essa impossibilidade, percola a perda de hegemonia das classes dominantes locais e sua substituição por outras, de caráter nacional e internacional” (Oliveira, 2008; 151-152).

¹³² “Para que se possa criticar a visão que atribui às regiões um atraso que traduziria as mentalidades de suas elites é importante [destacar que] (...) a escravidão não foi resultado de nenhuma tradição. Foi a forma possível de acumulação do capital naquele contexto” (Toledo, 2008; 225).

¹³³ “Uma ‘região’ seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital e, por consequência, uma forma especial de luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam [ou, da nossa perspectiva, nem se encontram autonomizados] e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição” (Oliveira, 2008; 148).

¹³⁴ Ainda de acordo com a crítica formulada por Toledo (2008), aceitar essa naturalização pode conduzir a uma leitura da região como um território autônomo com relação à totalidade capitalista, que, como tal, é organizado por relações sociais que lhe são próprias, além de diversas da reprodução capitalista. Ao contrário, na nossa perspectiva, a região pode ser entendida como forma de territorialização do mecanismo de articulação, ainda que particular, das relações de produção locais ao desenvolvimento capitalista global.

com os termos utilizados por Erivaldo Neves (1998), ou seja, preparada para ocupar diretamente cargos na burocracia estatal, ao passo que mantém também os empreendimentos produtivos na família, cada vez mais autonomizados no papel de administradores.

Essa transformação pode ser observada na caracterização de gerações distintas de membros “coronéis” de uma influente família de Minas Novas. Partiremos, para essa breve apresentação, de algumas informações apresentadas no livro *Memórias Póstumas de Francisco Badaró* (2008), de Murilo Badaró. Este livro é apresentado por seu autor como um “romance histórico-biográfico”. Nele, Murilo Badaró, neto de Francisco Badaró narra a trajetória de seu avô, entrecortada por referências ao contexto brasileiro, como se fosse o próprio, assumindo sua voz em primeira pessoa, como a referência ao título de Machado de Assis permite supor.

O autor narra a trajetória de Francisco Badaró desde seu nascimento que não se deu em Minas Novas, mas no município de Piranga, também em Minas Gerais. De lá teria partido o filho de fazendeiros para a instrução universitária¹³⁵, que foi concluída na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo; e, posteriormente, em 1883, para Minas Novas, na condição de Promotor de Justiça da Comarca de Minas Novas, que havia sido criada em 8 de julho de 1876. Vale ressaltar que o autor faz referências à “imperiosa necessidade de provimento da administração ausente daqueles ermos” (Badaró, 2008; 76), elogiando a instauração do aparato estatal, no contexto de transição para a Primeira República.

Entretanto, o “fortalecimento do poder público”, indicado por Nunes Leal, não se deu, também em Minas Novas, sem levar adiante as conexões que o mantinha não autonomizado do “poder privado”¹³⁶, imbricação que acabou por se manifestar também na trajetória em questão. Francisco Badaró, recém chegado à cidade foi apresentar-se formalmente “às principais autoridades da cidade”, indo ao encontro do coronel José Bento Nogueira Júnior (Zebentinho), filho de José Bento Nogueira Góes (Zebentão), que havia sido tenente-coronel da Guarda Nacional e o primeiro secretário da Câmara de Minas Novas tão logo esta foi

¹³⁵ “Não obstante o elevado nível cultural de meu avô, não herdado por meu pai, apesar de sua boa convivência com os mais destacados elementos do município de Piranga de seu tempo, *a circunstância de serem fazendeiros os meus genitores Justiniano Corsino Duarte Badaró e Olímpia Maria Badaró certamente a mim prognosticava continuar a vida na fazenda, com sérios impedimentos a vôos mais altos*. No episódio do meu batismo terá havido, porém, misteriosa indicação de que outro seria meu destino” (Badaró, 2008; 22; grifos nossos). Convém ressaltar aqui, que a leitura oferecida pelo autor à trajetória do avô é bastante personalista e desconsidera os processos sociais mais gerais objetivados nas trajetórias pessoais, que passam a aparecer como fruto da livre escolha dos sujeitos, ou, nesse caso, por interferência de desígnios misteriosos.

¹³⁶ Que, como ressaltou Adam Smith, no seu livro *A riqueza das nações* (1988), é substancialmente poder de compra, do qual o Estado não pode prescindir nem mesmo depois de autonomizado, uma vez que a formamercadoria persiste como sua mediação pressuposta.

elevada à categoria de cidade. De acordo com o autor, Zebentinho “exercia grande influência na política regional. [Tendo herdado] do seu pai as qualidades políticas da capacidade de bem conviver e ultrapassar divergências com sabedoria e espírito conciliador” (Badaró, 2008; 83). Tendo se apresentado à Zebentinho, Francisco Badaró acaba também por conhecer sua filha e demonstrar grande interesse por ela. Apesar do texto estar envolto numa aura de paixão e encantamento, fica explícito na forma do autor apresentar o interesse de Francisco por Sinhazinha Luíza, as implicações a que àquela possível aliança poderia conduzir¹³⁷. De forma que se casaram, com a expectativa, posteriormente realizada, de que Francisco fosse o continuador da chefia de Zebentinho na política regional¹³⁸.

Há que se ressaltar que o contexto no qual Francisco Badaró assumiu seu cargo de Promotor de Justiça era de abolição da escravidão, que trouxe consigo a proclamação da República. Francisco é apresentado pelo autor como participante – desde os tempos de São Paulo, na Faculdade de Direito e também em função de ter escrito o romance *Fantina*, em denuncia aos abusos da escravidão – do movimento abolicionista, ponto de vista no qual é acompanhado também por sua mulher. A transformação do coronelismo na passagem à república aparece representada aqui de forma explícita: a sucessão política na importante família de coronéis fazendeiros e escravistas dá lugar a um bacharel, com algumas tendências liberais, que começa sua carreira pública tomando parte na estrutura estatal do judiciário¹³⁹.

A sucessão propriamente política será realizada em pouco tempo, com a preparação da candidatura de Francisco Badaró para deputado federal que deveria participar da Constituinte que estava convocada para 1890, com o objetivo de organizar uma nova constituição para o Brasil republicano. Em Minas Gerais ficou determinada a eleição de 37 parlamentares, através do sistema distrital de captação de votos, que fortaleceu a presença das oligarquias locais, “as celebridades de aldeia” de acordo com o senador Nabuco Araújo (Badaró, 2008; 90), na

¹³⁷ “Naquele espaço de tempo [que passara na casa de Zebentinho e Sinhazinha] aconteceu em minha mente verdadeira transformação, conduzido que fui à reflexão de que o destino começara a traçar os rumos de minha vida de maneira definitiva” (Badaró, 2008; 83). “Até aquele momento a atividade partidária ainda não havia entrado em minhas cogitações, não obstante a dimensão política de Minas Novas sugerir, a todo momento, tal possibilidade” (Badaró, 2008; 85). “A chegada dos primeiros filhos assegurava mais consistência ao casamento, derivado a um só tempo de irresistível atração física pela donzela interiorana e das conveniências para vencer a solidão e *servir ao fortalecimento da política clânica*, vigorosa em Minas Novas e no Vale do Rio Jequitinhonha, igualmente em voga em todo Brasil ao tempo do Império e continuada na República” (Badaró, 2008; 89; grifo nosso).

¹³⁸ “É possível ter Zebentinho, secretamente, admitido fosse eu o continuador de sua chefia na política regional. Ele nunca me falou abertamente sobre o tema, mas insinuava sempre *a necessidade de me lançar como candidato a deputado pelo largo distrito eleitoral que era comandado por Minas Novas*” (Badaró, 2008; 85; grifo nosso).

¹³⁹ “Apenas lhe direi que, na distante e longínqua Minas Novas, chegaram bem calorosos os anseios republicanos, *despertando as forças políticas regionais para a necessidade de se prepararem para o novo tempo que fatalmente surgiria*” (Badaró, 2008; 88; grifo nosso).

política nacional, tendo Francisco sido eleito pelo distrito de Minas Novas ligado ao Partido Republicano Mineiro (PRM), que se organizou em 1888, reflexo da organização pró-republicana existente durante o império, ainda que mantendo total autonomia com relação ao Partido Republicano fundado em 1845.

A partir daí, tendo constituído carreira na política nacional e, posteriormente, na política estadual, na condição de senador mineiro correligionário de Artur Bernardes, a esposa de Francisco Badaró ficou encarregada de “consolidar as relações que abrangiam todo o território de Minas Novas, seus distritos e povoados (...), construindo as bases de uma estrutura política forte e insuperável, alargando o círculo de influência familiar”, ao lado de seu pai que mantinha-se na política local e no controle das fazendas.

Apesar das memórias narradas no livro terem caráter fundamentalmente pessoal e se referirem ao contexto histórico fazendo menção apenas superficialmente aos fatos políticos, sem assinalar minimamente as condições de reprodução social em Minas Novas, ainda que breve, a apresentação da trajetória de Francisco Badaró permite perceber o movimento discutido de autonomização da política e da violência na consolidação do Estado. O exercício da violência no controle regional do mais-trabalho persiste, uma vez que a família Nogueira Góes Badaró continua ocupando a posição de proprietários de terra. Além disso, convém ressaltar que um filho de Zebentinho é também titulado pela Guarda Nacional, instituição que organiza a violência. O poder local persiste impondo o trabalho. A esposa de Francisco Badaró aparece na posição “mãe dos pobres”, consolidando os laços de dominação e fortalecendo sua aparência de laços de favor e assistência.

Francisco Badaró ocupa o que parece ser a outra ponta dessa dinâmica, lançando-se na política nacional, mas articulando o partido estadual que terá importância de elo no movimento de alternância de poder com a predominante oligarquia cafeicultora perrepista do partido paulista. O capital ainda não pode se reproduzir com aparência de autonomia com relação às atribuições de um Estado ainda muito determinado pela dinâmica de acumulação que parece estar no que hoje corresponde à esfera privada. Não à toa a formação de seus primeiros quadros será encargo das oligarquias, que para se reproduzirem precisam também participar dos novos mecanismos de acesso ao poder (de reproduzir as relações sociais de produção que as sustentam).

Conclusão parcial

Se há uma tese organizando a apresentação desta Seção I é a de que a existência de relações aparentemente não-capitalistas no Brasil – tanto no que se refere às relações de trabalho, como no que se refere às relações de poder, que parecem se fundadas na dominação pessoal – corresponde *ao processo de autonomização das categorias da relação-capital*, cujo período de efetivação pode ser identificado, em função da forma territorial que assume, como “regional”; sendo este um momento do processo de formação nacional brasileiro, subsequente ao período colonial e pressuposto para a consolidação do Estado Nacional, que tem em 1930 o primeiro momento de um longo processo de inflexão.

Algumas questões que orientam nossa interpretação foram sugeridas por Francisco de Oliveira em seu livro *Elegia para uma re(ligião)* (2008). Nesse livro, o autor pretende apresentar a forma de territorialização das relações sociais de produção em suas particularidades, no processo de formação do Estado Nacional brasileiro. Para tanto, o autor assume uma perspectiva crítica ao procedimento dualista, que interpreta estas particularidades na forma de reprodução do capital como “atraso regional”; e pretende mostrar que essas particularidades são resultado da expansão territorial capitalista – que, no Brasil, teve início com a colonização – e tendem a se homogeneizar mediante a “captura” do Estado por formas mais adiantadas de reprodução do capital. Essa “captura” corresponde à formação do Estado nacional, já autonomizado das oligarquias regionais.

“(...) privilegia-se aqui um conceito de região que se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem ‘regiões’ em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados, e, no limite, conforme já se sugeriu anteriormente, num sistema econômico de base capitalista, existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e de suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as ‘regiões’, no sentido proposto por esta investigação” (Oliveira, 2008; 146).

A forma como as relações sociais de produção existentes no nordeste mineiro, no contexto de expansão da fazenda agropecuária, foram apresentadas nessa Dissertação, tem como ponto de partida a inexistência da superpopulação relativa na conjuntura nacional em formação. A imposição desta *condição especial* à acumulação de capital conferiu à mesma uma feição extraordinária que permite diferenciar o período “regional”, no processo de modernização brasileiro. Essa feição extraordinária das relações de produção foi caracterizada pela falta de aparência de autonomia entre o monopólio da terra, o do capital e o do emprego

da violência. Em verdade, o monopólio da violência é o expediente capaz de reproduzir o da terra e o do capital, além de fazer deles a condição que permite forçar e se apropriar do mais-trabalho social, dominado territorialmente.

O monopólio do emprego da violência ainda não se encontra centralizado no Estado, uma vez que esse próprio se encontra em processo de formação. Nesse contexto, o poder regional é exercido por “coronéis”, os membros da Guarda Nacional, instituição que explicita a falta de autonomia entre economia e política, pelo menos até o fim da (seu fim com a) República Velha.

A forma de apresentação da reprodução regional que aparece nessa Dissertação não permite compreendê-la como uma totalidade apartada do processo de modernização, uma vez que ela corresponde *ao processo de autonomização das categorias da relação-capital*. Deste modo, a reprodução regional tem que ser identificada como parte do território do capital. Ou seja, a região não é um território autônomo, organizado por uma lógica intrínseca: o sentido de sua dinâmica de reprodução é a territorialização das condições de realização da moderna sociedade produtora de mercadorias.

Na região, a imposição do trabalho não pode prescindir da coerção extra-econômica, ou seja, o trabalhador não pode *ainda* ficar abandonado às “leis naturais da acumulação capitalista”. O capital não se constituiu como a própria relação de dominação: encontra-se fundido à propriedade da terra e pressupõe o emprego da violência para forçar e se apropriar do mais-produto social. Contudo, ao passo que esse capital (comercial) acumula, ele acumula também os meios para se reproduzir “sobre seus próprios pés” e por isso sua reprodução participa do longo processo de autonomização, identificado como acumulação primitiva, que transforma o capital numa relação de dominação fundada na expropriação do trabalhador dos meios para se reproduzir de maneira autônoma. A colonização sistemática busca garantir a instauração dos pressupostos para a realização da reprodução ampliada, promovendo, por um lado, a política de “fechamento” das terras “livres” e, por outro, a importação de trabalhadores; de modo a tornar possíveis as relações de assalariamento.

De maneira que o sentido dessa forma de reprodução do capital que tem uma feição extraordinária é a imposição da territorialização capitalista em expansão:

“A *Teoria Moderna da Colonização* (1985: cap. 25), que fecha o primeiro livro de O Capital, formula, com este conceito de território, as condições para a expansão territorial do capitalismo, com relações de trabalho que não podem abrir mão da coerção direta. Desta forma, o que parece ser uma territorialidade não especificamente capitalista, ou pré-capitalista, é a imposição forçada da territorialidade capitalista em expansão. O processo de expansão territorial do capitalismo implicaria, segundo esta interpretação, não só a conquista de um novo território, mas também a imposição violenta do trabalho às populações não européias, ou seja, uma forma particular de acumulação primitiva que forma um

novos territórios nacionais, mas que existe em função da acumulação primitiva européia. Se há algo de pré-capitalista neste processo, trata-se da forma de territorialização que cria as condições para que a acumulação do capital possa vir a prescindir da violência, o que muda a forma institucional da imposição da territorialidade” (Toledo, 2009; 5).

O nordeste mineiro foi um território conquistado com a Guerra dos Bárbaros, no período colonial. Esse processo de conquista deflagrou o processo de formação dessa área, articulando-a com o sistema mundial produtor de mercadorias.

Na colônia, ela foi articulada inicialmente à produção pecuária, com vistas ao abastecimento interno, fazendo parte do processo de territorialização da sesmaria do Alto Sertão. Com as descobertas minerais no setecentos, o monopólio da terra passou a ser disputado, na Guerra dos Emboabas, para a mineração de ouro e diamantes, com vistas ao mercado externo. Essa disputa territorial conduziu à subordinação da pecuária à condição de atividade subsidiária da mineração escravista. Na crise do antigo sistema colonial, essa área integrou-se ainda à cotonicultura escravista, que passou a ser cultivada, com vistas à exportação, em diversas partes da antiga sesmaria do Alto Sertão; além de conviver com a presença da agropecuária praticada em grandes latifúndios. Entretanto, por circunstâncias ligadas à posição do nordeste mineiro em relação aos mercados consumidores e à influência dos custos de transporte no preço final da produção, o “surto algodoeiro” dessa área chegou ao fim na primeira metade do século XIX. A partir de então, as proibições ao tráfico e o contexto mundial que impõe a generalização do trabalho livre provocam mudanças significativas nas relações de produção locais.

A discussão apresentada na Seção I dessa Dissertação não teve como objetivo identificar o nordeste mineiro como uma região. Procuramos apenas ressaltar que, com o fim do período colonial essa área se integra em uma dinâmica regional de expansão da fazenda pecuária, que não podemos afirmar, restringe-se unicamente a ela. Podemos ao menos assinalar que a bibliografia consultada caracteriza também o Norte de Minas, os sertões do rio São Francisco, como parte dessa dinâmica de expansão da fazenda pecuária, que sugerimos ser regional, uma vez que a acumulação de capital assume uma feição extraordinária.

A apresentação das relações sociais de produção e qualificação das mediações que organizam a sociabilidade e permitem a acumulação de capital no nordeste mineiro foi organizada a partir da etnografia realizada por Margarida Maria Moura, sistematizada no livro *Os deserdados da terra*, em cidades do vale do rio Jequitinhonha, entre elas Minas Novas. Essa discussão nos possibilitou sugerir que a *relação de agregação* permite forçar e se apropriar do mais-produto social, permitindo desse modo a acumulação de capital que se expressa na reprodução e na expansão da fazenda.

No período “regional”, a produção de mercadorias persistiu no seu papel de determinação da *forma* da sociabilidade, embora seu sentido esteja atrelado com a crise do antigo sistema colonial. O sentido da acumulação regional é, pois, promover *o processo de autonomização das categorias da relação-capital*. O estudo das formas de consolidação desse processo será o objeto da próxima Seção dessa Dissertação, especialmente no que se refere à intervenção do Estado nacional, que começa a se consolidar em 1930. Cabe sugerir, por fim, que a consolidação do Estado no Brasil foi determinada especialmente pela formação da superpopulação relativa em São Paulo, onde as políticas de colonização sistemática já atuavam buscando constituir as bases para a realização da acumulação capitalista. Não à toa, a partir de então, São Paulo enceta o primeiro processo conjugado de industrialização e urbanização. Entretanto, nesse período, o mercado de trabalho ainda não está completamente estabelecido em nível nacional, o que significa que a “dimensão política” ainda atua “fechando” as regiões. A abertura forçada das mesmas contará, a partir de 1930, com a atuação do Estado autonomizado das oligarquias regionais, ou seja, contará com a intervenção de um Estado em modernização retardatária (Kurz, 2004) pelo menos até o final da década de 1970, alcançando quase que o término do regime militar: “um Estado nacional supostamente livre de interesses privados não muda seu sentido: a acumulação de capital” (Toledo, 2008; 237).

O violento processo de “integração” do nordeste mineiro ao território nacional vai exigir sua subordinação ao planejamento regional, que buscará corrigir “o atraso, a pobreza e a estagnação” da região. Nesse processo que transforma o nordeste mineiro em objeto da modernização retardatária do Estado é que surge o *Vale do Jequitinhonha* e, posteriormente, o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha¹⁴⁰. Dentro do alcance dessa pesquisa, interessa mostrar que a relação de agregação (que confere uma feição extraordinária à acumulação do capital), aqui identificada como processo de imposição da territorialização capitalista, passa a ser identificada pelo Estado como uma dinâmica de reprodução arcaica, que deve ser superada. A disputa territorial imposta, a partir deste momento, à fazenda pecuária, que deve ser travada com outros capitais subsidiados pelo Estado (como os das empresas reflorestadoras), conduz ela própria a uma autonomização entre terra e capital (e, portanto, também do trabalho com relação à terra), que aparece como expulsão do agregado e êxodo rural, ou seja, como formação do trabalhador “bóia-fria”. A discussão da dinâmica mundial de reprodução do capital que, tanto impõe a modernização, como determina seus resultados, será

¹⁴⁰ “O desenvolvimento e o nacionalismo pós-Revolução de 1930 iriam reforçar as feições aparentemente atrasadas ou particularistas do período regional, obscurecendo a compreensão daquele período como o de ascensão do sistema moderno produtor de mercadorias no Brasil, e especialmente em São Paulo” (Boechat, 2009; 302).

o objeto da próxima Seção, buscando explicitar que a referida “integração nacional” consiste na formação de um mercado de trabalho em âmbito nacional e, portanto, na formação de uma superpopulação, mas já num contexto em que os limites do processo de modernização se impõe, resultando num processo crítico.

**SEÇÃO II – MODERNIZAÇÃO RETARDATÁRIA DO VALE DO JEQUITINHONHA:
CONDIÇÕES REGIONAIS DE FORMAÇÃO DO TRABALHADOR “BÓIA-FRIA”**

Introdução

Nesta seção, desejamos propor uma inversão de perspectiva na análise da *questão regional* (Oliveira, 1993 e 2008).

Na primeira seção, procuramos discutir o processo de formação territorial do antigo município de Minas Novas¹⁴¹, do qual muitos municípios provenientes vieram a ser demarcados, em 1975, como parte do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha¹⁴². Antes mesmo dessa delimitação, esses municípios – entre outros – já compunham o que passou a ser conhecido, difusamente, como Vale do Jequitinhonha, pelo menos a partir dos anos 1950 (Ribeiro, 1993). Nessa discussão, tratamos de apresentar a produção da área, situada na porção nordeste do atual estado de Minas Gerais, no bojo de três processos de territorialização: 1) territorialização bandeirante do *sertão* do litoral conhecido da América portuguesa, especialmente das capitanias de São Paulo e da Bahia; 2) territorialização da sesmaria do Alto Sertão; 3) territorialização das descobertas minerais e de sua estrutura escravista de exploração e instauração das “vilas do ouro”, especialmente de Minas Novas (e do termo e depois comarca que levava o mesmo nome), da qual se originaram grande parte dos municípios demarcados pelo Distrito.

Apresentamos o processo de produção desta área buscando problematizar o sentido da territorialização colonial: a mundialização da produção de mercadorias e a acumulação de capital nos centros hegemônicos europeus. Além de apresentar seus resultados: o processo de instauração do capitalismo industrial no centro do sistema mundial produtor de mercadorias (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII) e de instauração de formas particulares de acumulação de capital (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXV) no Estado nacional brasileiro em formação, determinadas pela crise do antigo sistema colonial, ou seja, pelo fim do

¹⁴¹ O antigo município de Minas Novas foi criado em 1729, a partir do antigo município do Serro, primeiro a ser fundado no nordeste mineiro, em 1714, do qual derivou-se ainda Diamantina, em 1831. Este município permaneceu unificado até 1831, quando dele se separou o município de Rio Pardo de Minas. A próxima emancipação ocorreu apenas em 1857, dando origem ao município de Araçuaí, em 1857. A partir daí emancipam-se Itamarandiba em 1862; Salinas em 1880; Capelinha em 1911; Turmalina em 1948; Berilo, Chapado do Norte e Francisco Badaró, em 1962. Isso sem contar as cidades que não se emanciparam diretamente do município de Minas Novas, mas de outros municípios formados a partir dele. Esse histórico de emancipações pôde ser por nós observado no diagrama *Evolução da Gênese Político-Administrativa dos Municípios do Região do Jequitinhonha* (conferir Figura I, ao final dessa Introdução), elaborado por Marcos Antônio Nunes, em sua dissertação de mestrado (2001). Ainda que partamos de um recorte e de um debate alternativo sobre a questão regional, o diagrama elaborado pelo autor permite identificar a evolução político-administrativa de diversos municípios aqui referidos, especialmente o antigo município de Minas Novas.

¹⁴² Dentre os municípios que compõe o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, formaram-se a partir do antigo município de Minas Novas as cidades de Itamarandiba, Capelinha, Carbonita, Turmalina, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Berilo, Salinas e Rio Pardo de Minas e Minas Novas. Além de Diamantina e Sen. Modestino Gonçalves, que se formaram diretamente a partir do antigo município do Serro (cf. Mapa I *Territorialização do nordeste de Minas Gerais*)

exclusivo comercial e pelo fim do tráfico negreiro como meio de garantir o abastecimento de trabalho escravo. A instauração desses modos particulares de viabilizar a acumulação de capital, num contexto no qual a emergência do trabalho livre confrontava-se com a ausência de superpopulação relativa, correspondeu igualmente à instauração das relações de trabalho compreendidas, na ampla bibliografia que a elas se refere, como não-especificamente capitalistas (cf. especialmente Martins, 2004; no qual se baseia a maior parte das análises).

Na história territorial do nordeste mineiro, esse processo contraditório de substituição do trabalho escravo correspondeu à crise do “surto algodoeiro” e à expansão da fazenda agropecuária, fundada na subordinação dos posseiros e de suas terras e na *relação de agregação*, conformando uma *região* (Oliveira, 2008) cuja extensão transcende a realidade empírica que estudamos (especialmente a do termo e depois comarca de Minas Novas e a da colonização do sertão do rio Jequitinhonha pela fazenda agropecuária em expansão), posto que a caracterizamos como uma *forma* particular de reprodução do capital (Oliveira, 2008), que se estabelece para além do próprio nordeste mineiro.

De modo a estabelecer o nexo entre essas formas regionais de acumulação e a reprodução mundial do capital, sugerimos considerar sua reprodução como parte do *processo de autonomização das categorias da relação-capital*, ou seja, como parte da totalidade mundializada que é a acumulação do capital, ainda que em um contexto no qual os pressupostos para a realização da *lei geral da acumulação capitalista* não estão estabelecidos nacionalmente.

Nesta seção, procuraremos mostrar como essas formas regionais de acumulação de capital aparecem para o Estado brasileiro, a partir do momento que este passa a centralizar o monopólio da violência – pelo menos a partir de 1930, com a extinção da Guarda Nacional – e se põe em *modernização retardatária* (Kurz, 1999), como “formas arcaicas”, que devem ser suprimidas pela intervenção estatal¹⁴³. Além de mostrar que tal intervenção modernizadora preconiza a instauração de novas relações sociais de produção, fundadas na industrialização e

¹⁴³ A forma como vimos apresentando o processo de territorialização do capital no Brasil, e, em particular no nordeste mineiro, coloca em questão a oposição entre “atraso” e “desenvolvimento” no processo de modernização, à medida que reconhecemos ser esse um processo mundializado no qual a forma abstrata do valor iguala distintas relações de trabalho e formas de acumulação do capital (da colônia e da metrópole; dos países do centro e dos da periferia; dos países “subdesenvolvidos” e dos “desenvolvidos”), na troca de mercadorias. Critica tal oposição, ainda, uma vez que a aparência de descompasso entre os países que concorrem no mercado mundial indica apenas a desigualdade nos níveis de produtividade alcançados pelos mesmos, ou ainda, a não-simultaneidade nos processos de autonomização a que foram submetidos, não podendo caracterizar, desta maneira, outro modo de produção ou forma de mediação social. Por fim, consideramos necessário colocar em questão essa oposição na medida em que ela se fundamenta numa perspectiva de desenvolvimento ascendente, que ignora a crise imanente da reprodução do capital que se oculta sob o constante desenvolvimento das forças produtivas (cf. para uma discussão detalhada, Marx, 1986, vol. IV, seção III; e Kurz, 1999).

no assalariamento, inclusive do campo, que permitam ao país alcançar um melhor posicionamento na divisão internacional do trabalho (Seabra e Goldenstein, 1980)¹⁴⁴.

O processo de instauração, em território nacional, dessas novas relações sociais de produção – fundadas na aparência de autonomia entre trabalho, terra e capital – assume o aspecto de um processo interno de “acumulação primitiva”. Contudo, há que se assinalar que mundialmente a acumulação primitiva (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV), ou seja, a constituição do capital enquanto relação social, já fôra realizada, ainda que possamos observar o estatuto *não-simultâneo* (Kurz, 1999) que a instauração do Estado nacional brasileiro guarda com relação ao padrão de reprodução do capital imposto no centro do sistema produtor de mercadorias (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII).

Conseqüentemente, a problematização conduzida por essa dissertação tem um duplo intuito: apresentar o processo de formação do Estado brasileiro identificando como e porque se forma sua não-simultaneidade com relação aos Estados nacionais hegemônicos do centro do sistema produtor de mercadorias, discussão que realizamos na seção I; e apresentar a formação das perspectivas aparentemente políticas que esse mesmo Estado aciona para tentar corrigir seu “descompasso” com relação aos Estados nacionais “desenvolvidos”; seus instrumentos de intervenção, em especial o planejamento regional; e seus resultados, sobretudo a *mobilização* (Gaudemar, 1977) dos fatores de produção assim autonomizados, terra, trabalho e capital.

Nesse contexto, buscaremos inverter a perspectiva de análise da *questão regional*, apresentando o emprego do recorte “regional” como um instrumento do planejamento estatal utilizado para delimitar as áreas onde fossem identificados “desequilíbrios” (Oliveira, 2008) com relação ao padrão de acumulação capitalista que vinha se estabelecendo sobretudo em São Paulo, pelo menos a partir de 1930, onde a colonização sistemática na região do colonato,

¹⁴⁴ Não se pode deixar de notar, contudo, que a intervenção estatal que promoveu a referida passagem de uma forma a outra de acumulação do capital não se estabeleceu de maneira unívoca. Ao contrário, políticas que sustentaram a reprodução das relações regionais de produção continuaram a existir, especialmente com a forma de políticas que privilegiavam as mercadorias produzidas no modelo agrário exportador, como por exemplo o café. Entretanto, os dois tipos de política em pauta somente foram contraditórias aparentemente, como é possível perceber no exemplo do próprio café. Os estímulos do pós-guerra à produção desta mercadoria estiveram condicionados pelos altos preços alcançados pela mesma no mercado internacional, que possibilitaram ao governo Vargas estipular uma taxa de câmbio especialmente baixa para a exportação de café, de modo a aumentar as receitas do Estado à medida que diminuía o lucro dos produtores. Essa política, que ficou conhecida como “confisco cambial”, só não causou maior revolta entre os cafeicultores porque, além de os preços continuarem a compensar o investimento, o governo os pressionava com medidas – tais como a extensão das leis trabalhistas ao campo – que se confrontariam diretamente com a reprodução dos seus capitais, como ressalta Verena Stolcke (1986, cap. IV e V) no livro *Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)*. Além disso, outro ponto central da interpretação da autora que interessa assinalar se refere ao fato de tais divisas provenientes das exportações de café serem desviadas para as políticas modernizadoras e industrializantes do período.

especialmente a imigração subvencionada pelo Estado ainda não-autonomizado da cafeicultura, criou as condições para o estabelecimento da superpopulação relativa (Boechat, 2009) e para o desencadeamento do processo de industrialização.

Assim, a identificação de “desequilíbrios” entre as diversas formas particulares de reprodução do capital organizadas no território nacional fundamentou a delimitação de “regiões”, como o Vale do Jequitinhonha, caracterizado por seu “atraso” e sua “estagnação secular” (Moura, 1987), onde a intervenção passou a ser organizada pela Comissão de desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (Codevale), em 1964, quando a agência foi criada. Posteriormente, e distinguindo qualitativamente da atuação da Codevale, conforme será apresentado nessa seção, o Programa nacional de papel e celulose (PNPC) e o Plano siderúrgico nacional a carvão vegetal (PSNCV), servem de base para a definição da “região” do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, em 1975¹⁴⁵.

Dando prosseguimento ao debate apresentado, cabe considerar, ainda, que o processo de modernização retardatária movido pelo Estado brasileiro pelo menos a partir de 1930 – momento em que o Estado passa a personificar a imposição das categorias da relação-capital uma vez que concentra o monopólio da violência¹⁴⁶ – aparece refletido unicamente como esforço de unificação e industrialização nacional e de complexificação do mercado interno. Contudo, há que se ressaltar que o “desenvolvimento” nacional consiste na imposição violenta dos pressupostos para a realização da lei geral da acumulação capitalista, ou seja, do processo de autonomização entre terra, trabalho e capital, com vistas à instauração de uma superpopulação relativa nacional, além da consolidação de um mercado de trabalho e terras, com a mesma abrangência. Como argumenta Robert Kurz (1999), em seu livro *O colapso da modernização*, quando se refere à modernização desencadeada na Rússia pelo socialismo de Estado, a modernização retardatária cumpre o papel de promover “o recrutamento *forçado* de uma classe trabalhadora moderna com vistas à recuperação sob a direção direta do Estado” (2004; 47; grifo nosso)¹⁴⁷.

¹⁴⁵ “O planejamento emerge aqui como uma ‘forma’ da intervenção do Estado sobre as contradições entre a reprodução do capital em escala nacional e regional, e que *tomam a aparência de conflitos inter-regionais*; o planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional’” (Oliveira, 2008; 149; grifo do autor).

¹⁴⁶ A partir desse momento é o Estado nacional em modernização retardatária e não mais os coronéis regionais que detém as condições para forçar trabalho e, portanto, deve fazê-lo de modo a instaurar novas relações de produção, fundadas no trabalho assalariado, que busquem suprimir os padrões regionais de acumulação do capital.

¹⁴⁷ Cabe aqui perguntar se, com a constituição da superpopulação relativa e de um mercado de trabalho nacional, continua a existir a região, entendida como relações sociais de produção particulares.

Além disso, é possível ressaltar, de modo a oferecer mais elementos para caracterizar o período, que o Estado brasileiro organiza a partir de 1930, além do monopólio da violência, uma estrutura de planejamento burocrático do sistema produtor de mercadorias e uma estrutura de subvenção estatal da industrialização, que permite que esse processo alcance uma extensão bem maior do que se fosse desencadeado em regime de concorrência entre capitais privados. Por isso, nas diversas facetas que assumiu no Brasil, entre as décadas de 1930 e 1980, o Estado em modernização retardatária pode ser caracterizado como forte e centralizado.

Entretanto, há que se ressaltar as características particulares do processo de modernização (ainda que retardatária), especialmente no que se refere à modernização do campo, desencadeado no decorrer da ditadura militar, uma vez que é nesse contexto que a “região” do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha é instaurada e que “o final dos anos sessenta marca um momento de transição entre duas fases do desenvolvimento rural” (Delgado, 1985).

Guilherme Costa Delgado apresenta, no livro *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 – 1985* (1985), os aspectos que, uma vez analisados, permitem estabelecer o mencionado corte analítico. Para o autor, a nova fase do desenvolvimento rural brasileiro poderia ser caracterizada, em primeiro lugar, pela intensificação na transformação da *base técnica* agrícola, do que resulta a instauração do denominado complexo agroindustrial (CAI) brasileiro. De acordo com o autor, essa transformação impõe uma maior articulação da agricultura com a indústria produtora de insumos e de bens de capital, por um lado, e, por outro, com a indústria processadora de produtos naturais.

“Em linhas gerais, a mudança na base técnica da agricultura significa que a sua reprodução ampliada passa a depender menos da dotação de recursos naturais utilizados e dos meios de produção produzidos em escala de manufatura e, cada vez mais, dos meios de produção gerados num setor especializado da indústria (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, rações, concentrados, máquinas em geral, sobressaindo tratores e colhedoras etc.), que cumpriria, a grosso modo, o papel do Departamento de Meios de Produção da indústria para a agricultura” (Delgado, 1985; 20).

Em segundo lugar, Delgado (1985) afirma que, nesse período, a intensa urbanização criou pressões sobre a demanda de produtos agrícolas, fator ao qual devemos incorporar a demanda por matérias-primas resultante do desenvolvimento de certos ramos industriais, como é o caso da madeira florestada ou reflorestada produzida no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha que serve à produção industrial tanto de ferro-gusa, na siderurgia, como de papel e celulose. Além disso, o autor ressalta o fato da demanda interna estar conjugada com outra, determinada pela “maior integração e diversificação das exportações agrícolas, que

evoluem a taxas muito elevadas no período” (Delgado, 1985; 20) e a necessidade de ambas serem atendidas de maneira a manter o ritmo da acumulação.

O terceiro fator que justificaria a periodização adotada se refere ao papel crucial assumido pela política de crédito rural “como principal veículo articulador dos interesses rurais e urbanos em torno do projeto de desenvolvimento de cunho modernizador” (Delgado, 1985; 20). Esse aumento de importância coincide com a instauração do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), em 1965¹⁴⁸, que oferece grandes volumes de crédito, por intermédio do sistema bancário institucionalizado (que passa a ocupar o lugar das fontes usurárias tradicionais, ligadas ao capital comercial), num contexto em que a necessidade de financiamento se torna crescente.

“O crescimento rápido da urbanização e das exportações; a modernização agropecuária que enseja a constituição e a ampliação dos diversos ramos do CAI; a organização de um novo sistema de financiamento para as atividades rurais – o Sistema Nacional de Crédito Rural – e, por último, a definição de um novo padrão de regulação das relações sociais e econômicas do setor rural pelo Estado, configuram, em seu conjunto, um novo padrão de desenvolvimento rural, que se convencionou, com propriedade, chamar de *modernização conservadora*”¹⁴⁹, (Delgado, 1985; 21-22).

Sugerimos, ainda, que o contexto de redefinição do padrão estatal de regulação das relações sociais do setor rural se antecipa à periodização proposta por Guilherme Costa Delgado (1985) e, ainda que esteja presente na intervenção do Estado nas políticas financeiras; nos incentivos fiscais; na subvenção de setores do CAI; na geração e na difusão de tecnologia por meio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), tem seu ponto de inflexão na promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214, em 1963, que passa a aplicar uma legislação comum para o trabalho no campo e na cidade, sendo decisiva para a

¹⁴⁸ “É evidente que o crédito rural institucional é anterior à constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural, em 1965 (SNCR). É também verdade que a modernização da agricultura, medida genericamente em termos dos indicadores de tratorização e consumo de NPK, já se observa nos anos cinquenta (...). Mas as políticas agrícolas anteriores ao SNCR, explicitam-se, basicamente, por intermédio dos institutos isolados de produto – Instituto Brasileiro do Café, Instituto do Açúcar e do Alcool e Comissão especial da Lavoura Cacaueira. *O objetivo maior dessas políticas consistia na mediação dos interesses das oligarquias rurais tradicionais em relação aos interesses industriais e urbanos.* Essa política não abrangia o conjunto do setor agrícola, mas unicamente os setores ligados ao modelo primário-exportador. Ademais, não se buscava, pela política agrícola, fixar nexos de relações interindustriais com a agricultura e a indústria interna. Buscava-se, predominantemente, compatibilizar o crescimento industrial, em plena ênfase na década de cinquenta e parte dos sessenta, com a obtenção de divisas a partir das exportações agrícolas para viabilizar o processo de substituição de importações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais” (Delgado, 1985; 20-21; grifo nosso).

¹⁴⁹ Apesar de concordarmos com a periodização proposta pelo autor, que assinala as referidas transformações ganhando corpo no processo de modernização brasileiro especialmente a partir dos anos de 1960, é necessário ressaltar que a perspectiva aqui adotada recusa a identificação da modernização desse período em particular como conservadora, uma vez que acreditamos ser esse um qualificativo inerente ao processo de modernização, na medida em que o compreendemos como processo de generalização da forma-mercadoria como mediação universal.

consolidação de um mercado de trabalho de abrangência nacional, além de ter sido decisiva para que a relação de agregação chegasse ao fim, como apresentaremos ao longo dessa seção; e na promulgação do Estatuto da Terra, Lei nº 4.504, em 1964, “por intermédio do qual visava-se, prioritariamente, à modernização do campo por meio do aumento da produção e da produtividade” (Silva, 1999; 35), substituindo o antigo empreendimento agropecuário pelo que a legislação denomina “empresa rural”.

Por fim, cabe assinalar que a periodização proposta por Guilherme Costa Delgado (1985) pode conduzir a uma impressão de que as transformações por ele sugeridas são resultantes da política econômica conduzida sob o regime militar. Nos esforçaremos, contudo, para apresentar essa impressão como resultante da aparência de autonomia entre Estado e capital, consolidada, como já indicamos, pelo menos desde o fim da Guarda Nacional; de modo a apresentar a política econômica do regime militar como parte de uma totalidade historicamente determinada pelo movimento crítico de reprodução do capital.

Nesse contexto, teremos a oportunidade de discutir, por meio da apresentação do processo de delimitação e instauração do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, a forma de intervenção do planejamento regional e a mudança na forma do capital repor seus pressupostos na “região”; a instauração da empresa “capitalista” de produção de eucalipto nas terras expropriadas e autonomizadas tanto do trabalho de posseiros e agregados, como do capital dos fazendeiros pecuaristas. Ou seja, uma vez que ocorre a “abertura” da região promovida pela regionalização estatal, na medida em que se torna impossível sustentar a relação de dominação que obstaculiza a penetração de novas relações de produção, afluem trabalhadores e terras para os respectivos mercados estabelecidos nacionalmente.

Finalmente, a apresentação das consequências da instauração do Distrito cria a oportunidade de discutir os limites do processo de modernização (Kurz, 1999), conduzido num esforço retardatário pelo Estado brasileiro. Limites cuja manifestação mais visível é a forma de incorporação “precarizada” e “flexibilizada” dos trabalhadores mobilizados no Distrito Florestal, especialmente na condição de trabalhadores rurais, temporários e migrantes, conhecidos como “bóias-frias”.

1 – O incentivo estatal para a siderurgia no contexto da modernização retardatária brasileira e seu entrelaçamento com a produção de reflorestamento e as transformações nas relações de produção no campo

“A evidência do predomínio do mercado [como forma social] pode ser demonstrada com base num fato fundamental: o Estado não possui nenhum meio primário de regulação, mas depende do meio do mercado, isto é, do dinheiro. Entretanto o meio ‘poder’ atribuído ao Estado e, teoricamente, na maioria das vezes, identificado com o dinheiro não possui nenhum grau hierárquico primário, apenas um grau secundário, pois todas as medidas do Estado precisam ser financiadas, não somente as atividades jurídicas, infra-estruturais, etc., mas também o poder no sentido mais imediato do termo, ou seja, as forças armadas. Nesse sentido, nem os militares são um efetivo ‘fator extra-econômico’, pois eles também estão submetidos ao meio do mercado, através do problema do seu financiamento” (Robert Kurz, 1995; 6).

1.1 – Uma breve discussão sobre a modernização retardatária brasileira e a dinâmica de formação do setor siderúrgico

Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli discutem, em *Padrões de acumulação, oligopólios e Estado no Brasil: 1950-1976* (1977), a dinâmica de reprodução de um padrão de acumulação que teria se “iniciado ou ampliado, se se quer relativizar a questão” (1977; 111) em meados de 1950. As bases desse padrão de acumulação teriam sido assentadas pelo chamado Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek. Argumenta-se que esse padrão sucede uma dinâmica anterior, fundada “numa prévia expansão do setor de bens de produção, que poderia – veja-se o condicional – fundar as bases para uma expansão industrial mais equilibrada entre os três departamentos básicos: o produtor de bens de produção [Departamento I], o produtor de bens de consumo não-duráveis [Departamento II] e o produtor de bens de consumo duráveis [Departamento III]” (1977; 112). Nesse contexto, os autores inserem o bloco de atividades produtivas sob coordenação estatal formado pela Petrobrás, pelo projeto Eletrobrás e por algumas linhas de atuação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce.

De acordo com o argumento dos autores, esse padrão de acumulação obedeceu a uma dupla determinação. Esteve influenciado pelas possibilidades de expansão industrial no Brasil, definidas pela Grande Recessão, que abriram-se contraditoriamente acompanhadas pela impossibilidade de abastecer-se no exterior com os bens de capital e de produção que sustentariam tal crescimento.

“Assim, é a expansão e a contradição a que vai dar lugar, tendo em vista o estado de forças produtivas dos países imperialistas sob a recessão e em seguida submetidos à economia de guerra, que vai determinar a expansão do setor de bens de capital e a própria implementação dos projetos estatais de base, sem o que a produção do capital industrial não seria factível” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 113).

As formas de financiamento da acumulação de capital nessa fase fundavam-se na política cambial e de confisco cambial, que promoviam a transferência de excedentes do setor agro-exportador para o industrial, financiando os Departamentos de bens de consumo e pela nacionalização dos setores básicos do Departamento I, especialmente os setores produtores de bens intermediários. Nesse período, era ainda posto de lado o recurso ao endividamento externo tomado diretamente para viabilizar a acumulação, ainda que os autores ressaltem sua utilização para compensar saldos negativos da conta de transações correntes, especialmente entre 1950 e 1955, o que promove o crescimento da dívida externa no período. Além dessas políticas, sustentava ainda tal padrão de acumulação, de acordo com os autores, a contenção relativa do salário real dos trabalhadores.

“Embora não formulada teoricamente nesses termos, a estratégia da expansão industrial fundava-se na premissa de que a acumulação do setor privado da economia seria potenciada pela transferência de parte do excedente via preços subsidiados dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais, propiciada pelo próprio aumento da produtividade do trabalho no setor de bens de produção, o que implicava num virtual barateamento do capital constante do setor privado da indústria” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 114).

As dificuldades enfrentadas por tal padrão de acumulação relacionavam-se sobretudo com as variações do setor agro-exportador, cuja expansão condicionava o financiamento externo e interno, uma vez que esse último residia na apropriação pela indústria dos excedentes gerados no setor exportador, principalmente o cafeeiro. Deste modo, era necessário garantir a rentabilidade da empresa agro-exportadora uma vez que era ela quem proporcionava os meios de pagamento internacionais necessários para o suprimento de oferta interna de insumos e bens de capital. Outro problema de tal padrão de acumulação seria advindo da nacionalização da produção de bens intermediários, cujas empresas, sendo isentas por definição do pagamento de impostos, não contribuía para o aumento das receitas fiscais do Estado.

O período seguinte teria seu padrão de acumulação estruturado, de acordo com a análise de Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977), de maneira completamente distinta, tendo sido desencadeado por mudanças que redefiniram o papel do Estado e sua relação com a sociedade civil a tal ponto de liquidar a correlação de forças políticas que teria sido a base da montagem do governo Kubitschek. Para os autores, essa transformação teria sido determinada por três ordens de fatores e pela imbricação dos mesmos. Em primeiro lugar, eles ressaltam a formação de um excedente nas mãos do setor privado da economia, determinado pelo padrão de acumulação anterior, que teria levado a modificações no perfil de uma

demanda que não se materializava devido à inexistência de produção no país¹⁵⁰. Em segundo lugar, ressaltam a redefinição da divisão internacional do trabalho que possibilitava que a industrialização das economias periféricas participasse como uma nova forma de expansão desse sistema¹⁵¹. Por fim, apontam certa fetichização do Estado pelas classes populares, que permitiam que as empresas estatais seguissem no papel de potenciadoras da acumulação privada sem nenhum tipo de questionamento classista.

O novo padrão de acumulação que se organizava estava baseado numa expansão sem precedentes do Departamento III da economia, que foi fundado de golpe nos cinco anos referidos no slogan “cinquenta anos em cinco”. A viabilidade dessa expansão foi assegurada pelo fato de não se haver esgotado o reservatório de força de trabalho sobrando, que cumpria o papel de garantir baixos salários. Ao contrário, as transformações em processo no campo vinham aumentando substancialmente esse contingente relativo de reserva de trabalhadores. Fundava-se essa viabilidade, ainda, na concentração de renda do período anterior, avaliada pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, que havia apontado uma demanda reprimida na análise da economia brasileira e, por fim, tinha base na nova relação centro-periferia que se estabelecia, na qual o recurso ao capital estrangeiro sob a forma de investimento direto¹⁵² garantiu que a instalação do Departamento III no Brasil não esbarrasse numa desproporcionalidade com relação à existência do Departamento I, cuja instalação, almejada especialmente no segundo governo Vargas, havia sido cumprida apenas parcialmente.

“Um padrão de acumulação desse tipo tinha todas as condições de inviabilidade, se observadas as relações de proporcionalidade existentes entre o Departamento III em implantação e o Departamento I, de produção de bens de produção, naquele período. Historicamente, o *Departamento I da economia nacional* – como, de resto, de qualquer outra economia dependente – *situa-se fora do circuito interno de acumulação*: situa-se no interior das economias centrais e, nas economias dependentes, são as *exportações sobretudo primárias que cumprem o papel de financiar as compras de bens de produção*” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 117; grifos nossos).

A implantação num só golpe do Departamento III provocava, entretanto, dificuldades para a reestruturação fiscal estatal, uma vez que, em função de certo período de maturação da

¹⁵⁰ “Em primeiro lugar, o padrão de acumulação perseguido na etapa imediatamente anterior, que só parcialmente havia sido implementado, gerou a formação de um excedente, em mãos do setor privado da economia, cujo grau de concentração, em termos de renda se se quiser, tinha aumentado sem lugar à dúvidas” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 116).

¹⁵¹ “(...) a redefinição da divisão internacional do trabalho, em curso acelerado após a liquidação da recuperação européia pós-guerra, transformava os termos da atuação do capital internacional em relação às chamadas economias periféricas ou dependentes (...), *elevando-se do antigo patamar de produtores de matérias-primas versus produtores de manufaturas para produtores de manufaturas de consumo versus produtores de manufaturas de bens de produção*” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 116; grifos nossos).

¹⁵² “(...) investimentos diretos sem cobertura cambial, que foi utilizada à exaustão pelo Governo Kubitschek. Assim, entrou praticamente todo o capital destinado à indústria automobilística, construção naval e outros setores contemplados no Plano de Metas, com o que, para um curto período e nestas condições solucionava-se o problema do financiamento externo da acumulação de capital” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 118).

instalação dessas empresas, o Estado não poderia a curto prazo captar parte do excedente que a produção nesses setores proporcionaria. Por outro lado, o Estado deveria, em caráter de urgência, cumprir o programa de instalação de parte do Departamento I, sem o qual a obtenção de ferro, aço, petróleo e química básica teria de se submeter ao recurso à importação, num momento de difícil ampliação das exportações. Essa exigência, ao lado da necessidade de produzir infra-estrutura rodoviária e de energia levou o Estado, de acordo com Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, a utilizar no limite sua capacidade fiscal, além de ter de recorrer ao que os autores entendem por financiamento inflacionário, que consiste na emissão de papel moeda.

As consequências desse padrão de acumulação foram, imediatamente, a atrofia do Departamento I nacional, que cresceu apenas no que se refere aos bens de consumo intermediários, ficando alojado, no que tange aos bens de produção, nos países capitalistas centrais. Essa atrofia esteve acompanhada, por sua vez, de uma recorrente crise de Balanço de Pagamentos, fruto da contradição de uma economia cuja industrialização era voltada para o mercado interno, apesar de ser promovida com capital estrangeiro, o que culminava numa constante insuficiência na produção de meios de pagamento internacionais, que permitiriam voltar aos capitais internacionais a parte do excedente que lhes pertence¹⁵³.

Por outro lado, os autores ressaltam ainda, como resultado de tal padrão de acumulação, um irreversível processo de controle oligopólico, no qual qualquer ganho de produtividade em outros setores entrelaçados da economia revertem-se em ganhos dos setores de ponta e, portanto, do Departamento I das economias centrais, uma vez que para os mesmos transferem parte substantiva do poder de compra que não podem realizar internamente. Assim, “ao novo tipo de crise recorrente na Balança de Pagamentos, já descrito”, soma-se “o antigo, que se expressa no incremento da importação de bens de produção, seja intermediários (...), seja de bens de capital (...)” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 120).

Contudo, a reprodução desse padrão possibilitou níveis altos de acumulação no Departamento III da economia, uma vez que ganhos em produtividade do trabalho, possibilitados pelas novas condições tecnológicas implantadas e pelos aumentos de

¹⁵³ Convém ressaltar que essa crise difere da dificuldade de obtenção de meios de pagamento internacionais resultante do padrão de acumulação anterior, cujo déficit representava crises da circulação internacional das mercadorias do setor agro-exportador, responsável por garantir tal balança de pagamentos. O período Kubitschek instaurou a crise da circulação internacional do capital dinheiro. De acordo com Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, pode-se entrever “sob esse aspecto, a funcionalidade dos mecanismos do Fundo Monetário Internacional para as crises tradicionais, em que os créditos ‘stand-by’ esperavam apenas a regularização da circulação internacional de mercadorias para restaurar a solvabilidade das economias dependentes: agora, o Fundo Monetário Internacional é absolutamente incapaz de financiar a solução do novo tipo de crise, pois ela se aprofunda na medida mesma em que se expandem as produções internamente realizadas subordinadas à circulação internacional de capitais” (1977; 119).

produtividade logrados nas empresas estatais eram combinados a uma política de contenção salarial, que conduziu a um crescimento real quase nulo no período. Combinado a esse crescimento insignificante, os salários sofriam ainda com uma “espiral inflacionária” (1977; 121) que contribuía com a erosão dos mesmos. Em resumo, de acordo com os autores, esse padrão de acumulação, fundado no desenvolvimento do Departamento III, culminou em uma extremada concentração de renda, alimentada ainda pelo padrão oligopolista de reprodução dos capitais.

Tal período enfrentou, no entanto, uma grande recessão que teve início em 1962 e durou até 1967, tendo os governos Quadros e Goulart atravessado a crise, de acordo com os autores, na condição de reféns da mesma. Essa crise foi determinada pela convergência de vários fatores, mas foi, na interpretação de Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977), sobretudo um resultado da contradição de um padrão de acumulação fundado no Departamento III, com fracas bases internas do Departamento I. Ou seja, uma crise de concentração e de realização dos excedentes internos que não podem retornar à circulação internacional do capital-dinheiro.

O novo governo imposto por um golpe, em 1964, leva a crise às suas últimas consequências praticando uma política acirrada de recessão, cujo sentido, de acordo com os autores, é preparar as bases para a organização do processo de concentração de capitais, “que se vinha dando de forma caótica” (1977; 123)¹⁵⁴. O padrão de acumulação, por sua vez, persiste baseado no Departamento III e aprofunda-se com o novo regime. Fica, portanto, colocada a questão de como resolver os problemas internos e externos de financiamento que conduziram à crise do período anterior.

Por um lado, a contenção salarial se aprofundou, o que permitiu um aumento da margem de lucratividade das empresas, especialmente do Departamento III. Se o setor de bens de consumo não-duráveis fica prejudicado, a recessão desencadeia, por sua vez, uma série de falências e concordatas no Departamento II, que iniciam o processo de concentração de

¹⁵⁴ Convém ressaltar que Marx (1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII), estabelece uma distinção entre concentração e centralização do capital e que o processo identificado pelos autores (1977) como concentração parece, na verdade, corresponder a um processo de centralização, como se verá adiante. Para Marx, o desenvolvimento do modo de produção capitalista vai conduzindo a um “crescimento do capital social [que] realiza-se no crescimento de muitos capitais individuais” (1984; 196). Essa espécie de concentração “repousa diretamente na acumulação capitalista, ou melhor, é idêntica a ela” (1984; 196) e aparece, por um lado, “como concentração crescente dos meios de produção e do comando sobre o trabalho” e, por outro lado, como “repulsão recíproca entre muitos capitais individuais” (1984; 196). Contudo, a disputa da concorrência conduz a um processo distinto, no qual capitais maiores derrotam capitais menores, *concentrando capitais já constituídos*. “Esse processo se distingue do primeiro porque pressupõe apenas a divisão alterada de capitais já existentes e em funcionamento. (...) O capital se expande aqui numa mão, até atingir grandes massas, porque acolá ele é perdido por muitas mãos. É centralização propriamente dita, distinguindo-se da acumulação e da concentração” (1984, 196).

capitais¹⁵⁵. Por outro, uma severa política creditícia interna permitiu o estrangulamento das empresas mais débeis, o que culminou num novo estímulo à concentração. Por fim, os preços relativos internos sofreram um processo de reorganização com o intuito de eliminar os déficits das empresas estatais, aumentando a margem de lucro dos capitais investidos nos serviços básicos¹⁵⁶.

A formação da fase monopolista do capitalismo no Brasil, como Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977) assim a identificam, é ainda marcada por uma reforma fiscal que adequa as receitas do Estado às novas condições de reprodução já consolidadas do Departamento III, além de promover políticas de incentivos fiscais que possibilitam o surgimento de uma nova forma de capital financeiro, administrada pelo Estado. Aliados a essa forma e como subsídios de uma política geral de investimentos que se localizam na estrutura financeira em formação, surgem as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) e as Letras do Tesouro Nacional (LTN), por meio das quais se promove a entrada do Estado brasileiro no mercado de capitais. A partir dessas mudanças, a formação do capital financeiro, especialmente do proporcionado pelo Estado, se consolida e passa a funcionar como pressuposto do lucro privado¹⁵⁷. Como veremos adiante, da nossa perspectiva, esse processo representa a instauração nacional das bases do capital fictício (Marx, 1988, vol. IV, cap. XXV e Kurz, 2002).

O financiamento externo dessa expansão também contribuiu com a preparação para um momento de concentração de capitais, com formas de financiamento que participavam do processo de modernização retardatária da economia nacional, preparando-a para ser desempenhada por monopólios. Por outro lado, medidas tomadas pelo regime militar permitiram que os empréstimos externos voltassem a ser tomados, como tentativa de saldar as dívidas da importação e renegociar a dívida externa¹⁵⁸. Ou seja, num contexto de necessidade de criação de meios de pagamento internacionais, os empréstimos externos acabavam servindo apenas para financiar o capital de giro das empresas.

¹⁵⁵ “As falências e concordatas são o prelúdio das fusões, incorporações e, no limite, exclusão do mercado das empresas mais débeis” (1977; 124).

¹⁵⁶ “Assiste-se, por esse processo, a uma expansão do tipo ‘mancha de óleo’: a eliminação de muitas empresas do mercado deixava o espaço vazio para as que sobravam, e esse adicional de mercado compensava aquilo que se perdia por força de remanejamento dos preços relativos, das pressões inflacionárias e do corte nos salários reais” (1977; 124).

¹⁵⁷ “Essa inovação não pode ser sequer menosprezada se se quer entender profundamente o caráter real da economia brasileira hoje, as imbricações Estado-empresas numa etapa monopolista” (1977; 125).

¹⁵⁸ “(...) tratou-se logo de implementar um padrão de dívida externa cujo significado mais amplo e mais profundo é o de criar meios de pagamentos internacionais para realizar a remessa de lucros, dividendos, royalties e direitos de assistência técnica, cujos incrementos se tornaram incompatíveis com as disponibilidades de divisas do País” (1977; 127).

A segunda fase, de ascensão, do período militar, pode ser caracterizada sobretudo pelo intenso processo de importação de capitais – de exportação de capitais por parte dos países capitalistas mais desenvolvidos – cuja expressão foi o crescimento da dívida externa. Porém, para Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli, essa foi condição necessária mas não suficiente. Além da importância dessa via de obtenção dos meios de pagamento internacionais, tem de ser ressaltado, ainda, um “esforço desesperado de exportações” (1977; 128) que apesar de ter obtido êxito dentro dos limites possíveis de sua realização se mostrou insuficiente num contexto de industrialização voltada para o mercado interno e fundada na importação dos bens de capital, contradição que acompanha tal padrão de acumulação desde sua instauração. Ao lado dos empréstimos externos, pressupostos para a reprodução do padrão de acumulação vigente, os mecanismos de financiamento interno são reforçados¹⁵⁹.

Para os autores, a crise dessa fase da acumulação não derivou de nenhum esgotamento de mercado que o crescimento do Departamento III pudesse ter proporcionado. Ao contrário, esteve determinada pelo aprofundamento da “intensidade de requerimentos do Departamento I, que [essa] própria expansão estimulou” (1977; 135). Ou seja, culminou como um acirramento da contradição de base desse padrão de acumulação. Na época em que escrevem o texto, meados dos anos de 1970, presenciam essa crise e indicam um possível novo ciclo de expansão do Departamento I¹⁶⁰ que pode ser confirmado pelo II PND e seu fomento às indústrias de base, especialmente a instalação completa da produção interna dos bens intermediários. Nesse contexto, o apoio ao setor siderúrgico ganhou muita importância¹⁶¹. Além disso, os autores ressaltam uma necessidade de reativação do Departamento II, sobretudo para a exportação de bens agro-pecuários que também pôde ser identificada com a

¹⁵⁹ “(...) os fundos de poupança compulsória que, além do FGTS, tomam expressão sob as siglas de PIS e PASEP, dirigem-se para o financiamento interno do processo de formação do capital; não é por outra razão que eles se destinam a serem intermediados pelo grande banco nacional de financiamento a longo prazo que é o BNDE e seus fundos auxiliares (...)” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 129).

¹⁶⁰ “Aqui, entretanto, abrem-se duas vertentes: a primeira a da substituição da importação de bens de capital, em sentido estrito, e, em sentido amplo, *incluindo bens intermediários, como o próprio aço*, alumínio, todos os não-ferrosos, química e petroquímica. Essa substituição teria os mesmos efeitos (...) *economizando-se divisas para utilizá-las sobretudo na cobertura das remessas de lucro e dos serviços da dívida externa*” (1977; 135; grifos nossos).

¹⁶¹ “O aço é uma mistura de ferro e carbono. Na siderurgia, o ferro é extraído do minério de ferro e o carbono provém do carvão, que pode ser mineral ou vegetal. O carvão é utilizado na fabricação do aço de duas formas: como combustível, permitindo alcançar a temperatura necessária à fusão do minério (cerca de 1.500 °C), e como redutor, associando-se ao oxigênio que se desprende do minério, deixando livre o ferro para ser fundido. Esse processo é denominado redução e ocorre dentro de um equipamento conhecido como alto-forno, movido a carvão. O ferro obtido nesta etapa é o ferro gusa ou ferro de primeira fusão (IBS, 2005). A segunda fase do processo de produção do aço é o refino, que consiste na queima de impurezas e adição de outras substâncias para se obter a liga. Essa etapa ocorre em forno a oxigênio ou elétrico. A fase final do processo é a laminação, na qual o aço é transformado em produtos formatados para a indústria de transformação, como chapas grossas e finas, bobinas, vergalhões, arames, perfilados e barras (IBS, 2005)” (Calixto, 2006; 23).

intensificação do processo de modernização da agricultura, reestruturado no período, como veremos adiante¹⁶².

A produção siderúrgica brasileira contou com a primeira intervenção estatal entre os anos de 1940 e 1950, quando foram montadas ao lado da então instalada Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira¹⁶³, a Companhia Ferro e Aço de Vitória (Cofavi), instalada em 1942 no Espírito Santo; a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), instalada em 1941 em Volta Redonda (RJ); a Aços Especiais Itabira (Acesita), instalada em 1951 em Minas Gerais sob controle do Banco do Brasil e a Companhia Siderúrgica Mannesmann, instalada em 1952 também em Minas Gerais, subsidiária da empresa alemã do mesmo nome (cf. Andrade e Cunha, 2005)¹⁶⁴.

Em 1952, com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico¹⁶⁵, “a siderurgia passou a contar com esse importante agente financeiro da estratégia governamental” (Andrade e Cunha, 2005; 1), como ressaltam Andrade e Cunha no histórico do setor siderúrgico, *O setor Siderúrgico: Implantação e Desenvolvimento da Indústria Siderúrgica (período 1952-89)*. A Cofavi passou a ser controlada pelo Banco no final dos anos de 1950. Além disso, o BNDE apoiou, em 1953, a ampliação da Belgo-Mineira. A participação do BNDE no financiamento da siderurgia no período pode ser entendida, ainda, nos quadros da expansão produtiva das atividades estatais, especialmente ligadas à produção de bens intermediários, que caracterizou o segundo governo Vargas e esteve influenciada pelas possibilidades de expansão industrial produzidas pela recessão mundial do pós-guerra,

¹⁶² Ainda que os autores ressaltem a importância dessa expansão, consideram a inviabilidade do Departamento II cumprir a tarefa de gerar os meios de pagamento necessários: “É muito difícil que o Departamento II possa levar a bom termo essa tarefa, pelas magnitudes de que se reveste; seria preciso encontrar produtos agropecuários do tipo da soja, e exportá-los em valor equivalente a umas três vezes a exportação atual da soja” (1977; 135). Contudo, convém ressaltar que acirraram-se os investimentos na modernização agropecuária e estes, por sua vez, ao invés de contribuir na inversão dos saldos negativos da balança de pagamentos, contribuíram com um maior aprofundamento da dependência, mediante a qual realizou-se a industrialização da agricultura nacional, em relação ao Departamento I dos países centrais, donde importou-se os capitais para a industrialização tanto a jusante, como a montante da produção agrícola.

¹⁶³ A criação da Belgo-Mineira contou “com a participação tanto do consórcio belgo-luxemburguês Arbed quanto de empresários locais que, em 1917, haviam fundado a Companhia Siderúrgica Mineira” (Andrade e Cunha, 2005; 1).

¹⁶⁴ “O setor siderúrgico, pela própria natureza do seu produto, essencial ao funcionamento do sistema econômico e condicionante do crescimento industrial, tem recebido das autoridades econômicas do país uma atenção especial. (...) Constatase, já em 1940, os esforços de planejamento da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico (...). É de se notar que essa tutela que se observa no caso brasileiro não é única, assemelhando-se a preocupações da mesma ordem em países da Ásia (inclusive o Japão) e da Europa Ocidental, notadamente naqueles casos de modernização tardia” (Silva et alli, 1985; 705; grifos nossos).

¹⁶⁵ O “S”, de Social, incorporou-se à sigla que identifica o banco somente em 1982.

que possibilitava a expansão industrial, ao passo que obrigava o desenvolvimento nacional da produção interna dos bens do Departamento I¹⁶⁶.

“A II Guerra mundial havia tornado as matérias-primas importadas excessivamente caras, de forma que, a fim de diminuir sua vulnerabilidade, o Brasil adotou uma política de substituição de produtos importados. (...) Para formar uma indústria de base sólida, eram precisos grandes investimentos. O setor privado não era capaz de realizá-los ou não apresentava interesse real em face da baixa lucratividade no curto prazo. O ministro da Defesa Henrique Teixeira Lott (1952-60), ao ser entrevistado por Paulo César Farah em 1948, afirmava que: ‘(...) a siderurgia (...) é um setor de atividades que demanda grandes capitais, enquanto nossos capitalistas, naturalmente, são atraídos por setores de atividades que dêem rendimento a mais curto prazo, com menos demanda de capital e com maior rendimento. Como a indústria siderúrgica não é das mais favoráveis nem do ponto de vista do prazo nem do ponto de vista da grandeza do rendimento, foi necessária a intervenção do governo para iniciá-la (...)’. Para realizar tais investimentos, fazia-se necessária a criação de um banco ou agência financeira capaz de suportar os altos investimentos requeridos” (Cintra, 2005; 50-51).

Contudo, em 1955, um documento do Conselho de Desenvolvimento da Presidência da República, baseado nas análises da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos¹⁶⁷ que indicavam a importância estratégica dos investimentos em siderurgia, de modo a criar as condições para baratear o abastecimento das indústrias de bens de consumo duráveis, reduzindo a necessidade das mesmas com importações, planeja uma acréscimo de mais do que o dobro da produção siderúrgica de aços planos existente em 1954, até o ano de 1960, devendo grande parte do investimento, necessário inclusive para subsidiar importações, ser financiada pelo BNDE¹⁶⁸. A partir desse momento, no qual a siderurgia passou a ganhar de fato uma posição estratégica na matriz de relações interindustriais, a dependência da participação estatal no financiamento dos seus investimentos foi ampliada.

¹⁶⁶ “Um dos primeiros aspectos a merecer destaque em uma análise da política siderúrgica nacional foi o fato de a criação da siderurgia estatal ter sido um elemento central no processo de formação do setor produtivo estatal (SPE) brasileiro. A despeito disso, os investimentos governamentais no setor siderúrgico foram basicamente um subproduto da política de industrialização, que começara a ser esboçada nos anos 30 (...). Da criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941, até os anos 50, os investimentos estatais foram a característica mais marcante da política governamental para o setor. Mas a lógica subjacente a esse processo de intervenção direta sempre esteve subordinada ao padrão de desenvolvimento do país. Em outras palavras, o recurso à intervenção direta surgiu como uma solução para a ‘questão siderúrgica’ em virtude das restrições políticas e econômicas que impediam uma solução exclusivamente privada para o setor” (Silva et alli, 1985; 709).

¹⁶⁷ Conforme assinala o artigo *Relação do Estado com o Setor Siderúrgico: estudo comparado Brasil-Estados Unidos*, escrito por Rodrigo Cintra e publicado no caderno CEDEC n° 75 (2005), a criação da “Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico, em 1950, (...) teve como objetivo a elaboração de projetos em vários setores da indústria nacional, dentre eles a siderurgia. (...) Mesmo não tendo contribuído de forma expressiva para a indústria (cerca de 2,8% dos investimentos previstos foram efetivamente aplicados no setor, enquanto a maior parte foi utilizada na agricultura)”, a comissão permitiu identificar “os pontos de estrangulamento que necessitariam ser revistos para possibilitar o desenvolvimento econômico. Desta forma, a maior contribuição efetiva desta comissão foi a elaboração do projeto inicial do BNDE” (Cintra, 2005; 50).

¹⁶⁸ “(...) objetava-se atingir uma produção de 2,4 milhões de toneladas/ano de laminados em 1960, num acréscimo de 1,4 milhões de toneladas/ano sobre a produção de 1954. Entre expansões e implementações de novas capacidades, considerava-se um investimento médio de US\$ 300/tonelada, necessitando-se portanto, de cerca de US\$ 420 milhões para alcançar aquela meta em 1960. Note-se que 82% do investimento total se referia a importações e que apenas 18% correspondiam à inversão em moeda nacional. A participação do BNDE era estimada em 60%, ou 252 milhões, afora as operações de aporte de capital” (Andrade e Cunha, 2005; 2).

Em 1956, foi instalada a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), em Cubatão, que contou com participação acionária do BNDE complementando recursos do estado de São Paulo, e a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), com capitais privados nacionais, com 40% do investimento financiado por um consórcio japonês e com a participação do BNDE na complementação dos recursos do estado mineiro e no aval a créditos externos. Ambas as empresas necessitaram de constantes aportes do Banco, tanto na condição de acionista, como em termos de financiamento. O BNDE teve intensa participação na implantação do parque siderúrgico nacional. Entre 1958 e 1967, a média dos recursos do Banco destinados ao setor siderúrgico era de 58%¹⁶⁹.

Foi, contudo, durante o regime militar que “as bases da moderna estrutura institucional da siderurgia seriam lançadas” (1985; 709), como ressaltam Marcos Silva et alli, no artigo *Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil* (1985). Em 1968, foi criado o Conselho Consultivo da Indústria Siderúrgica (Consider), buscando implementar as propostas do Grupo Consultivo da Indústria Siderúrgica (GCIS), criado no ano anterior no intuito de diagnosticar e planejar uma nova tentativa de readequação do setor às necessidades da modernização brasileira. No período precedente, a recessão enfrentada pela economia nacional havia promovido o surgimento de “elevados níveis de capacidade ociosa” (1985; 709), que exigiam tal reestruturação¹⁷⁰. Os resultados dessa avaliação foram apresentados no Plano Siderúrgico Nacional (PSN), em 1971¹⁷¹.

Contudo, a principal mudança no setor se deu entre 1973 e 1974, quando foi criada a Siderurgia Brasileira S.A. (Siderbrás), uma *holding* do Estado voltada para o controle de toda a produção siderúrgica estatal¹⁷². A Siderbrás assumiu o controle acionário das empresas anteriormente controladas pelo BNDE¹⁷³, pagando por elas um valor nominal, referente a Cr\$

¹⁶⁹ “Os investimentos no setor siderúrgico do BNDE foram consideráveis. Em 1968, por exemplo, o BNDE controlava 58,2% do capital da Cosipa e, em 1960, o investimento total que o fundo havia feito na Usiminas chegara a um patamar de US\$ 2,6 bilhões. (...) Do montante de investimentos no setor siderúrgico, 53,1% eram provenientes do BNDE e, de toda a renda do Banco entre 1952 e 1973, cerca de 3,622 bilhões de dólares, ou 24,2% tiveram como destino o setor siderúrgico” (Cintra, 2005, 52).

¹⁷⁰ “Nos anos 60, a complementação de vários projetos [como o da Cosipa e da Usiminas] veio coincidir com a recessão deflagrada pela política estabilizadora da administração Castello Branco. Nesse contexto, o setor siderúrgico brasileiro passou a apresentar elevados níveis de capacidade ociosa. (...) Em meio a condições tão adversas, a demanda por uma estrutura institucional capaz de elaborar uma política siderúrgica cresceu significativamente” (Silva et alli, 1985; 709).

¹⁷¹ O PSN “objetivava expandir a capacidade brasileira de produção de aço de 6 milhões de toneladas/ano em 1970 para 20 milhões em 1980. O Plano também preconizava que as usinas de aço planos e perfis médios e pesados deveriam permanecer sob controle do governo, considerando que o setor privado não possuía a capacidade financeira necessária para desenvolver esse segmento (...)” (Andrade e Cunha, 2005; 3).

¹⁷² “A única exceção ficaria por conta da Acesita, que permaneceu sob controle do Banco do Brasil” (Silva et alli, 1985; 710; nota 8).

¹⁷³ “Este possuía participação de 73% na Usiminas, 87% na Cosipa e 93% na Cofavi, representando tais ativos 19% do patrimônio líquido do Banco” (Andrade e Cunha, 2005; 5).

1,00, enquanto o Banco recebia pela mesma transação o valor das empresas estimado em termos reais. A diferença entre o valor recebido pelo BNDE e o pago pela Siderbrás contribuiu na capitalização do Banco, que também contou com um aumento de capital de cerca de 50%, favorecido pela emissão de ORTN, passíveis de serem resgatadas em três anos, em favor do BNDE pelo Tesouro Nacional. Ou seja, observa-se que a transação se baseia já na formação da Dívida Pública que, como ressaltado por Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977), passa a coordenar a reprodução da fase monopolista do capitalismo no Brasil e, como assinalado por nós, pode ser identificada como um momento no qual as bases fictícias da reprodução do capital vão se estabelecendo.

O fato do BNDE ter abandonado o papel de acionista das empresas que controlava, o que, acompanhado por uma intensificação da capitalização do mesmo, possibilitou uma readequação do Banco às necessidades de financiamento do período, que sugeriam uma necessária ampliação da produção do Departamento I, especialmente dos bens de capital intermediários, de modo a amenizar o déficit da Balança de Pagamentos, reduzindo as importações, conforme as indicações fornecidas pelo II PND (cf. Andrade e Cunha, 2005; Cintra, 2005 e Silva et alli, 1985)¹⁷⁴.

Além de ter permitido uma reestruturação da mais importante agência de financiamento dessas empresas, a oligopolização da siderurgia estatal foi determinante nas transformações do padrão de financiamento estatal do setor. Ainda que os investimentos do BNDE tenham estado presentes durante todo o processo de montagem do parque siderúrgico brasileiro, como investimentos para a compra de equipamentos e insumos externos, inclusive importados, antes de 1964 os mesmos assumiam a forma de um adiantamento em dinheiro que poderia ser resgatado no futuro. Ou seja, em tese, o BNDE, na condição de acionista dessas empresas, poderia obter um retorno lucrativo a partir dos seus investimentos, ainda que, como é sobejamente conhecido, a siderurgia estatal do período tenha sido constantemente criticada por fontes do setor pela contínua falta de autonomia financeira (Silva et alli, 1985; 710)¹⁷⁵.

Contudo, de acordo com Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977), a transição para o regime militar impôs a lucratividade como ordem do dia das empresas

¹⁷⁴ “Altos investimentos governamentais foram feitos no setor no período do II PND. Ao longo da década de 1970, foram investidos cerca de US\$ 13,5 bilhões na indústria siderúrgica, sendo que 77% foram executados pela *holding* estatal Siderbrás. No final do Plano, a capacidade produtiva da indústria siderúrgica brasileira havia dobrado, atingindo 15,3 milhões de toneladas em janeiro de 1980” (Cintra, 2005; 59).

¹⁷⁵ Essas críticas se referem especialmente à incapacidade dessas empresas estatais articularem uma política que defenda a acumulação via preços. O que estas críticas não permitem ver é que essa acumulação de fato se realiza, como ressaltam Oliveira e Mazzuchelli, mas no Departamento III, que acaba por ter a compra de insumos “subsidiada” às expensas do prejuízo no setor estatal. Como ressaltam os autores, “o fato de que as empresas do Estado *continuavam a produzir* bens e serviços *não-lucrativos* desempenhou papel saliente em mais de uma fase da economia nacional” (1977; 131-132; grifos nossos).

estatais. Essa formulação se baseou na análise da instalação da Usiminas, que contou com a participação de capital japonês, o que impunha mudanças no padrão de reprodução do setor: “esperava-se para as empresas estatais performances lucrativas, sem o que o capital estrangeiro decerto não participaria” (1977; 121)¹⁷⁶. Para os autores, a “transformação radical operada no conjunto das empresas produtivas do Estado [cobrava, então] seus direitos” (1977; 131). Ou seja, a forma de articulação dos capitais, inclusive com capitais privados estrangeiros, que sustentou a internalização de parte do Departamento I durante a ditadura, impôs melhores desempenhos para essas empresas, entre as quais se incluía o setor siderúrgico.

Nessas condições, a transformação do padrão de financiamento estatal do setor siderúrgico, presidida pela oligopolização, atuou como mecanismo de transferência dos prejuízos que se realizam no nível das empresas (e que a partir de então não podiam mais se realizar) para o Tesouro Nacional. No processo de instalação do parque siderúrgico pré-64, o padrão de financiamento estatal caracterizava-se por adiantamentos voltados para o incremento da produtividade – cujo retorno esbarrava na depreciação, determinada pela escala do investimento em capital constante, que demorava muitos anos para se pagar – que cumpriam o papel de rebaixar os preços de bens intermediários, como o aço, garantindo lucros extraordinários no Departamento III. Com as transformações promovidas pela ditadura, o financiamento estatal para o setor siderúrgico mudou de caráter, além de ter passado a cumprir outra função.

Em primeiro lugar, os investimentos recebidos por esse setor passaram a ser realmente “subsidiados” uma vez que os empréstimos, concedidos pelo BNDE “ao setor siderúrgico, *eram reajustados segundo patamares inferiores à inflação da economia*”, ou seja, a juros reais negativos, como afirma Rodrigo Cintra (2005; 59; grifo nosso), referindo-se ao padrão de fomento da siderurgia durante o regime militar. Em segundo lugar, esses investimentos, ao invés de funcionarem como “subsídios” para os consumidores de matéria-prima (em especial o Departamento III), uma vez que barateava o aço, incrementando a produtividade do setor, passaram a “subsidiar” a lucratividade das próprias empresas siderúrgicas e do capital que nelas estava investido.

¹⁷⁶ “Essa transformação apenas será completamente explicitada e aprofundada no período pós-64, exatamente pela mudança na correlação de forças políticas que fundam o novo regime, mas ela está substancialmente anunciada na constituição da Usiminas; o projeto da Cosipa também se faz sob a mesma expectativa, numa associação entre o Estado e grupos privados paulistas, principalmente. Estes, por absoluta incapacidade de sustentar o processo de acumulação de uma usina daquele porte, terminam por transferir completamente para o Estado o controle do empreendimento” (Oliveira e Mazzuchelli, 1977; 122).

Por fim, o controle estatal da *holding* provocava mudanças substanciais nas próprias condições de financiamento da reprodução das empresas siderúrgicas subordinadas, o que garantia que os prejuízos que antes se realizavam no nível das empresas passasse a se realizar no nível do Estado. Essas mudanças se referiam sobretudo à possibilidade do Estado incrementar constantemente sua Dívida Pública, por meio da emissão de ORTN's e de LTN's, uma vez que os títulos por ele indexados não implicavam na apreciação ou na depreciação das ações da empresa em si. A partir de então, “o Tesouro Nacional se converte no pressuposto geral de todas as produções particulares” (1977; 132), como ressaltam Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli.

Tabela I: Companhias siderúrgicas criadas pelo Estado brasileiro

Fundação	Início das Operações	Companhia
1939	1959	Cia. Siderúrgica do Nordeste (Cosinor)
1941	1946	Cia. Siderúrgica Nacional (CSN)
1942	1942	Cia. Ferro e Aço de Vitória (Cofavi)
n.a.	1944	Cia. Siderúrgica de Mogi da Cruzes (Cosim)
1944	1949	Aços Especiais Itabira (Acesita)
1953	1963	Cia. Siderúrgica Paulista (Cosipa)
1956	1962	Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas)
1961	1973	Aços Finos Piratini
1963	1973	Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba)
1963/75	1985	Aço Minas Gerais (Açominas)
1976	1983	Cia. Siderúrgica de Tubarão (CTS)

Fonte: Relação do Estado com o setor siderúrgico: estudo comparado Brasil-Estados Unidos (Rodrigo Cintra, 2005; 54).

Marcos Silva e os outros autores de *Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil* (1985) protestam, contudo, contra esse padrão. Para os mesmos, ele promove o retorno a um impasse cíclico, no qual se encontra a indústria siderúrgica nacional, que une à incapacidade do setor se financiar com base nos preços alcançados por seus produtos, a “fragilidade do sistema financeiro nacional (no que diz respeito à sua capacidade de fornecer capital para projetos de grande porte e dilatados prazos de maturação)” (Silva et alli, 1985; 710). Por outras razões, Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977) também protestam contra tal padrão, colocando como principal problema uma tendência à estatização dos prejuízos, às custas do que se garante o lucro do capital privado, inclusive multinacional.

Da nossa perspectiva, podemos compreender tal padrão de acumulação como resultado de um processo de modernização que se estabelece num padrão retardatário. Marx (1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII) ressalta que, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, “cresce o tamanho mínimo do capital individual que é requerido para conduzir um negócio sob suas condições normais” (1984; 196). Por sua vez, no momento em que o Estado

brasileiro desencadeia a industrialização do país, tanto mediando a entrada de capitais estrangeiros para a constituição do Departamento III¹⁷⁷, como investindo na implantação direta de infra-estrutura e do Departamento I, especialmente nas empresas de bens de capital intermediários, a composição orgânica dos capitais internacionais encontra-se num patamar muito elevado. Assim, o “tamanho mínimo” dos capitais necessários para a instalação das indústrias de base¹⁷⁸, sem contar a rentabilidade pouco atrativa dos investimentos, torna inviável o investimento de capitais privados, especialmente os nacionais, no setor.

Nesse contexto, o Estado brasileiro teve de assumir a execução de certos ramos produtivos, como vimos destacando para o caso da siderurgia, realizando gastos que acabaram operando de forma semelhante à instalação de infra-estrutura, uma vez que proporcionavam baixa rentabilidade, mas foram pressupostos para o desenvolvimento dos outros capitais. Isso porque, no Brasil, o Estado era o único a possuir condições para atingir o “tamanho mínimo” dos capitais necessários para a instalação dessas empresas, uma vez que podia alcançar tais somas endividando-se. Internamente, esse endividamento se produz por distintas formas, já ressaltadas, como por exemplo pelo desencadeamento de processos inflacionários ou pela emissão de títulos que compõe a Dívida Pública nacional, ambos compondo o processo que estabelece as bases do que estamos identificando como reprodução fictícia do capital.

O que queremos é ressaltar essa determinação estrutural, característica da modernização retardatária e de um processo de industrialização num contexto internacional de elevado investimento em capital constante, que fez com que o Estado tivesse que assumir certos setores da industrialização nacional de modo a conseguir promover o desenvolvimento industrial do país, ainda que na base da atração de capitais internacionais. Marx (1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII) já ressaltava a importância que o crédito assumiria num contexto de intensificação da centralização dos capitais¹⁷⁹, além da interferência da centralização dos capitais na ampliação da composição orgânica do capital social¹⁸⁰. Na modernização

¹⁷⁷ Há que se assinalar, como o faz Lênin, no livro *O Imperialismo, fase final do capitalismo* (1990), que a possibilidade de atração desses capitais, especialmente ligados ao Departamento III, que possibilitam a modernização periférica está condicionada pelas contradições da própria acumulação internacional. Ou seja, é o limite atingido pelo processo de remuneração da produtividade dos capitais do centro que conduzem à necessidade de exportação de capitais para a periferia do capitalismo mundial, configurando a dinâmica que o autor identifica como imperialismo.

¹⁷⁸ Como já ressaltado, a instalação de parte do Departamento I no Brasil deveria contribuir para amenizar a crise do Balanço de Pagamentos discutida por Oliveira e Mazzuchelli (1977).

¹⁷⁹ “(...) com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito, que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar da acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização de capitais” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; 197).

¹⁸⁰ “E enquanto a centralização reforça e acelera os efeitos da acumulação, amplia e acelera simultaneamente as revoluções na composição técnica do capital, *que aumentam sua parte constante à custa de sua parte variável e,*

retardatária brasileira, tal determinação acirrou-se a ponto de ser necessário o Estado atuar diretamente como um “capitalista monopolista”.

Por sua vez, o processo de participação de capitais particulares nacionais e estrangeiros nesses ramos, como por exemplo na siderurgia, que forçou a produção a se tornar lucrativa pelo menos desde a ditadura militar, não suspendeu a dependência do endividamento (interno e externo) como forma de sustentar a reprodução. Ao contrário, esse endividamento continuou atrelado ao Estado, como única possibilidade encontrada para garantir a continuidade do projeto nacional de desenvolvimento industrial. Nesse sentido, podemos dizer que o intervencionismo estatal que acompanha o processo de modernização retardatária é determinado pela necessidade do endividamento estatal como modo de garantir a instalação e a reprodução dos capitais no nível de produtividade exigido mundialmente¹⁸¹.

Como é amplamente conhecido, a elevação dos níveis de produtividade do trabalho ou da composição orgânica do capital (parcela de capital constante com relação ao variável) ocorre determinada pela pressão da concorrência em busca da obtenção de maiores taxas de mais-valia. Contudo, ao desenvolvimento social das forças produtivas, na medida em que se realiza como processo contraditório, corresponde também a diminuição da demanda relativa de trabalho. E com essa diminuição instaura-se o processo identificado por Marx como *Queda Tendencial da Taxa de Lucro* (1988, vol. IV, seção III), no qual torna-se cada vez mais difícil que a extração de mais-valia garanta a reprodução ampliada tornando a reprodução capitalista estruturalmente dependente do crédito.

Por isso, Francisco de Oliveira e Frederico Mazzuchelli (1977) ressaltam a transformação do endividamento estatal em *pressuposto* de realização de todos os capitais particulares, determinando um contexto que compreendemos como da emergência do *capital fictício* (Marx, 1988, vol. IV, cap. XXV e Kurz, 2002) no Estado brasileiro, ainda que a tendência à estatização dos prejuízos apareça para os autores como resultado de simples escolhas políticas. Ou seja, ainda que esse caráter, tido como conservador, da modernização pareça derivar da racionalidade de políticas econômicas voltadas para o favorecimento de certos setores da sociedade brasileira – leia-se aqui a burguesia e os latifundiários – há que se assinalar que ele expressa uma contradição imanente ao sistema produtor de mercadorias que para se reproduzir tem de expulsar trabalho do seu processo produtivo, bloqueando assim suas

com isso, diminuem a demanda relativa de trabalho” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII; 198; grifos nossos).

¹⁸¹ “A dívida do Estado e, com isso, o elemento estatista como componente da acumulação de capital, reaparece, no século XX, em dimensões muito mais gigantescas (...)” (Kurz, 1999; 30).

próprias possibilidades de acumulação, além das possibilidades de reprodução de uma forma de socialização fundada na mediação do trabalho.

A interpretação dessa tendência à estatização dos prejuízos como fruto de uma opção política da burguesia fez com que Francisco de Oliveira (2003) afirmasse, no livro *Crítica à razão dualista*, que o processo de modernização, que poderia ter garantido uma revolução econômica da burguesia nacional, acabou por corresponder a uma contra-revolução. Isso o autor fez, porque sua interpretação não deixa de prescindir de uma análise do posicionamento da burguesia nacional na imposição de tal política econômica, sendo estes os próprios termos nos quais sua problematização identifica a luta de classe. Tal posicionamento, parte sempre de uma perspectiva de que a burguesia nacional poderia ter se comportado de outra maneira, se não tivesse uma tão desenfreada gana por lucros para sustentar seu consumo de luxo, inclusive no que tange ao seu sucessivo processo de submissão à burguesia internacional. Comportado-se de outra maneira com relação ao próprio processo de endividamento e de formação do sistema financeiro, que passa a ser o jugo do crescimento posterior da economia.

Esse procedimento analítico oculta, entretanto, que tal determinação que incide sobre o desenvolvimento do capitalismo brasileiro e do próprio capitalismo mundial se estabelece para além destas estratégias de ampliação irrestrita dos ganhos de classe. A determinação que implica no aumento constante da extração de mais-valia relativa, e, portanto, de aumento da produtividade do trabalho, longe de ser apenas o próprio devir da burguesia, enquanto classe que explora trabalho alheio, é a condição para que os capitais se mantenham na concorrência, operando dentro da média que define se tal emprego de trabalho é socialmente válido ou não, e que define, no limite, se a realização de tal mercadoria possibilita a reposição do ciclo produtivo como um todo.

Assim, o sentido crítico em que a reprodução capitalista se estabelece, na medida em que a obtenção das mesmas taxas de lucro implicam numa necessidade de investimento de capitais cada vez maiores, sinaliza um próprio limite global da exploração do trabalho permitir a sustentação da reprodução ampliada, o que torna, de maneira diferente da exposta pelo autor, estrutural a necessidade de crédito e a necessidade desta forma de intervenção estatal. Essa passagem analítica se refere à passagem da predominância do sistema financeiro à constituição do capital fictício, como pressuposto do próprio processo de reprodução capitalista.

Este movimento, que tem de ser interpretado em seu caráter total, ou seja, mundial, tem implicações profundas, entretanto, no processo de modernização retardatária brasileiro e no conjunto dos países da América Latina: se a industrialização do país se dá num momento onde

os níveis de produtividade mundiais já alcançaram o limite de sua auto reprodução, a dependência estrutural do crédito e do subsídio estatal no desenvolvimento da economia brasileira não pode ser considerado como fruto de um projeto político da burguesia, mas tem de ser reconhecido enquanto determinação inerente dos próprios limites das contradições do capital, como relação social de produção global.

Há que se criticar, ainda, a concepção recorrente na economia política de positivar o crescimento econômico, explicitando ser este um processo contraditório. Contradição que permeia a mercadoria, forma mais elementar de tal socialização, mas que também está presente no próprio movimento de ampliação da extração de mais-valia relativa, e no aumento da composição orgânica do capital que é dela recorrente, implicando numa progressiva diminuição do capital variável, ou seja, da parte do capital global responsável pelo processo de valorização, além de implicar no próprio sentido tendencial de queda da taxa de lucro. Por isso, cabe explicitar que é na tentativa de superação de um processo de acumulação sempre crítico que se estabelece o aumento da produção abstrata de riqueza, que acaba por aparecer como desenvolvimento.

Tal limite, que implica na impossibilidade da reprodução ampliada estar fundada na extração de mais-valia relativa, é ao mesmo tempo o processo em que a produção do proletariado pelo capital deixa de ter a função de manter um exército industrial de reserva, ou seja, é o momento onde o descarte da força de trabalho da produção de mercadorias faz com que o desemprego atinja níveis absolutos, processo que Kurz problematiza nos termos de crise fundamental da sociedade do trabalho (Kurz, 1999); ao passo que também é o processo em que o sistema financeiro tem de se tornar pressuposto do próprio processo de reprodução do capital, se estabelecendo historicamente como uma forma crítica de acumulação, baseada no capital fictício, cuja forma é $D - D'$. Nesse sentido, o processo de autonomização do dinheiro de sua substância de valor está definido pela impossibilidade do capital ser pressuposto de sua própria reprodução ampliada, donde se cria um mecanismo de financiamento mediado ou não pelo Estado até o ponto deste financiamento ser o pressuposto necessário da produção, e portanto, a transformação de dinheiro em mais dinheiro que se dá neste âmbito, se transformar em sentido da acumulação¹⁸², ainda que esta seja socialmente fictícia.

¹⁸² “Mas esse caráter fictício revela-se somente depois de terminar um processo especulativo mais longo ou mais curto. Enquanto esse está se passando, o capital fictício, que não tem substância alguma, cria nos participantes do mercado a ilusão de render muito mais lucro do que o capital realmente produtivo. Precisamente por isso, o capital fictício pode atuar sobre a produção real de bens e induzir processos de produção materiais, cuja invalidade se revela apenas posteriormente, no colapso inevitável da especulação. Essa conexão de fatos é ignorada completamente até pelos teóricos acadêmicos esquerdistas, que percebem o capital fictício somente no âmbito imediato dos setores especulativos e para os quais toda produção aparentemente real é um elemento da acumulação real” (Kurz, 1999: 202-3, nota 8).

No Brasil, a primeira explicitação dos limites dessa forma de acumulação é subsequente à sobrevida do auge expansivo da indústria que foi garantida pelo Estado a partir de 1974, mas com o auxílio do já ressaltado elemento exógeno, condicionado pelas condições externas de financiamento bastante favoráveis. Essas condições favoráveis começam a se reverter em 1976, sob pressão dos déficits que persistiram na Balança de Pagamentos. Por sua vez, de acordo com Guilherme Delgado (1985; 55), as taxas de juros no mercado internacional começaram a se elevar de maneira vertiginosa, dificultando a captação de novos recursos para investimentos produtivos, circunstância que se juntou aos abalos sofridos pelas contas externas do Brasil em função da crise do petróleo.

A política econômica nacional fica então completamente subordinada pelos serviços da dívida que são onerados pela altas taxas de juros internacionais, debatendo-se numa crise infundável de rolagem de dívidas. Esse processo culmina na “perda de autonomia na política econômica interna” que, de acordo com Delgado (1985; 55), é marcada pelo pedido de empréstimos compensatórios ao FMI, no final de 1982, impondo uma dinâmica recessiva para a economia nacional que perdurou durante toda a década de 80. Voltaremos a abordar essa discussão no final do terceiro capítulo, acreditando assim ter mais elementos para aprofundá-la. Por ora, ela permite indicar a dinâmica contraditória e crítica que assume a modernização retardatária no Brasil¹⁸³.

¹⁸³ “A tendência deste século ao aumento da intensidade do capital (expressão fetichista para o desdobramento da ‘ciência como força produtiva’) desvalorizou há muito tempo a oferta de mão-de-obra ‘barata’ do Terceiro Mundo, fechando com isso, porém, para o próprio Ocidente, uma saída exteriorizante de sua crise por meio da exploração daqueles ominosos novos mercados. Quanto menos o Terceiro Mundo conseguia acompanhar a corrida da produtividade, tanto menos pôde sua economia levantar pelo menos os investimentos indispensáveis para o próprio desenvolvimento e os mercados internos, e tanto menos interessante tornou-se ele para investimentos estrangeiros diretos, por parte do capital ocidental. Passou a depender de créditos do sistema bancário ocidental e das instituições internacionais (FMI, Banco Mundial). Se nos anos 70 esses créditos ainda estavam ligados à ilusão de que poderiam trazer desenvolvimento interno, industrialização e poder de concorrência do mercado mundial, essa bolha de sabão estoura em 1982, ano em que a insolvência do México marcou o início da famosa crise das dívidas do Terceiro Mundo, que até hoje não se aproximou nenhum milímetro da superação. Uma parte dos créditos perdeu-se nas burocracias estatais do Terceiro Mundo e nas classes altas, entrou de forma improdutivo no consumo, em projetos inúteis de prestígio e armamento, ou voltou a ser transferida ao sistema bancário ocidental, como capital improdutivo que trouxesse juros. Mas isso não é nem metade da verdade. Pois existem razões muito mais objetivas e decisivas do que a simples mania de enriquecimento das tradicionais classes altas do Terceiro Mundo que faziam com que fracassasse necessariamente o projeto de industrialização e desenvolvimento. Em última instância, o problema é a lógica abstrata da rentabilidade, tal como é inerente à mercadoria moderna e ao mercado mundial por esta constituído, não conhece nem pode admitir algo como uma estratégia politicamente induzida, isto é, puramente baseada em decisões conscientes. Mais cedo ou mais tarde tem de impor-se inexoravelmente a lei da rentabilidade, que diz que somente é válida e capaz de participar no mercado aquela produção que corresponda ao nível mundial de produtividade” (Kurz, 1999; 160).

1.2 – O entrelaçamento entre a siderurgia e o reflorestamento e as transformações nas relações de produção do campo

O esforço de industrialização ressaltado, resultado do processo de modernização retardatária em que se encontrava o Estado brasileiro, planejando o desenvolvimento das forças produtivas nacionais a fim de alcançar os níveis de desenvolvimento dos países centrais do sistema produtor de mercadorias¹⁸⁴, implicou, entretanto, numa intervenção na forma como vinham se articulando terra, trabalho e capital no processo de modernização brasileiro.

Até o momento, a disponibilidade de terras e a possibilidade de posse, que caracterizavam a abertura da fronteira agrícola no campo brasileiro, haviam determinado relações de produção particulares, territorializadas regionalmente, que pouco a pouco vinham se transformando, condicionadas especialmente pela centralização e pela monopolização da violência por parte do Estado. O referido esforço de industrialização exigia, por sua vez, a generalização da reorganização dessas relações, uma vez que a acumulação possibilitada pelo capital investido na economia nacional por meio dos empréstimos e do financiamento estatal dependia da existência de massas *relativamente* grandes de trabalhadores mobilizados de modo a promover a valorização¹⁸⁵.

Contudo, como vimos discutindo desde a primeira seção, a constituição do capital como relação social esteve em formação no que hoje se constitui como território nacional brasileiro desde o período colonial, ainda que os mecanismos destinados a forçar trabalho nessa sociedade, e durante todo o processo de constituição da sociedade nacional, fossem determinados por uma forma de territorialização do capital que estava, ainda, criando as condições para que a acumulação pudesse vir a prescindir do emprego da violência direta. Nesse sentido, a modernização retardatária no Brasil, ainda que assuma o aspecto de um processo nacional de “acumulação primitiva”, desencadeia a autonomização entre terra,

¹⁸⁴ “(...) como também o caráter recuperador de todo o processo, que também exigia recursos iniciais muito maiores do que a acumulação primitiva histórica no Ocidente” (Kurz, 1999; 57).

¹⁸⁵ “Dinheiro e mercadoria, desde o princípio são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. *Eles requerem sua transformação em capital*. Mas essa transformação mesma só pode realizar-se em determinadas circunstâncias, que se reduzem ao seguinte: duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõem a valorizar a soma-valor que possuem mediante a compra de força de trabalho alheia; do outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto, vendedores de trabalho. *Trabalhadores livres no duplo sentido*, porque não pertencem mais diretamente aos meios de produção, como os escravos, os servos, etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como, por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando, pelo contrário, livres, soltos e desprovidos deles” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 262). Ou, ainda, como sugere Gaudemar (1977), no livro *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*, estando *mobilizados*.

trabalho e capital numa sociedade cujo sentido da reprodução das relações sociais de produção já era a acumulação de capital.

Na sociedade brasileira em modernização retardatária, a questão foi a formação de massas *relativamente* grandes de trabalhadores assalariados que permitissem manter os salários rebaixados de modo a garantir níveis de acumulação que possibilitassem a reprodução ampliada do capital (cf. Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIII). Ou seja, a questão era a integração do exército de reserva num mercado de trabalho nacional, condicionado pela ruptura das barreiras territoriais que ainda “fechavam” regiões. Essa questão, por sua vez, atravessava a reestruturação das relações de produção na agricultura, sendo a expropriação o processo de imposição da mobilização do trabalho de uma superpopulação relativa que ainda se encontrava em estado latente.

A mobilização do trabalho foi, portanto, também um processo de mobilização da terra ou autonomização da renda da terra, na medida em que a produção capitalista se apoderou da agricultura e foi responsável pela suspensão das antigas relações de produção que permitiam o acesso do trabalhador à terra. Enfim, terra e trabalho autonomizados transformaram-se em fatores de produção que o investimento de capital pôde mobilizar de modo a se reproduzir. Desse modo, em primeiro lugar, entrelaçam-se a produção industrial e as modificações na agricultura uma vez que essa última garante o afluxo de trabalhadores expropriados para a cidade¹⁸⁶.

“Supomos, portanto, que a agricultura, exatamente como a manufatura, está dominada pelo modo de produção capitalista, isto é, que a exploração da agricultura é feita por capitalista, que de início só se diferenciam dos demais capitalistas pelo setor em que seu capital está investido e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital. A suposição de que o modo de produção capitalista se assenhoreou da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade civil; que, portanto, também suas condições, como a livre concorrência dos capitais, transferibilidade deles de uma esfera para a outra, nível igual do lucro médio etc., se encontram presentes em toda sua plenitude (...). Se o modo de produção capitalista pressupõe, de maneira geral, a expropriação dos trabalhadores das condições de trabalho, da mesma forma pressupõe, na agricultura, a expropriação dos trabalhadores rurais do solo e a subordinação destes a um capitalista, que exerce a agricultura para obter lucro” (Marx, 1986, vol. V; cap. XXXVII; 123).

Em segundo lugar, entrelaçam-se a produção industrial e a produção agrícola reestruturada uma vez que a agricultura passa a integrar parte da indústria, transformando-se

¹⁸⁶ Isso não significou que deixaram de existir trabalhadores no campo brasileiro. Ao contrário. Mas os mesmos passam a estar subordinados à uma dinâmica de reprodução do capital idêntica à da cidade. Tampouco significou um esgotamento do potencial de expansão da fronteira agrícola, uma vez que durante o processo de modernização retardatária brasileira existiu ainda a possibilidade de reassentamento dos trabalhadores expropriados, como pôde ser observado, durante o regime militar, nas frentes de expansão, especialmente no Norte do país. Contudo, convém ressaltar que se altera a dinâmica de ocupação por posse que sustenta o acesso à terra do trabalhador subordinado pelas relações regionais. A ocupação passa então a estar condicionada a uma certa institucionalização do Estado e seus projetos de colonização.

em uma produtora de matérias-primas para a mesma. Nesse sentido, transformam-se também, ao lado das relações de produção, as forças produtivas de uma atividade que passa a ser ela própria determinada – ainda que nunca completamente – pelo desenvolvimento da indústria.

Como assinalado na introdução, Guilherme Costa Delgado (1985) interpreta o desenvolvimento desse fenômeno na modernização brasileira, especialmente no período que corresponde ao regime militar, como processo de constituição do complexo agroindustrial (CAI) ou de industrialização do campo. O corte analítico sugerido pelo autor estabelece uma distinção entre as modificações na base técnica que intervieram na agricultura brasileira pelo menos desde o II pós-guerra, que corresponderam à “transformação dos meios de produção utilizados pela agricultura, de ‘insumos naturais’ para bens de produção industriais” e a constituição do CAI.

As primeiras modificações na base técnica da agropecuária nacional se caracterizaram pela elevação dos índices de tratorização e pelo consumo de NPK, estimulados pelo Estado brasileiro e pelo capital norte-americano, que garantiram a importação de meios de produção industriais e insumos. Essas mudanças foram seguidas pela implantação de setores industriais de bens de produção no Brasil, especialmente de indústrias de tratores, no final dos anos de 1950 e por um processo de fusão e integração de capitais intersetoriais.

Contudo, um processo maciço de introdução de modificações na base técnica da agropecuária, com dinamismo e abrangência territorial significativos, ocorreu apenas a partir da segunda metade da década de 1960, alcançando o final dos anos de 1970, possibilitado pela “conjugação de um sistema financeiro apropriado – o Sistema Nacional de Crédito Rural, [com] a implantação de novos blocos de substituição do importações de meios de produção para a agricultura, patrocinada pelo II PND, e [com] uma certa folga cambial na transações externas” (Delgado, 1985; 34)¹⁸⁷.

O processo de constituição do CAI se caracterizou por uma dupla transformação: por um lado, instaurou-se no Brasil um setor industrial de bens de produção para a agricultura¹⁸⁸, por outro, reorganizou-se a produção agropecuária para que ela passasse a ser fornecedora de matérias-primas para a indústria. Ou seja, a produção agropecuária – e também a florestal,

¹⁸⁷ “O processo de desenvolvimento econômico que experimenta a sociedade brasileira ao longo das últimas três décadas, com ênfase nos anos 70, é certamente a fase histórica de maior densidade e velocidade de penetração das formas avançadas de desenvolvimento capitalista (...)” (Delgado, 1985; 51).

¹⁸⁸ “No primeiro caso, essas relações implicam a própria mudança do processo de produção rural de forma articulada à indústria produtora de insumos (fertilizantes, defensivos, corretivos de solo, rações e concentrados) e de bens de capital (tratores, implementos diversos, colheitadeiras, equipamentos para irrigação etc.)” (Delgado, 1985; 35).

caso que nos interessa em particular – ficou entrelaçada com a produção industrial tanto a montante, como a jusante, respectivamente.

O período pode ser ainda caracterizado pela institucionalização de uma política estatal de difusão tecnológica que acontece acoplada à montagem de um aparato de assistência técnica e extensão rural, que se consolida com a criação da Embrapa, quando o Estado passa a investir maciçamente e a organizar nacionalmente um sistema de pesquisa voltado para a modernização agropecuária. Essas pesquisas, por sua vez, estão voltadas para o desenvolvimento de inovações mecânicas, físico-químicas e biológicas, embora apenas as últimas sejam desenvolvidas diretamente pela Embrapa, enquanto que as primeiras se concentram no âmbito da grande empresa industrial.

Além disso, o período pode ser caracterizado pela intensificação do intervencionismo estatal no processo de modernização capitalista da agricultura, determinado especialmente pela “penetração dentro da máquina do Estado das condições e meios de reprodução do capital na agricultura” (Delgado, 1985; 43). Esse intervencionismo pode ser reconhecido pelo menos nas instâncias normativa, financeiro-fiscal, produtiva e previdenciária, ainda que sobressaia a atuação do Estado na regulação financeira.

Para Guilherme Delgado (1985), as mudanças normativas foram determinadas pela promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, em 1963, cujo sentido prático acabou determinado pelo contexto de instauração do regime militar e pela criação de condições favoráveis à constituição do *empreendimento capitalista na agricultura*, determinada pela promulgação do Estatuto da Terra, em 1964¹⁸⁹. Por sua vez, o apoio à estruturação da empresa capitalista no campo foi acompanhado da transformação da propriedade rural em fonte aparentemente autônoma de valorização patrimonial, num contexto no qual as relações entre o Estado e o grande capital privilegiaram a especulação territorial e a formação de um mercado nacional de terras.

A segunda esfera de regulação estatal discutida pelo autor é a financeiro-fiscal, que compreendeu um amplo conjunto de mecanismos monetários e financeiros, como os incentivos fiscais que serão discutidos a seguir, que “estimulam, compensam e financiam a aplicação de capitais privados” no campo¹⁹⁰ (Delgado, 1985; 45), dentre os quais se destacou

¹⁸⁹ “Prevaleceu a vertente do desenvolvimento rural sob a égide da empresa capitalista, que com o tempo assumiu todo o espaço de execução da política agrária, revertendo, na prática, as declarações reformistas do Estatuto da Terra e, principalmente, do Estatuto do Trabalhador Rural. Enquanto o primeiro transformou-se em letra morta na parte que trata da reforma agrária, o Estatuto do Trabalhador Rural transformou-se no exemplo mais flagrante de desrespeito sistemático às suas normas de proteção e garantia das relações formais de trabalho por parte das empresas (...)” (Delgado, 1985; 44).

¹⁹⁰ “(...) o Estado também administra, a nível federal e algumas vezes com a participação dos governos estaduais, a concessão de uma gama de incentivos fiscais que estabelecem de forma diferenciada as margens de lucro dos

a estrutura bancária do Estado, utilizada por meio da política de crédito implantada pelo mesmo, que propiciou uma sistemática concessão de subsídios financeiros e de facilidades creditícias ao produtor modernizado ou modernizável e inserido na malha de relações interindustriais do CAI¹⁹¹.

A terceira esfera correspondeu à diretamente produtiva, na qual o Estado não exerceu nenhuma atividade agrícola, atuando apenas em outros setores do CAI, como nos ramos de fertilizantes e defensivos, dos quais participam a Petrobrás e a Companhia Vale do Rio Doce. Por fim, a previdência é caracterizada pelo autor como a mais frágil esfera de regulação estatal, que absorveu “com maior virulência” (1985; 47) os resultados da modernização, uma vez que não se encontrava preparada para gerir o exponencial número de desempregados e subempregados produzidos pela transformação das relações de produção no campo.

A concessão de financiamentos, que se apresentou na forma de crédito fornecido para empreendimentos privados em condições favoráveis de prazos e carências e a taxas reais negativas (Delgado, 1985; 79) e as políticas de incentivos fiscais, conjugadas a uma política fundiária que privilegiou a concentração de recursos nas mãos dos grandes projetos empresariais, cumpriram o papel de inserir a agricultura nas bases no desenvolvimento industrial, entrelaçando-a ao mesmo, tanto na condição de consumidora, como de fornecedora de matérias-primas.

Em Minas Gerais, o esforço de industrialização siderúrgica esteve intensamente entrelaçado com as transformações nas relações de produção no campo. De acordo com a pesquisa desenvolvida por Juliana Sena Calixto, *Reflorestamento, terra e trabalho: análise da ocupação fundiária e da força de trabalho no Alto Jequitinhonha, MG* (2006), o desenvolvimento do setor siderúrgico, que vinha sendo intensamente subsidiado com investimentos estatais, contou com a instalação de muitas empresas no estado, especialmente “devido ao manancial de recursos naturais, principalmente o minério de ferro” (Calixto, 2006; 24). Contribuíram para isso, ainda, “a habilidade política e a ampla cobertura vegetal (constituída em boa parte de cerrado e mata) destinada à fabricação de carvão nas proximidades das indústrias” (Calixto, 2006; 24)¹⁹².

capitais envolvidos na agricultura. Sobreessaem, em especial, *as deduções de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas para aplicação no Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET)*, relativamente à pesca e ao reflorestamento (...)” (Delgado, 1985; 46; grifos nossos).

¹⁹¹ “É particularmente a partir do projeto de modernização e diversificação agropecuárias, que se insinua claramente a partir da segunda metade dos anos 60, que se tenta institucionalizar o SNCR. Os graus de abrangência e generalidade desse sistema contemplam a mercadoria agrícola em geral e não apenas atividades específicas ao estilo monocultor” (Delgado, 1985; 45).

¹⁹² “A vocação siderúrgica mineira à base de carvão vegetal era justificada como uma predestinação: ‘Acreditamos que a disponibilidade de áreas, o preço das terras e a tradição de exploração do carvão vegetal

Contudo, ainda que parte da referida expansão da siderurgia, às expensas da Dívida Pública, estivesse se territorializando no estado, essa ampliação de capacidade produtiva deveria se basear na utilização do carvão mineral (o coque), já que o padrão dos incentivos fornecidos pelo Estado estimulava a instalação de projetos de produção em grande escala, buscando resolver a demanda interna do Departamento III, que então se expandia. Juliana Calixto (2006) afirma que, de acordo com o plano de expansão delineado pelo PSN, as siderúrgicas com capital estatal, produtoras de laminados planos deveriam utilizar o coque como redutor e garantir 60% da produção nacional. Por sua vez, as pequenas e médias empresas, totalmente privadas, deveriam produzir laminados não-planos utilizando carvão vegetal como redutor. De acordo com a autora, no entanto,

“as empresas que produziam com base no carvão vegetal, porém, não estavam interessadas em mudar para o coque. Rejeitavam as propostas de expandir sua produção com base nos valores sugeridos pelo PSN. Este fato criou um impasse, que só foi solucionado com a crise do petróleo, que estimulou o uso de fontes alternativas de energia, fazendo com que o carvão vegetal passasse a ser visto de outra maneira, e isso apareceu no II Plano Nacional de Desenvolvimento, que reviu os planos de expansão das grandes usinas a coque, majoritariamente estatais, e abriu novas possibilidades para o uso do carvão vegetal como energia alternativa, devido às crises de petróleo ocorridas nos anos de 1974 e 1976” (Calixto, 2006; 25-26).

A partir desse momento, a utilização do carvão vegetal passou a ser considerada “a única via tecnológica comprovada e economicamente viável, independente de fontes energéticas importadas” (Coutinho, 1985; 218 *apud* Calixto, 2006; 26) e o desenvolvimento de tecnologias voltadas para a utilização dessa matéria-prima passou a ser central na política siderúrgica brasileira. Além disso, a revisão das diretrizes das políticas definidas pelo Consider permitiram que as empresas que já utilizavam carvão vegetal pudessem contar com incentivos estatais para ampliar sua produção.

Entretanto, haviam ainda algumas restrições para a generalização do carvão vegetal como matéria-prima prioritária para a indústria siderúrgica. A primeira delas estava ligada ao fato de que a produção do carvão quase que se restringia ao carvoejamento da mata nativa (cerca de 80%) e que a intensa utilização das florestas do entorno das áreas onde as siderúrgicas encontravam-se instaladas havia promovido uma grande redução na oferta local de madeira, fazendo com que a base da produção do carvão vegetal tivesse de ser extraída cada vez mais longe das indústrias, elevando os custos da produção, em função das maiores distâncias pelas quais deveria ser transportada a matéria-prima. Além disso, outros argumentos técnicos apontavam para o encarecimento da produção siderúrgica com base no carvão vegetal, como a “baixa capacidade de regeneração das matas nativas, a ausência de

sejam fatores que venham reforçar a predestinação de Minas, de comportar um complexo siderúrgico baseado nesse carvão’ (Faria, 1973)” (Calixto, 2006; 24)

tecnologias silviculturais disponíveis, os altos índices de resíduos e o baixo rendimento que o carvão de madeira nativa apresentava” (Calixto, 2006; 26)¹⁹³.

Essa demanda de reestruturação das condições de oferta de carvão vegetal exercida pelas indústrias siderúrgicas, sobretudo pela Belgo-Mineira, passaram, a partir de então, a nortear os planos governamentais que deveriam garantir melhor entrelaçamento entre as duas produções. “O objetivo era *integrar florestas - produção de carvão - produção siderúrgica*” (Calixto, 2006; 30; grifo nosso).

Nesse contexto foi criado, em 1971, como parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), um grupo de trabalho que deveria diagnosticar os problemas e propor soluções para um melhor aproveitamento do carvão vegetal utilizado na siderurgia, o GT CVS. Tal grupo reuniu suas proposições no boletim técnico *Diretrizes para o problema do carvão vegetal na siderurgia*, publicado em 1973. De acordo com esse documento, o grupo tinha por objetivo “estudar a situação atual e as perspectivas futuras do emprego de carvão vegetal na indústria siderúrgica e *propor normas de reflorestamento e manejo florestal*, visando ao equilíbrio entre consumo e produção de material lenhoso para fabricação de carvão” (GT-CVS, 1973; 6 *apud* Calixto, 2006; 28; grifos nossos).

Nessas condições começava a se delinear uma política de exploração e sobretudo de implantação de florestas, de modo a evitar crises de abastecimento e elevação dos preços dessa matéria-prima que correspondia a 50% dos custos com bens de produção intermediários para a produção do ferro-gusa, base das ligas de aço (Calixto, 2006; 26). Essa política, que operava também nos termos de uma política energética previu como solução para tais conflitos a universalização das florestas energéticas como fonte de abastecimento da siderurgia, metodologia já adotada por algumas empresas, ainda que de maneira incipiente.

Por sua vez, a defesa das florestas energéticas, especialmente em Minas Gerais esteve fundada, como veremos de maneira mais aprofundada posteriormente, em argumentos que assinalavam os atributos aparentemente naturais do estado (como a vastidão territorial, que contava sobretudo em função da ampla disponibilidade de terras devolutas) que beneficiariam a produção de florestas na áreas definidas pelo planejamento como “regiões” prioritárias para serem realizados os investimentos em reflorestamento, que passaram a contar inclusive com incentivos fiscais concedidos pelo Estado.

193 “As empresas siderúrgicas, e [a partir da demanda das mesmas] também os órgãos governamentais responsáveis por delinear políticas para o setor, argumentavam que o maior problema para a expansão da siderurgia a carvão de madeira era o fato de que as reservas nativas não seriam suficientes para abastecer os altos fornos. Com as exceções da companhia Siderúrgica Belgo-Mineira e da Aços Especiais Itabira (Acesita), que já investiam em maciços próprios de floresta desde os anos de 1948/49, as empresas de menor porte utilizavam somente carvão proveniente de matas nativas, sem realizar nenhuma reposição” (Calixto, 2006; 27).

“Os estudos que avalizaram determinadas regiões como mais aptas para o reflorestamento que outras foram baseados em cálculo econômico, sendo o preço da terra e o custo de produção fatores determinantes da escolha. O Zoneamento Econômico de Minas Gerais, realizado pelo IBDF em 1974, determinou inicialmente dez regiões prioritárias para o reflorestamento. Nelas deveriam ser concentrados os esforços de produção de madeira para a indústria, porém, as regiões definidas pelo Zoneamento Econômico eram muito diversas, englobando municípios com características bastante diferentes econômica, ambiental e politicamente. Os dados do Quadro 1 mostram as regiões definidas pelo IBDF e relacionam o fator preço determinante da escolha da região como prioritária: o preço da terra” (Calixto, 2006; 32).

Como veremos nos próximos capítulos, buscando discutir especialmente as modificações sofridas pelas relações de produção no campo e sua relação com a intervenção estatal, num contexto em que a própria definição do Vale do Jequitinhonha preparava as bases para a intervenção do planejamento regional, o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha foi estabelecido como uma dessas “regiões”, por ser considerado uma das áreas deprimidas do estado mineiro e do país, que devia ser desenvolvida com a estratégia de implantação de florestas¹⁹⁴.

194 “(...) a expansão do reflorestamento objetivava homogeneizar espacialmente o desenvolvimento brasileiro” (Calixto, 2006; 32).

2 – Produção do Vale do Jequitinhonha: o planejamento regional como instrumento da modernização retardatária

Instauração de uma agência de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha e uma discussão sobre como qualificar o planejamento regional; intervenção estatal como mecanismo para possibilitar a transformação das relações de produção na “região”; formação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha por meio da territorialização dos incentivos fiscais à produção da madeira como matéria-prima industrial.

“A impossibilidade de uma teoria do planejamento reside essencialmente em que este – o planejamento – é uma forma: aqui, parece encontrar-se uma contradição radical, pois precisamente os esforços de teorização fazem-se, na maior parte dos casos, sobre as formas que os processos sociais assumem; e a contradição é real, pois as teorizações sobre planejamento trabalham uma forma sem tentar realizar ou entender sua concreção: advém disso que quase tudo que se escreveu sobre planejamento termina por desembocar em ‘modelos’ que se pretendem de generalizada aplicabilidade. A postura teórica e metodológica deste trabalho recusa os ‘modelos’” (Oliveira, 2008; 128).

2.1 – A intervenção estatal na criação da Codevale como suporte da reprodução particular das relações sociais de produção no Vale do Jequitinhonha

Do mesmo modo que apresentamos, na primeira seção dessa dissertação, a produção das sesmarias e das “vilas do ouro” no nordeste mineiro como parte do confronto entre o processo de territorialização da pecuária sertaneja e da exploração mineral escravista, e, posteriormente, a produção das fazendas como parte do processo de territorialização da expansão da região agropecuária coronelista, fundada na subordinação do posseiro à condição de agregado; a delimitação de parte dessa região, sob a designação de *Vale do Jequitinhonha*, também tem processo de formação.

Esse processo político de construção de uma identidade territorial começa a tomar corpo nos anos de 1950, quando o Estado passa a identificar o *Vale do Jequitinhonha*, antes incorporado ao norte e ao nordeste mineiro, como uma “região” em particular. De acordo com os argumentos apresentados por Ricardo Ribeiro (1993), em sua dissertação de mestrado *Campesinato: resistência e mudança*, fundamentalmente a partir desta década, políticos locais passaram a produzir um discurso sobre a “região”, articulando-a e produzindo-a “sob o signo da carência, do abandono e do subdesenvolvimento persistente”¹⁹⁵ (Ribeiro, 1993; 91) e

¹⁹⁵ Há que se ressaltar que a identificação do sertão à pobreza não é exclusividade do Vale do Jequitinhonha, como revela Nei Lima (2006), no artigo *Os crespos do sertão*. De acordo com o autor a produção de discursos sobre o sertanejo e o sertão baseou-se fundamentalmente em imagens de escassez, rusticidade e atraso, ou seja, “um sertão feito de ausências e carências” (Lima, 2006; 3).

caracterizando-a em função da carência de políticas voltadas para seu desenvolvimento, de modo a fundamentar sucessivas propostas com esse escopo¹⁹⁶.

A reprodução deste discurso, aliada a uma crise que, em 1957, devastou o rebanho bovino nesta, ainda difusa, “região”, conduziu à criação do Grupo de Trabalho para a Pecuária (GTP), conforme ressalta Dalva Maria de Oliveira Silva (2007), no livro *A arte de viver: riqueza e pobreza no Jequitinhonha – Minas Gerais – de 1970 a 1990*. O GTP foi organizado pelo então governador de Minas Gerais, Bias Fortes, com o objetivo de apontar as causas e as soluções para a referida crise, e produziu um estudo geográfico sob a responsabilidade de João Alencar Athayde, Fidelcino Vianna de Araújo Filho e do professor Alisson P. Guimarães. Murilo Badaró¹⁹⁷, neto do já referido Francisco Badaró, comenta esse estudo em entrevista concedida à Dalva Maria de Oliveira Silva:

“O Fidelcino Vianna comandou esse chamado Grupo de Trabalho da Pecuária. E esse Grupo de Trabalho da Pecuária, ele acabou esquadrihando o Vale do Jequitinhonha, que era uma região que possuía pecuária extensiva” (Murilo Badaró, entrevista *apud* Silva, 2007; 165).

De acordo com a entrevista concedida por Murilo Badaró, o estudo realizado pelo GTP, que acabou “esquadrihando o Vale”, apresentou aspectos socioeconômicos que o fizeram despertar para a necessidade de intervenção na “região” (Silva, 2007; 165-166), motivando-o a apresentar uma Emenda Constitucional na Assembléia Legislativa, em 1964, com a finalidade de definir uma instituição responsável por organizar essa intervenção¹⁹⁸. Conforme assinala o próprio Murilo Badaró na referida entrevista, a emenda por ele sugerida concorreu com outros programas de intervenção para o Vale do Jequitinhonha, apresentados no mesmo período¹⁹⁹, e foi aprovada, dando origem à Comissão de desenvolvimento do Vale do

¹⁹⁶ “A identidade da região do Vale do Jequitinhonha, que tenta substituir outras identidades, é construída sobre a imagem das carências sócio-econômicas do ‘Vale da Miséria’, que *fundamentam as sucessivas propostas de desenvolvimento regional* que permitiriam o ressurgimento do ‘Vale da Esperança’” (Ribeiro, 1993; grifo nosso).

¹⁹⁷ Político minasnovense, Murilo Badaró iniciou sua carreira política em 1958, quando foi eleito deputado estadual de Minas Gerais, tendo sido reeleito em 1962. Em 1967 foi eleito deputado federal, sendo depois reeleito para mais dois mandatos. Em 1979, tornou-se senador biônico da ARENA, após eleição indireta promovida na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Foi, por fim, em 1984, indicado por Figueiredo para o cargo de ministro da Indústria e do Comércio.

¹⁹⁸ “Bom, daí então em 64 eu tomei todas essas informações e o conhecimento que eu tinha, e o Vale do Jequitinhonha era um vale com uma dinâmica quase de paralisia total não é? Quer dizer, havia uma...era um estágio de subdesenvolvimento muito mais do que crônico, era agudo e crônico ao mesmo tempo! E não havia na região um estado de alma da população capaz de acionar lideranças e comando capazes de mudar esse quadro. Então, imaginava eu, que era muito novo na época, deputado já de segundo mandato, imaginava eu que uma instituição como essa, *para a qual a emenda constitucional vinculou meio por cento do orçamento estadual, é uma massa de dinheiro grande, quer dizer, seriam recursos suficientes para dar um choque, um choque econômico no Vale, econômico e cultural*” (Murilo Badaró, entrevista *apud* Silva, 2007; 166; grifo nosso).

¹⁹⁹ “(...) eu tinha um grande acesso à imprensa (...), era uma presença muito forte na assembléia (...); eu coloquei do lado do projeto Dom Geraldo Proença Sigaud, que era o Arcebispo de Diamantina, que era considerado um homem de direita né, e da mesma forma coloquei o Dom José Maria Pires, que por sua vez era considerado um bispo da esquerda de Araçuaí. (...) foi um acontecimento realmente *muito auspicioso* (...)” (Murilo Badaró, entrevista *apud* Silva, 2007; 166; grifo nosso).

Jequitinhonha (Codevale), pela Lei Constitucional nº 12, de 06 de outubro de 1964 (cf. Lei 11.711, de 23 de dezembro de 1994).

A área de atuação dessa autarquia estadual abrangia os 52 municípios que foram definidos pelo órgão como a “região” do *Vale do Jequitinhonha* e foi corroborada pelo Decreto nº. 9.841, de 6 de junho de 1966 (cf. Lei 11.711, de 23 de dezembro de 1994)²⁰⁰, sendo que seis municípios encontravam-se apenas parcialmente na área de atuação da agência e outros onze faziam parte também da área de atuação da Sudene, “integrando o Polígono das Secas no território mineiro” (Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha, Codevale, I, s/d; 1).

Figuras II e III: Quadros com a relação dos município que compõe a “região” de atuação da Codevale

Municípios	Área Km ²	Municípios	Área Km ²
01. Almenara.....	2.859	27. Jacinto.....	1.153
02. André Fernandes.....	708	28. Jequitinhonha.....	3.526
03. Araçuaí.....	2.326	29. Jaciama.....	2.162
04. Bandeira.....	484	30. Jordânia.....	550
05. Berilo.....	967	31. Malacacheta.....	+ 480
06. Bocaiuva.....	5.186	32. Medina.....	1.497
07. Botumirim.....	1.033	33. Minas Novas.....	1.775
08. Capelinha.....	1.397	34. Nêvo Cruzeiro.....	1.597
09. Carai.....	1.167	35. Padre Paraíso.....	532
10. Carbonita.....	1.174	36. Pedra Azul.....	1.439
11. Chapada do Norte.....	695	37. Porteirinha.....	+ 250
12. Comercinho.....	612	38. Riacho dos Machados.....	1.312
13. Coronel Murta.....	851	39. Rio de Prado.....	976
		Cont....	
Cont....			
14. Couto Mag. Minas.....	297	40. Rio Pardo Minas.....	+ 391
15. Cristália.....	1.184	41. Rio Vermelho.....	+ 98
16. Datas.....	+ 48	42. Rubelita.....	1.312
17. Diamantina.....	4.670	43. Rubim.....	983
18. Felic. dos Santos.....	370	44. Salinas.....	3.299
19. Felisberto Caldeira...	492	45. Salto da Divisa.....	756
20. Felisburgo.....	711	46. São Maria do Salto....	553
21. Francisco Badaró.....	781	47. São Antão do Jacinto...	617
22. Grão Mogol.....	5.472	48. Sen. Mod. Gonçalves...	893
23. Itacambira.....	1.649	49. Sêro.....	1.158
24. Itamarandiba.....	2.986	50. Taiobeiras.....	+ 401
25. Itaobim.....	620	51. Turmalina.....	1.685
26. Itinga.....	2.813	52. Virgem da Lapa.....	605
SUB-TOTAL.....	41.552	SUB-TOTAL.....	30.000
- Área Total: - 71.552 Km ²			

Fonte: Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha (Codevale, vol. I, s/d; 2-3).

²⁰⁰ “A área de ação da Codevale abrange os municípios mineiros integrantes da bacia hidrográfica do rio Jequitinhonha, a que se refere o Decreto nº. 9.841, de 6 de junho de 1966” (Lei 11.711, de 23 de dezembro de 1994).

De acordo com o projeto de implantação da agência, a Codevale deveria se articular com instituições públicas federais, estaduais e municipais, de modo a “propor ações integradas que buscassem solucionar problemas regionais”. Além disso, e da vinculação orçamentária de meio por cento ao governo estadual, a agência estava apta a negociar recursos nacionais e estrangeiros para a realização de programas, projetos e atividades destinadas “ao desenvolvimento da região e ao aproveitamento máximo de seu potencial”. Por fim, o projeto da implantação define que a atuação da Codevale ficaria submetida à aprovação do governador do estado de Minas Gerais, devendo ser apresentado ao mesmo um Plano Geral de Aproveitamento do Vale, além do envio anual da programação das atividades, que deveriam envolver “os diversos setores públicos atuantes na região”, e de relatórios apresentando os resultados do trabalho desenvolvido (Mattos, 2001; 166).

Dalva Maria de Oliveira Silva constata, contudo, que, em quatorze anos de existência da Codevale, o Plano Geral de Aproveitamento do Vale ainda não havia sido realizado, tendo sido produzidos apenas alguns diagnósticos e estudos, como o *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha* (vol. I e II, s/d), primeiro a ser produzido pela agência. Esse documento se encarregou de “diagnosticar, dentro de sua área de ação, os principais obstáculos ao desenvolvimento sócio-econômico”, além de apresentar a região “quer do aspecto do potencial econômico, quer do humano” (Codevale, I, s/d; apresentação). Ou seja, consiste num apanhado sobre as condições de reprodução econômica e social na “região”, de caráter técnico, que oferece uma visão do funcionamento dos setores econômicos, explicitando especialmente suas deficiências e apresentando algumas propostas embrionárias para corrigi-las. Ainda na apresentação, escrita pelo Diretor Superintendente da Codevale, Vicente Fernandes Guabiroba, aparecem marcadas tanto a identificação da carência, como a necessidade de programas com o intento de superá-las:

“Acreditamos que o primeiro passo foi dado. O homem do Jequitinhonha, relegado ao abandono durante décadas, encontra-se, agora, em condições de exigir sua própria redenção. Muita coisa há que se fazer por ele e por sua terra. O mais importante, contudo, já foi feito: - o início da caminhada (...). [Este relatório] constitui, portanto, *instrumento capaz de dar ao programador uma visão abrangente da região, proporcionando elementos necessários à tomada de posição de órgãos públicos e do setor privado face aos problemas do nordeste mineiro*” (Codevale, I, s/d; apresentação; grifo nosso).

O pré-diagnóstico, que consiste na ordenação e na adaptação de estudos setoriais preparados pela equipe técnica em 1967, encontra-se dividido em dois volumes. O primeiro se refere a *O espaço físico e a realidade infra-estrutural* e o segundo a *Os setores básicos de atividade humana*. O primeiro volume apresenta inicialmente a descrição fisiográfica da “região”, considerando diversos aspectos físicos como relevo, hidrografia e hidrogeologia,

tipos de vegetação, cujo caráter está fundamentalmente voltado para o aproveitamento econômico da “região” do Vale do Jequitinhonha.

Adiante, o relatório apresenta um estudo demográfico, cuja mais significativa informação, que ultrapassa a definição do volume populacional, é a análise da estrutura ocupacional da população. O relatório assinala o grande contingente da população da “região” ocupado nas atividades primárias, “comparativamente a *outras regiões do Estado* e a de Minas Gerais como um todo” (Codevale, I, s/d; 47; grifo nosso). As “regiões” de Minas Gerais às quais o relatório se refere são, além do Vale do Jequitinhonha, o Sul, a Zona da Mata, o Triângulo Mineiro, o Alto Parnaíba e o Alto Urucuia ou Paracatu. Em 1950, a percentagem da população total ocupada na agropecuária é de 34,95%, enquanto que nas outras “regiões” permanecia na casa dos 20% e no estado como um todo alcançava os 24,21%. Em 1960, a população do Vale ocupada na agropecuária sofreu queda relativa de apenas 0,14%, enquanto no total do estado a queda foi de 3,02%, chegando a ser superior em outras “regiões”. Como contraponto, cabe ainda ressaltar que o percentual populacional do Vale do Jequitinhonha ocupado nos ramos da indústria, do comércio e dos serviços, corresponde a respectivamente, 0,21%, 0,51% e 0,28%, ou seja, um total de 1% da população total (cf. quadro XV, Codevale, I, s/d; 48).

De acordo com a análise proposta no diagnóstico, tanto o baixo índice de redução da população empregada no campo, como a baixíssima proporção da população ocupada em setores urbanos, em contraposição à agropecuária, são “*provas evidentes do tradicionalismo das estruturas econômicas (inflexíveis)*, [que justificam a] constância dos baixos índices de produtividade verificados no setor primário, e renda ‘per capita’ das mais baixas do Estado” (Codevale, I, s/d; 47; grifo nosso). Deste modo, a conclusão apresentada é a do nível baixíssimo de “desenvolvimento” existente no Vale do Jequitinhonha, uma vez que a “íntima correlação entre estrutura ocupacional e nível de desenvolvimento, [permite que] aquela evidencie este” (Codevale, I, s/d; 47), que justifica e preconiza a intervenção do Estado na correção destas desigualdades²⁰¹.

A próxima seção do relatório se refere à identificação das deficiências na infra-estrutura implantada, além da proposição de planos de desenvolvimento para os setores de energia, transportes e comunicação. As conclusões obtidas no levantamento da situação energética atual da “região” são identificadas como “sombrias” (Codevale, I, s/d; 50), em função dos sistemas serem precários e se concentrarem apenas nas sedes de alguns dos municípios, sem

²⁰¹ “Dessa forma, o quadro XV [cujos dados sobre estrutura ocupacional foram transcritos] é elemento valioso na caracterização econômica do Vale, demonstrando, por si mesmo, o *subdesenvolvimento* de uma das *regiões geoeconômicas* mais extensas de todo o Estado” (Codevale, I, s/d; 47; grifos nossos).

abrançar suas zonas rurais, num contexto em que 76% da população total do Vale vivem no campo. O quadro XVII (Codevale, I, s/d; 50), que expõe a situação energética, assinala a existência de 39 cidades com abastecimento de energia térmica (obtida com a queima do diesel) ou hidráulica precária, outras 6 sem nenhum abastecimento de energia e apenas 7 com abastecimento regular de energia hidráulica. Essa estrutura de abastecimento permite um regime de consumo, se considerado em média, de 11,7 kWh/hab, que o relatório assinala ser comparável apenas “à dos mais atrasados países do continente africano” (Codevale, I, s/d; 53). Com relação à esse respeito, o diagnóstico conclui que frente à “indisfarçável imagem dinâmica de marcha-à-ré no processo sócio econômico da área” a única solução possível consiste na “implantação de um programa tecnológico de produção e produtividade, (...) capaz de melhorar as condições de vida de sua gente”, que tem que fundar-se inicialmente na instalação e na ampliação do suporte energético, uma vez que “a eletricidade se constitui no principal fator componente da base infra-estrutural que serve de sustentação a qualquer programa de desenvolvimento regional” (Codevale, I, s/d; 54)²⁰².

Nessa avaliação da infra-estrutura energética está em jogo não apenas a identificação de uma insuficiência aparentemente objetiva no abastecimento de energia elétrica. O pressuposto do aumento do fornecimento energético é a diversificação da estrutura econômica, ou, ainda melhor, a transformação das relações de produção implicadas nas atividades econômicas existentes, como permite transparecer a seguinte citação.

“A ausência de energia elétrica afasta a possibilidade de atração e sustentação de atividades econômicas em condições de promover, através do efeito multiplicador, o *surgimento de uma nova estrutura econômica*. Sua principal atividade – a pecuária – caracteriza-se por representar concentração de renda e insignificante absorção de mão-de-obra. Há que se transformar essa estrutura, de forma a assegurar o efeito multiplicador das variáveis de desenvolvimento. A energia elétrica representa um dos fatores que irão permitir esta diversificação, *atraindo para a região as atenções do empresariado nacional*, certos da imediata resposta que seus investimentos obterão” (Codevale, I, s/d; 55; grifos nossos).

Para realizar tal transformação, o relatório apresenta uma estimativa de demanda de energia e um levantamento do mercado de energia elétrica. A estimativa se baseia em uma análise da demanda imediatamente não atendida e o levantamento do mercado, especialmente no convênio realizado pela Codevale, em 27 de outubro de 1967, com a ELETROBRÁS, o BDMG, a CEMIG e o DAEEMG, “objetivando o desenvolvimento industrial e agropecuário daquela região do Estado” (Codevale, I, s/d; 59), que deveria examinar as oportunidades

²⁰² “Não se concebe, em hipótese alguma, a possibilidade de desenvolvimento sem que se voltem as atenções para o setor energético, quando este se apresenta atrofiado, ou simplesmente, inexistente. É exatamente este o caso do Vale do Jequitinhonha, *região potencialmente rica, privilegiadamente localizada, desfrutando de condições satisfatórias para a diversificação de sua estrutura econômica e para o conseqüente desenvolvimento integrado*” (Codevale, I, s/d; 55).

econômicas futuras, visando o incremento no mercado de consumo de energia, tanto rural como urbano. Além disso, com o financiamento promovido pelo Fundo Especial e pelo Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas, foi realizado, em parte pela CEMIG, o levantamento do potencial hidrelétrico dos rios do Centro-Sul do Brasil, entre eles o rio Jequitinhonha, no qual foram inventariados quinze pontos privilegiados para a instalação de hidroelétricas, dentre os quais dois tiveram imediatamente realizados os estudos preliminares de implantação. Ainda assim, há que se ressaltar que o relatório da Codevale, para além das propostas e projetos, apresenta críticas à atuação da ELETROBRÁS, que detém a concessão dos aproveitamentos hidroelétricos na bacia do Jequitinhonha, mas que “não se fez presente no sentido de proporcionar solução adequada para o problema da energia elétrica na região, [pois] alega não existir demanda a justificar seus investimentos na área” (Codevale, I, s/d; 66).

O próximo ponto abordado na análise da infra-estrutura é o relacionado às estradas. A análise sobre o tema considera o Vale do Jequitinhonha um “vazio” de rodovias. Afora as federais, que permitem a ligação de algumas cidades da “região” aos centros do Sudeste e Nordeste, especialmente ao Rio de Janeiro e à Bahia, pela BR-116, a totalidade das rodovias da rede estadual que servem a “região” tem seu leito de terra e a servem apenas parcialmente. A principal rodovia é a MG-2 que permite a integração viária dos municípios ao longo do rio.

“A observação de um cartograma representativo do Plano Estadual, mostra claramente que existe um vazio de estradas de rodagem no Vale do Jequitinhonha, sobressaindo a MG-2 que parece concentrar sobre si todo o intercâmbio comercial da região. As outras estradas estaduais são quase sempre precárias e não fornecem condições normais de tráfego” (Codevale, I, s/d; 74).

Há, no entanto, que se assinalar que o relatório não apresenta nenhuma proposta de ampliação das vias de circulação uma vez que afirma ser impossível justificar economicamente a implantação ou melhoria de estradas com base nos critérios oferecidos pelo DER, que se baseiam tão somente em “fluxo de produção, fluxo de consumo e fluxo de transporte” (Codevale, I, s/d; 75). Embora ressalte que isso não impossibilita novas reivindicações, “pois o quadro atual da Bacia do Jequitinhonha, de um completo estágio de subdesenvolvimento, necessita de novos padrões (...) para que se alcancem aqueles objetivos [de desenvolvimento]” (Codevale, I, s/d; 75). Assim, por mais que não existam argumentos econômicos que justifiquem maior deslocamento de recursos para o Vale do Jequitinhonha, “existe, sim, um forte argumento social” (Codevale, I, s/d; 77). Por isso a Codevale, estabeleceu um convênio com o DER, para a elaboração de Planos Rodoviários Municipais que permitissem buscar recursos internacionais para garantir as obras de melhoria e ampliação.

No que se refere à comunicação, o Pré-diagnóstico também define o sistema infra-estrutural como extremamente deficiente, “sendo que, em termos de telefones interurbanos a região pode ser considerada como uma ilha” (Codevale, I, s/d; 78) e, ainda que diversos municípios tivessem constituído empresas privadas ou públicas destinadas a implantar redes municipais de comunicação, os “referidos serviços não vêm se enquadrando em nenhum planejamento regional de telecomunicações” (Codevale, I, s/d; 78).

Aparece também, como último ponto analisado do volume I do relatório, a infra-estrutura social, ou seja, a análise das condições da educação, da saúde e do saneamento, da renda e da habitação. Como aparece identificado já no início da análise, a infra-estrutura social está considerada, uma vez que sem ela “não se pode conceber desenvolvimento integrado de uma região” (Codevale, I, s/d; 79), já que essa infra-estrutura é determinante na mobilização e preparação de trabalhadores disponíveis para serem incorporados pelos novos investimentos.

O volume II do Pré-diagnóstico, *Os setores básicos de atividade humana*, se dedica à análise das condições de reprodução da agricultura e da pecuária na “região” do Vale do Jequitinhonha. O relatório começa sugerindo que as bases do padrão de reprodução da agricultura são “primitivas”, embora apenas suas características técnicas sejam apresentadas²⁰³.

“Agricultura rotineira e tradicional dos caboclos, pelo sistema de roças e coivaras, derrubando e queimando a mata para plantar uns poucos produtos agrícolas (milho, feijão, mandioca). Os instrumentos agrícolas são rudimentares (foice, machado e enxada), o que faz com que a área cultivada, em geral, seja reduzida, limitando-se à capacidade de produção da força bruta do homem. A adubação ou outra prática agrícola racional são inteiramente desconhecidas, abandonando-se a área cultivada quando se manifestam sinais de exaurimento do solo, para derrubar uma nova área da mata. Tem-se assim, na sua forma mais atrasada uma rotação de terras, isto é, em lugar de haver uma rotação de culturas na mesma área, o que acontece é uma determinada cultura ocupa sucessivamente diferentes tratos de terra. *O rendimento, dadas as condições rudimentares da lavoura, é muito reduzido*, geralmente mal dando para cobrir as necessidades do consumo local” (Codevale, II, s/d; 1; grifo nosso).

Deste modo, o relatório apresenta o problema do “rendimento reduzido” ou “do baixo padrão de vida da população rural” (Codevale, II, s/d; 1) no Vale do Jequitinhonha, que já vinha sendo identificado no volume I do relatório, quando era apresentado o acesso restrito da população ao consumo de bens e serviços, como um problema determinado pelas “condições rudimentares da lavoura”, ou seja, pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas,

²⁰³ “O tipo de agricultura praticado no Vale do Jequitinhonha pode ser caracterizado como ‘agricultura primitiva’ (...)” (Codevale, II, s/d; 1).

reduzido à “força bruta do homem”²⁰⁴. Essa análise é bastante consonante com a acepção de modernização como aprofundamento técnico, implícita no discurso positivo sobre o desenvolvimento, apresentado no relatório. O caráter deficitário do “rendimento” do agricultor atrasado e faminto da “região” é apresentado em termos absolutos, ou seja, nessa perspectiva o produto social produzido é insuficiente em função de sua magnitude reduzida, determinada pelo baixo nível técnico da atividade agrícola, e não em função de sua forma de distribuição, que passa por uma disputa regional determinada pelo monopólio tanto da terra, como da violência²⁰⁵.

Como vimos na primeira seção, as relações sociais de produção que sustentaram a expansão da fazenda agropecuária tanto forçaram a realização de mais-trabalho, como definiram sua forma de apropriação pelo fazendeiro-coronel. A dilapidação do “rendimento” ou da participação do roceiro no produto social foi definida pelo fato de estes terem sua possibilidade de acesso à terra subordinada ao proprietário fundiário. O agricultor é, antes de tudo, agregado ou posseiro. Ou seja, o que o definia não era a atividade que praticava e o nível técnico empregado nessa atividade. Tinham, antes, sua posição social definida por suas condições restritas de acesso aos meios de produção, que eram monopolizados por outra parte da sociedade. Assim, o relatório oculta, sob a vaga definição do caráter reduzido dos rendimentos, a condição de expropriação, mesmo que relativa, à qual estão submetidos esses roceiros.

Essa forma de escamotear as relações sociais de produção sob o véu da deficiência técnica está presente também na análise da “rotação de terras”, que é apresentada como um modo atrasado de enfrentar o declínio da produtividade do solo agrícola. Ou seja, de acordo com a apresentação da “agricultura primitiva” realizada na região, o roceiro abandona as terras quando estas passam a apresentar sinais de exaurimento. O fundamento da expansão da fazenda pecuária, discutido na primeira seção desta dissertação, que consiste na invasão das posses do roceiro pela fazenda pecuária que incorpora não apenas seu trabalho progressivo objetivado na posse, mas subordina o próprio roceiro, na condição de agregado, não é problematizado no relatório e o abandono da terra parece resultar do “desconhecimento” da “adubação ou outra prática agrícola racional” e não do conflito regional pelo produto social, que aparece ocultado também em outro trecho do relatório, que faz referência ao estudo

²⁰⁴ “Ali predomina o absoluto desconhecimento dos mais primitivos princípios de técnica agrícola, com rendimentos por ha e por pessoa ocupada, dos mais baixos do Estado. (...). Princípios básicos de plantio (...) não são praticados, geralmente” (Codevale, II, s/d; 38).

²⁰⁵ “As condições de produtividade, aliadas a outras de caráter econômico e social, condicionaram por sua vez o baixo padrão de vida da população rural, onde o encadeamento do círculo da pobreza é completado pelo analfabetismo, baixos padrões alimentares, de habitação e de saúde” (Codevale, II, s/d; 1; grifos nossos).

produzido pelo Grupo de Trabalho da Pecuária, onde o posseiro é apresentado como agregado. Ou seja, o processo de subordinação do roceiro, que faz com que passe de uma situação a outra, é encoberto.

“Derrubando um trecho de mata ou capoeirão para expansão das pastagens, *alguns fazendeiros permitem que os agregados aí estabeleçam suas roças*. Planta-se então o milho, o feijão, a mandioca, ou se fazem ainda outros cultivos de subsistência. Essas roças duram, em média, três anos, quando então se inicia seu *abandono*, pois as terras já receberam sementes de [capim] colônio, espalhadas pelos homens ou mesmo pelo vento e a *gramínea* toma posse assenhoreando-se do seu novo domínio. A derrubada se processa mais além, repetindo-se o mesmo processo de rotação de terras” (Codevale, II, s/d; 2; grifos nossos).

Num primeiro momento, o relatório define a “permissão” por parte do proprietário como o condicionante para o acesso do posseiro à terra, cujas diferenças já ressaltadas com relação à situação de subordinação do agregado são escamoteadas. Em seguida, o texto sugere que o roceiro, já agregado, “abandona” a terra, mediante sua rotação, sem evidenciar que ele é expulso da posse e, ou acaba subordinado à condição de agregado, ou tem que encampar novas posses, fazendo derrubada da mata “mais além”, onde a fazenda (ainda) não pretende se estabelecer. Por fim, o trecho assinalado identifica “a gramínea”, tomando posse, “assenhoreando-se do seu novo domínio”, ao invés do fazendeiro, que impõe a propriedade fundiária e substitui as roças do posseiro por mangas para sua criação. A própria necessidade do fazendeiro se assenhorear continuamente de novas extensões de terra aparece como um problema técnico e não como a forma de realização regional da acumulação de capital: ela é justificada pela baixa produtividade da pecuária, predominantemente extensiva, em função da tecnologia adotada no trato dos rebanhos ser essencialmente primária (Codevale, II, s/d; 82)

206

Depois de ocultar as determinações fundamentais da ocupação fundiária da “região”, o relatório segue apresentando a escassez de informações e de análises sobre as características dos recursos naturais da área como o grande obstáculo ao desenvolvimento agrícola do Vale²⁰⁷, justificando a importância de sua análise que comporta uma minuciosa avaliação pedológica de alguns municípios, além de trazer uma série de sugestões de adubação para a

²⁰⁶ Cabe ressaltar o modo como alguns autores legitimam o referido véu da deficiência técnica. Um exemplo dessa legitimação pode ser encontrado no artigo publicado pela *Revista Travessia, a Revista do Migrante, Mineiros no corte da cana na Região de Ribeirão Preto* (1988), de José Giacomo Baccarin e José Jorge Gebara, professores do Departamento de Economia Rural da Unesp de Jaboticabal, como revela o trecho que segue: “Devido ao nível da técnica utilizada e também pelas condições naturais adversas (terrenos inclinados e de baixa fertilidade) os roçados duram muito pouco em cada lugar, em média 3 anos. Após este período, o terreno é deixado em pousio e outra área é desmatada e limpa para o início de um novo roçado. Progressivamente as áreas vão sendo esgotadas e erodidas (...)” (Baccarin e Gebara, 1988; 18).

²⁰⁷ Vale lembrar que a crítica aos estudos pretensamente objetivos dos obstáculos “naturais” ao desenvolvimento ficou consagrada na expressão “o problema do Nordeste não é a seca, mas a cerca”, numa referência crítica aos diagnósticos tradicionalmente realizados pelas agências de promoção do desenvolvimento.

substituição da “rotação de terras”, de sugestões para acabar com o emprego das queimadas, para substituir o plantio de vegetação forrageira e, especialmente, para aumentar a produtividade agrícola.

O relatório apresenta, ainda, um conjunto de propostas para o aumento da produtividade local, como um “programa de difusão em larga escala de métodos de racionalização da atividade agrícola” (Codevale, II, s/d; 77)²⁰⁸; o aumento do número de escritórios de extensão rural, bem como a intensificação da intervenção dos mesmos; além da ampliação da cobertura creditícia, voltada para sustentar as transformações acima sugeridas²⁰⁹; que visam sobretudo, conforme sugerido na conclusão, permitir que a economia da “região” saia do “estágio de economia da troca e auto-consumo para a plenitude da economia de mercado” (Codevale, II, s/d; 81; grifo do autor).

Como é possível identificar nessa breve apresentação do primeiro diagnóstico de aproveitamento econômico da “região” realizado pela Codevale, a proposta de intervenção da agência consiste em viabilizar a entrada da produção “regional” “na plenitude da economia de mercado”. Para tanto, o relatório sugere dois caminhos: o primeiro consiste no incentivo ao desenvolvimento técnico das atividades que já existem na região, de modo a torná-las mais produtivas (substituição da pecuária extensiva pela agricultura racionalizada) e o segundo consiste no incentivo à criação de infra-estrutura, que proporcionaria, ainda, o surgimento de novos setores econômicos, ligados a atividades industriais e urbanas.

Convém assinalar, contudo, a precariedade dos instrumentos de intervenção da agência. A própria vinculação orçamentária, principal mecanismo de financiamento do órgão, nunca chegou a ser cumprida, como ressalta a entrevista concedida por Murilo Badaró a Dalva Maria de Oliveira Silva:

²⁰⁸ “Introdução de sementes selecionadas, espaçamento correto, adubação, correção do solo, mecanização (quando econômica) e incentivo a pequenos projetos de irrigação, plantio em épocas certas, produção e seleção de mudas, combate a pragas e doenças, plantio em curvas de nível (quando necessário), rotação de culturas, constituem um programa de atividades que apresentaria grande produtividade, em termos econômicos” (Codevale, II, s/d; 78).

²⁰⁹ Há que se ressaltar que os escritórios de extensão rural tiveram uma atuação fundamental no desenvolvimento desse processo de racionalização da agricultura. A Associação de crédito e assistência rural (ACAR) foi criada no Brasil em 1948, com a finalidade de fomentar e conceder financiamento para a implantação das novas técnicas agrícolas que vinham sendo desenvolvidas desde o pós-guerra, e para o consumo de pacotes tecnológicos que incluíam maquinários, insumos, defensivos e sementes modificadas, produzidos especialmente pela indústria norte-americana, num contexto de imposição de um novo padrão produtivo, que ficou conhecido como “revolução verde”. Posteriormente, o fomento à racionalização da agricultura se transformou em política de Estado e o serviço de extensão rural, coordenado pela ACAR, foi estatizado. Em 1975, foi criada a Empresa de assistência técnica e extensão rural do estado de Minas Gerais (EMATER-MG). Cabe ainda assinalar que a imposição deste novo padrão produtivo foi determinada pela dinâmica de modernização desde os anos de 1950, que persistiu durante o regime militar, bastante determinada pelo consumo de tecnologias importadas por meio de financiamentos, ou estrangeiros ou estatais, e que, de um modo geral, conduziu ao endividamento dos agricultores e ao crescimento da dependência financeira, especialmente dos países em modernização retardatária.

“(...) havia uma resistência surda, no sentido da não prevalência do meio por cento da vinculação orçamentária, quer dizer, *nunca a vinculação orçamentária foi cumprida para o Vale do Jequitinhonha*, porque aquela era a alavanca, era o instrumento, para você poder fazer injeções maciças de recursos no Vale para movimentar a economia regional (...)” (Murilo Badaró, entrevista *apud* Silva, 2007; 167; grifo nosso).

Restou, deste modo, para a Codevale, recorrer à articulação com outras instituições para a implementação de seus programas. Contudo, como ressalta Dalva Maria de Oliveira Silva (2007), poucos desses programas tiveram execução²¹⁰, servindo apenas “para divulgar a pobreza e justificar a criação de novos órgãos, com o pretexto de combatê-la” e “para anunciar promessas como [se fossem] realizações, criando expectativas quase nunca cumpridas e, quando cumpridas, normalmente bem abaixo das expectativas anunciadas (...)” (Silva, 2007; 168)²¹¹. A autora assinala, ainda, que as “receitas” oferecidas pela agência para “integrar o Vale do Jequitinhonha ao desenvolvimento” serviram apenas para tornar a “região” mais dependente da atuação dos políticos locais, inclusive dos responsáveis pelo órgão, além de justificar, com as promessas de redimir o Vale, a eleição dos mesmos (Silva, 2007; 191).

Em entrevista realizada com José Amílcar Jardim Freire, Gerente Regional do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene)²¹², em 05/02/2009, pudemos aprofundar algumas discussões sobre a atuação da extinta Codevale. O gerente reafirmou que a agência estivera voltada para a captação e distribuição de recursos que deveriam implementar programas de desenvolvimento regional no Vale do Jequitinhonha. No entanto, como todas as políticas que fizeram parte da estratégia nacional de desenvolvimento proposta pelo regime militar, os programas da Codevale se caracterizaram pela inexistência de participação popular e pela ínfima capacidade de promover a distribuição de renda. Além

²¹⁰ Exclua-se aqui o programa de eletrificação, implementado em todos os municípios sob atuação da Codevale entre a segunda metade dos anos de 1960 e a primeira dos anos de 1970, pelo governador mineiro Rondon Pacheco (Silva, 2007; 172) e o perfil energético do rio Jequitinhonha, contratado pela agência, “que hoje permite à CEMIG construir a usina de Irapé, a usina de Santa Maria, de Araçuaí, no rio Araçuaí, a usina de Setúbal e outras tantas usinas, tudo isso foi um estudo da Codevale” (Murilo Badaró, entrevista *apud* Silva, 2007; 167).

²¹¹ Há que se ressaltar, entretanto, que a discussão apresentada pela autora – que parte da análise dos textos institucionais da autarquia, de entrevistas com políticos que estiveram envolvidos com sua atuação e de reportagens veiculadas na mídia sobre o trabalho da instituição – concentrou-se em avaliar a insuficiência da intervenção da Codevale e dos estudos por ela realizados, reclamando o atendimento das promessas de desenvolvimento ou, ainda, reclamando um modelo de desenvolvimento mais distributivo, sem aprofundar os questionamentos sobre as determinações desse processo.

²¹² O Idene é uma agência regional, submetida à Secretaria de Estado Extraordinária para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e do Mucuri e do Norte de Minas, que passou a atender os programas de desenvolvimento do norte e nordeste mineiro, com a extinção da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas (Sudenor) e da Codevale, concentrando os respectivos espólios. Essa instituição possui três Diretorias Regionais, uma para cada “região” atendida, sendo que a do Vale do Jequitinhonha se localiza em Diamantina; e outros dois Escritórios Regionais, localizados em Jequitinhonha e em Araçuaí, no qual realizamos a entrevista acima referida.

disso, José Amílcar assinala que a Codevale acabou se tornando um aparelho dos políticos locais, que tinham na agência um mecanismo para acessar votos, para financiar campanhas e para beneficiar seus próprios interesses econômicos na região²¹³. Ainda assim, o gerente acredita ter sido a Codevale responsável por desencadear a instalação de parte da infraestrutura necessária para a dinamização econômica do Vale do Jequitinhonha, especialmente por meio dos contratos que possibilitaram, além da eletrificação, a extensão da malha rodoviária da “região”.

Por fim, cabe ressaltar que, de acordo com referências fornecidas por Ramalho e Doula, no artigo *O Jequitinhonha nas páginas do jornal Geraes: cultura e territorialidade* (2009), algumas interpretações sobre o desempenho da Codevale assinalam sua condição de “facilitadora da atuação das empresas produtoras de eucalipto” (2009; 2), como a tese de doutorado de Maria Isabel Vieira Botelho, *O Eterno Reencontro entre o Passado e o Presente: um Estudo sobre as Práticas Culturais do Vale do Jequitinhonha* (1999) e a dissertação de mestrado “*Lugar*” e “*Trecho*”: *Migrações, Gênero e Reciprocidade em Comunidades Camponesas do Jequitinhonha* (2004), de Cláudia de Jesus Maia.

Dalva Maria de Oliveira Silva (2007) alude igualmente a esta relação quando faz referência a uma série de reportagens publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* pelo jornalista Ricardo Kotscho, em agosto de 1977, com o título de “O progresso chegando ao vale da fome”, que, de acordo com a autora, denunciavam “o modelo de desenvolvimento que estava sendo implantado no Jequitinhonha – o progresso para alguns a custa da miséria de muitos” (Silva, 2007; 174). De acordo com Kotscho, “a Codevale resolveu atrair para a região grandes companhias – estatais e privadas – que se encarregariam de promover seu desenvolvimento, *em troca de determinadas facilidades*” (1977 *apud* Silva, 2007; 177; grifo do autor).

Contudo, cabe ressaltar que nenhum dos textos consultados mencionou outros mecanismos empregados pela Codevale para facilitar a entrada das reflorestadoras, além dos instrumentos de fomento à instalação de infra-estrutura (especialmente de estradas e da eletrificação), que imediatamente apenas contribuíam para a valorização das terras da antiga oligarquia regional pecuarista. Ao contrário, os incentivos fiscais e os mecanismos de acesso tanto às terras, como ao crédito, assinalados por Dalva Maria de Oliveira Silva (2007; 177), que intervieram de maneira determinante na chegada do empreendimento florestal ao Vale do

²¹³ Essa forma de interpretar a ação da Codevale está igualmente presente nos autores Eduardo Magalhães Ribeiro, Flávia Maria Galizoni e Juliana Senna Calixto (2003; 2006a; 2006b; 2007). De acordo com essa análise, a ação da agência “perdeu-se nos meandros da política local e nunca deslanchou – os moradores gostam de dizer que a Codevale ‘nem aCODE [ninguém], nem VALE [nada]’” (2003; 11). “O fracasso da Codevale foi exemplar. Perdição entre a inanição de recursos públicos e o apetite de políticos” (2007; 1081).

Jequitinhonha, são “facilidades” proporcionadas somente a partir e por meio da legislação que instaurou o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha. Essa forma de fomento aprofunda e requalifica a experiência de intervenção estatal nas formas de realocação do produto social regional, que tinha sido apenas esboçada pela Codevale.

Ou seja, ainda que a experiência de atuação da Codevale tenha que ser entendida nos marcos da implantação de um padrão de reprodução transformado para o Vale do Jequitinhonha, isto é, nos marcos do processo de modernização retardatária da “região”, cabe refletir sobre como e porque o investimento estatal representado por suas estratégias de fomento à instauração de infra-estrutura diferiu dos mecanismos de planejamento (e de realocação do produto social regional) instaurados pelos incentivos ao reflorestamento na “região”. No livro *Elegia para uma Re(li)gião* (2008), Francisco de Oliveira faz semelhante comparação entre a atuação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

Para o autor, apesar da experiência de intervenção estatal do Dnocs ser considerada por muitos estudiosos como a “primeira manifestação do planejamento da atividade governamental para resolver os problemas da economia regional” (Oliveira, 2008; 172), não se pode considerar que os investimentos do Estado implicaram em uma transformação nas formas do ciclo produtivo. Ao contrário, para Francisco de Oliveira, haviam significado simplesmente “um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação” (2008; 175), uma vez que garantiram a reprodução, mesmo que crítica, da oligarquia agrária algodoeira-pecuária, ao socorrer latifundiários combatidos, empregando trabalhadores na valorização de suas propriedades, por meio da construção de barragens e estradas²¹⁴.

Em concordância com Francisco de Oliveira (2008), consideramos o planejamento regional sobretudo “uma forma de reposição transformada dos pressupostos da produção, isto é, uma forma transformada da mais-valia que se repõe no processo produtivo: a ação do Estado, para ser planejada, deve ocorrer essencialmente *na passagem* entre os resultados do produto e a reposição do ciclo produtivo” (2008; 175; grifos do autor). Passagem esta que não foi proporcionada no Vale do Jequitinhonha pela atuação da Codevale. Como já ressaltado, para que se desencadeie a transformação nas relações de produção imposta pelo planejamento,

²¹⁴ “A ação do Dnocs revestiu, nas secas ou nas ‘emergências’, (...) formas típicas de acumulação primitiva. Recrutava-se a mão-de-obra desocupada pela estiagem, *apenas depois* que os magros recursos dos pequenos sitiantes, meeiros parceiros haviam-se esgotado em duas ou três sementeiras, à espera das chuvas, e empregava-se na construção de barragens e das estradas; (...) os resultados desses trabalhos concretizavam-se nas *barragens feitas nas propriedades* dos grandes fazendeiros e nas estradas, às vezes estradas privadas no interior dos grandes latifúndios” (Oliveira, 2008; 179).

não basta que haja investimento estatal, como o representado pelos gastos da Codevale. Antes, é necessário que esse investimento possa conduzir a um rompimento com o padrão regional de reprodução do capital.

Ora, embora as perspectivas apresentadas pelos diagnósticos técnicos das condições de reprodução da “região” identifiquem o padrão de acumulação de capital e de centralização do poder a ser superado, isto é, indiquem um programa de modernização para a “região”, a Codevale se manteve “capturada” nas mãos da oligarquia regional – o investimento alocado pela agência acabou por sustentar as condições de reprodução já críticas de expansão da antiga fazenda agropecuária, sendo, por isso, inviabilizada de forçar tal ruptura. Nesse sentido, o próprio contexto de criação da agência não pode ser ignorado. Por um lado, o germe de sua formação é a crise dos rebanhos de 1957 que abateu os pecuaristas “regionais”. Por outro, nota-se que a agência foi criada numa disputa de projetos políticos, na qual predominou o poder “regional” dos Badaró, que passara a se reproduzir já dentro das instituições do Estado, de maneira autonomizada, mas que ainda se impunha “capturando” recursos públicos de maneira a possibilitar a reprodução das relações de produção sobre as quais seu capital (fazenda pecuária) estava assentado²¹⁵.

Por isso, a maioria das análises sobre a atuação da agência ressaltam sua ineficácia na promoção do desenvolvimento da “região”, além de assinalarem o fato dos recursos públicos da instituição terem-se perdido nos meandros da política local e frente ao apetite dos políticos, reafirmando a estagnação e o atraso, maneira como aparecia caracterizada a reprodução regional do capital. Por isso, há que se explicitar, problematizando o caráter estritamente técnico da noção de desenvolvimento, que a intervenção da Codevale não foi simplesmente ineficaz. Ela foi responsável por fomentar a implantação de infra-estrutura na região e, deste modo, cumpriu o papel de valorizar as terras dos antigos fazendeiros pecuaristas, acudindo as dificuldades de reprodução da forma de acumulação do capital dos mesmos. A significância dessa atuação pôde ser notada posteriormente, como será discutido no próximo capítulo, quando a formação de um mercado de terras “regional” colocou esses antigos fazendeiros na posição de negociantes da renda da terra que então se formara e passara por um processo de

²¹⁵ “Assim entendemos, por exemplo, a generosa assistência fiscal e financeira à grande propriedade e ao capital comercial, principalmente nas regiões Nordeste e na ‘Fronteira Agrícola’, ainda que tal apoio financeiro não esteja necessariamente articulado à mudança na base técnica de produção rural (...). Nesse sentido, *a mediação estatal não conduz a uma lógica compulsiva no sentido de generalizar a modernização*. Ao contrário, há uma aliança de matizes claramente política, onde o elemento conservador agrário, expresso pela grande propriedade e pelo capital comercial das regiões mais atrasadas, associa-se à política financeira e fiscal do Estado, sem que necessariamente realize a reprodução do capital passando pelo aprofundamento de relações interindustriais do CAI. *Ainda é pelo monopólio das grandes propriedades territoriais nessas regiões que se dá a reprodução do capital, com todas as relações peculiares do processo de produção e processo de valorização do capital vinculadas a esse monopólio*” (Delgado, 1985; 60; grifos nossos).

valorização, especialmente com a instalação das rodovias pelo Departamento de Estradas de Rodagem, num plano de intervenção fomentado pela Codevale²¹⁶.

Como se pode notar, a Codevale, ao passo que se perdia nos meandros da política local, interveio antes como socorro aos fazendeiros “regionais”; sua atuação aparece como ineficaz apenas da perspectiva que encara de maneira positiva a superação desta estrutura de reprodução, que Francisco de Oliveira identifica como “oligárquica”, por outra, determinada por “formas mais adiantadas de reprodução do capital”, como ressalta o autor. Tal padrão de acumulação do capital pecuarista começaria a ser rompido somente a partir e por meio da instauração do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha.

2.2 – A intervenção estatal na criação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha como forma de homogeneização “regional” das relações sociais de produção

De acordo com o enfoque oferecido por Francisco de Oliveira (2008), a *questão regional* toma lugar determinado nas relações entre Estado e sociedade, na medida em que o planejamento regional emerge como forma específica de realizar essa mediação, ou seja, como forma específica de promover a intervenção estatal. Por sua vez, a “emergência” desse “padrão ‘planejado’, por oposição ao espontâneo, de condução e orientação das atividades econômicas” (2008; 138), vincula-se, segundo a interpretação do autor, no caso da criação da Sudene, à forma que o conflito de classes veio a assumir naquele determinado contexto histórico e ao grau de tensão daquele conflito, que envolveu uma série de agentes sociais, econômicos e políticos.

Desta maneira, o planejamento não é encarado pelo autor nem apenas e nem principalmente como uma forma técnica de divisão do trabalho ou ainda como uma forma técnica de alocação de recursos. Ao contrário, o planejamento é entendido como uma forma técnica de formação, de manutenção e de expansão da separação entre os trabalhadores e os meios de produção, isto é, da expropriação ou da autonomização que passaram a ser impostas no processo de modernização retardatária. Ou seja, sua eficácia não consiste na promoção do desenvolvimento, como quer o discurso que legitima esse tipo de intervenção, mas na

²¹⁶ O comentário, a seguir, de Francisco de Oliveira sobre a experiência do Dnocs, pode ser transposto para a interpretação da atuação da Codevale, permitindo um paralelo na interpretação das duas experiências: “Ora, ainda que se aceite que os gastos do Dnocs eram investimentos do Estado, não significavam eles em absoluto transformação das formas do ciclo produtivo; não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário” (2008; 175).

imposição de uma forma determinada de desenvolvimento, que implica na formação da relação-capital como núcleo da dinâmica de acumulação.

Nesse sentido, o planejamento regional passou a impor a autonomização “regionalmente”, num contexto nacional em que a modernização retardatária já estava em processo. Por isso, Francisco de Oliveira identificou a “Sudene, na sua forma institucional”, como “uma espécie de Revolução de 30 defasada de pelo menos duas décadas” (2008; 164). A intervenção estatal por meio do planejamento regional no Vale do Jequitinhonha pode ser encarada da mesma perspectiva. O Estado brasileiro cuja centralização se consolidou pelo menos desde 1930, passou a intervir na dinâmica regional de acumulação, forçando uma passagem ao padrão autonomizado de reprodução do capital.

De acordo com os argumentos de Francisco de Oliveira (2008), essa passagem é promovida quando o planejamento altera a forma de reposição dos pressupostos da produção para a continuidade do ciclo de valorização.

“Em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital. Pode operar, exatamente nesse sentido, *na mudança da forma* da mais-valia que deve ser reposta para a continuidade do ciclo; para dar um exemplo, que cabe como uma luva no caso do planejamento regional para o Nordeste do Brasil, desde que foi capaz de transformar uma parte da mais-valia, os impostos, e fazê-los retornar sob o controle da burguesia *como capital*, o Estado tornou-se capaz de operar uma mudança de forma do excedente que retornou ao processo produtivo” (Oliveira, 2008; 140).

Como ressalta o autor, um dos mecanismos utilizados pelo Estado brasileiro para forçar essa passagem, ou seja, para promover a modernização retardatária, foi a transformação da parcela da mais-valia por ele incorporada na forma de impostos em capital, por meio de incentivos fiscais, oferecidos como forma de subsídio à reprodução do capital monopolista que penetrava no campo²¹⁷. Esse mecanismo não foi, contudo, o único. Como ressaltado na primeira parte da segunda seção, o Estado forneceu subsídios também por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural, de políticas de desenvolvimento tecnológico e de políticas fundiárias, ou seja, de cessão de terras devolutas, que foram políticas explícitas de fomento agrícola, como ressalta Guilherme Delgado (1985). Essas políticas não se basearam, por sua vez, apenas na isenção fiscal, cuja mais-valia que deixava de ser repassada ao Estado retornava na reprodução ampliada dos capitais isentos, mas foram garantidas pela montagem de um aparato estatal financeiro de financiamento.

²¹⁷ No caso da Sudene, analisado pelo autor, o Estado, tendo como meio o planejamento regional, se tornou responsável pela transferência de uma parte da mais-valia, os impostos, novamente ao controle da burguesia, como capital. “A *Sudene anuncia*, por ironia da História, por meio especialmente do mecanismo dos incentivos fiscais conhecidos como 34/18, *uma das formas de financiamento da expansão monopolista no Brasil pós-64*” (2008; 264; grifos nossos).

Cabe ressaltar, ainda, que o Estado garantiu essa passagem também por meio das legislações que intervieram na formação e na regulamentação dos fatores de produção que haviam de estar mobilizados para que os mecanismos de financiamento estatal da modernização da agricultura pudessem se efetivar como capital nas mãos da burguesia e promover a ruptura de dinâmicas particulares de reprodução das relações sociais de produção. O Estatuto do Trabalhador Rural e o Estatuto da Terra tiveram uma importância fundamental, garantindo, respectivamente, a nacionalização do mercado de trabalho no Brasil e a mobilização de terras, por meio da titulação e da legitimação das mesmas, no mercado fundiário.

Ou seja, o “padrão planejado” de intervenção estatal, ao qual se refere Francisco de Oliveira (2008), não promove apenas uma substituição de antigas políticas de subsídio que garantiam a reprodução das oligarquias regionais, como as conhecidas políticas de subvenção da cafeicultura paulista pré-30, por políticas voltadas para o financiamento do capital monopolista que penetrava no campo. O Estado, então desgarrado das mesmas oligarquias, promoveu uma ruptura com os pressupostos da forma de acumulação das mesmas. Nesse sentido, interveio no processo de autonomização entre terra, trabalho e capital, regulamentando a expropriação, ou seja, regulamentando a formação da força de trabalho e da propriedade da terra como duas mercadorias mobilizadas. Desta perspectiva, há que se ressaltar que o planejamento não operara como um mecanismo neutro de correção dos “desequilíbrios regionais”, como aparece representado no discurso do Estado. Ao contrário, a intervenção do Estado em modernização retardatária possibilitou a homogeneização do padrão monopolista de acumulação capitalista na agricultura brasileira²¹⁸.

No Vale do Jequitinhonha, a intervenção estatal que presidiu esse processo de homogeneização nas formas de acumulação do capital foi a implantação de um Distrito Florestal. A definição dessas “regiões” prioritárias para a implantação de empreendimentos florestais correspondeu à forma adotada pelo estado de Minas Gerais para territorializar “regionalmente” os incentivos fiscais fornecidos pelo governo federal por meio de um programa de subsídio ao reflorestamento.

A “região” do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha foi implantada em 1975, como resultado da interação entre as estratégias nacionais e estaduais de reestruturação das

²¹⁸ “O planejamento não é, portanto, a presença de um Estado mediador, mas, ao contrário, a presença de um Estado ‘capturado’ ou não pelas formas mais adiantadas da reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização ou, conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional, no rumo da ‘integração nacional’” (Oliveira, 2008; 149).

relações de produção²¹⁹, voltada para romper com as dinâmicas regionais de acumulação e fomentar o desenvolvimento industrial do país. A matriz discursiva na qual se baseavam essas estratégias era a mesma empregada na criação da Codevale e, posteriormente, na definição do Primeiro Plano Mineiro de Desenvolvimento, de 1971. Nesse registro, a economia “regional” era caracterizada como “atrasada” e “estagnada”, em função de sua “baixa produtividade agrícola e da precariedade dos indicadores sociais” (Ribeiro *et alli*, 2007; 1081).

Essa forma de caracterizar a “região”, como ressalta Francisco de Oliveira, fica restrita aos resultados dos desenvolvimentos diferenciais inter-regionais, não incidindo sobre o processo que os formou. Ou seja, oculta sob um aparente descompasso entre os níveis de produtividade e competitividade das economias de diversas “regiões”, as diferenças nas formas de reprodução das relações sociais de produção, que devem ser objeto da intervenção estatal. Aparecendo de maneira neutra e restrita ao desenvolvimento técnico, o processo de modernização conduzido pelo Estado cumpre a função de romper com essas mesmas formas, autonomizando-as e homogeneizando-as.

“O método usado então era este: estudos para planejamento recortavam regiões, identificavam desníveis sócio-econômicos e elegiam prioridades que fundamentavam os programas e a negociação dos recursos. O clamor objetivo dos dados – que mostravam participação modesta na produção e indicadores sociais abaixo da média mineira – sugeria intervenções e definia uma vocação produtiva para modernizar essa economia estagnada. (...). Mas não foram apenas os dados desfavoráveis, (...) que alicerçaram a construção dessa avaliação negativa. Antes, os dados deram suporte para a comparabilidade no estado, e diferenças se transformavam em problemas que deveriam ser eliminados para equalizar produtividade e renda nas diversas regiões” (Ribeiro *et alli*, 2007; 1082).

Não obstante os elementos que permitiram caracterizar o Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, o “atraso” e a “estagnação econômica”, fossem os mesmos responsáveis por definir a “região” sob atuação da Codevale – uma vez que eram elementos significantes do ponto de vista do Estado, cujo processo de modernização retardatária aparecia de maneira desenvolvimentista –, o que permite diferenciar o programa de planejamento que lhe serviu de base da forma de intervenção conduzida pela agência de desenvolvimento foi sua inclinação e seu potencial de ruptura da forma regional de reprodução das relações de produção.

Ao contrário da Codevale, que permaneceu aprisionada à reprodução de uma oligarquia agonizante, os incentivos fiscais ao reflorestamento estiveram determinados pelo esforço de

²¹⁹ Durante este período, não apenas a “região” do Vale do Jequitinhonha, mas grandes extensões territoriais do “sertão” ou do “cerrado”, consideradas “vazias”, também foram alvo de projetos de desenvolvimento, baseados na utilização de técnicas de produção da Revolução Verde, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), criado pelo Decreto Lei nº 75.370, que visava “incorporar ao processo produtivo de agropecuária nacional, no período de 75/79, uma área de 3,7 milhões de hectares, sendo 1,8 milhões para agricultura, 1,2 milhões para a pecuária e 0,7 milhões para reflorestamento” (IEF, 1975, I: 56). Os investimentos federais foram destinados para a construção de infra-estrutura (eletrificação rural, estradas vicinais, armazenamento), pesquisa e assistência técnica, e, especialmente, para a promoção de crédito rural.

modernização (entendida aqui do ponto de vista da autonomização) das atividades agrícolas regionais, além de estar ligado ao fornecimento de matérias-primas tanto para a indústria siderúrgica, como para a de papel e celulose, que então se desenvolviam. Nesse sentido, podemos associar a instauração do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha aos esforços recuperadores definidos no Programa Nacional de Papel e Celulose (PNPC) e no Plano Siderúrgico Nacional a Carvão Vegetal (PSNCV), programas federais de fomento à indústria que ofereceram as bases para a intervenção estatal na “região”.

“O regime militar (1964-1985) optou por um modelo de desenvolvimento que tinha o crescimento econômico como o principal objetivo. Para que isso ocorresse, alguns setores da economia foram incentivados, por serem considerados mais aptos para o crescimento. As políticas de incentivo ao reflorestamento para a produção de carvão vegetal para siderurgia, do final dos anos 1960 ao início dos anos 1980, estão intimamente relacionadas com o projeto de desenvolvimento para o país na época. O modelo nacional-desenvolvimentista dos militares tinha a expansão industrial como um de seus principais objetivos, para a qual o fortalecimento da indústria siderúrgica, fornecedora de matéria-prima para indústrias de bens de consumo duráveis, era imprescindível. (...) No período militar, a siderurgia era central para o desenvolvimento econômico do país, servindo de base para as indústrias de bens de consumo duráveis, que propulsionariam o desenvolvimento. A siderurgia deveria ser nacional para garantir a segurança, reduzindo a dependência externa no setor. O crescimento econômico dessa época provocava um considerável aumento da demanda de aço devido ao crescimento industrial. Isto levou à formulação de planos de expansão para o setor, localizado, em sua maioria, no estado de Minas Gerais, que tropeçava no problema de escassez de matéria-prima para se abastecer – carvão mineral ou de madeira” (Ribeiro *et alli*, 2006b; 2).

O fomento ao desenvolvimento industrial desses setores projetava uma demanda por matérias-primas que, atrelada ao déficit de fornecimento que então começava a se fazer presente, determinava a intervenção estatal de fomento para a atividade reflorestadora. Ou seja, a finalidade desse rearranjo produtivo desencadeado na “região” esteve relacionada não apenas com o contexto de modernização do campo e de ruptura de formas de acumulação particulares²²⁰, mas também presidiu uma estratégia de fomento ao fornecimento de matérias-primas, de modo a garantir que o desenvolvimento desses ramos industriais não esbarrasse em altos custos de fornecimento de madeira e carvão vegetal²²¹.

²²⁰ Ou seja, tal processo não indica somente um programa estadual para a recolocação da área em uma nova posição de desenvolvimento regional, mas aponta para uma finalidade nacional que articula os diversos programas de desenvolvimento. Entre esses programas, podemos ressaltar o fomento à produção industrial nacional, especialmente de alguns setores como o de papel e o siderúrgico, estratégico e responsável pelo fornecimento de bens de consumo duráveis.

²²¹ “A partir dos anos 1960, o problema fundamental tornou-se o de garantir uma disponibilidade permanente do termo-redutor vegetal, uma vez que era a disponibilidade de madeira o nó górdio que entravava a expansão da produção siderúrgica. Por sua vez, a intensa expansão da indústria de transformação (a uma taxa média anual de 21,5% entre 1968 e 1974) baseada no aumento da participação das indústrias de bens de capital e de consumo duráveis, em detrimento do setor de bens intermediários de produção (Duarte Filho, 1986), gerou uma pressão ainda maior por aço e outras ligas metálicas, minerais, ferro e, conseqüentemente, por madeira e carvão; assim, entre 1940 e 1956 o consumo de carvão mais do que dobrou (passando de 227,2 mil ton. para 466,7 mil ton.), crescendo mais de 60% entre aquele último ano e o de 1966” (Gonçalves, 2006; 4).

As atividades de reflorestamento e de exploração de madeira de florestas nativas ligadas a ambos os setores industriais ocorria no Brasil com certa intensidade pelo menos desde os anos de 1940, quando a Cia. Melhoramentos de São Paulo iniciou suas atividades de reflorestamento nesse estado. De acordo com os históricos organizados por Rodrigo Silva do Vale, em sua tese de doutoramento (2004) e por Múcio Tosta Gonçalves, no artigo *A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): Notas sobre história econômica e ambiental de uma região* (2006), essa empresa possuía as mais antigas pesquisas sobre florestas artificiais formadas no Brasil. Nessa mesma década, o manejo de florestas como matéria-prima industrial tem vez também em Minas Gerais, como o plantio de eucalipto pela Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira e a Cia. Aços Especiais Itabira (Acesita).

“A expansão do parque produtor siderúrgico mineiro, desde o início do século, com a criação de diversas empresas produtoras de ferro-gusa, criou uma situação de pressão sobre os recursos florestais, reforçando o interesse pelo plantio das próprias ‘florestas de rendimento’. A partir dos anos 1940, numa iniciativa capitaneada pelos grandes produtores integrados de ferro-gusa e de aço, Belgo-Mineira e Acesita, e seguida por uma série de outras empresas (Cia. Queiroz Jr.; Cia. Ferro Brasileiro; Siderúrgica Itatiaia; Cia. Siderúrgica Santo Antônio, Mineração e Usina Wigg) foram realizados vários programas próprios de ‘reflorestamento’” (Gonçalves, 2006; 3).

O autor ressalta ainda que, a partir de 1945 e especialmente durante os anos de 1950, passou a ocorrer um aumento de demanda por madeira para a fabricação de celulose e papel, chapas de madeira, além dessa matéria-prima ser utilizada também na siderurgia, na forma de carvão vegetal para alimentar os altos fornos e servir como redutora na fabricação do ferro-gusa. Esse aumento de demanda conduziu a uma intensificação das atividades de reflorestamento.

“Em 1948, buscando a produção autônoma de carvão vegetal, a CSBM criou seu Serviço Florestal, no que foi seguida pela Acesita, que criou o seu em 1949. Uma série de outras empresas enveredou pelo mesmo caminho, tendo em vista a própria ‘sobrevivência’, como então apregoavam o próprio setor e o Estado mineiro: a Cia. Queiroz Jr., a Cia. Ferro Brasileiro, a Siderúrgica Itatiaia, a Cia. Siderúrgica Sto. Antônio, a Mineração e Usina Wigg, a Mineração e Siderurgia da Gandarela, dentre as principais companhias que desde antes dos anos 1940 já tinham iniciado programas de reflorestamento (com diversas essências arbóreas, inclusive *Eucalyptus spp.*). A situação das principais empresas siderúrgicas mineiras no início dos anos 1950, de acordo com dados coletados em relatório do Ministério da Agricultura de 1951, era a seguinte: as companhias Corradi e Itaunense, de Itaúna, e a Mineira de Siderurgia, de Divinópolis não possuíam reservas próprias de mata. As que possuíam maiores áreas de reserva e dependiam pouco ou nada de carvão de madeira comprado de terceiros eram a Acesita (de Coronel Fabriciano/Rio Piracicaba), a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira - CSBM (de João Monlevade) e a Cia. Metalúrgica Santo Antônio (de Rio Acima). As maiores plantadoras de madeira eram a CSBM (com 1.518 ha ou 41% da área plantada total), a Cia. Ferro Brasileiro (com 756 ha ou 21% do total), a Queiroz Júnior (com 566 há ou 15%) e a Acesita (com cerca de 409 ha ou 11% do total)” (Gonçalves, 2006; 4).

Contudo, foi em 1961 que o planejamento dessa atividade pelo Estado começou a ganhar espaço. Nesse ano, a Organização das Nações Unidas para a agricultura e alimentação (FAO) promoveu no Brasil a segunda Conferência Mundial do Eucalipto, a partir da qual se organizaram vários órgãos voltados para a criação de programas de reflorestamento com eucalipto no Brasil. Em 1966, estabeleceu-se um programa federal de incentivos fiscais para o reflorestamento, a fim de atender, além da demanda existente, as metas de produção que deveriam sustentar os planos industriais desenvolvimentistas, tanto do setor de celulose, como no setor siderúrgico. Esse programa de fomento deveria servir ainda para rebaixar o preço da madeira e do carvão vegetal, uma vez que a extensão da derrubada de mata nativa, especialmente no Sudeste, empurrava a fronteira da extração florestal para cada vez mais longe, aumentando os custos com transporte dessa matéria-prima até as indústrias que localizavam-se principalmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais²²².

Tal programa de fomento esteve amparado na promulgação da Lei Federal nº 5.106, de 02 de setembro de 1966, que punha em vigor uma política de incentivos fiscais concedidos aos empreendimentos florestais. O estímulo fiscal dessa lei consistia na possibilidade do abatimento ou desconto, das “importâncias empregadas em florestamento e reflorestamento” (Artigo 1º), “de até 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto” (Artigo 1º, § 3º), ou seja, “das declarações de rendimento de pessoas físicas ou jurídicas” (Artigo 1º), com base no “ano de exercício financeiro em que o imposto for devido” (Artigo 1º, § 3º)²²³.

Tal Lei estabelecia como condições: a) a residência no Brasil; b) a produção de florestamento ou reflorestamento “feito com essências florestais, árvores frutíferas, árvores de grande porte” (Artigo 1º, § 3º); c) a permissão para a acumulação com outros incentivos fiscais desde que sem ultrapassar o limite de 50%; d) a comprovação, junto ao Ministério da Agricultura, dos “dispostos correspondentes às quantias abatidas ou descontadas” (Artigo 3º); e) a aplicação de tais recursos, diretamente pelo contribuinte ou mediante a contratação de terceiros, “na elaboração do projeto técnico, no preparo de terras, na aquisição de sementes,

222 “O objetivo era integrar florestas - produção de carvão - produção siderúrgica. Com a reformulação dos planos siderúrgicos nas décadas de 1960 e 1970, as empresas expandiram suas áreas de reflorestamento, pois passaram a depender da produção própria de carvão. Por exemplo: a Belgo-Mineira expandiu seus reflorestamentos da região do Rio Doce para o Oeste de Minas e a Acesita, do rio Doce para o vale do Jequitinhonha (Coutinho, 1985:259). Minas Gerais foi o estado no qual as atividades de reflorestamento expandiram com maior intensidade, favorecidas pela técnica desenvolvida no cultivo de eucaliptos e nas ciências agrárias em geral, como preparação de terreno, adubação e controle de doenças” (Calixto, 2006; 30).

223 “Minas Gerais foi o estado onde essa política teve maior impacto, já que boa parte dos reflorestamentos deveria ser para a produção de carvão vegetal visando ao abastecimento da indústria siderúrgica nacional, e era justamente em Minas que se encontrava a maior parte dessas indústrias, fazendo também com que o governo de estado criasse medidas para incentivar o reflorestamento. Uma dessas medidas foi a criação dos Distritos Florestais” (Ribeiro et alli, 2006a; 2).

no plantio, na vigilância, na administração de viveiros e florestas e na abertura e conservação de caminhos de serviços” (Artigo 4º).

Também exigia que tais empreendimentos florestais fossem executados de acordo com certos critérios: a) a realização da atividade “em terras que tenham justa posse, a título de proprietário, usufrutuários ou detentores do domínio útil ou de que, de outra forma tenham o uso, inclusive como locatários ou comodatários” (Artigo 2º); b) a aprovação perante o Ministério da Agricultura, “compreendendo um programa de plantão anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores” (Artigo 2º); c) a identificação, pelo Ministério da Agricultura, de que os empreendimentos servem “de base à exploração econômica ou à conservação do solo e dos regimes das águas” (Artigo 2º).

Posteriormente, o Decreto Lei nº 289, cria em 28 de janeiro de 1967 o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), que vem completar o processo de regulamentação das atividades florestais, iniciado em 1965, com a publicação do Novo Código Florestal, fomentadas pela Lei dos incentivos fiscais a empreendimentos florestais. “Essa instituição foi criada com a finalidade de formular uma política florestal nacional, bem como orientar, coordenar, executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, proteção e conservação dos recursos naturais renováveis” (FAO, 2002), com ênfase no desenvolvimento da produção florestal brasileira. O caráter de tal instituição fazia jus ao caráter centralista da própria ordem constitucional, instituída pela Constituição Federal outorgada pelo Regime Militar, em 24 de janeiro de 1967, especialmente no que tange à gestão pública dos recursos naturais. Ou seja, “o princípio de complementariedade, estabelecido pela Constituição Federal de 1934, e mantido nas Constituições de 1937 e 1946, que conferia aos Estados Federados poder para legislar, em caráter supletivo, sobre as florestas, foi radicalmente alterado em 1967” (FAO, 2002), com a Constituição que centralizou a competência para legislar no exercício privado da União.

Em função das características ressaltadas, o IBDF atuou fundamentalmente como órgão de promoção de empreendimentos de reflorestamento e de administração dos incentivos fiscais, uma vez que o Decreto-Lei nº 1.134, de 16 de novembro de 1970, atribuía a ele, e não mais diretamente ao Ministério da Agricultura, a aprovação e supervisão dos empreendimentos florestais.

Finalmente, a criação do Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET), em 12 de dezembro de 1974, pelo Decreto-Lei nº 1.376, sugere uma nova modificação na política de incentivos fiscais, procurando ajustá-la à “execução das metas consignadas no 'Programa Nacional de Papel e Celulose' e no 'Plano de Carvão Vegetal para a Siderurgia', de acordo com as

prioridades e diretrizes fixadas pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), tendo como base os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's)" (FAO, 2002). Tal Fundo teve como finalidade direcionar os investimentos, a partir da gestão centralizada dos recursos oriundos dos incentivos fiscais, para as áreas consideradas prioritárias para a realização do reflorestamento²²⁴, e atuou especialmente como instrumento público de financiamento dos empreendimentos florestais, sem receber nenhum rendimento líquido, enquanto os sócios-participantes (que investiam no Fundo as deduções do imposto de renda) recebiam 70% do resultado líquido de cada corte e as empresas reflorestadoras recebiam 30%, acrescidos da remuneração dos seus serviços, previstos no cálculo de custos de implantação e manutenção financiados pelo Governo Federal.

O Plano Nacional de Papel e Celulose, que foi aprovado pelo Governo Federal em 1974, buscava "criar condições para garantir o suprimento interno de papel e celulose e, ainda, a exportação de 2 milhões de toneladas deste último produto em 1980" (IEF, 1975, I; 18), fazendo com que o país entrasse "na luta pela conquista de mercados internacionais de celulose num curto espaço de tempo e, depois, no de papéis, sem maiores esperas" (IEF, 1975, I; 4).

Em Minas Gerais, onde a extração de florestas nativas e a atividade de reflorestamento já estavam presentes, especialmente no entorno de Belo Horizonte, nas cidades que compunham o pólo guseiro mineiro, a partir da consolidação dessa política de incentivos fiscais, o preço da terra passou a ser o principal determinante da escolha da localização dos plantios²²⁵. No intuito de organizar esse condicionante e de garantir a territorialização, por meio do planejamento regional, dos capitais cujo investimento em reflorestamento era fomentado, o estado mineiro criou o programa dos Distritos Florestais; "regiões" definidas por serem prioritárias para a instalação destes empreendimentos. Sob a intervenção estatal na "regionalização" da questão florestal em Minas Gerais haviam diversas questões implícitas. Como veremos na análise do texto que sistematiza a delimitação de tais "regiões", os critérios

²²⁴ Essa orientação foi adotada pelo Fiset até o final de 1979, quando transformações na próprio CDE determinaram a aplicação de 50% dos recursos do Fiset da área de florestamento/reflorestamento na área de atuação da Sudene. Posteriormente, em 21 de dezembro de 1987, o Decreto-Lei nº 2.397 reduziu o percentual do imposto de renda que poderia ser descontado para sua utilização em empreendimentos florestais a 10%, restringindo sua aplicação somente nas áreas de atuação da Sudene. Por fim, em 1986, tais incentivos foram extintos pela Lei nº 7.714. Estima-se que, durante a vigência da política de incentivos fiscais, o Brasil tenha reflorestado em torno de 6.252.483 ha, com incentivos aproximadamente de 4 bilhões de dólares americanos. (Cf. FAO, 2002).

²²⁵ "Se a proximidade entre a mata e a usina era estratégica, dada a dependência da floresta nativa e já que não existiam outras fontes do carbono necessário para a redução do minério de ferro, com as inovações introduzidas na política florestal na segunda metade dos anos 1960 associadas à progressiva eliminação das matas vizinhas, à maior 'produtividade natural' e ao menor custo da madeira plantada (em comparação com a nativa) e à elevação do preço das terras próximas desses consumidores industriais, eles iniciaram um deslocamento para novas áreas florestais" (Gonçalves, 2006; 6).

utilizados para tanto baseavam-se especialmente na existência de terras devolutas, ainda que ocupadas em diferentes regimes de posse, passíveis de serem cedidas aos empreendimentos florestais e na existência de um mercado de terras ainda em formação pelo avanço da fronteira territorial da renda fundiária, o que garantia um baixo custo para a obtenção de glebas e uma rápida valorização posterior das mesmas²²⁶.

O documento *Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais. Estudos Básicos*²²⁷ (IEF, 1975, vol. 1 e 2) foi responsável pela “regionalização” dos incentivos fiscais para o reflorestamento em Minas Gerais, partindo de uma avaliação dos “potenciais” desse estado que poderiam facilitar a implantação de tal política. Em âmbito nacional, o incentivo à produção de papel e celulose se justificava pela grande capacidade do país de produzir a matéria-prima madeira. Essa grande capacidade assinalada pelo projeto era justificada, por sua vez, pelas condições de solo e clima, pela expressividade territorial brasileira e pela vocação florestal de algumas áreas, dentre as quais Minas Gerais se achava incluída²²⁸.

Torna-se flagrante nesse argumento o modo como a disponibilidade de terras devolutas, de posses não regulamentadas e de terras ocupadas em condições regionais de reprodução das relações sociais de produção, que caracterizavam a feição da questão agrária mineira naquele momento, aparecem neutralizadas na matriz discursiva estatal, como condições proporcionadas pelas propriedades aparentemente naturais da vocação florestal de um país tropical e de expressividade territorial.

As justificativas oferecidas pelo projeto – que permitiam identificar o estado de Minas Gerais e as “regiões” nele definidas como áreas prioritárias para a incidência da política de incentivos fiscais – permitem entrever, no entanto, que as já ressaltadas potencialidades “naturais” do estado atuavam de maneira favorável na produção de reflorestamento apenas na medida em que sua forma de apropriação social criasse as condições para tanto. Nesse sentido, o projeto assinala a existência, no estado mineiro, “de terras livres, prontas e imediatamente utilizáveis dentro de áreas e polígonos com características ecológicas

²²⁶ “A procura de terras a baixo preço significou um movimento de valorização do capital através do aprisionamento de extensas parcelas contínuas de solo, em regiões onde a estrutura fundiária era [e continuou sendo] marcada pela extrema desigualdade distributiva. Segundo Ferreira (1985), (...) além de aproveitar os incentivos administrados pelo então IBDF, permitiu ao capital agro-industrial florestal apropriar-se de extensas glebas em regiões onde a terra estava se valorizando rapidamente” (Gonçalves, 2006; 6).

²²⁷ Este documento foi produzido pelo governo de Minas Gerais de Aureliano Chaves, conjuntamente com a Secretaria de Estado da Agricultura, o Sistema Operacional de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Soapa) e o Instituto Estadual de Florestas, contando ainda com a participação da Fundação Rural Mineira – Colonização e Desenvolvimento Agrário (RuralMinas), que foi criada para realizar a implantação de um plano de integração para o desenvolvimento do noroeste do estado de Minas Gerais, considerado “um vazio econômico e social que deveria ser integrado ao resto de Minas e do país” (IEF, 1975, I; 59).

²²⁸ “[Minas Gerais], com vocação florestal de fins industriais voltados para a produção de celulose, pasta mecânica e papel, não só é singular pelos seus milhares de quilômetros quadrados, como pelo seu pragmatismo econômico que naturalmente eflui de estudos e de fatos existentes” (IEF, 1975, I; 4).

favoráveis ao rápido desenvolvimento das florestas, com índices de incremento anual de (...) orientação estimuladora” (IEF, 1975, I; 4), sem contar a existência de “mão-de-obra também disponível, e em condições de ser rapidamente formada e treinada” (IEF, 1975, I; 4).

Por outro lado, para além da ampla capacidade nacional e mineira de produção de madeira para os ramos industriais siderúrgico e de celulose e papel, o referido documento ressalta ainda o potencial de aumento de demanda por essa matéria-prima em ambos os setores da indústria. A justificativa para a produção de papel e celulose estava ligada a um aumento no consumo de tal produto, no período de 1965/73, e a uma perspectiva de déficit na produção de alguns tipos de papéis no período de 1974/1980, o que tornaria promissora a produção mineira de matéria-prima para essa indústria. O Plano de Carvão Vegetal para a Siderurgia considerava a já existente inserção do estado mineiro nesse ramo de produção industrial, ressaltando inclusive os benefícios ligados “à redução de importação de produtos siderúrgicos”, além da lucratividade para outros estados, “onde os produtos siderúrgicos [lá] produzidos são transformados em produtos finais” (IEF, 1975, I; 8), e indicava um crescimento nacional da produção de ferro-gusa que proporcionaria boas oportunidades para a produção de florestas em Minas Gerais.

Apesar de indicar o potencial nacional e estadual para o plantio de reflorestamento e justificar a produção dessa matéria-prima em função de sua demanda industrial que deveria crescer, apoiada como estava por fomentos estatais, o projeto não deixa de ressaltar os incentivos fiscais federais ao reflorestamento como uma grande oportunidade para permitir a “interiorização do desenvolvimento” (IEF, 1975, I; 6) em Minas Gerais. Nesse sentido, o projeto do IEF explicita a importância da intervenção estatal na reestruturação da produção de mercadorias nas “regiões” onde o planejamento organizava a homogeneização das relações de produção particulares, consideradas “arcaicas” da perspectiva da modernização retardatária, que orientava a atuação do Estado brasileiro no período.

Ou seja, ainda que houvesse demanda crescente pela matéria-prima madeira, para que a atividade reflorestadora permitisse a modernização das relações de produção nas “regiões” prioritárias para sua territorialização, era fundamental a intervenção estatal alterando a forma de reposição dos pressupostos dos ciclos produtivos. Nesse sentido, o projeto ressalta que os principais estímulos governamentais, que “irão conduzir à consecução das metas físicas de produção” (IEF, 1975, I; 19) desses programas de fomento industrial, seriam “os incentivos fiscais para reflorestamento e formas adequadas de financiamentos, para possibilitar investimentos em reflorestamento e nas indústrias propriamente ditas” (IEF, 1975, I; 19).

A regionalização de áreas prioritárias para a alocação dos recursos da política de incentivos fiscais para o reflorestamento pareceu permitir a identificação dos locais onde os “recursos naturais” disponíveis, além de outras potencialidades infra-estruturais, permitiriam baratear a produção da matéria-prima madeira²²⁹. Contudo, cabe ressaltar que, para além disso, a definição dos Distritos Florestais permitiu identificar as áreas onde a intervenção estatal na transformação das relações de produção tidas como “estagnadas” possibilitaria a autonomização e a conseqüente mobilização de fatores de produção, tais como terra e trabalho, a baixos custos.

Ou seja, fica oculta sob o projeto do IEF – que parece simplesmente identificar as potencialidades mineiras que permitiriam atrair para aquele estado a política de incentivos fiscais – a importância da intervenção estatal, pregressa e em desenvolvimento no período, na titularização, legitimação e cessão das terras devolutas, na produção de infra-estrutura, na expropriação dos trabalhadores que produziam diretamente seus meios de vida da terra, cuja concretização poderemos discutir adiante, além do papel que os próprios incentivos fiscais deveriam cumprir, financiando a penetração do capital monopolista na produção agrícola dessas “regiões”²³⁰.

No que se refere à infra-estrutura, o projeto do IEF aponta “as excelentes respostas” (IEF, 1975, I; 14) oferecidas por Minas Gerais quanto à “energia elétrica; malhas rodoviária, ferroviária e fluvial; recursos hidrológicos superficiais em quantidade e qualidade; sistema de comunicação; instituições de apoio às populações e aos negócios; mão-de-obra; entidades de classe – agricultura, indústria, comércio e serviços – patronais e de empregados; população ordeira e capaz, crescente e progressista” (IEF, 1975, I; 14), tratando de ressaltar também a infra-estrutura florestal, ligada à existência das instituições de pesquisa e regulamentação em torno de tal atividade.

²²⁹ “Como vem sendo entendido, o ‘Distrito Florestal’ caracteriza-se por área geográfica, dimensionada em função do desenvolvimento integrado dos empreendimentos florestais e industriais, dentro do objetivo de alcançar a combinação ótima de todos os fatores envolvidos, minimizando, assim, os custos de produção”. Ele possui também “o alto sentido de postular e definir rumos que levarão a economia florestal brasileira aos seus objetivos, dentro de uma política de desenvolvimento regional e nacional”. E, além disso, “o Distrito Florestal traz na sua concepção o aproveitamento da floresta natural e a formação de florestas homogêneas ou não, dentro de áreas delimitadas, onde se procura ajustar a localização de matérias e o parque industrial, tanto quanto possível, e introduzir alternativas do uso da terra e atendimento dos preceitos conservacionistas” (IEF, 1975, I; 20).

²³⁰ “A grandeza territorial de Minas Gerais, as incontáveis condições ecológicas favoráveis à produção florestal, a privilegiada posição geográfica em relação aos centros consumidores internos, a existência de uma ponderável infra-estrutura de serviços, a eficácia de um sistema voltado para as questões florestais [...], a irreprimível decisão do Governo Estadual de se conduzir harmonicamente com as diretrizes do Governo Federal e ser o fator do somatório de esforços das Municipalidades, a existência de homens e empresários de porte internacional e, mais, um povo generoso, ordeiro, com aspirações e trabalhador, tudo isso dá ao estado excepcionais condições para arremeter com decisão indispensável, ainda mais nos assuntos e negócios florestais” (IEF, 1975, I; 48).

Quanto às terras que deverão ser ocupadas para realização dos empreendimentos, o *Projeto* assinala a existência de “grandes áreas de terras devolutas levantadas e já destinadas ao reflorestamento, através de contratos de ocupação irreversíveis com grandes empresas reflorestadoras”²³¹. Ademais, tais áreas são consideradas “com vocação tipicamente florestal, cujo uso alternativo não aconselha atividades agrícolas e/ou pastoris” (IEF, 1975, I; 16), compostas de “grandes vazios econômicos com amplas possibilidades para o reflorestamento, que teria, no caso, uma função social das mais relevantes, pela geração de inúmeros empregos nas suas várias fases, até a industrialização” (IEF, 1975, I; 16), e o projeto reitera, além disso, a existência de áreas já reflorestadas com incentivos fiscais que podem ser integradas aos programas de industrialização dessa matéria-prima²³².

Na análise relativa ao Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha²³³, o fator terra²³⁴ entra caracterizado por sua “baixa utilização dos solos agrícolas com grande excesso de mão-de-obra” e por “áreas ocupadas com pecuária de corte muito extensiva, com escassa ocupação de mão-de-obra”. Além disso, o projeto aponta para a “predominância de latifúndio pecuário e minifúndio de agricultura de subsistência com agudos problemas sociais” (IEF, 1975, I; 73). O fator infra-estrutura aparece mais sob o ponto de vista das deficiências, do que das potencialidades, já que a área conta com “deficiência de energia elétrica” e “regular comunicação com a BR-116” (IEF, 1975, I; 74)²³⁵, sendo a definição desta “região” justificada especialmente pela ampla disponibilidade de terra e de trabalhadores, reiteradamente assinalada pelo projeto.

De maneira geral, a área fica caracterizada pelo projeto do IEF como “região problema” ou “bolsão de pobreza” e o reflorestamento teria o papel de desenvolvê-la, gerando empregos

²³¹ O surgimento dos Distritos Florestais está intimamente ligado a esse processo de cessão de terras públicas, já que em 1973, no Zoneamento Econômico Florestal do IBDF, foram enquadradas nessa categoria “terras devolutas destinadas a um arrojado programa de reflorestamento” (IEF, 1975; 15).

²³² Além de fornecer, como estratégia alternativa de ocupação de terras para o reflorestamento, “o financiamento para aquisição de terras complementares, [que] é aqui enfocado sob as mesmas condições dos financiamentos feitos pelo “PROTERRA”: 7% de taxas de juros e prazo de até 12 anos que, no caso de reflorestamento, deverá variar com o projeto” (IEF, 1975, I; 27).

²³³ Vale lembrar que as análises que culminaram na definição de cada um dos Distritos Florestais estão baseadas em dados do documento *Regionalização para efeito de planejamento*, produzido pelo CDE em 1971.

²³⁴ Vale notar de maneira mais detalhada a análise oferecida no projeto para a questão da ocupação das terras: “Tendo em vista a necessidade de integrar o Vale do Jequitinhonha aos objetivos de desenvolvimento sócio-econômicos do Estado, o Governo vem-se empenhando em desenvolver programas específicos para esta região. Tais programas pretendem basicamente o incremento de renda e emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área. Neste sentido é que promove o encaminhamento, até ela, de grandes firmas reflorestadoras, inclusive de outros Estados. Todas elas se localizam em terras devolutas, pertencentes ao Estado e atingem consideráveis extensões. Elas são de baixo preço devido mesmo ao seu caráter devoluto e ao fato de serem mais aconselháveis a projetos florestais. Já se encontram instaladas ou em fase de instalação 18 empresas reflorestadoras” (IEF, 1975, II; 108).

²³⁵ Ainda que no próprio projeto sejam apontadas soluções para tais deficiências, como a construção do “projeto hidrelétrico Salto da Divisa” e a “construção [da rodovia] BR-251 e 367, [que] permitirá ligação a portos do sul da Bahia, facilitando exportação” (IEF, 1975, I; 74).

para a população ocupada na agricultura de subsistência, considerada de baixo dinamismo econômico, incapaz de alavancar o desenvolvimento do país. No limite, a área é considerada como “vazio econômico”, e é este vazio, que sendo responsável pela miserabilidade local, deveria ser combatido pela intervenção de programas de consolidação do desenvolvimento econômico.

“Uma das justificativas para definir o Vale do Jequitinhonha como Distrito Florestal foi o objetivo de integrá-lo ao padrão de crescimento econômico de Minas Gerais, com programas que pretendiam acelerar ‘o incremento de renda e do emprego, através do incentivo, da coordenação e do planejamento para melhor aproveitamento da área’” (IEF, 1975; 25 *apud* Ribeiro *et alli*, 2006b; 3).

Nessa mesma perspectiva, o “atraso” econômico da “região” seria fruto de um conjunto de relações de produção, práticas de cultivo e manejo “rústicas e pouco produtivas”, que impediriam a produção em grande escala de mercadorias comercializáveis, além das “relações tradicionais”, que estariam na base da organização de tal produção, e inibiriam a entrada do “progresso” e da “dinamização da produção e do mercado local”.

De um ponto de vista, o projeto sustenta um enfoque analítico que, como vimos, é fundante das estratégias de planejamento regional. De acordo com o mesmo, os “desequilíbrios regionais” seriam provenientes de deficiências de ordem técnica no emprego local dos fatores de produção. Seriam caracterizados, deste modo, por sub-utilização da terra, pela baixa produtividade do trabalho e pelas técnicas rudimentares da produção agrícola. Como temos ressaltado, essa forma de análise encobre a modernização retardatária como processo de superação de formas particulares de acumulação do capital, que devem dar lugar às dinâmicas autonomizadas da reprodução capitalista.

De outro ponto de vista, o projeto se refere às “relações tradicionais” que impediriam o progresso e a dinamização da economia “regional”. Contudo, ainda que faça referência a essas relações, esse procedimento de análise não as considera formas de acumulação do capital que sustentaram a territorialização de relações sociais de produção com a emergência do trabalho livre no Brasil. Ao contrário, identifica-as como “resquícios arcaicos” de uma sociabilidade não-moderna que deve ser combatida pelo intervencionismo estatal.

Para Francisco de Oliveira (2008), esse modo de interpretar a questão escamoteia a passagem, ocorrida no país, de um Estado “capturado” por oligarquias tradicionais, responsáveis por repor tais formas de acumulação que garantiam seu enriquecimento, para um Estado “capturado” por formas mais avançadas de reprodução do capital, que ele identifica ao capital monopolista que então se generalizava no Brasil. Esse primeiro momento de “existência” do Estado no Brasil teria reiterado tais formas de acumulação, uma vez que punha a instituição a serviço dos proprietários latifundiários. O planejamento regional, por sua

vez, derivava de um novo momento de “existência” do Estado, no qual ele passara a servir aos interesses da burguesia que se consolidava com o próprio auxílio de seus programas de financiamento.

Como vimos analisando, contudo, a essa “existência” pregressa do Estado correspondeu seu próprio processo de constituição, uma vez que estava fundido à propriedade territorial como mecanismo de forçar trabalho por meio do emprego direto da violência. A passagem a que se refere Francisco de Oliveira (2008) é, por sua vez, interpretada por nós como o processo de autonomização que garante o monopólio da violência por parte do Estado, consolidando-o, uma vez que o sistema econômico deve prescindir do emprego direto da mesma para se reproduzir. A partir de então, o Estado assume o papel de criar as bases para esse novo padrão de acumulação, por meio do processo que vimos identificando como modernização retardatária.

Como ressaltado, a instauração dessas bases se estabelece por meio das legislações, de processos de regulamentação fundiária e sobretudo por meio do investimento estatal direto, por exemplo na forma de incentivos fiscais, no sentido de promover a passagem referida por Francisco de Oliveira (2008) na forma como os pressupostos da acumulação retornam ao início do ciclo produtivo. Na análise do processo de modernização ocorrido no Vale do Jequitinhonha todos esses elementos estão presentes, e tanto seus mecanismos de intervenção, como seus resultados, serão analisados no próximo capítulo.

Por ora, cabe ainda ressaltar que, a modernização retardatária promovida via planejamento regional, ao atuar como uma espécie de Revolução de 30, institucionalizada e regionalizada, operou nessas áreas um processo de autonomização a luz dos processos que já vinham consolidando novos padrões de reprodução capitalista nas regiões que haviam se modernizado, garantindo a própria autonomização do Estado. Nesse sentido é que Francisco de Oliveira (2008) reconhece o processo de definição das “regiões” planejadas, “homogeneizando-se internamente e diferenciando-se da outra” (Oliveira, 2008; 157), em oposição à “região” do desenvolvimento econômico que então se estabelecia – que poderíamos chamar de “sudeste” econômico, que foi formada como região do colonato e do café, mas incorporou sucessivamente a produção de laranja e cana, justamente onde a produção agrícola tinha passado por um intenso processo de modernização, especialmente através do desenvolvimento tecnológico da produção, o que significa desenvolvimento de máquinas, defensivos e insumos químicos e técnicas, renovação das relações de trabalho em favor da forma assalariada e formação do capital monopolista.

No Vale do Jequitinhonha, e sobretudo na definição do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, o planejamento regional corroborou com tal perspectiva, que apareceu por sua vez como mecanismo de correção dos “desequilíbrios regionais”. Por isso, a identificação das relações de produção a serem transformadas aparece como uma questão de gestão, estritamente relacionada à melhoria na alocação dos fatores de produção que aparecem subutilizados, de acordo com a análise conduzida, especialmente terra e trabalho. Unem-se, nessas condições, uma estratégia de intervenção na dinâmica de reprodução das relações de produção no campo que se baseia sobretudo na capitalização da renda da terra e uma necessidade de desarticular o caráter da apropriação territorial na “região”, como mecanismo para a quebra da reprodução do “ciclo regional”.

3 – Modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha: a expropriação de agregados e posseiros da terra e a homogeneização da reprodução capitalista

Aniquilamento das relações sociais de produção particulares e autonomização entre terra e trabalho na “região”; reestruturação produtiva das fazendas agropecuárias e chegada da empresa reflorestadora; mecanismos de expropriação de agregados e posseiros das terras.

“Povo que vem lá de fora, trazendo a sabedoria.
Trouxe a planta estranha, nós aqui não conhecia.
Tomou a terra do posseiro e pagou com a bicaria.
Hoje, quem era dono da terra, é ‘bóia-fria’”
(Narração, *As andorinhas. Nem cá, nem lá*, 1990).

3.1 – As expulsões promovidas pela fazenda

Margarida Maria Moura inicia o livro *Os deserdados da terra* (1988) com um capítulo sobre os “números e rótulos” que têm definido o Vale do Jequitinhonha. Segundo a autora, a solução para a “questão social”, identificada como um dos rótulos atribuídos à “região”, tem sido sistematicamente restringida à elevação dos níveis de renda, num contexto em que a sociedade é identificada pela ausência de atividade econômica significativa, pelo fraco dinamismo dos atores envolvidos e pelo tradicionalismo, de maneira que “a expansão das atividades fundadas no lucro capitalista se tornem o remédio *par excellence* para o desenvolvimento, trazendo, enfim, vida para onde supostamente existem apenas um povo moribundo e uma terra agonizante” (Moura, 1988; 5).

Essa forma de apresentar o Vale do Jequitinhonha, tornada usual em estudos e diagnósticos que visam identificar causas e propor soluções para os baixos índices de desenvolvimento alcançados na “região”, sustenta a idéia, como vimos discutindo no segundo capítulo da segunda seção dessa dissertação, de que as características naturais dos solos e do clima, aliadas às deficiências técnicas do manejo agropecuário tradicional, têm cumprido o papel de perpetuar a “pobreza” da “região”. Torna-se, contudo, necessário distinguir certa “pobreza”, identificada nos relatórios e diagnósticos como fruto das relações “arcaicas” que organizam a produção regional, de outra “pobreza”, que surge com as transformações na estrutura produtiva e na estrutura fundiária do Vale do Jequitinhonha, especialmente durante os anos de 1960 e 1970.

A inexistência dessa distinção, que torna confusa a identificação das causas da persistência da “pobreza regional”, aparece reiterada em outros diagnósticos do desenvolvimento regional, além do por nós analisado, que propõem soluções para a correção dos “desequilíbrios regionais” do Vale do Jequitinhonha, como é possível notar no documento

mencionado por Margarida Maria Moura²³⁶, produzido em parceria com a Codevale, que identifica o êxodo rural na “região” à “estrutura fundiária (...) que se caracteriza pela predominância da pequena propriedade (...) com índice de produtividade muito baixo (...) [resultando] em precárias condições de vida para essa população” (Araçuaí, 1976; 115 *apud* Moura, 1988; 1) e acaba por escamotear o fato de que “a fazenda é a grande responsável pelo êxodo rural” (Moura, 1988; 1; grifo nosso).

“Se em poucos lugares do Brasil chegou-se hoje a um paroxismo de pobreza semelhante, *pode-se entrever aí os contornos das transformações que ora ocorrem na área, especialmente na esfera das relações de produção. Pode-se entrever as características da violência simbólica, material e física que caracteriza seu cotidiano.* O Vale do Jequitinhonha, há duas décadas, vivencia a expulsão do agregado do interior da fazenda, a compressão e supressão das permissões para plantar na fazenda, dadas a pequenos sitiantes, e a invasão da posse camponesa por fazendeiros. *As fazendas, que antes eram estabelecimentos agropastoris, agora tendem ao pastoreio extensivo puro e simples. Por ser essa atividade mais lucrativa, todo o solo é revertido ao plantio do capim, restando-se apenas um ou dois vaqueiros para os cuidados da criação*” (Moura, 1988; 3; grifos nossos).

Deste modo, de acordo com a autora, a “pobreza” que permanece identificável pelos diagnósticos das agências de desenvolvimento ao contrário de estar vinculada à estagnação da estrutura social da “região” foi ensejada pelas transformações que ocorreram especialmente no âmbito das relações de produção. Essas transformações, que culminam na expropriação de agregados, posseiros e sitiantes da terra na medida em que cerceiam as condições de reprodução dos mesmos, destruindo relações de produção nas quais terra e trabalho não se encontram autonomizadas, podem ser identificadas tanto no âmbito da reestruturação das fazendas como no âmbito da chegada das empresas reflorestadoras na “região”, cuja implantação contou com o estímulo da intervenção do planejamento regional, já discutidos no primeiro capítulo, ao menos na “região” do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha.

“Simultaneamente, empresas de grande porte, nacionais e multinacionais, exploram nas chapadas a madeira nativa, que substituem gradativamente por plantações de eucalipto. São essas empresas as principais responsáveis pela expropriação do campesinato que mora nas grotas e que depende, de modo vital, da chapada para complementar sua reprodução econômica e social” (Moura, 1988; 3).

Contudo, para Margarida Moura, a presença das empresas reflorestadoras e a expropriação que promovem acabam por sustentar uma aparência enviesada para o processo, na qual os fazendeiros ficam absolvidos da responsabilidade pelas transformações que ora ocorrem na “região”.

“A concomitância dessas duas faces da expansão capitalista presta-se desde já a um rápido exame da ideologia que pretende diluir suas contradições. A presença da empresa reflorestadora serve a uma versão transversal a toda a sociedade local sobre o que ocorre na área: dissemina-se a idéia de que é ela a responsável principal pelo

²³⁶ Araçuaí, Vale do Jequitinhonha, Programa de desenvolvimento rural integrado da área: caracterização e diretrizes. Seplan/Codevale/Soapa/Cepa, Belo Horizonte, 1976.

processo de expropriação de pequenos lavradores e, conseqüentemente, pela violência que ocorre no campo. A afirmação presta-se à absolvição dos fazendeiros de qualquer responsabilidade sobre as mudanças em curso. Culpar a floresta é procedimento bastante difundido, escapando às consciências as múltiplas dimensões do fenômeno da perda das condições de produção que vem sofrendo a população camponesa” (Moura, 1988; 3).

As transformações, que culminam na perda das condições de reprodução de posseiros, agregados e sitiantes ou na expulsão dos mesmos da terra, são identificadas pela autora como faces do processo de expansão capitalista. Como vimos discutindo, são notórias as mudanças nas relações de produção que sustentam a acumulação no campo, especialmente nos anos de 1960 e 1970. Entretanto, como desejamos ressaltar desde a exposição da primeira seção dessa dissertação, esse momento, que ficou conhecido como a expansão ou a penetração do capitalismo no campo²³⁷, não inaugura as relações de dominação que permitem a acumulação de capital, apenas transforma seu mecanismo de reprodução.

Na primeira seção, mostramos as relações que permitiram a acumulação de capital num contexto no qual a fazenda agropecuária se expandia subordinando o trabalho com o emprego da violência direta, personificada conjuntamente com a terra e com o capital pelo fazendeiro-coronel. Ainda que tais relações sociais de produção proporcionassem a reprodução direta dos meios de vida pelos trabalhadores (o trabalho ainda não havia sido autonomizado da terra), encontravam-se fundadas na possibilidade de subordinação do trabalho, uma vez que o monopólio da terra estava garantido pela violência. Ou seja, são relações de produção que, fundamentalmente, viabilizam a acumulação de capital (obrigam o trabalhador a trabalhar para o capital e não somente para si próprio), num contexto em que o trabalhador pode reiteradamente ter acesso à terra. São relações impostas pelo processo de expansão territorial do capitalismo, que criam as condições para que a acumulação de capital possa vir a prescindir da violência²³⁸.

Com a formação do monopólio estatal da violência instaura-se uma nova dinâmica territorial, na qual as regiões passam a ser objeto da intervenção do Estado, que passa a impor

²³⁷ De acordo com José de Souza Martins, a “invasão da agricultura camponesa pelo capital” (1986; 51).

²³⁸ Esse é o contexto que viabiliza a convivência, ainda que tensa, entre a pecuária promovida pela fazenda e a agricultura voltada para a reprodução do lavrador e de sua família: quando esse lavrador se encontra na posição de posseiro, seu trabalho serve à “abertura” de novas áreas para a fazenda. Ele desmata, queima e destoca e pode plantar nessa área, sem conceder parceria, enquanto a fazenda não tiver interesse de expandir suas pastagens. Por sua vez, o crescimento do rebanho (do capital do fazendeiro) pressiona esses posseiros e submete-os na condição de agregados. A partir de então, para que tenham acesso à terra, parte do seu trabalho deve estar afiançada para a reprodução da fazenda. Portanto, como é amplamente conhecido, a dinâmica de reprodução das relações de trabalho livre nas quais o trabalhador produz os meios para a reprodução direta da sua força de trabalho está diretamente relacionada à expansão da fronteira agrícola. A subordinação do trabalho pretérito de posseiros imprime a dinâmica de expansão das fazendas. Quando a renda da terra se eleva e determinada fronteira vai alcançando seus limites, o impedimento dos trabalhadores de manter seu acesso à terra passa a ser a mola da acumulação. As condições objetivas para que estes se tornem expropriados estão postas a partir de então e será essa situação a condição de sua sujeição ao capital.

mudanças nas relações de produção, determinadas por uma estratégia nacional de modernização retardatária. O momento que ficou conhecido como de expansão do capitalismo no campo marca um ponto de inflexão nesse processo de modernização retardatária, no qual o Estado exerceu um papel fundamental impondo a autonomização nas “regiões” que foram recriadas como objetos de sua política. O processo de expropriação, que representa a autonomização entre o trabalho e a terra, mobilizou os trabalhadores num mercado de trabalho nacional, no qual estes passaram a integrar a superpopulação relativa que viabilizaria o desenvolvimento industrial. A quebra do poder que “fechava” a região correspondeu a um dos momentos necessários para que a mobilidade do trabalho fosse instaurada e para que a migração pudesse garantir um exército industrial de reserva que mantivesse os salários suficientemente baixos, de modo a viabilizar a acumulação industrial que passou a ocorrer, especialmente em São Paulo.

Essas notórias mudanças que participam da dinâmica da modernização retardatária, foram determinadas tanto pela necessidade de potencializar as agroexportações de maneira a obter meios de pagamento que pudessem viabilizar a importação de meios de produção industriais, quanto pela necessidade de produzir matérias-primas para esse mesmo processo de industrialização; tendo sido viabilizadas por políticas, especialmente de financiamento e de cessão de terras devolutas, promovidas por um Estado agora “capturado” pelas “formas mais adiantadas de reprodução do capital”, a que faz referência Oliveira (2008; 149). Ou seja, a forma de reprodução do capital que então se homogeneizava nacionalmente subordinava outras com seu potencial ampliado de acumulação: os pastos abertos por posseiros, que neles podiam plantar até que fossem incorporados pela fazenda, que combinavam a pecuária extensiva com roças de agregados, iam sendo substituídos por uma dinâmica de reprodução da fazenda que passou a impedir os roceiros de terem acesso à terra. A terra passara a valer como proveitoso fator de produção e a renda que cada vez mais poderia se obter por meio de sua propriedade (Marx, 1986, vol. V; seção VI), incrementada inclusive pela infra-estrutura financiada pelo Estado, motivava a mudança na dinâmica de produção e a expulsão dos trabalhadores²³⁹. Essa nova dinâmica de reprodução determina a expropriação personificada tanto pela instauração da empresa reflorestadora, como pela reestruturação da antiga fazenda agropecuária.

De acordo com a pesquisa desenvolvida por Margarida Maria Moura, em 1979, agregados eram expulsos em massa das fazendas e transformados em diaristas a uma

²³⁹ “A fazenda visa à intensificação do plantio de pastos, à exclusividade da atividade pecuária, à especulação imobiliária, limpando a terra de homens que a ocupam com sua roça (...)” (Moura, 1988; 7).

remuneração que não excedia cinco centavos de cruzado e “eram frequentemente mais baixas, reduzindo-se à metade no caso da mulher e do menor”. A remuneração de vaqueiros também passou a sofrer descontos do aluguel da casa de morada, tendo cessado o benefício do acesso da família do mesmo ao “leite, toucinho e fubá” (Moura, 1988; 5). Além disso, sitiantes tinham sua permissão para plantar nas terras da fazenda constantemente suspensas. A invasão das posses, que sempre estivera presente na dinâmica de reprodução das antigas relações de produção, passava a se intensificar, uma vez que a fazenda, agora, comungava sua atuação com a reflorestadora e com grileiros (identificados pela autora como “falsos fazendeiros”) que ocupavam posses e formavam fazendas, para comercializá-las posteriormente. Muitos dos posseiros, antes de serem completamente descartados eram ainda utilizados para a derrubada do cerrado nativo das chapadas, que frequentemente viravam carvão, desbastando as terras onde passaria a ser plantado o eucalipto.

Essa dinâmica de conflito social foi, portanto, pautada pela invasão das terras, que antes podiam ser acessadas por roceiros numa intrincada relação de subordinação na qual se combinavam a reprodução direta dos meios de vida ao sobre-trabalho forçado pelo fazendeiro, por uma forma de exploração que imprime maior intensidade ao trabalho, ao mesmo tempo que transforma seu mecanismo de contratação, uma vez que os antigos agregados que continuam trabalhando para a fazenda o fazem na condição de diaristas, revestindo-se a aparência de dependência pessoal das antigas relações de produção pela nova aparência de independência.

O estudo empreendido por Margarida Maria Moura enfoca especialmente os mecanismos jurídicos que promovem a invasão e a expulsão dos roceiros de suas diferentes possibilidades de acesso à terra da fazenda (posseiros, agregados, sitiantes parceiros). Esses mecanismos se baseiam especialmente na redução jurídica das relações de produção, que se baseavam na produção direta dos meios de vida, ou seja, na não-autonomização da terra e do trabalho, a relações de favor ou a relações de contrato, instituídas como relações de trabalho rural. Margarida Maria Moura (1988) interpreta tais mudanças como processo de anulação da co-propriedade que sustentava o usufruto comum das terras por fazendeiros e lavradores.

De acordo com a autora, a co-propriedade é uma “situação excepcional e transitória dos direitos de propriedade” (Moura, 1988; 13), que é transformada pelo direito de *dominium* que juridicamente prevalecer. A situação de lavradores na condição de co-proprietários esteve fundada não apenas nas características da apropriação territorial no Brasil, herdada da ocupação de sesmarias na colônia, na qual, como quer Raymundo Faoro, o proprietário tem, em geral, sobras de terras que não cultiva, nem permite que ninguém as explore sem impor-

lhes a condição de subordinados. Para Margarida Moura, essa situação relaciona-se também com um direito costumeiro, herdado de antigas ordenações ainda que estas não mais o ampare, como as categorias de *homenagem* ou *menagem*, “que designam o pagamento baixo pelo trabalho desempenhado, e prendem o trabalhador na obrigação de prosseguir indefinidamente nas tarefas assumidas” (Moura, 1988; 20). Esse direito costumeiro seria o responsável por amparar relações sociais que envolvem tanto o trabalho como a amizade, o compadrio e o compromisso, na medida em que permitia distintos regimes de apropriação ou co-propriedade das terras das fazendas, mesmo que de modo tenso. A expulsão (de agregados) e a invasão (de posseiros) teria marcado o ápice da supressão dessas convivências. Nesse processo de ruptura, direito costumeiro e direito positivo se articulariam para fazer valer o *dominium* da propriedade privada e da renda da terra que lhe acompanha, então num importante momento de expansão (de fechamento de fronteira) no Brasil²⁴⁰. O direito de *dominium* da fazenda seria exercido, no entanto, sobre “ocupantes de fato” (1988; 13), que, de acordo com Margarida Moura, apesar de terem direito sobre as terras, são transformados em moradores de favor, “o que remete à graça e ao consentimento mas não ao direito de estarem ali”, ou subordinados às relações de trabalho rural. Ou seja, para a autora o problema do exercício do direito transformado da fazenda é que ele foi exercido *sobre* o direito dos lavradores²⁴¹.

Há que se ressaltar, contudo, que o direito de *dominium* da fazenda prevalece juridicamente, apenas porque ele se impõe dentro da nova dinâmica de acumulação de capital em curso. Ou seja, o que ocorre, especialmente durante os anos de 1960 e 1970, é uma transformação nas relações sociais de produção que cria as condições para que se sustente juridicamente o domínio territorial exercido pela fazenda. Esse processo coincide com a consolidação regional da autonomização do direito com relação ao poder do fazendeiro. É possível dizer que, com isso, secciona-se o direito como uma esfera que possui aparência de autonomia, e o trabalho que passa a ser desempenhado por funcionários remunerados pelo Estado vem para atestar essa aparência.

O chamado direito costumeiro, exercido no campo da “vontade” do fazendeiro (que não é vontade, mas sim condição de acumulação de seu capital), não atua como esfera separada

²⁴⁰ “O deslocamento da agricultura de subsistência de dentro das fazendas (...) está diretamente relacionada com a expansão da renda fundiária no Brasil. Terras mais caras passaram a ser utilizadas exclusivamente para a produção de artigos exportáveis (cana, café, soja) e matérias-primas industriais [como é o caso do eucalipto] (...)” (Martins, 1986; 56).

²⁴¹ “Em ambos os casos, favorecidos ou contratados, são, na presente conjuntura, *des-favorecidos* ou *dis-tratados*, fato que, em qualquer dos casos, os priva da terra que até aqui habitavam e cultivavam” (Moura, 1988; 14).

que legitima o domínio da fazenda: ele próprio faz parte do domínio da fazenda, personificado pelo fazendeiro. No processo de autonomização entre Estado e capital, a formação de um aparato jurídico contrasta de maneira tênue com os mecanismos de reprodução do poder da classe dominante, que passa a formar seus filhos para ocupar os cargos estatais. Ainda assim, cabe indicar as transformações impostas pela autonomização, que ocorrem quando o direito (e o exercício da violência que o impõe) deixa de estar pregado ao capital do fazendeiro e passa a ser exercido por instituições do Estado. Se, num primeiro momento, a relação de produção está fundada na subordinação do trabalho pelo capital, que se estabelece por meio do domínio territorial e pelo exercício da violência que o garante, a autonomização carrega com ela a formação dos trabalhadores como sujeitos de direito que devem contratar livremente com o capital, uma vez que estão liberados de qualquer outra possibilidade de reprodução que não seja a comercialização de sua força de trabalho (Gaudemar, 1977). Nesse momento, a juridificação de toda a sociedade torna-se fundamental (Kurz, 1995)²⁴².

Conseqüentemente, na nossa perspectiva, o direito costumeiro passa a ser interpretado, não como mecanismo de regulação social que garantia que o domínio da fazenda *não suplantasse* o acesso do lavrador à terra, posto que estava “temperado pelo exercício da reciprocidade” (Moura, 1988; 198-199); mas como exercício do poder do fazendeiro, que permitia a criação das condições de acumulação de seu capital. Ou seja, antes desse exercício permitir o acesso do lavrador à terra, o que ele garantia era que esse acesso viabilizasse a reprodução da fazenda. Assim, o núcleo da relação é garantir, por meio da violência, o monopólio da terra subordinando lavradores à reprodução do capital-fazenda, como pudemos observar na primeira seção dessa dissertação. Tais relações de produção assumem frequentemente a aparência de relações políticas ou pessoais justamente por estarem organizadas num contexto onde a aparência de autonomia (Marx, 1986, vol. V; capítulo XLVIII) entre essas esferas e, entre os próprios fatores de produção, ainda não está posta.

²⁴² “Quanto mais a economia de mercado e, com ela, a relação monetária abstrata se expandem, tanto menor se torna a força vinculativa das formas de relações tradicionais (...) e tanto mais todas as ações e relações sociais precisam ser postas na forma abstrata do Direito e, nesse sentido, ser codificadas juridicamente. Todos os homens, sem exceção, inclusive os produtores imediatos, precisam agir cada vez mais como sujeitos modernos do Direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria. Por isso, o Estado transforma-se na máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares. Em consequência disso, o aparelho de Estado também aumenta progressivamente, pois a “juridificação” precisa ser controlada e executada. Mas não se trata aqui de um processo “extra-econômico”, pois o aparelho administrativo, que cresce sem parar, precisa ser financiado. A simples “juridificação” crescente já acarreta, portanto, uma demanda financeira, que também cresce permanentemente. Mesmo a regulação meramente jurídica não é neutra com relação aos custos” (Kurz, 1995; 193).

Assim, se os conflitos de expropriação da terra apareceram como fruto de um cenário de transformação jurídica²⁴³, não se pode ignorar que ocorrem num contexto de transformação das relações de produção e na forma de acumulação, do qual a formação da aparência de autonomia da esfera jurídica (e também da econômica e da política) também é parte. Nesse contexto, a sobreposição do “direito à propriedade”, então consolidado juridicamente, à imposição do monopólio territorial mediante o emprego da violência direta, expressava a própria dinâmica de modernização retardatária a qual foi submetido o Estado nacional brasileiro.

A dominação da fazenda negou outras formas de apropriação que não fosse a sua própria legitimidade de existir, diluindo os “vínculos permanentes com a terra”, que, de acordo com Margarida Moura, caracterizariam “a existência de diferentes frações de lavradores” (1986; 13). A diluição desses vínculos corresponde ao processo que vimos identificando como de autonomização, do qual um dos momentos é a expropriação e a produção do trabalho e da terra como fatores de produção aparentemente autônomos.

De modo a negar outras formas de apropriação territorial que não a posta por seu domínio, a fazenda se valeu de argumentações tanto de que os habitantes de suas terras não eram trabalhadores da fazenda ou apenas trabalhavam para si próprios e haviam sido favorecidos por uma permissão ou favor para morar e abrir roças que havia deixado de ser concedida; ou, ainda, de que eram livres contratantes da fazenda, que já não precisava mais dos serviços dos que, a partir de então, podem contratar com outros, uma vez que ali não eram mais necessários. Essa negação impôs-se com a expulsão de agregados do interior das fazendas, com a invasão de pequenas posses e com a interrupção do direito de sitiantes vizinhos de plantar roças dentro da fazenda. O clímax dessa expulsão ocorreu com a perda completa das condições de reprodução destes lavradores, caracterizada pela derrubada das cercas que separam tais moradas e plantios do pasto onde se mantém o gado do proprietário²⁴⁴.

²⁴³ “Onde esta sociedade agrária expressa com mais veemência o choque de modos de vida discrepantes é nos litígios costumeiros e ações judiciais. Como diz Thompson, ao referir-se à forma mais fecunda de compreender o *modus operandi* da sociedade aristocrata do século dezoito na Inglaterra, pode-se comparativamente afirmar que, na região em apreço, a hegemonia da fazenda [‘se expressava acima de tudo, não na força militar, não na mistificação do sacerdócio ou da imprensa, nem mesmo na coerção econômica, mas nos rituais de estudo das Justiças (...)’]. É o cenário jurídico que hoje dá saliência às oposições de interesses do Vale do Jequitinhonha, onde as tensões sociais se entreabrem com maior veemência” (Moura, 1988; 20).

²⁴⁴ “Ao desaparecer o espaço econômico e social destinado à reprodução física e social do agregado e de sua família, pode-se entrever as redefinições do cálculo econômico, político e social que a fazenda vem inovando, responsável pela perda das condições de produção daqueles que nela moravam, lavraram a terra para si e trabalhavam para o grande proprietário” (Moura, 1988, 21-22).

A derrubada das cercas representa a imposição do uso exclusivo das terras para a reprodução dos negócios agrícolas dos fazendeiros e o impedimento dos consórcios que viabilizavam anteriormente a coexistência desses investimentos com a lavoura de reprodução dos trabalhadores. Vale dizer, ainda, que tal imposição representa apenas o primeiro passo para a conformação cartorial de propriedades que devem, a partir de então, ser negociadas, virando objeto da especulação imobiliária instaurada pelas fazendas, que passam a negociar inclusive com outras empresas que se instauram no Vale do Jequitinhonha, como as reflorestadoras. Se a origem desses processos é a fazenda, da mesma forma como foi, anteriormente, a fazenda a origem da imposição da agregação e da parceria, muda a forma e o conteúdo do exercício dessa dominação: a violência física e a violência simbólica passam a estar garantidas pelo documento escrito, garantido cartorialmente e legitimado por lei.

No tocante às terras ocupadas por posseiros esse mecanismo revelou-se absoluto, pois, ainda que a violência da derrubada das cercas tenha efetivado a tomada das terras, foi a escritura grilada de terras antes consideradas devolutas que garantiu o livre emprego da força pelos proprietários. Com base nos documentos forjados, ou ampliados através da retificação das áreas das propriedades, pequenos posseiros são transformados em invasores de terras de direito privado da fazenda, quando de fato são invadidos nas terras em que moravam e lavravam. No que se refere aos pequenos sitiantes, a condição de proprietário da terra o defende da reivindicação de *dominium* por parte da fazenda, ainda que a força que a lei garante à propriedade que quer se consolidar permita que em disputas divisórias e de extremas, as terras desses sitiantes sejam subordinadas à dominação da fazenda. Aos que habitavam ou lavravam dentro da fazenda, mesmo que em condições impostas pela dinâmica de acumulação da fazenda, a redução da forma de apropriação territorial por eles experimentada a contratos e favores revogáveis pela força da vontade do fazendeiro imprime a tônica da expropriação.

Margarida Maria Moura ressalta como a “violência do favor” e a “violência do contrato” se misturam nos processos de expulsão dos lavradores da terra. Convém, contudo, na perspectiva aqui adotada, ressaltar que o próprio “favor” muda de caráter ao se articular com as relações contratuais que passam a ser impostas. Ele não representa a perpetuação de formas “arcaicas”²⁴⁵ que continuam se impondo num processo constante de subordinação pessoal do trabalhador (Moura, 1988) e de acumulação primitiva (Martins, 1986). Ao contrário, como mecanismo de expropriação, a violência do favor se impõe apenas para negar

²⁴⁵ Formas que “se radicam na dependência do chamado *morador de favor* para com o fazendeiro, *que decepava a liberdade do lavrador, mesmo quando ele não é mais agregado*” (Moura, 1988; 56; grifos nossos).

a “retribuição” que estava pressuposta nas relações de produção não autonomizadas. Para negar a subordinação do trabalho que emergia desse “favorecimento”. O favor aparece definindo as antigas relações de produção somente quando o fazendeiro experimenta condições sociais que se objetivam de modo a fazer com que estas cheguem ao fim. Sendo tais relações reduzidas a condição de favor, podem parar de serem concedidas.

Ou seja, não é a relação de dependência entre lavradores (que possuem obrigações) e fazendeiro (que concede a permissão) que acaba perpetuada com a subordinação das relações de agregação à condição de relações de favor. Ao contrário, como mecanismo de expropriação, o favor serve apenas para deslegitimar as relações, inclusive as jurídicas, nas quais os lavradores se encontravam envoltos e para lançá-los num universo social de contratantes livres e iguais. Ele é imposto para cercear antigas relações de dependência. São imposições pessoais que precedem sua transformação em relações impessoais, separando antigos vínculos que condicionaram as relações de produção. Por isso, quando práticas costumeiras conduzem ao dis-trato que culmina com a expropriação dos lavradores, persistem apenas na medida em que negam sua qualidade costumeira, fundada na imposição do favor e, com ele, na imposição da retribuição²⁴⁶ e impõe relações contratuais entre os sujeitos que passam a dispor livremente de suas propriedades assim autonomizadas. Tais práticas costumeiras atualizam-se à luz das novas dinâmicas que ajudam a impor. Não há antagonismo entre as formas legais ou costumeiras de imposição da expropriação, ambas atuam como mecanismos de autonomização, que instauram a aparência de autonomia e independência do trabalhador com relação à terra da qual se apropriava.

A congruência entre a “violência do favor” e a “violência do contrato” não resulta apenas da eficácia de ambas na expropriação dos lavradores. Essa congruência deriva também da autonomização que promovem nas relações que possuem aparência de dependência. Há que se ressaltar que, nesse processo em que o *dominium* da fazenda se estabelece onipotente, o trabalhador deixa de estar entregue à dominação direta e violenta do fazendeiro sobre seu trabalho, passando a ser confiado “às leis naturais da produção” (Marx, 1984, vol. I, tomo II, cap. XXIV; 277). Se a consolidação da propriedade da terra de maneira a excluir o trabalho é uma das facetas fundamentais do processo de modernização (Kurz, 1999); há que se ressaltar que sua outra faceta derivada (e necessária) é a da formação do trabalhador livre ou a mobilização do trabalhador (Gaudemar, 1977). Por isso, é necessário distinguir as duas formas de dominação que submetem o trabalho: num contexto não-autonomizado a

²⁴⁶ Favor cuja necessidade de retribuição por parte do lavrador é forçada e consiste, como vimos, na subordinação do seu mais-trabalho à dinâmica de reprodução da fazenda.

dominação é a da terra como meio de reprodução do trabalhador; com a autonomização desencadeada pela modernização retardatária a dominação é a da liberdade do trabalhador de não possuir mais a terra como alternativa de reprodução. A “violência do favor”, no processo de expropriação não perpetua a dominação pessoal. Ao contrário, impõe o duplo caráter da liberdade²⁴⁷.

A formação da liberdade preside a instauração das novas relações de produção nas quais a violência econômica é suficiente para subordinar o trabalho a produzir mais-produto social. Antes, a reprodução do trabalhador não se encontrava separada do trabalho realizado pelo lavrador de modo a garantir a reprodução do capital-fazenda. A permissão concedida pelo fazendeiro ao lavrador, para que esse pudesse produzir roças para sua reprodução e da sua família esteve sempre submetida ao sobre-trabalho que devia ser produzido para a fazenda. Assim, trabalho e terra encontravam-se fundidos e, somente fundidos, eram subordinados pelo capital. A expulsão dos lavradores consiste na produção efetiva dessa separação que já está pressuposta como dinâmica geral do processo de modernização retardatária. O trabalhador deve então subordinar-se não à imposição do fazendeiro de modo a poder se reproduzir. Antes, deve subordinar-se à imposição de sua liberdade, que consiste justamente em ter se tornado livre do acesso à terra, restando-lhe apenas a própria força de trabalho que fica obrigado a vender ao capital.

Essa imposição não é mais pessoal. Ao contrário, é uma exigência do fazendeiro de que ele também seja liberado da reprodução do trabalhador, que antes se encontrava ligada à sua terra e agora deve ser separada. O favor não se impõe nesse caso para se perpetuar, mas se impõe para ser transformado em contrato, onde terra, trabalho e capital encontram-se autonomizados e mobilizados e devem encontrar-se num universo determinado por novas relações de produção, onde a extração da mais-valia e sua reconversão (ao menos em parte) em renda da terra, passam a estar ocultas sob o véu de um contrato que regulamenta os rendimentos e suas fontes. Ainda que o processo tenha aparência de reposição da dependência pessoal, o que se está criando é a liberdade do trabalhador, mas não uma liberdade identificada de forma apologética. Ao contrário, a liberdade do sujeito expropriado é a liberdade de ter de se sujeitar ao capital por sua livre vontade²⁴⁸.

²⁴⁷ "Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que lhe pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade; o trabalhador é então considerado como actor da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática, ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. (...) O trabalhador dispõe livremente de sua força de trabalho, mas tem absoluta necessidade de a vender" (Gaudemar, 1977: 190).

²⁴⁸ Michel Foucault identificou essa liberdade como “dócil entrega dos corpos ao capital” (*apud* Gaudemar, 1977).

A imposição da liberdade pode ser identificada nos diversos mecanismos de expropriação etnografados por Margarida Maria Moura (1988). Eles consistem, de modo geral, no esvaziamento da antiga relação de agregação que é ou transformada em concessão de morada que chega ao fim, sendo o agregado reduzido a morador que foi favorecido e não é mais; ou transformada em relação de trabalho rural, no qual o fazendeiro, na condição de livre contratante, recusa a continuidade do contrato.

No primeiro caso, os despejos se estabelecem mediante a assinatura de documentos, propostos pelos fazendeiros, nos quais os roceiros não dizem reconhecerem-se nem mesmo como agregados, sendo apenas moradores de favor com acesso à uma casa de morada²⁴⁹. Tais declarações permitiram aos fazendeiros negar tanto relações que permitiram o acesso do antigo agregado à terra, como permitiram negar possíveis relações de trabalho insinuadas pelo lavrador. De fato, como ressalta a autora, agregados eram persuadidos a assinar tais documentos (Moura, 1988; cap. 3 e 4). Contudo, caso se negassem a aceitar tais contratos que rompiam suas condições de reprodução, restava a esses agregados recorrerem à justiça. Na justiça, seriam interpretados como favorecidos ou contratados. A imposição e a persuasão dos fazendeiros não era exercida de modo a ser reposta como relação de dependência, mas, antes, instaurava as condições para que chegasse ao fim.

Noutro caso, o documento imposto por um fazendeiro justifica o favorecimento do morador como obra da caridade do fazendeiro²⁵⁰. Nesse exemplo, a autora assinala a referência feita pelo proprietário ao fato pacífico de ser dono da terra, que permite que realize a caridade, mecanismo pelo qual pode escapar de se identificar como empresário e ter de se comprometer com possíveis vínculos trabalhistas. O caso mostra que o argumento do proprietário projeta novas categorias em que se encontra imerso, para definir relações de produção pretéritas. Ele pode se representar como proprietário *ou* como empresário. Quando se identifica como proprietário, oculta as relações de trabalho que reproduzem seu negócio e apenas pode fazê-lo uma vez que o lugar social de um proprietário rentista (que não é empresário) já se encontra reconhecido socialmente. Capital e propriedade fundiária desarticularam-se no processo de autonomização e podem passar a ter personificações distintas. A relação de agregação, por sua vez, fundava-se na não-autonomização entre capital

²⁴⁹ “Eu, A. L. S., brasileiro, casado, lavrador, declaro que com minha família resido de favores em uma casa de morada, situada na fazenda C. T., neste município, em terras de propriedade do Sr. A. F. O., também proprietário da casa já acima referida, não sendo eu declarante, nem mesmo agregado do mencionado proprietário (...)” (Moura, 1988; 54).

²⁵⁰ “Pelo presente instrumento particular de contrato que, de livre e espontânea vontade, determinamos que fosse datilografado, eu G. P. S., declaro para os devidos fins e legais efeitos que moro na fazenda M. S., município de A., não como agregado, mas como uma caridade que o proprietário fez para mim (...)” (Moura, 1988; 56).

e terra. O momento no qual o fazendeiro pode representar-se diante da lei como proprietário ou empresário indica que a aparência de autonomia da reprodução dos lucros do capital ou da renda da terra com relação ao trabalho, já encontra-se consumada.

Dessas relações, o agregado parece sair devedor. Se o intercâmbio se estabelece entre livres contratantes e o agregado foi agraciado ou recebeu um favor, apenas ele pode estar em dívida. Essa barreira veda a reivindicação por parte dos lavradores de indenizações pela relação estabelecida no passado e agora rompida. A necessidade destas indenizações, quando reconhecida pela lei, referem-se geralmente à indenizações trabalhistas que é o lugar legal onde o ex-agregado em processo de expulsão pode ser reconhecido, desta vez como credor de direitos ainda não obtidos e não devedor de favores não retribuídos²⁵¹.

A opção da assessoria jurídica revela nesse caso, que as categorias já autonomizadas também estão pressupostas ao exercício de sua atuação. A advogada não se interroga sobre vínculos com o lavrador possuía com a terra. Não se interroga se o lavrador era um posseiro que, ao invés de ter desmatado sem autorização um trecho de fazenda, teve sua posse formada invadida pela fazenda. O caso se resolve classificado com uma ruptura de contrato de trabalho sem aviso prévio. Nesses casos em que as antigas relações de produção são reduzidas a contratos de trabalho reconhecido pelo aparato jurídico consolidado, Margarida Moura reconhece também a “*démarche*” na imposição da violência pessoal do fazendeiro.

“Não há nada a objetar a esse tipo de formulação. Mas é preciso acrescentar que distratos assim procedidos *são expressão da lógica das próprias relações sociais antigas, que uniam lavradores e fazendeiros*, e que servem a seu funcionamento, até o momento de sua compressão e supressão. Quando um lavrador é pago com soma monetária indenizadora do trabalho e da terra perdida, e se alega que ela está abaixo da quantia prevista em lei, faz-se uma lei estatutária do conteúdo das relações sociais. Outro modo de interpretar essas quantias é dizer que são expressão dos *agrados*, que são dados não só sob a forma de quantias diminutas, mas de porções de comida, roupas, colheitas, um burro de carga ou um animal de sela. O favor permanece e as informa, revigorando velhas soluções calcadas na dependência pessoal. Nesses dons deformados, radica-se o nexo simbólico desses processos, fórmula genuína e expressiva das relações sociais nessa sociedade agrária” (Moura, 1988; 63-64; grifo nosso).

Nesse caso, como nos outros já referidos, antigos dons tem sua reedição imperfeita porque transforma-se a forma social em que estão amparados. Não são os mesmos, não

²⁵¹ Esse caso pode ser identificado numa carta escrita pela advogada do sindicato rural ao presidente do mesmo (S. T. R. A.), na qual discute como qualificar um processo sofrido por um lavrador: “Prezado presidente do S. T. R. A. Fui procurada aqui por F. R. S., que trabalha na propriedade do Sr. G. L. F., no município I. O empregador, aconselhado pelo prefeito de I., deu uma denúncia de F. R. S. na Delegacia de Vigilância Rural sob a alegação de que o mesmo havia feito desmate em sua propriedade sem autorização. Fui à Delegacia com ele e resolvi o problema. Expliquei ao delegado que o objetivo do Sr. G. L. F. é tirá-lo da propriedade sem o pagamento das indenizações devidas. Peço-lhe ouvi-lo e aí mandar fazer o cálculo das indenizações que o empregador lhe deve, incluindo indenizações por despedida injusta, diferença salarial, décimo terceiro salário, férias, horas extras. Se precisar, irei aí ajuizar a ação para o F. R. S. Aconselhei a ele que não saia por enquanto da propriedade, até que a questão esteja ajuizada. (...)” (Moura, 1988; 58).

indicam uma simples reedição da dominação pessoal que se reitera até no momento de supressão dos vínculos que a sustentavam. Portanto, tem de ter o contexto que os qualifica reexaminado, como vimos tentando fazer ao longo desse capítulo. O estudo da aparência distorcida de relações que se repõe pode permitir a identificação dos novos fundamentos que passam a sustentar as novas relações. Como já sugerido, interpretamos esse fundamento como processo de desvinculação – de autonomização – que estabelece uma nova realidade de subordinação ao capital. Nessa realidade o trabalhador se vê liberado do capital que o subordina diretamente, personificado pelas imposições pessoais de fazendeiros, mas se vê liberado também da terra que articulada ao capital, sustentava a relação de subordinação que forçava o lavrador ao mais-trabalho que garantisse a reprodução da fazenda. Se esse novo fundamento não aparece contrastando com a análise oferecida por Margarida Maria Moura (1988) é porque no seu processo de imposição, sua face negativa é revelada. A modernização que coloca o trabalhador na posição de sujeito de direitos iguais, o faz apenas na medida em que o reduz a proprietário apenas de sua força de trabalho. No processo de expropriação, a condição de proprietário do trabalhador é negada (com relação às garantias para seu acesso à terra), mas é também reafirmada (uma vez que lhe é assegurada a livre disposição sobre sua força de trabalho)²⁵². Essa passagem do trabalhador à igual proprietário, em condições de negociar a coisa que possui, escamoteia sua nova condição de expropriado, que o subordina a estar abandonado ou entregue docilmente à sua exploração pelo capital.

Revelar o caráter negativo das relações instituídas no processo de modernização, constitui-se, portanto, como um caminho fortuito para sua crítica como totalidade contraditória. A identificação da falta, que faz com que a autora reclame a instituição de um mundo novo, coincide com essa negatividade de um processo que efetivamente se impõe²⁵³. A partir de então, as novas qualidades desse trabalhador podem ser explicadas por sua mobilidade (Gaudemar, 1977). Ele tem que estar apto para mover-se rumo às necessidades de valorização do capital e nas condições em que essa valorização pode ocorrer²⁵⁴.

²⁵² Assim, seus possuidores devem ser livres proprietários de sua força de trabalho, de modo que possam dispor à sua vontade dessa mercadoria, como propriedade que lhes pertence, ao passo que também estão livres de qualquer outra mercadoria para troca (e dos meios de produção e de subsistência), exceto da sua própria força de trabalho.

²⁵³ “Deste modo, se as leis reguladoras dos confrontos descritos são descumpridas, ao mesmo tempo que o cativo foi interrompido, a identidade costumeira do agregado se esvazia, *enquanto diversos obstáculos se interpõe à sua identidade contratual de trabalhador rural. O mundo antigo se esboroa e o novo não se inicia*” (Moura, 1988; 46; grifos nossos).

²⁵⁴ A mobilidade também determina a *característica* móvel da força de trabalho, uma vez que o capital “exige” desta a mesma fluidez que possui. Essa fluidez diz respeito à forma como o trabalhador se insere no mercado de trabalho e interage com suas características multidimensionais, estando constantemente sujeito à migração, às mudanças de emprego, de conteúdo da atividade produtiva, das horas trabalhadas. No limite ele tem de ser adaptável e indiferente às qualidades específicas do conteúdo de seu trabalho. “No seu aspecto positivo, a

Formam-se no Vale do Jequitinhonha diaristas, vaqueiros desprovidos de roças, empregados de empresas reflorestadoras, novos trabalhadores urbanos, migrantes, “bóias-frias”. A autora vê aí uma passagem dos antigos lavradores da posição de pobres à condição de miseráveis²⁵⁵. São as duas formas de pobreza que não são distinguidas nos relatórios e diagnósticos públicos que se justificam pela promessa de desenvolvimento que carregam. Na perspectiva aqui assumida, a pobreza atual do antigo lavrador deve ser caracterizada pela sua condição de expropriação, que lhe impõe, contraditoriamente, a liberdade como sua nova condição de subordinação ao capital.

Cabe notar, por fim, que entrevistas e conversas conduzidas como parte da nossa pesquisa, indicam um processo de subjetivação também contraditório dessa nova condição que passa a ser experimentada por lavradores des-agregados. Se muitos deles ressentem-se pela perda das terras, das roças, dos mecanismos de reprodução de sua condição e da família; outros (e muitas vezes os mesmos, em outros momentos da argumentação) felicitam-se com as novas relações de trabalho que lhes parecem mais justas uma vez que passaram a ser remuneradas, diferente do tempo em que trabalhavam a vida toda para um, sem nada receber ou, ainda, felicitam-se por não ter mais de se submeter aos imperativos dos desejos do patrão, sem funções e tempo de trabalho claramente negociados. A subjetivação contraditória revela o caráter contraditório das transformações impostas. Revela uma liberdade que é dupla: empurra o trabalhador à sua exploração pelo capital ao mesmo tempo em que lhe apresenta essa situação revestida com a aparência de livre escolha, de sujeito que define agora sua trajetória.

3.2 – A chegada da empresa reflorestadora e sua dinâmica de expropriação

A chegada da empresa reflorestadora no Vale do Jequitinhonha não ocorreu de modo independente das transformações já ressaltadas da estrutura fundiária, impostas pela reestruturação produtiva das antigas fazendas agropecuárias. Essa reestruturação não apenas

'liberdade' conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho, assim como as condições em que ele o exerce. Em ambos os casos a força de trabalho deve ser móvel, quer dizer, apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem para reforçar essa tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório” (Gaudemar, 1977: 191).

²⁵⁵ “O que ocorre nessa sociedade agrária é a passagem dos pobres a miseráveis: os que pertenciam a uma condição social desvalida, mas tinham terra para plantar e morar, ainda que submetidos a distintas formas de dominação e exploração são hoje em grande número vaqueiros sem chão para plantar, peões de empresas reflorestadoras, diaristas e empreiteiros de sementeiras e grandes capinas de pastos” (Moura, 1988; 198).

expulsou e invadiu terras antes utilizadas diretamente na reprodução de agregados, sitiantes parceiros, posseiros e suas famílias, como também serviu para consolidar e titularizar fazendas, auxiliando na conformação de um mercado de terras. Deste modo, não apenas é possível dizer que houve um processo de concentração fundiária, como é possível dizer que a terra tornou-se objeto de negociações de maneira freqüente. Negociações realizadas inclusive entre velhas fazendas e novas empresas que chegavam, especialmente ao Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, como as reflorestadoras.

As fazendas reestruturadas consolidavam-se por meio da aglutinação de terras antes cedidas em regime de parceria ou de agregação, aliada à ocupação de terras de posseiros. A extensão dos pastos garantia o controle sobre as terras, agora também asseguradas cartorialmente, uma vez que os lavradores expulsos eram forçados a contratar de diversas formas sua própria expulsão. Contratos estabelecidos apenas para serem rompidos. Como vimos, entre essas formas estavam presentes declarações de moradia de favor, contratos de trabalho rural, indenizações e agrados, recebidos judicialmente ou na própria porteira da fazenda, acompanhados de documentos que os lavradores deviam assinar comprometendo-se a abrir mão de qualquer outra forma de reivindicação legal.

Além das fazendas existentes, que reestruturavam-se de modo a garantir a propriedade e o acesso unívocos à terra, ocorreram, ainda, outros processos de formação de fazendas em que áreas antes consideradas devolutas eram incorporadas às antigas propriedades por meio da retificação cartorial da extensão das terras, assinalada nas escrituras. Além disso, novas fazendas eram formadas, com base na ocupação de terras de posseiros, “compradas” por quantias irrisórias, com agrados e indenizações, ou pela pressão direta de proprietários que se apresentavam com escrituras e documentos de terras antes nunca reclamadas. Muitas vezes essas fazendas eram formadas com o único objetivo de serem, as terras, negociadas.

Nesse sentido é que Margarida Maria Moura ressalta a importância dos chamados “falsos fazendeiros” no processo de expropriação das terras a que tinham acesso os lavradores do Vale do Jequitinhonha.

“As mais importantes ações de despejo iniciadas no Vale do Jequitinhonha envolvem falsos fazendeiros que querem ‘distratar’ parceiros para se apossarem de imensa área de terras da qual alegam possuir *dominium*” (Moura, 1988; 59).

Como ressalta a autora, era corriqueiro que posseiros fossem contratados, para serem posteriormente “distratados”, como parceiros, por meio da imposição de documentos obtidos pelos então proprietários, que desejavam consolidar o domínio a eles garantido legalmente. Esses “falsos fazendeiros”, que tiveram um papel fundamental não apenas no processo de modernização da agricultura no Vale do Jequitinhonha, mas em todo o Brasil, são também

conhecidos como “grileiros”²⁵⁶ e atuaram, de maneira geral, consorciados com cartórios de modo a forjar novos documentos ou retificar documentos antigos, para posteriormente comercializar as terras a novos empreendimentos que instauram-se no campo²⁵⁷.

A formação de um tipo de empreendedor especializado na comercialização de terras revela outra face do processo de autonomização que vimos discutindo até então. Capital também ganha aparência de autonomia com relação à terra, numa sociedade que passa a admitir a existência de empreendedores exclusivamente rentistas. Muitos antigos fazendeiros passaram à condição de comerciantes de terras e estabeleceram negócios com as novas empresas que chegaram à “região”, cujo capital esteve muitas vezes associado à grupos monopolistas ou ao próprio Estado. Entre elas, no Vale do Jequitinhonha, será preponderante a instauração de empresas reflorestadoras, que derrubam o cerrado nativo para produzirem carvão, substituindo-o por florestas de espécies uniformes.

Muitas vezes o trabalho de antigos posseiros e agregados, como foi possível observar em conversas e entrevistas realizadas em trabalho de campo, passa a ser aproveitado, em contratos temporários por empreita ou em regime de diárias, pelas empresas reflorestadoras que passam a ocupar as terras que antes permitiam a reprodução dos mesmos. Estabelece-se uma intrincada rede que passa pela ruptura das relações entre fazendeiros e lavradores, pela consolidação da propriedade dessas terras e pela comercialização das mesmas com reflorestadoras. Essa rede permite que antigos lavradores derrubem agora o cerrado nativo das chapadas, que por eles eram anteriormente utilizadas na reprodução familiar, para produzir carvão, uma vez que essa é uma das poucas oportunidades de emprego que se cria na “região”.

Participam ainda dessa rede intrincada, antigas famílias fazendeiras que tem seu poder territorial transformado. Com a autonomização entre Estado e capital e a constituição de instituições burocráticas que são aparentemente autônomas com relação ao universo cisionado da economia, os membros dessas famílias não exercem mais diretamente a violência. Passaram, no longo processo de modernização retardatária que tem transformado as relações de produção no Brasil pelo menos desde 1930, de coronéis a magistrados que ocupam postos dentro do Estado. Podem ser políticos, juízes ou outras qualidades de burocratas. Uma das

²⁵⁶ A “grilagem” recebe esse nome porque os documentos forjados em cartórios têm de atestar validade anterior ao período em que realmente foram produzidos. Para imprimir aos documentos recentes uma aparência antiga, criou-se a prática de armazená-los juntos com grilos, uma vez que o inseto libera uma substância capaz de amarelecer o papel, dando-lhe um aspecto envelhecido.

²⁵⁷ “A ‘escritura do abraço’ resume o ponto final de um processo de invasão das posses e se ampara em distintas estratégias [como] (...) o título de propriedade forjado [e] o documento incompleto, por exemplo, um antigo formal de partilha da área, invocado como documento superior à ocupação produtiva da terra pelo posseiro e sua família” (Moura, 1988; 89).

estratégias utilizadas pelas famílias na tentativa de se reproduzirem como classe dominante, mesmo com as transformações nas formas de acumulação que as atingem, é o envio dos filhos às Universidades que começaram a formar-se nos grandes centros como parte desse mesmo processo de modernização retardatária. Além de o fazerem como políticos e funcionários estatais, membros destas famílias estabelecem-se, ainda, como proprietários de cartórios, como foi possível perceber em campo. Amarra-se aí outro laço da rede que permite que elas se reproduzam como rentistas e negociadoras de terra: participam dos mecanismos de controle do processo de titularização das terras de que são proprietárias, ao passo que a propriedade se consolida como a garantia legal de acesso aos rendimentos que o comércio de terras pode possibilitar.

Assim, queremos ressaltar que ocorre uma diferenciação entre os suportes que detêm o capital e a propriedade fundiária no processo de autonomização. Tais suportes, o capitalista e o proprietário da terra, operam respectivamente como personificações do capital e da propriedade. São meros portadores dos mesmos no processo de produção. Acompanha essa diferenciação a aparência de autonomia entre os rendimentos que lhe são correspondentes. Essa aparência de autonomia esconde os mecanismos responsáveis, a partir de então, por submeter o trabalho social. Esconde os mecanismos responsáveis por forçá-lo. Isso ocorre porque nesse processo de autonomização, como vimos discutindo, esses mecanismos de submissão podem prescindir do emprego da coerção direta. A violência passa a ficar, então, incorporada como elemento da dupla liberdade do trabalhador que, para se reproduzir, tem de reproduzir também o capital. A autonomização oculta, portanto, a relação que reproduz os diferentes rendimentos passíveis de serem obtidos na sociedade capitalista, uma vez que confere aparência de autonomia e inerência a cada uma de suas fontes²⁵⁸. Nessa relação, o trabalho social é submetido pelo capital, como relação social de expropriação que institui o trabalhador livre que entrega docilmente seu corpo à reprodução do monopólio dos meios de produção. Nessa submissão força-se a produção e alcança-se a extração de um mais-produto, apropriado na forma de mais-valia.

O dono da terra parece participar dessa distribuição de rendimentos recebendo a parte do mais-produto que é condicionada pelos diferenciais de produtividade e de localização da

²⁵⁸ “(...) as supostas fontes da riqueza anualmente disponível pertencem à esferas totalmente díspares e não têm a menor analogia entre si. Comportam-se umas em relação às outras mais ou menos como taxas de cartório, beterrabas e música. Capital, terra, trabalho! Mas o capital não é uma coisa, mas determinada relação de produção, social, pertencente à determinada formação sócio-histórica que se representa numa coisa e dá caráter especificamente social a essa coisa. O capital não é a soma dos meios de produção materiais e produzidos. O capital são os meios de produção transformados em capital (...). São os meios de produção monopolizados por determinada parte da sociedade (...)”(Marx, 1986, vol. V, cap. XLVIII; 269).

propriedade que personifica. Sabemos, contudo, que esses diferenciais atuam apenas como condições particulares que determinam a produtividade na qual o trabalho é realizado²⁵⁹. O rendimento ou a parte do mais-produto entregue ao proprietário fundiário, correspondente à diferença entre o lucro obtido por cada capital individualmente e o lucro médio, ou seja, que corresponde a um sobrelucro, é determinado pela existência da propriedade da terra²⁶⁰. A propriedade, por sua vez, fecha o ciclo da reprodução social, uma vez que garante que o trabalhador se mantenha expropriado e que, portanto, trabalhe para o capital.

Maria Aparecida de Moraes Silva, em seu livro *os Errantes do Fim do Século* (1999), oferece outros elementos para discutir o processo de autonomização que aparece representado pela chegada das empresas reflorestadoras ao Vale do Jequitinhonha, além dos mecanismos de produção e legitimação da propriedade e a importância da mesma na reprodução das relações de produção que então se impunham. Deste modo, a autora ressalta a importância do intervencionismo estatal na regulamentação fundiária.

Durante o regime militar, no ano de 1966, foi criada, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Terra, a RuralMinas, fundação encarregada por regulamentar os projetos de colonização e desenvolvimento rural do estado de Minas Gerais²⁶¹. Como afirma a autora, as atividades da instituição consistiram especialmente na regulamentação de terras devolutas, visando legitimar posses, ou seja, transformá-las em propriedades. O mecanismo de legitimação das posses, previsto pela lei, consistia na “venda preferencial [das terras] aos ocupantes efetivos”, uma vez que “a prescritibilidade das terras, ou seja, o usucapião, não se aplica às terras devolutas” (Silva, 1999; 36). A RuralMinas concentrou portanto seus esforços na legitimação das terras, tendo inclusive contato com o financiamento do BID e do BIRD para a legalização da ocupação de terras públicas²⁶².

Maria Aparecida ressalta, ainda, a partir da análise do corpo das leis que vieram a regulamentar a legitimação das terras em Minas Gerais – inicialmente a Lei Estadual nº 4.278, de 1966, e, posteriormente, a Lei Estadual nº 6.177, de 1973 – que o procedimento necessário para a legitimação das terras previa que o requerente tivesse condições de pagar

²⁵⁹ “Força natural não é a fonte do sobrelucro, mas apenas base natural dele, pois é a base natural da força produtiva do trabalho” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVIII; 145).

²⁶⁰ “A propriedade fundiária capacita o proprietário a se apoderar da diferença entre o lucro individual e o lucro médio; o lucro assim apoderado, que se renova anualmente, pode ser capitalizado e aparece, então, como preço da própria força natural” (Marx, 1986, vol. V, cap. XXXVIII; 146).

²⁶¹ “Essa lei, no seu 7º artigo, dizia: ‘fica a Fundação RuralMinas investida do poder de representação do Estado na legitimação da propriedade e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas’” (Silva, 1999; 36).

²⁶² “[A legitimação constituiu para a RuralMinas] uma enorme tarefa já que as terras devolutas compreendem grandes extensões do território mineiro. Sua ocupação pelos particulares se processa ao longo do tempo, espontaneamente. Em muitos casos, a posse se estende por grandes espaços de tempo transferindo-se de pai para filho, sem que resulte direito de propriedade” (RuralMinas, s/d; 2 *apud* Silva, 1999; 36).

pela legitimação, por hectare, e por outras taxas de regularização, além de comprovar a boa-fé no processo de ocupação das terras, ou seja, comprovar ignorar “o vício que lhe impedia a apreensão da terra pública ou a aquisição do direito” (RuralMinas, s/d; 3 *apud* Silva, 1999; 37)²⁶³.

Nota-se o caráter contraditório do processo de legitimação das terras fomentado pela intervenção estatal no Vale do Jequitinhonha. Esse processo pareceu possibilitar a inclusão dos antigos roceiros, permitindo a legitimação de suas posses. Contudo, trouxe procedimentos que acabaram por impor barreiras impeditivas à participação dos mesmos, especialmente a necessidade de custear as despesas de realização da legitimação. Como ressalta Maria Aparecida, “os requerentes, os posseiros, foram inseridos, de um momento para outro em relações de troca mediadas pelo dinheiro” (Silva, 1999; 37). A necessidade de participar de relações monetarizadas era imposta aos posseiros pelas próprias condições em que deveria ser realizada a legitimação de suas terras. Contudo, as transformações nas relações de produção promovidas pela modernização retardatária, que inseriram esses lavradores em relações fundadas na troca de equivalentes, promoveram uma inclusão de caráter contraditório. Os lavradores tornaram-se sujeitos monetarizados, e o dinheiro tornou-se necessário para mediar a reprodução dos mesmos, mas com possibilidades limitadas de acesso ao dinheiro.

“A lei, ao se mostrar benevolente com os posseiros, na medida em que se baseava em princípios equânimes e de justiça social [condições de acesso iguais à legitimação], tornava-se reconhecida e, assim, legítima. No entanto, esta aparência de igualdade e justiça sociais escondia a ratificação das injustiças e das desigualdades, na medida em que, mesmo a preços “simbólicos”, a grande maioria dos posseiros não pôde arcar com as despesas impostas pela lei” (Silva, 1999; 37-38).

A legitimação promovida pela RuralMinas parece ter servido sobretudo aos proprietários que por ela pudessem pagar. Num contexto de invasão de posses e consolidação cartorial de fazendas é possível avaliar que o processo de legitimação teve um papel facilitador para a consolidação do mercado de terras na “região”, uma vez que permitiu a obtenção de títulos e a instituição da propriedade de áreas antes consideradas devolutas. Se a instituição da propriedade privada pressupôs o emprego da violência direta na expropriação de trabalhadores, entregues a partir de então ao capital, não se pode ignorar a violência, ainda

²⁶³ “Artigo 1º: Fica a RuralMinas autorizada a providenciar a legitimação de terras devolutas, *havidas de boa-fé*, a qualquer título, *há mais de 5 anos*, quando requerida pelos interessados. Artigo 2º: O pedido de legitimação de que trata esta lei far-se-á *mediante requerimento instruído com documentação, referente à ocupação da terra*. Parágrafo único: A apresentação do requerimento (...) somente poderá ser feita dentro do prazo de um ano a partir da vigência desta lei. Artigo 3º: *O requerente pagará o preço da legitimação das terras, por hectare (...) correndo, ainda, às suas expensas, as despesas de medição, planta memorial e a taxa de expedição do título definitivo (...)*” (Lei 6.177 *apud* Silva, 1999; 36; grifos nossos).

que oculta, da desigualdade imposta pelo dinheiro que permite a reprodução ampliada dessa dinâmica de autonomização.

Mediante às restrições encontradas pelos lavradores para a participação no processo de legitimação, muitos posseiros “venderam” suas terras a preços módicos tentando escapar das expulsões e invasões que temiam sofrer tanto por parte de mercadores de terras, os “falsos fazendeiros”, como por parte do próprio Estado que ameaçava reaver as terras devolutas que não fossem regulamentadas, como ressalta Maria Aparecida de Moraes Silva²⁶⁴. Como foi possível observar em trabalho de campo, outro mecanismo recorrente de supressão das condições de reprodução deste lavradores consistiu na ocupação de terras, especialmente das chapadas, pelo reflorestamento. Essas terras antes participavam da reprodução de posseiros que criavam o gado a solta nas partes altas, muitas vezes utilizadas em comum. Além disso, era nas florestas de cerrado nativo que roceiros tinham acesso à lenha e a frutos e ervas medicinais que complementavam a produção realizada em suas pequenas posses. Essas terras, em geral consideradas devolutas, possuíam um esforço de legitimação ainda mais complicado, uma vez que predominava a apropriação coletiva sobre a particular e que os custos para o cercamento e medição de suas amplas extensões seria muito oneroso para os lavradores. Com a ocupação das chapadas pelas reflorestadoras, roceiros que conseguiram manter suas posses passaram também a estar cercados pelas monoculturas florestais privadas, que cercearam as condições de reprodução dos mesmos.

A ocupação das terras devolutas pela florestal foi predominante especialmente nos municípios do Vale do Jequitinhonha que participaram do programa dos Distritos Florestais, também encampado pela RuralMinas, que destacava como vantagens do programa *o equilíbrio ecológico, a criação de empregos, a elevação da renda, a diminuição do êxodo rural, o aproveitamento racional do solo e a interiorização do desenvolvimento*. Maria Aparecida ressalta, ainda, que trinta empresas participaram deste programa por meio de incentivos fiscais e cessão de terras devolutas, organizados respectivamente pelo IBDF e pela RuralMinas, como já indicado anteriormente, e que, em 1983, “quase 500.000 ha de terra [nos municípios incorporados ao Distrito Florestal] tinham sido destinados à área de reflorestamento por intermédio de incentivos fiscais” (Silva, 1999; 39)²⁶⁵.

²⁶⁴ “A linguagem comum era de que, ao governo, pertenciam todas aquelas terras e que ele tomaria tudo. Fica claro aí o caráter da violência explícita e o monopólio da violência exercida pelo Estado” (Silva, 1999; 46).

²⁶⁵ De acordo com os dados disponibilizados pelo Instituto de Desenvolvimento e Informações (INDI) e publicados no *Diagnóstico Ambiental da Bacia do Rio Jequitinhonha* (1997), realizado pelo Ministério do Planejamento e pelo IBGE, sabe-se que, em 1986, essa era a área efetivamente ocupada por reflorestamentos no Vale do Jequitinhonha. Sabe-se, ainda, que, desta área total, 100 mil ha foram reflorestados pela Florestal Acesita S/A, enquanto ainda era um empreendimento estatal, nos municípios de Capelinha, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina.

“Os distritos são áreas ecológica e economicamente estabelecidas para a produção florestal, com fins nobres, principalmente o industrial. *Têm como base áreas devolutas do Estado inteiramente desocupadas e inaproveitadas*” (RuralMinas, s/d; 4 *apud* Silva, 1999; 38).

Novamente o argumento estatal oculta as antigas relações nas quais estavam imersos os roceiros nessa “região” sob argumentos que identificam tais áreas como vazias, “inteiramente desocupadas e inaproveitadas”, que devem ser remanejados pelo planejamento de modo a promover o desenvolvimento, ocultando a ruptura nas relações de produção e nas formas de acumulação que são promovidas “regionalmente”. Assim, a criação de empregos torna-se uma necessidade, mas não se revela que os próprios projetos que prometiam satisfazer tal necessidade impõe as dinâmicas necessárias para que ocorra a expropriação e portanto, a inserção de antigos agregados, sitiantes e posseiros num circuito de reprodução mediado pela forma-mercadoria e pela venda da mercadoria força de trabalho.

O estudo de Maria Aparecida de Moraes Silva assinala que a ocupação das terras, especialmente de posseiros, por mercadores de terras que formavam fazendas e mesmo pela florestal, cuja apropriação era facilitada pelo Estado, não registram os mesmos conflitos jurídicos encontrados na expropriação de agregados e na invasão de posses pela fazenda, casos nos quais houve uma constância de conflitos levados ao tribunal, ainda que o poder, tanto político, como jurídico, do fazendeiro se mostrasse mais eficaz²⁶⁶. Nesse sentido, retrata um momento de consolidação do processo de autonomização, marcado pela intervenção estatal e pela criação de uma legislação facilitadora da expropriação e da transformação das relações de produção na ocupação das terras. Atuaram como ferramentas deste tipo a legitimação das terras e a cessão de terras devolutas para empreendimentos florestais por meio de contratos de comodato²⁶⁷.

A entrada das empresas reflorestadoras, ainda que tenha sido amparada pelo intervencionismo estatal, não pode ser entendida de maneira dissociada da formação do mercado de terras ao qual já nos referimos. As fazendas formadas por grileiros e antigos fazendeiros participaram desse mercado, sendo vendidas por vezes a esses novos

²⁶⁶ “Ele é mais eficaz: a) sempre que consegue resolver parte dos litígios na porteira da fazenda, através dos agrados dados ao agregado e ao posseiro; b) porque consegue contratos que transformam relações antigas de moradia em outras de caráter esporádico; c) porque consegue que agregados e posseiros deixem a terra de livre vontade, invertendo a origem e a direção do poder de intimidação; d) porque torna possível o acordo para a maior parte das reclamações iniciadas por agregados, rebaixando fortemente as quantias indenizadas” (Moura, 1988; 30).

²⁶⁷ “Terras foram adquiridas por atravessadores locais - que se valiam da pouca informação nas comunidades - a preços irrisórios e depois revendidas para as empresas por quantias bem maiores. Um dos entrevistados afirma que, muitas vezes, o que os atravessadores compraram foi a assinatura do morador da grota, que documentos foram criados com descrição arbitrária de uma área e que os moradores apenas assinavam. Outra parte das terras foi cedida pelo governo mineiro, em regime de comodato ou arrendamento, por prazos que variavam entre vinte e trinta anos de uso” (Calixto, 2006; 54).

empreendimentos. Nesse sentido, a reestruturação produtiva da antiga fazenda agropecuária participa do processo de autonomização entre o capital e a propriedade fundiária, desencadeando a gênese da renda da terra. Além dos comerciantes de terras locais, que formam ou ampliam fazendas invadindo posses e retificando escrituras em cartório, Maria Aparecida ressalta ainda a existência de mercadores de terras de outros estados, “sobretudo de São Paulo” (Silva, 1999; 46), que negociam terras de posseiros, comprando-as por preços quaisquer, determinados pelo temor que os lavradores tinham de perder tais terras. Nesse sentido, a autora ressalta que esses compradores apareciam contraditoriamente num papel de redenção dos lavradores, pois pagavam (mesmo que pouco) pelas terras, antes que ela fossem invadidas²⁶⁸.

“O medo de ficar sem as terras fez com que os camponeses as ‘vendessem’, a qualquer preço, aos compradores paulistas, aos estrangeiros, aos recém-chegados. Esses estranhos eram portadores de uma nova linguagem. Eram dotados de um novo saber representado pelo poder do dinheiro. Aos olhos dos camponeses, ao mesmo tempo que representavam uma ameaça, eram também a salvação, pois eles ‘comprando suas terras’, evitariam que fossem tomadas pelas grandes companhias e pelo Estado” (Silva, 1999; 46).

As referências oferecidas pela autora permitem assinalar a formação nacional do mercado territorial. Essa abrangência indica uma ruptura no antigo poder territorial que se estabelecia regionalmente de modo a garantir a reprodução de determinadas relações sociais de produção. A existência de um mercado nacional de terras explicita que o acesso às mesmas deixa de ser definido por uma forma de territorialização específica na qual o capital empregava a violência para impor a subordinação territorial do trabalho. A partir de então, o dinheiro passa a ser a principal mediação que organiza o acesso à propriedade e o direito legitima tal forma de acesso uma vez que permite oferecer possibilidades aparentemente iguais para todos. Contudo, a reprodução desse mecanismo de dominação fundado na liberdade opera apenas na medida em que consegue garantir o acesso desigual aos meios de produção [inclusive à terra], mecanismo que determina, ao menos em primeira instância, que o expropriado tenha que trabalhar para o capital.

²⁶⁸ “Os que possuíam algum tipo de documento dessas áreas foram convencidos a vendê-las, sob dois argumentos: o primeiro, de que aquelas terras estavam sem uso e que o reflorestamento iria utilizá-las para gerar riquezas para a região; aqueles que resistiam eram coagidos a vender com base no argumento de que era um projeto apoiado pelo governo (e a empresa de maior porte a se instalar na região – a Acesita – era estatal) e que, se eles não vendessem as terras o governo iria tomá-las. Segundo uma sindicalista: ‘(...) Meus pais mesmo foram obrigados a vender as terras deles, porque eles ameaçaram que iam tomar. Pra não tomar, eles deu as terras de graça. Tem a fazenda Alagadiço, meus pais eram donos da fazenda do Alagadiço, eles eram oito irmãos. Aí, eles ficou desesperado, eles tinham documento pra provar que eles podiam permanecer lá. Mas, como eles chegou falando ‘a Acesita lá invém, tomando a terra de todo mundo, você vai ter que vender’ Então, deram de graça. Deram uma mixaria pra eles, e aí todo mundo saiu (...)’” (R. M., STR Minas Novas, entrevista *apud* Calixto, 2006; 53).

A chegada de negociantes de terra de fora da “região” e a ruína do poder territorial, que sustentava a antiga existência de relações de produção regionais, que tal chegada anuncia, indicam também um processo de expansão da fronteira agrícola que o processo de regionalização estatal faz avançar. A pesquisa realizada por Maria Aparecida de Moraes Silva apresenta uma reportagem de jornal do ano de 1977 que menciona a presença de compradores de terras vindos de outras localidades participar do circuito de exploração da renda da terra que então se formava.

“Eram eles: ‘o grupo Maluf, representado na região por um primo de Paulo Salim Maluf, homem importante até credenciado pelo governo para chefiar uma delegação brasileira que foi ao Iraque, segundo o assessor da Acesita, este grupo comprou mais de 15.000 ha, mas já revendeu parte para a Belgo-Mineira. Os outros nomes de que ele se lembra são: José Aristodemos Pinotti; José Francisco Nascimento; José Miguel Pinotti; Afrânio Ferreira, de Campinas; Nelson de Jesus Parada, de São José dos Campos; Jobal Amaral, de Araraquara, e Décio Flórida, de Piracicaba” (O Estado de São Paulo, 1977; 29 *apud* Silva, 1999; 47).

Além destes, o levantamento feito pela autora no cartório da cidade de Minas Novas indica ainda outros oito compradores vindos de cidades do Estado de São Paulo, como Pirassununga, Campinas e Santos. Os poucos compradores e as grandes áreas abrangidas pelas escrituras revelam um forte processo de concentração da propriedade e de legitimação e apropriação das terras devolutas. Esses compradores, utilizavam-se ainda da já referida “escritura do abraço” retificando dimensões anteriormente documentadas e substituindo-as por áreas de maior abrangência, cuja documentação garantia a invasão e expulsão de antigos posseiros. Maria Aparecida fornece diversos exemplos desse processo de retificação²⁶⁹. De modo geral, são registradas áreas muito maiores para antigas fazendas e glebas, que são legitimadas pela RuralMinas e depois são comercializadas para as empresas reflorestadoras. De acordo com a autora, na pesquisa realizada em cartório tomou contato com imóveis que tiveram sua área multiplicada em mais de oitenta vezes²⁷⁰. As novas escrituras produzidas portam as mesmas informações das escrituras anteriores: descrição dos limites da área, da sua localização, de seus outorgantes, das testemunhas da negociação e do valor pelo qual foi comercializada. Apenas as áreas são alteradas. Sob o mecanismo da retificação pode ser

²⁶⁹ “Latifúndio de exploração, em nome de José e outros, com a denominação de Bigode e Ribeirão do Campo Limpo. Apesar de estar declarada a área de 3.653,6 ha, a área real constante no documento é de apenas 4,84 ha (R-1-890, L. 5). O registro anterior data de 22/08/75. O registro atual é de 10/01/78. Em 24/03/81, tudo foi cedido à Cia. Suzano de Papel e Celulose (R-3-889)” (Silva, 1999; 48). Exemplos como esse encontram-se nas páginas 48 e 49 de Silva (1999).

²⁷⁰ “Uma gleba com área de 9,86 ha de terra em comum com outros herdeiros de José, chamada Curralinho, foi vendida à Cia. Agro Florestal Paulista que, por sua vez, vendeu à Cia. Suzano de Papel e Celulose, pelo valor de Cr\$ 30.000,00 (R-3-1625, L. 5), em 30.12.80. Obs.: O imóvel constante dessa área foi medido e legitimado pela RuralMinas com área de 807,70 ha e denominação de Fazenda Caiçara. Vide (R-1-3.263), de 4.2.83. A área foi multiplicada por mais de 80 vezes” (Silva, 1999; 48).

encontrado tanto a invasão de posses, como a “compra” das mesmas por preços módicos²⁷¹. O que legitima ambos os procedimentos é a produção da “escritura do abraço”, garantida e legitimada pela RuralMinas, que permitirá que o imóvel seja posteriormente vendido para as empresas reflorestadoras que chegam à “região”²⁷².

A outra forma de acesso das reflorestadoras às terras se realiza por meio intervenção do Estado. Este arrendou terras devolutas para empresas reflorestadoras. Na pesquisa realizada por Silva (1999), a autora identificou dois contratos realizados entre o Estado e a empresa florestal Acesita (na época também pública) de arrendamento de glebas devolutas com área total de 6.000 ha. Além disso, o Estado promoveu a cessão de terras maiores do que 3.000 ha, limite máximo de venda de terras devolutas de acordo com a Constituição Federal de 1969, por meio de autorizações especiais do Senado²⁷³, sem contar a cessão por meio dos contratos de comodato, que não previam para as empresas beneficiadas o pagamento pelo uso das terras, nem limites para as áreas ocupadas, em contratos que alcançavam os dez anos de validade²⁷⁴.

Os mecanismos ressaltados de cessão de terras fizeram parte de programas estatais de fomento ao empreendimento florestal ao lado, ainda, dos já ressaltados incentivos fiscais. Participaram destes programas de incentivo, de acordo com a pesquisa realizada por Cláudio Guerra para a Associação Agência Terra, que deu origem à publicação *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto* (1995), 18 empresas reflorestadoras que se instalaram no Vale do Jequitinhonha, entre elas a Florestal Acesita S/A, a MANNESMAN e a Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Segundo o autor, em 1982, 40% das áreas plantadas com eucalipto de Minas Gerais localizavam-se no Vale do Jequitinhonha. De acordo com outro

²⁷¹ “Eles compravam as terras do lado, iam cercando o sujeito. Plantava eucalipto e cercavam a área. Eles queriam terra plana. Passavam com o trator nas terras do sujeito que não queira vender, e aí iam destruindo tudo. Foi o jeito de forçar a venda. Vendia pelo preço que eles queriam... ninguém entendia de valor de terra”. (Vicente Nica, entrevista *apud* Silva, 1999;57).

²⁷² “A Acesita, quando chegou, contratou de uma só vez 1.600 empregados. A imagem que ela passava era a seguinte: sua terra não presta, você vai pra cidade, você vai ter um salário (aquilo era um dinheirão, uma miragem). Você vai ter sua casa, seu emprego, seu filho vai ter escola perto, não vai precisar andar léguas para ir à escola... ela arrumou os testas-de-ferro, os intermediários... o pessoal chegava e comprava a terra nas mãos da pessoa e depois vendia mais caro para a Acesita. Esses intermediários chegavam com a seguinte conversa: o preço é esse. Se você vender bem, se não vender, você vai perder tudo. Põe a polícia, arranca você, toca a máquina, quebra tudo e planta mesmo... o sujeito não tinha informação. Vendeu por um preço que muitas vezes não dava *pra comprar nada, nem mesmo um quartinho...*” (João, sindicalista, entrevista *apud* Silva, 1999; 57).

²⁷³ “Outrossim, um ofício encaminhado ao governador do Estado de Minas Gerais, Antônio Aureliano Chaves de Mendonça, em abril de 1976, pelo então senador José de Magalhães Pinto, determina o cumprimento da seguinte resolução em 1º de abril de 1976, por intermédio da Resolução n. 01, de 1976, publicada no Diário Oficial e no Diário do Congresso Nacional (Seção II), no dia 2 de abril de 1976, foi autorizado pelo governo do Estado de Minas Gerais alienar à Acesita área de 143.200 ha de terras públicas!” (Silva, 1999; 52).

²⁷⁴ “A retificação das áreas, à duplicidade de escrituras, ao mercado forçado das terras dos camponeses, ao arrendamento de terras devolutas e à cessão especial de terras graças à resolução criada pelo Senado, soma-se outra forma de apropriação, o contrato de comodato para a plantação de eucaliptos” (Silva, 1999; 52).

boletim técnico, o Boletim Informativo da Região Centro-Oeste (1980), produzido pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Florestais do Departamento de Silvicultura da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, instalaram-se, ainda, no Vale do Jequitinhonha, com o apoio dos programas estatais de incentivo, as empresas Companhia Agrícola e Florestal Santa Bárbara (CAFSB), a Florestas Rio Doce S/A (FRDSA) e a Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamento (PLANTAR)²⁷⁵.

A pesquisa de Juliana Calixto (2006) também apresenta informações sobre a chegada das empresas reflorestadoras, especialmente nos municípios de Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina. De acordo com a autora, as principais empresas nessas cidades foram a Acesita Energética, a CAF Santa Bárbara e a Suzano Papel e Celulose, que ocuparam, juntas, mais de 200.000 ha. Além dessas três empresas, foram instauradas também nesses municípios “a SADA Bioenergética, a Ferroeste, a CBI, a LIASA (Ligas de Alumínio S/A), que desenvolve atividades em áreas de propriedade da Suzano por meio de um ‘compromisso particular de venda e compra de madeira em pé’, além de pequenas empreiteiras que prestam atividades terceirizadas para as empresas maiores” (Calixto, 2006; 60). De acordo com Juliana Calixto, as empresas que produzem carvão para uso próprio são as que possuem áreas de reflorestamento mais expressivas, além de terem sido o principal alvo da política de incentivos fiscais.

O movimento de expansão da fronteira agrícola, do qual participou a chegada das empresas reflorestadoras ao Vale do Jequitinhonha, perseguiu justamente as áreas onde as terras podiam ser apropriadas mais facilmente. Nessa “região” contribuíam na criação desta circunstância a cessão e o comodato de terras devolutas, além da legitimação estatal, que contribuiu para a formação de um mercado de terras. Essas terras apresentavam, mesmo quando eram compradas pelas empresas reflorestadoras, custos mais baixos que as terras próximas aos mercados consumidores do carvão vegetal. Além das áreas nas quais o parque siderúrgico mineiro se estabeleceu terem se tornado intensamente urbanizadas, tiveram seu entorno ocupado muito precocemente por empreendimentos florestais. O alto custo da terra nessas áreas esteve entre um dos fatores que determinaram que os Distritos Florestais fossem implantados em áreas onde o processo de extração da renda fundiária, que pode ser entendido como parte do movimento de autonomização entre capital, terra e violência, encontrava-se em formação, o que garantia preços mais baixos para as terras.

²⁷⁵ O relatório publicado em 1980 afirma que, apesar de ser recente a atividade florestal no Vale do Jequitinhonha, com “as alterações introduzidas na legislação de incentivos fiscais e com a disponibilidade de glebas de grandes extensões a preços reduzidos, o reflorestamento caminhou e se estabeleceu rapidamente” nessa “região” (IPEF, 1980; 12).

Tabela II: Empresas reflorestadoras e extensão territorial ocupada nos municípios do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e nas adjacências, de acordo com o mecanismo que possibilitou o acesso à terra

Empresa	Áreas autorizadas para alienação pelo Senado e pela ALMG (ha)	Áreas tituladas pela RuralMinas (ha)	Áreas arrendadas (ha)	Municípios
Acesita	143.200	6.675	-	Turmalina, Minas Novas e Itamarandiba
Adiflor	10.711	10.440	-	Buritizeiros
Carvalhos Projetos	8.000	-	2.358	Turmalina
Cia. Brasileira de Ferro	-	-	380	Rubelita
Cimetal Florestas	-	-	34.723	Rio Pardo de Minas
Condecrer Ltda.	50.000	-	-	Rio Pardo de Minas
Empresas Florestais Paraibunas	-	-	4.726	São João do Paraíso
Empresa Agrícola Rio Pardo	-	-	459	São João do Paraíso
Energéticas Florestal S/A	-	-	938	São João do Paraíso
Fabrica de Papel Santa Terezinha	52.500	-	-	Grão Mogol
Ferragens Antônio Falci	11.000	-	-	Botumirim
Florestaminas	70.000	-	70.977	Grão Mogol, Rio Pardo, Águas Vermelhas, Rubelita, Salinas, São João do Paraíso
Florestas Rio Doce	400.000	-	12.344	Grão Mogol
Interflora	50.000	-	-	Rio Pardo de Minas
Itapeva Florestal	50.000	-	9.745	Grão Mogol
Metalur	25.000	-	19.586	Riacho dos Machados, Grão Mogol, Cristália
Movex S/A	12.500	-	11.380	Salinas, Grão Mogol
Peruaçu Florestal S/A	-	-	25.000	Januária
Planta 7	40.000	-	52.349	São João do Paraíso, Salinas, Taiobeiras, Águas Vermelhas, Rio Pardo
Plantar S/A	61.000	2.711	-	Itacambira, Botumirim
Procel	18.000	15.870	-	Rio Pardo
Replasa	50.000	9.546	8.646	São João do Paraíso, Rio Pardo
Siderúrgica União Bondespachense	-	-	1.446	Senador Modestino Gonçalves
Suzano	100.000	17.278	5.752	Turmalina, Minas Novas, Virgem da Lapa, Carbonita
Usifer Usina Siderúrgica Ltda.	-	-	1.830	Rio Pardo de Minas
Usina Siderúrgica Paranaense	-	-	1.250	Rubelita
Vale do Embaúba	80.000	2.401	-	Rio Pardo de Minas
Total	1.231.911	64.921	265.139	

Fonte: Fundação RuralMinas, in: Monocultura do eucalipto: um problema de crescimento rápido (Ricardo Ferreira Ribeiro, s/d).

Podemos perceber tal dinâmica acompanhando o movimento territorial do reflorestamento no estado de Minas Gerais. Como ressalta Múcio Tosta Gonçalves, no artigo *A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): Notas sobre história econômica e ambiental de uma região* (2006), “até 1969, as regiões Metalúrgica e Campo das Vertentes, Zona da Mata e Sul [de Minas Gerais], onde se localizavam os principais pólos industriais estaduais, representavam mais de 75% da área plantada total do estado” (2006; 6). Entre os anos de 1970 e 1973, essa situação sofre transformações e a fronteira avança rumo ao Triângulo Mineiro e ao Alto Paranaíba, que despontam com investimentos em reflorestamento que atingem a marca de 40% do total dos hectares plantados em Minas Gerais nesse intervalo. De acordo com o autor, a partir de então a expansão do plantio se estagna nas áreas mencionadas e passa a se ampliar no Norte de Minas e no Vale do Jequitinhonha, especialmente a partir de 1975. Múcio Gonçalves (2006) ressalta, ainda, que a expansão do plantio de eucalipto para o Vale do Jequitinhonha, além de estar relacionada às facilidades oferecidas pelos programas estatais para a obtenção de terras devolutas e ao baixo preço das glebas no mercado que se formava, esteve relacionado à participação de alguns de seus municípios em áreas onde incidiam outros programas públicos, como os de fomento à infra-estrutura, tal qual a Codevale, que também contribuíam decisivamente na expansão “regional” da renda fundiária.

No amplo processo de expropriação que decorre dessa expansão participaram ativamente, conforme vimos apresentando, proprietários de terras, empreendimentos reflorestadores e o Estado. É importante destacar as distinções entre o caráter desse processo de expropriação e do que antes se realizava imposto pela dinâmica de expansão da fazenda agropecuária. Distinguem-se especialmente porque o domínio territorial passa a reproduzir, a partir de então, não mais o capital (não-autonomizado da terra) do fazendeiro que se reproduzia de acordo com a reprodução da própria fazenda, à medida que a extensão de seu domínio territorial permitia submeter mais trabalhadores e impô-los ao mais-trabalho. Ao contrário, o domínio territorial, legitimado sob a forma da propriedade, passou a garantir, no processo de autonomização entre terra e trabalho, acesso à parte do trabalho social que passou a ser totalmente submetido pelo capital. Sob a marca do fetichismo, essa parcela de mais-valia que ultrapassa o lucro médio, passa a aparecer contudo, como um rendimento que emana da terra. Mas, como ressalta Marx, se “valor é trabalho; mais-valia não pode ser, por isso, terra” (1986, vol. V, cap. XLVIII; 270).

Distinguem-se, também, pelo fato de que a violência não mais pode ser imposta diretamente pelo fazendeiro-coronel. Passou a ser monopolizada pelo Estado. Aparece assim

o importante papel que passa a ter o direito formal na imposição do domínio territorial. Ele respalda o emprego da violência, conferindo ao mesmo aparência de objetividade. Faz com que a autoridade não pareça participar da reprodução do domínio de uma classe sobre a outra.

Em sentido semelhante, Maria Aparecida de Moraes Silva empenha sua crítica ao direito positivo e à participação do Estado no processo de modernização que presidiu a expropriação de antigos roceiros enredados em antigas relações de produção no Vale do Jequitinhonha. Para a autora, há que se denunciar não apenas “o roubo legalizado de terras com a anuência do poder público” (Silva, 1999; 51), passível de ser encontrado nos processos descritos de retificação de áreas, mas também o próprio direito formal que sob sua aparência equânime legaliza a violência da desigualdade²⁷⁶. Cabe ressaltar, ainda, que a autora reconhece essa violência legalizada como reflexo do autoritarismo vigente, que impôs o processo de modernização de maneira “trágica” (Silva, 1999).

Sobre esse respeito, podemos tecer alguns comentários que dialogam com a crítica desenvolvida por Maria Aparecida de Moraes Silva. O primeiro se refere ao próprio estatuto ocupado pelo direito formal no processo de autonomização da violência. Como vínhamos assinalando acima, o direito formal confere ao emprego da violência a aparência de objetividade. O processo de autonomização permite criar justamente essa aparência de autonomia entre o emprego da violência e as necessidades da reprodução das formas de acumulação vigentes. Seu monopólio por parte do Estado e sua regulamentação pela legislação faz com que apareça como necessidade da reprodução do público, que, por sua vez, aparece como antagônico do privado, espaço em que se reproduz o capital.

A reprodução do espaço público, regulamentado juridicamente, está entre os pressupostos necessários para que se generalize a troca de mercadorias e para que, entre elas, passe a figurar a mercadoria força de trabalho, uma vez que essa troca supõe a igualdade formal entre os guardiões das mercadorias, que devem se reconhecer reciprocamente como proprietários privados, quando travam contratos.

“As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, conseqüentemente, não opõem resistência ao homem. (...) Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que *seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas*

²⁷⁶ “A duplicidade de escrituras sobre cessão de direitos hereditários, por meio da burla da área, consta dos registros de propriedade. As cópias das escrituras da mesma terra descritas, em seguida, revelam a natureza de violência deste processo. Tornar públicas estas escrituras não seria somente exemplificar a violência contida na ‘legalidade’ da tomada das terras. Seria, sobretudo, denunciar o direito formal, positivo, reduzido à lei, que ignora fatos reais e legaliza a violência. Foi possível, durante a pesquisa, copiar duas escrituras de cessão de direitos hereditários referentes à mesma propriedade, lavradas na mesma data. É realmente uma lástima não poder publicizar este escândalo. (...) Essas duas escrituras revelam não propriamente o negócio de terras mas o roubo legalizado das terras com a anuência do poder público” (Silva, 1999; 50-51).

coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma” (Marx, 1983, vol. I, tomo I, cap. II; 79; grifos nossos).

Como ressalta Marx no trecho acima, ainda que tal relação assuma a forma de livre vontade entre os contratantes, não podemos esquecer que seu conteúdo é carregado de determinações econômicas. Entre essas determinações revela-se a necessidade que o proprietário da força de trabalho tem de vendê-la como única alternativa para sua reprodução. Deste modo, todos defrontam-se como proprietários, mesmos os expropriados, que dispõe na troca a única mercadoria que lhes resta. A igualdade pressuposta na relação jurídica, que é a igualdade abstrata da troca de mercadorias, oculta, como a própria troca de mercadorias, seu processo de produção. Oculta deste modo, o processo de formação da propriedade como um processo eminentemente desigual, uma vez que ele se realiza mediante a monopolização dos meios de produção por uma parte determinada da sociedade e a expropriação de todos os outros, aos quais resta somente a propriedade sobre sua própria força de trabalho. Como expressão jurídica das relações mercantis o direito é também expressão política das relações de produção fundadas na dupla liberdade característica da mobilidade do trabalho.

Nesse espaço deixado pelo escamoteio legal da desigualdade, funda-se a ilusão de que a lei age em prol do bem comum. E a necessidade da mesma como condição de reprodução desta desigualdade fundamental (entre expropriados e proprietários, embora ambos apareçam como proprietários) fica oculta sob a autoridade estatal, que, uma vez autonomizada das personificações que subordinam o trabalho social, parece autônoma com relação ao capital, ainda que, como já ressaltado, esse exercício da dominação pelo Estado dependa intrinsecamente da forma-dinheiro para se reproduzir.

Esse exercício de dominação possui uma objetividade apenas aparentemente própria, uma vez que a única objetividade que reproduz tem de ser reconhecida na forma da objetividade fantasmagórica da reprodução do capital como sujeito automático. Assim, a reiterada imposição das relações de produção é característica da natureza das leis e da autoridade estatal que a respalda. Estas leis, portanto, não podem estar distantes das formas de acumulação que reproduzem. Ou seja, ainda que seja possível reconhecer um campo de negociação e conflito de classe na definição das leis, elas não podem impedir as relações de produção que estão pressupostas à sua própria existência.

Essa determinação permite explicitar os limites da disputa de classe nos termos do Estado ou das leis. Estes apenas aparecem como forças especiais separadas da sociedade. Ainda assim, tal aparência retira-lhes o caráter de produto social, parecendo ser apenas produtos naturais de regulação social ou convenções, tal como o dinheiro que também aparece desprovido das determinações historicamente específicas de sua existência.

Contudo, cabe ressaltar que a forma fetichista do Estado tem processo de produção, o que vimos discutindo, para o caso brasileiro, da perspectiva da autonomização do Estado com relação ao capital. O processo de modernização retardatária no Brasil desencadeia o processo que vimos apresentando como formação da aparência de autonomia entre a objetividade do Estado e a objetividade da forma-mercadoria. Esse processo de intervenção permite ao Estado brasileiro impor a autonomização, suplantando as não-simultaneidades regionais, que passam a aparecer como desigualdades internas ao território nacional. Essa imposição, como já assinalamos, pressupõe o emprego da violência. É o emprego da violência extra-econômica que vai restringindo a violência à própria relação-capital²⁷⁷.

Ou seja, se podemos ressaltar sob o direito seu conteúdo determinado pela violência intrínseca das relações econômicas, há que se assinalar também o papel determinante da violência extra-econômica no processo de imposição desta relação pelo Estado. Por isso, Kurz compara, no livro *O colapso da modernização* (1999), os Estados em modernização retardatária com o antigo Estado absolutista (Kurz, 1999; cap. II, III e VIII)²⁷⁸, cabendo reafirmar, apenas, a distinção entre a formação histórica das categorias modernas de socialização e a autonomização nacional das mesmas, nos Estados não-simultâneos que se consolidam, ainda que, mundialmente, elas já estejam pressupostas.

²⁷⁷ As características do processo de modernização retardatária, impondo a relação-capital por meio do emprego, pelo Estado, da violência extra-econômica, sugerem uma analogia com a acumulação primitiva inglesa, reafirmada por Maria Aparecida, quando assinala que “pelas características prevaletentes do processo de expropriação nesta região, pode-se afirmar que ele guarda grandes semelhanças com o processo de acumulação primitiva, analisado por Marx, na Inglaterra. Neste país, a transformação do camponês em operário levou séculos para se consolidar” (Silva, 1999; 28). Contudo, há que se considerar que a acumulação primitiva descrita por Marx é um processo de constituição mundial, uma vez que o reverso das transformações de produção européias, capitaneadas pela Revolução Industrial, é a imposição das relações de produção do sistema colonial. Nesse processo instaura-se a mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977), que, embora não possa prescindir da violência, presta-se à reprodução do capital. Por isso, preferimos identificar o processo de modernização retardatária com o de autonomização entre Estado e capital que se impõe progressivamente subordinando relações de produção regionais. Assim, ressaltamos o mecanismo particular que permite que tais relações se reproduzam, ao passo que explicitamos a totalidade da reprodução capitalista no qual está inserido.

²⁷⁸ “Também nas sociedades em desenvolvimento da época pós-colonial do Terceiro Mundo, o elemento estatista da modernidade tinha que impor-se frente ao monetarista (...) para possibilitar processos de industrialização. Os regimes da modernização no Hemisfério Sul, seja sob a estrela do marxismo e na forma de ‘movimentos nacionais libertadores’ (Cuba, Vietnã, Angola) ou seja na forma de ditaduras militares pró-ocidentais e regimes de ‘revolução branca’ (Brasil, Irã), geraram (...) estruturas estatistas do sistema produtor de mercadorias e, com estas, (...) burocracias de planejamento e estatais” (Kurz, 1999; 178).

Deste modo, podemos tematizar a crítica de Maria Aparecida à violência, como reflexo do autoritarismo vigente na forma da ditadura militar impor a modernização que se fez “trágica” (Silva, 1999), explicitando a necessidade imanente do autoritarismo e do emprego da violência extra-econômica no processo de autonomização que deveria permitir que a violência ficasse restrita às “leis naturais da produção”. Desta perspectiva, derivamos não apenas uma crítica à modernização que se fez “trágica” (Silva, 1999) ou “conservadora” (Delgado, 1985), como se convencionou formular o processo imposto especialmente na ditadura militar. Ao contrário, nossa interpretação do processo de modernização parte do reconhecimento da violência intrínseca ao mesmo, necessária ao seu processo de imposição e também de reprodução. Violência que está presente na necessidade objetiva de se subordinar a uma forma abstrata de socialização, organizada pela forma-mercadoria, mesmo nos contextos em que o processo de modernização alcançou um Estado democrático e distributivista como o Estado keynesiano²⁷⁹.

Além disso, cabe ressaltar, na tentativa de problematizar os resultados da modernização no Brasil e no Vale do Jequitinhonha, a impossibilidade histórica desse processo de realizar positivamente, ou seja, de realizar tais padrões de reprodução aparentemente inclusivos do capital. Nesse contexto, inserem-se os trabalhadores mobilizados, muitas vezes tornados “bóias-frias”, formados no processo de expropriação dos antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha. Se a eles “foi negado” serem trabalhadores, como ressalta Maria Aparecida de Moraes Silva, por uma legislação trabalhista que não lhes assegurou os direitos²⁸⁰, esse processo tem de ser decifrado para além de uma disputa de classe na definição das diretrizes legais seguidas pelo Estado, ou seja para além do pacto econômico e político entre burguesia, latifundiários e Estado²⁸¹, que impõem as condições legais para uma super-exploração do trabalho, reiterando o processo de acumulação primitiva.

²⁷⁹ Nesse sentido convém ressaltar, como o faz Kurz, que o Estado keynesiano “desde o princípio, e como atitude óbvia, *deixa um ambiente próprio para a economia de mercado total*, já existente e diferenciada, da qual ele mesmo é produto, *limitando expressamente suas intervenções, sua atividade reguladora e administrativa à capacidade de funcionamento desta*” (1999; 28; grifos nossos).

²⁸⁰ Maria Aparecida identifica o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra como uma legislação que deve ser interpretada “no bojo dos conflitos sociais e do processo de modernização da agricultura brasileira sob a chancela do Estado, da modernização trágica” (Silva, 1999; 62). De acordo com a autora, essa legislação ao tornar possível a existência formal do trabalhador eventual, ao passo que torna mais custosa ao capital a reprodução de trabalhadores permanentes, definindo o caráter precário da inclusão dos novos trabalhadores assalariados, formados no processo de modernização retardatária.

²⁸¹ “Frisa-se que essas leis [Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra] não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola” (Silva, 1999; 66-67). Tais medidas, de acordo com a Maria Aparecida de Moraes Silva, foram dirigidas num duplo sentido: “a) conservar o poder político dos proprietários rurais; b) polarizar seus interesses, juntamente com as outras frações da classe dominante para um interesse comum que consistisse na exploração econômica e na dominação política” (Silva, 1999; 67).

Ou seja, tem de ser decifrado dentro do próprio contexto em que se situa a modernização retardatária brasileira, uma vez que esse processo articula dois movimentos cujo entrelaçamento passa a se realizar de forma contraditória. Por um lado, como vimos ressaltando, a intervenção estatal cumpre o papel de aprofundar internamente a relação-capital, como relação fundamental de subordinação do trabalho. Esse processo aparece visivelmente na análise das transformações ocorridas tanto no Vale do Jequitinhonha em sentido amplo, como no Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha em sentido restrito, e resulta na formação de um amplo contingente de trabalhadores mobilizados, num contexto em que as relações de produção em todo o campo brasileiro sofrem profundas transformações, inviabilizando definitivamente o acesso dos lavradores à terra a não ser em contextos mediados pelo Estado (como a reforma agrária) e voltados para a reprodução de sua política de fechamento da fronteira agrícola (como os programas de colonização).

Deste modo, o processo de autonomização entre terra e trabalho pode ser entendido como um “processo de acumulação primitiva de proletários” (Silva, 1999; 72), se consideradas as condições não simultâneas em que se processa a modernização retardatária no Brasil. Ou seja, se considerado que, apesar do aspecto nacional de “acumulação primitiva”, mundialmente a acumulação primitiva já ocorreu. Por outro lado, o contexto da reprodução do capital no qual tais proletários são formados impõe a redução dos mesmos à “bóias-frias”, aos quais foi negado, pela legislação, serem trabalhadores com direitos. Problematicar essa imposição no âmbito do processo de modernização e dos limites por ele alcançados é o assunto do próximo capítulo.

4 – Mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha em condições críticas de sua imposição

Contextos nos quais antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha foram mobilizados e passaram a se reproduzir, tendo ou não suas terras completamente expropriadas, uma vez que as antigas relações de produção nas quais encontravam-se enredados foram completamente transformadas pela modernização retardatária; formação do “bóia-fria” como resultado da crise da modernização.

“É um viver de milhares de sertanejos, de catrumanos, de capiaus,
que perderam ou estão perdendo o sertão”
(As andorinhas. Nem cá, nem lá, 1990)

“Eu vou partir, pra cidade garantida, proibida, arranjar meio de vida, Margarida (...).
Essas feridas da vida Margarida, essas feridas da vida, amarga vida (...)” (Veja [Margarida], Vital Farias).

4.1 – Trajetórias de antigos lavradores mobilizados

Como foi assinalado, a modernização retardatária brasileira pode ser percebida como o esforço de industrialização nacional, promovido por um Estado que se centralizou e burocratizou, justamente para mover esse esforço. Contudo, como também foi ressaltado, o pressuposto desse esforço de industrialização, foi a intervenção estatal na forma como vinham se articulando terra, trabalho e capital no processo de modernização brasileiro. Pudemos discutir a importância dessa intervenção no que tange a mobilização de massas *relativamente* grandes de trabalhadores, que deveriam ser responsáveis por garantir níveis salariais suficientemente baixos para a reprodução ampliada do capital. Pudemos também caracterizar essa intervenção no Vale do Jequitinhonha – inclusive por meio do planejamento regional do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha – e discutir, dentre os seus resultados, a mobilização das terras que passaram a compor o mercado de terras nacional, que então se consolidava, sendo alvo de investimentos, especialmente dos capitais investidos no empreendimento florestal, mas também dos capitais pecuários que modernizavam as relações de produção que lhes eram subjacentes.

Pudemos, por fim, apresentar, entre esses resultados, a mobilização do trabalhador – “a condição de exercício da sua ‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital” (Gaudemar, 1977; 190) – que produziu um contingente de trabalhadores expropriados da possibilidade de se reproduzirem por meio das antigas relações de produção em que se encontravam enredados, antigos lavradores que não puderam mais sobreviver na condição de posseiros, nem na

condição de agregados, uma vez que essas relações de produção foram rompidas no processo de autonomização entre terra, trabalho e capital.

Entre os trabalhadores mobilizados pela modernização retardatária do Vale do Jequitinhonha, os *migrantes* foram consagrados pela literatura sobre o tema (cf. Martins, 1986 e Silva, 1988 e 1999). Não que todos os antigos lavradores expropriados tenham se tornado migrantes, mas as massas vultuosas que partiram, mesmo que temporariamente, em busca de emprego em outras cidades brasileiras, que não as do Vale do Jequitinhonha, especialmente nas do chamado centro-sul do país, permitiram que tal abordagem analítica tenha se tornado recorrente e se consolidado.

Em trabalho de campo, pudemos acompanhar trajetórias e escutar histórias de trabalhadores que continuaram no Vale do Jequitinhonha, muitos dos quais perderam totalmente suas terras ou foram expulsos das fazendas em que eram agregados, tendo ido morar em povoados rurais²⁸². Alguns desses trabalhadores continuaram mantendo relações com a fazenda pecuária na qual tiveram morada, mas, a partir de então, trabalhando como “diaristas” na execução dos serviços de manutenção de uma estrutura produtiva que havia mantido pouquíssimos empregados fixos, muitas vezes apenas um vaqueiro e a sua família, responsável por cuidar da casa de campo do fazendeiro. Essas histórias expressam, somadas ao baixo valor recebido pelo dia de trabalho, que hoje em dia gira em torno dos R\$ 10,00, a instabilidade da contratação e uma desagradável submissão aos caprichos que o fazendeiro quer perpetuar, embora somente o possa fazer sob a pena de cessar a oferta dos “serviços” na fazenda.

Pudemos também acompanhar histórias de trabalhadores que partiram do campo, tendo ido morar nas cidades da “região”. Entre as histórias desses trabalhadores, foram frequentes os comentários sobre a dificuldade de obtenção de empregos no próprio Vale do Jequitinhonha, o que justifica a amplitude das migrações para outras partes do país. Entre os que puderam permanecer na cidade natal, ao menos imediatamente ao processo de expropriação da terra, encontramos os trabalhadores que foram empregados pelas reflorestadoras.

²⁸² Podemos ressaltar, ainda, que as mudanças decorrentes da reestruturação produtiva da pecuária não são expressas somente pela transformação das relações de trabalho, fruto de uma ruptura de antigas relações sociais de produção que possibilitavam a acumulação de capital nas fazendas. Essas mudanças apareceram também na restrição das possibilidades de uso da terra, ao plantio de pastos. Com isso queremos assinalar que a expulsão do agregado da fazenda representou também a expulsão da produção de gêneros alimentícios de subsistência para fora dos seus limites, num processo que foi condicionado pela expansão da renda fundiária nessa “região” de intervenção estatal. Nesse sentido, há que se ressaltar que a marca da modernização retardatária, se pensada em nível nacional e para além de sua aparência reduzida de esforço de industrialização nacional, foi a expansão da renda da terra como elemento chave para a mobilização do trabalhador.

Contudo, foi fala recorrente entre esses trabalhadores que o emprego na florestal durou pouco. Foram contratadas algumas levadas de trabalhadores para a derrubada do que restava de cerrado nativo, para o carvoejamento dessa madeira e para a produção e o plantio das novas mudas de eucalipto. Encerrado esse plantio, muitos trabalhadores foram demitidos, restando pouquíssimos funcionários nas empresas reflorestadoras que se encarregavam pela manutenção das florestas plantadas. Além disso, conforme as narrativas observadas, os funcionários de “alto escalão” destes empreendimentos vinham de fora, muitas vezes já trazidos contratados pelas empresas. Por sua vez, o trabalho dos “peões” concentrava-se em curtos períodos de derrubada das árvores, de preparação dos terrenos e de plantio.

Ou seja, durante a implantação dos maciços florestais uma parte dos antigos lavradores expropriados foi incorporada como força de trabalho das empresas florestais. Contudo, o ritmo lento de crescimento das árvores, a mecanização cada vez mais acentuada da colheita e do corte da madeira, fizeram com que essa opção de emprego se tornasse restrita e esporádica. Ainda assim, muitos trabalhadores com os quais pudemos conversar lembravam as promessas feitas por políticos e empresários de que a florestal traria empregos, melhorando as condições de vida dos trabalhadores do Vale do Jequitinhonha.

Juliana Calixto (2006), em sua já comentada dissertação de mestrado, também se refere aos impactos da chegada das reflorestadoras, buscando abordar nos discursos que asseguravam a legitimidade das mesmas, promessas de benefícios para a “região”, que entusiasmavam, mas também preocupavam, a população²⁸³.

“Mas aí quando chegou essa influência do eucalipto, a empresa chegou, na verdade ela chegou e falou ‘bom, vai vir empresa pra cá, e ela vai trazer, gerar emprego pra região. E depois é o seguinte: essas são chapadas que tão aí que não valem nada, são terras improdutivas, que ninguém cultiva nada nelas... Então, é uma forma de vim aí a empresa, o plantio de eucalipto, eucalipto desenvolve bem nessa chapada...’. E aí, o que acontece? Naquela hora, você fica na expectativa, todo mundo fica com aquela expectativa que a coisa vai evoluir, que vai desenvolver, que vai trazer riqueza... E aí, eu acho que todo mundo embarcou” (J.A., equipe do CAV, entrevista *apud* Calixto, 2006; 52).

Contudo, a pesquisa realizada pela autora, que apresenta uma análise da ocupação da força de trabalho nos municípios de Berilo, Capelinha, Carbonita, Chapada do Norte, Francisco Badaró, Itamarandiba, Minas Novas e Turmalina, assinala a pequena absorção de

²⁸³ “A população do Alto Jequitinhonha se surpreendeu, num misto de entusiasmo e preocupação, sem muito conhecimento do que estava acontecendo. A população ficava entusiasmada pelos benefícios que eram prometidos, e preocupada em relação ao futuro, já que as empresas se instalaram sem que houvesse qualquer esclarecimento sobre seus objetivos, como era costume na época, quando a política governamental era delineada e colocada em prática sem a participação da população. Segundo o presidente do STR de Turmalina, ‘a chegada das empresas foi uma revolução’. Houve mudanças nas formas de uso e distribuição da terra, na ocupação da mão-de-obra no meio rural da região e, principalmente, na paisagem natural repentinamente. De acordo com a maioria dos entrevistados, toda essa transformação seria justificada com geração de emprego e desenvolvimento para a região” (Calixto, 2006; 50).

trabalhadores na atividade florestal, se analisada comparativamente à área territorial ocupada pelo reflorestamento. De acordo com Juliana Calixto (2006), o reflorestamento ocupava, no ano de 1995, uma parcela média de 28,11% da área rural dos municípios reflorestados, enquanto apenas 3,78% da população economicamente ativa era ocupada pelas florestais nos referidos municípios. Ou seja, o estudo da absorção de força de trabalho pelo empreendimento florestal em 1995, realizado por Juliana Calixto, aponta para níveis baixíssimos de incorporação dos trabalhadores locais mobilizados, ao passo que assinala o grande potencial das florestais em promover a expropriação.

De acordo com a autora, desde a implantação dessas florestas plantadas, as atividades que absorviam um maior número de trabalhadores eram as ligadas ao plantio. Outras atividades, de caráter mais duradouro, como a manutenção das florestas, ocupavam, por sua vez, pouquíssimos empregados. Não obstante, de acordo com as informações organizadas em sua pesquisa, podemos inferir que o emprego de trabalhadores na colheita das árvores foi progressivamente diminuído pela mecanização quase total dessa atividade, especialmente nos empreendimentos de maior porte²⁸⁴.

Conforme pôde ser observado nas conversas com alguns antigos lavradores expropriados do Vale do Jequitinhonha, e conforme aparece indicado na análise de ocupação da força de trabalho, realizada por Juliana Calixto (2006), o empreendimento florestal pôde até ter ocupado uma pequena parte dos trabalhadores expropriados pela chegada dessas empresas. Contudo, essa ocupação se concentrou especialmente no momento em que as florestais plantaram seus primeiros maciços, e tendeu a ser reduzida pela mecanização de diversos processos relacionados com a produção florestal.

“Ao contrário do que anunciam as propagandas das empresas ‘reflorestadoras’, a monocultura do eucalipto tem gerado desemprego nas regiões onde se implantam. Sem dúvida, o número de empregos gerados nessa atividade é menor do que as possibilidades de trabalho oferecidas pela pequena produção familiar ou em algumas outras, que foram desarticuladas com a chegada do ‘reflorestamento’. Na fase inicial, quando ocorre o plantio, a necessidade de mão-de-obra é maior, mas com o tempo esta demanda diminui e atividades como corte e carvoejamento, acabam tendo uma significativa rotatividade, porque exigem grande esforço físico e desgastam a saúde dos trabalhadores” (Ribeiro, s/d; 3).

²⁸⁴ De acordo com a pesquisa realizada por Juliana Calixto, em algumas empresas a mecanização se expandiu progressivamente para todas as tarefas associadas à produção de carvão. Um exemplo desse processo de mecanização é a Acesita Energética, reflorestadora do grupo Acesita S/A. “O grupo Acesita, até o ano de 1992, era estatal. Nesse ano foi privatizado, e passou a ter como acionista majoritário o grupo Arcelor, um dos principais grupos siderúrgicos do mundo. A privatização trouxe mudanças na empresa, dentre elas a redução do quadro de funcionários e alterações nos processos de gestão que, segundo seus diretores, se tornaram menos burocráticos e mais eficientes. Além disso houve uma modernização nos equipamentos para a produção que, de acordo com eles, estavam “sucateados”. Praticamente todas as atividades de produção de carvão da empresa são mecanizadas, e é intenção dela mecanizar 100% até o presente ano de 2006, buscando maior competitividade, tornando-se assim a primeira empresa da cadeia produtiva do carvão no Brasil a ter o total de suas atividades mecanizadas” (Acesita, 2005 *apud* Calixto, 2006; 62).

Não à toa antigos lavradores empregados pela florestal com os quais pudemos conversar ressaltaram o curto período em que se mantiveram “fichados” pelas empresas. Ressaltaram ainda que esse momento iludiu muitos dos trabalhadores, que nunca haviam recebido salário, como uma promessa de melhoria de vida que se concretizara. Contudo, progressivamente, os trabalhadores foram sendo demitidos, sendo forçados a buscar outras oportunidades de emprego para sobreviver. De acordo com os relatos ouvidos em trabalho de campo, a partir de então, ser funcionário da florestal com carteira assinada passou a ser considerado privilégio.

Em detrimento desse privilégio, de acordo com a pesquisa desenvolvida por Ricardo Ferreira Ribeiro (s/d), numa assessoria à Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais, passaram a surgir empresas terceirizadas organizando a contratação de trabalhadores para as companhias florestais. A presença da terceirização e os níveis de “precarização” e “flexibilização” do trabalho que acompanham essa forma de contratação indicam a diminuição de postos de trabalho num contexto de grande oferta de trabalhadores, que permite rebaixar o nível mínimo de reprodução dos trabalhadores a condições extremamente lesivas para os mesmos²⁸⁵.

“A mecanização e principalmente o chamado processo de terceirização, promovido por grandes empresas do setor florestal, também têm contribuído para aumentar o desemprego. A terceirização nesse setor tem se dado principalmente através de pequenas empreiteiras ou sub-empreiteiras que contratam entre 30 e 60 trabalhadores, em condições piores das que os sindicatos tinham conquistado antes junto às ‘reflorestadoras’. Além de representarem um aumento da exploração da mão-de-obra e do desrespeito às leis trabalhistas, o uso de empreiteiras tem sido uma forma das ‘reflorestadoras’ não se responsabilizarem pelas condições de trabalho dentro de suas áreas” (Ribeiro, s/d; 3).

²⁸⁵ “Os representantes dos trabalhadores das empresas reflorestadoras reclamam dos baixos salários, das condições precárias de trabalho no campo, e apontam, como um agravante nas relações de trabalho no reflorestamento, a terceirização presente nessa atividade. Os funcionários das chamadas “empresas-mãe”, que são as contratantes de empreiteiras para a realização de atividades de campo (preparo da terra, corte, baldeio, carvoejamento, transporte), desfrutam de situação legalizada, além de terem direito a benefícios trabalhistas, como cesta-básica e plano de saúde. Aos trabalhadores das empresas terceirizadas nem sempre são garantidos os mesmos direitos. Nos anos de 2001 e 2002, as empresas foram alvo de investigações do Ministério do Trabalho e Emprego, do Ministério Público e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, que tinham como principal objetivo investigar as condições dos trabalhadores nas empresas terceirizadas e a legalidade dessa terceirização. Constatou-se que boa parte das empresas estava realizando o que o Ministério do Trabalho intitulou de “terceirização fraudulenta”, que consiste na terceirização de atividades-fim da empresa, no caso, a fabricação de carvão. De acordo com o Ministério Público, esse tipo de terceirização traz prejuízos ao trabalhador, já que ele não tem direito aos mesmos benefícios dos trabalhadores da “empresa-mãe”. Prejudica também ao Estado, já que, na maioria das empreiteiras, o trabalho é pago por produção, que não é contabilizada na hora de recolhimento de tributos para a Previdência Social (Brasil, 2002 e 2001). Analisando o processo de terceirização da Acesita, Macedo (2002:24) concluiu que “na maioria dos casos os terceirizados custam menos, quer porque seus salários são efetivamente mais baixos do que os prevalecentes na Empresa, quer porque desprovidos dos direitos ou benefícios auferidos, por conquista, pelos trabalhadores da Acesita”. E as conquistas de que trata a autora acontecem por meio das reivindicações do sindicato, do qual dificilmente os trabalhadores das terceiras participam, por conta da fragilidade de seu contrato de trabalho. Os representantes dos agricultores familiares atingidos pela monocultura e dos trabalhadores das empresas reconhecem que há geração de empregos no reflorestamento, mas acreditam que essa geração não é suficiente para encobrir e justificar os prejuízos ambientais e sociais que a atividade trouxe para a região” (Calixto, 2006; 67).

Encontramos também trabalhadores que foram empregados pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER/MG). Desde a já referida criação da Codevale, discutiam-se projetos de ampliação das estradas que serviam a “região”, além do asfaltamento da totalidade das estradas existentes no Vale do Jequitinhonha, que tinham seu leito em terra. Com as transformações na estrutura fundiária e nos próprios empreendimentos da “região”, a produção e melhoramento dessa rede de estradas foi estimulada, como forma de garantir o melhor escoamento da produção, especialmente de madeira e carvão vegetal, para o “pólo guseiro” de Minas Gerais. Nos anos de 1980, o DER/MG passou a investir no asfaltamento de diversos trechos da MG-2 e de outras rodovias que serviam especialmente os municípios do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha, onde havia se concentrado a produção de reflorestamento²⁸⁶.

“No Vale do Jequitinhonha, bem como em outras regiões de Minas, a instalação de empresas ‘reflorestadoras’ vem sendo acompanhada da implantação de uma infraestrutura regional, com a construção de estradas, rede de energia elétrica, sistema de comunicações, agências bancárias, etc. O asfaltamento de várias rodovias do Alto Jequitinhonha nos anos 80, teve a clara intenção de facilitar o escoamento do carvão ali produzido para as siderúrgicas do Vale do Aço e da região de Sete Lagoas” (Ribeiro, s/d; 2).

Tivemos a oportunidade de conversar com antigos lavradores, de famílias emigradas para a cidade, que passaram a trabalhar nessas obras. Eles ressaltam as precárias condições de alojamento, alimentação e de trabalho nos longos períodos que passavam longe de casa e da família, construindo estradas. Ressaltam sobretudo o caráter temporário dessa atividade no Vale do Jequitinhonha, onde a intervenção do DER não durou mais que meia década, tendo, muitos dos funcionários do órgão, se visto obrigados a migrar para outras frentes de implantação da malha rodoviária ou a procurar outras possibilidades de trabalho, assim como muitos dos desempregados do empreendimento florestal.

Segundo os relatos ouvidos, essas obras encontravam-se envoltas pela promessa de melhoria de vida que seria promovida pelo processo de modernização regional. Da mesma forma que as reflorestadoras prometiam empregos, salários e carteira de trabalho assinada, a construção de estradas prometia facilidades no deslocamento das famílias, especialmente as

²⁸⁶ O histórico das atividades do DER/MG pode ser obtido resumidamente no sítio do órgão. No texto institucional a seguir, aparece assinalado a intervenção do DER na produção de estradas no Vale do Jequitinhonha: “Através de empréstimos internacionais, o DER/MG manteve suas máquinas trabalhando nos anos 80. Apenas no Vale do Jequitinhonha foram implantadas mais de mil quilômetros de novas rodovias. As estradas vicinais receberam atenção especial com a construção de centenas de quilômetros de vias que possibilitaram o escoamento da produção agrícola e a integração de pequenas vilas e comunidades rurais aos centros regionais” (<http://www.der.mg.gov.br/institucional/historia>).

rurais, que agora poderiam ter seu acesso à cidade – e às escolas, hospitais e outros equipamentos públicos – facilitado.

Contudo, esses mesmos relatos, refletindo sobre as promessas de desenvolvimento e sua forma de concretização, assinalam as dificuldades de sobrevivência, enfrentadas pelos antigos lavradores expropriados, para reproduzirem-se nas cidades, num universo *completamente* mediado pelo dinheiro, onde nem trabalho nem remuneração podiam ser obtidos de maneira estável. Muitos dos trabalhadores com quem pudemos conversar ressaltam que passaram por longos períodos desempregados, vivendo de atividades temporárias, irregulares e informais, cognominadas “bicos”, especialmente como pedreiros, carregadores, serventes de pedreiro, frentistas de postos de gasolina, borracheiros, mecânicos de autos. As mulheres, por suas vez, contribuíam com a sobrevivência da família preparando quitutes, como doces e biscoitos, para serem vendidos nas ruas por seus filhos e maridos, trabalhavam com costura, em lojas e restaurantes ou, quando lhes foi possível conseguir empregos “fichados”, trabalhavam especialmente como merendeiras e varredoras de rua para a prefeitura.

“Quando começaram os investimentos do governo por aqui o que se ouvia muito era que 'finalmente vão acabar com a pobreza da gente miserável daqui, vão investir e dar emprego para esse povo'. E todo mundo tratou de vender sua terra baratinho, os que conseguiram pegar preço, porque um monte saiu com a mão abanando, com medo, pois se ouvia muito que quem vivesse em terra do governo ia perder tudo. O trabalho ficou difícil nas fazendas e o povo todo que foi para a Acesita não demorou, perdeu o emprego. Depois que essas terras estavam com o eucalipto todo plantado, só ficou um ou dois para a manutenção e o resto foi mandado para rua. Eu fui de uma leva que perdeu o trabalho na fazenda onde nasceu porque os donos não precisavam mais da gente. Usou durante muito tempo, depois não precisava mais. Aí eu fui da leva que foi trabalhar no DER, fui ser peão. Trabalhava muitos meses longe de casa construindo estrada, depois voltava. Aí a gente pensa, a gente era miserável? A gente tinha casa e trabalhava, fazia nossa roça. Tem gente sem emprego até hoje e eu só consegui comprar minha casa agora, depois de ficar velho pagando aluguel” (José, 67 anos, Minas Novas, entrevista *apud* Leite, 2006; 48).

Podemos retomar, nesse sentido, a distinção proposta por Margarida Maria Moura (1988) entre a “pobreza” ideológica, que compara e aufere, com base em critérios reificados, as condições de vida nas quais se encontravam imersos os antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha, com as novas condições proporcionadas pelo “desenvolvimento regional”, e a “pobreza” do expropriado que surge justamente da referida transformação nas relações sociais de produção, impostas pela modernização retardatária na “região”. Como já ressaltado, a autora identifica nesse processo uma passagem dos antigos lavradores da posição de pobres à condição de miseráveis.

Nesse contexto, em que os trabalhadores tornam-se miseráveis por não terem muitas vezes condições de pagarem pela água, pela energia e pelo pedaço de terra que utilizam para ter suas moradas – quando em condições de vida anteriores nenhuma destas necessidades era

custeada diretamente – surgem formas de garantir a sobrevivência que servem-se de antigas práticas, cujas condições de existência eram definidas pelas relações de produção em que se encontravam enredados os antigos lavradores. Servem-se, ao passo que transformam o caráter dessas mesmas práticas, atribuindo-lhes novos significados. Pudemos observar, nesse sentido, em uma visita à cidade de Itinga, a produção de roças nas beiras das estradas, realizada por alguns idosos.

“Pergunta: Quer dizer que a senhora faz roça na beira da estrada?

Resposta: Eu faço. É ali para cima e ao lado tem a roça do meu filho e da minha nora, mas sou eu quem cuida.

P: Mas de quem é a terra que a senhora usa?

R: Ora, não é de ninguém... É do governo... Está lá.

P: E tem que pedir autorização para usar?

R: Autorização pra quem? A terra está lá.

P: E o que a senhora planta lá?

R: Eu planto milho, um pouco de feijão catador, mandioca, abóbora, legumes, coisa de roça.

P: E a senhora vende essa produção?

R: Vender o quê? Ultimamente não dá nem para a gente comer, ainda mais vender.

P: Porque a senhora planta na beira da estrada?

R: Porque a gente faz 83 anos e vai fazer o quê? Tenho que sobreviver e não tenho outra terra para plantar. Se ao menos tivesse um quintalinho não precisava caminhar tão longe.

P: E porque a senhora cuida da roça do seu filho e da sua nora?

R: Porque o pessoal de hoje em dia, o pessoal mais moço, eles não querem saber de nada, só querem saber de ganhar, não de trabalhar. Você veja minha nora, fica o dia inteiro vendo televisão e aí quando eu chego com as abóboras lá, ela diz: ‘Ainda bem que eu tenho a senhora’. Pois é, tem a mim, quero ver quando eu morrer”.

(Zizi, 83 anos, Itinga, entrevista *apud* Leite, 2006; 51).

A senhora planta porque tem de sobreviver, sua nora assiste TV porque não consegue emprego, mas não planta, porque essa atividade não lhe permite ganhar o que precisa para sobreviver. A nora encontra-se expropriada das condições aparentemente objetivas e subjetivas para produzir uma roça, mesmo que na beira da estrada, e colher as abóboras que vai comer. A senhora planta na beira da estrada porque precisa sobreviver e não tem um “quintalinho” mais próximo. Longe de ser apenas a preservação de práticas tradicionais, como a do roçado, por idosos, antigos lavradores que perderam suas terras e foram morar na cidade, a situação observada denuncia uma transformação dessas práticas, forçada pela necessidade de sobrevivência.

O contexto dessas transformações foi sendo produzido pela necessidade de sobrevivência num contexto no qual os novos “negócios” que se instauraram na “região”, pelo e para o desenvolvimento da mesma, não foram capazes de absorver todo o contingente de trabalhadores mobilizados pelas dinâmicas de expropriação resultantes da modernização retardatária. Um contexto no qual a reflorestadora demite, os empregos na cidade são escassos

e muitas famílias sobrevivem às expensas de benefícios, especialmente dos mais velhos, como aposentadorias e pensões.

“Aqui, se não fosse a aposentadoria de mãe, a gente não sabia o que fazer pra comer. Eu faço pão, bolo, doce, biscoito para vender lá na rua [área urbana do município]. Mas o dinheiro dessas coisas é muito pouco. É só mesmo para inteirar com o dinheiro da aposentadoria da mãe e fazer a feira, porque nessa época do ano a gente tem que comprar de tudo, às vezes até uma verdura, porque aqui não dá” (Maria dos Anjos, 37 anos, Araçuaí, entrevista *apud* Pereira, 2008; 302).

Muitos dos trabalhadores expropriados passaram a viver nas periferias das cidades do Vale do Jequitinhonha. A própria formação dessas periferias foi resultado de ocupações e mutirões que deram origem aos novos bairros no entorno próximo das partes centrais das cidades. Com o ofício de pedreiro, aprendido para garantir a própria sobrevivência e a da família, alguns trabalhadores puderam construir suas próprias casas. Outros serviram-se ainda de antigos conhecimentos herdados da longa experiência rural e utilizaram técnicas como a produção de tijolos de adobe e de paredes de pau-a-pique para construir suas moradas. Em muitos bairros periféricos o equipamento urbano não chega: não há água encanada, esgoto, asfalto. Os trabalhadores passam a viver na cidade e tem de continuar servindo-se de artifícios como fossas e aterros de lixo orgânico, para garantir o saneamento de suas casas.

Na cidade a busca por empregos prossegue: o pequeno setor de comércio e serviços, de que estas cidades são dotadas, não absorvem toda essa mão-de-obra, fazendo predominarem os “bicos”. Nesse contexto, a atividade que se tornou notável em empregar esse contingente de trabalhadores mobilizados do Vale do Jequitinhonha foi a migração para o trabalho temporário nas safras de laranja, café, cana, em outros estados. Nesse contexto, surge o trabalhador migrante, em busca do trabalho rural volante. Surge o trabalhador “bóia-fria”.

“Olha, a gente sofre lá no corte de cana. Mas o que você vai fazer? Não tem para onde correr quando a fome aperta. Aqui é bom. É o lugar de viver, mas não tem a condição de vida. É aí que eu falo que a gente tem que sair pra buscar condição de vida noutro lugar. Mas eu pego e volto e também falo: ‘nós mesmos não vamos aproveitar nada disso’” (Francelino Costa, 32 anos, Novo Cruzeiro, entrevista *apud* Pereira, 2008; 306).

Os “bóias-frias” foram os trabalhadores que mais tivemos a oportunidade de encontrar no Vale do Jequitinhonha durante os trabalhos de campo realizados. Muitos dos quais pudemos conversar nos contaram histórias sobre um período no qual a migração temporária para o agronegócio ainda não havia se consolidado. Contaram da busca de empregos como diaristas das fazendas pecuárias reestruturadas, para a realização de serviços gerais e dos baixos salários recebidos. Contaram da dificuldade de obtenção de empregos nas cidades. Contaram da migração definitiva de muitos, que deixaram partes da família para trás e voaram rumo à sua sorte nas capitais do país. Relembra-ram irmãos nunca mais vistos, sobrinhos que

deixaram o Vale do Jequitinhonha quando pequenos e que hoje devem ser adultos²⁸⁷. Contaram ainda histórias de familiares e conhecidos, migrantes, idos por temporadas para a capital mineira ou para outros estados em busca de trabalhos urbanos especialmente na construção civil ou em casas de família. Ressaltam, contudo, que já na década de 1970 a migração temporária havia se generalizado como alternativa aos que não haviam migrado de forma definitiva e aos que não conseguiam empregos nas cidades que moravam²⁸⁸.

Alguns migrantes nos contaram, ainda, as histórias das primeiras migrações com as quais tiveram contato: migrações de um primo, um tio, um vizinho ou algum outro parente. Com o tempo, estes primeiros migrantes passaram a auxiliar na migração dos familiares, pois já haviam adquirido a experiência, já haviam alugado pensões nas cidades-dormitórios, localizadas no entorno do agronegócio, e, muitas vezes, haviam acumulado algum dinheiro que lhes permitia adiantar o valor das passagens de ônibus para os parentes, que também passaram a migrar rumo às safras que lhes prometiam garantia de empregos, além da possibilidade de acumulação, concebida com base no exemplo dos antigos migrantes que passavam a agenciar os novos. Essas primeiras formas de agenciamento continham a origem da empreitagem dos “gatos”, que passaria a caracterizar a contratação de trabalhadores, especialmente para o corte da cana, no Vale do Jequitinhonha.

Com o tempo, a migração temporária do Vale do Jequitinhonha para o agronegócio em outros estados foi se tornando corriqueira²⁸⁹. Muitos desses trabalhadores poupavam uma reserva com a qual podiam sobreviver na entressafra ou utilizavam-se do seguro-desemprego, contando com a (in)certeza de emprego na próxima safra. As histórias do trabalho nas safras do agronegócio, especialmente no corte da cana, oscilavam, no entanto, entre a possibilidade de realização das necessidades e dos desejos de consumo destes trabalhadores e as dificuldades enfrentadas em função das precárias condições de vida e trabalho nas cidades do agronegócio.

²⁸⁷ Maria Aparecida de Moraes afirma, na narrativa do filme *As andorinhas. Nem lá, nem cá* (1990), que foram mais de 200.000 migrantes definitivos que deixaram os municípios que integravam o Vale do Jequitinhonha, a partir dos processos de expulsão desencadeados pela modernização retardatária da “região”.

²⁸⁸ Entre destinos e atividades desenvolvidas por esses migrantes em busca da sobrevivência podemos destacar, como o faz José Carlos Alves Pereira, no texto *Condição camponesa e migração* (2008), “Belo Horizonte, MG: estudo, serviços domésticos (lavar, passar, cozinhar, babá), construção civil (pedreiro, pintor, porteiro de condomínio, ajudante geral); São Paulo, SP: serviços domésticos e construção civil; Rio de Janeiro, RJ: estudo, ascensorista; Áreas rurais dos estados de São Paulo, Mato Grosso, Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais e Goiás: corte de cana-de-açúcar, colheitas de café, laranja, algodão, alho, cebola, batata; EUA, Portugal e Espanha: serviços domésticos, limpeza de lanchonetes, garçons” (Pereira, 2008; 300).

²⁸⁹ “Um secretário municipal de Minas Novas (...) ilustra a situação da ocupação [da força de trabalho] no alto Jequitinhonha: ‘E quem é o maior empregador de Minas Novas, depois do INSS, é a usina de açúcar de São Paulo, Mato Grosso... É quem mais emprega aqui. Só pra você ter idéia, eles levaram cinco mil duzentos e oitenta pessoas cadastradas no Ministério do Trabalho aqui, feito todos os exames aqui. Levaram cinco mil duzentos e oitenta trabalhadores...’” (C. A. E., prefeitura de Minas Novas *apud* Calixto, 2006; 59).

Nos debates sobre as possibilidades de consumo e de melhoria das condições de vida oriundas do trabalho volante no agronegócio brasileiro encontramos, por um lado, meios de comunicação que legitimam ideologicamente as “oportunidades” oferecidas pelo trabalho em fazendas e usinas para os “bóias-frias” e exploram uma dimensão aparente da riqueza, noticiando o consumo de eletrodomésticos, eletroeletrônicos e de automóveis, especialmente de motos, por parte desses trabalhadores. Um exemplo dessa legitimação é a reportagem *Califórnia brasileira*, exibido no ano de 1990, pela rede Globo de televisão. De acordo com essa reportagem, graças aos investimentos de empresários da agroindústria do açúcar e do álcool, Ribeirão Preto – a cidade apelidada de Califórnia – seria uma região rica, moderna e próspera, sem pobreza e sem problemas sociais, que, por sua vez, ainda cumpriria o papel de enriquecerem migrantes pobres de outras partes do Brasil. Esses migrantes, inclusive mineiros do Vale do Jequitinhonha, são apresentados nas portas de ônibus e em rodoviárias transportando grandes volumes de mercadorias conseguidas com o trabalho em São Paulo para suas cidades de origem.

Por outro lado, críticas à essa perspectiva (cf. Alves, 1991; Alves e Novaes, 2003; D’Incao, 1976; Martins, 1986; Silva, 1988 e 1999) ressaltam a exploração do trabalho dos “bóias-frias” por essas empresas e desvelam o caráter das possibilidades de consumo desses trabalhadores, contrastando-as com a precariedade da vida dos mesmos. Um exemplo dessa crítica, organizada em contraposição à reportagem realizada pela rede Globo de televisão, pode ser encontrada no documentário *Califórnia à brasileira*, produzido em 1991 pelo professor José Roberto Novaes. Nesse documentário, os trabalhadores descrevem suas precárias condições de vida e relatam as dificuldades de sobrevivência nas periferias das cidades-dormitório, morando empilhados em pequenas pensões com muitos outros trabalhadores, muitas vezes sem acesso ao esgoto e à água encanada, especialmente em função dos baixos salários. Além disso, os “bóias-frias” apresentam os mecanismos de exploração aos quais são submetidos no agronegócio e denunciam o salário por produtividade como um importante mecanismo de super-exploração dos trabalhadores, associado à extração de mais-valia absoluta, uma vez que condicionam as possibilidades de ampliação dos ganhos, especialmente do cortador de cana, a altos níveis de intensificação do trabalho, que muitas vezes chega a uma sobrecarga seguida de desmaios, dores e, no limite, até mortes²⁹⁰.

²⁹⁰ Um informativo do Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), intitulado de *Audiência Pública investiga mortes de trabalhadores por fadiga* (2006), apresenta os resultados de uma Audiência Pública realizada de modo a averiguar mortes por fadiga e excesso de trabalho de cortadores de cana e oferece uma amostra das condições de trabalho desses “bóias-frias”. “O caso do migrante José Ezequias Souza Barros (...) é bastante emblemático e revela as condições de vida e de trabalho no corte de cana. ‘Eu trabalhava na Usina Moreno, no município de Luiz Antônio, SP, das 07h às 16h. Havia apenas 30 minutos de descanso para o almoço. Desloquei o ombro no

Os depoimentos dos trabalhadores contrastam com as amplas possibilidades de consumo apresentadas pela referida reportagem e apresentam dificuldades econômicas vividas por esses trabalhadores, inclusive no envio de dinheiro para os familiares que ficam nas cidades de origem dos migrantes, que resultam muitas vezes no endividamento dos mesmos. Contudo, a procura por empregos no agronegócio persiste, imputada pelas dificuldades desses antigos lavradores expropriados de se reproduzirem em suas cidades de origem.

“Lá o trabalho é muito puxado e se você quiser ganhar um dinheirinho tem que se matar de trabalhar, fazer muita força (...). O que a gente consegue lá é só um pouquinho, e desse pouquinho não dá para aproveitar quase nada. É mal mal o que comer. Comeu, acabou, aí é preciso se virar, dar outro jeito. Caçar um recurso por aqui mesmo e, se não achar, aí tem que voltar para o corte de cana” (Francelino Costa, 32 anos, Novo Cruzeiro, entrevista *apud* Pereira, 2008; 306).

“(...) Conheço esse mundo de Deus aí fora e sei o que é sofrimento. Em todos esses lugares eu já sofri muito para ganhar o pão de cada dia. Aqui é bom, mas a gente sofre também. Você pode até ficar aqui e não morrer de fome. Mas aí você não vai vestir, não vai ter filhos então aí o sofrimento é maior. Você (...) não tem recurso para viver. Aí tem que sair” (João Batista, 42 anos, Jenipapo de Minas, entrevista *apud* Pereira, 2008; 306).

As precárias condições de sobrevivência enfrentadas por esses trabalhadores no Vale do Jequitinhonha e as necessidades criadas e condicionadas pela vida que levam nas cidades aparecem para os mesmos como condições que os empurram para a migração temporária em busca de trabalho no agronegócio de outros estados. Contudo, como vimos assinalando, para que se possa compreender criticamente o contexto que determina tais condições de vida – o contexto que obriga os trabalhadores a se submeterem ao capital livremente e que, ao mesmo tempo, oferece possibilidades restritas de realização da mercadoria força de trabalho – temos que problematizar as transformações imputadas pelo processo de modernização às antigas relações sociais de produção regionais e o contexto retardatário no qual a modernização nacional pôde se realizar.

Uma apresentação e uma análise aprofundada das trajetórias dos trabalhadores mobilizados do Vale do Jequitinhonha ultrapassa, no entanto, o escopo desta dissertação. Ainda que possamos sugerir, nesse capítulo de encerramento, o contexto no qual os antigos lavradores passam a se reproduzir a partir do processo de expropriação, indicando trajetórias e buscando a forma como apresentam seu processo de transformação em “bóias-frias”, deixamos a tarefa de aprofundar tal discussão para pesquisas futuras, apenas esboçando

corte da cana e estou parado há dois meses sem nada receber. Cortava 10 toneladas por dia ao preço de R\$ 1,30. Na hora do almoço tomava soro para não ter câimbra. Num dia de trabalho de mais de 8 horas o trabalhador desfecha um golpe de “podão” a cada 2,5 segundos. São cerca de 10 mil golpes por dia. Somando-se a esse esforço físico as condições de moradia, alimentação (marmita) a poeira e o calor, dá para se ter uma idéia por que os trabalhadores do corte da cana estão morrendo” (SPM, 2006; 2).

aspectos que participam e permitem entrever a “formatação” e o “deslindamento do processo de exploração e dominação” desses trabalhadores (Silva, 1999).

4.2 – Deserdados não somente da terra

Partindo do processo de expropriação no Vale do Jequitinhonha, impulsionado por uma dinâmica nacional de modernização retardatária, interessa, por fim, observar os contextos nos quais antigos roceiros, lavradores e suas famílias, que não tiveram suas terras completamente expropriadas, mas que tiveram suas antigas condições de reprodução transformadas pelas mudanças nas relações sociais de produção em curso, passaram a se reproduzir. Para problematizar tal questão cabe, inicialmente, uma discussão sobre as possibilidades de alargamento da noção de expropriação.

Até o momento, vimos apresentando o processo de expropriação especialmente como a expulsão dos posseiros das terras ocupadas pelos mesmos ou como o encerramento da relação de agregação, que garantiu modos, ainda que subordinados ao proprietário fundiário, de acesso dos lavradores à terra. Como vimos, tais processos de expulsão foram pressupostos da formação dos trabalhadores “bóias-frias” que “vão morar nas favelas da própria região do Jequitinhonha, migrando para o corte de cana em São Paulo e depois retornando” (Martins, 1986; 53). Contudo, as transformações provocadas pela modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha alteraram as condições de reprodução inclusive dos antigos lavradores que não tiveram suas terras completamente expropriadas, garantindo seu domínio sobre parcelas de terras documentadas.

Dentre essas transformações, podemos ressaltar a destruição de uma forma tradicional de apropriação da terra pelos antigos roceiros do Vale do Jequitinhonha, fundada no “complexo grotas-chapadas” ²⁹¹ (Graziano e Graziano Neto, 1983; Moura, 1988; Martins, 1986 e Silva, 1988 e 1999), provocada especialmente pela ocupação das chapadas por

²⁹¹ “Estando-se no Vale e olhando-se o horizonte de um ponto qualquer, em qualquer direção, vislumbra-se uma seqüência de montanhas e vales. Essas montanhas, à semelhança de pequenos planaltos, conformam com suas variadas altitudes, planos elevados de vegetação típica de cerrado. Esses planos, sem recursos hídricos na superfície, são regionalmente chamados de *chapadas*. Os vales, por sua vez, também de variada inclinação e profundidade contendo uma infinidade de riachos e rios, são designados por grotas” (Graziano e Graziano Neto, 1983; 88). “A apropriação *privada* da terra é um mecanismo utilizado pelos camponeses para assegurarem os frutos do trabalho familiar (...). Normalmente chamada de *minha morada*, *meu lugar* ou *minha propriedade* envolve a casa de moradia, uma fonte de água, uma agricultura de alimentos e uma *manga* – pasto natural cercado” (Graziano e Graziano Neto, 1983; 89). “A segunda forma de apropriação da terra, a forma *coletiva*, aparece como predominante nas áreas de chapadas ou em terras declivadas longe de fontes d’água. Essas áreas, independentemente de seu uso por indivíduos isolados, permanece ao longo do tempo como não-propriedades, como coletivas ou como *em comum*, como dizem. Como decorrência dessa prática cultural o usufruto da chapada é coletivo ou socializado” (Graziano, 1983; 90).

empresas reflorestadoras²⁹², conforme indicado no terceiro capítulo da segunda seção dessa dissertação. A referida forma de apropriação da terra definia parcelas do território, especialmente nas chapadas, como áreas para serem utilizadas *em comum* pelos lavradores que possuíam suas posses ou sítios nas grotas. Nas chapadas, esses lavradores podiam complementar suas produções realizadas nas grotas, de roças e quintais, com a criação do gado solto no pasto nativo, com a coleta de frutos e a caça de animais do cerrado, com a apanha de lenha, de madeira para construções e para cercas e de ervas medicinais.

“Nas áreas privadas, estabelecem-se a moradia, as atividades domésticas e produtivas dos camponeses. Nas áreas coletivas, as atividades são a coleta de frutas, caça, obtenção de madeira, raízes e também a criação de animais quando os pastos privados secam e até roçados de mandioca” (Silva, 1988; 12).

A derrubada do cerrado nativo para a produção de carvão e a ocupação das chapadas especialmente com o plantio de eucalipto pelas empresas reflorestadoras destruiu a fauna e a flora nativa dos cerrados e com elas os usos tradicionais dados para essas parcelas do território pelos antigos lavradores. Essas circunstâncias impuseram novas condições de reprodução aos antigos roceiros que, se não tiveram suas terras completamente expropriadas, viram-se privados do acesso aos outros recursos do cerrado que complementavam sua sobrevivência e de suas famílias. Tal privação aparece representada de distintas maneiras nas falas dos antigos lavradores que permaneceram no Vale do Jequitinhonha, cercados e cerceados pelas fazendas e pelas empresas que garantem a propriedade privada das antigas parcelas de uso comum.

“A Acesita não devia ter plantado eucalipto nas beiradinhas das terras de cultura...ela prejudicou. A gente soltava o gado que comia o canto da chapada. Na chapada não tinha cerca. Eu cheguei de São Paulo, comprei arame novo para cercar o terreno, mas a Acesita não respeitou. Quando eu estava furando os buracos para colocar os postes para pôr o arame, ‘Ela’ chegou com as correntes, quebrou tudo e ficou tudo por isso mesmo. A resposta era esta: ‘se tiver documentos, a Acesita paga vocês’. Mas ninguém tinha documento de chapada. A gente tem documento só de grotas. Eu moro aqui, então eu tenho um pedacinho de terra comum ali na chapada. ‘Ela’ comprava um pedacinho de um, dos mais espertos e anexava os dos outros, na virada, e dizia aqui tudo foi comprado. ‘Ela’ comprava um pedaço e falava que tinha comprado toda a chapada do Estado” (Joaquim, negro, entrevista *apud* Silva, 1999; 54).

“O problema é que hoje se tem que pagar por tudo. Olha, você tem de comprar o leite, quase ninguém tem vacas por aqui. Você vai à cidade e tem de comprar muitas coisas que precisa e que a terra não produz mais. Faz muito tempo que eu não tiro arroz aqui, ultimamente eu só tenho tirado milho, um pouco de feijão, quando a chuva não atrasa, mandioca e só, o resto eu trago da cidade. Eu compro óleo, sal, macarrão, arroz, feijão, porque aqui a gente só tira o catador, às vezes um queijo,

²⁹² “Outra forma do cerco é (...) a invasão das terras de ‘chapada’, no Jequitinhonha, secularmente possuídas em comum como complemento das terras privadas e camponesas das ‘grotas’ que são utilizadas na produção agrícola. Essa invasão vem ocorrendo desde 1974, com a ocupação dessas terras por grandes empresas de reflorestamento que produzem carvão para as indústrias siderúrgicas de Minas Gerais” (Martins, 1986; 53).

uma coisinha a mais. Ultimamente eu tenho também que comprar lenha. Veja, eu apanhava lenha logo ali, na terra de um fazendeiro. E você pode acreditar que de um tempo para cá ele passou a cobrar a lenha que a gente apanha, muitos aqui da região apanhavam lenha lá. Aquela lenha que ficava apodrecendo. Agora não pode mais, tem que comprar, se você soubesse que a gente ainda fazia um favor para o homem apanhando as madeiras antes delas apodrecerem” (Ana, 68 anos, Itinga, entrevista *apud* Leite, 2006; 50).

Mas, sobretudo, tal privação e as novas condições de reprodução que ela impõem aparecem assinaladas pela necessidade de muitos dos antigos lavradores que não tiveram suas terras completamente expropriadas terem de buscar fontes de renda para completar sua subsistência, como foi possível observar em trabalho de campo²⁹³. Essa necessidade, que se generaliza, decorre não apenas da privação do acesso aos recursos territoriais das chapadas e dos cerrados nativos, mas ainda em função da inserção dos antigos roceiros numa dinâmica de reprodução social onde o dinheiro foi imposto como forma predominante de mediar a satisfação das necessidades. Por sua vez, os meios de vida multiplicam-se industrialmente e transformam o próprio caráter da necessidade desses antigos lavradores.

Essas novas condições aparecem bem representadas pela eletrificação das comunidades rurais da grande maioria dos municípios do Vale do Jequitinhonha. O consumo dos lavradores passou a incluir, a partir de então, eletrodomésticos como geladeiras e televisores. Além disso, antigas necessidades que eram satisfeitas diretamente, como de roupas, mantas e cobertores tecidos pelos agricultores, foram substituídas pelo consumo de produtos industrializados. Um dos exemplos mais marcantes dessa substituição consiste no abandono de antigas práticas de utilização de ervas e raízes na cura de doenças, em favor de remédios produzidos pela indústria farmacêutica.

Ao contrário da apologia das benesses da modernização, da nossa perspectiva essas mudanças nos apontam para um processo de expropriação também simbólico, no qual antigos lavradores vão perdendo e abandonando antigos conhecimentos, como o de fiar, tecer, produzir remédios e óleos utilizados para a iluminação, sob o impacto da oferta dos produtos industrializados e das promessas de conforto de uma vida “urbanizada”. Esse lento impacto, que aparece simplesmente como uma transformação nos costumes dos antigos lavradores, tem determinações atreladas ao esfacelamento das antigas relações de produção nos quais estes estavam inseridos e dos quais derivavam e contribuíam para recriar. Esse impacto, por sua vez, colabora com a imposição das novas relações de produção salariais que se generalizam.

²⁹³ “Com isso [com a ocupação das chapadas pelas empresas de reflorestamento], os trabalhadores rurais ficam sem condições de complementar a sua produção agrícola familiar com a criação de animais e a coleta de produtos vegetais. São assim obrigados a buscar no assalariamento, como cortadores de cana ou colhedores de café, o complemento da subsistência” (Martins, 1986; 53).

Faz com que essas relações tornem-se imprescindíveis para a sobrevivência dos mesmos lavradores.

“Sabe onde está a diferença? Antigamente para eu ganhar uma saia nova, minha mãe fiava o algodão, fazia a fazenda no tear, costurava a saia, fervia ela com o ‘coração’ da bananeira, depois enterrava por uma semana no barro, com uma pedra em cima. Quando tirava, a saia saía de lá pretinha. Hoje você vê como essas meninas estão vestidas [diz referindo-se às netas]. Sandalhinha da Xuxa, não sei mais o que da Xuxa, onde você acha que elas aprenderam isso?” (Márcia, 79 anos, Itinga, entrevista *apud* Leite, 2006; 53).

Além disso, há que se considerar uma dinâmica de expulsão de terras mais férteis ou com aguadas para outras terras menos férteis, muito íngremes ou sem acesso à água que também está determinada pela exploração da renda diferencial da terra, deflagrada pela autonomização entre terra, trabalho e capital, determinada pela reestruturação das fazendas e pela chegada das empresas reflorestadoras. Nessas condições, mesmo que antigos lavradores possam alcançar pedaços de terra, nem sempre essa terra é suficiente (pelo seu tamanho e pelas suas características) para garantir a reprodução dos mesmos e de suas famílias²⁹⁴.

“O lugar é muito seco. Só tem mesmo a água de beber dessas caixas que pegam água da chuva, e olha, se não fosse essas caixas, a gente morria de sede ou então já tinha abandonado isso aqui e tinha ido trabalhar de empregado nalguma fazenda ou então tinha ido pra cidade. Fora essa água, só fica mesmo um ou outro barreiro mais escondido nessas grota que é onde a gente leva os bicho [animais] pra beber água. No mais, oh meu Deus do céu, aí é só sequeidão braba. *Terra que tem fartura de água é de fazendeiro* e quem faz uma rocinha lá é só o vaqueiro [empregado], mas por o dono mesmo o que plantava era só capim pro gado. *Mas pra gente que é pobre sobrou só terra com pouca água que nem essa nossa*. E a gente vai viver de quê? Aí tem que se virar mesmo” (Maria dos Anjos, 37 anos, Araçuaí, entrevista *apud* Pereira, 2008; 302; grifos nossos).

Nesse sentido, sugerimos uma noção ampliada de expropriação que não pode se reduzir ao acesso à terra. Esses antigos lavradores foram expropriados também das águas, dos recursos nativos do cerrado, das parcelas comuns das chapadas, de conhecimentos, meios e técnicas de produção, mas, sobretudo, das antigas relações de produção que condicionavam-lhes as práticas e costumes, organizando-lhes as necessidades e os desejos. Foram inseridos no universo das relações monetarizadas ainda que, para eles, tais relações realizem-se apenas de maneira precária. Ou seja, as possibilidades de consumo realizam-se, quase sempre, apenas como fetiche de consumo, fruto de relações totalmente monetarizadas que sugerem a

²⁹⁴ José Carlos Alves Pereira (2008), com base em pesquisas recentes realizadas entre os anos de 2001 e 2006, afirma ainda hoje o impacto dos projetos de “desenvolvimento rural” na dinâmica de valorização territorial e de ampliação da extração da renda fundiária, em conformidade com a anterior e já debatida atuação do planejamento regional: “A precariedade [das condições de vida dos antigos lavradores] também está vinculada às políticas de desenvolvimento rural, em geral de difícil acesso aos camponeses e mais acessíveis aos fazendeiros. Entre outras atividades, essas políticas se expressam na construção de açudes ou barragens para irrigar terras onde predomina a agricultura e a pecuária de caráter empresarial, como pode ser constatado em alguns setores o Alto e Baixo Jequitinhonha, onde predominam a pecuária de corte e a produção de frutas, como manga e mamão para exportação” (Pereira, 2008; 304).

possibilidade de escolher quaisquer das mercadorias disponíveis. Possibilidade não obstante limitada por constantes dificuldades de obtenção de renda, ocultas sob o acesso ao crédito nas lojas populares de móveis, roupas e eletrodomésticos existentes nas cidades do Vale do Jequitinhonha.

Nessas circunstâncias, vão se criando diferentes contextos nos quais os antigos lavradores deixam, ainda que temporariamente, de ser lavradores para tornarem-se assalariados de modo a garantir a reprodução de suas famílias²⁹⁵. Podemos observar nesses contextos, conjugados com a comercialização de produtos nas feiras da cidade, o trabalho por diárias nas fazendas pecuárias que permanecem na zona rural, trabalhos volantes nas empresas reflorestadoras, na construção de estradas e em outras obras públicas. As conversas com antigos roceiros no Vale do Jequitinhonha estiveram repletas de referências a esses momentos de assalariamento e a outras fontes de renda, que complementam a sobrevivência dos mesmos, como o auxílio fornecido por filhos e outros parentes que se assalariaram, as pensões de cônjuges falecidos, a aposentadoria rural²⁹⁶, as bolsas e auxílios fornecidos pelo Estado. Dessas tais formas de imposição da necessidade de assalariamento surge também o migrante e o “bóia-fria”, mesmo entre os antigos roceiros que não foram completamente expropriados de suas terras.

[Gostaria de] ter o que comer hoje sem precisar perder o cabelo da cabeça pensando no que fazer para ter comida amanhã. A gente só sai daqui pra caçar outro jeito de vida, porque a vida aqui num dá. *Você assunta a situação de um pai de família vendo os filhos com fome, outra hora doente, ou então querendo um trem, um brinquedo, coisinha assim e você não pode dar. Isso é vida de gente?* É por isso que a gente tem que sair para ganhar ao menos um pouco, comprar o de comer e não ver eles chorar com fome” (Antônio Silva, 29 anos, Francisco Badaró, entrevista *apud* Pereira, 2008; 300-301; grifo nosso).

A migração destes antigos lavradores, submetidos às mais diversas formas de expropriação discutidas, mas que mantiveram, não obstante, suas parcelas de terra, tem sido interpretada tradicionalmente como uma estratégia de manutenção de suas condições camponesas de reprodução (Graziano e Graziano Neto, 1983; Moura, 1988; Martins, 1986 e Silva, 1988 e 1999). A análise destes autores se fundamenta na complementariedade dos ciclos agrícolas dos locais de origem e de destino desses migrantes. Dessa perspectiva, a safra

²⁹⁵ “(...) o mundo agrário integra-se à dinâmica da sociedade urbano-industrial, vista em âmbito nacional e mundial. O desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo é também o desenvolvimento intensivo e extensivo da urbanização, secularização, individualização, racionalização. Visto como processo civilizatório, o capitalismo revoluciona as condições de vida e trabalho em sítios e fazendas, minifúndios e latifúndios. (...) A própria cultura de massa, de origem nacional e mundial, espalha-se por todos os cantos e recantos. Modos de vestir, falar, agir, pensar, lutar, imaginar são impregnados de signos do mundo urbano, da cidade global” (Ianni, 2002; 50 *apud* Pereira, 2008; 299).

²⁹⁶ “Os idosos contribuem significativamente com suas aposentadorias, sem as quais milhares de famílias em diversas comunidades não teriam o básico necessário (arroz, feijão, macarrão) para sua sobrevivência no período de estiagem” (Pereira, 2008; 302).

no agronegócio seria seguida pela produção das roças de subsistência na unidade camponesa, que garantiria em parte a reprodução da força de trabalho desses migrantes, permitindo um rebaixamento do salário dos mesmos, quando explorados nas empresas agrícolas²⁹⁷.

“(…) No Vale do Jequitinhonha, a terra é preparada em setembro e outubro, quando termina a safra de cana em São Paulo. Os trabalhos agrícolas terminam em fevereiro e março. Os trabalhadores podem se deslocar, portanto, para a colheita de café no sul de Minas e para o corte de cana em São Paulo. (...) Nesses casos de migrações cíclicas em que há interpenetração de calendários agrícolas distintos (...) a migração temporária cumpre duas funções contraditórias. De um lado, o migrante temporário sai de casa para trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições de sua sobrevivência como camponês. A necessidade da migração é resultado de que, como camponês, vive no limite da mera subsistência. Fato que se agrava em consequência do cerco que o capital lhe impõe. Por isso, calamidades pequenas e grandes – como as doenças e as secas – têm efeito social desastroso em sua vida, levando até o endividamento e à migração definitiva. (...) De outro lado, a empresa capitalista que, no campo ou na cidade, utiliza a força de trabalho do migrante temporário, não dispense todo o capital necessário à sua reprodução como trabalhador para o capital. É verdade que o salário recria, no operário, o camponês; que por sua vez recria o operário” (Martins, 1986; 52-53).

Contudo, como vimos discutindo, as necessidades desses lavradores e as condições de supri-las diretamente vão sendo transformadas pelas mudanças nas relações de produção em que encontram-se inseridos. Relações cada vez mais mediadas por dinheiro, inserção e ampliação do consumo de produtos industrializados, estreitam a dependência monetária da família para que garanta sua reprodução, estreitando também a dependência das mesmas com relação ao assalariamento, num contexto no qual o trabalho temporário realizado esporadicamente vai sendo periodicamente reiterado, consolidando-se como pressuposto inevitável para a reprodução desses antigos lavradores.

Além disso, há que se considerar as mudanças nas próprias relações de trabalho experimentadas por esses migrantes. Nas conversas com esses trabalhadores reincidentem estórias sobre a extensão do período de corte e plantio de cana-de-açúcar que vem diluindo as possibilidades de que a safra no agronegócio se articule com os períodos de semeadura e colheita no Vale do Jequitinhonha, das roças produzidas pelos próprios lavradores. Com isso, ainda que retornem periodicamente para suas cidades de origem no Vale do Jequitinhonha, para os sítios nos quais as famílias seguem morando, sobrevivendo inclusive com a ajuda financeira do migrante que manda dinheiro e paga as cadernetas a crédito que muitas famílias mantêm em armazéns para poder sobreviver, muitas vezes não tem condições de manter atividades produtivas no âmbito familiar.

²⁹⁷ Para os autores Garcia Jr. (1989) e Durston (1998), cujo argumento é apresentado por José Carlos Alves Pereira (2008), os antigos lavradores expropriados migrantes servem-se da migração temporária como estratégia de “permanência da família na terra, na medida em que as remessas enviadas pelos migrantes permitem à família, em seu local de origem, manter a propriedade, investir na atividade agrícola e melhorar seu padrão de vida” (Pereira, 2008; 305).

“Pergunta: Quando você voltou do corte de cana no ano passado?

Resposta: Eu cheguei em casa no dia 15 de dezembro.

P: Você plantou alguma coisa na sua roça quando você chegou?

R: Que nada, nessa época do ano já não dá mais tempo. Para plantar feijão o certo é em novembro, no máximo dezembro, isso se as chuvas não adiantarem. Minha mãe plantou umas coisinhas com minha mulher, mas é pouca coisa, só um pouquinho de milho, feijão catador.

P: Você gostaria de ter tido tempo de plantar?

R: Na verdade, não... Porque, você veja, eu cheguei dia 15 de viagem. Quando for o fim desse mês [janeiro], eu já estou indo embora de novo. A gente trabalha o ano inteiro no pesado do canavial. Quando chega aqui quer saber de descansar. É como tirar férias (...).

(Oswaldo, 35 anos, Minas Novas, entrevista *apud* Leite, 2006; 52).

O depoimento do cortador de cana indica, deste modo, outra forma de expropriação a qual vêm sendo submetidos os antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha. Deles tem sido tomado o tempo necessário para continuarem se reproduzindo como lavradores. O período no qual os migrantes poderiam produzir safras de gêneros alimentícios para colaborar na subsistência da família vai sendo invadido pelas safras cada vez mais longas do agronegócio²⁹⁸. Tal dinâmica coloca em questão a importância do trabalho familiar, voltado para a subsistência desses lavradores, no rebaixamento dos custos do capital com a força de trabalho.

Por fim, podemos sugerir que esses migrantes, expropriados das condições sociais necessárias para se reproduzirem como lavradores, vão sendo expropriados das próprias possibilidades de se representarem como lavradores. Essa progressiva impossibilidade de se representarem como lavradores vai impondo também uma mudança na forma como esses trabalhadores encaram o assalariamento ao qual estão submetidos, em contraposição à possibilidade de se reproduzirem como lavradores.

“Pergunta: Qual é a sua profissão?

Resposta: Minha profissão, eu não tenho profissão, eu corto cana desde os 17 anos de idade. Quer dizer, acho que eu sou cortador de cana.

P: Qual a sua profissão? [Pergunto olhando para a mãe do trabalhador]

R: Eu sou lavradora. No meu documento está escrito lá, profissão: lavrador”

(Oswaldo, 35 anos, filho de Zica, 79 anos, Minas Novas, entrevista *apud* Leite, 2006; 52).

As possibilidades ilusórias de consumo conferidas pelo salário obtido em dinheiro ocultam a dilapidação inerente ao processo de expropriação, além de justificarem as dificuldades e as precárias condições de vida e trabalho na reprodução como migrantes e como “bóias-frias”.

“Pergunta: Sua profissão é lavrador?

²⁹⁸ “Para esses migrantes, a migração ou o “Sul” não tem mais se constituído como o caminho do roçado. Mais do que isso, para eles a migração ou o “Sul” têm significado menos reprodução social da condição camponesa e mais produção social de proletários (...), em muitos casos sem emprego formal dada a crise do emprego na sociedade contemporânea” (Pereira, 2008; 308).

Resposta: Não, lavrador não é profissão.

P: Por quê?

R: Porque a pessoa trabalha, trabalha, trabalha e não recebe nada, não ganha dinheiro.

P: E você tem profissão?

R: É uma profissão ruim, mas eu tenho. É cortador de cana”.

(José Epifânio, 53 anos, Itinga, entrevista *apud* Leite, 2006; 52)

4.3 – Formação do “bóia-fria” como resultado da crise da modernização

Convém ressaltar inicialmente, como sugere Maria Aparecida de Moraes Silva (1999), que a transformação dos antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha em “bóias-frias” não pode ser analisada como uma passagem mecânica: “muitos transformaram-se em população sobrando, em desempregados, em peões-do-trecho, em andarilhos” (Silva, 1999; 72). Ainda assim, de acordo com a autora, “a migração sazonal para a região de Ribeirão Preto foi uma das alternativas” (Silva, 1999; 71) para essa população de expropriados.

Da perspectiva da autora, salvo engano, o que promoveu a transformação dos expropriados do Vale do Jequitinhonha em “bóias-frias” foi o caráter “trágico” (Silva, 1999) da modernização promovida pelo Estado brasileiro no campo. Esse processo, ao passo que proporcionou a inclusão dos antigos lavradores numa dinâmica de exploração capitalista nas empresas do agronegócio que se consolidavam no campo, operou a redução dos mesmos à condição de “bóias-frias” por meio de uma legislação trabalhista que instituiu o trabalho volante, que se generalizou nessa agricultura.

“Nesse estudo, consideram-se os ‘bóias-frias’ como trabalhadores dessa agricultura. Não se compartilha a idéia segundo a qual, pelo fato de serem temporários, sejam sobrantes ou excluídos. Eles são incluídos. Defende-se, aqui, a idéia de que esse processo produziu uma diferenciação social (étnico-racial) entre os expropriados, sob a rubrica do Estado que os baniu da legislação. Não se trata de não considerá-los trabalhadores, pelo fato de serem ‘bóias-frias’. São, ao contrário, trabalhadores com essa condição. Sob o disfarce de um Estatuto de Trabalhadores Rurais o *Estado brasileiro institucionaliza a descaracterização destes homens e mulheres enquanto trabalhadores, negando-lhes essa condição e imprimindo-lhes a marca da indefinição, de uma verdadeira escória*” (Silva, 1999; 72; grifo nosso).

Contudo, da perspectiva que vem sendo apresentada neste trabalho, evitando igualmente um modelo mecanicista de análise, para apresentar e problematizar as determinações do processo de transformação dos antigos lavradores em “bóias-frias” para além da ressaltada disputa de classe na definição da regulamentação da super-exploração do trabalho, há que se recorrer a uma análise dos limites definidos pelo contexto mundial da reprodução do capital, no qual o Brasil pôde concretizar seu processo de modernização retardatária.

Como podemos sugerir, inicialmente, a partir da leitura de *O colapso da modernização*, de Robert Kurz (1999), esse contexto da reprodução capitalista foi marcado por níveis

mundiais de produtividade muito elevados, responsáveis pela expulsão, em termos absolutos, do capital variável do processo produtivo, o que produziu, por sua vez, uma crise da reprodução ampliada, que passou a se estabelecer apenas com base no endividamento, alcançando uma reprodução fictícia do capital. Essa conjuntura, que o autor identifica como colapso da modernização ou como crise fundamental da sociedade do trabalho (Kurz, 1999), define o ponto de chegada da modernização retardatária brasileira. Os descompassos herdados da não-simultaneidade nacional foram, por fim, superados, mas apenas em condições críticas, ou seja, de simultaneidade negativa mundial (Kurz, 1999).

Ou seja, a perspectiva que vimos ressaltando identifica o processo de formação do “bóia-fria” no Vale do Jequitinhonha como expressão do desfecho crítico da modernização retardatária brasileira. Se tal processo garantiu, num esforço de desenvolvimento nacional, a imposição da relação-capital onde ela não se encontrava autonomizada²⁹⁹, seu desfecho crítico apareceu assinalado nas possibilidades restritas de incorporação desses trabalhadores mobilizados no processo de produção do capital. “Conquistou-se” nacionalmente a generalização do assalariamento – que, por um lado, prometeu superar relações de trabalho “arcaicas”, fundadas em caprichos de proprietários fundiários e, por outro, prometeu uma massa de força de trabalho barata para ser explorada pelo capital, com a qual o país contava para desenvolver seu processo de industrialização – num contexto no qual o trabalho foi ficando, cada vez mais, sem comprador, sendo, o trabalhador, obrigado a aceitar condições cada vez mais lesivas à sua reprodução.

Dessa contradição, resultou uma inclusão aparentemente parcial desses novos trabalhadores expropriados que não conseguiram se realizar plenamente nem como sujeitos de direito, uma vez que a lei lhes excluiu da própria lei; nem como consumidores, uma vez que foram depauperados pelas condições de exploração nas quais acharam-se inseridos. Além de indicarem o contexto conservador e autoritário no qual se realizou a modernização brasileira durante os anos de 1960 e 1970, tais condições de reprodução desses trabalhadores revelam sobretudo o caráter violento intrínseco ao processo de modernização, uma vez que as perspectivas aparentemente positivas do desenvolvimento alcançaram seu limite histórico de realização.

Aos “bóias-frias” foi imposto serem trabalhadores, num processo que os libertou de quaisquer outras condições de reprodução que não a venda de sua força de trabalho. Ou seja, tornaram-se completamente livres dos meios de produção. Contudo, sua transformação em

²⁹⁹ “Qualquer tentativa de modernizar tardiamente traz consigo mais processos de mobilização forçada” (Heidemann, 2004; 36).

“bóias-frias” não pode ser entendida como resultado direto do processo de expropriação. Essa transformação tem, antes, que ser entendida dentro das condições de realização do capital então instauradas no Brasil, ou seja, dentro do desfecho crítico da modernização retardatária que produziu uma forma específica do Estado mediar o conflito social, expressa por exemplo na legislação que instaurou o trabalho volante no campo.

Mesmo a transformação de muitos dos expropriados do Vale do Jequitinhonha em trabalhadores do “agronegócio” no campo indicava então um contexto de reprodução do capital na indústria, que passara a prescindir em termos absolutos dos trabalhadores articulados nacionalmente numa superpopulação relativa assim tornada supérflua, personificada pela figura do “nordestino” migrante, trabalhador volante e precário. Contudo, nota-se atualmente que a intensificação da mecanização da própria agricultura passa também a dispensar trabalhadores em números absolutos, generalizando o desemprego estrutural por todos os setores produtivos de capital da economia nacional³⁰⁰.

O referido contexto crítico de reprodução do capital industrial – responsável por generalizar o desemprego estrutural urbano indicado pela transformação de muitos dos antigos lavradores do Vale do Jequitinhonha em trabalhadores da grande empresa capitalista do campo – pode ser ainda tangenciado observando o comportamento dos dois setores que se articulam na produção e na consolidação dos “bóias-frias” provenientes do Vale do Jequitinhonha. O primeiro deles é o setor florestal, que participou na expropriação e na formação do trabalhador duplamente livre, especialmente no Distrito Florestal, no qual foi prioritariamente implantado, como vimos discutindo ao longo do capítulo. O segundo deles é

³⁰⁰ Essa situação pôde ser por nós observada em um trabalho de campo realizado em julho de 2009, vinculado ao desenvolvimento da pesquisa realizada por Fabio Teixeira Pitta, *Modernização retardatária e agricultura paulista: o Proálcool na reprodução crítica do capital fictício*. Essa pesquisa de mestrado, ainda não concluída, vem sendo realizada no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo, sob orientação do Prof. Dr. Anselmo Alfredo. Nessa incursão ao campo pudemos observar a mecanização quase total de algumas empresas tanto fornecedoras de cana-de-açúcar como produtoras de açúcar em torno das cidades de Severínia, Olímpia, Cajobi, Nova Granada, Altair e Icem. Nesse contexto, observamos, no que tange aos empresários entrevistados, a dificuldade dos empreendimentos arcarem com as dívidas assumidas para a compra das máquinas, sendo obrigados a conseguir novos financiamentos para “rolarem” suas dívidas. Por sua vez, no que tange aos trabalhadores entrevistados, observamos a transformação de “turmas”, que antes cortavam cana com 70 trabalhadores, ficarem reduzidas a dois trabalhadores – excluídos aqui os operadores de máquinas – conhecidos como “canudeiros”, que cortam corredores de cana crua para que a máquina consiga adentrar o canavial, além de histórias recorrentes de migrantes temporários conhecidos dos entrevistados que haviam voltado para suas cidades de origem ou ficado no “trecho” rumo à outras cidades por não terem conseguido emprego na safra da cana-de-açúcar em nenhuma empresa. Por outro lado, no que se refere aos direitos trabalhistas de maneira geral, sindicalistas entrevistados reclamavam a dificuldade de garantir contratos num contexto no qual a quantidade de trabalhadores disponíveis e cada vez mais forçados pelas circunstâncias a aceitarem contratos extremamente lesivos à sua reprodução abunda. Nas palavras de um sindicalista entrevistado em Nova Granada, se um cortador de cana não aceita uma vaga porque acha que as condições de trabalho estão ruins ou o preço da cana cortada está fraco, há uma fila de desempregados atrás dele que trabalhariam cada vez por menos. Além disso, o mesmo sindicalista entrevistado em Nova Granada ressalta que nas negociações as empresas apresentam cada vez mais como argumento seu endividamento para forçar acordos precários.

o setor agroindustrial de produção do açúcar e do álcool, que veio a empregar muitos dos trabalhadores “bóias-frias” migrantes do Vale do Jequitinhonha no corte da cana-de-açúcar, depois de ter passado por um processo intensivo de modernização retardatária, responsável por homogeneizar as relações sociais de produção, expropriando e mobilizando trabalhadores, e a forma de acumulação que passou a garantir a reprodução do capital³⁰¹.

Ambos os setores são destacados por Guilherme Delgado pela tendência dos mesmos a dispensarem trabalhadores de forma crescente ou a concentrarem a contratação dos mesmos em curtos períodos do processo produtivo. Essa tendência permite, por sua vez, impor contratos precários e remunerações cada vez mais baixas. De acordo com o autor, essa tendência seria definida pela alta centralização dos capitais nesses ramos³⁰², como mostram as Tabelas III e IV, a seguir, que garantiram um intenso investimento dessas empresas em capital constante, tornado o recurso ao capital variável cada vez mais dispensável.

Tabela III: Concentração da produção segundo principais grupos empresariais da silvicultura (1980)³⁰³

Grupos econômicos ou S.A. autônomas	Faturamento líquido da produção florestal como % de seu valor total	Valor do faturamento líquido (milhões Cr\$)
1. Acesita (MG)	19,0	3.485,9
2. Belgo-Mineira (MG)	11,9	2.175,3
3. Klabin (PR)	10,5	1.927,0
4. Vale do rio Doce (MG)	9,2	1.680,3
5. Aracruz Celulose (RJ)	5,8	1.060,5
6. Plantar S.A.	5,0	917,4
Subtotal	61,4	11.246,4
Total do valor da Produção da silvicultura	100,0	18.332,8

Fonte: Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985 (Guilherme Delgado, 1985; 154).

³⁰¹ Para uma discussão do processo de intervenção estatal, especialmente via legislação, na dissolução do colonato, como antiga relação de produção que sustentava a oligarquia cafeeira regional, e na consolidação do “bóia-fria” trabalhador da agroindústria canavieira ver Silva (1999) e Boechat (2009). Para uma discussão sobre o proálcool como estratégia de financiamento para a instauração desse ramo do CAI, podemos assinalar a pesquisa já referida de Fábio Teixeira Pitta, no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo.

³⁰² “(...) observa-se que, para os ramos de produção de Avicultura, *Florestas* e Açúcar e Álcool, os índices de concentração da produção são bastante expressivos, situando-se, respectivamente, na casa de 11,0%, 50,6% e 35,8%, para os 4 principais grupos, no ano de 1980” (Delgado, 1985; 152; grifos nossos).

³⁰³ Ressalte-se que, como vimos, a empresa Acesita, primeira da lista, teve e tem papel fundamental na produção de reflorestamento nas cidades de Minas Novas, Capelinha e Turmalina, Itamarandiba e Veredinha. Hoje, a produção florestal da empresa pertence ao conglomerado ArcelorMittal, que possui uma área contínua reflorestada de 126.300 hectares e do qual também fazem parte as empresas CAF Santa Bárbara e a Belgo-Mineira Florestal. Por sua vez, a Plantar S.A., que também aparece na lista, atuou e atua também com produção de reflorestamento, especialmente no município de Turmalina.

Tabela IV: Principais grupos produtores de açúcar e de álcool (1981-1982)

Famílias e/ou grupos empresariais	Usinas ou Destilarias	Produção nacional da safra 1981-1982 (%)	
		Açúcar	Álcool
Biagi	11	4,6	6,1
Dedini	7	2,1	2,9
Ometto	15	12,7	21,1
Silva-Gordo	5	1,4	1,2
Zilo-Lorenzetti	2	3,9	5,7
Total	40	24,7	37,0

Fonte: Capital Financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985 (Guilherme Delgado, 1985; 154).

De acordo com a análise realizada por Guilherme Delgado, essa tendência à dispensa de trabalhadores, provocada por processos de conglomeração que garantem alto investimento em capital constante, reconhecível nesses ramos da produção agropecuária, mas também na avicultura, na produção de soja e trigo, na atividade pecuária em geral, mas especialmente no ramo do leite e dos produtos lácteos (Delgado, 1985; 156), acaba por aproximar, mais uma vez a produção agrícola da indústria, na qual este processo já se encontra em andamento.

“(…) as similaridades dos ramos agrícolas mencionados (Avicultura, Silvicultura e Açúcar-Álcool) com o setor industrial não ficam apenas nos indicadores de concentração da produção e conglomeração do capital. *Os próprios processos de produção e incorporação de inovações nesses ramos produtivos apresentam dinamismo similar ao das atividades industriais mais desenvolvidas.* (…) as inovações seguem sendo similares aos processos industriais na *automação crescente* de determinadas fases do processo produtivo (preparo do solo, colheita, beneficiamento, transporte, etc.). Em geral, *o ritmo e a dinâmica dessas inovações tendem a se expandir muito rapidamente pelo ramo produtivo como um todo, haja visto seu caráter concentrado e a grande capacidade financeira para patrocinar ou demandar pesquisas em sistemas de produção de mais elevada produtividade do trabalho.* Conquanto dinâmicos em termos de produção e produtividade, e por esta causa, os ramos agrícolas mais concentrados revelam *tendência a prescindir crescentemente do trabalho direto ou a concentrar em curtos períodos do processo produtivo suas necessidades de mão-de-obra.* Tal característica conduz ao surgimento de *relações de trabalho peculiares, com primazia ao trabalho volante e à contratação da maior parte da força de trabalho rural no chamado mercado de bóias-frias.* Uma *proletarização marginal* sob vários aspectos é a relação social que se estabelece, destacadamente na atividade canavieira, com períodos de trabalho estreitos, baixa remuneração e condições contratuais extremamente adversas para o trabalhador” (Delgado, 1985; 156; grifos nossos).

Ou seja, o aumento do capital constante nesses setores, e no setor produtivo como um todo, como ressalta Guilherme Delgado, intensificou a dispensa de trabalhadores, e foi produzindo um contexto geral no qual a oferta global de trabalhadores vai mostrando ultrapassar a necessidade *relativa* de trabalhadores desempregados ou subempregados. Nesse contexto, no qual os trabalhadores, em conjunto, são pressionados a aceitarem condições de trabalho, de contratação e de remuneração cada vez mais precárias, foi possível impor uma legislação que institucionaliza a precariedade do acesso ao trabalho.

Tal abordagem tangencial pode ser apresentada, ainda, observando a dinâmica de reprodução da construção civil, especialmente em São Paulo, atividade que, ao lado do agronegócio, também incorporou precariamente, entre outras atividades, trabalhadores mobilizados de todos os “nordestes” autonomizados pela modernização retardatária, tornados supérfluos para a indústria. A professora Amélia Luisa Damiani oferece uma sugestão para problematizar esse contexto crítico no artigo *Urbanização crítica e situação geográfica* (2004), partindo de um aparente descompasso entre o processo de urbanização e de industrialização na periferia do sistema capitalista, para entender-lhe o sentido.

Amélia Damiani começa por assinalar, de acordo com referência fornecida por Milton Santos, a perda da participação relativa da produção industrial, desde os anos de 1970, tanto no município de São Paulo, como na região metropolitana e no conjunto do estado. Partindo dessa conjuntura, a professora problematiza a importância da construção civil numa cidade que passara a ser não só e não mais continente da atividade industrial. Ou seja, numa cidade que cresceu, ela própria, como negócio industrial.

“Quando começo estudando a indústria da construção e leio a urbanização como negócio, com o estudo da produção do espaço, reconheço os termos da capitalização e a presença desse trabalho – o da indústria da construção – em todas as grandes cidades a explicá-las. Muitos são os proletários envolvidos por essa indústria, que não são reconhecidos como trabalhadores. São antes definidos como excluídos sociais. São moradores de acampamentos, de albergues, de ruas, das periferias (isto com o passar dos anos). Há tempos, desde meu mestrado, reconheci essa presença: as práticas de recrutamento de mão-de-obra em todo o país, para a indústria da construção, pesada e civil, que responde pela reprodução ampliada do corpo fabril das indústrias e por sua manutenção, bem como pelo corpo urbano das cidades denotam os termos geográficos da leitura dessa população” (Damiani, 2004; 27).

Para a professora, no entanto, o contingente recrutado em todo país para a indústria da construção civil – como vimos expulso e expropriado da terra em todo o país, num processo de acumulação de proletários – que deveria ter respondido pelo exército industrial de reserva, reapareceu nas periferias como uma maioria que se apresenta como pedreiro ou ajudante, que faz “bicos” e que não tem emprego fixo, expressão aparente do “trabalho próprio da urbanização, que inclui ‘empreitagem’ e ‘subempreitagem’ em grandes obras urbanas” (Damiani, 2004; 28). Reapareceu esse contingente como trabalhadores cuja inserção em grandes empresas, cuja inserção nos negócios urbanos como trabalhador tornou-se apenas e, quando muito, eventual. Ou seja, trabalhadores que encontram-se incluídos como “totalidade da ‘massa trabalhadora’, o tempo todo no capitalismo e nas formas de capitalização”

(Damiani, 2004; 28), mas submetidos à uma relação que se impôs de forma puramente negativa³⁰⁴.

Contudo, conforme discute Amélia Damiani, nos termos apresentados por Florestan Fernandes no livro *Brasil: em compasso de espera* (1980), quando do desenvolvimento do processo de modernização retardatária, uma perspectiva de socialização positiva desses trabalhadores mobilizados havia se estabelecido. Para o autor essa perspectiva se referia “ao desenvolvimento de um proletariado diferenciado, produto da industrialização maciça e complexa, que envolvia as grandes cidades, e se generalizava por inúmeras outras, conformando regiões metropolitanas, pólos industriais, etc.”, que poderia configurar “uma forma política autêntica de democracia burguesa”, modernizando o país (Damiani, 2004; 28)³⁰⁵.

Embora tal perspectiva de socialização tenha se realizado em parte com a formação de uma identidade proletária³⁰⁶, a professora reconhece que o sentido do processo de diferenciação industrial estabelecido consiste na expulsão dos trabalhadores do processo produtivo. O desenvolvimento das forças produtivas extrapolou a lei populacional que ele comandava e transformou-se em uma expulsão compulsória. Como ressalta Amélia Damiani, partindo das análises realizadas por Marx sobre os efeitos do desenvolvimento econômico capitalista nos *Grundrisse*, “para manter o emprego, com o acrescentamento das forças produtivas e das técnicas, seria preciso um investimento acrescentado exponencialmente” (Damiani, 2004; 29)³⁰⁷.

³⁰⁴ “Exatamente porque meu percurso foi o de tentar incluir a totalidade da ‘massa trabalhadora’, o tempo todo, no capitalismo e nas formas de capitalização, foi-me possível, neste momento, falar de seu inverso: o trabalho como puramente negativo. Pura negatividade: o trabalho como miséria absoluta. ‘A miséria não como carência, mas como exclusão plena da riqueza objetiva (...) a miséria absoluta como objeto’. É quando o trabalho não chega a constituir sua positividade: como atividade, como fonte viva de valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito” (Damiani, 2004; 28).

³⁰⁵ “modernizaria o país, com a reforma agrária, com o comprometimento do pacto entre oligarquia e burguesia nacionais, e entre a burguesia nacional e o capitalismo internacional, que definiria os termos do capitalismo no Brasil; ele ganharia existência civil: um proletariado em condições político-legais efetivas, superando a anomia das classes destituídas e a marginalização política, enfrentando uma perspectiva socialista e proletária (Damiani, 2004; 28).

³⁰⁶ “Constituíram-se inúmeros movimentos sociais: desde os especificamente operários aos chamados movimentos sociais urbanos, envolvendo a presença da Igreja (através da Teologia da Libertação e de seu trabalho pastoral) e dos partidos políticos que, renovados, não insistiam na necessidade de pacto com a burguesia e os latifundiários para desencadear o desenvolvimento capitalista no país (como preconizavam as concepções vigentes nos partidos comunistas de após 1930 até 1960). Essa identidade proletária rica foi combatida: tive a oportunidade de estudar este combate através das políticas habitacionais estatistas” (Damiani, 2004; 28-29).

³⁰⁷ “Há desemprego generalizado. O proletariado diferenciado se esfacela: o desenvolvimento das forças produtivas nas fábricas significou também, além da diminuição do trabalho, a proliferação de trabalho tarefeiro, sem qualificação. A mística da necessidade de trabalho qualificado envolve, na realidade, uma minoria, considerado o montante de trabalho disponível; do qual mais da metade envolve a economia informal. Mística que também se transformou em mais um negócio, agora, inclusive educacional” (Damiani, 2004; 29).

Como no processo discutido de formação dos “bóias frias”, os trabalhadores formados pelo “Milagre Brasileiro” foram, de modo geral, inseridos num mercado nacional de trabalho que se consolidava, mas mediados pela reorganização da legislação que o regulamentava. Essa reorganização, em 1974, com a Lei nº 6.019, instituiu o regime de trabalho temporário, ou seja, delineou o arcabouço jurídico dos contratos temporários e das empresas responsáveis por organizá-los. Da perspectiva da professora, esse mecanismo aparecia como forma de garantir uma exploração extraordinária do trabalho, fundada na legitimação da complexa estrutura de “subemprego”. Esse mecanismo aparecia como instrumento de excessiva exploração do trabalho uma vez que se tratava do “período em que estava se forjando a massa proletária de qualificação diferenciada, tornado nebulosa a interpretação possível do rebaixamento salarial” (Damiani, 2004; 29-30). Contudo, como ressalta Amélia Damiani, a taxa de desemprego a que se chegou na região metropolitana de São Paulo e a queda acumulada do emprego industrial somada a um contexto de financeirização da economia sugerem a existência de um “processo simultâneo de desemprego e degradação dos salários e das condições de trabalho” (Damiani, 2004; 30), determinado pela crise do processo de modernização que vimos assinalando.

“A radicalidade do processo é ainda mais crua: não há moradia e emprego para a maioria – faminta e alvo da violência –, pois a negatividade absoluta do trabalho assim se traduz, sem política como alternativa, a essa massa humana despossuída (...). Todo aparato teórico-conceitual que sempre explicou a miséria e o desemprego, ou o subemprego, como faces do capitalismo dependente, acabou por obscurecer o limite que estamos vivendo” (Damiani, 2004; 30).

Deste modo, o processo de inserção e as condições de exploração dos trabalhadores mobilizados pela modernização retardatária acabam determinados por seu desfecho crítico, resultado da crise fundamental da sociedade do trabalho. Como vimos apresentando, inclusive por meio dos debates conduzidos pela professora Amélia Damiani, as oportunidades e as condições de trabalho desses *errantes do fim do século* (Silva, 1999), tanto na moderna agricultura capitalista como na construção civil, que representa as contradições da crise do emprego urbano, expressam as possibilidades críticas de reprodução dos trabalhadores numa sociedade mediada pelo trabalho, na qual ele passa a faltar.

E – ainda que a crise do trabalho que determina o desfecho crítico da modernização retardatária brasileira tenha de ser entendida em sua dinâmica mundial e não abordada apenas setorialmente, uma vez que o pressuposto da mobilidade do trabalho é a circulação (setorial e espacial) dos trabalhadores – a discussão de alguns contextos de reprodução do capital e de inserção dos trabalhadores, como o da construção civil e o da moderna agricultura capitalista, permite ao menos tangenciar uma abordagem dessa crise.

Assim, as condições frágeis e débeis em que se exerce o trabalho desde então, e que agravam-se ainda mais no momento atual³⁰⁸, especialmente nos setores para onde foram lançados os milhões de ex-lavradores expropriados no processo de modernização do campo promovido pela ditadura militar, ressalte-se o agronegócio e a construção civil, não podem ser encaradas simplesmente como um resultado de uma legislação conservadora que “incorporou sem incorporar” o trabalhador, mas tem de ser entendido nos termos da tendência geral e contraditória da acumulação capitalista, cada vez mais monopolizada e ficcionalizada, que determina investimentos cada vez maiores em capital constante como uma tentativa de contornar a queda da taxa de lucro que, contraditoriamente, apenas aprofunda-a.

“O ponto de partida é conhecido de todos. A competição econômica força as empresas a buscarem a eficácia, revolucionando o trabalho, a técnica, os produtos, que adiante voltam a competir e a serem revolucionados, e assim, por diante. Noutras palavras, *está na lógica da produção de mercadorias obrigar ao desenvolvimento das forças produtivas*. Algum tempo depois da Segunda Guerra Mundial esse processo, que acompanha o capitalismo desde o começo, alcançou um patamar decisivo, cujas conseqüências determinam a história contemporânea. O dado crucial está no casamento, sob regime mercantil, entre a investigação científica e o processo produtivo. A ligação foi dinamizada a fundo pelas condições de mercado mundializado que a Pax Americana sustentou, as quais abriram possibilidades inéditas à velha concorrência entre capitais. (...) *A concorrência no mercado mundial torna obrigatório o novo padrão de produtividade* (...). Tanto o mercado como o padrão, na sua forma atual, são resultados tardios e consistentes da evolução do sistema capitalista, que, chegando a esse patamar (...) alcançou o seu limite, criando condições completamente novas. *Pela primeira vez o aumento de produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho*” (Schwartz, Roberto; 8-9 *apud* Kurz, Robert, 1999; grifos nossos).

Esse cenário permite, portanto, que interpretemos a emergência da “precarização” e da “flexibilização” da contratação dos “bóias-frias” nos termos da crise de uma socialização fundada no trabalho como mediação e da crise (imane)nte de uma forma de acumulação fundada na extração de mais-valia. Ou seja, permite que interpretemos as imposições cada vez mais lesivas à reprodução do trabalhador “bóia-fria” num contexto em que a proletarianização marginal se generaliza para todos os setores produtivos do capital.

Por sua vez, essa crise transparece na própria dinâmica do capital, cuja taxa de lucro declina a passos largos justamente em função da constante diminuição da exploração de trabalhadores. Essa circunstância, experimentada nos setores produtivos de capital, soma-se à

³⁰⁸ Uma olhada despreocupada nas grandes cidades permite identificar os “bóias-frias” urbanos contemporâneos, subcontratados, mal-pagos e desprovidos de direitos, muitas vezes migrantes de outras partes do país, que se alimentam à sombra de árvores da cidade com marmitas esfriadas pelo longo tempo que passaram fora de casa, no trabalho nas ruas. Não são apenas os operários da construção civil, cujo samba eternizou os cardápios baseados em arroz com feijão, torresmo e ovo frito. São meninas carregadoras de bandeiras dos novos empreendimentos imobiliários que se intensificam, re-expropriando trabalhadores. São pernas-de-pau que alegram portas de lojas, são terceirizados que limpam quase todos os lugares, públicos e privados, por onde circulamos hoje em dia.

ampliação dos setores improdutivos que aparecem como “despesas” gerais tanto nas contas das empresas, como nas contas do Estado (cf. a problemática afluída por Luxemburg, 1984 e desenvolvida por Kurz, 2002), especialmente dos que promoveram a modernização retardatária, como o brasileiro, tendo que arcar com enormes custos infra-estruturais e subsidiários à instalação da indústria no país³⁰⁹. E não apenas, o Estado brasileiro teve, ainda, que arcar com a crise de reprodução de empresas e setores econômicos, por meio de constantes intervenções com créditos que não se restringiram à implantação de infra-estrutura, mas incidiram diretamente sobre as condições de produção das empresas e, apesar de serem disponibilizados para a produção efetiva de mais-valia, puderam inserir-se numa desproporção entre os custos do crédito e a mais-valia dele resultante, como veremos adiante, na discussão sobre a crise inflacionária brasileira e sua relação com o “subsídio” estatal da reprodução capitalista.

“Esse destaque do sistema creditício pode ser descrito como uma *crescente desproporção estrutural entre o capital fixo cientificizado e a massa de trabalho que ainda é possível utilizar rentavelmente*; o aumento à escala secular da intensidade do capital (que, em Marx, figura como ‘incremento da composição orgânica’ do capital) exige um emprego cada vez maior de capital monetário, que todavia pode mobilizar cada vez menos trabalho por cada unidade de capital. *Este fato exprime-se também no plano monetário: trata-se da crescente importância já descrita do capital que rende juros*. Por outras palavras: o real capital empresarial ‘atuante’, que utiliza trabalho abstrato na efetiva produção de mercadorias, *deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomando de empréstimo do sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor*. (...) O capital realmente produtor de mercadorias suga por assim dizer seu futuro (fictício), prolongando assim num metanível a sua vida, para lá do limite interno já visível. (...) O fato de os investimentos de capital, em contínuo aumento, *já não poderem ser financiados integralmente com os próprios meios, isto é, através da massa real de lucros* – pelo menos como norma e na maior parte dos casos – é um claro indício do caráter cada vez mais precário de todo o processo” (Kurz, 2002; 4; grifos nossos).

Como assinala Robert Kurz, em seu artigo sobre a ficcionalização da economia, *Ascensão do dinheiro aos céus* (2002), somando-se as três figuras da dependência estrutural do crédito estatal e de instituições financeiras, identificadas pelo financiamento de empresas particulares para as quais a mais-valia extraída não é suficiente para garantir a reprodução, pelo financiamento de infra-estrutura e pelos subsídios de determinados setores econômicos, podemos observar, em nível mundial, uma desproporção entre o dinheiro creditício e a substância abstrata do trabalho que denuncia a precariedade da contemporânea reprodução capitalista. Nesse sentido, o problema das finanças estatais e do capital fictício conformado à

³⁰⁹ Podem ser reconhecidos entre as “despesas gerais”, determinadas pela “expansão estrutural dos setores que são ‘tecnicamente’ necessários, embora não criem em substância mais-valia” (Kurz, 2002; 8), “os custos das transações comerciais, monetárias ou jurídicas, os custos secundários do consumo improdutivo de luxo, os custos administrativos, os custos das infra-estruturas e dos danos sócio-ecológicos, os custos das condições gerais e da logística da produção real de mais-valia, [que] crescem de tal maneira que esta última começa a sufocar” (Kurz, 2002; 8-9).

maneira de crédito estatal já não diz respeito somente ao aparelho do Estado, mas dele depende a reprodução geral organizada segundo a forma mercadoria.

“Num nível elevado de cientificação e de intensificação do capital, as despesas gerais e as condições infra-estruturais do processo de criação de valor começam a sufocar a própria criação do valor, o que se torna evidente numa paradoxal inversão da relação entre Estado e sociedade: *já não é a sociedade que nutre o Estado, para que esse cuide de ‘assuntos gerais’, mas pelo contrário é o Estado que deve alimentar a sociedade com o ‘capital fictício’, para que esta possa manter-se na sua forma tornada obsoleta do sistema produtor de mercadorias*” (Kurz, 2002; 12; grifos nossos).

A conjuntura mundial descrita tem seu ponto de inflexão no momento em que o dinheiro não pode mais conservar sua forma até então mantida. Esse ponto de inflexão é marcado pelo fim da convertibilidade do dinheiro em ouro e, portanto, pelo fim da real substância-valor dos sistemas monetários. Para Robert Kurz, o lastro é quebrado no momento em que se mostra inviável financiar a Segunda Guerra, uma guerra já industrializada com dinheiro baseado em ouro³¹⁰. A partir de então, essa autonomização do dinheiro faz com que sua função de conservação de valor passe a repousar apenas na “convenção” e na “aceitação subjetiva” (Kurz, 2002; 14) e não mais num fundamento objetivo.

Dessa circunstância deriva-se a instalação de uma inflação estrutural estável, que ocorre, de acordo com o autor, já na sequência da Segunda grande Guerra. Essa inflação pode ser ocasionalmente reduzida com políticas monetárias dos bancos emissores de moeda, mas nunca completamente eliminada, porque corresponde à massa de trabalho improdutivo que “surge à superfície monetária e no cálculo dos sujeitos econômicos, tal como no crescente aumento dos custos salariais e do pagamento de juros sobre créditos das empresas, do Estado e dos consumidores” (Kurz, 2002; 15).

Mas enquanto os países centrais puderam por mais tempo sugar maiores partes da mais-valia global, por sua vez, os retardatários históricos, como o Brasil, passaram a recorrer cada vez mais à criação de capital dinheiro sem substância e, pois, à inflação de papel moeda, que, no país, culmina na “crise das dívidas”, nas altíssimas inflações e no cenário recessivo que marca os anos de 1980 e no qual culmina a modernização retardatária nacional. Como já ressaltamos, contudo, a análise da desvinculação entre o dinheiro e sua substância abstrata de trabalho apenas faz sentido se analisada do plano mundializado da reprodução capitalista.

Ainda assim, cabe uma referência ao desencadeamento do “surto inflacionário” estrutural na economia brasileira. De acordo com Guilherme Delgado (1985), a política

³¹⁰ “Embora Keynes visse o consumo estatal como uma medida temporária de emergência para ‘pôr em movimento’ a conjuntura, e portanto como uma intervenção sobretudo externa, tratava-se na realidade (...) duma mudança estrutural duradoura, fruto de necessidades internas do sistema. (...). Naturalmente assim se tornou impossível um regresso ao *gold standart*, pois as massas de dinheiro creditício agora necessárias não podiam de forma alguma ser relacionadas com uma substância-valor do dinheiro” (Kurz, 2002; 14).

monetária nacional dos anos do regime militar foi marcada por duas formas distintas de subsidio à modernização, especialmente no que se refere à intervenção estatal no campo. De um lado temos a *expansão passiva do crédito*, que é “precedida da entrada de depósitos e outros recursos previamente disponíveis” (Delgado, 1985; 67); por outro, temos a *expansão ativa*, que é “quando o banco cria débitos para si em favor do tomador, sob a promessa de retorno subsequente e reembolso” (Delgado, 1985; 67)³¹¹. Por sua vez, de acordo com o autor, a categoria passiva é a única aceita pela teoria monetária mais ortodoxa como “não inflacionária”, enquanto a ativa, que corresponde à emissão direta de papel-moeda, é assim, compreendida.

O financiamento dos empréstimos rurais, pelo menos no primeiro momento da intervenção estatal na modernização do campo durante o regime militar, foi, de acordo com o autor, predominantemente passiva³¹². Contudo, o rápido crescimento da economia requereu uma política de expansão da liquidez real, promovida pelo Banco Central brasileiro por meio da expansão ativa de crédito. Essa expansão foi presidida pelos movimentos de expansão dos créditos rurais, sem base prévia de depósitos, que foi executada pelo Banco do Brasil. Tal política apenas poderia ser sustentada, no entanto, se fosse acompanhada de um crescimento da renda nacional, que viabilizasse a transferência de recursos aos bancos que estavam expandindo o crédito favorecido.

Por sua vez, o que se assiste na segunda metade dos anos de 1970 é uma reversão das condições econômicas que viabilizaram a expansão passiva do crédito, o que leva a crer, segundo os argumentos de Guilherme Delgado (1985), que a expansão ativa tenha sido ampliada, uma vez que a taxa de crescimento do crédito rural se manteve em ascensão. “Nesse sentido, é lícito supor que a política de crédito rural tenha sido responsável a partir de 1974 pela expansão primária de moeda” (Delgado, 1985; 72).

“(...) a demanda de crédito rural cresceu a taxas muito elevadas de 1969 a 1979, com uma média anual em termos reais, de 17,5% a.a. Os problemas de ofertas de fundos

³¹¹ “Segue-se que a taxa a que o banqueiro pode, com segurança, criar ativamente depósitos por empréstimos e investimentos tem que estar numa relação apropriada para com a taxa a que este está passivamente criando-os contra o recebimento de recursos líquidos dos seus depositantes. Estes últimos aumentam as reservas bancárias, mesmo se somente uma parte deles seja retida pelo banco, enquanto que os primeiros diminuem as reservas se somente uma parte delas é desviada para outros bancos... Estes desvios contudo fortificam a criação passiva de depósitos nos bancos para os quais foi desviada e debilitam a posição do banco criador de ativos (...). Banqueiros práticos como o Dr. Walter Leaf, retiram do exposto a conclusão de que *para o sistema bancário em seu conjunto a iniciativa (de criação de moeda) fica com os depositantes e o banco só pode emprestar o que seus depositantes tenham previamente emprestado a ele*. Porém, economistas não podem aceitar isso como sendo do senso comum que pretende ser...” (Keynes, 1971 *apud* Delgado, 1985; 67-68 ; grifo nosso).

³¹² “observa-se que até 1974 a expansão do crédito rural é em grande parte expansão passiva, balanceada pelas seguintes fontes de recursos: 1) ‘Exigibilidade previstas nas resoluções 69 a 689’, que tratam da aplicação compulsória dos depósitos a vista dos bancos comerciais em financiamento à agricultura; 2) recursos fiscais, para-fiscais e de origem externa (empréstimos do Banco Mundial, BID e Acordo do Trigo principalmente), administrados pelo BACEN” (Delgado, 1985; 70).

teriam que surgir, ainda mais que as taxas de juros eram praticamente fixas e bastante abaixo da taxa inflacionária. A solução encontrada para atender essa questão não deixou de ter impacto sobre a oferta de moeda, por intermédio da criação ativa de moeda pelo Banco do Brasil. *Esse comportamento bancário prescinde do respaldo prévio de aumento de depósitos do público e de elevação das reservas bancárias, repousando, em última instância, nas emissões primárias das autoridades monetárias*” (Delgado, 1985; 73; grifo nosso).

Ou seja, ainda que, como ressalta o autor, não se possa concluir estritamente daí a promoção de pressões inflacionárias que intensificaram-se nos anos de 1980, tendo de ser levado em conta ainda o declínio muito acentuado dos saldos de comércio externo no final dos anos de 1970 e a rápida queda no nível de crescimento da economia a partir de 1980 que reduziram a base dos recursos arrecadáveis sob diversos títulos, além do movimento de endividamento geral da economia nacional como um todo, assiste-se a um período de descolamento entre o dinheiro que passa a ser emitido pelo Banco do Brasil e os depósitos como lastro possível numa economia deslastreada.

Ou seja, assiste-se ao movimento de autonomização do dinheiro que faz com que a modernização retardatária brasileira tenha acabado por culminar numa crise hiperinflacionária que, somada à crise das dívidas, provocada pela impossibilidade de pagamento dos juros dos créditos que possibilitaram as importações de bens de produção, que sustentaram especialmente a instalação do Departamento III no Brasil, pelos processos produtivos desenvolvidos, resultou num quadro recessivo, marcado profundamente pelo desemprego, nos anos de 1980. Se, num primeiro momento o acesso ao capital fictício se mostrou como possibilidade de alcançar os níveis mundiais de produtividade, competindo por um melhor posicionamento do país na ordem da divisão internacional do trabalho, o descolamento exponencial entre dinheiro e valor inverte essa possibilidade fazendo com que os países retardatários passem na frente dos outros na corrida em direção à crise.

Nesse contexto nacional, que passou da modernização retardatária para o colapso de quaisquer perspectivas de desenvolvimento positivo ou modernizante, insere-se a realização do trabalhador “bóia-fria”. *Ele tem de ser compreendido como o resultado histórico do processo de modernização e não como sua ausência*. Ou seja, não deriva da reposição constante da acumulação primitiva. Ao contrário, o aspecto brutal que possuem suas condições de reprodução deriva justamente dos limites alcançados pela modernização.

“O terceiro mundo, como tipo historicamente mais tardio da modernização, já percorreu esse caminho [do colapso]. Aqui realizou-se a maior parte da acumulação primitiva somente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, num nível muito mais elevado do desenvolvimento do mercado mundial e da produtividade que no tipo soviético. Por isso, já não foi possível, desde o princípio, uma reclusão frente à lógica de produtividade e rentabilidade do mercado mundial, demasiadamente poderosa. Nas sociedades do Terceiro Mundo, o desenvolvimento do sistema produtor de mercadorias tinha que dividir-se, portanto, em duas tendências

completamente distintas. O processo da acumulação primitiva atingiu a sociedade inteira apenas em um aspecto: a economia de subsistência tradicional, que em grande parte sobreviveu à época colonial, foi destruída em poucas décadas com a mesma brutalidade que se empregava na União Soviética e numa época ainda mais remota na Europa Ocidental, em parte pelos mesmos métodos de faroeste que já usavam os latifundiários da Inglaterra (...). Mas já que a abertura forçada ao mercado mundial e a exigência de uma produtividade elevada impediram uma industrialização completa e extensa, a acumulação primitiva não chegou a terminar sua obra. Ficou parada na metade do caminho, isto é, depois de desarraigar as massas, deixou de integrá-las na moderna máquina de exploração em empresas” (Kurz, 1999; 180-181).

Ou seja, entendemos que o “bóia-fria” é produzido num determinado contexto da reprodução do capital que se expressa nos termos da crise do trabalho (Kurz, 1999) e tem de ser entendida a partir da articulação das condições de reprodução dos diversos departamentos da economia e do Estado. Essa crise resulta em condições precárias de contratação e exercício do trabalho em diferentes setores, aparecendo na agricultura especialmente sob a forma do trabalhador temporário, despido de direitos trabalhistas, que exerce sua atividade em condições precárias e com salários rebaixados.

Por fim, essa crise resulta também em precárias condições de reprodução para os “bóias-frias”. Muitos desses trabalhadores expropriados da terra migram do campo para as cidades, tanto do Vale do Jequitinhonha como para a capital mineira e para cidades de outros estados³¹³, ingressando no processo de formação das periferias das mesmas³¹⁴. Os “bóias-frias” do Vale do Jequitinhonha, trabalhadores agrícolas que migraram para as cidades, dividem-se, de modo geral, entre as periferias de “cidades-dormitório” do agronegócio paulista, fluminense, mato-grossense e das cidades do próprio Vale do Jequitinhonha. Os que vivem nas periferias das “cidades-dormitórios” deslocam-se “em caminhões, peruas, ônibus ou caminhonetas para a área rural, diariamente, regressando às suas moradias no final do dia” (Silva, 1988; 10); os que vivem nas periferias do Vale do Jequitinhonha são submetidos, ainda, a um outro processo migratório, temporário, dessas cidades para as cidades onde empregam-se no agronegócio. Esses migrantes “vêm todos os anos. Alojaram-se nas pensões

³¹³ Tal migração que ocorre no Vale do Jequitinhonha, como vimos ressaltando, insere-se num amplo processo de modernização do campo brasileiro, que provocou o êxodo rural. “No Brasil, o mais comum é a migração rural-urbana, o chamado êxodo rural. Nas últimas décadas, este êxodo foi extremamente acentuado. Em 1940, um pouco mais de 13 milhões de pessoas viviam nas cidades; em 1980, quase 81 milhões tinham seu domicílio no espaço urbano. A taxa de urbanização passou, neste período, de 31,23% para 67,62%. Essa migração foi provocada, sobretudo, pelas transformações ocorridas no campo, neste período. Ou seja, a penetração do capitalismo na agricultura ocasionou a modernização dos instrumentos e meios de trabalho (...), a concentração das terras nas mãos de grandes proprietários e a mudança na maneira de produzir” (Silva, 1988; 10).

³¹⁴ O processo de formação das periferias foi desencadeado por determinações históricas, sociais e espaciais cujo escopo deste trabalho não nos permite abordar. Contudo, importa dizer, ao menos, que a migração rural-urbana se conjuga nesse processo de formação e que, portanto, o trabalhador expropriado que migra para a cidade não passa simplesmente a residir nas periferias das mesmas, como se essas estivessem pressupostas, tendo sempre existido. Ao contrário, ele ingressa no processo de formação dessas periferias, determinado inclusive pela dinâmica migratória no qual está inserido.

das cidades-dormitórios, nas periferias e também em barracões construídos nas fazendas e alojamentos nas Usinas. Com o término das safras (cana e café, sobretudo) regressam aos seus locais de origem ou se dirigem à outras regiões do país” (Silva, 1988; 10).

Nas periferias os migrantes são submetidos ao que parece ser uma exclusão parcial do *direito à cidade*, expressa na vida precária que levam nesses espaços. Contudo, cabe ressaltar que, uma vez que a formação do urbano foi determinada pelo processo de modernização, a crise desse processo implica também numa crise da cidade ou numa urbanização crítica no qual esses trabalhadores devem se inserir. Ou seja, esses trabalhadores têm direito à cidade, mas a cidade que podem acessar realiza-se, ela mesma, de forma crítica. Assim, os trabalhadores “bóias-frias” experimentam de maneira já precarizada tanto o trabalho, como o espaço no qual vivem e as condições de reprodução determinadas por esse espaço. A urbanização crítica, da nossa perspectiva, seria, assim, resultado das condições críticas de imposição da mobilização do trabalho.

O professor Heinz Dieter Heidemann identifica tais condições críticas de imposição da mobilização do trabalho como uma “humilhação secundária”, em seu artigo *Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: humilhação secundária, resistência e emancipação* (2004). Isso porque, para o professor, a humilhação primária teria se dado, com o que concordamos, com a modernização impondo a transformação de “pessoas em mero material do processo de valorização” (Heidemann, 2004; 27), num processo que vimos identificando como de mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977).

A humilhação primária nos obriga a considerar o caráter historicamente determinado das migrações modernas (inclusive da dos volantes “bóias-frias”) que não pode ser dissolvido num sentido ontológico ou natural do deslocamento humano. Ou seja, a migração moderna ocorre determinada pela mobilização geral para o trabalho e o deslocamento espacial aparece sendo apenas uma das variáveis das quais o capital exige constante mobilização de modo a garantir sua valorização³¹⁵.

Como vimos discutindo, em primeiro lugar, a mobilização do trabalho produz o trabalhador contraditoriamente livre, ou seja, ela atua como “a condição de exercício da sua

³¹⁵ “Para falar das migrações e dos refugiados de hoje, não podemos confundir os movimentos populacionais com qualquer deslocamento na história pré-moderna. Ser migrante não é nenhuma condição humana ontológica do suposto *homo migrans*. É comum o nosso olhar viciado transferir anacronicamente qualquer fenômeno da história moderna, como se fosse válido para toda a história da humanidade. Mas é apenas a sociedade moderna que se caracteriza pela conhecida mobilização geral, total e forçada para as funções de trabalho. ‘Ao trabalho’ e ‘à guerra’ são os dois imperativos do processo da modernização” (Heidemann, 2004; 27-28).

‘liberdade’ de se deixar sujeitar ao capital” (Gaudemar, 1977; 190)³¹⁶. Não obstante, as condições de realização da valorização estão constantemente sujeitas a mudanças, condicionadas pela mobilidade do próprio capital. Nesse sentido, as condições de realização da sujeição do trabalhador tem de poder variar acompanhando a dinâmica de realização do capital, sendo essa disponibilidade de variação parte da própria sujeição do trabalhador. Ou seja, a forma como o trabalhador insere-se no mercado e interage com suas características multidimensionais coloca-o constantemente sujeito às mudanças de emprego, de conteúdo da atividade realizada, de horas trabalhadas, da regulamentação para exercer tais atividades e do local onde elas são exercidas³¹⁷.

“No seu aspecto positivo, a ‘liberdade’ conduz à possibilidade do trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições que ele o exerce. Em ambos os casos a força de trabalho deve ser móvel, quer dizer apta para as deslocações e modificações do seu emprego, no limite, tão indiferente ao conteúdo do seu emprego como o capital o é de onde investe, desde que o lucro extraído seja satisfatório. O dinheiro vem para reforçar essa tendência e assim estimular a mobilidade da força de trabalho. Pouco importa o emprego, desde que o salário recebido em troca seja satisfatório” (Gaudemar, 1977; 191).

Deste modo, o proprietário mobilizado da força de trabalho, realiza-se apenas contraditoriamente como sujeito, pois suas condições de sujeição são determinadas pelos movimentos da valorização do capital. Aparece sujeito livre para procurar e escolher o emprego que melhor lhe aprouver, ao mesmo tempo em que está sujeito tanto à necessidade de ter obrigatoriamente que trabalhar, quanto às necessidades do capital, que o mobiliza para o trabalho específico onde e como o emprego “aparece”.

Ainda assim, no decorrer do processo de modernização, diversos movimentos sociais e políticos tentaram estabelecer um padrão “digno” de reprodução social, regulamentado juridicamente e fundado nos princípios do direito e da igualdade, não obstante sempre sobre os fundamentos da humilhação primária representada pela imposição do trabalho (Heidemann, 2004; 27). Ou seja, essas reivindicações buscaram o reconhecimento social dos trabalhadores como sujeitos dos direitos civis e cidadãos dos Estados nacionais; mas o fizeram se relacionando positivamente com as categorias estabelecidas na sociedade mundial produtora de mercadorias.

³¹⁶ “Possuir a potencialidade e o direito de oferecer sua força de trabalho no mercado, em qualquer canto do seu país ou do mundo (obviamente, sem o direito garantido à sua venda), é característica do indivíduo moderno, subordinado à ‘coerção silenciosa das relações econômicas’” (Heidemann, 2004; 28).

³¹⁷ “Ganhando formas das mais diversas motivações, desejos e devaneios, a mobilização baseia-se, antes de tudo, na indiferença, igualmente moderna, do migrante ao conteúdo e ao local de seu trabalho. Daí a razão de os limites dessa mobilidade serem essencialmente oriundos das consequências da concorrência” (Heidemann, 2004; 28-29).

Acontece, contudo, como ressalta o professor Dieter Heidemann, que, com a crise da forma de socialização fundada no trabalho, “parte cada vez maior dessa humanidade domesticada, socializada e disciplinada capitalisticamente nem merece mais a ‘dignidade secundária na humilhação’. (...) Num aumento extraordinário da ‘humilhação secundária’, o sistema mundial tira agora a última esperança de uma existência mais ou menos suportável” (Heidemann, 2004; 27)³¹⁸. Nesse espectro de grupos que não tem mais acesso sequer à dignidade de segundo grau encontram-se, em diferentes graus de aprofundamento da humilhação, mendigos, refugiados e famintos, mas também trabalhadores precarizados e flexibilizados, como os migrantes “bóias-frias”³¹⁹.

³¹⁸ Como é possível notar na referência seguinte, o professor Heidemann entende a crise da modernização e da sociedade do trabalho e sua repercussão na forma como o Estado media o conflito social nos mesmos termos apresentados e discutidos nessa dissertação: “No núcleo do processo de crise encontra-se a dissolução da substância real (produtora de valor real) do trabalho capitalista no bojo da terceira revolução industrial, a crescente ‘incapacidade de exploração’ do capital em consequência dos seus próprios padrões tecnológicos de produtividade e, com isso, a dessubstancialização do dinheiro (o desacoplamento dos mercados financeiros da economia real). Essa lógica interior da crise repercute, sob a forma de rupturas estruturais, nas relações de mercado (globalização do capital), no sistema político mundial (declínio da soberania) e nos ‘valores’ sociais e culturais de um modelo de pensamento civilizatório baseado nas filosofias do iluminismo. O ponto de partida da reflexão sobre a mobilização generalizada, migrações, restrições e resistências deve ser a longa história coercitiva e sangrenta da imposição do moderno sistema produtor de mercadorias. O ponto de chegada é sua crise fundamental contemporânea” (Heidemann, 2004; 26-27).

³¹⁹ “Observamos os fenômenos: de um lado, o ímpeto do capital de valorizar toda a força de trabalho não-rentável se cansou; de outro, *milhões e milhões de ‘supérfluos’ desenvolvem seu ímpeto de migrar para os centros que provocaram sua miséria*. Para onde os migrantes vão, porém, sempre encontram as mesmas consequências do terror da economia. (...) *São refugiados da miséria, de pressões políticas, de catástrofes “naturais” provocadas socialmente e do desenvolvimento*” (Heidemann, 2004; 28).

Conclusão

No que se refere ao escopo crítico desta dissertação, cabe acentuar – à revelia da disputa por uma forma de desenvolvimento democrática, que possibilitaria a distribuição igualitária da riqueza social, como alternativa à modernização autoritária, conservadora (Delgado, 1985) e trágica (Silva, 1999) que se desdobrou no Brasil especialmente durante os anos da ditadura militar – que o processo de modernização baseia-se intrinsecamente na violenta dilapidação fundamental do trabalhador, que constitui sua própria constituição como trabalhador. Ou seja, que a expropriação do trabalhador de todos os meios de subsistência e de produção, que o obriga a se entregar “livremente” ao capital, constitui a natureza social do processo de modernização.

Na segunda seção da presente dissertação tratamos de sugerir uma interpretação sobre o caráter da modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha, além de apresentar breves indicações sobre os resultados aos quais esse processo conduziu, especialmente no que se refere à formação do trabalhador “bóia-fria”, emergente da “região” modernizada. Que esse trabalhador, mobilizado durante a ditadura militar, tenha sido inserido de maneira precarizada no mercado de trabalho e como sujeito de direito, resulta, de acordo com nossa perspectiva, da crise das perspectivas e das possibilidades modernizadoras, cujos limites puderam ser observados pelo menos desde o fim do regime militar.

Uma discussão aprofundada sobre esses limites ultrapassa, contudo, o escopo dessa dissertação. Da formação do “bóia-fria” no Vale do Jequitinhonha, nos propusemos a observar-lhe, dentre os pressupostos, o que estabeleceu nexos com o processo de modernização “regional”, ou seja, a expropriação dos antigos lavradores de suas terras. O processo de transmutação desses expropriados em “bóias-frias”, como pudemos indicar brevemente, tem de ser pensada num contexto mais amplo da crise da reprodução social, nacional e mundial, debate que teremos a oportunidade de aprofundar apenas em pesquisas futuras.

A modernização retardatária imposta pela ditadura militar no Vale do Jequitinhonha, e na agricultura brasileira como um todo, que garantiu o processo de autonomização e a expropriação do trabalhador, esteve associada a um esforço estatal para transformar as bases regionais sobre as quais a acumulação de capital vinha se realizando no país, instaurando-lhe novos pressupostos. Tal mudança nas bases sobre as quais realizava-se a acumulação de capital no Brasil deveria permitir, conforme indicado, a formação de massas *relativamente* grandes de trabalhadores mobilizados que possibilitariam a manutenção dos salários suficientemente baixos de modo a garantir a reprodução ampliada do capital. Essa mudança, que apareceu sob a forma da consolidação de uma sociedade urbana, esteve determinada por um esforço estatal de industrialização nacional.

Além disso, cabe indicar que a acumulação de capital no processo de formação do Estado nacional brasileiro esteve determinada por um contexto de ampla disponibilidade de terras, que impedia a formação de uma superpopulação relativa e, com ela, a generalização do trabalho assalariado. Nesse contexto, no qual o Estado ainda não havia adquirido aparência de autonomia com relação às classes dominantes que personificavam também o capital, formaram-se contextos territoriais de exercício direto da violência voltados para garantir regionalmente processos de acumulação³²⁰. A expansão da fazenda agropecuária no nordeste mineiro, fundada na subordinação do posseiro à condição de agregado, corresponde a uma dessas dinâmicas regionais.

Esses contextos territoriais, por sua vez, se faziam reconhecer por meio dos títulos da Guarda Nacional, responsáveis por outorgar aos fazendeiros – que personificavam terra e capital, num contexto em que tais categorias ainda não se encontravam autonomizadas – a possibilidade de emprego da violência que lhes permitia forçar trabalho. Como vimos, contudo, os processos de colonização sistemática organizados sobretudo pela oligarquia cafeeicultora paulista garantiram a autonomização do Estado brasileiro, que passou a organizar de forma aparentemente autônoma com relação a estas mesmas classes dominantes, a modernização retardatária nacional. Essa autonomização teve seu ponto de inflexão em 1930, quando a Guarda Nacional foi extinta e o Estado se centralizou e burocratizou. Não obstante, a generalização da *homogeneização* das relações sociais de produção particulares que viabilizaram a acumulação de capital, num contexto nacional conformado pela ausência de superpopulação relativa, correspondeu a um longo processo de modernização retardatária, mobilizado pelo Estado brasileiro pelo menos até o final da década de 1970, quando as possibilidades de imposição deste processo entram em crise.

Durante a ditadura militar, como vimos, o planejamento regional prevaleceu como forma central de mediação dos conflitos entre o Estado e a sociedade e partiu da definição de “regiões” que deveriam ter seu “atraso” corrigido por meio da alocação de recursos e da intervenção estatal. Contudo, a eficácia do planejamento não consiste na promoção do desenvolvimento, como quer o discurso que o legitima, mas na imposição de uma *forma determinada de desenvolvimento*, fundada na formação da relação-capital como núcleo da dinâmica de acumulação de capital. Ou seja, encaramos o planejamento como uma forma aparentemente técnica de formação, manutenção e expansão da separação entre os

³²⁰ “A região é vista aqui, portanto, como um processo de autonomização das categorias do capital (...). A confusão da análise decorre da própria fusão dessas categorias; ela não é um erro de análise e sim a aparência e a realidade do processo, que só pode ser desvendado no seu momento de síntese, quando as categorias antes fundidas começam a ser personificadas por diferentes sujeitos, sujeitados à acumulação do capital” (Boechat, 2009; 301).

trabalhadores e os meios de produção, isto é, da expropriação ou da autonomização que passaram a ser impostas no processo de modernização retardatária.

Embora tenhamos explorado a importância da territorialização dessas políticas na conformação do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e na reprodução do empreendimento reflorestador na “região”, consideramos fundamental ressaltar que a escala nacional da intervenção estatal na modernização da agricultura determinou um contexto de expansão da renda fundiária que condicionou a intensa mobilização de terras em um (para um) mercado fundiário nacional que se formava.

Dessa perspectiva, interessa compreender a participação contraditória da reestruturação da fazenda agropecuária no Vale do Jequitinhonha na modernização retardatária nacional e no contexto de expansão da renda fundiária. Fundada na expulsão do agregado e na expulsão da agricultura de subsistência das terras que então se valorizavam, a reestruturação da fazenda agropecuária e sua transformação em propriedades de pastoreio extensivo, cuja manutenção baseia-se na contratação informal de diaristas, foi condicionada tanto pela atuação da Codevale, que planejou e impulsionou a implantação de infra-estrutura na “região”, determinando a distribuição dos diferenciais de localização da renda fundiária; como pela constituição nacional do CAI, que impulsionou a ocupação de novas terras pelo capital agroindustrial, como forma de expandir seu potencial de absorção de recursos do Estado.

Ademais, a reestruturação da fazenda agropecuária no Vale do Jequitinhonha, e sua redução a um rentável ativo financeiro, possibilitou “regionalmente” a separação entre terra e trabalhador, mobilizando a terra para que fosse comercializada, de modo a garantir, inclusive, a reprodução da empresa reflorestadora na “região”. Contudo, a ruptura das antigas relações sociais de produção, fundada numa realocação da forma de reposição dos pressupostos da produção para a continuidade do ciclo de valorização, somente pôde ser consolidada pelo Estado com o programa de incentivos fiscais ao reflorestamento que, associado com a cessão de terras consideradas pelo Estado devolutas, garantiu que o capital monopolista suplantasse e suprimisse a reprodução das oligarquias pecuaristas regionais, que, no entanto, puderam ainda receber seu quinhão comercializando suas terras num contexto de valorização que lhes foi propício³²¹.

Nesse contexto, os antigos agregados são forçados a abandonar as fazendas e, ao lado dos posseiros e sitiantes mobilizados, que perderam suas terras nos diversos contextos assinalados, migram para a cidade em busca de trabalho. Acompanhando a gradativa expulsão

³²¹ Por isso, Margarida Maria Moura (1988) argumenta que “a fazenda precisa da aliança com a empresa reflorestadora para sobreviver. Caso contrário, ela também estará ameaçada pelo grande poder econômico daquela. Assim, para a fazenda, ela é o inferno e o céu também” (1988; 4).

dos trabalhadores e o esvaziamento das fazendas, cujo rebanho fica entregue aos cuidados de um ou dois vaqueiros, o fazendeiro consolida sua posição absenteísta e muda-se também ele para a cidade, a viver uma vida urbana, dos rendimentos da fazenda ou das negociatas de terras.

Não obstante, esse processo de generalização e de consolidação de novas relações sociais de produção no Vale do Jequitinhonha e no Brasil como um todo, fundadas nos diversos e subseqüentes processos de expropriação dos antigos lavradores e na sua subordinação a condições de reprodução completamente mediadas pelo dinheiro, num contexto em que os mesmos se encontram impossibilitados de reproduzir diretamente seus meios de vida, foi seguido pelo colapso das possibilidades aparentemente positivas de incorporação destes trabalhadores mobilizados. Esse contexto, como ressaltado, esteve determinado pelo contexto mundial da reprodução do capital no período subseqüente à Segunda Guerra Mundial, mas que se aprofundou sobretudo no final dos anos de 1970, quando seus limites puderam transparecer especialmente na crise dos países do terceiro mundo em modernização retardatária. Esse contexto, que determinou a industrialização brasileira, foi marcado por uma composição orgânica de capital em que a parte variável foi gradativamente sendo substituída pela parte constante.

Nessas circunstâncias, os resultados do processo de modernização retardatária apresentam sua feição crítica. Por um lado, estão marcados por capitais que não conseguem se reproduzir sem a transferência de seu progressivo processo de endividamento para o Estado, inserindo a economia numa reprodução fictícia. Por outro, estão marcados por trabalhadores mobilizados que não conseguem se realizar no mercado de trabalho também em crise, tendo que se submeter cada vez mais a condições lesivas para sua reprodução e a de sua família, determinadas pela formação de uma superpopulação que pode ser considerada *absoluta*, frente às necessidades das forças produtivas do capital.

Dessa maneira, as trajetórias de trabalho possíveis para esses trabalhadores aparecem cada vez mais marcadas pela instabilidade, pela precariedade, pela flexibilização. São, de modo geral, trabalhadores desempregados que vivem de “bicos” e pequenos serviços em suas cidades de origem no Vale do Jequitinhonha, ou partem para as capitais de diferentes estados ou, ainda, para as “capitais do agronegócio” submetendo-se a trabalhos exaustivos, como o dos “bóias-frias” do corte de cana, cujo resultado tem sido, para muitos, a pauperização, o adoecimento e até a morte³²².

³²² Essas informações têm sido corriqueiramente divulgadas pelo Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), instituição de caráter pastoral, ligada à Igreja Católica, que realiza trabalhos de orientação também com “bóias-

Nesse contexto, no qual os “bóias-frias”, entre outros trabalhadores expropriados e mobilizados pelo processo de modernização retardatária do Vale do Jequitinhonha, tem como única alternativa as referidas condições e relações de trabalho críticas; há que se questionar o caráter implícito, imposto pelo planejamento para a “região”, de servir como *exército industrial de reserva* que deveria suprir os postos de trabalho criados pela industrialização retardatária de outras “regiões”, contribuindo para manter baixos os níveis de salário real de toda a massa trabalhadora. Ou seja, há que se questionar a função produtiva da exploração de força de trabalho barata para a acumulação de capital, no contexto de uma industrialização nacional que, quando conseguiu se realizar, dispensou, em termos absolutos, força de trabalho do processo produtivo, passando a fundamentar suas possibilidades de reprodução na acumulação fictícia do capital.

Nesta dissertação, sugerimos uma abordagem da noção de região que permitisse discutir as relações sociais de produção em suas particularidades, apresentando-as como parte do *processo de autonomização das categorias da relação-capital* – e não como reprodução de relações não-especificamente capitalistas de produção, como quer José de Souza Martins (2004) – de modo a problematizar as características territoriais do processo de imposição e de constituição do capital como relação social. Sugerimos, ainda, uma abordagem crítica da perspectiva regional do planejamento estatal, que atuava definindo “regiões” prioritárias nas quais deveria impor, por meio do subsídio estatal, uma forma determinada de desenvolvimento fundada na formação da relação-capital como núcleo da dinâmica de acumulação de capital, buscando *homogeneizar todo o espaço da reprodução capitalista nacional*. Essa crítica se refere tanto ao caráter intrínseco do processo de modernização, que se funda na reprodução sempre ampliada da expropriação dos trabalhadores, como ao caráter assumido por esse processo quando alcança os limites da reprodução, num contexto marcado pela crise da socialização mediada pelo trabalho.

Por fim, considerados os resultados da modernização retardatária no Vale do Jequitinhonha e no Brasil como um todo, resta questionar se a “homogeneização da base produtiva capitalista nacional levou ou não a uma completa desaparecimento das regiões” (2008; 142) ou ao menos investigar “o que é uma região num contexto nacional hegemonicamente controlado pelos setores mais avançados da produção capitalista” (2008; 142), conforme as

frias”, migrantes temporários do Vale do Jequitinhonha e de outros estados. No informativo *Audiência Pública investiga mortes de trabalhadores por fadiga* (2006), o SPM apresenta os resultados de uma Audiência Pública realizada de modo a averiguar a morte por fadiga e excesso de trabalho de 8 trabalhadores do corte de cana, entre os anos de 2004 e 2005.

sugestões apresentadas por Francisco de Oliveira, em seu livro *Elegia para uma re(ligião)* (2008)³²³.

Dentre os possíveis caminhos para problematizar essa questão, podemos partir de uma análise da *extensão* do processo de capitalização da terra e de mobilização do trabalho, imposto pela modernização retardatária, pelo menos sob três perspectivas. A primeira delas buscaria avaliar se existem zonas internas ao território nacional, cuja fronteira agrícola e territorial ainda se mantém aberta, ou seja, cuja possibilidade de apropriação da terra condiciona a reprodução de formas regionais de mobilidade do trabalho, conformando regiões. Além de examinar a existência atual de intervenções estatais voltadas a promover o processo de expropriação por meio da definição dessas zonas como “regiões”. Acreditamos que um estudo dessa qualidade poderia se voltar hoje, entre outras possibilidades, para a dinâmica contraditória da derrubada da floresta amazônica e da expansão do gado (que precede a expansão de monoculturas como a soja e até a cana-de-açúcar) sobre as populações ribeirinhas, especialmente nos estados abrangidos pela floresta, no norte do país.

A segunda perspectiva procuraria avaliar a manutenção extensiva da expropriação sobre as “regiões” nas quais a fronteira foi fechada pela expansão da renda fundiária, pela intervenção estatal e pela instauração e generalização da empresa agrícola monocultora e capitalista, como no Vale do Jequitinhonha, onde os lavradores que restaram encontram-se submetidos a outras dinâmicas de expropriação, que não exclusivamente a da terra³²⁴. Nesses casos, cabe perguntar quais os efeitos da discutida crise na reprodução do capital nas antigas regiões modernizadas (olhando por exemplo para a reprodução das empresas reflorestadoras no Vale do Jequitinhonha) e se tal pode ter conduzido a uma diminuição na pressão que o capital exerce sobre os meios de produção, especialmente a terra, de modo a possibilitar a (re)criação de formas particulares de reprodução, fundadas na reprodução direta dos meios de vida.

Um estudo dessa qualidade pode se voltar para a análise das condições atuais de acesso à terra (e à água, à caça, ao cerrado nativo) no Vale do Jequitinhonha, além de observar a

³²³ “Ela indica, no final, uma redefinição do próprio conceito de região num sistema de base produtiva capitalista e talvez uma completa desapareção dessas ‘regiões’. Afinal de contas, qual é a diferença essencial, num país capitalista plenamente desenvolvido como os Estados Unidos da América do Norte, entre a Califórnia e Nova York, entre Michigan e a Nova Inglaterra? À parte certas diferenças que chamaremos aqui de ‘culturais’ – e que a própria evolução capitalista, sob a forma das comunicações, da televisão, da indústria ‘cultural’ em suma, se encarrega de dissolver – na essência do movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais ‘regiões’ no país norte-americano; há *zonas de localização diferenciada* de atividades econômicas” (2008; 143; grifo do autor).

³²⁴ Como ressalta Martins, com relação aos antigos lavradores que reproduzem-se no Vale do Jequitinhonha por meio da migração temporária como “bóia-fria”, esse trabalhador “(...) migra para assegurar com ganhos extraordinários as carências econômicas que não podem ser supridas pela própria unidade familiar de produção” (1988; 7).

recorrência do retorno às práticas agrícolas de subsistência como estratégia de sobrevivência adotada por trabalhadores desempregados e depauperados, em função das condições críticas de realização de sua mobilidade. Nesse sentido, caberiam investigações paralelas sobre o potencial da crise do trabalho em expropriar radicalmente os trabalhadores e sobre seu potencial em (re)criar contextos nos quais os trabalhadores pauperizados podem alcançar uma condição relativamente menos expropriada.

A terceira perspectiva pesquisaria, finalmente, zonas nas quais a fronteira aberta proporciona o assentamento de posseiros expropriados em outras “regiões”, que partem em busca da possibilidade de seguirem se submetendo a relações regionais, como forma de manterem-se em condições menos expropriadas, ou o assentamento de trabalhadores mobilizados e muitas vezes desempregados e depauperados que buscam reassentar-se, na condição de posseiros, como alternativa para garantir sua sobrevivência. Acreditamos que uma pesquisa dessa qualidade, realizada em território nacional possa se debruçar especialmente sobre os estados de Roraima, Rondônia, Acre e Tocantins, onde a vivacidade atual dos conflitos no campo permite supor a possibilidade de manutenção da abertura da fronteira.

Ou seja, assinala-se, de um modo geral, que a pergunta sobre a persistência de *regiões* no território nacional, mesmo sob a homogeneização capitalista das bases produtivas, implica numa pesquisa sobre as condições atuais de acesso à terra, às possibilidades de reprodução direta dos meios de vida e, portanto, sobre a existência de relações sociais de produção particulares que ainda sustentariam tal forma regionalizada do capital se territorializar. Nesse sentido, discordamos da professora Sandra Lencioni (2003; 171-172), que critica o livro *Elegia para uma re(li)gião*, de Francisco de Oliveira, justamente por sua argumentação permitir considerar, como hipótese, o desaparecimento das regiões. Para a professora, a posição assumida por Francisco de Oliveira nesse livro “não só desnaturaliza a região como pode conduzir à anulação de seu conteúdo cultural” (2003; 172).

Da nossa perspectiva, no entanto, a “desnaturalização” das regiões consiste num dos aspectos de mais interesse da análise de Francisco de Oliveira, uma vez que permite considerar os meios de produção não-produzidos (Marx, 1986, vol. V), assim chamados fetichistamente de recursos naturais, revelando-lhes a forma social de apropriação. Nesse sentido, ao caracterizarmos uma região pelo fato da mesma ser dotada de ouro, interessa ressaltar, num procedimento analítico crítico, que o ouro apenas pode se tornar elemento empiricamente significativo da perspectiva do pesquisador que diferencia as áreas, uma vez que ele encontra-se inserido numa sociabilidade na qual a forma social do ouro faz com que

ele adquira *significância*. Sendo a forma social na qual nos encontramos inseridos, e na qual o conhecimento geográfico se autonomizou como ciência, a forma-mercadoria e sabendo que as mercadorias passam necessariamente por um processo de produção, interessa ainda saber como o capital mobiliza os meios de produção não-produzidos (ao lado de trabalhadores) para produzir mercadorias. Assim, sob o ofuscamento do ouro (e das mercadorias em geral), o que acaba por definir a região é seu processo de extração e transformação em mercadoria, que encontra-se apagado. Esse processo encontra-se oculto numa regionalização fundada em bases aparentemente naturais, ao passo que encontra-se criticado numa perspectiva de interpretação regional fundada nas bases históricas e sociais do processo de territorialização.

Por outro lado, podemos ainda ressaltar que, do nosso ponto de vista, tal perspectiva crítica de interpretação regional não conduz à anulação dos conteúdos culturais regionais. Ao contrário, observar-lhes a existência como parte de um conjunto de relações sociais que, uma vez transformadas, impõe uma nova forma de reprodução da cultura como esfera cindida (Kurz, 2004) da reprodução social. Nesse sentido, Francisco de Oliveira interpreta a cultura a partir de uma perspectiva histórica, procurando analisar suas mutações. Por isso, o autor assinala que a indústria cultural, a partir do momento no qual pode se territorializar nas antigas regiões, torna-se responsável por homogeneizar as mesmas também nesse âmbito³²⁵. Resta afirmar, o que não parece ficar claro na interpretação do autor, que a indústria cultural promove essa homogeneização por meio da imposição da forma espetacular (Debord, 1997) para a reprodução da cultura. Ainda que, em certas zonas, a cultura preserve conteúdos aparentemente regionais, a mesma passa a ter de se reproduzir sob as condições do espetáculo generalizado.

Contudo, uma problematização da questão sobre a permanência ou a (re)criação de dinâmicas regionais, internas ao território nacional cuja reprodução encontra-se homogeneizada em bases capitalistas, teria de considerar que o desaparecimento das regiões encontra-se condicionado não apenas pela “hegemonia dos setores mais avançados da produção capitalista” sobre os setores regionais, cuja aparência de setores “arcaicos” persiste mesmo sob a crise da possibilidade de realização da modernização retardatária, mas pela completa subordinação dos setores aparentemente “regionais” à dinâmica crítica de reprodução capitalista, que submete também os setores hegemônicos³²⁶.

³²⁵ Conforme já citado: “À parte certas diferenças que chamaremos aqui de ‘culturais’ – e que a própria evolução capitalista, sob a forma das comunicações, da televisão, da indústria ‘cultural’ em suma, se encarrega de dissolver – na essência do movimento de reprodução do capital, na estruturação das classes sociais, não há mais ‘regiões’ no país norte-americano; há *zonas de localização diferenciada* de atividades econômicas” (2008; 143).

³²⁶ Podemos assinalar, inclusive, como afirma Robert Kurz em seu livro *O colapso da modernização* (1999), que as regiões aparentemente atrasadas e tidas como perdedoras na corrida mundial assumem a linha de frente do

Nessa perspectiva de análise, invertem-se as três abordagens sugeridas acima para entender as particularidades que diferentes formas de reprodução podem vir a apresentar, como resultado de uma dinâmica crítica. Nesse sentido, o reassentamento de posseiros que poderia ser interpretado como alavanca a um processo reiterado de acumulação primitiva, passa a ser pensado como um reflexo da crise das relações mediadas pelo trabalho e do processo de valorização do capital fundado nessas bases que pode se estabelecer em certas *regiões pós-catastróficas* (Kurz, 1999). Nesse caso, uma pesquisa poderia investigar diferentes formas de reprodução criadas em regiões de caráter catastrófico, podendo por exemplo comparar as diferenças das experiências dos trabalhadores sob o colapso nas zonas nas quais podem voltar a ter acesso a alguns meios de produção não-produzidos e nas metrópoles, na qual a crise da modernização tende a produzir certamente miserabilidade e barbárie, justamente em função das condições absolutas de expropriação vivenciadas pelos trabalhadores nesses espaços que, com a crise, são intensificadas ainda pela falta de trabalho.

Uma investigação dessa qualidade pode conduzir a fortuitas interpretações teóricas sobre o papel da extração da mais-valia relativa na reprodução ampliada do capital, assim como sobre o papel da suposta reposição da acumulação primitiva (inclusive sob a forma de extração da mais-valia absoluta) nessa mesma dinâmica de reprodução, que permitiriam aprofundar o debate sobre a hipótese, que vem sendo apresentada e discutida por Robert Kurz (1999; 2002; 2004), de que a acumulação de capital, em termos globais, passou a prescindir de ambas e encontra-se fundada nos pressupostos fictícios caracterizados pela Dívida Pública e Privada, pela Dívida Externa, pelos processos inflacionários e pela “rolagem das dívidas”, que abrangem toda a economia mundial³²⁷.

Partindo ainda da questão sobre a persistência das regiões ou sobre a completa subordinação das mesmas, em conjunto com o todo homogeneizado da economia nacional, ao colapso da reprodução capitalista, podemos, por fim, problematizar as teses que sustentam a resistência do trabalhador mobilizado, muitas vezes migrante, na condição de “camponês”. Como o leitor pôde perceber ao longo da dissertação, partimos de uma revisão crítica da literatura que interpreta a reprodução das relações de produção regionais, no que veio a se

colapso que passa a se homogeneizar, igualando a reprodução mundial sob a forma de uma *simultaneidade negativa* (1999) e não mais por sua contínua modernização, cujos limites tornam-se explícitos.

³²⁷ “Se procurarmos a verdadeira e real produção de mais-valia e a respectiva necessidade de aumentá-la, é forçoso concluir que o coração do capital mundial já parou de bater. Há pelo menos uma década [1985], não faz mais que simular a acumulação capitalista com expedientes monetários, de modo que o capital depende do pulmão de aço dos processos fictícios de criação do valor: no plano das economias nacionais, por intermédio do endividamento estatal e do ‘capitalismo de cassino’; no plano da economia mundial, com a ampliação do ‘capitalismo de cassino’ aos mercados financeiros, que se tornam incontrolláveis, e com os grandes circuitos deficitários internacionais” (Kurz, 2002; 26).

conformar como Vale do Jequitinhonha, como reprodução do “campesinato”. Nossa intenção não foi estabelecer uma oposição à categoria de “camponês” em si, mas fundou-se numa tentativa de elucidar as dinâmicas de acumulação de capital baseadas nas referidas relações sociais de produção. Nesse sentido, ao invés de estabelecer um paralelo entre a reprodução da fazenda agropecuária no nordeste mineiro e a reprodução de um “campesinato autônomo”, como querem Graziano e Graziano Neto (1983), tratamos de discutir criticamente as relações que ambos estabelecem e de que maneira tais relações proporcionam uma forma de acumulação de capital que se expressa no próprio crescimento da fazenda. Assim, sem desconsiderar o amplo campo de debate sobre as dinâmicas de reprodução do “camponês autônomo” (cf. especialmente Graziano e Graziano Neto, 1983 e Silva, 1988 e 1999), apresentamos as condições determinadas de disponibilidade de terras nas quais o mesmo pode se manter autonomizado com relação à fazenda: abrindo novas posses de modo a se recriar como possessor, quando tem essa possibilidade e não aceita a subordinação à condição de agregado. Contudo, essa situação de constante relação com a fazenda lhe impõe uma constante espoliação, uma vez que seu trabalho consolidado na abertura de novas posses acaba sempre objetivado como processo de formação de fazenda.

Na seqüência do debate sobre a dinâmica regional de reprodução social ou, como quer José de Souza Martins (2004), sobre a reprodução de relações não-especificamente capitalistas de produção, nosso diálogo crítico com o debate sobre a reprodução do “campesinato” abordou ainda os diversos contextos de expropriação que tratam de privar esses lavradores não apenas da terra, mas também de relações de produção sob as quais possam reproduzir sua condição. Nessa perspectiva, tratamos da situação na qual os antigos lavradores expropriados e seus familiares perdem a terra, tendo de partir para a zona urbana de seus municípios natais ou, ainda, que migrar para outras cidades em busca da última oportunidade de sobrevivência que lhes resta: um emprego; mas tratamos também das diversas circunstâncias nas quais, mesmo os antigos lavradores tendo garantido seu acesso à terra (ao menos em parte), por meio da compra ou da legitimação de posse, os mesmos acabam coagidos a migrar em busca de uma complementação para sua sobrevivência, que o roçado sozinho não pode mais garantir.

Esses migrantes são tratados por Theodor Shanin (1980), em função de “seu caráter híbrido”, como “camponeses-trabalhadores” (*apud* Pereira, 2008; 298). De acordo com José Carlos Alves Pereira (2008), Shanin considera que o “desenvolvimento do capitalismo no campo concorre, por um lado, para a transformação do campesinato e, por outro, tal desenvolvimento não aponta necessariamente à extinção social do campesinato. Isto é, não

ocorreria proletarianização absoluta dos camponeses em contextos de capitalismo”. Salvo engano, sabemos que sobre essa perspectiva se sustentaram as análises que identificam na migração e no assalariamento estratégias voltadas para garantir a manutenção da reprodução “camponesa” no Vale do Jequitinhonha.

Da nossa perspectiva, contudo, ressaltamos a importância de ampliar a noção de expropriação não apenas para atestar que os antigos lavradores encerrados em pequenas grotas secas e sem acesso às chapadas não conseguem mais se reproduzir. Interessou-nos mostrar que essa expropriação referiu-se às próprias relações sociais de produção, num contexto no qual a forma mercadoria se generalizou expropriando os trabalhadores de outras possibilidades de reprodução social que não por meio dela mesma. Reformulando o problema: interessou-nos mostrar que a reprodução do trabalhador é um processo social e, assim sendo, depende da forma social generalizada, na qual encontra-se inserida. Deste modo, afirmamos uma compreensão do “campesinato” como *relação social de produção* e não simplesmente como um modo de vida que persiste mesmo que o trabalhador encontre-se inserido numa totalidade na qual encontram-se generalizadas outras relações sociais de produção, assalariadas e críticas.

José de Souza Martins, no já referido artigo *O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil* (1986) apresenta a migração temporária cíclica como a dinâmica social que permitiria unir reprodução “camponesa” e reprodução assalariada. Para o autor, contudo, a migração temporária cíclica implica e fica implicada por uma contínua transformação do lugar de onde se parte e do lugar para onde se volta³²⁸. De acordo com o autor, isso ocorre porque o migrante temporário cíclico participa somente parcialmente do que o autor considera o “ciclo cósmico da vida camponesa” que é composto e ritmado pela trabalho e pela festa; ao mesmo tempo que participa somente parcialmente da vida em São Paulo, no corte de cana ou na construção civil, uma vez que o migrante intensifica o trabalho para ganhar mais e poupar mais, impondo-se privações e negando-se até mesmo o descanso³²⁹. Ou seja, sua experiência sempre parcial não permite que ele participe totalmente da recriação de ambas as dinâmicas sociais nas quais se encontra inserido.

³²⁸ “Por isso, pode-se dizer que a migração temporária deixa marcas permanentes. O retorno periódico ao ponto de partida não reconstitui a identidade original nem as relações sociais originais do trabalhador. A migração não é estranha a esse pequeno mundo de origem: altera-o, modifica-o de tal modo que o migrante já não encontra mais a situação que deixara. Sua ausência modifica o arranjo das relações sociais” (Martins, 1988; 7).

³²⁹ “O movimento inconcluso da sua transição faz com que a cada momento da migração tenha que recuperar os respectivos padrões de sociabilidade. Essa recuperação é incompleta, porque justamente por ser migrante temporário não realiza completamente o ciclo de reprodução das relações sociais de cada uma dessas situações” (Martins, 1986; 59).

Não obstante, como vimos no último capítulo dessa dissertação, esses migrantes temporários tem condições cada vez mais cerceadas de participar dos momentos de trabalho e reprodução de sua posição de lavradores. Assim, diferente do afirmado por José de Souza Martins (1986), que reconhecia a possibilidade de certa convivência entre os ciclos agrícolas da produção de subsistência no Vale do Jequitinhonha e do agronegócio paulista, sustentando, em seu argumento, a função produtiva de rebaixar salários para a produção direta dos meios de vida, realizada pelos lavradores³³⁰, pudemos notar de maneira cada vez mais intensificada a invasão absoluta da reprodução direta dos meios de vida pelo tempo de trabalho no canavial, a ponto do tempo de retorno para as cidades de origem passar a ser interpretado como tempo de “férias”.

Nesse sentido, poderíamos comparar cada vez mais esses migrantes, que o autor identifica como cíclicos, aos migrantes que ele identifica como temporários, mas não-cíclicos. Essa última forma de migração, de acordo com o autor, “é caracterizada fundamentalmente pela separação do lugar de trabalho em relação ao lugar do não-trabalho, o lugar da festa” (Martins, 1986; 61). Nesses casos de migração temporária, nos quais o que organiza o retorno é a festa, de acordo com a interpretação de Martins (1986), “a *migração será definitiva* quando a festa também migrar. Quando o reencontro desses dois momentos se der no mesmo espaço e a festa, camponesa, anual, do padroeiro, sair do seu ciclo cósmico e entrar no ciclo linear do descanso semanal remunerado, do cinema, do futebol” (Martins, 1986; 61).

Assim, se as condições críticas nas quais se realiza a migração e o assalariamento permitem cada vez mais comparar os migrantes temporários cíclicos do Vale do Jequitinhonha aos migrantes temporários tomados como não-cíclicos, uma vez que vai reduzindo as possibilidades de reprodução nas cidades de origem desses migrantes aos momentos de “férias” e de festa, podemos nos perguntar se essas mesmas condições permitem também comparar esses migrantes a migrantes definitivos.

O autor considera que a migração torna-se definitiva quando a festa também migra, ou seja, quando o migrante pode deixar de retornar para seu local de origem para experimentar o momento do descanso, como contrapartida à experiência completamente subordinada ao trabalho dos locais onde se assalaria. Podemos, contudo, sugerir que, mesmo que o descanso e a festa não migrem passando a garantir a reprodução do trabalhador nos lugares onde ele se assalaria; mesmo que o trabalhador retorne sempre para vivenciar suas “férias” no seu local

³³⁰ “De um lado, as migrações cíclicas, com seu tempo certo de saída e retorno, com ritmo definido (...). Geralmente, essas migrações combinam ciclos agrícolas distintos. São migrações completamente dominadas e ritmadas pelo tempo cíclico das estações do ano, do plantio, do crescimento e da colheita dos produtos. Envolvem desde o camponês até o bóia-fria” (Martins, 1986; 49).

de origem, a forma assumida pela festa nos locais onde esse trabalhador reproduz-se como migrante e assalariado *migra* para seu local de origem, onde ele deveria se reproduzir na posição de lavrador.

Ou seja, ainda que esses migrantes sigam retornando para as suas cidades de origem, vão encontrar nesses locais uma festa e um descanso cuja forma encontra-se determinada pela reprodução tanto do espetáculo, como da indústria cultural que, como ressaltamos, cumprem o papel de redesenhar nos seus termos a cultura, ainda que o conteúdo desta mantenha a aparência de regional ou tradicional. Assim, esses migrantes passam a consumir nas tradicionais festas dos padroeiros ou das safras agrícolas, nas quais poderiam encontrar reiterado o sentido da reprodução “camponesa” de que foram expropriados em todos os outros âmbitos da vida, uma forma *modernizada* de festa. Uma festa retirada do “ciclo cósmico da vida camponesa”, que passa a assumir ela própria o caráter de “descanso anual” ou “férias”, ainda que não remunerada, porque a maior parte desses migrantes segue contratada de maneira temporária.

A modernização do descanso e da festa aparece expressa na consolidação da própria separação entre trabalho e reprodução. A festa deixa de ser um espaço de ritualização do universo produtivo em que estão inseridos, onde estão presentes os cantos de trabalho, as danças, os jogos e as representações que se referem e dialogam com a totalidade da vida e passa a ser um espaço de consumo dos produtos culturais produzidos num âmbito externo e separado da vida desses antigos lavradores. A brutal expressão desse processo encontra-se apresentada na progressiva substituição da presença dos grupos de reizados, congado, de tamborzeiros e de irmandades, nessas mesmas festas, por trios elétricos nos quais o forró é tocado com teclados e sintetizadores.

Ou seja, conforme sugerimos, ainda que os migrantes retornem periodicamente para seus locais de origem, encontram-se expropriados das possibilidades de recriarem relações de produção e de reprodução particulares ou diferenciadas nesses mesmos locais, uma vez que lhes falta a terra, o cerrado, a água, lhes faltam teares para que façam cobertores, barro para que façam bonecos, bonecos que representem sua experiência, lhes falta a caça e a pesca, tempo hábil, lhes faltam os cantos de trabalho da roça, porque lhes falta a roça. Em síntese, lhes faltam as próprias relações sociais de produção, de reprodução e de representação particulares que se romperam, passando a estarem completamente mediadas pela forma mercadoria. Do “ciclo cósmico da vida camponesa” não lhes sobra nem a colheita, nem as festas da lavoura. O tempo de retorno transforma-se em tempo do futebol na televisão e dos

shows de música em DVD, comprados no momento do embarque, dos camelôs, quiçá também migrantes, das estações rodoviárias.

Há que se considerar, nesse sentido, que o processo de modernização transformou as relações sociais de produção tidas como “camponesas” *como um todo*, em sua totalidade “cíclica” que une festa e trabalho. Podemos questionar a extensão dessa homogeneização e, ainda, as possibilidades que ela oferece para a permanência ou para a (re)criação de relações particularizadas no que se refere à produção direta dos meios de vida, da mesma forma que questionamos se a “homogeneização da base produtiva capitalista nacional levou ou não a uma completa desapareição das regiões”. Como já ressaltado, uma dinâmica de redução da pressão sobre os meios de produção não produzidos pode possibilitar que as famílias que ficaram ou que regressaram para a “região” modernizada pudessem se reproduzir, conformando um modo de vida com aparência de tradição “camponesa”.

Contudo, uma problematização nesse sentido teria de assumir como tarefa, conforme assinalamos anteriormente, a investigação dos nexos entre as possibilidades de (re)criação dessas relações com aparência de tradicionais ou de regionais e a crise da reprodução do capital como relação social. Assim, sabemos que nossas sugestões sobre a “migração” da forma modernizada e espetacular da festa para o Vale do Jequitinhonha podem ser contestadas, com assertivas sobre a permanência de práticas culturais tradicionais, que podem ser hoje observadas especialmente entre as mulheres bonequeiras, tecelãs, entre os violeiros, nos festejos de reis e entre uma série de outros artesãos e grupos culturais que podemos encontrar reunidos, por exemplo, no *FestiVale*.

Não obstante, justamente no que se refere à permanência dessas práticas culturais de aparência tradicional abre-se um importante campo de pesquisa para verificar-lhes os meios de reprodução, buscando abordar as relações estabelecidas entre os mesmos e a ficcionalização crítica da reprodução do capital. Nesse sentido, podemos sugerir uma pesquisa que discuta o papel do financiamento estatal e do crédito na reprodução dessas práticas de aparência tradicional, cada vez mais reduzidas e restritas ao trabalho de *artistas*, ou seja, cada vez mais cindida da reprodução de relações sociais particulares, em cuja totalidade essas mesmas práticas encontravam significado. Essa mesma pesquisa poderia observar, ainda, a importância da reprodução espetacular dessas mesmas práticas como suportes da territorialização espetacular das próprias “regiões”, recriadas, por fim, como objeto do turismo, como forma determinada de produção e de consumo do espaço.

Podemos sugerir, por fim, que o “regional” e o tradicional somente passam a poder se realizar como espetáculo e simulacro do que, outrora, foram. Contudo, porque apresentam-se

como mercadorias, tem de fazê-lo de maneira apologética. O discurso do espaço sobre si mesmo, positivo e sem contradições, que constitui o turismo, colabora, deste modo, com o apagamento e o ocultamento das relações de dominação e de exploração por meio das quais se impunha a reprodução regional. Assim, o espetáculo das “regiões” tradicionais reitera o dualismo, uma vez que precisa legitimar o comércio, num contexto de crise das perspectivas modernizadoras e das promessas da modernização, das “maravilhas” do passado que foram destruídas por esse mesmo processo, *mas que encontram-se à sua disposição por apenas dez parcelas de R\$ 49, 99, no seu cartão de crédito.*

FONTES E REFERÊNCIAS

Fontes Primárias

Material compilado em caderno de campo

Caderno de campo I (diário digitalizado sobre o primeiro trabalho de campo). Araçuaí, Itinga, Minas Novas (MG), julho de 2005.

Caderno de campo II (diário digitalizado sobre o segundo trabalho de campo). Araçuaí, Itinga, Minas Novas (MG), janeiro de 2006.

Caderno de campo III, IV e V (diários digitalizado sobre o terceiro trabalho de campo). Araçuaí, Itinga, Minas Novas, Turmalina, Capelinha, Carbonita, Veredinha, Itaobim, Caraí (MG), janeiro a abril de 2009.

Fontes primárias impressas

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA. *Programa de ação econômica do governo, 1964-1966*. Edição da APEC, Brasília, 1964.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. *Programa estratégico de desenvolvimento, 1968-1970. Área estratégica III: infra-estrutura econômica*. Edição da APEC, Brasília, 1968.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO JEQUITINHONHA. *Pré-diagnóstico do Vale do Jequitinhonha*, vol. I e II. Edição do Governo de Minas Gerais, Belo Horizonte, s/d.

COMISSION EUROPEA Y ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACION (FAO). “Estado de la información forestal en Brasil”. In: *Información para el desarrollo forestal sostenible. Monografías de países. Volumen 3*. Edição da FAO, Santiago, Chile, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA & MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO. Diagnóstico ambiental da bacia do rio Jequitinhonha. Diretrizes gerais para a ordenação territorial. Edição da Diretoria de Geociências, Salvador, 1997.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS. *Projeto de Distritos Florestais para Minas Gerais. Estudos Básicos*, vol. I e II. Edição do Governo do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1975.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTUDOS FLORESTAIS. *Boletim Informativo da Região Centro-Oeste*, vol. 8, n. 25. Edição do Departamento de Silvicultura da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, Piracicaba, 1980.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO. *Memórias históricas da província de Minas Gerais (1847)*. Imprensa Oficial de Minas Gerais, vol. 13, Belo Horizonte, 1908.

Legislação³³¹

- BRASIL, LEIS. *Dispõe sobre os incentivos concedidos a empreendimentos florestais*. Lei 5.106 de 2 de setembro de 1966.
- BRASIL, LEIS. *Altera a sistemática de incentivos fiscais concedido a empreendimentos florestais*. Decreto-lei 1.134 de 16 de novembro de 1970.
- BRASIL, LEIS. *Primeiro plano nacional de desenvolvimento (I PND), 1972-1974*. Lei 5.727 de 4 de novembro de 1971.
- BRASIL, LEIS. *Segundo plano nacional de desenvolvimento (II PND), 1975-1979*. Lei 6.151 de 4 de dezembro de 1974.
- BRASIL, LEIS. *Dispõe sobre a Comissão de Desenvolvimento do Vale do Jequitinhonha (CODEVALE) e dá outras providências*. Lei 11.711 de 23 de dezembro de 1994.

Vídeos

- GLOBO. *Califórnia Brasileira*. Reportagem. Rede GLOBO de Televisão, 1990.
- NOVAES, José Roberto. *Califórnia à brasileira*. Documentário. Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI), 1991.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *As andorinhas. Nem cá, nem lá*. Documentário. OZ produtora, Araraquara, 1990.

Livros, artigos e textos consultados

- ALFREDO, Anselmo. *Crítica à economia política do desenvolvimento e do espaço*. Mimeo, Edição do autor, São Paulo, 2008.
- _____. *Formação econômico-social brasileira. Mobilização do trabalho e configurações territoriais*. Mimeo, Edição do autor, São Paulo, 2005.
- ALVES, Francisco. *Modernização da agricultura e sindicalismo: lutas dos trabalhadores assalariados rurais da região canavieira de Ribeirão Preto*. Doutorado, Unicamp, Campinas, 1991.
- _____. e NOVAES, José Roberto. *Nos oito da cana: exploração do trabalho e luta por direitos na região de Ribeirão Preto*. Realização FERAESP, SPM, UFSCar e IE – UFRJ, Rio de Janeiro, 2003.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. Ed. Atlas, São Paulo, 1987.
- _____. *O Planejamento Regional e o problema agrário no Brasil*. Hucitec, São Paulo, 1976.
- ANDRADE, Maria Lúcia Amarante de e CUNHA, Luiz Maurício da Silva. *O setor siderúrgico: implantação e desenvolvimento da indústria siderúrgica (período 1952-1989)*. GEDRI, Biblioteca de Artigos, Ourinhos, 2005.

³³¹ Os textos das leis citadas foram obtidos na base de dados organizada no sítio oficial da presidência nacional (www.presidencia.gov.br/legislacao/), na rede mundial de computadores.

- BACCARIN, José Giacomo e GEBARA, José Jorge. “Mineiros no corte de cana na região de Ribeirão Preto (SP)” In: *Revista Travessia*. Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, São Paulo, 1988.
- BADARÓ, Murilo. *Memórias Póstumas de Francisco Badaró*. Edições Claro Enigma, Belo-Horizonte, 2008.
- BARBOSA, Waldemar de Almeida. “Fanado (Minas Novas): Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí”. In: *Revista do IHGB – MG*, vol. XVIII. Belo-Horizonte, 1981.
- BISON, Wanderlucé Pessoa. *A volta por cima – mulheres migrantes entre o Vale do Jequitinhonha e São Paulo*. Mestrado, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1995.
- BOECHAT, Cássio Arruda. *Região do colonato: mobilização do trabalho e autonomização do capital na área de Olímpia (1857 – 1964) do Oeste Paulista*. Mestrado, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2009.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a Revolução Francesa na Historiografia (1929-1989)*. Editora UNESP, São Paulo, 1990.
- CAMPOS, Nazareno José de. *Terras de uso comum no Brasil, um estudo de suas diferentes formas*. Doutorado. Prof. Orient. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.
- CARRARA, Ângelo Alves. *Contribuição para a história agrária de Minas Gerais (séculos XVIII-XIX)*. Série Estudos 1, Núcleo de História Econômica e Demográfica, Departamento de História, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 1999.
- CARVALHO, Gabriel Alves de Miranda. *Acumulação de capital e inovação tecnológica: A experiência brasileira durante o regime militar, 1964-1985*. Mestrado, Prof. Orient. BARBOSA, Wilson do Nascimento. Depto. História, FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- CASTRO, Antônio Barros de e SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Editora Paz e Terra, São Paulo, 1985.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república – Momentos decisivos*. 7ª. ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
- _____. *Da senzala à colônia*. 4ª. ed. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1998.
- CRUZ, Paulo Davidoff. “Notas sobre o endividamento brasileiro externo nos anos setenta”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil nº2: ensaios sobre a crise*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- DAMIANI, Amélia Luisa. “Urbanização crítica e situação geográfica”. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri e OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. Editora Contexto, São Paulo, 2004.
- DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Programa editorial da UFS, Sergipe, 1987.
- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Contraponto Editora, Rio de Janeiro, 1997.
- DELGADO, Guilherme Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil (1965-1985)*. Ícone Editora e Editora da Unicamp, Campinas, 1985.

- DINIZ, Eli. “Empresariado, regime autoritário e modernização capitalista: 1964-85”. In: SOARES, Gláucio Ary Dillon e D'ARAUJO, Maria Celina. *21 anos de regime militar: balanços e perspectivas*. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1994.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 9ª. Ed. Editora Globo, Rio de Janeiro, 1991.
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. Ed. Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil – aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1960.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1997.
- _____. “Organização social do trabalho no período colonial”. In: BARROS DE CASTRO, Antonio *et alli*; PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. Paz e Terra, São Paulo, 1984.
- FREIRE, Álvaro Pinheiro. *Memória Cronológica de Minas Novas*. Edição do autor, Minas Novas, 2004.
- _____. *Minas Novas: sua história, sua gente*. BDMG Cultural, Belo Horizonte, 2002.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Companhia Editora Nacional e Publifolha, São Paulo, 2000.
- FURTADO, Júnia. *O livro da capa verde*. Belo Horizonte, 1996.
- GALIZONI, Flávia Maria. *A terra construída: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais*. Mestrado, Prof. Orient. QUEIROZ, Renato da Silva. Depto. Antropologia, FFLCH-USP, São Paulo, 2000.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Estampa, Lisboa, 1977.
- GOLDENSTEIN, Lea & SEABRA, Manoel. “Divisão territorial do trabalho e nova regionalização”. In: *Revista do Departamento de Geografia*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.
- GOMES, Diogo Costa. *Migração e mobilidade do trabalho dos cortadores de cana em Severínia – SP e municípios vizinhos*. Trabalho de Graduação Individual, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. “Geografia da riqueza, fome e meio ambiente”. In: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inez Medeiros (orgs.). *O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social*. Editora Paz e Terra e Casa Amarela, São Paulo, 2004.
- GONÇALVES, Múcio Tosta. “A formação da economia das plantações florestais nos Vales do Rio Doce e do Aço de Minas Gerais (1940-2000): Notas sobre história econômica e ambiental de uma região”. In: *Anais do XII Seminário sobre a economia mineira*. CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.
- _____. *Tons do verde no Brasil: subordinação da política florestal à lógica da plantation*. Paper apresentado no Seminário sobre Reforma do Estado, CDPA-UFRRJ, Rio de Janeiro, 19 e 20 de agosto de 1999.

- _____. “Quais são os rumos da política florestal no Brasil?”. In: *Vanguarda Econômica*, nº 3; 73-86. Belo Horizonte, setembro de 1995.
- _____. et alii. *Exploração florestal, indústria de celulose e ocupação do espaço regional*. Relatório produzido para a Pesquisa Exploração florestal no Norte do Espírito Santo e Sul da Bahia: seus impactos e as alternativas dos atingidos, da FASE e do IBASE. Belo Horizonte, 1994.
- _____. *Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais: um estudo do Instituto Estadual de Florestas (IEF)*. Dissertação de mestrado apresentada ao DCP-UFMG. Belo Horizonte, 1990.
- GRAZIANO, Eduardo e GRAZIANO NETO, Francisco. “As condições de reprodução camponesa no Vale do Jequitinhonha”. In: *Revista Perspectivas*, vol. 6, São Paulo, 1983.
- GUERRA, Cláudio. *Meio ambiente e trabalho no mundo do eucalipto*. Associação Agência Terra, Editora SEGRAC, Belo Horizonte, 1995.
- HARTSHORNE, Richard. *Questões sobre a natureza da Geografia*. Instituto Panamericano de Geografia e História, Comissão de Geografia, Rio de Janeiro, 1969.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Annablume, São Paulo, 2005.
- HEIDEMANN, Heinz Dieter. “Os migrantes e a crise da sociedade de trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação”. In: *Migrações: Discriminação e alternativas*. Paulinas, São Paulo, 2004.
- IANNI, Octávio. *Origens agrárias do Estado brasileiro*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1989.
- _____. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1963.
- JARDIM, Maria Nelly Lages. *O Vale e a vida: história do Jequitinhonha*. Armazém de idéias, Belo Horizonte, 1998.
- KURZ, Robert. *Com todo vapor ao colapso*. Editora UFJF, Juiz de Fora, 2004.
- _____. *Ascensão do dinheiro aos céus*. Original alemão “Die Himmelfahrt des Geldes”. In: *Krisis* 16/17, horlemann Verlag, Bad Honnef, 1995. Versão Portuguesa in: <http://planeta.clix.pt/obeco/>, maio de 2002.
- _____. *O colapso da modernização*. Paz e Terra, Rio de Janeiro 1999.
- _____. *Os últimos combates*. Editora Vozes, Petrópolis, 1997.
- _____. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulamentação política”. In: *Indicadores Econômicos IEFEE*, vol. 23, nº 1, São Paulo, 1995.
- LAFER, Betty Mindlin. *Planejamento no Brasil*. Debates: Economia, Editora Perspectiva, São Paulo, 1975.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – O município e o regime representativo no Brasil*. 3ª. Ed. Alfa-Ômega, São Paulo, 1976.
- LEFEBVRE, Henri. “Estrutura social: a reprodução das relações sociais de produção”. In: FORACCHI, Marialice Mencarini e MARTINS, José de Souza. *Sociologia e sociedade*. Livros Técnicos e Científicos, Rio de Janeiro, 1977.

- LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Distrito Florestal do Vale do Jequitinhonha e o processo de formação do “bóia-fria” em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Projeto de pesquisa de mestrado, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter, Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2007
- _____. *Modernização e mobilização do trabalho no Vale do Jequitinhonha*. Relatório de Iniciação Científica apresentado ao CNPq, Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter, Depto. Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- LÊNIN, V. I., *O Imperialismo, fase final do capitalismo*. Edições Mandacaru, São Paulo, 1990.
- LIMA, Graziela Buscarin. *Evolução histórica da propriedade territorial no Brasil*. Faculdade de direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- LIMA, Ruy Cirne. *Pequena história territorial do Brasil: Sesmarias e terras devolutas*. 4ª. Ed. Secretaria de Estado da Cultura, São Paulo, 1990.
- LUXEMBURG, Rosa. *A acumulação do capital*. Volume I e II. Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1984.
- MACHADO, José Carlos. *Senhora da graça da Capelinha*. Edição do autor, Capelinha, 2000.
- MARTINS, Carlos Estevam. *Estado e Capitalismo no Brasil*. Hucitec – CEBRAP, São Paulo, 1977.
- MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. Hucitec, São Paulo, 2000.
- _____. “Migrações Temporárias: Problema para quem?” In: *Migrantes Temporários: Peregrinos da Resistência*. Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, São Paulo, 1991.
- _____. *Não há terra para plantar nesse verão*. Editora Vozes, Petrópolis, 1986.
- _____. *A militarização da questão agrária no Brasil. Terra e poder: o problema da terra na crise política*. Editora Vozes, Petrópolis, 1985.
- MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo I (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1983.
- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, tomo II (volume I). Abril Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1984.
- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo I (volume IV). Nova Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1988.
- _____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo II (volume V). Nova Cultural (Série “Os economistas”), São Paulo, 1986.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio – contribuição à revisão da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1987.
- _____. e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Reflexões sobre a crise atual”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.

- MELLO e SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro. A pobreza mineira no séc. XVIII*. Edições do Graal, Rio de Janeiro, 2004.
- MOURA, Margarida Maria. *Os deserdados da terra; a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão de terra camponesa no sertão de Minas Gerais*. Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, 1988.
- NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma comunidade sertaneja da sesmaria ao minifúndio (Um estudo de história regional e local)*. EDUEBA, Salvador, 1998.
- NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.
- _____. “Considerações sobre o sentido da colonização”. In: Revista do IEB, IEB-USP, no. 6, São Paulo, 1969.
- NUNES, Marcos Antônio. *Estruturação e reestruturações territoriais da região do Jequitinhonha em Minas Gerais*. Mestrado, Prof. Orient. MATOS, Ralfo. Depto. Geografia, Instituto de Geociências - UFMG, Belo Horizonte, 2001.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Boitempo, São Paulo, 2008.
- _____. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003.
- _____. *Os direitos do antivalor: a economia política da hegemonia imperfeita*. Editora Vozes, Petrópolis, 1998.
- _____. “A questão regional: a hegemonia inacabada”. In: Estudos Avançados, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.
- _____. *A economia da dependência imperfeita*. Edições do Graal, São Paulo, 1977.
- PASTORAL DA TERRA. *Posse e conflitos*. Estudos da CNBB 13, Edições Paulinas, São Paulo, 1976.
- PRADO JR., *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.
- _____. *A questão agrária no Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1979.
- _____. *História econômica do Brasil*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1969.
- PEREIRA, José Carlos Alves. “Condição camponesa e migração”. In: NOVAES, José Roberto e ALVES, Francisco (orgs.). *Migrantes: trabalho e trabalhadores no Complexo Agroindustrial Canavieiro (os heróis do agronegócio brasileiro)*. EDUFSCAR, São Carlos, 2008.
- POHL, J. Emanuel. *Viagem ao interior do Brasil*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1976.
- POSTONE, Moishe. “Time, labor and social domination. A reinterpretation of Marx’s critical s, Theory”. Cambridge University Press, 1993.
- PÓVOA NETO, Helion. “Migrações internas e mobilidade do trabalho do Brasil atual. Novos desafios para a análise”. In: *Experimental – Revista do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental*, N°. 2, Humanitas, São Paulo, 1997.

-
- _____. *No caminho das pedras: itinerários na formação da mobilidade garimpeira em Goiás*. Doutorado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 1998.
- RIBEIRO, Áureo Eduardo Magalhães *et alli*. “Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha”. In: *Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 45, n° 4, p. 1075-1102, Brasília, 2007.
-
- _____. “Terra, trabalho e renda no Alto Jequitinhonha: efeitos do reflorestamento sobre a ocupação fundiária e da força de trabalho”. In: *Anais do XII seminário sobre a economia mineira*. Organizado pelo CEDEPLAR, FACE, UFMG, Belo Horizonte, 2006a.
-
- _____. “Reflorestamento e ocupação no Alto Jequitinhonha, MG”, Trabalho apresentado no *XV Encontro de Estudos Populacionais*. ABEP, Caxambu, 2006b.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Campesinato: resistência e mudança*. Dissertação de mestrado, UFMG, Belo Horizonte, 1993.
- RIBEIRO, Ricardo Ferreira. *Monocultura do eucalipto: um problema de crescimento rápido*. Mimeo, Edição da Comissão Pastoral da Terra (MG), Araçuaí, s/d.
- ROSA, Guimarães. *Grande sertão: veredas*. José Olympio, Rio de Janeiro, 1976.
- SAINT-HILAIRE, August. *Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Coleção Brasileira, Editora Itatiaia, São Paulo, 1975.
- SAINT-HILAIRE, August. *Viagens pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Coleção Brasileira, Editora Itatiaia, São Paulo, 1975.
-
- _____. *Viagens pelo Distrito dos Diamantes e litoral do Brasil*. Coleção Brasileira, Editora Itatiaia, São Paulo, 1974.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do Distrito Diamantino da Comarca do Serro Frio*. Coleção Brasileira, Editora Itatiaia, São Paulo, 1976.
- SERRA, José. “Ciclos e mudanças estruturais na economia brasileira do pós-guerra”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- SILVA, Lúcia Osório. *Terras devolutas e latifúndio – efeitos da lei de 1850*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1996.
- SILVA, Marcos *et alli*. “Aspectos do financiamento do setor siderúrgico no Brasil”. In: *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 15(3); 705-742. Rio de Janeiro, 1985.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do fim do século*. Fundação Editora da UNESP, São Paulo, 1999.
-
- _____. “Fome: a marca de uma história”. In: GALEAZZI (Org.), *Segurança alimentar e cidadania*. Mercado de Letras, Campinas, 1996.
-
- _____. “A migração de mulheres do Vale do Jequitinhonha para São Paulo: de camponesas à proletárias”. In: *Revista Travessia*. Publicações Serviço Pastoral dos Migrantes, São Paulo, 1988.
-
- _____. “O trabalho familiar nas pequenas propriedades rurais”. In: *Revista Perspectivas*, vol. 6, São Paulo, 1983.

- SCHOLZ, Roswitha. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”. In: Revista NOVOS ESTUDOS – CEBRAP, nº. 45, p. 15-36, São Paulo, 1996.
- SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. EDUSC, Bauru, 2001.
- SCHWARZ, Roberto. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Editora Duas Cidades e Ed. 34, Rio de Janeiro, 2000.
- _____. “Prefácio com perguntas”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Edições Boitempo, São Paulo, 2003.
- SPM. *Audiência Pública investiga mortes de trabalhadores por fadiga*. Informativo do Serviço Pastoral dos Migrantes, São Paulo, 2006.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia política brasileira*. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1972.
- _____. *Acumulação de Capital e industrialização no Brasil*. Editora da UNICAMP, Campinas, 1986.
- _____ e BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. “Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil”. In: BELLUZZO, Luiz Gonzaga M. e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1983.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *Memorial para concurso*. Mimeo, São Paulo, 2009.
- TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. Doutorado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2008.
- TOLEDO, Carlos de Almeida & BOECHAT, Cássio Arruda. “Modernização, contradições espaciais e relação agrário-urbana no Brasil”. In: *Anais do Encontro Nacional de Geógrafos* (ENG). Organizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, julho de 2008.
- _____. *Mobilização do trabalho nas Lavras Baianas*. Mestrado. Prof. Orient. HEIDEMANN, Heinz Dieter. Depto. de Geografia, FFLCH-USP, São Paulo, 2001.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *História média de Minas Gerais*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1974.
- _____. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Coleção Mineiriana, Série Clássicos, Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1994.
- _____. *História antiga das Minas Gerais*. Editora Itatiaia, Belo Horizonte, 1999.
- VEADO, Wilson. “Viajantes estrangeiros na área de Minas Novas”. In: *Revista do IHGB – MG*, vol. XVIII. Belo-Horizonte, 1981.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Companhia das Letras, São Paulo, 2004.